UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

AFFONSO CELSO THOMAZ PEREIRA

**A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a
conformação do discurso republicano na imprensa
chilena, 1841-1852**

Versão corrigida

São Paulo

2016

AFFONSO CELSO THOMAZ

A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a
conformação do discurso republicano na imprensa
chilena, 1841-1852

Versão corrigida

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História
Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela Pellegrino Soares

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T465t THOMAZ PEREIRA, Affonso Celso
A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852 / Affonso Celso THOMAZ PEREIRA; orientadora GABRIELA PELLEGRINO SOARES. - São Paulo, 2015.
397 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. IMPRENSA. 2. CHILE. 3. SECULO XIX. 4. REPUBLICA. 5. INTELECTUAIS. I. SOARES, GABRIELA PELLEGRINO, orient. II. Título.

THOMAZ PEREIRA, Affonso Celso. A terceira margem do Prata. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 23 de novembro de 2015.

Banca
Examinadora

Prof. Dra. Maria Ligia Coelho Prado Instituição: USP

Prof. Dra. Stella Maris Scatena Franco Vilardaga Instituição: USP

Prof. Dra. Katia Gerab Baggio Instituição: UFMG

Prof. Dr. Jose Alves de Freitas Neto Instituição: UNICAMP

Prof. Dra. Gabriela Pellegrino Soares Instituição: USP

Este trabalho é dedicado a minha mulher
e ao meu filho

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer imensamente à atenção, ao profissionalismo e ao cuidado de minha orientadora Gabriela Pellegrino Soares. Sem dúvida, sua confiança possibilitou superar momentos de dúvida e aflição que vez e outra surgiam e seu compromisso, gentileza e simpatia tornaram essa travessia mais agradável.

À professora Maria Ligia Coelho Prado, muito amável desde minha chegada na USP, devo a ela importantes comentários e perguntas, nos encontros do LEHA e na banca de qualificação, que me instigaram na busca de soluções para certos entraves que ela apontava.

Aos professores Kátia Baggio, Stela Vildardaga e José Alves, que muito gentilmente aceitaram participar da banca de defesa. O contato que tive com os três professores em congressos e seminários avaliza a viva expectativa de um grande aproveitamento acadêmico a partir de suas leituras.

Gostaria de deixar registrado o agradecimento à professora Maria Elisa Noronha de Sá Mader quem, desde o grupo de pesquisa e discussão que eu participava entre 2010 e 2012, na banca de qualificação e nos muitos encontros que tivemos neste período, esteve também bastante presente e contribuiu para o encaminhamento da investigação.

Agradeço ao professor Hernán Francisco Pas, da Universidad de La Plata, supervisor durante o período de bolsa sanduíche. Entrei em contato com Hernán Pas após ler sua tese, ainda nos primeiros momentos do doutorado. Ao longo desses anos estabelecemos uma boa amizade, sendo fundamental interlocutor para esta pesquisa.

Ao grupo de orientandos da professora Gabriela. Nestes cinco anos mantivemos uma animada e proveitosa rotina de reuniões, que possibilitava colocar a pesquisa à prova com frequência tornando o trabalho menos solitário e, espero, mais aprimorado. Deixo meu sincero agradecimento a Adriana de Paula, Lais Olivato, Aura Hurtado, Elisabet Prudent, Raphael Novaes, Tania Gomes, Caio Romero, Camilla Fontes e, desde o Chile, Vanessa Pacheco.

Agradeço aos amigos de sempre Adriano Facuri e Vivian Tavares, que na reta final foram decisivos para a materialização do texto.

Esta pesquisa teve o apoio financeiro da Capes para a realização de bolsa sanduíche pelo período de quatro meses.

Resumo

A proposta desta pesquisa é investigar a conformação do discurso republicano de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi na imprensa chilena durante seu exílio entre 1841 e 1852. As perguntas que a movem giram em torno de: avaliar como se deu o impacto desta experiência chilena, em suas distintas dimensões, no processo de escrita dos autores e, especificamente, na elaboração de seu discurso político; compreender o passado de cada um em relação à região do Prata; refletir em que medida os projetos que ambos realizaram para Argentina são tributários especificamente desta passagem pelo Chile e de seu envolvimento com a imprensa.

Palavras-Chave: Sarmiento - Alberdi - Imprensa - Chile - Século XIX.

Abstract

The purpose of this research is to investigate the conformation of the Republican discourse of Domingo Faustino Sarmiento and Juan Bautista Alberdi in the Chilean press during their exile between 1841 and 1852. The questions that concern to it are about: evaluate how was the impact of the Chilean experience in its various dimensions in the authors writing process and specifically in the development of its political discourse; understand the past of each one in relation with the Prata region; reflect about how the projects each one proposed to Argentina are specifically affected by this passage by Chile and their involvement with the press.

Key-Words: Sarmiento - Alberdi - Press - Chile – XIX Century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Apresentação	11
2 Alberdi e Sarmiento no Chile, duas Argentinas	19
3 Chile nos anos 1840	27
4 Tradição política chilena	30
5 Imprensa	40
6 Opinião Pública	45
7 A dimensão biográfica	50
8 Exílio	55
9 História intelectual e história política- Liberalismo e republicanismo na América Latina	59
10 Uso das fontes e construção da tese	70
 CAPÍTULO 1 – 1841- 1843. CONFRONTO DAS MARGENS	77
1 A presença na e da imprensa.	77
2 A chegada de Sarmiento na imprensa chilena. Problemas de interpretação.	81
3 O lugar e a condição do exilado	86
4 O impresso como meio e como fim	97
5 Imprensa como espaço público legitimado: opinião pública, associações civis e oposição	106
6 Democracia, sistema representativo e república	114
7 Eleições e Representatividade	120
8 Democracia e representação	132
9 Republicanismo e sociedade civil	144
 CAPÍTULO 2 – 1844 - 1846. CONSTRUÇÃO DA CRISE	156
1 Discurso sobre a estabilidade. Limites dos acordos políticos	156
2 Fissura no discurso da estabilidade: a repercussão do caso Bilbao.....	160
3 Oposição e discurso liberal no debate	171
4 Representação política.....	174
5 Democracia e representação política	181
6 Fim do consenso e novo trabalho de representação política	187
7 Espaço público como espaço de representação.....	197
8 Associacionismo, imprensa e participação popular.	205
9 Defesa da ordem e liberdade política	214
10 Eleições, cidadania e participação política.....	221
11 Transformações da condição de exilado.	229
12 Representação e coalizão.	231
 CAPÍTULO 3 – 1847- 1851. MANUTENÇÃO DA ORDEM E OS LIMITES DA LIBERDADE.	239
1 Busca de um novo consenso.....	239
2 Giro transigente: aprendizado e pragmatismo.....	244

3	Relação da imprensa com a dinâmica partidária	253
4	A fundação do Comercio de Valparaíso	259
4.1	Autonomia intelectual da imprensa	262
4.2	Inserção do Comercio no espaço público.....	265
4.3	Comercio e imprensa.....	268
4.4	Comércio como agente do progresso	272
4.5	Política para o progresso	278
4.6	Os dois tempos do progresso.....	290
5	Revolução e reforma no Chile.....	292
6	Representação e negociação.....	300
7	As fraturas no espaço público.	305
8	A formação dos <i>clubs</i> , a época do ‘movimento social’	309
9	O papel do ministro do interior.	315
10	Crise política como crise social, as eleições de 1851.....	319

CAPÍTULO 4 – DA COMISSÃO AOS CLUBES..... 330

1	A construção da terceira margem: começo e conclusão de um período de ação política dos exilados argentinos no espaço público chileno.	330
2	Comissão de exilados argentinos em Santiago	333
2.1	Cuyo.	333
2.2	Formação da Comissão.	340
2.3	Ação da Comissão	346
3	Os Clubes Constitucionais.	354
3.1	Como o surgimento dos clubes se relacionava com o contexto chileno em 1851-52.....	354
3.2	Como o surgimento dos clubes se relacionava com o contexto platense em 1851-52.....	357
3.3	A queda de Rosas e a fusão das margens	363
3.4	Formação dos clubes.	366
3.5	Club Constitucional Argentino de Valparaíso... ..	369
3.6	“Los Argentinos residentes en Santiago...”	375
4	Considerações finais	384

REFERÊNCIAS.....387

1	Fontes	387
2	Bibliografia.....	391

INTRODUÇÃO

1 - Apresentação

Em dezembro de 1849, Alberdi escrevia a seu amigo Felix Frías, exilado na Bolívia, comunicando a decisão de vender sua parte no jornal *Comercio de Valparaíso*, o qual havia adquirido com outros dois sócios:

Me va bien la profesión: ignoro cuál estudio sea más bien frecuentado que el mío aquí por gente pro... Me alejaré de todo de la empresa del *Comercio*, vendiendo mi parte por regular precio, de lo que estoy contentísimo. Valencia escribe en el *Comercio*, Mitre el *Progreso* (con 16\$ al mes), Gutiérrez, *La Tribuna* (papel soñoliento) y Sarmiento la *Crónica*. Tenemos, pues, como ordinario, *la prensa en manos argentinas*^{1*}.

Em julho de 1852, Sarmiento escrevia do Chile uma carta para Bartolomé Mitre, que se encontrava em Buenos Aires liderando a oposição contra Urquiza, nos seguintes termos,

Ya ha llegado a usted la preciosa obra de Alberdi sobre la Constitución Argentina. Tendrá este libro el mérito histórico de ser la única manifestación espontánea del pensamiento de nuestros inteligentes estadistas (...). Yo adhiero al pensamiento de Alberdi, y que como él mismo se complace en reconocerlo es sólo el resumen de doctrinas de lo que podemos llamar *escuela de Chile*; pues este pensamiento ha tomado entre los pensadores argentinos establecidos aquí, el carácter de *piedra angular* del edificio de nuestras instituciones, y no como querrían algunos menos avisados hacerlo un accesorio y un correctivo lejano y paulatino de nuestros males. Los argentinos que han permanecido en Chile tienen sobre los demás la incontestable ventaja que no estando absorbidos por el ataque diario y los intereses de la defensa, han podido, desde un país mal constituido en cuanto a las bases

¹ “Carta a Felix Frías. Valparaíso, 06/12/1847”. Em: MAYER, J.; MARTINEZ, E. (org.). **Cartas inéditas a Juan María Gutiérrez y a Felix Frías**. Buenos Aires: Luz del Día, 1953, p. 56.

* As citações de fontes serão mantidas no original em espanhol, todas serão adaptadas à ortografia contemporânea (salvo exceções explícitas) e se manterá a grafia de maiúsculas, cursivas, expressões estrangeiras ou idiomáticas conforme original.

Esta opção, se facilita a leitura, traz consigo uma importante perda específica, que é o fato de que muitos periódicos e comunicados oficiais adotaram as mudanças gramaticais sugeridas por Sarmiento em relação ao espanhol europeu, como, por exemplo a substituição do ‘y’ por ‘i’, a supressão do ‘h’ e ‘u’ mudos em ‘qe’ ao invés de ‘que’, por exemplo. A proposta de mudança, no âmbito do Instituto Nacional e da Universidade em 1842, não foi oficialmente adotada pelo governo, mas incorporada no cotidiano por entidades e as pessoas comuns.

de la asociación, pero constitucional y regular en el ejercicio de sus poderes, echar la vista sobre un horizonte más vasto (...)².

A carta de Alberdi destacava aspectos da vida profissional e íntima, ao relatar, com orgulho, sua condição favorável de trabalho, o que lhe permitia abrir mão do negócio da imprensa em termos financeiros; relatava também aspectos políticos e públicos, pois, como agrega, a imprensa chilena estava em mãos argentinas, o que torna prescindível sua presença a frente do periódico e indicava o fato concreto da presença dos exilados nos principais veículos da imprensa nos últimos anos.

A carta de Sarmiento é uma boa síntese do conjunto complexo de relações estabelecidas em solo chileno, com destaque para a formação de um tipo especial de pensamento gerado justamente entre os exilados, uma ‘escuela chilena’, formada por pensadores argentinos estabelecidos ali que teriam a ‘incontestável vantagem’ de ver um horizonte mais vasto desde um país constitucional e estável no exercício de seus poderes, por não estarem diretamente envolvidos nos conflitos da sua pátria.

As correspondências trazem elementos centrais para compreensão da história de Sarmiento e Alberdi no Chile em suas múltiplas camadas, pessoal, profissional, intelectual, política e cultural. O fato de estes elementos serem objetivamente destacados por Alberdi e Sarmiento, reforça a ideia que orienta esta pesquisa, da centralidade de se analisar a produção do discurso político por estes autores na imprensa no exílio, como se verá a seguir no plano da tese.

Durante o período em que estiveram no exílio, entre 1841 e 1852, Alberdi e Sarmiento atuaram quase que incessantemente na imprensa. Ambos foram editores, redatores e colaboradores, sendo Alberdi proprietário de um periódico. Sarmiento passou por *El Mercurio*, *El Nacional*, *El Progreso*, *Revista de Ambos os Mundos*, *El Heraldo Argentino*, *La Tribuna*, *La Crónica* entre outras contribuições pontuais em outros periódicos. Alberdi esteve presente de diferentes formas no *Mercurio*, *El Siglo*, *El Comercio de Valparaíso*, *El Diario de Valparaíso* e *La Gaceta de los Tribunales*. Eles estabeleceram relações próximas com esferas políticas e administrativas chilenas, bem como mantiveram incessante contato com grupos e personalidades argentinos, no território da Confederação ou dispersos pelo exílio. Sua produção nos jornais foi voltada tanto para dar conta do aspecto cotidiano, partidário, político, cultural chileno, bem como

² “Carta de Sarmiento a Mitre. Yungay, 09/07/1852”. Em: SARMIENTO, D. F. **Sarmiento-Mitre, correspondência 1846 – 1868**. Buenos Aires: Museo Mitre, 1911, p. 21.

para reflexão e o estabelecimento de um circuito de informações no exílio, em função dos acontecimentos na Argentina. No início deste processo, não se pode falar de Alberdi ou Sarmiento como as *personas* que se tornariam em 1852, bem como seus artigos não devem ser encarados como preparação das obras que escreveriam.

A proposta desta pesquisa é investigar a produção do discurso republicano³ de Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi desenvolvido por meio da imprensa⁴ chilena durante seu exílio entre 1841 e 1852⁵. As perguntas que a movem giram em torno de avaliar como se deu o impacto da experiência do exílio, em suas distintas

³ Por discurso republicano ou republicanismo designo um conjunto de doutrinas, valores e conceitos políticos, circulantes nos espaços hispano-americanos da primeira metade do século XIX, mobilizado em torno da constituição das novas nações surgidas na América hispânica. Tal discurso se fundava em princípios políticos, culturais e econômicos, de matiz liberal ou conservador, ligados à defesa de um sistema político representativo, da democracia como a igualdade civil, do ensino universal, da cidadania, da virtude cívica, das garantias das liberdades individuais de expressão, de propriedade, de um estado de direito garantido por uma Constituição, do exercício, enfim, de um poder da esfera pública, da consolidação de um espaço público de ação da sociedade. Assim, pretende-se abarcar aspectos do liberalismo político do século XIX latino-americano concernentes à organização institucional, à virtude cívica e ao funcionamento do Estado mobilizados por Alberdi e Sarmiento no espaço público chileno.

Cabe ressaltar que a amplitude das práticas políticas e ideias sob o rótulo de liberal ou republicano comporta ambiguidades e contradições seja no interior do próprio quadro conceitual, seja nos processos políticos desenrolados em cada experiência histórica efetiva. De modo que o ambiente linguístico, conceitual, mobilizado por Sarmiento e Alberdi contemplava um conjunto de propostas que buscava criar um contorno institucional que conservasse as distinções sociais, e franqueasse plenamente a cidadania jurídica e, parcialmente, a políticas. Esse quadro conceitual não era, contudo, o único e sofria a concorrência de uma corrente que ligava o republicanismo a um passado clássico, estável, de ordem, centrado em uma moral do indivíduo autônomo, trabalhador e guerreiro, como foi o caso do republicanismo propagado por Rosas. Como se verá, o republicanismo foi lançado como argumento de força em projetos populares, elitistas, democráticos, conservadores e liberais, bem como parte de um refluxo conservador pós-independência.

Para esta discussão, ver: MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el régimen rosista. Quilmes: Editora Universidad de Quilmes, 2002; PETTIT, P. **Republicanism. Theory of freedom and government**. Oxford: Clarendon Press, 1997. BOTANA, N. **La tradición republicana**. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Sudamericana, 1997. SABATO, H. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. In: CHARTIER, R.; FEROS, A. (org.). **Europa, América y el Mundo: tiempos históricos**. Madrid: Marcial Pons, 2006; BIGNOTTO, N. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, S. (org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004; CARDOSO, S. Que república? Notas sobre a tradição do 'governo misto'. In: Newton Bignotto (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002; HERRERO, A. **Ideas para una república**. Lanús: Universidad Nacional de Lanús, 2009; CID, G. y SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009; e PALTÍ, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

⁴ Para tanto, privilegiei os artigos que abordam temas relacionados à política interna e externa, história, economia, ao universo jurídico e periodismo concernentes ao Chile ou à Região do Prata. A análise específica do material impresso como um todo, os editoriais, cartas de leitores, formato do jornal, tiragem, preços, proprietários, projeto gráfico, bem como outros periódicos com os quais Alberdi e Sarmiento estabeleceram debates e polêmicas, são parte das preocupações na medida em que surgirem como um problema na pesquisa.

⁵ Este recorte dá conta da chegada de Sarmiento em 1841 e dos debates estabelecidos sobre a organização do Estado argentino em disputa entre a Confederação, liderada por Urquiza, e Buenos Aires, após a queda de Rosas, em 1852. Esta disputa política na Argentina, que desencadeou uma ruptura institucional, reverberou no Chile com a criação de grupos de exilados rivais, que tiveram Sarmiento e Alberdi como protagonistas entre agosto e novembro de 1852. Acredito que neste momento se configura um cenário novo em que novas expectativas e uma nova linguagem política são produzidas.

dimensões, no processo de escrita dos autores e na elaboração de seu discurso político no período; de refletir em que medida os projetos que ambos realizaram para a Argentina são tributários justamente desta passagem pelo Chile e de seu envolvimento no espaço público, em especial, com a imprensa; e de tentar mensurar as particularidades do trabalho na imprensa como condicionante, material e político, da criação, do desenvolvimento e da circulação do discurso político, ao mesmo tempo que a imprensa em meados do século XIX era condição de possibilidade da atividade intelectual.

A partir destas perguntas norteadoras, procurei demonstrar que:

a) a conformação das ideias sobre o republicanismo esteve vinculada a suas atividades na imprensa durante o exílio no Chile, uma vez que o associacionismo político, a atividade intelectual e as negociações e conflitos políticos entre partidos e grupos, que ocupavam o amplo e ambíguo espectro entre liberais, radicais e conservadores, tiveram como palco privilegiado as páginas dos jornais, panfletos e revistas chilenos. Em virtude disso, a compreensão do discurso político naquele contexto deve ser realizada tomando-se em conta seu suporte material, o periódico e as relações implicadas no ambiente periodístico naquele contexto.

b) A partir do posicionamento dos atores diante das demandas partidárias, das pressões políticas, das condições institucionais, do universo da imprensa e de seus projetos pessoais compreende-se a defesa de um discurso político, que transitava num espectro mais ou menos liberal ou conservador, e que envolvia o apoio ao partido conservador em questões ordinárias.

c) Através da análise dos debates políticos na imprensa chilena deste período teve-se acesso a um repertório de argumentos em torno da forma republicana de governo, os quais não estavam já estabelecidos e compartilhados na primeira metade do século XIX. Tomo como exemplos os discursos articulados sobre temas centrais como o espaço público, a educação pública, o sistema representativo, o comércio como agente do progresso e da civilização, o pluralismo político e a composição político-partidária, a imprensa como espaço aberto à ação política e os conceitos de liberal e conservador. Assim, a meu ver, ao se observar a imprensa como um espaço de disputa e de construção da linguagem política na América Hispânica neste período, e no Chile e Argentina em especial, os textos de Alberdi e Sarmiento são um campo privilegiado de análise da linguagem política porque ao longo do período analisado, conjugou-se a produção intelectual sobre a “experiência democrática” chilena e sobre a “ditadura” na Argentina.

d) A ação de Alberdi e Sarmiento na imprensa e na esfera política local foi tributária de um espaço público aberto e favorável à circulação de ideias e de debates políticos através de impressos; ao mesmo tempo em que contribuíram de distintas formas para a consolidação deste espaço público com sua atividade periodística e a ação na sociedade civil.

e) A análise do discurso político de um autor está em íntimo vínculo com suas condições de produção. No caso em foco, este aspecto torna-se decisivo, pois a análise da escrita em periódicos responde a um regime intelectual, político, material de tipo aberto, não-linear e sujeito às contingências ordinárias, próprio do jornal, bastante distinto daquele do livro, entendido como um produto circunscrito a uma lógica fechada e pré-concebida da razão do autor (ainda que igualmente sujeito a pressões e contingências).

f) A presença de Alberdi e Sarmiento no Chile esteve vinculada ao processo mais amplo do exílio na Região do Prata – e na América do Sul – nos anos 1830 e 1840. Suas trajetórias até o exílio são distintas, e indicam duas distintas formas de relação com o passado da Confederação Argentina ligadas a uma dimensão regional, e igualmente devido à fragilidade e instabilidade da unidade nacional daquele momento. Essas histórias particulares, no entanto, não se restringem à esfera privada de condução e de projeção da vida no exílio, representam formas distintas de relação com a comunidade de exilados, de expectativa em relação ao presente e futuro da Argentina. O sentido do exílio mostrava-se cambiante em função dos acontecimentos do outro lado dos Andes, e do desenrolar de suas histórias nas sociedades de acolho. Assim, a formação de associações de exilados, e os artigos nos jornais voltados para esta comunidade, estavam vinculados igualmente com essa dupla perspectiva, ou conexão, entre Chile e Argentina.

Estes seis pontos, ligados entre si, são aqui discerníveis analiticamente. Na investigação das fontes, procurei apontar para a presença destas camadas na conformação de um discurso político, de modo que a presença de diferentes temporalidades, temas, escalas de referência, objetivos dos textos ou ações, sobrepunham-se, rivalizavam ou até geravam antagonismos. Essa escrita não obedecia a um roteiro e uma objetividade prévios. O reconhecimento destas camadas e sua historicização estão na base do esforço da pesquisa. Da mesma forma, estes aspectos compõem a construção dos capítulos, aparecem e refluem ao ritmo das perguntas propostas pela tese e das condições de possibilidades presas às fontes e aos atores.

O recorte escolhido compreende o período em que chegaram ao Chile, fugindo da perseguição política na Região do Prata⁶, Sarmiento em 1841, e Alberdi em 1844, até o ano de 1852, que marca a queda de Juan Manuel de Rosas, em fevereiro⁷, os esforços de organização da nação por José Justo de Urquiza, os conflitos daí provenientes entre Buenos Aires e a Confederação, e suas repercussões nos debates através da imprensa e a formação de associações de exilados no Chile, lideradas por Sarmiento e Alberdi, representando cada lado da disputa na Argentina.

Para ambos, o exílio no Chile foi mais do que uma fuga⁸, pois, aí eles estabeleceram sua sede de trabalho, de preocupações e iniciaram efetivamente sua vida política e sua atividade como publicistas e intelectuais de forma duradoura, em um ambiente estável e aberto. Isto permite afirmar que estes foram, sem dúvida, os anos de seu amadurecimento intelectual, quando conceberam e escreveram suas principais obras^{9*}. Nos anos 1840, o Chile, pode-se dizer, representava o antípoda político e civilizatório da Região do Prata, pois a existência de governos estáveis, com instituições sólidas, eleições periódicas, imprensa livre e, sobretudo, uma constituição, tornava esta sociedade um modelo para as ambições e de experiências republicanas de Alberdi e Sarmiento.

A passagem pelo Chile, deste ponto de vista, tornou-se uma experiência incontornável em suas vidas, da mesma maneira que, numa via de mão dupla, a integração

⁶ Resguardando-nos do risco do anacronismo, utilizaremos a denominação ‘Região do Prata’ para designar o espaço político, cultural e territorial na primeira metade do século XIX que viria a ser o Estado argentino, seguindo a referência espacial também utilizada em WASSERMAN, F. **Entre Clio y polis**. Buenos Aires: Teseo, 2009, em MADER, M. E.; PAMPLONA, M. A. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas**. Região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007, e também em CHIARAMONTE, J. C. **Cidades, províncias, estados**. Origens da nação argentina. São Paulo: Hucitec, 2009.

⁷ Não avançaremos no ano de 1853, quando, acreditamos, abriu-se uma nova configuração de horizonte político e intelectual para a história argentina com o governo constitucional de José Justo de Urquiza.

⁸ Para uma compreensão da experiência do exílio ver: SAID, E. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. AMANTE, A. **Poéticas y políticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010; e SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **The politics of exile in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, neste último há um capítulo dedicado a este período da história chilena, designado como um sítio privilegiado de exílio.

⁹ De Sarmiento, destacaríamos **Facundo** (1845), in: OC, VII; **Viajes** (1848), in: OC, V; **Educación Popular** (1849), in: OC, XI; **Recuerdos de Provincia** (1850), in: OC, III; e **Argirópolis** (1850), OC, XIII; e de Alberdi La república Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo (1847), in: OC, III; **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina** (1852), in: OC, II; e **Estudios sobre la Constitución Argentina** (1853), OC, V.

* As citações de Sarmiento que pertencerem às Obras Completas seguirão o seguinte padrão: SARMIENTO. “nome do artigo”. Nome do periódico, data. OC, tomo, página; ou **nome da obra** (ano), OC, tomo, página. Caso pertençam a publicação isolada, será feita a citação convencional.

As citações de Alberdi que pertençam às Obras Completas seguirão o mesmo padrão de Sarmiento. As citações que pertençam à obra **Alberdi periodista en Chile**, organizada por Carolina Barros (ver bibliografia) serão dispostas da seguinte forma: ALBERDI. “nome do artigo”. Periódico, data. CB, página.

ao debate chileno destes eméritos representantes da ‘provincia argentina flotante’¹⁰ interveio de muitas formas na história política e cultural daquele país. Durante este período, Alberdi e Sarmiento ganharam prestígio entre as classes política e intelectual chilena e argentina¹¹ – também exilada – que, anos mais tarde, chegaria o poder com a queda de Juan Manuel de Rosas¹².

Dito isto, entendo que voltar ao tema da formação do pensamento político de Sarmiento e Alberdi não seja redundante¹³. Em primeiro lugar, tomo um momento da vida de ambos em que ainda não são as personagens monumentais para a história argentina que se tornariam durante os anos 1850, de modo que nos anos 1840 não estava predito o lugar que ambos ocupariam.

Ao mesmo tempo, a opção por concentrar a investigação nos artigos de periódicos, enfatiza o caráter dinâmico, não linear, aberto (em contraste com o formato do livro, fechado, racionalmente elaborado, coerente) do processo de conformação do discurso político na imprensa, o que acarreta implicações fundamentais para a produção intelectual, e que abordarei por dois caminhos. Por um lado, através da questão da circulação física, humana, do exílio, do estabelecimento em outro país, o que implica a busca de novas formas de sobrevivência, da integração a redes de solidariedade e coligação com grupos políticos locais. E, por outro, através da circulação das ideias e da escrita para um público aberto¹⁴, com periodicidade regular, em resposta às polêmicas

¹⁰ STUVEN, A. M. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, P. 413. Conforme imagem desenhada por Alberdi em La República Argentina, 37 años después de su revolución de Mayo, em **Obras Completas** t. III, p. 234. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886-1887. (Doravante OC seguido do número do tomo em romano e da página em arábico).

¹¹ Para efeito narrativo, utilizarei ‘Argentina’ e suas derivações, mas não perdendo de vista a ressalva da nota 3 acima.

¹² Ver HALPERIN DONGHI, T. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo, 2005 e PALTÍ, E. **El momento romántico**. Buenos Aires: Eudeba, 2009. Também elucidativo é acompanhar a discussão estabelecida na imprensa entre Alberdi e Sarmiento no ano de 1853, publicada como *Cartas Quillontanas* e *Las ciento y una* (diversas edições).

¹³ Sem dúvida, Natalio Botana, com seu livro **La tradición republicana**. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Sudamericana, 1997, de 1983, é a principal referencia no tema. Botana faz uma análise minuciosa das idéias políticas, culturais, sociais e das matrizes intelectuais europeias e norte-americanas que informam a ‘tradição republicana’ formada por Alberdi e Sarmiento. O estudo de Botana, no entanto, não confere especialidade ao fato de Alberdi e Sarmiento escreverem, a maior parte de seus escritos na década de 1840, em artigos de jornais. O fato mesmo de estarem no Chile não recebe muita atenção. Halperín Donghi, em *Una nación para el desierto argentino*, também sublinha a participação definitiva de Alberdi e Sarmiento nos projetos para a conformação política da Argentina, dessa vez destacando a presença dos autores no espaço chileno. Sua obra, no entanto, deixa ofuscada a presença da imprensa, além de tratar as ideias em jogo como blocos fechados em si e invariáveis no tempo.

¹⁴ Digo público aberto no sentido de que a princípio um texto em um jornal estaria acessível a qualquer um leitor, ou ouvinte de um leitor, e de que esse é mesmo a finalidade da imprensa. No entanto, como nos recorda Olivier Reboul em *Introdução à retórica*, “sempre se argumenta diante de alguém. (...) Um

travadas com interlocutores nos jornais, intervindo em questões políticas e culturais locais, tendo atenção na particularidade de como esse meio imprimiu um traço decisivo na escrita. Meu interesse, então, volta-se para a recuperação destas contingências, em confronto com a concomitante elaboração de um discurso político, uma dimensão duradoura como fundamento de seu pensamento político, através da análise de seus artigos nos jornais. Como sugeriu Bernard Bailyn em clássico estudo sobre os panfletos políticos na revolução norte-americana, havia um esforço em se entender aquele mundo não enquanto antecipação do futuro, mas como era sentido por aqueles que nele viviam, assim o “estudo dos panfletos pareceu conduzir de volta à Revolução”¹⁵.

É nesse sentido que gostaria de evocar a metáfora da margem do rio e, por evidente, o conto de Guimarães Rosa. O Chile como uma margem do Prata supõe um espaço de contato permanente, mediado por um rio que, por definição, é fluido, dinâmico, que possui uma vida própria, distinguindo-se, assim, de um lugar e outro. De modo que a conexão estabelecida entre estes dois lugares, ao passo que impunha exigências conjunturais de um e de outro, acabava por produzir uma dinâmica que não obedecia nem um, nem outro lugar, assim, os artigos de Sarmiento e Alberdi seguem tanto um regime de urgência proveniente dos acontecimentos da Confederação Argentina, bem como são gestados pelo tempo cotidiano, ordinário, da sociedade chilena. Mantendo a metáfora, observa-se que o Chile, como essa margem imaginária do Prata, serviu como um espaço de experiências, elaboradas e conduzidas por Sarmiento e Alberdi, que alcançaram a margem argentina.

Por outro lado, Alberdi e Sarmiento constituem-se, eles mesmos, nessa margem, numa margem subjetiva, como o pai do conto “A terceira margem do rio”. São seus próprios corpos que formariam essa margem, fluida, subjetiva, que estabeleceriam uma relação imprevisível com as entidades e os lugares fixos, que permanecem em um entre, numa zona de indeterminação, de modo que, tomando a perspectiva presentista que a análise do cotidiano pela imprensa permite, haveria um permanente trabalho de produção de sentido (de passado e de futuro) a cada momento, do ponto de vista dos sujeitos. Sarmiento e Alberdi como margens desse rio significa, igualmente, assumi-los como

auditório é, por definição particular, diferente de outros auditórios”, assim, Sarmiento e Alberdi tinham um público alvo e um efeito desejado a produzir nesse público, o que deverá ser analisado em cada situação efetiva em que se encontram os artigos selecionados, cf. REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 92-3.

¹⁵ BAILYN, B. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru: Edusc, 2003, p. 16.

pontos de atrito, como elementos que ajudam a conduzir, a dar sentido ao fluxo que vai até a outra margem e segue, e volta.

2 - Alberdi e Sarmiento no Chile, duas Argentinas

Tratar da biografia de Sarmiento e Alberdi implica tratar de dois passados ‘nacionais’ distintos. Nascido em Tucumán, em 1810, recebe uma bolsa para estudar no *Colegio de Ciencias Morales* em Buenos Aires de onde sai para ir à Universidade de Córdoba e de volta à de Buenos Aires. A vida de Alberdi liga-se à capital, aos círculos letrados da Universidade, ao Salão Literário e à Jovem Geração de 1837. Em 1838, publica a revista *La Moda*, e, após frustradas as hipóteses de aproximação com o governo de Rosas, Alberdi decide migrar para Montevideú, onde já se encontravam muitos exilados argentinos. Aí publica artigos nos periódicos *El Iniciador*, *El Nacional* e nos pasquins antirrosistas *El grito argentino* e *Muera Rosas*.

Em 1839 surgia a Comissão de Exilados de Montevideú, criada pelo general Lavalle para dar suporte a sua empreitada de invadir Buenos Aires com apoio da esquadra francesa que fazia o bloqueio ao porto daquela cidade desde 1838, e funcionava como um governo no exílio, segundo Florencio Varela¹⁶ - exilado e ativo periodista em Montevideú. Tomás de Iriarte, federalista, tentava implementar práticas representativas na comissão, como eleições e publicação de atas, percebia a rivalidade entre os exilados, movida pela intromissão do presidente uruguaio Fructuoso Rivera, e pela reprodução das antigas rivalidades argentinas, e lamentava o fato de não haver muitos federalistas na Comissão, como ele.

A emigração argentina em Montevideú compunha-se, basicamente, de três etapas: após a crise desencadeada em 1828-9 pelo assassinato do presidente federalista, Manuel Dorrego e a chegada ao poder de Rosas, que provocou a saída de unitários; após o início do segundo período do governo Rosas, em 1835, muitos federalistas constitucionais, chamados *lomos negros* ou *dorreguistas*, opositores de Rosas, emigraram; e após 1838, majoritariamente unitários membros da chamada geração romântica de 37, entre os quais Alberdi. Os dois primeiros grupos eram basicamente compostos de uma geração que participou das guerras de independência e formou-se, politicamente, em meios aos

¹⁶ Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud**: proscriptis argentinis et chiliens au XIXe siècle. Tese. Paris, Université de Paris-Diderot, EESC, novembre 2013, p. 203.

ensaios institucionais e à guerra civil facciosa entre unitários e federalistas. Esta particularidade trazia algumas consequências para o funcionamento da comissão. Em primeiro lugar, possibilitava a reprodução em solo uruguaio do faccionalismo portenho; em segundo lugar, mantinha-se um caráter militar, de enfrentamento, como estratégia de combate ao governador de Buenos Aires – o que fortalecia a lógica da guerra ao inimigo.

Ao lado desta comissão de caráter militar e partidária, outro grupo de exilados constitui-se em torno da juventude romântica, em desacordo com aquela. Alberdi apontava “falta de compreensão das realidades do país da parte dos velhos unitários e sua pouca legitimidade em razão da submissão aos militares”¹⁷. Segundo o relato de Alberdi,

Fuí escuchado con menos interés del que yo espere: los comisionados parecían estar más confiados en los recuerdos de su memoria que en las informaciones vivas y actuales de los que dejaban la escena por conocerse. *La opinión había hecho en Buenos Aires progresos que ellos no concebían*: habían quedado demasiado atrasados para que pudieses ser los intérpretes de los deseos y de las resoluciones modernas del país. Salidos después de una derrota, habían perdido la fe en el país que los abandonó¹⁸

A juventude romântica, como se sabe, ensaiou aproximações com o governo de Rosas, na esperança de seduzi-lo a um projeto constitucional e liberal. O texto do *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, de 1837, acenava com a possibilidade de legalização do regime mediante a adoção de uma Constituição e de um Congresso livre. Segundo Edward Blumenthal, a rejeição de Rosas, motivada em parte pela aproximação dos exilados unitários aos franceses e Montevideu, assimilava-se àquela dos generais unitários comissionados que teriam rejeitado ideias diferentes das de guerra. Em seu texto, Alberdi fazia menção à ‘opinião’, como a opinião pública da qual ele pôde ser um representante nos anos 1835-1838 em Buenos Aires, e que aludia a “outra legitimidade política de combate contra Rosas, egressa da opinião pública e não da posição de notáveis unitários”¹⁹.

Em maio de 1843, Alberdi deixa o Uruguai em direção à Europa. Um ano depois, de volta à América, desembarcava em Valparaíso. Neste período manteve-se em

¹⁷ BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud**: proscriptis argentis et chiliens au XIXe siècle. Tese. Paris, Université de Paris-Diderot, EESC, novembre 2013, p. 210.

¹⁸ ALBERDI, J. B. Acontecimientos del Plata en 1839 y 1840. Recuerdos – Impresiones – Pensamientos. *Apud* BLUMENTHAL, E. op. cit., p. 210. O texto de Alberdi não está datado, mas é com segurança escrito anos depois dos eventos narrados. Como memória, pode-se supor que se tratasse de alguma explicação da diferença de geração em seus comportamentos e ideias.

¹⁹ BLUMENTHAL, E. op. cit., p. 213.

permanente contato com seus companheiros de Geração, como Gutiérrez, Echeverría, Frías, Cané, Lamas, igualmente exilados. Essa rápida trajetória de Alberdi por Buenos aires e Montevideu apresenta um passado e uma experiência radicalmente distintos daqueles de Sarmiento, o que produziu como consequência uma atuação política no Chile também distinta, tanto pela questão da vivência pessoal, como pelos contatos estabelecidos no exterior, das experiências com outros emigrados, da proximidade com os palcos de guerra, da convivência com os líderes oposicionistas no exílio. A chegada de Alberdi a Valparaíso é anunciada pelo *Mercurio*, “suas campanhas periodísticas em Montevideu haviam levado a reputação do ‘sublime Alberdi’ até aqueles portos”²⁰, o que demonstra que Alberdi já possui algum reconhecimento entre os exilados – neste momento, abril de 1844, o jornal era dirigido por Felix Frías, argentino amigo de Alberdi.

Uma das dificuldades de se escrever sobre Sarmiento é a sensação de que tudo já foi dito; outra é que ao se falar de um mito, deve-se ter muito cuidado com o que falar. Sarmiento é, sem dúvida, uma das figuras mais estudadas da história argentina, talvez somente atrás de Juan Domingo Perón. Sobretudo, como afirma Maria Ligia Prado, “estamos, assim, diante de um escritor cuja atualidade é indiscutível”²¹, sendo pivô de debates calorosos sobre sua atuação política e seu legado histórico²².

Uma dificuldade adicional é que o próprio Sarmiento, antes mesmo de se tornar ‘a’ figura proeminente do século XIX, já havia escrito sobre si em pelo menos duas obras que ganharam relativa repercussão no momento de seus lançamentos, *Mi defensa*, em 1843, e *Recuerdos de Provincia*, 1850 – ambas publicadas e difundidas no Chile e,

²⁰ MAYER, J. **Alberdi y su tempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p.396.

²¹ PRADO, M. L. “Para ler o Facundo de Sarmiento”. Em: *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004, p.153.

²² Para uma visão panorâmica das apropriações de Sarmiento, no campo político, cultural e acadêmico de Sarmiento ao longo do século XX ver o artigo de SARLO, B. Sarmiento en el siglo XX. In: JITRIK, N. (dir.). **Historia crítica de la literatura argentina**. v. 4. Sarmiento. Buenos Aires: Emecé, 2012. Apenas a título de ilustração, noto que muito recentemente ocorreram publicações de grande apelo editorial e acadêmico, como, por exemplo, o citado volume da *História crítica de la literatura argentina*, organizado por Adriana Amante e todo dedicado a Sarmiento, em 2012. Trata-se de um conjunto de 32 artigos, abarcando os mais diferentes aspectos de sua obra. Também no mesmo ano, uma obra da importante editora Sudamericana intitulada *Sarmiento periodista* obteve grande repercussão na mídia local. Em 2011, *Yo, Sarmiento*, uma publicação de fôlego voltada para vulgarização, levada a cabo pelo historiador Ricardo de Titto, traça uma “biografia em primeira pessoa” a partir de textos autobiográficos de Sarmiento e outras fontes de época e secundárias. Entre nós, destacaria o crescente interesse pela história argentina e pela figura de Sarmiento, em especial. Para ficar apenas nos últimos cinco anos, foram defendidas duas dissertações de mestrado no departamento da PUC-Rio, sob a orientação da professora Maria Elisa Mader, quem, no mesmo ano de 2012, publicou sua tese de doutorado *A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Civilização e Barbárie*, num estudo comparativo entre Sarmiento e o Visconde do Uruguai. E, por fim, nesse ano de 2013, outras duas dissertações já foram defendidas no departamento de história da Unicamp sob orientação do professor José Alves de Freitas Neto.

clandestinamente, na Argentina. Ou seja, Sarmiento tornou-se ‘o autor’ daquelas que viriam a ser as mais recorrentes explicações sobre sua biografia, como a fonte sempre citada sobre um universo escasso de informações, produzindo permanentemente uma memória sobre si.

Considero, então, a própria escrita como fonte legítima deste passado autorreconstruído, menos para saber a verdade do ‘que’ ali é contado, e mais para avaliar o ‘por que’ e o ‘sentido’ que aquele texto assumiria no contexto em que foi lançado.

O fato das duas principais fontes autobiográficas serem do momento anterior à sua chegada à presidência, e mesmo anterior à queda de Juan Manuel de Rosas (1852), poderia servir, talvez, de abonador de suas palavras. Os textos em questão são de uma época em que a condição de exilado de Sarmiento e a situação política da Argentina não o credenciavam para qualquer pretensão a uma fama transcendente, dificultando a leitura dessas memórias como uma retrospectiva apologética de um presente vitorioso²³.

Desse modo, *Mi defensa* e *Recuerdos de Provincia*²⁴, como obras de memória, possuem um caráter mais prospectivo e apelativo, com uma função no presente e futuro imediato. Trata-se, antes, de conquistar um lugar no presente, de apelar ao público leitor para seu reconhecimento intelectual e político, e de produzir determinados efeitos naquele contexto em seu benefício. São memórias destinadas mais a construir um futuro do que a repousar o passado.

Em 1831, com o fracasso dos exércitos de general Paz, líder unitário cordobês, as províncias da região de Cuyo são tomadas por tropas federalistas leais a Facundo Quiroga. Sarmiento, ao lado de outros unitários, como Domingo de Oro e José Luis Calle, que se encontravam em Mendoza, são forçados a se mover para o Chile em busca de exílio. Segundo Halperín Donghi, “nos cinco anos que dura seu primeiro desterro acompanha-o constantemente a miséria. Professor em Los Andes e San Felipe, funcionário de bodega em Pocuro, mineiro em Copiapó”²⁵. De volta a San Juan, em 1836, dirige uma escola para

²³ Neste sentido, recorro aqui que a escolha desse período (1841-1852) possui como premissa investigar Sarmiento e Alberdi num momento de construção e desenvolvimento político e intelectual, desconsiderando seus futuros. Busca-se, assim, captar o momento e a experiência que tanto Alberdi como Sarmiento viveram no Chile de acordo com suas condições de existência e suas perspectivas naquele contexto. Daí o esforço em evitar qualquer tipo de avanço, apoio ou proposição sobre o futuro após 1852, uma vez que aí se abre um horizonte todo novo.

²⁴ SARMIENTO, D. F. **Recuerdos de Provincia; Mi Defensa**. Buenos Aires: Emecé, 2011.

²⁵ HALPERIN DONGHI, T. Sarmiento. In: SARMIENTO, D. F. **Campaña en el Ejército Grande**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, p. 12. Traduzi ‘bodegonero’, no original, por funcionário de bodega, por não haver um equivalente dado a especificidade da atividade.

moças e cria um periódico, em 1839, *El Zonda*, com máquinas cedidas pelo governador, através do qual buscava movimentar culturalmente a sociedade provincial e estabelecer um vínculo com o movimento iniciado em Buenos Aires em 1837, agora no exílio.

Contatos entre argentinos e chilenos remontam desde ao período colonial, aos anos de guerra de independência em que os exércitos combateram em comum contra a Espanha, e nos anos 1830, com aumento considerável após 1835, às ondas de imigração argentina chegavam ao Chile²⁶. O que permitiu configurar-se neste país uma sólida rede entre os estrangeiros que promovia alguma proteção aos que chegavam, composta por exilados políticos, em especial de unitários e liberais históricos saídos da Argentina após a tomada do poder pelos federalistas com Rosas.

Em 1841, encontrava-se novamente diante das ameaças das tropas federalistas, e novamente empreendeu a saída para o Chile. Desta vez, no entanto, “sua chegada foi distinta porque havia um núcleo de refugiados argentinos”²⁷. Dentre estes argentinos estabelecidos no Chile havia uma grande quantidade proveniente da região de Cuyo, limítrofe com entre os dois países, a qual englobava as províncias de Cuyo (cujas capitais são Mendoza, San Luís e San Juan, produtora de gado, grãos, e forte produção manufatureira. Desde o período colonial, a região mantinha intenso contato comercial com Santiago, Valparaíso e Copiapó como centros consumidores e exportadores. Devido aos conflitos políticos, muitos comerciantes e produtores fugiram para o Chile. Bem como grupos e intelectuais envolvidos com a política diretamente.

Possivelmente, Sarmiento valeu-se destas redes, que contavam, inclusive, com membros de San Juan residentes no Chile, como o já citado Domingo Oro, que acompanhará Sarmiento como amigo e conselheiro, Miguel Piñero, o futuro editor de *El Mercurio* e quem foi professor seu e de Vicente Fidel López no Liceu de San Juan, e José Luis Calle, que no período em que permaneceu em Valparaíso tornou-se dono e editor do

²⁶ Sobre este tema, de fundamental importância para a compreensão das possibilidades de vida no novo país. Segundo Jorge Mayer, por volta de 1840, “o número de exilados que perambulava pela costa do Pacífico era considerável. O ministro Portales [...] havia oferecido, anos antes, asilo e emprego a Bernardino Rivadavia, Julián Segundo de Agüero, Valentin Alsina e Florencio Varela”. MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 394. Também Ricardo Rojas, em sua **Historia de la literatura argentina**. v.5. Buenos Aires: Kraft, 1957, cap. IX, destaca a grande quantidade de argentinos vivendo no Chile nos anos 1830, 1840, e os contatos que estabeleciam. Por fim, citaria o instigante artigo de Ana Maria Stiven “El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

²⁷ SERRANO, S. Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). In: EDWARDS, E. (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996, p. 115.

*Mercurio*²⁸. Foi Calle quem, segundo Augusto Belin Sarmiento, passou a redação do *Mercurio* a Sarmiento, sendo o “primeiro a reconhecer as qualidades de escritor a Sarmiento e facilitar-lhe a ocasião de se produzir” como tal²⁹. Calle aparece como uma figura proeminente sobre Sarmiento, e com uma atuação marcante nos anos 1830 entre os exilados argentinos no Chile³⁰.

Ao chegar ao Chile, no início de 1841, Sarmiento foi introduzido no círculo de Manuel Montt (diretor do Instituto Nacional e ministro do governo Joaquín Prieto 1831-1841) e do literato Victorino Lastarria (professor no Instituto Nacional), quem teria sugerido a Manuel Rivadeneyra, (renomado editor espanhol, que já trabalhara no *Araucano*³¹ de Santiago) a publicação de um texto de Sarmiento sobre a independência chilena no *Mercurio* de Valparaíso, mais antigo jornal do país³². Nele, o autor expressava o sentimento de irmandade entre os povos chileno e argentino³³, o que se mostrava conveniente, pois dada a grande presença de imigrantes argentinos, conflitos e rusgas na imprensa tornavam-se constantes³⁴.

Como repercussão desta primeira publicação nos meios políticos, Sarmiento foi “solicitado simultaneamente pelo general Las Heras, que lhe propõe servir à causa dos *pipiols*, e por Manuel Montt, então ministro da Justiça, de Culto e da Instrução Pública (...) que o convida a defender a causa do general Bulnes”³⁵, nas eleições que ocorreriam

²⁸ As relações entre Calle e Sarmiento são relatadas pelo próprio Sarmiento em suas memórias. Não pude encontrar outra fonte positiva que verificasse a relação entre ambos. Considerando, no entanto, as dimensões dos círculos sociais letrados na província de San Juan e Cuyo no início da década de 1830, dado que Sarmiento passou 5 anos no Chile, na companhia de Domingo Oro, membro da elite política sanjuanina, e que durante seu período no Chile, Calle esteve em permanente contato com lideranças unitárias de Cuyo, inclusive Oro, é legítimo supor que estas personagens tenham tido contato e que este contato tenha se manifestado na chegada de Sarmiento ao Chile em 1841, contribuindo para a entrada do jovem sanjuanino, opositor de Rosas, empenhado em exercer uma campanha desde o Chile contra o governo federalista da Argentina, o que o próprio Calle havia feito nos anos em que esteve à frente do periódico entre 1833 e 38. Ver: capítulo 4 desta tese e SARMIENTO. OC, XLIII.

²⁹ SARMIENTO. Los Emigrados. In: OC, XIV, p. 365. Este capítulo é um apêndice de Campaña en el Ejército Grande, compõe-se de verbetes com os nomes dos exilados argentinos no Chile e foi organizado por Augusto Belin Sarmiento, neto de Domingo Faustino, a partir de anotações dispersas do próprio Sarmiento.

³⁰ Como se verá no capítulo 4.

³¹ Periódico ministerial dirigido por Andres Bello de 1835 a 1841.

³² O artigo se chamava *La batalla de Chacabuco*. Em: SARMIENTO: OC. I, 7.

³³ Conforme sugerido acima, Alberdi apresenta a mesma preocupação em seus primeiros artigos de 1844 em *El Diario* e *El Mercurio* cf. BARROS, C. **Alberdi: periodista em Chile**. Buenos Aires: Verlap, 1997.

³⁴ Alberdi, por sua vez, publicaria uma série de artigos, em 1848, nas páginas de *Comercio de Valparaíso*, em defesa do direito dos estrangeiros, tema que será revisitado constantemente por Sarmiento em suas diversas polêmicas na imprensa. Ver: MEGLIOLI, M. “La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa”.

³⁵ VERDEVOYE, P. **Sarmiento: éducateur et publiciste, 1839-1852**. Paris: Centre de Recherches en Hautes Études Hispaniques, 1963, p. 318. Vale notar que Las Heras é argentino e também exilado pelos conflitos com Juan Manuel de Rosas.

em junho de 1841. Ao decidir pelos conservadores, Sarmiento foi convidado a trabalhar no *Mercurio*, órgão que servia à candidatura do governo, e no *El Nacional* de Santiago, criado por Montt para o período das eleições entre abril e julho de 1841³⁶. A filiação de Sarmiento ao partido conservador revelou-se duradoura e nas eleições de Manuel Montt, em 1851, ainda mostraria o mesmo entusiasmo dos primeiros dias³⁷.

Desde os primeiros momentos no Chile, Alberdi estabeleceu contato com outros argentinos como Mariano Serratea, Rodriguez Peña, Miguel Piñero, entre outros de médio e alto estrato social³⁸. Frequentava as redações de *El Progreso* e *El Siglo*, e circulava no meio de liberais e conservadores³⁹. Manuel Camilo Vial e Sarmiento o convidaram para trabalhar no *Progreso*, mas Alberdi tomou o caminho da cidade portuária de Valparaíso e aceitou a oferta de *El Mercurio*, também ligado ao governo de Manuel Bulnes. De modo a justificar sua postura diante do quadro partidário e ideológico chileno, Alberdi ponderava que os conceitos de conservador e revolucionário tinham um sentido diferente na América do que na Europa, pois os conservadores chilenos desejavam manter as conquistas da revolução americana, ao passo que os revolucionários queriam voltar a um estágio de conflito e guerra civil já superado⁴⁰.

Sobre este ponto fundamental, não se pode perder de vista que Alberdi e Sarmiento tinham a experiência argentina como pano de fundo e como horizonte: tanto a ditadura e a guerra civil que eles sofreram (e sofriam), como a memória dos conflitos partidários dos anos 1820⁴¹ na região do Prata. De modo que a defesa da ordem

³⁶ SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 177.

³⁷ Cf. SARMIENTO. "Candidatura Montt". OC: LII p. 21; ver Capítulo 4

³⁸ É importante notar que este círculo social será o mesmo que comporá, em 1852, o *Club de Valparaíso*, organização de argentinos que apóiam a formação de um novo governo por Urquiza. Cf. BRAGONI, B. La utopía constitucionalista: Alberdi y el club argentino de Valparaíso. **Revista de Historia da América**. n. 121, 1996. Acreditamos que a exploração da formação e das redes de sociabilidades que envolvem estes clubes contribua para iluminar, de forma ampla, a presença e atuação de nossas personagens em solo chileno neste período.

³⁹ Cf. MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, pp. 396 e ss.

⁴⁰ Cf. VERDEVOYE, P. op. cit., p. 320; e MAYER, J. op. cit., p. 436. A mesma ideia se repete em distintas circunstâncias, como no artigo de *Comercio de Valparaíso* de 22/08/48: "En nada ofrece tantos inconvenientes, la aplicación rutinaria a las repúblicas, de los términos de la vida política de las monarquías, como en las palabras *agitador y conservador*". ALBERDI. "Situación ambigua y difícil de la Revolución en Francia". *El Comercio de Valparaíso*, 18/08/1848. In: CB, p., 341. Passagem que também demonstra a preocupação de Alberdi com a linguagem política.

⁴¹ Cf. VERDEVOYE, P. **Sarmiento: éducateur et publiciste, 1839-1852**. Paris: Centre de Recherches en Hautes Études Hispaniques, 1963, p. 321. Para uma análise da história política argentina dos anos pós-independência ver SHUMWAY, N. **A invenção da Argentina**. São Paulo: Edusp, Brasília: Edunb, 2008; SABATO, H. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 9, maio/2009; GONZÁLEZ BERNALDO, P. **Civilidad**

institucional, da Constituição, do progresso material, da representação política, da imprensa livre, como experimentavam no Chile, e como exprimiam em seus escritos, conformou-se num ideal republicano que seria transposto para o caso argentino, como projeto e modelo de sociedade.

A partir de dezembro de 1850, quando chegou a notícia da insurgência do general Urquiza contra Rosas, Sarmiento e Alberdi passariam a dedicar mais espaço aos assuntos de sua terra natal⁴². A intensificação das questões políticas internas do Prata na imprensa chilena acabou por promover o surgimento de clubes rivais compostos por exilados argentinos⁴³ e seus simpatizantes: o *Club Constitucional Argentino de Valparaíso*, liderado por Alberdi e o “*Club de Santiago*”, tendo à frente Sarmiento⁴⁴. Por meio destas organizações, e seus meios impressos, ambos buscavam agregar a simpatia de exilados e, principalmente, do governo chileno em apoio a seus grupos e projetos na Argentina.

Este último ponto evidenciava a profunda conexão da história política intelectual entre os dois lados dos Andes e encarnada por nossos protagonistas, como, de fato, uma terceira margem do Prata, um espaço físico, simbólico, político e subjetivo. De acolhimento e de desafio. Conforme sintetizou Ricardo Rojas, “si la vida de los escritores argentinos es en aquel lapso un episodio de la historia chilena, aquel momento de la cultura chilena es parte integrante de nuestra propia historia literaria”⁴⁵. Aspecto que reforçava a aposta em um papel fundamental exercido pelo Chile sobre a produção intelectual de Alberdi e Sarmiento.

y política en los orígenes de la nación argentina. Buenos Aires: FCE, 2008; e HALPERIN. DONGHI, T. **Una nación para el desierto argentino.** Buenos Aires: Prometeo, 2005.

⁴² MAYER, Jorge. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Eudeba, 1963, pp. 496 e ss. e VERDEVOYE, Paul. *Sarmiento: éducateur et publiciste, 1839-1852*. Paris: Centre de Recherches en Hautes Études Hispaniques, 1963, pp. 369 e ss.

⁴³ Domingo Sarmiento “em fins de 1851 iniciou uma conspiração organizando comitês revolucionários em Santiago, Valparaíso e Copiapó para armar um destacamento que cruzaria os Andes”. Cf. SERRANO, S. “Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). Em: EDWARDS, E (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996, p. 122.

⁴⁴ Cf. BRAGONI, Beatriz. “La utopía constitucionalista: Alberdi y el club argentino de Valparaíso”. *Revista de Historia da América*. N. 121, 1996.

⁴⁵ ROJAS, Ricardo. *Historia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Losada, 1948, p. 300.

3 - Chile nos anos 1840

“Entre 1830 e 1890 nenhum governo chileno foi derrubado pela força das armas. Desde a Constituição de 1833 em diante, o país só teve uma carta fundamental vigente”⁴⁶. A constatação é do historiador chileno Alejandro San Francisco e representa um grande nó para a historiografia chilena. Desde final dos anos 1830, quando se encerrava o governo de Jose Joaquin Prieto (1831-1841), setores do governo e das elites chilenas se empenharam na produção de um imaginário político, segundo o qual, o país haveria se tornado, a partir do governo conservador de Prieto, “uma exceção honrosa de paz e estabilidade, de ordem e liberdade”⁴⁷. Como demonstra o historiador, esse discurso sobre uma suposta estabilidade, liberdade e ordem foi-se estabelecendo nos meios letrados e políticos chilenos como uma autoimagem do país, e teria ganhado reforço nos anos 1840 com os dez anos de governo de Manuel Bulnes (1841-1851).

Conforme notou recentemente o historiador Gabriel Salazar, “‘a ordem em si’ se constituiu no mito mais célebre da história política chilena, manifestado no orgulho patriótico e na ideia de governabilidade”⁴⁸. Esse mito, acredito, cobria uma função tanto para o passado, no caso da governabilidade, quando buscava mostrar que os anos de anarquia⁴⁹ da década de 1820 - em que o Chile teve trinta presidentes entre 1823 e 1830, e cinco constituições ou ensaios entre 1822 e 1833⁵⁰ - estavam superados; quanto para o presente, no caso do patriotismo mobilizado pelo Partido Conservador no poder, quando se comparava com a situação de instabilidade e guerras civis nas demais ex-colônias espanholas⁵¹.

⁴⁶ SAN FRANCISCO, A. ‘La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad’. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, G.; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009, p. 67.

⁴⁷ A frase é do periódico oficial *El Araucano* em abril de 1841. *Apud* Ibid, p. 55.

⁴⁸ *Apud* Ibid, p. 56n.

⁴⁹ A expressão era usada pelos contemporâneos, cf. SAN FRANCISCO, e é confirmado por Diego Barros Arana, um dos mais importantes historiadores chilenos do século XIX, cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. v.I. in: Obras Completas t. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913. Historiadores posteriores também se apropriaram da noção de anarquia como oposição à ordem, nos termos que os atores da época usavam cf. EDWARDS, A. **La fronda aristocrática**. Santiago: Editorial Universitaria, 2005. GONGORA, M. **Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX - XX**. Santiago: Editorial Universitaria, 2006. EYZAGUIRRE, J. **Fisionomía histórica de Chile**. Santiago: Editorial Universitaria, 2004.

⁵⁰ Cf. SAN FRANCISCO, A. “La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad”. La autoimagen política de Chile en el siglo XIX. In: CID, G; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, pp. 64 e 69, respectivamente.

⁵¹ Em comparação com outras nações sul-americanas, no caso argentino, o qual servia de contraponto para Alberdi e Sarmiento, este ‘mito’ produzia um efeito importante, já que desde o assassinato do presidente

Em relação ao passado, a situação de crise política haveria começado com a saída de Bernardo O'Higgins em 1823, e seguiu-se pela década com diferentes ensaios constitucionais até a promulgação da Constituição liberal de 1828, sob auspícios de José Joaquín de Mora. No plano governamental, houve uma grande rotatividade do poder executivo entre presidentes permanentes e interinos e colegiados⁵². A Constituição de 1828, organizada por membros do partido liberal foi suprimida pelo conflito armado entre liberais e conservadores, conhecido como Batalha de Lircay, substituída pela Carta de 1833, dando início ao período comandado por este último partido – e que perduraria até 1890⁵³.

A chegada ao poder, em 1831, de José Joaquín Prieto inauguraria um longo período de efetiva manutenção da ordem institucional, com a passagem regular da presidência para candidatos que haviam sido eleitos⁵⁴. A presidência de Prieto teve como principal objetivo a pacificação do país fundada na constituição de 1833. Esta carta estabeleceu um poder presidencial forte – com eleições indiretas e regimes de cinco anos – e centralista – com os intendentess provinciais sendo designados diretamente pelo presidente. À disposição do Poder Executivo foram criados instrumentos de emergência, como as “faculdades extraordinárias” e a regulamentação do “estado de sítio”, que deveriam ser votadas pelo Congresso ou pelo Conselho de Estado – nomeado pelo Presidente - caso o Congresso entrasse em recesso. Estas informações são de particular interesse, pois, segundo o historiador britânico Simon Collier, “tais poderes estiveram em vigência durante aproximadamente um terço do período entre 1833 e 1861”⁵⁵.

Para Diego Barros Arana⁵⁶, um dos mais importantes historiadores chilenos do século XIX, Prieto foi um político discreto, delegando a condução do governo a seus

federalista Manuel Dorrego, em 1828, por tropas unitárias, a Confederação Argentina havia entrado numa guerra civil que só se resolveria com a concessão de faculdades extraordinárias pelo parlamento a Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, em 1835. A partir daí se instauraria um governo ditatorial na Argentina que duraria até 1852 e que foi responsável pela perseguição e o consequente exílio de Alberdi e Sarmiento. Ver: SHUMWAY, N. **A invenção da Argentina**. São Paulo: Edusp, 2008, cap. 5.

⁵² Cf. SAN FRANCISCO, A. “La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad”. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. in: CID, G; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009, p. 63.

⁵³ Ver: JOCELYN-HOLT, A. **El peso de la noche**. Nuestra frágil fortaleza histórica. Buenos Aires: Ariel, 1998. STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000; e SAN FRANCISCO, A. op. cit., pp. 63-67.

⁵⁴ Quero acentuar apenas este traço institucional sem problematiza, neste momento, as condições e pormenores desta estabilidade e sucessão presidencial.

⁵⁵ COLLIER, S. e SATER, W. **Historia de Chile. 1808-1994**. Madrid: Cambridge University Press, 1998, p.59.

⁵⁶ Historiador chileno (1830-1907) escreveu e publicou sua História Geral do Chile em 16 volumes entre 1884 e 1902. Uma das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa diz respeito à historiografia chilena

ministros. Dentre eles, o que mais se destacou foi Diego Portales. Segundo Barros Arana, “o governo de paz e de ordem, de rigorosa economia e de administração efetiva que imperava em 1836 era, pode dizer-se assim, obra de don Diego Portales”⁵⁷. Esta perspectiva seria incorporada pela historiografia chilena do século XX, operando uma associação do conceito de ordem ao nome de Portales⁵⁸ – e, por extensão, ao Estado. Os anos 1830 dariam, então, início a um longo período de predomínio do Partido Conservador, que se estenderia até os anos 1890.

Distante de ser a estabilidade e a calma difundida pelos publicistas conservadores, os anos 1830 foram bastante conturbados interna e externamente. Os conflitos entre grupos políticos e entre autoridades circulavam no espaço público através de jornais, panfletos e volantes⁵⁹, conforme aponta Marcelo Leiras, os jornais na década de 1830 buscavam formas de continuar os debates parlamentares, reproduzindo-os em suas páginas, conferindo-lhes um estatuto público, que era progressivamente requerido pela sociedade segundo uma nova legitimidade do espaço público⁶⁰. O desenvolvimento da imprensa representava essa pluralidade e conformação de área permanente de conflito, como também foram sinais de perturbação a guerra contra a Confederação Peru-Boliviana, e o sintomático assassinato de Portales, em 1837, por membros da Guarda Civil. Um olhar atento a estes eventos traria dificuldades à tese de ausência de conflito.

No entanto, as representações da época e de parte da historiografia reforçavam a imagem idealizada da estabilidade e da ordem. O período do governo Manuel Bulnes (1841-1851), general vitorioso na guerra contra a Confederação Peru-Boliviana (1836-1839), “tem sido descrit[o] frequentemente como uma ‘era de bons sentimentos’. (...) De

sobre o século XIX. A maior parte dos trabalhos recorre a Diego Barros Arana como fonte, e muitas das vezes sem algum tipo de mediação. Com isso, tornava-se mais importante o uso dos jornais, no sentido de confrontar, ampliar e aprofundar a crítica às fontes no que toca à história do discurso político. Assim, também por este caminho, acredito que se justifique a volta exaustiva aos artigos de jornal e o método de exploração da linguagem, dos embates e dos jogos político-partidários cotidianos, que, longe de se confundir com uma determinação pelo contexto, abre caminho para a investigação processual do discurso político.

⁵⁷ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.I. In: **Obras Completas** v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 17.

⁵⁸ Ver: JOCELYN-HOLT, A. **El peso de la noche**. Nuestra frágil fortaleza histórica. Buenos Aires: Ariel, 1998.

⁵⁹ Ver: GONZALES BERANALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**, Santiago, v. 79, 1999.

⁶⁰ LEIRAS, M. Ladrando a l'aluna: periodismo, política y legislación en la elaboración de la Constitución de Chile, 1831-1833. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, pp. 90-97.

fato, no início da década de 1840, o liberalismo chegou quase a morrer de benignidade”⁶¹. A opinião de Simon Collier, que conflui para o tema da ordem em geral, busca ressaltar aspectos específicos deste governo, considerado de conciliação entre conservadores e liberais. “Com o tolerante *pelucón* Ramón Luis Irarrázaval a cargo dos ministérios do Interior e de relações exteriores (...) Muchos liberales proeminentes se reconciliaram com o regime”⁶². Entre as medidas conciliadoras tomada pelo governo Bulnes está a “lei de anistia a todos os desterrados por causas políticas”⁶³ promulgada nos primeiros meses de seu governo. Além dos liberais, os “ultra-conservadores [...] começavam a aproximar-se do novo governo, que os recebia de bom termo”⁶⁴. Para concluir, nas palavras de Barros Arana, “a situação da República era a mais plácida e tranquila pela qual já passara desde os dias de seu nascimento”⁶⁵.

Com estas passagens, gostaria de ressaltar dois conjuntos de problemas de grande relevância para a pesquisa: o tema da ordem e a prevalência do Estado como agente histórico. De acordo com boa parte da historiografia analisada, estes seriam dois pilares para a compreensão da história chilena no século XIX. A análise que proponho, no entanto, distancia-se desses pressupostos, ao enfatizar, por um lado, as arestas de conflitos político e social que passou a sociedade chilena de meados do século XIX, e, por outro lado, o papel decisivo que as associações e organizações civis tiveram como espaço para o desenvolvimento da política e da cultura e dos conflitos sociais.

4 - Tradição política chilena

A queda do governo do “Libertador” Bernardo O’Higgins em 1823 deu início a um período de intensas lutas ideológicas entre as facções rivais sobre a forma de condução da república. Destes grupos, e seus suportes políticos e ideológicos, que foram gastados na década de 1820 encontram-se entre os mais importantes os *pelucones* e os *pipiolo*s. Os *pelucones* representavam setores proprietários de terra, famílias tradicionais, espalhados

⁶¹ COLLIER, S. O Chile da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, L. (org). **História da América Latina**, v. III. Da Independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2004, p. 598.

⁶² COLLIER, S. e SATER, W. **Historia de Chile. 1808-1994**. Madrid: Cambridge University Press, 1998, p. 102.

⁶³ STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000. p. 74.

⁶⁴ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. I. In: **Obras Completas**. v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913. p. 268.

⁶⁵ Ibid., p. 268.

por todo o território e que mantinham títulos e privilégios que se mantinham desde o período colonial. Segundo um jornal de 1824, os *pelucones* eram “homens de costumes em literatura, legislação, governo e impostos, para quem (...) todo o desejo é retornar às condições do ano de 1808 (exceto apenas à obediência a Espanha)”⁶⁶. Segundo o historiador James Wood, essa facção conservadora “favorecia um governo nacional centralizado composto de um corpo estritamente limitado de representantes (...) que seriam eleitos por um corpo rigidamente limitado e condescendente de eleitores”⁶⁷. Este grupo voltou-se contra O’Higgins quando este iniciou um processo de extinção dos privilégios coloniais e revisão dos poderes da igreja católica.

Ao lado dos *pelucones*, identificava-se à época outro grupo, denominado *Estanqueros*, uma elite de comerciantes que haviam sido beneficiados pelo Estado com determinados monopólios no ano de 1824 e que, com o rompimento desses acordos, em 1826, passaram ao campo político, onde passou a se destacar um dos mais importantes destes comerciantes, Diego Portales. Diferente de seus aliados *pelucones*, os *estanqueros* não reclamavam a forma aristocrática ou títulos, sua riqueza não estava na terra e não se opunham as reformas propostas por O’Higgins. “O que eles dividiam com os conservadores Pelucón era uma obsessão pela ordem, uma ordem política e social que fluía do chefe executivo altamente centralizado para fora e para baixo, para o povo e províncias”⁶⁸, o que implicava a eventual restrição de direitos individuais que se opusessem a esta ordem. Ainda segundo Wood, uma característica distintiva deste grupo, teria sido a “insistência no funcionamento impessoal da maquinaria do Estado”, dada sua crítica ao personalismo de O’Higgins e de generais ou personalidades que se pautavam na tradição como fonte de autoridade.

Segundo Ivan Jaksic, em artigo de 1992 numa leitura mais ligeira sobre o tema, “la situación política de Chile en 1840 (...) mostraba una fuerza liberal desperdigada e incoherente y una fuerza conservadora en el poder desde la revolución de 1830 cuyas divisiones se hacían patentes hacia el final de la década”⁶⁹, neste último grupo

⁶⁶ “Artículo gramatical sobre las palabras Pelucones y Liberales”. El Liberal, 04/09/1824. *Apud* WOOD, J. **The Society of Equity**. Popular republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque, New Mexico University Press, 2011, p. 24.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 25.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 25. Novamente, aqui, eu colocaria a questão se o substantivo ‘obsessão’ usado pelo autor não estaria também refletindo uma certa assunção do ponto de vista dos agentes, pois, em geral, elites que ocuparam o poder no século XIX na América Latina, de uma forma ou de outra, elaboraram um discurso em torno da ordem, da estabilidade.

⁶⁹ JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992, p. 120.

polarizavam uma “ala tradicional, oligárquica y clerical, y otra modernizante y laica compuesta por los miembros más jóvenes de este movimiento”⁷⁰. O historiador chamava atenção para as cisões no interior do grupo conservador, o que provocava a necessidade de uma leitura mais balizada sobre os agrupamentos no interior dos partidos⁷¹

A facção liberal, por seu turno, identificava uma continuidade do sistema colonial nos governos da década de 1810 e início da década de 1820, dada estrutura autocrática, a rígida hierarquia social, a manutenção de privilégios da posse da terra e os poderes da igreja sobre a sociedade, instituições educacionais e a imprensa. Francisco Antonio Pinto, que tomou o poder em 1828, após a renúncia de Ramón Freire, tornou-se o líder dos liberais que, em sua maior parte, provenientes de setores de classe média urbano, ligados à educação, profissionais autônomos, oficiais militares, advogados. Grupos que não haviam necessariamente participado da administração anteriormente e que sua chegada ao poder com Pinto leva a seus adversários denominarem-nos de *pipiols*, algo como ingênuos, novatos, mas que continha um destaque negativo de sua posição social.

A crítica dos *pipiols* ao governo autoritário e fortemente centralizado moldado na passagem dos anos 10 aos 20 aproximava-os dos grupos federalistas que ascenderam ao poder com Ramón Freire. Governador de Concepción, província do sul do país em aliança com forças de Coquimbo, mais importante província do Norte, Freire esposava a proposta de José Miguel Carreras, líder revolucionário ao lado de O’Higgins, de equilíbrio de forças entre as províncias, opondo-se ao centralismo santiaguino de O’Higgins. Após a morte de Carreras, creditada ao Libertador, então presidente, que deixa o poder em 1823, abrindo caminho para Freire tentar implementar um governo federalista. Neste período, propôs-se uma reforma constitucional que ampliava os poderes provinciais, dotando-as de autonomia eleitoral e legislativa, o que era severamente criticado por liberais e conservadores de Santiago, o que leva a renúncia de Freire e a ascensão de Pinto em 1828, suspendendo os efeitos das reformas federalistas⁷².

⁷⁰ JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992, p. 121.

⁷¹ Como se verá mais adiante, a nomenclatura *club* passará a ser usada no final da década justamente salientando as distinções internas entre partidos. Ver também PALTÍ, E. J. Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República Restaurada. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004, pp. 174-6. Palti refere-se ao surgimento de círculos relativamente autônomos no interior dos partidos e agremiações tradicionais mexicanos na década de 1860 devido às mudanças no cenário político local.

⁷² Cf. WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque, New Mexico University Press, 2011, p. 27.

Os *pipiolo*s, no entanto, não se confundiam com os chamados *democratas liberais*, que se distinguíam de seus aliados moderados em sua demanda por participação popular e extensão dos direitos políticos aos trabalhadores, nomeadamente, os artesãos, que se manifestavam na esfera pública, após a chegada de Pinto ao poder com o periódico *El Descamizado*. Os liberais democratas buscavam expandir a república para além de Santiago e para as classes populares e, conforme se verá, entre os anos 1820 e 40 são diversos movimentos de trabalhadores e de periódicos que surgem, apelando por representatividade e por cidadania, o que passaria a incluir também o tema da educação⁷³.

Com isso, procuro estabelecer uma base mínima para a nomenclatura utilizada largamente pelos atores nas fontes estudadas. Claro está que não se trata de categorias absolutamente rígidas, pois, como se verá, os cenários políticos e sociais foram criando situações em que estas definições já não davam conta, e, no plano concreto, verificava-se uma mobilidade entre pessoas e ideologias, produzindo novos arranjos mais ou menos duráveis no plano político partidário. Perceber a fluidez e a mutabilidade dessas categorias não quer dizer que sejam descartáveis, afinal elas organizam a linguagem política e dão sentido e identidade aos grupos sociais e ideias circulantes.

Alfredo Jocelyn-Holt, em um esforço de reavaliar a figura de Portales para a história chilena faz uma crítica da historiografia tradicional que, ao seu ver, “oferece não só uma imagem do estado como o principal protagonista da evolução política do Chile [... mas também ...] pretende explicar o desenvolvimento cultural em função de uma forte intervenção do estado”⁷⁴. O autor suspeita dessa construção, ao afirmar que o governo “até 1860, foi incapaz de consolidar a ordem [... e que...] a ordem constitucional opera em um sentido o mais nominal”⁷⁵. Segundo Jocelyn-Holt, “longe de existir um predomínio consistente e constante do presidencialismo, a gravitação parlamentarista viria a emergir como a principal estrutura política”⁷⁶. Para o autor, a sobrevivência da ordem social, resultante da força, da autoridade e coesão das elites, teria sido o fator decisivo da história chilena através da “manutenção prolongada da ordem senhorial, por

⁷³ WOOD, J. **The Society of Equity**. Popular republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque, New Mexico University Press, 2011, p. 28. Ver também: GONZÁLEZ le SAUX, M. **De empresarios a empleados: clase media y Estado Docente en Chile 1810 – 1820**. Santiago: LOM, 2011, cap. 2.

⁷⁴ JOCELYN-HOLT, **El peso de la noche. Nuestra frágil fortaleza histórica**. Buenos Aires: Ariel, 1998, p. 29.

⁷⁵ Ibid., p. 24.

⁷⁶ Ibid., p. 24.

uma parte (...), e pela outra a aceitação ou acomodação da elite tradicional chilena à ordem liberal clássica a partir da Independência até chegar ao ano de 1973”⁷⁷.

Jocelyn-Holt toma como ponto de partida uma famosa passagem de Diego Portales, onde este declara que “a ordem social se mantém no Chile pelo peso da noite [...], a tendência quase geral da massa ao repouso é a garantia da tranquilidade pública”⁷⁸. De onde depreende que “para todos os efeitos, a ordem a que alude Portales é independente dos governantes”⁷⁹ e que “a ordem social, entendido como *peso da noite*, opera porque a ordem propriamente tal, a liberal, não existe”⁸⁰. Para este autor, as elites senhoriais latifundiárias – às quais se agregariam as comerciais – garantiriam a ordem, independentemente do Estado e, eis sua tese mais forte, contra o Estado, referindo-se às suas pretensões monopólicas⁸¹ e à instabilidade proporcionada por um regime democrático. De modo que não tanto o Estado e seus instrumentos supostamente impessoais e racionais, mas a classe senhorial, com sua tolerância ao discurso liberal, e através do controle do poder parlamentar, por acima do presidencialista, seria a principal protagonista da história chilena do XIX.

Se por um lado, Jocelyn-Holt afasta-se da suposta absolutização e perenidade do poder executivo e autoritário, por outro caminho, sua hipótese manteria o conceito de ordem: “a ordem social simplesmente é, à diferença de outras ordens que se postulam como um *desideratum*”⁸². Quer dizer, a ordem não seria, a princípio, desejo de algum grupo específico, a ordem simplesmente existe no Chile desde a independência como inércia mantida pelo controle da economia e da política pela classe senhorial que, no entanto, não apareceria no jogo político como partido da classe dominante, dando a impressão de que “na noite não governam nem o estado nem a sociedade”⁸³.

Em resumo, se Jocelyn-Holt supera a ideia do predomínio do Estado, e chama atenção para a presença dos elementos sociais na condução da sociedade destacando, por

⁷⁷ JOCELYN-HOLT, **El peso de la noche. Nuestra frágil fortaleza histórica**. Buenos Aires: Ariel, 1998, p.145.

⁷⁸ *Apud* JOCELYN-HOLT, **El peso de la noche. Nuestra frágil fortaleza histórica**. Buenos Aires: Ariel, 1998, p.148.

⁷⁹ *Ibid.*, p.149. O autor retoma aqui a ideia central de Alberto Edwards de que as elites chilenas teriam mantido de pé uma fronda aristocrática contra o governo estabelecido em que se protegeria da perda de poder pelo avanço das instituições liberais ao longo do século XIX. Ver: EDWARDS, Alberto *La fronda aristocrática*.

⁸⁰ JOCELYN-HOLT, Alfredo. *op. cit.*, p.151.

⁸¹ *Ibid.*, pp.157-8.

⁸² *Ibid.*, p.149.

⁸³ *Ibid.*, p.161.

exemplo, a relevância do parlamento diante do Poder Executivo, por outro lado, para sustentar sua argumentação, recai na ideia de uma ordem transcendente que se autoexplicaria não mais pelo Estado forte, mas pelo poder social de controle sobre a participação política nas eleições, legislações restritivas sobre as liberdades individuais, política-econômica em benefício da agroexportação, exercido pelas elites latifundiárias tradicionais.

Em outra frente, o historiador Julio Pinto Vallejos questiona a relação entre o governo portaliano e o mundo plebeu, partindo da afirmação de Portales de que a “tendencia casi general de la masa al reposo es la garantía de la tranquilidad pública”⁸⁴, assumida pelos comentaristas políticos e pela historiografia do século XIX, conservando sua força até o XX. Para o autor, quem primeiro teria posto em dúvida essa frase seriam as próprias autoridades conservadoras instaladas após a batalha de Lircay, que teriam vivenciado as mobilizações iniciadas pela etapa “pipiola”, liberal, na forma do bandoleirismo, dos comícios e convocatórias, marcadas por um “desprendimiento parcial das hierarquias e controles sociais herdados da colônia (...), incluyendo fenómenos de clara projeção política, como a guerrilha dos Pinchera”⁸⁵. Em consonância com a historiografia política mais recente, ao afastar-se do discurso oficial da perspectiva governamental, abria-se um campo complexo da participação política e cultural popular. Este quadro demandaria por parte do governo, a administração de medidas repressivas e de controle mais eficazes, no interior de um regime constitucional que se começava a desenhar, não apenas pela força.

Em recente artigo, os historiadores Iván Jaksic e Sol Serrano⁸⁶ defendem a ideia de que o desenvolvimento do liberalismo tem como eixo a defesa dos direitos do indivíduo contra os abusos do Poder Executivo, seguindo o caminho aberto por Jocelyn-Holt, que produzia como consequência a valorização da ação de atores civis em outros poderes ou espaços sociais. Os intentos de liberalizar o regime nas primeiras décadas de independência acabaram, no entanto, por afiançar o discurso da ordem sobre o da liberdade. Os autores apostavam em uma leitura da história chilena como desenrolar do liberalismo ligado à secularização do governo e das instituições, ao lado do

⁸⁴ PINTO VALLEJOS, J. ¿La tendencia de la masa al reposo? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo, 1830-1851. In: **Historia**, Santiago, v. 2, n. 44, jul-dic/2011, p. 402.

⁸⁵ Ibid, pp. 406-7. A guerra dos irmãos Pinchera contra autoridades conservadoras, mobilizou contingentes populares ao norte de Santiago atraídos pela prática do confisco de terras e bens dos latifundiários.

⁸⁶ JAKSIC, I.; SERRANO, S. El gobierno de las libertades. La ruta del liberalismo chileno en el siglo XIX. In: JAKSIC, I.; POSADA-CARBÓ, E. (ed.). **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Mexico d.f.: FCE, 2011.

desenvolvimento de uma vigorosa ‘república das letras’, que possibilitou a formação de um espaço público político fundamental para o desenvolvimento do liberalismo no Chile, numa intensa disputa entre os partidos conservador e liberal, conferindo sustento ideológico e coerência às transformações e continuidades políticas experimentadas ao longo do século XIX.

O papel protagonista do Estado como eixo condutor da história chilena está sob a crítica dos organizadores da coleção *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*, Alejandro San Francisco e Gabriel Cid. Os autores compartilham da opinião de que a obra clássica de Mario Góngora, *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, de 1981, “teve uma notável influência quanto a instaurar um ponto de partida para o nacionalismo no Chile (...) dentro da lógica de instauração e consolidação política e institucional do Estado”⁸⁷. Nesta obra coletiva, têm espaço pesquisas que mobilizam diferentes atores e mecanismos da sociedade civil através dos quais se produz ou se dissemina a ideia da nação, como os símbolos e festas nacionais, a imprensa, artes, a igreja, indígenas, entre outros, reforçando a crítica à concepção centralista e protagonista da ação do Estado na produção e condução da nação.

A historiadora chilena Ana Maria Stuenkel trata dos mecanismos de produção e reprodução das elites chilenas no campo do discurso político e cultural nos anos 1840 a 1860. Segundo a autora, as elites dirigentes teriam elaborado determinadas visões de mundo em torno de “valores religiosos, éticos e históricos que se derivam de uma visão católica da vida, e por outra, valores político-sociais, que incluem a valorização da ordem social e institucional”⁸⁸. Desde o interior de uma ordem liberal – com liberdade de imprensa, eleições, partidos e Parlamento –, as classes dirigentes teriam acordado os limites da liberdade possível, dentro do que tolerariam ou permitiriam a existência de disputas e polêmicas, conformando assim, determinados consensos em torno destes valores. “O consenso em torno do desejo e da legitimidade destes elementos estáveis no interior da classe dirigente é o que permite que exista a polêmica como meio articulador do dissenso possível”⁸⁹.

O trabalho de Stuenkel apresenta uma série de elementos interessantes e levanta outras tantas questões do ponto de vista da minha pesquisa. A autora busca mapear os

⁸⁷ CID, G.; SAN FRANCISCO, A. Introducción. In: CID, G.; SAN FRANCISCO, A. (eds). **Nación y nacionalismo en Chile. Siglo XIX**. v. 1. Santiago: Centro de estudios Bicentenario, 2009, p. xv.

⁸⁸ STUENKEL, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000, p. 21.

⁸⁹ Ibid., p. 21.

campos discursivos nos quais as elites chilenas, em meados do século XIX, buscaram exercer seu controle – como a política, a religião, a história – e analisa como se davam os embates entre as diferentes posições no interior da sociedade. Para meu interesse mais próximo, Stuvén revela a existência de uma pluralidade de opiniões e o papel central da imprensa, como “condutor por excelência para o debate público [...e...] espaço privilegiado de polêmica, constituindo-se cada órgão em um interlocutor”⁹⁰. De modo que o espaço público convertia-se no “espaço da sociedade mesma, o qual se atualiza no intercâmbio de opiniões”⁹¹. Como se vê, o espaço público, com o estudo de Stuvén, foi alçado a primeiro plano e a sociedade civil, em seus órgãos de imprensa, associações e partidos ocuparam a cena.

A historiadora chilena é também responsável, nesta obra e em outro artigo⁹², por destacar uma importância especial ao grupo dos exilados argentinos na década de 1840, como um elemento decisivo na constituição desse espaço público devido a suas contribuições no campo político e, sobretudo, cultural. Sem dúvida, a leitura do artigo “El exilio de la intelectualidad argentina...” foi decisiva para a conformação de problemas – e soluções – que apareceram ao longo da pesquisa. Em especial, de sua leitura decorre minha proposta de se pensar a imprensa e as associações de exilados como uma “esfera pública ampliada”, como teria sido o caso em Montevideu e no Chile, dada não apenas a presença física dos exilados, mas sua atuação permanente em função da reflexão e intervenção nos acontecimentos da história argentina. O desenvolvimento dessa reflexão será cara para esta tese, pois, dela decorre a hipótese de um duplo olhar de Sarmiento e Alberdi para o Chile e para a Argentina em sua atuação na imprensa, bem como a compreensão da formação das associações de exilados que surgiram em 1841 e em 1852 em Valparaíso e Santiago⁹³.

No entanto, Stuvén aponta que esse debate desenvolvido pela imprensa teve as elites dirigentes como mediadoras e tutoras da sociedade civil. Em realidade, a autora afirma que “a classe dirigente chilena constituiu a sociedade civil, dando-lhe a coerência necessária para consolidar uma sociedade política”⁹⁴. A meu ver, essa concepção da

⁹⁰ STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000, p. 17.

⁹¹ *Ibid.*, p. 17.

⁹² STUVEN, A. M. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. (org.). **História de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

⁹³ Cf. BRAGONI, B. La utopía constitucionista: Alberdi y el club argentino de Valparaíso. **Revista de Historia da América**. n. 121, 1996.; e SERRANO, S. Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). In: EDWARDS, E. (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996.

⁹⁴ STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000, p. 65.

autora esbarra em problemas de ordem teórica ao privilegiar a condução da história, de forma linear, pelas elites, como um grupo monolítico, e ao impor um voluntarismo ou uma necessidade lógica a conceitos históricos, que seriam antes o resultado de processos e disputas sociais e políticas, e não necessariamente coerentes – ao contrário, conforme procurarei demonstrar, seriam contingentes aos processos históricos específicos.

Recentemente, a obra de James Wood lançou um olhar instigante sobre os movimentos populares e a formação de um discurso político republicano democrático na primeira metade do século XIX, do qual a Sociedade da Igualdade, organização de artesãos e de liberais seria o ponto de culminância deste processo de acumulação de experiências associativas e de expressão no espaço público⁹⁵. Em relação ao clássico trabalho de Sergio Grez⁹⁶, que igualmente se debruça sobre as formas de mobilização popular, o livro de Wood apresenta uma problematização maior do campo político e conceitual, evitando usar a linguagem das fontes e as autoridades canônicas acriticamente, o que lhe rende uma visão mais acurada e mais complexa da relação entre as organizações populares de trabalhadores, a imprensa e a esfera política.

Avaliando a imprensa santiaguina, Wood identificava “um terreno altamente disputado no qual duas visões de republicanismo, uma liberal e uma conservadora, duelavam pelo domínio [... e que...] atraía[m], ou ao menos tentava[m] atrair, uma base de apoio popular”⁹⁷. Assim, percebe-se que a discussão acerca dos conceitos políticos não estava restrita aos partidos ou aos nichos intelectuais, mas compunha a base de organização social das associações políticas. O trabalho de Wood representou uma valiosa contribuição para a compreensão do lugar da imprensa em relação às classes populares e às associações de trabalhadores, pois, sublinhava o papel ativo que artesãos e trabalhadores tiveram na criação de impressos e a variedade de relações estabelecidas entre as elites políticas liberal e conservadora e organizações de trabalhadores. Assim, a composição do espaço público chileno neste período tornava-se mais complexa, o que permitia vislumbrar melhor as linhas de força a que estavam submetidos e com as quais jogavam os atores na imprensa. A dimensão que ganha a mobilização popular e seu grau de organização em alguns momentos da primeira metade do século dão um substrato mais concreto ao forte apelo que as elites faziam pela ideia de estabilidade.

⁹⁵ WOOD, J. **La sociedad de la Igualdad**. Popular republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011.

⁹⁶ GREZ, S. **De la ‘regeneración del pueblo’ a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997.

⁹⁷ WOOD, J. op. cit., p. 11.

Por fim, gostaria de destacar o trabalho de Brian Loveman e Elizabeth Lira, *Las suaves cenizas del olvido*, que procura compreender a produção do discurso de ordem e de estabilidade como necessidade de se combater o uso recorrente da violência por parte do Estado, o que trouxe como consequência, segundo os autores, o surgimento de um discurso da reconciliação. Para Lira e Loveman, a versão da excepcionalidade chilena

tende a subestimar as consequências políticas do sangue derramado e do faccionalismo político na luta de independência, guerras civis e a violência política desde 1810 a 1831. Dita versão tende também a subtrair importância à magnitude e aos efeitos da repressão governamental contra a oposição política e sobre sua imprensa entre 1830 e 1860.⁹⁸

Os autores analisam os constantes trabalhos de reconciliação política postos em andamento após ou durante momentos de radicalização política ou em que o estado se utiliza do tratamento violento contra a sociedade, como a repressão, o desterro coletivo, a decretação de estado de sítio, por exemplo, como um instrumento governamental de recomposição da ordem e da estabilidade. O que, por sua vez, abre um questionamento sobre a necessidade destes procedimentos.

O conceito de ordem exercia um papel central no meio do discurso republicano em diferentes correntes de pensamento político na primeira metade do século XIX na América Latina, que enfrentaram a consolidação dos novos Estados e buscavam resolver questões práticas da institucionalização do poder. Era preciso preservar a ordem social, evitar conflitos e sublevações sociais e proteger a liberdade individual. A dificuldade daqueles que refletiam e realizavam projetos sobre as experiências pelas quais viviam era fundamentar o discurso liberal que conjugasse a ordem (social e política) sem restaurar a aristocracia, ou como estabelecer uma linguagem e instituições republicanas conservadoras.

Assim, do ponto de vista dos problemas destacados pela pesquisa, entendo que o debate suscitado por estas duas obras de referência para a compreensão da história política chilena do século XIX contribui para balizar questões como o tema da ordem, do espaço público, da imprensa, da ação da sociedade civil e de suas relações com o Estado e com a sociedade política.

⁹⁸ LOVEMAN, B.; LIRA, E. **Las suaves cenizas del olvido**. Vía chilena de Reconciliación Política, 1841-1932. Santiago: LOM, 2000, p. 57.

5 - Imprensa

O protagonismo da sociedade civil, destacado acima, pode ser verificado no campo de estudos sobre imprensa no contexto hispano-americano do século XIX onde é possível observar nos últimos anos uma entusiasmante produção na qual os espaços públicos, e a imprensa em especial, ganharam lugar de relevo. François-Xavier Guerra, em *Modernidad e independencias*, de 1992, propõe a ideia de que a imprensa ocupou um papel central na formação das novas nações como um “instrumento político-pedagógico”⁹⁹ para formação da opinião pública. O autor assume que nas novas nações surgidas das revoluções de independência, “o radicalmente novo é a criação de uma cena pública (...). Triunfa, então, uma nova legitimidade – a da nação ou do povo soberano”¹⁰⁰. Na mesma senda, *Los espacios públicos en Iberoamérica*¹⁰¹, de 1998, organizado pelo mesmo autor, ao lado de Annick Lempérière, reúne estudos de diferentes países da América Latina acerca do papel político e cultural que jornais, clubes, cafés, teatros, associações de trabalhadores tiveram na formação do universo político cultural nestas sociedades. Para os autores, no entanto, “no que se refere à imprensa, aos periódicos, às práticas de leitura, estamos ainda, salvo algumas exceções, em uma fase prévia, quase de recompilação de dados elementares”¹⁰².

Em 2004 é publicada uma coleção de artigos dedicada especificamente à imprensa na América hispânica, *Construcciones Impresas*. Seguindo o caminho aberto por Guerra, os autores buscam compreender o lugar específico da imprensa no século XIX nas sociedades latino-americanas enquanto um instrumento de debate intelectual e um dos principais veículos para se fazer política, mesmo que fossem “diários de vida curta, pequena tirada, de linguagem violenta e apaixonada, produzido por aqueles que faziam política, ademais, com a pluma”¹⁰³. Em cada análise de caso nacional, os articulistas põem em foco os limites do uso adequado de conceitos como espaço público, intelectual, sociedade civil, opinião pública e liberdade de imprensa. Além disso, todos concordam que a relevância da imprensa “não se radica na quantidade de impressos nem em seu

⁹⁹ Cf. GUERRA, F-X. **Modernidades e independencias**. Mexico d.f.;FCE, 1992, caps. VII e VIII.

¹⁰⁰ Ibid., p. 13.

¹⁰¹ GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. (coords.). **Los espacios públicos en Iberoamérica**. Mexico, d.f.: FCE, 1992.

¹⁰² Ibid., p. 6.

¹⁰³ ALONSO, P. Introducción. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004, p. 8.

número de leitores, senão em que a imprensa era o veículo de projetos, o instrumento de debate, o propulsor de valores, um dos principais meios de fazer política”¹⁰⁴

Para a organizadora do volume, Paula Alonso, “dizer que essa imprensa era política, de opinião ou partidária seria uma redundância”¹⁰⁵. Isto porque, ela mesma se convertia em “um dos principais ambientes de se discussão política e uma das principais formas de se fazer política”¹⁰⁶. Esta constatação, segundo a autora, foi responsável no passado por manter os estudos sobre a imprensa em um segundo plano porque refém de esquemas e estruturas extremos, como reflexo ou porta-voz de outros ambientes. Enquanto alguns estudiosos inscreviam a imprensa “dentro de uma tradição *whig*, como os gloriosos precursores da liberdade e da democracia, para outros, pelo contrário, aqueles inícios representavam a lenda negra do periodismo”¹⁰⁷, como mero instrumento de luta facciosa, carente de autonomia e distante do modelo informacional “neutro” contemporâneo.

Em 2008, o historiador argentino Carlos Altamirano organizou em dois volumes a *Historia de los intelectuales en América Latina*¹⁰⁸, onde se dedicou uma seção específica à imprensa, além de outros capítulos dispersos, sugerindo, assim, uma relação íntima entre a história dos intelectuais e o periodismo neste período. Jorge Myers, editor do primeiro volume da coleção, ao se perguntar sobre a figura do intelectual na América Latina, ressalta a importância do aparecimento de “um novo tipo de ator intelectual: o periodista político”¹⁰⁹. Neste sentido, é notável que Myers perceba a particularidade de que, que na ação destes intelectuais, como é o “daquele periodista por antonomásia, Domingo Faustino Sarmiento – foi o próprio ofício de periodista o único título autêntico que esses escritores puderam invocar como fonte de legitimidade”, e “lhes franqueou o caminho para uma proeminente visibilidade pública”¹¹⁰.

Conforme o autor, no interior da discussão sobre o estatuto do intelectual na América Latina no século XIX, destaca-se a autoridade adquirida pelo indivíduo em uma dada sociedade devido ao reconhecimento público ligado ao seu trabalho na imprensa.

¹⁰⁴ ALONSO, P. Introducción. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004, p. 10.

¹⁰⁵ Ibid., p. 8.

¹⁰⁶ Ibid., p. 8.

¹⁰⁷ Ibid., p. 9.

¹⁰⁸ ALTAMIRANO, C. (dir.). **História de los intelectuales en América Latina**. v.1. Buenos Aires: Katz, 2008.

¹⁰⁹ ALTAMIRANO, C. Introducción general. Em: ALTAMIRANO, C. (dir.). **História de los intelectuales en América Latina**. v.1. Buenos Aires: Katz, 2008., p. 36.

¹¹⁰ Ibid., p. 36.

Como se verá, no universo periodista chileno, os publicistas estabeleciam fortes vínculos fora do mundo dos jornais, porém, neste contexto, foi principalmente através do periódico que sua palavra se tornava autoridade e ganhava ‘cidadania’ no debate público. Porque seu discurso não foi um reflexo de outra coisa, ou um canal para outras vozes, e sim, porque manifestava um complexo de interesses partidários, expectativas pessoais, convicções políticas, por vezes tensas, ambíguas e até contraditórias, que a imprensa serve para esta pesquisa como campo que aponta para o tema da autonomia do intelectual. Esta abordagem é de grande importância para a pesquisa, pois, serve de baliza para investigar as condições de trabalho, os vínculos políticos e de renda, as projeções pessoais que os intelectuais, entre eles Alberdi e Sarmiento, mantinham com a esfera política chilena, além do caráter empresarial ligado aos periódicos.

Para o caso chileno, a obra coletiva *Entre tintas y plumas*, de 2004, organizada por Ángel Soto, desponta como importante contribuição, atual e profunda, para a análise da imprensa no século XIX. A introdução do livro expõe o estado atual da história sobre a imprensa no Chile, recuperando os primeiros estudos ainda no século XIX, até trabalhos mais recentes. Entre estes, estudos monográficos e esforços de síntese¹¹¹. De acordo com Soto, os estudos mais recentes sobre a imprensa, “comprovam que é possível estabelecer as estratégias comunicacionais que teve a imprensa chilena no século XIX, que a conduziram a ter consciência de si e de seu próprio poder criador de sentidos”¹¹². Trabalhos que seguem este caminho, partem da premissa que os periódicos constituem “um espaço de identidade suficientemente visível com capacidade de produção ou distribuição de significação própria”¹¹³, para além de sua função referencial, como fonte de apoio para outras investigações. Não obstante, observa Hernán Pas, salvo poucas exceções, como os trabalhos de Juan Poblete¹¹⁴ e Ossandón¹¹⁵ no Chile, “a maioria dos estudos dedicados à imprensa periódica do século XIX [...] permanecem ligados a uma

¹¹¹ Cf. SOTO, A. (Ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004, pp. 13 e 14. Lamentavelmente o autor não anotou referências mais precisas dos artigos, teses e monografias que lista.

¹¹² Ibid., p. 15.

¹¹³ Ibid., p. 14.

¹¹⁴ POBLETE, J. **Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autoriales**. Santiago, Cuarto Propio, 2003

¹¹⁵ OSSADÓN, C. **El crepúsculo de los sabios y la irrupción de los publicista**. Santiago: LOM, 1998

perspectiva conteudista, elidindo, portanto, as arestas mais complexas de seu emaranhado artefato cultural”¹¹⁶

Outras referências importantes para o caso chileno são as obras de Alfonso Valdebenito¹¹⁷, quem estuda a transformação da imprensa de uma “aventura romântica” com forte conexão com a atividade política, típica até meados do século XIX, para uma empresa comercial capitalista com jornalistas profissionais, ao final do século. Segundo Valdebenito, em meados do século XIX, “primava, então, o conceito de que o periodismo não era uma profissão por meio da qual poderia ganhar-se o sustento diário, nem a imprensa um artigo de comércio. Uma empresa periodística, era uma empresa de aventura ideológica”¹¹⁸. A posição do autor é predominante entre os analistas do período – e se verifica em outros espaços da América Latina. No entanto, os dados investigados, por exemplo, sobre *El Mercurio de Valparaíso*, *La Gaceta de Valparaíso*, *El Comercio de Valparaíso*, *La Crónica*, *La Tribuna* parecem indicar conclusão diversa. Acredito que os periódicos eram sim um empreendimento ideológico – sobretudo, pela sua vinculação política, como já abordado acima –, mas não por isso a perspectiva financeira e comercial estava ausente¹¹⁹, como se constata pela busca de assinantes, pela discussão acerca da subscrição governamental, pela presença de anunciantes e pela própria longevidade e renovado interesse nos periódicos.

Contemporânea de Valdebenito, a obra de Raúl Silva Castro, publicada em 1956, faz uma revisão das publicações preocupado, porém, com suas vinculações políticas e com aspectos materiais do periódico, como valor, salário dos escritores, proprietários, editores e filiação partidária, posição no espectro político da época, temas preferenciais

¹¹⁶ PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010, p. 7.

¹¹⁷ VALDEBENITO, Alfonso. **Historia del periodismo chileno**, Santiago de Chile, Círculo de la Prensa de Valparaíso, 1956.

¹¹⁸ Ibid, p. 41.

¹¹⁹ Neste sentido, valho-me das reflexões de Jean-Yves Mollier, que busca, justamente, compreender o surgimento desse universo da edição como negócio – especialmente de livros, mas também de periódicos – no ambiente francês do século XIX. Mollier percebia aí um aspecto ambivalente próprio da novidade do impresso do ponto de vista capitalista e da imagem, ou autoimagem, dos homens ligados à imprensa: “Se o impressor [imprimeur] Paul Dupont apresenta-se voluntariamente como um filantropo sob o Segundo Império, e mesmo como um homem de progresso que emprega mulheres em suas oficinas, seus trabalhadores sabem muito bem que ele age assim para influenciar seus salários, para evitar a solidariedade das pessoas no ambiente de trabalho [métier], para aumentar por consequência seus lucros”. Em: MOLLIER, Jean-Yves. *L'argent et les lettres. Histoire du capitalisme d'édition 1880-1920*. Paris : Fayard, 1988, p. 11. As relações econômicas presentes na impressão de jornais e livros, como o preço dos jornais e os custos das edições, são uma chave fundamental, como mostra Mollier, para a compreensão da relação do impresso com uma dada sociedade.

sobre os quais tratava. O compêndio é um importante recurso de pesquisa, pois realiza uma descrição precisa das fontes em que se baseia e tem um cuidado grande na construção de notas explicativas. Em linhas gerais, Silva Castro parte de duas outras obras para recompor os periódicos do XIX: Ramon Briseño e Diego Barros Arana.

O livro de Briseño¹²⁰, de 1862, recompila todas as produções impressas no Chile, desde atas, folhetos, notas do governo, revistas, jornais, fornecendo informações muito sucintas, como número de páginas, cidade e período de publicação, número de edições e os nomes dos proprietários, editores e principais colaboradores. Barros Arana¹²¹, escrevendo sua história geral do Chile nos anos 1880, recupera informações de muitos jornais do período estudado, como as circunstâncias de publicação, as personagens envolvidas, os entrelaçamentos políticos. Ainda que seu enfoque não seja a imprensa, não são poucos os capítulos destinados aos jornais em *Un decenio de historia de Chile*, bem como provem dos jornais boa parte de suas fontes.

Entre os estudos da crítica especializada mais recente, merecem destacar-se o artigo de Maria José Schneuer¹²², no qual analisa, por meio do *Mercurio de Valparaíso* a elaboração e veiculação do discurso político em torno da ordem. Em um rico exercício de combinar a análise dos elementos constitutivos do jornal, como as seções, os editoriais, o formato, o meio circulante e os temas políticos que envolviam a escrita, Schneuer aponta caminhos bastante sugestivos de como abordar a linguagem política com a atividade periodista.

¹²⁰ BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena: 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas, Tomo I (1812-1859). Estudio preliminar de Guillermo Feliú Cruz, edición facsimilar de la Biblioteca Nacional, Santiago de Chile, 1965.

¹²¹ Diego Barros Arana (1830-1907), filho de Diego Antonio Barros, político influente e atuante no espectro conservador dos anos 1840, quem teria, segundo o próprio Barros Arana, financiado a compra da Gráfica do *Mercurio* para Rivadeneyra com a finalidade de posicionar este jornal ao lado do governo. Barros Arana teria vivido esse ambiente político com intensidade justamente em seus anos de formação acadêmica no Instituto Nacional. Barros Arana, “el más pelucón de nuestros historiadores”, segundo Alberto Edwards, escreveu dezenas de obras históricas e biografias, sendo considerado um dos mais importantes historiadores chilenos. Sua História Geral do Chile, composta em 10 volumes, e a consolidação de um método narrativo, com exaustivo recurso a fontes documentais combinados com seus próprios testemunhos sobre a vida chilena da segunda metade do século XIX, tornaram-no base de pesquisa para muitos historiadores das gerações seguintes, como Cristian Gazmuri, Simon Collier e Raúl Silva Castro. Ver: PACHECO, V. Moraes. *Miguel Luis Amunátegui e o debate histórico no Chile do século XIX*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012, pp. 22-3. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14012013-175755/pt-br.php>.

¹²² SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX**. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.

Não é de meu conhecimento, até o momento, uma análise sistemática da relação entre a atividade periodista no Chile e a produção das ideias políticas de Alberdi e Sarmiento¹²³. Nesse sentido, há um reforço da ideia de uma base, ou margem chilena que teria funcionado como um espaço de contato permanente durante esse período para a elaboração de projetos para a (margem) argentina.

Sem dúvida, Natalio Botana, com seu livro *La tradición republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*¹²⁴, de 1983, é a principal referencia no tema. Botana faz uma análise minuciosa das idéias políticas, culturais, sociais e das matrizes intelectuais europeias e norte-americanas que informam a ‘tradição republicana’ formada por Alberdi e Sarmiento. O estudo de Botana, no entanto, não confere especialidade ao fato de Alberdi e Sarmiento escreverem, a maior parte de seus escritos na década de 1840, em artigos de jornais. O fato mesmo de estarem no Chile não recebe muita atenção.

6 - Opinião Pública

O recurso à opinião pública foi amplamente utilizado nos artigos analisados. A opinião pública era ora o público em geral, o conjunto de cidadãos, ora o público leitor ou letrado, os círculos restritos ‘homens de capacidade’, ora a opinião do governo como a voz oficial enquanto representante eleita do público. O uso de cada um destes significados variava conforme o emissor, o público receptor e o sentido que se queria realizar com a dada enunciação.

¹²³ O seminal trabalho de Natalio Botana sobre o republicanismo de Alberdi e Sarmiento, apesar de utilizar artigos de jornal, trata-os da mesma forma que outros meios de publicação. Nosso interesse reside na especificidade da produção do discurso político na imprensa. Ver BOTANA, N. **La tradición republicana**. Buenos Aires: Sudamérica, 1997. Em setembro de 2012 foi lançado na Argentina, com repercussão inclusive da presidente da república em cadeia nacional de TV, **Sarmiento periodista** de Diego Valenzuela e Mercedes Sanguinetti. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, onde há um capítulo dedicado ao Chile. O livro, no entanto, tem uma preocupação mais vulgarizadora desta *face* de Sarmiento do que propriamente um estudo histórico, rigoroso, sobre as consequências da experiência de Sarmiento no Chile em sua produção política. Também de 2012 são duas coleções, uma sobre Alberdi: QUATTROCCHI-WOISSON, D. (dir.). **Juan Bautista Alberdi y la independencia argentina: la fuerza del pensamiento y de la escritura**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012; outra sobre Sarmiento: AMANTE, A (dir.). **Historia crítica de la literatura argentina: Sarmiento**. Buenos Aires: Emecé, 2012) onde há artigos que ressaltam seu papel de periodista sem que haja, no entanto, algum que se concentre no período chileno de ambos. É de se ressaltar o atualíssimo vigor editorial e acadêmico de nossos personagens

¹²⁴ BOTANA, N. **La tradición republicana**. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

De acordo com o entendimento de que norteia a pesquisa, a avaliação da opinião pública e do público leitor deve estar presa às relações sociais, materiais, de linguagem e de poder que presidem sua ação em um dado contexto. Em acordo com Hernán Pas, estas noções sempre se estabelecem através de uma rede discursiva, historicamente constituída, nas que se inserem e intervêm. Por seu turno, nestas redes discursivas, mais ou menos dinâmicas “as gazetas populares tanto como os periódicos culturais – entre outras formas de publicidade – *competem* por um público político y que buscam, com diferentes estratégias e modalidades de circulação, ‘formar’ opinião”¹²⁵.

No caso específico do Chile, em meados do século XIX, merecem destaque alguns dados que compunham este universo material, político e cultural apontado acima por Pas, como, por exemplo, o fato de que em 1825 “o governo havia determinado que, com o desejo de propagar a ilustração nos povoados da república, se auto obrigasse a subscrever a todos os periódicos que se publicassem”¹²⁶. Ainda que, dois anos depois, se suspendesse a lei e o ministro do interior fica autorizado a controlar as subscrições, esta prática fomentou o mercado editorial periodista e alimentava o espaço específico de circulação de periódicos, dando suporte simbólico mesmo àqueles sem a subscrição, porque, indiretamente, era o hábito do jornal que se instaurava.

Annick Lemperrière aponta que, partindo de uma análise do lugar dos intelectuais e da vida cultural, o Chile “pode ser considerado como um laboratório, no sentido verdadeiramente experimental da palavra”¹²⁷. A autora avaliava as sociedades literárias, as instituições de ensino e científicas, bem como as formas de sociabilidade entre os intelectuais, incluindo a imprensa. Em apoio à leitura de Lempérière, me parece relevante ressaltar o aspecto material dessa opinião pública e do público. Segundo estimativas, a taxa de alfabetização girava em torno de 13% da população¹²⁸. Em 1853, havia em torno de 350 escolas públicas primárias e por volta de dezoito mil alunos (em 1859 este número

¹²⁵ PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. La Plata. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010, p. 88.

¹²⁶ PIWONKA, G. Opinión pública. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 1029.

¹²⁷ LEMPÉRIÈRE, A. Los hombres de letras hispanoamericanos y el proceso de secularización (1800-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 250.

¹²⁸ Cf. SERRANO, S. La escuela chilena y la definición del público. In: . In: GUERRA, F-X. e LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.), **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1998, p 345. De fato, a autora busca avaliar os dados disponíveis, raros e conflitantes, expondo uma aproximação a partir de observações contemporâneas também.

ascenderia a 600 e vinte e oito mil respectivamente). Ao lado destes números, há de se considerar também as escolas populares de associações de artesãos e religiosas, que apesar dos poucos dados disponíveis aparecem nas apelações dos artesãos e nos artigos dos jornais, revelando a demanda pelo ensino formal¹²⁹.

Em confronto com estas informações deve-se considerar o número crescente de periódicos publicados no período e a estabilização dos veículos. Segundo Ivan Jaksic, “as leis que controlavam as atividades da imprensa se faziam cada vez mais restritivas, mas não puderam controlar o consumo cada vez maior de publicações periódicas”¹³⁰. Conforme dito acima, a participação do subsídio governamental era de fundamental importância para a existência deste mercado e do vigor deste espaço público. Dos aproximadamente 9.000 pesos destinados ao subsídio da imprensa para o ano de 1842, o governo propôs uma elevação para 16.000 em 1843, o que foi repelida com veemência por parlamentares *pelucones* e *pipiolos*, mas que foi mantida após discussões que se estenderam de julho a outubro¹³¹. No ano de 1845, por exemplo, enquanto o *Araucano*, folha ministerial, com tiragem semanal, recebia 2.200 pesos, *El Progreso* embolsava 3.700 e o *Mercurio*, maior diário chileno, 4.300, a *Gaceta del Comercio* contabilizava 840 pesos. Por suposto que esta discrepância era respaldada pela alteração da lei de 1825, mencionada acima, e provocava fortes reações lançadas no espaço público. A *Gaceta*, por ejemplo, em 23 de abril de 1845, publicava a norma do ministro do interior, Manuel Montt, retirando a assinatura governamental “antecedendo-a com palavras destacadas, que diziam o seguinte: ‘Se suspende la suscripción a la GACETA porque no ha servido a los intereses del ministerio. ¡Que viva el liberalismo del Gobierno! ¡Que viva la libertad de Imprenta!’”¹³².

¹²⁹ GONZALEZ Le SAUX, M. **De empresarios a empleados**. Clase media y Estado docente en Chile, 1810-1920. Santiago: LOM, 2011, passim. 64-70.

¹³⁰ JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992, P. 123. O autor faz uma relação das publicações que surgiram no Chile na década de 1840, conforme o ano e a quantidade de novos periódicos: 1839 – 4; 1840 – 8; 1841 – 10; 1842 – 6; 1843 – 3; 1844 – 4; 1845 – 8; 1846 – 1; 1847 – 2; 1848 – 2; 1849 – 9; 1850 – 5; 1851 – 10. Cf. Ibid. , p. 125. A primeira observação é que as variações são identificáveis com períodos eleitorais, daí que em 40, 41, 49 e 51 haja picos de produções; em 45, ano em que há uma reviravolta no cenário político chileno, houve um importante apelo às publicações periódicas. Bem como os anos de baixa representam os períodos pós eleitorais, ou de conquista de algum consenso ou acordo por parte do governo, como nos anos de 42, 43 e 46. Ao longo da pesquisa, cada um desses momentos será abordado, dando corpo e sentido a estes números.

¹³¹ BARROS ARANA D. **Un decenio de historia de Chile**. t.I. In: **Obras Completas**. v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 338.

¹³² PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. La Plata. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010, p. 56. O texto diz: “El Presidente de la República en acuerdo de hoy se ha servido expedir el decreto que sigue. He venido en acordar y decreto:

Vale notar que os principais periódicos do período, aqueles que lograram estabelecer-se no tempo, além do eventual subsídio das assinaturas que lhes fazia o governo, valiam-se de recursos com publicidade, de anúncios e avisos. O caso da *Gaceta* é simbólico porque o diário manteve-se de 1842 a 1847 com uma contribuição que, como se viu, era muito inferior a de seus competidores – em especial em comparação com o *Mercurio*. Segundo Jaksic, “a *Gaceta del Comercio* (...) pôde sustentar-se cinco anos com o apoio que o prestava o movimento mercantil daquela praça”¹³³, entre vendas, assinaturas e publicidade. Segundo Jacqueline Dussaillant, autora de uma tese sobre a publicidade na imprensa chilena, a aparição de anúncios deve-se a um “grau de desenvolvimento tal da atividade comercial que não só permita e possibilite, senão que além disso necessite recorrer à publicidade”¹³⁴. A pesquisa realizada, de fato corrobora a afirmação da autora, pois, percebe-se um aumento gradativo do espaço ocupado pelos anúncios e avisos nos jornais, de diferentes matizes políticos. Em média havia duas páginas, geralmente as últimas, de um total de quatro, dedicadas à publicidade, que iam desde avios de partida ou chegada de navios, à oferta de serviços domésticos, alimentos, imóveis e todo tipo de comércio. A partir de 1846, por exemplo, o *Mercurio* passa a página de anúncios para a capa, o que indica o possível apelo ao público, mais importante inclusive que as notícias. De certa forma, essa dimensão comercial do jornal, cumpria com o próprio designo de alguns papéis que em seus primeiros números alegavam manter-se à distância dos assuntos políticos em benefício dos assuntos comerciais – como era o caso, por exemplo dos dois diários de Valparaíso.

Segundo Jaksic, os periódicos possuíam uma tiragem média de 300 a 500 exemplares, exceção feita ao *Mercúrio* que alcançava em torno de mil unidades diárias; de outra parte, o *Valdiviano Federal*, publicava diariamente 30 exemplares em uma gráfica na casa de seu proprietário, recurso, aliás, dos mais comuns entre a maioria dos casos neste período no Chile. Evito aqui qualquer comparação com a dimensão da

Artículo único. Desde el día 20 del presente mes, se quedará sin efecto la suscripción del Gobierno al periódico titulado *Gaceta del Comercio*, ordenada con fecha 10 de enero de 1842 y en la que se invertía la cantidad de 180 pesos mensuales, en conformidad del decreto de 10 de septiembre del citado año. Tómese razón y comuníquese. Lo transcribo a V. S. para su conocimiento y a fin de que con la prontitud posible lo comunique al dueño de la imprenta por la que se publique el diario arriba mencionado. Dios guarde a V. S.,- Manuel Montt”. *Apud. Ibid.*, p. 56.

¹³³ JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. *Historia*. Santiago, v. 26, 1992, p. 130.

¹³⁴ DUSSAILLANT CHRISTIE, J. **Breve historia de los avisos publicitarios en los principales periódicos chilenos, 1850-1920**. TESE. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Historia, 1993, p. 80.

imprensa em outras partes (em 1829 na cidade de Londres se publicavam 40.000 exemplares; em 1838, a *Presse* de Paris tinha 20.000 assinantes¹³⁵) como forma de deslegitimar ou reduzir o impacto do universo da imprensa e, por conseguinte, da opinião pública chilena. Não se trata somente de uma questão de quantidade, de uma análise numérica, deve-se tomar em conta a dinâmica e a penetração da imprensa neste meio, do apelo e da ressonância na sociedade ao longo do tempo. Daí que penso ser importante a análise e Jaksic, bem como a de Pas, no sentido de destacar os aspectos subjetivos desse espaço público, de modo a matizar a existência de uma opinião pública, numa sociedade aberta, com imprensa livre, constitucional e republicana, conforme sua condição de existência.

O mundo dos periódicos ganhava força no início desta década, o que se verifica pelo *boom* de publicações e a publicização de tendências políticas e culturais por estes veículos, entre os anos 1840-1843¹³⁶, tais como *Gaceta de los Tribunales*, em novembro de 1841; *Gaceta del Comercio*, de Valparaíso, em fevereiro 1842; *El Progreso*, em novembro de 1842; *El Semanario de Santiago*, voltado para temas da cultura, em 1842, e *El Siglo*, em 43, estes últimos ocupados por representantes da Nova Geração de 1842; e na província de Concepción, surge o primeiro periódico, *El Telégrafo*, em dezembro de 42¹³⁷. Também ganham força os breves, porém incisivos, periódicos, como *El Buzón*, *El diablo Político* e *Guerra a la tiranía*, este último de matiz democrático liberal¹³⁸. Não se estranha, então, que destacados membros do partido conservador, e o governo mesmo, tornando inequívoca essa tendência de fazer política.

Outro aspecto a ser destacado, ao lado do material, é sua dimensão política e a linguagem própria em que a imprensa se movia. Sobre o uso da imprensa pelos grupos políticos, Pilar González Bernaldo considera que “a medida que as diferentes facções se apoderam desta nova ferramenta de combate, as publicações se multiplicam (...). Isso parece ter contribuído (...) para gerar uma certa demanda social de opinião”¹³⁹. A

¹³⁵ DUSSAILLANT CHRISTIE, J. **Breve historia de los avisos publicitarios en los principales periódicos chilenos, 1850-1920**. TESE. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Historia, 1993, pp. 62-65.

¹³⁶ Já no final do segundo governo Prieto, entre 1836 e 1841, assiste-se ao surgimento de diversos periódicos, em sua maioria dirigidos por *pipiols* de oposição, como *EL Republicano*, *La Aurora*, *Paz Perpetua a los chilenos*, *El Barómetro Chileno*, além dos já citados acima. cf. VALDEBENITO, A. **Historia del periodismo chileno (1812-1955)**. Santiago: Fantasia, 1956, p. 56.

¹³⁷ cf. BARROS ARANA, BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile (1841-1851)**, t. I, em: *Obras Completas* v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913t. 1, p. 303n

¹³⁸ cf. JAKSIC. “Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX”. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992, p. 126.

¹³⁹ GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, v. 79, 1999, p. 243.

afirmação pode ser lida numa chave ambígua, tanto do ponto de vista de que as facções buscam os periódicos para se expressarem e atingirem essa opinião, quanto do ponto de vista complementar de que ao fazerem isso, ou seja, ao se valerem dos impressos, eles estariam produzindo a opinião. Dos dois modos, claro está, a autora sustenta que uma opinião pública estava em disputa pelas facções através dos periódicos, o que remete à ideia de que se admitia a imprensa como espaço polêmico, no sentido de espaço de realização da disputa de e pela opinião.

Estas reflexões encontram eco nas avaliações de Noemí Goldman e Alejandro Pasino, autores do verbete “Opinión Pública”, no livro *Lenguaje y Revolución* sobre conceitos políticos chave no Rio da Prata. O recurso ao domínio platense, por óbvio, deve-se à concepção circulante no meio do qual egressam as personagens chave desta tese, conferindo mais um aspecto de sua visão e formação do discurso político quando confrontado com o ambiente chileno. No caso argentino, então, os autores identificam a que nas duas primeiras décadas após a independência, a opinião pública era admitida no plural, opiniões, como continuação em outro campo das lutas entre facções, portanto, signo da confusão, da turba. Este aspecto era combatido pelos publicistas ao lado do poder estabelecido, sob a alegação de que o governo representativo deve ser o depositário da opinião pública, porque autorizada de fato pelo público. Daí que os autores percebem também que o objeto que a opinião pública designava - um ‘pueblo’, o povo, a nação, a maioria... – era muitas vezes mantido indeterminado, como estratégia retórica para reforço de sua legitimidade.

7 - A dimensão biográfica

Uma vez que a pesquisa tem por objetivo acompanhar a produção intelectual e a ação dos intelectuais na imprensa e no universo político, isto é, que tem a pretensão de compreender determinadas questões que se processam ao longo de um período da vida – e que só adquirem sentido porque decorrem de mudanças e experiências em um dado período – a dimensão da biografia ocupa um espaço importante de minhas reflexões. Em ordem de acompanhar essa dimensão do objeto, acredito que representem um ganho efetivo para reflexão um conjunto de leituras, com objetivos diversos, que apresentaram uma afinidade de problemas.

Lucien Febvre, na abertura de seu livro sobre a vida de Lutero, no qual busca “traçar a curva de um destino”, afirma que entre seus objetivos estão:

Situar com precisão os poucos pontos realmente importantes por onde passou essa curva; mostrar de que maneira, sob pressão de que circunstâncias, seu impulso inicial teve de esmorecer, e seu traçado original, inflectir-se; colocar-se assim, acerca de um homem de singular vitalidade, esse problema das relações entre o indivíduo e a coletividade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social, que é, talvez, o problema essencial da história¹⁴⁰

A lapidar definição do trabalho do historiador sobre o trabalho da biografia é estendida para o problema essencial da história. O livro de Febvre, de 1927, colocava questões que serviram de norte para minha pesquisa, como por exemplo, pensar sobre ‘homens de singular vitalidade’, ‘situar os pontos realmente importantes de sua trajetória’ e criar mediações entre a ‘iniciativa pessoal e a necessidade social’. Lutero possuía escritos autobiográficos, de memória e muitos relatos de contemporâneos feitos já no final de sua vida, além de uma exegese que forma uma forte tradição em torno de seu nome. Nesse sentido, Febvre questiona se os historiadores teriam aprofundado as formulações elaboradas pelo próprio Lutero e seus contemporâneos, recorrendo a outras fontes e a outras épocas, ao invés de assumirem a postura declarada pelo próprio objeto.

Desse modo, relata Febvre, a famosa passagem de Lutero por Roma não teria tido o efeito conversor que ele mesmo declarara no fim de sua vida. Segundo Febvre, em 1510-1511, época de sua viagem, Lutero “estava ávido não por doutrina, mas por vida espiritual, paz interior, certeza libertadora, por quietude de Deus”¹⁴¹. A “pressão das circunstâncias”, conforme mostrou, apontaria antes para a compreensão das contingências sociais e das motivações pessoais do que para a existência de uma história linear e coerente explicada por momentos distintos da trajetória pessoal. Com efeito, resulta fundamental para a pesquisa a reconstrução do contexto histórico específico, a suspeição da autoevidência ou transparência dos relatos autobiográficos, e a possibilidade de se pensar a personagem em um momento anterior a seus escritos de consagração. Com isso, busca-se evitar a determinação pelo ponto de chegada, que acarretaria em anacronismo em função de se produzir um entremeado lógico.

¹⁴⁰ FEBVRE, L. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p. 11.

¹⁴¹ Ibid., p. 64.

Outra obra que contribuiu para reflexão sobre os métodos de pesquisa em torno da relação biografia e história do discurso político, e as perguntas que se lançam para se pensar a dimensão biográfica de uma grande personagem é a entusiasmante biografia de Shakespeare escrita por Stephen Greenblatt *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*¹⁴². O livro interessa à pesquisa por duas razões. Por um lado, existe um exercício de imaginação histórica operando ao longo de toda a narrativa que se revela em expressões como “vamos supor...”, na abertura da obra, e outras no mesmo sentido como “talvez...” ou “Shakespeare provavelmente...”. Greenblatt elabora hipóteses circunstanciadas para suprir as lacunas documentais da vida de Shakespeare recorrendo a fontes de época pouco usuais entre seus estudiosos – mais ocupados em dar conta da genialidade do autor e da compreensão hermenêutica de suas peças –, como registros comerciais, policiais e de cartórios, biografias de contemporâneos, que dessem conta de reconstruir o universo material, familiar, religioso, político e intelectual com que Shakespeare teve contato.

Como afirma Greenblatt, em algum lugar, por trás dos rompantes geniais e apaixonados do texto de Shakespeare, “estão ocultas as muitas horas que o mesmo passou na escola, cumprindo longas listas de sinônimos latinos”¹⁴³. Novamente aqui, o fato do historiador lidar com uma figura de relevo, como é o caso de Alberdi e Sarmiento, contribui para que surjam questões e problemas semelhantes com os que ocorrem na pesquisa. Por exemplo, chama particularmente atenção a afirmação de que “Shakespeare entendia claramente que sua carreira tinha sido construída com base no triunfo da indústria londrina do entretenimento”¹⁴⁴. A percepção de que os atores se dão conta do lugar que ocupam provoca, tanto aqui, como no caso dos exilados argentinos, essa consciência de si e uma reflexão de segunda ordem, crítica, sobre sua própria atuação.

Assim como se viu em Febvre, para Greenblatt a determinação, ou a aproximação, das condições materiais de escrita é decisiva, tanto para balizar as condições de possibilidade de ação do sujeito, como para refletir sobre a substância dos escritos e os sentidos que suas obras podem adquirir quando lançada ao público. De modo que o surgimento dos teatros e o aumento do público “dava a pelo menos algumas dessas

¹⁴² GREENBLATT, S. **Como Shakespeare se tornou Shakespeare**. São Paulo: Cia das Letras, 2011. O título original traduz bem a intenção do autor ao tratar o tema: *Will in the World: how Shakespeare became Shakespeare*. O trocadilho com o nome de Shakespeare, William, e o substantivo Will, vontade, no mundo revelam um tipo de abordagem que busca compreender as relações terrenas, presas ao dia a dia, às contingências sociais, na construção da de uma figura mitológica para cultura universal.

¹⁴³ Ibid., p. 20.

¹⁴⁴ Ibid., p. 48.

companhias [de teatro] a oportunidade de ter uma sede rentável”¹⁴⁵, ao mesmo tempo em que “para sobreviver, do ponto de vista econômico, não bastava montar uma ou duas peças de sucesso por temporada [...], isso significava uma renovação permanente de repertório, algo como cinco ou seis peças por semana”¹⁴⁶. Assim, se o surgimento de gênios pode talvez ser atribuído a acidentes genéticos aleatórios, “existem sempre circunstâncias institucionais e culturais que ajudam o acidente a fazer sentido”¹⁴⁷.

Desde outro campo do pensamento político e social, a biografia é encarada no senso comum nos mesmos modelos da “filosofia da história, no sentido de sucessão dos acontecimentos históricos, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido do relato histórico, *Historie*”¹⁴⁸. Pierre Bourdieu argumenta que os pressupostos desta concepção residem na suposta racionalidade e na coerência da vida do sujeito e que, neste sentido, a vida constituiria “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendida como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”¹⁴⁹. Para o autor, haveria em ação um conjunto de “mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade”¹⁵⁰.

A partir do desenvolvimento do romance moderno, da filosofia da existência e do desenvolvimento da análise de sua sociologia do *habitus*, Bourdieu aponta as críticas a esta concepção linear e racionalizada da biografia. De modo que o relato de vida estaria sujeito a operações literárias que produziriam uma “ilusão retórica”, da mesma maneira que a filosofia da existência teria apresentado uma realidade descontínua, composta por múltiplas camadas de experiências justapostas e aleatórias, ressaltando o elemento “arbitrário da representação tradicional”¹⁵¹.

Por fim, um terceiro campo de crítica à ‘ilusão biográfica’, em suas palavras, proviria do entendimento de que “os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social”¹⁵² e o sentido desses movimentos, por sua

¹⁴⁵ GREENBLATT, Stephen. *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 189.

¹⁴⁶ Ibid., p. 190.

¹⁴⁷ Ibid., p. 200.

¹⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183.

¹⁴⁹ Ibid., p. 184.

¹⁵⁰ Ibid., p. 185.

¹⁵¹ Ibid., p. 185.

¹⁵² Ibid., p. 190.

vez, “se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado”¹⁵³. Desse modo, as reflexões de Bourdieu mostram-se caras ao entendimento que procurei dar à análise de Alberdi e Sarmiento, quando percebe um espaço de forças social e simbólico que foge ao controle do indivíduo e no qual ele deve se posicionar e se mover.

Por fim, como ressalta Quentin Skinner, o conhecimento do contexto imediato de produção do texto contribui no seu entendimento e é importante para se tentar evitar anacronismos, mas não garante a compreensão de seu sentido, a compreensão de o que aquele texto significou em seu momento de lançamento, que relações estabeleceu com seu entorno, que efeitos produziu. A preocupação contextualista explorada com a discussão sobre a biografia merece ser complementada com a proposta de Skinner de se pensar sobre os motivos e as intenções de um autor no momento de enunciação. Com intenção, designa-se que ato de fala estava um autor realizando no momento de sua escrita, que efeitos pretendia alcançar; motivos seria saber o que promoveu esta particular enunciação - considerando que estas perguntas independem das próprias declarações do autor. As ponderações de Skinner encaminham a pesquisa para o rigor ao lidar com textos autorais, que poderia resvalar numa intencionalidade declarada do autor ou na racionalidade imposta pelo autor no momento da escrita ou retrospectivamente, forçando a observar as “convenções prevalentes que governam o tratamento das questões ou temas aos quais o texto concerne”¹⁵⁴.

O problema de enfrentar autores ou textos clássicos reside também no fato de que sua exegese, a biografia do autor ou o estabelecimento de um cânone impõem-se à interpretação, reduzindo-a a elementos familiares previamente sabidos. Deste modo, Skinner adverte seus leitores para quatro formas de “mitologias”, ou a aplicação inconsciente de paradigmas que acaba por disfarçar uma inaplicabilidade ao passado da interpretação¹⁵⁵. A mitologia das doutrinas aponta para o risco de “transformar algumas notas fragmentadas ou quase acidentais”¹⁵⁶ na doutrina do autor, que se apresenta com frequência nas biografias, em que se comete o anacronismo de antecipar certos conceitos ou épocas, ou de ‘ler nas entrelinhas’ uma ideia ou doutrina que o autor não propôs no

¹⁵³ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 190.

¹⁵⁴ SKINNER, Q. Motives, intentions and interpretation. In: **Visions of politics**. v. 1. Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 77.

¹⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 32.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 34.

momento analisado. A mitologia da prolepse, por sua vez, envolveria a antecipação em um autor das bases, princípios ou justificativas com a finalidade de conferir sentido e coerência de um texto ou ideia de um autor e relação à sua produção futura¹⁵⁷.

Estas ressalvas que envolvem a dimensão biográfica da pesquisa e os cuidados com a análise de textos autorais aproximam-se daquelas primeiras abordagens sobre a trajetória individual de Sarmiento e Alberdi. Ali, destacava-se a localização de seu passado em função das expectativas e do condicionamento social, político e cultural que proporcionaram a cada um, de modo a salientar uma camada ou um aspecto novo na consideração de seus textos.

3.5 – Exílio.

Em um artigo de 1843, Sarmiento afirma que “a pátria não está no lugar que nos viu nascer, senão na condição de ser o teatro em que se desenvolve a existência do homem”¹⁵⁸. Alberdi, ao chegar ao Chile escreve uma série de artigos usando o pronome pessoal na primeira pessoa do plural, exaltando a sua nova pátria. Como se verá, a condição de exilado perpassa a escrita de Alberdi e Sarmiento por todo o período em que estiveram no Chile. Do meu ponto de vista, o exílio representava um tema difícil e fonte de angústia, pois, por mais acomodados que estivessem e com suas vidas profissionais e financeiras encaminhadas, jamais deixaram de escrever sobre e de se envolver com a Argentina.

Segundo estatísticas do governo chileno, cerca de 10.500 emigrados argentinos viviam no Chile em 1854, destes cerca de 80% na região das minas no Atacama¹⁵⁹ (que possuía uma população total de 86% de estrangeiros). Ou seja, trata-se de uma gama bastante variada de motivações que levam o indivíduo a se estabelecer em outro país neste momento, muitas delas não se vinculavam com temas políticos. No entanto, como se verá, muitos destes emigrantes, de maneira mais ou menos consciente, uma vez no estrangeiro,

¹⁵⁷ Cf. SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. (1969). In: TULLY, J. (ed.). **Meaning and context**. New Jersey: Princeton University Press, 1988, p. 45.

¹⁵⁸ *Apud* AMANTE, A. **Políticas y poéticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010, p. 548.

¹⁵⁹ Cf. BLUMENTHAL, E. ... p. 141n. Ricardo Rojas, ao tratar de ‘Los proscriptos’ em sua história da literatura, apresenta uma lista com argentinos letrados, que tiveram alguma atuação na imprensa, na educação ou no campo do direito e que se “chilenizaram”. Cf. ROJAS, R. **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957. pp. 310-311

passaram a ter contato com grupos, jornais, associações de exilados políticos e integravam suas ações.

Para Mario Sznajder e Luis Roniger, o exílio teria desempenhado um papel vital para a política na América Latina na primeira metade do século XIX¹⁶⁰, tornando-se um recurso ordinário da política interna das novas nações. Segundo os autores, a prática do exílio, em suas distintas formas, expatriação, banimento e perseguição, se constituiu num mecanismo regulador da ação social, da qual os governos lançavam mão em vista da manutenção da ordem política e social. O contínuo uso do exílio passou a lançar questões importantes sobre a configuração da identidade nacional do exilado, e da condição nacional dos Estados e territórios. De um lado, os exilados “reclamavam com frequência que eles eram os verdadeiros representantes ‘do povo’”¹⁶¹, que teria permanecido na terra natal destituídos de liberdade. Por outro lado, a longa duração dos períodos de exílio, levava a um envolvimento com a sociedade de acolhimento “seja para se tornar parte dela, para além do nível instrumental da vida diária (...), seja ao desenvolver compromissos e identidades híbridas”¹⁶².

Para o caso específico dos exilados argentinos no período de Rosas, a historiadora argentina Adriana Amante sublinha o que para ela seria um movimento dialético em que os exilados estariam fora de sua pátria desde um ponto de vista geográfico, “mas, desde um ponto de vista político, a pátria sai de seus limites e continua ali onde a diáspora segue pensando-a e trabalhando sobre ela”¹⁶³. Segundo a autora, os exilados sentem a necessidade de “conjurar a dispersão”, e buscam caminhos de criar uma unidade desde fora do país e manter a identidade por laços afetivos e culturais. A leitura dos artigos de Sarmiento e Alberdi, e sua atuação no espaço público chileno, por exemplo, fornecem um bom panorama deste movimento de criação e fortalecimento das redes de solidariedade entre os exilados tanto pelo conteúdo dos artigos, como por sua quantidade e persistência, como também é o caso das experiências muito eloquentes das associações de emigrados organizados por Sarmiento e Alberdi em Santiago e Valparaíso¹⁶⁴.

¹⁶⁰ SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **The politics of exile in Latin America**. Cambridge: Cambridge U.P., 2009, p. 2.

¹⁶¹ Ibid., p. 5.

¹⁶² Ibid., p. 5.

¹⁶³ AMANTE, A. **Políticas y poéticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010, p. 41.

¹⁶⁴ Cf. SERRANO, S. Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). In: EDWARDS, E. (org.) **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996, p. 122.

¹⁶⁴ Cf. BRAGONI, B. La utopía constitucionalista: Alberdi y el club argentino de Valparaíso. **Revista de Historia da América**. n. 121, 1996.

Como observa Amante, o exilado, o emigrado, o desterrado não se definem apenas pela falta, mas também “como estrangeiros nos países nos quais se hospedam: no mundo do trabalho (fundamentalmente – mas não apenas – no periodismo, no comércio ou nos tribunais)”. O destaque sobre a imprensa feito pela autora reforça a perspectiva do entrelaçamento da história presa aos exilados com a história do lugar hospedeiro. Para o caso chileno, Edward Blumenthal, em tese que investiga a relação entre exílio e construção nacional no Chile e na Argentina, analisa a integração dos exilados no mercado de trabalho chileno em meados do século XIX, apontando para a forte demanda surgida após a década de 1830, quando, ao mesmo tempo houve um movimento de imigração devido às perseguições políticas no período do governo Prieto-Portales, e um incremento na máquina administrativa e na economia que gerou a demanda por uma mão de obra letrada, especializada que foi coberta, justamente, por estes exilados argentinos¹⁶⁵. Acredito que estes aspectos dão os contornos especificamente históricos da produção intelectual e da ação política dos exilados argentinos em solo chileno, de modo a conferir sentido aos artigos e à presença de Sarmiento e Alberdi no Chile entre 1841 e 1852.

O conceito de exílio, por conta da sua recorrência, não deve ser tomado com naturalidade, sob o risco de se cometer um anacronismo ou de tomar como verdade a palavra do objeto. Sarmiento, Alberdi e toda a “província flotante” fazem parte de um conjunto mais amplo de deslocamentos humanos em espaços de fronteiras indefinidas. A questão que se coloca é se é possível falar em exílio e exilados de um país que ainda não estava constituído e que, na década de 1840, não se podia presumir seu futuro imediato, tanto pela instabilidade interna entre Buenos Aires e as províncias, quanto pelas tensões externas que envolviam a Região do Prata, com as fronteiras em permanente movimento e o intenso trânsito de pessoas entre Uruguai, Argentina e o sul do Brasil¹⁶⁶.

A dificuldade de se pensar o lugar do exilado pode ser vista por outro ângulo, o de se vislumbrar, como consequência mesmo dessa fronteira indefinida e desse fluxo populacional, um “espaço público ampliado” de ação dos atores políticos e intelectuais em relação a estes lugares. Desse modo, seria possível falar de um espaço público argentino entre Montevideu, Santiago, Valparaíso, Lima e Rio de Janeiro, não por terem sido apenas locais de intensa presença de emigrados argentinos, mas fundamentalmente

¹⁶⁵ BLUMENTHAL, E. *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud*: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle. TESE. Université de Paris Diderot, Nov/2013, passim 144-155.

¹⁶⁶ Agradeço ao professor Fernando Luiz Vale Castro da UFRJ estas observações.

desde onde trabalhavam em função de se pensar e agir sobre a Confederação Argentina. As práticas correntes de correspondências de cartas, jornais, livros, pessoas entre exilados, entre polos de exilados, cumpriam a função de marcação de um território simbólico, fisicamente exterior, mas constitutivo da nação imaginada. As redes de circulação serviam como formação de memória, já que as novas gerações ou as novas levas de exilados incorporavam-se às práticas de comunicação estáveis no exílio.

Esta intensa e permanente rede de circulação no exílio contribuía para produzir também uma “esfera pública própria dos emigrados, que ultrapassavam os limites nacionais de onde eles escreviam e publicavam”¹⁶⁷. O termo com o qual identifico a ação dos exilados argentinos, ‘esfera pública ampliada’, caminha neste sentido, de reconhecer um alargamento da fronteira forçado pela presença material da circulação, que intervém no território de origem, que age em função deste território, que obrigatoriamente se integra organicamente às redes locais de circulação, e se torna em seu momento de atuação, o centro da nação. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente a fragilidade e precariedade destas relações, posto que tanto a situação interna do país de abrigo poderia mudar, quanto a do país de origem poderia apresentar novos quadros que desmobilizassem as redes. Como lembra Edward Said, os exilados constroem dimensões simultâneas de consciência, em função das quais, enquanto são simultâneas, trabalham e agem em diferentes frentes. Mas esta condição não pode ser permanente. De modo que a contingência de sua existência é um elemento chave para sua compreensão, assim como a possibilidade de o exilado integrar-se à nova sociedade, abrindo mão definitivamente do passado.

Por fim, se existe uma justificada polêmica em torno da condição de exilado de Alberdi e Sarmiento como “argentinos”, o Chile, ao contrário do processo que se vivia na Região do Prata, como lugar de exílio, apresentava um governo estabelecido, com instituições em funcionamento, com fronteiras relativamente claras e que pouco antes da chegada de Alberdi e Sarmiento, havia passado por um momento de afirmação nacional, que foi a guerra contra a Confederação Peru-Boliviana.

¹⁶⁷ BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud**: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle. TESE. Université de Paris Diderot, Nov/2013, p. 122.

8 - História intelectual e história política – liberalismo e republicanismo na América Latina

“Nos últimos 25 anos se viu uma explosão de energia intelectual no campo da história do pensamento político (...). Um dos desenvolvimentos mais fascinantes (...) foi a reinvenção da tradição republicana no mundo atlântico”¹⁶⁸. Este intervalo de tempo coincide com a publicação de *Modernidad e independencias* (1992), de François-Xavier Guerra¹⁶⁹, obra de fundamental importância, que provocaria mudanças de olhares sobre objetos e abordagens com os quais os historiadores costumavam encarar a história da América Latina. Guerra representaria uma dupla inovação: por um lado, munido de um arsenal teórico e metodológico, em especial, baseado em Pierre Rosanvallon, François Furet e Mona Ozouf, Pierre Nora, Bronislaw Bakzco, Jürgen Habermas e Dorothy Tank de Estrada¹⁷⁰, seu estudo sobre o espaço político e história intelectual na América Latina abria a possibilidade de novas leituras para antigas fontes como atas de congresso, debates parlamentares, livros e memórias, e outras novas, como panfletos, jornais, processos policiais, associações civis. Por outro lado, é possível perceber um movimento de superação de um cânone que até então se apresentava para os estudos em história política e história das ideias, representados pelos latino-americanistas anglófonos John Lynch, Charles Hale, Richard Morse e Leslie Bethell.

A meu ver, esta mudança específica na ênfase do corpus bibliográfico correspondeu a um estímulo por novos aportes em termos de método e de abordagem teórica para a historiografia latino-americana. Guerra passou a valorizar os atores sociais, os espaços públicos, as práticas políticas, as ideias e os discursos experimentados nesta parte do globo como entidades em conexão com os desenvolvimentos de outros atores ou espaços, notadamente europeus. Assim, estes fenômenos e processos deixam de ser, como nas palavras de Richard Morse, meros efeitos de um “voraz motor capitalista localizado

¹⁶⁸ AGUILAR, J. A.; ROJAS, R. Introducción. In: AGUILAR, J. A.; ROJAS, R. (coords.). **El Republicanismo en Hispanoamerica**. Ensayos de historia intelectual y política. Mexico d. f.: FCE, 2002, p. 7.

¹⁶⁹ Em ordem de não estender as citações, recorro a Hilda Sabato, para quem, “la obra de François-Xavier Guerra sobre el período de la independencia há sido fundamental em la renovación de la historia política de América Latina, en particular su magistral libro *Modernidad e independencias*”. In: SABATO, H.; LETTIERI, A. **La vida política en la Argentina del siglo XIX**. Armas, votos y voces. Buenos Aires: FCE, 2003, p.10 nota; e a Elías Palti que assinala que “el impulso hacia una renovación aún más radical en la disciplina [história das idéias políticas] provendría de la obra de la obra de François-Xavier Guerra”. PALTI, E. J. **El tiempo de la política**. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 44.

¹⁷⁰ Ver: GUERRA, F-X. **Modernidad e independencias**. Mexico d.f.: FCE, 1992, ver bibliografia

no noroeste europeu” que “desloca nações e continentes inteiros para posições de maior ou menor autonomia em relação ao núcleo dinâmico”¹⁷¹, adquirindo maior autonomia como elementos explicativos de dinâmicas internas destas sociedades.

As novidades propostas por Guerra podem ser sumarizadas da seguinte maneira: compreender os discursos políticos e culturais produzidos no espaço hispano-americano a partir de sua própria lógica interna; apontar para o impacto da quebra de autoridade metropolitana e da produção de uma nova legitimidade no âmbito americano; atentar para a formação de uma esfera pública ocupada por periódicos, panfletos, clubes, associações, comícios e praças constituintes de espaços de sociabilidades produtores de redes políticas e culturais autônomas. Colocava em dúvida a “questão sem fim das ‘influências’”¹⁷² ou a “filiação ideológica a um suposto ‘espírito’ nacional”¹⁷³ culturalmente homogêneo, e sublinhava a importância do processo de alfabetização e de surgimento de um mercado editorial ligado à imprensa como molas do desenvolvimento político e cultural latinoamericanos.

Estes fenômenos guardariam relação com outros tempos e espaços, mas não por isso seriam por eles determinados. Segundo o autor, a comparação histórica entre os processos revolucionários nos Estados Unidos, França e América Hispânica “pode tentar explicar, dentro de uma tipologia mais geral possível um conjunto de fenômenos análogos, o por que de um caso particular”¹⁷⁴, assim, Guerra incorporava o mundo latinoamericano como ator num conjunto mais amplo de transformações ao qual ele denomina Modernidade.

Na obra *Espacios públicos en Iberoamérica*¹⁷⁵, de 1998, no entanto, Guerra apresenta um olhar mais cético em relação à existência da modernidade anunciada no trabalho de seis anos antes. Sua desconfiança provinha da percepção de um descompasso ou anomalia entre a irrupção da modernidade, que teria sido motivada por um processo exógeno, e as condições materiais e culturais das novas nações americanas, conforme se constata dessa longa passagem:

La transformación cultural y política no resulta de una maduración endógena sino de circunstancias exteriores. Ahí tenemos la primera

¹⁷¹ MORSE, R. **O espelho de Próspero**. Cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 21.

¹⁷² GUERRA, F.-X. **Modernidad e independencias**. Mexico d.f.: FCE, 1992, p.16.

¹⁷³ Ibid., p.16.

¹⁷⁴ Ibid., p.17.

¹⁷⁵ GUERRA, F.-X.; LEMPÉRIÈRE, A. **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.

explicación de una de las paradojas más importantes del mundo hispánico: la victoria precoz de la modernidad política en sociedades que son aún — por sus imaginarios y sus prácticas sociales — muy mayoritariamente sociedades del Antiguo Régimen. El contraste es aún más acusado en la América independiente que en España no sólo por su mayor tradicionalismo social y cultural sino también por la adopción de regímenes republicanos, inevitables en la medida en que la Independencia, al cortar con el rey de España, hacía muy difícil la adopción de un régimen monárquico¹⁷⁶

A rejeição de Guerra em adotar as práticas e experiências políticas da América Hispânica como modernas é demonstrada acima por uma incompatibilidade, um paradoxo, entre a presença de uma linguagem de tipo moderno – a qual inclui a imprensa, a opinião pública, a representatividade política, a soberania popular – em uma sociedade de Antigo Regime desprovida de uma esfera pública literária, apegada a hierarquias e aos favores reais e que “não prescinde da herança da teatralização alegórica nas ruas”¹⁷⁷. Desse modo, me parece que Guerra, ao mesmo tempo em que propôs novas perguntas e avançava em novas abordagens para se investigar a história política e cultural da América Latina, fazendo uma reavaliação do ímpeto inicial e para mostrar os limites dessa modernização, ele recua para um reforço da ideia de incompatibilidade, de hostilidade da realidade latino-americana diante de uma linguagem política liberal, oriunda dos processos revolucionários europeus e americanos. A recorrência de expressões como ambiguidade, paradoxo, incompatibilidade apontam para uma lógica de conceitos binários como tradicional-moderno, costume-lei, que reifica e cristaliza tanto as experiências históricas como os próprios conceitos com os quais trabalha.

Tomei a obra de François-Xavier Guerra como um guia para refletir sobre as mudanças na produção historiográfica recente, o que não quer dizer que eu abrace o conjunto de seus pressupostos e conclusões. Trata-se, acredito, de um momento de inflexão importante, que apresenta avanços – como os já mencionados –, mas também a manutenção de determinadas estruturas explicativas, ao operar com demasiada rigidez¹⁷⁸ os conceitos de modernidade e tradição.

¹⁷⁶ GUERRA, F-X. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. In: GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 126.

¹⁷⁷ GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. Introducción. In: *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 15. Guerra dá o exemplo de manutenção de um tradicionalismo religioso, barroco, que dominaria a política local.

¹⁷⁸ Uma rigidez, talvez, somente possível mediante um esquema excessivamente idealizado da realidade.

De todo modo, entendo que a obra de Guerra colocava em evidência – pois se percebe a tensão existente na própria obra – os pressupostos éticos e historiográficos que presidiam (e continuam presidindo) boa parte da produção intelectual sobre a América Latina no uso de conceitos opositivos de forma a-histórica como liberalismo e conservadorismo, e a admissão de um *ethos*, de uma cultura política, intrínseco às sociedades latinoamericanas, ou a querela acerca da originalidade e da cópia, do modelo e do desvio do liberalismo político. Todos estes elementos compunham o quadro explicativo de uma história das ideias representadas por uma longa tradição assentada nos anos 1940-1970 – com um legado bastante vivo atualmente¹⁷⁹.

Para acompanhar uma parte da trajetória deste debate, valho-me dos estudos do historiador argentino Elías Palti¹⁸⁰, quem apresenta um percurso da história política e da história das ideias na América Latina, e que considero importante para os interesses desta pesquisa. Palti observa a consolidação de determinadas estruturas de análise do pensamento político ibero-americano e afirma que, desde meados do século XX, “o esquema ‘modelos’ e ‘desvios’ logo passou a formar parte do sentido comum dos historiadores das ideias latino-americanas”¹⁸¹.

Um importante expoente dessa corrente, segundo o autor, foi o filósofo e historiador mexicano Leopoldo Zea, que, ao tratar do positivismo no México nos anos 1940, teria buscado a especificidade do pensamento local em relação a sua origem europeia afirmando, neste sentido, que “é nos conceitos particulares onde se registram os ‘desvios’ de sentido que produzem os traslados contextuais”¹⁸². Para Zea, o interesse do pensamento latino-americano estaria justamente neste ‘desvio’, que revelaria a essência do sujeito, do pensamento, da tradição latino-americana, uma vez que a matriz europeia não poderia ser aqui aplicada em sua totalidade e as sociedades hispano-americanas não teriam contribuído com a formação da filosofia ‘universal’.

Nos anos 1970, inicia-se um processo de revisionismo desta historiografia, encabeçado por Charles Hale, que buscava mostrar implicações próprias do universo latino-americano na constituição do liberalismo que aqui se desenrolou, ao apontar que a mescla entre ideias liberais e conservadoras não seria estranha mesma à tradição europeia.

¹⁷⁹ Ver a coleção POSADA CARBO, E.; JAKSIC, I. **Liberalismo y poder**. Latinoamerica en el siglo XIX. Santiago: FCE, 2011.

¹⁸⁰ PALTÍ, E. J. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

¹⁸¹ Ibid., p. 25.

¹⁸² Ibid., p. 24.

Todavia, segundo Palti, Hale insistiria na existência de um substrato essencialista ao argumentar que a “experiência distintiva do liberalismo latino-americano derivou do fato de que as ideias liberais se aplicaram [...] em um ambiente que lhes era refratário e hostil”¹⁸³. Neste caminho, Hale descobriria “a ação de padrões culturais que atravessam as diversas correntes ideológicas e épocas, e que ele identifica com o *ethos hispânico*”¹⁸⁴.

Na mesma senda, Richard Morse¹⁸⁵ tratava da especificidade do pensamento político latino-americano em termos de uma herança conservadora, católica e feudal ibérica que implicara uma sociedade orgânica, corporativa e conservadora, o que explicaria as formas autoritárias, clientelistas e personalistas de poder em contraste com a formação atomista, protestante saxônica que teria conformado a cultura política norte-americana e resultara em uma sociedade liberal e democrática¹⁸⁶. Nas palavras de Morse, “O problema ibero-americano, era mais vasto. Ali, o liberalismo seria alheio à ‘cultura política’”, pois não teria realizado “uma união frutífera com a democracia rousseauiana”¹⁸⁷, marcando a diferença entre as tradições ibérica e saxã na América.

Nestas interpretações, subjaz a suposta existência de uma ‘cultura política’¹⁸⁸, incorporada sob o nome indeterminado de tradição nas sociedades latino-americanas (todas elas), e que se desdobraria em conceitos autoexplicativos, autoevidentes – tais como conservadorismo, autoritarismo, corporativismo – na cultura política destas sociedades, desde a independência aos dias atuais. Assim, ao abordar o tema da modernidade ou do liberalismo, estes historiadores têm a expectativa de dar conta da sociedade *como um todo*, do *air du temps*¹⁸⁹, e fracassam ao tentar compreender o específico em cada caso.

A atualidade deste debate, com suas visões concorrentes, pode ser comprovada também ao longo das últimas duas décadas, portanto, o posicionamento diante desta questão mostra-se necessário, sob pena de, inadvertidamente, a pesquisa acabar se valendo destes mesmos artifícios para justificar uma ou outra afirmação.

¹⁸³ PALTÍ, Elías José. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 37.

¹⁸⁴ Ibid., p. 29.

¹⁸⁵ O livro *O espelho de Próspero* foi publicado pela primeira vez em 1988.

¹⁸⁶ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹⁸⁷ Ibid., p. 88

¹⁸⁸ Recentemente Elías Palti organizou um livro de coletânea de artigos que trata justamente da pertinência da ideia de cultura política, como uma abstração para classificar de forma geral aspectos de uma dada sociedade. PALTÍ, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

¹⁸⁹ A expressão está, com este sentido crítico, em GUERRA, F-X. **Modernidad e independencias**. Mexico d.f.: FCE, 1992, p. 16.

Como exemplo dessa atualidade, Ivan Jaksic e Eduardo Posada-Carbó, organizadores de *Liberalismo y poder. Latinoamérica en el siglo XIX*¹⁹⁰, na introdução intitulada “Naufrágios e sobrevivências do liberalismo latino-americano” apresentam sua concepção sobre história das ideias e sobre o liberalismo político na América Latina, recorrendo a uma postura essencialistas do conceito de liberalismo, como o título deixa ver. Os autores parecem negar uma existência plena ao liberalismo em terras hispano e lusoamericanas. Ora se trata de um fracasso completo, ora de uma vida árdua depois do naufrágio, marcada pela privação e pela precariedade¹⁹¹.

A maior parte dos artigos nesta obra mostra a desconfiança e o desconforto em tratar do liberalismo no continente: quando há eleições, são fraudulentas; quando há presidentes, queriam ser reis; quando há um parlamento, não passa de uma reunião de caudilhos; se há imprensa, é porta-voz do governo; quando se fala em liberdade, é uma formalidade para esconder o *ethos* autoritário; e apesar da laicização, prevalece a essência católica. Enfim, a lista de ressalvas é longa e vai se adaptando ao avanço das pesquisas que desvendam novos aspectos da prática política e cultural no século XIX. A perspectiva historiográfica que se observa reforça a ideia de uma incompatibilidade essencial entre a modernidade, as instituições liberais e as sociedades latino-americanas no século XIX.

José Antonio Aguilar Rivera, por exemplo, considera que houve ‘três momentos liberais no México’, assegurando que não é certa a tese de um antiliberalismo primordial no México e na América Latina, de que o liberalismo mexicano só surge como paradoxal quando se considera uma determinada tradição liberal, a escocesa, por exemplo, como a correta, ou quando se toma um único aspecto, a limitação do poder do Estado, por sua totalidade de manifestações. Com o que se aproxima da ideia defendida, entre outros, por Elias Palti, a qual segue também esta pesquisa, de que os conceitos são entidades em si problemáticas, que comportam tensões e são fundamentalmente históricas, afastando seu aspecto modelar. No entanto, em outro momento, o autor assevera que o liberalismo mexicano entre 1846 e 1876 possuiria como característica central a “asincronía” e defasagem com o que ocorria na Europa e nos Estado Unidos, o que sugere o privilégio

¹⁹⁰ JAKSIC, I e POSADA-CARBÓ, E. (comps.). **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago: FCE, 2011.

¹⁹¹ O antropólogo Pierre Clastres demonstra como a ótica ocidental dos exploradores europeus no século XVIII e dos economistas no XX demarcavam um campo de análise contaminado pelo olhar etnocêntrico, segundo o qual o trabalho e a produção dos indígenas guaranis era classificada como incompetente no uso da força de trabalho e na geração de excedentes, sendo classificadas como sociedades arcaicas, primitivas, com uma economia de sobrevivência, ou seja, limitada e precária. Cf. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac e Naify, 1999.

de uma cronologia estranha a este universo, em detrimento do debate político e ideológico que emerge deste contexto. Segundo o autor, o liberalismo no México foi uma importação metropolitana, o que explicaria o “caráter derivativo do liberalismo na América Espanhola”¹⁹².

Em outro caso, na introdução a uma coletânea de escritos políticos de teor republicano do século XIX chileno, os organizadores, os filósofos María José López e José Santos Herceg mencionavam a tese, aqui já anunciada, de que o discurso republicano mostrava-se fundamentalmente ambíguo e inconcluso com referências ora ao republicanismo clássico, ora ao nascente liberalismo, e em permanente disputa por seu uso e hegemonia. Neste espaço em disputa pelos atores da época, afirmavam os autores, “há influências reconhecíveis que se podem rastrear, mas também há leituras incompletas (...), elementos anômalos, consciência da anomalia que significa fazer uma República e não ser europeu nem pertencer a um povo anglo-saxão”¹⁹³. Sem dúvida que esta era uma pergunta que se faziam os contemporâneos, que, de resto, mantém-se viva aqui e ali, quando comparavam a herança ibérica com a cultura política que se desenvolvia na Europa e Estados Unidos. Mas esta não foi a única forma de se enxergar a questão. Como se verá adiante, ao se analisar o discurso republicano de Alberdi e Sarmiento, em diversos momentos reconhecia-se a contemporaneidade das experiências hispânicas e, por vezes, sua superioridade no arranjo político, como sobejamente apresentou Alberdi na discussão sobre o conservadorismo chileno por volta de 1848.

É notável, enfim, a filiação da perspectiva dos autores com aquelas delineadas por Zea e Hale, sobre a diferença, o desvio, do pensamento latino-americano como o que lhe confere sua essência em relação à matriz europeia. “Se há algo valioso (...) é essa anomalia”¹⁹⁴. Quer dizer, assumir que em cada contexto os conceitos assumem feições próprias, são encarnados com os atores, as tradições, os projetos em jogo, não implica assumir a ideia de anomalia ou desvio, que remete a um universo teórico onde permanece latente a ideia de uma essência ou pureza do conceito, conforme visto acima na discussão de Elias Palti. Conforme aposta a historiadora Hilda Sabato, talvez com alguma euforia, a América hispânica teria tornado-se um “laboratório de experimentação”¹⁹⁵, em que as

¹⁹² RIVERA, J. A. A. Tres momentos liberales en México (1820-1890). In: JÁKSIC, I.; POSADA-CARBÓ, E. (comps.). **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago: FCE, 2011 p. 133.

¹⁹³ LÓPEZ, M. J.; SANTOS HERCEG, J. Introducción. In: **Escritos republicanos**. Selección de escritos políticos del siglo XIX. Santiago, LOM, 2011, pp. 11-2.

¹⁹⁴ Ibid., pp. 12.

¹⁹⁵ H. SABATO. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. In: CHARTIER, R.; FEROS, A. (org.). **Europa, América y el Mundo**: tiempos históricos. Madrid: Marcial Pons, 2006.

ideias e práticas eram mobilizadas em simultaneidade com a experiência democrática e republicana europeia e norte-americana, o que gera questionamentos importantes do ponto de vista da história intelectual e da história do discurso político, uma vez que as noções de influência e de modelo ficam, ao menos, prejudicadas em suas aplicações.

Neste sentido, valendo-me de outra obra coletiva que se debruçou sobre o mesmo conjunto de problemas, gostaria de chamar atenção para um artigo do historiador mexicano Roberto Breña sobre o uso do conceito de liberalismo como categoria de análise histórica¹⁹⁶. Breña sugere que “com o auge de temas como as eleições, a cultura cívica e os poderes locais (...), parte desta nova historiografia volta a fazer do liberalismo um ator protagonista”¹⁹⁷, de modo que esta *nova historiografia*¹⁹⁸ tenderia a “encontrar atitudes, comportamentos e transformações ‘liberais’ a cada passo da história da região”¹⁹⁹, devido à elasticidade decorrente do pouco controle do uso do conceito. Os riscos aludidos por Roberto Breña, que chamou de uso indeterminado do conceito de liberalismo, são relevantes como baliza para a manutenção do rigor crítico e metodológico na condução da pesquisa.

Feita esta trajetória, caberia apontar para as ferramentas críticas da história intelectual da história social das ideias e da história do discurso político de que se valeu esta pesquisa – a dificuldade de nomeação do campo de estudos já foi expressa por outros autores como Quentin Skinner e Elias Palti²⁰⁰. Em meio a estas dúvidas, considero importante a sugestão do editorial da revista de história intelectual *Prismas*, em sua definição do uso do título de história intelectual porque

“com ‘história intelectual’ buscamos definir uma perspectiva de análise atenta ao mesmo tempo à importância da linguagem com o qual se expressam o pensamento, a cultura ou as ideias, e à importância das

¹⁹⁶ BREÑA, R. El liberalismo (hispánico) como categoría de análisis histórico; algunas tensiones con la historia de los conceptos y con la historia de los lenguajes políticos. In: PALTÍ, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

¹⁹⁷ Ibid., pp. 159-160.

¹⁹⁸ Breña cita alternadamente a história intelectual, a história dos conceitos, a história da linguagem política, e seus representantes Alfredo Ávila, Javier Fernández Sebastián e Elias Palti.

¹⁹⁹ Ibid., p. 160.

²⁰⁰ Quentin Skinner fala das “confusas variedades de maneiras que essa aparentemente inescapável frase tem sido considerada”. SKINNER, Q. Meaning and understand in the history of ideas. In: **Visions of politics**. v.I. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 57. Em número dedicado ao questionamento do estado da história intelectual, a Revista de história intelectual *Prismas*, editada pela Universidade de Quilmes na Argentina, cujo principal nome é Elias Palti, fala de uma noção ampla deste campo, que comportaria trabalhos realizados como ‘história do pensamento’, ‘história cultural’, ‘história das ideias’, ‘história conceitual’, ‘história dos intelectuais’, ‘história das ideias políticas’ e ‘história intelectual’. Em: **Prismas. Revista de história intelectual**. n.11. Buenos Aires, 2007, p. 151.

condições histórico-sociais, institucionais e materiais dentro das quais – e com as quais – se produzem”²⁰¹

Não seria exagero ressaltar a profusão de coleções de artigos monográficos lançadas na última década²⁰², nas quais os suportes materiais de circulação e criação dos discursos e das práticas políticas ganha espaço para a compreensão da vida social, cultural e política das sociedades latino americanas no século XIX.

Desta maneira, a história intelectual, que privilegia o objeto letrado, vem se modificando com os desenvolvimentos da história social da cultura e do pensamento político. Os pesquisadores “ao invés de tratarem o pensamento como um epifenômeno da organização social, eles têm tentado mostrar como ele organizava a experiência e transmitia significados por entre o conjunto de cidadãos. Ao invés de conceberem um espírito transcendente, eles vêm tentando recriar uma linguagem política”²⁰³.

De acordo com Hilda Sabato, uma nova dimensão da pesquisa em história política localiza-se na centralidade da representação das relações entre sociedade civil e sistema político. “Este tem sido o ponto e partida para a formulação de um campo problemático que se pergunta pelas eleições, o sufrágio e as práticas eleitorais, pela opinião pública, pelas milícias e cidadania armada”²⁰⁴. Se é certo que estes estudos deram visibilidade a um universo material e discursivo riquíssimo em que a história política e a história intelectual nas sociedades latino-americanas de meados do século XIX se desenrolaram, acredito que uma outra dimensão dos estudos em história das ideias deve ser agregada –

²⁰¹ Presentación do Conselho editorial da Revista *Prismas* ao “Dossier – Encuesta sobre história intelectual”. Em: Prismas. Revista de história intelectual. n.11. Buenos Aires, 2007, p. 151.

²⁰² McEVOY, C.; STUVEN, A. M. La república peregrina: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884. Lima: IFEA-IEP, 2007; SABATO, H. (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones**. Perspectivas históricas de América Latina. Mexico d.f.: FCE, 1999. ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. v.1. Buenos Aires: Katz, 2008; AGUILAR, J. A.; ROJAS, R. **El republicanismo en Hispanoamérica**. México d.f.: FCE, 2002; ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004; ANNINO, A. (coord.). **Historia de las elecciones en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1995; DOYLE, Don; e PAMPLONA, M. A. (org.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008; PALTÍ, E. (org.). **Mito y realidad de la “cultura política latinoamericana”**, o recente FERNANDEZ SEBASTIAN, J. (comp.). **La aurora de la libertad**. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano. Madrid: Marcial Pons, 2012; além dos já citados de Ivan Jaksic e Eduardo Posada-Carbó.

²⁰³ DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 225.

²⁰⁴ SABATO, H. Introducción. La vida política argentina: miradas históricas sobre el siglo XIX. In: SABATO, H; LETTIERI, A. **La vida política en la Argentina del siglo XIX**. Armas, votos y voces. Buenos Aires: FCE, 2003, 2003, p. 11.

sem prejuízo necessário desta história social das ideias ou nova história política -, trata-se da história da linguagem política ou história do discurso político.

A história do discurso político de Pocock e a história intelectual de Skinner são ferramentas bastante sugestivas que levam a confrontar e minar as estruturas explicativas de conceitos binários opositivos e a-históricos baseadas no pressuposto do tipo-ideal sobre liberalismo, conservadorismo, tradição.... Sustentando-se nestes autores, Elias Palti observa que não se trata de historicizar as ideias em si, mas sim, o seu sentido, “que é relativo a quem disse, quem fez e em que circunstâncias, etc.”²⁰⁵. Para Quentin Skinner, o trabalho de interpretação estaria associado à compreensão de motivos e intenções de um texto: o que o autor quis dizer, qual o sentido de uma dada sentença num contexto específico. As intenções referem-se a quais e que tipos de atos de fala (speech-acts) é realizado no texto. A pergunta pelos motivos e intenções permitiria recuperar o sentido (meaning) que um texto adquiriu ou exerceu em um dado momento. Para o autor, uma forma de controlar a recuperação das intenções no trabalho de interpretação está em observar “as convenções prevalentes que comandam o tratamento de questões ou temas com os quais o texto está relacionado”²⁰⁶ naquele contexto linguístico.

A interpretação das intenções e do sentido de um texto passaria por um conjunto de precauções metodológicas contra os riscos que levariam os historiadores a incorrer em equívocos, aos quais denomina de ‘mitologias’, e que dotariam os textos dos grandes autores de unidade, coerência, linearidade e identidade²⁰⁷, que não necessariamente possuiriam. Para Skinner, o foco da investigação “deve estar em compreender para qual tipo de sociedade um dado autor estava escrevendo e tentando persuadir”²⁰⁸.

Considero, portanto, que sua proposta metodológica permite a análise dos artigos lançados na imprensa, ao longo do período selecionado, como submetidos a pressões conjecturais de escrita e nos quais se pode observar, devido ao caráter cotidiano, ordinário, da imprensa, a repetição e as transformações de problemas e temas elaborados pelos autores. Como a pesquisa se debruça sobre escritos de grandes autores, acredito que o recurso ao aparato intelectual de Skinner é bastante relevante. No entanto, insuficiente, uma vez que minha intenção é analisar não as grandes obras, mas os artigos de jornal, textos integrados em um conjunto maior de fontes, como parte da produção da imprensa,

²⁰⁵ PALTÍ, E. J. **El tiempo de la política**. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, 42.

²⁰⁶ SKINNER, Q. Motives, intentions and interpretation. In: TULLY, J. (org). **Meaning and context**. New Jersey: Princeton University Press, 1988, 77.

²⁰⁷ Ibid., pp. 32-36.

²⁰⁸ Ibid., p. 57.

e, num momento da história em que Sarmiento e Alberdi, como já dito, ainda não tinham status de autoridades ou intelectuais.

De acordo com estas preocupações, e seguindo as sugestões de Palti, seria necessário buscar “las determinaciones contextuales que condicionan los modos de apropiación, circulación y articulación de los discursos públicos”, para dar conta do que há de contingente e fundamentalmente histórico na produção das ideias. A ‘história das linguagens políticas’, apresentada por este historiador, compreende os conceitos políticos como essencialmente instáveis – e justamente devido a essa instabilidade semântica estão disponíveis para a disputa retórica na arena política. Acredito, por fim, que a investigação da produção, circulação e recepção da linguagem política reforça o caráter ambíguo, conflituoso e dinâmico dos conceitos mobilizados. Na medida em que a história intelectual, ou história do discurso político, se debruça sobre as condições de produção, enunciação e circulação das ideias e sobre o sentido retórico que adquirem nas disputas políticas, creio que, de um lado, se evita recair nas estruturas lógicas, teleológicas, metafísicas que presidem as interpretações essencialistas, os tipos ideais, a ‘cultura política’, e de outro se abre uma via de interpretação das condições próprias de produção do discurso.

De fato, os últimos vinte e cinco anos foram de extrema importância para a renovação da historiografia latino-americana, ao menos para aquela ligada à história das ideias, à história política e à história intelectual²⁰⁹. No fluxo deste movimento surgiram as perguntas que moveram esta tese, e que permitiram elaborar um conjunto de problemas que podem ser resumidos da seguinte forma: a percepção de que a atividade na imprensa impõe um regime específico, de ordem material, temporal, retórica, política, para a produção intelectual; que esta produção intelectual respondia a demandas locais e imediatas chilenas, e externas e sem prazos estabelecidos na Argentina; que no processo de elaboração intelectual, ao longo do tempo, se configurava um discurso político marcado por estes aspectos geográficos, temporais e presos à imprensa; e que todas estas

²⁰⁹ Ver ANNINO, A. (coord.). **Historia de las elecciones en Iberoamerica**. México d.f.: FCE, 1995; SABATO, H. (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones**. Perspectivas históricas de América Latina. México d.f.: FCE, 1999; AGUILAR, J. A.; ROJAS, R. (coords.). **El Republicanismo en Hispanoamerica**. Ensayos de historia intelectual y política. México d. f.: FCE, 2002; TERNAVASIO, M. **La revolución del voto**. Buenos Aires: Eudeba, 2002; ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2003; SABATO, H.; LETTIERI, A. (coord.). **La vida política en la Argentina del siglo XIX**: Armas, voces y votos. Buenos Aires: FCE, 2003; McEVOY, C.; STUVEN, A. M. **La república peregrina**: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884. Lima: IFEA-IEP, 2007; ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. v.1. Buenos Aires: Katz, 2008.

camadas que presidiam a conformação do discurso político dos atores davam-se desde o exílio. Ou seja, à luz desta historiografia, impõe-se a necessidade de problematizar cada uma destas dimensões como intervenientes na conformação do discurso republicano: a imprensa, o exílio, o republicanismo, o liberalismo, a história política chilena e argentina, a dimensão biográfica e a compreensão do sentido do discurso em função de seu contexto pertinente.

9 – Uso das fontes e construção da tese

A decisão de trabalhar com os artigos de jornal derivou da percepção de que a maior parte da produção intelectual e da ação política de Sarmiento e de Alberdi durante os anos de 1840, justamente os anos de maturação intelectual e política, teve como cenário a imprensa, assim, a condução da pesquisa passa por uma leitura crítica dos artigos²¹⁰. Em virtude disso, procedeu-se a uma quantificação e classificação dos artigos por data, veículo de publicação e temas, o que permitiu, com a leitura intensiva dos artigos e com o cruzamento das informações, estabelecer regularidades de temas e regimes de escrita, perceber o surgimento de novidades ou a supressão de assuntos, estabelecer diálogos entre os artigos e, eventualmente, entre os autores.

A análise individualizada do corpo de artigos de cada um dos autores serviu de eixo, daí se destacaram os temas que me pareceram relevantes durante o período. Essa leitura intensiva, no entanto, não era suficiente para estabelecer uma compreensão precisa e aprofundada do discurso político.

Um segundo momento da pesquisa foi o de analisar o corpo dos jornais nos quais os artigos foram publicados. Desta avaliação, pretendeu-se obter informações importantes como o preço do jornal, número de assinantes, periodicidade, quantidade e tipo de propaganda, contato com os leitores, design, relação com os proprietários, relações dos proprietários com o campo político e social, enfim, aquilo que pudesse dar sentido à análise isolada dos artigos. Deste modo, foi possível ter uma noção ampliada do lugar que os artigos selecionados ocupavam, físico e simbólico, no corpo do jornal e diante de outros artigos.

²¹⁰ Conforme consta da bibliografia

Igualmente fundamental foi a avaliação de outros jornais e revistas, com os quais Alberdi e Sarmiento mantiveram contato, em função da conveniência dos debates e das questões surgidas com o andar da pesquisa. Foi somente através desta análise que se pôde acessar o universo linguístico e compreender o sentido e o peso que os artigos de Sarmiento e Alberdi tiveram no espaço público chileno, que se pôde avaliar o uso que os atores faziam da linguagem política em circulação, produzindo um campo crítico, no momento mesmo em que comentavam e refletiam sobre ela. Assim, verificava-se a forma com que os atores sociais manuseavam os conceitos e discursos em função de seus propósitos específicos. Considerar que se tratava de um contexto político e linguístico aberto, instável e complexo, resultaria que estes periódicos e os debates que desencadeavam no espaço público passariam a atuar sobre si mesmos, conformando-se em discurso político que aciona e situa contextos linguísticos específicos aos quais eventualmente se refere²¹¹.

Por vezes, artigos e periódicos que não são de autoria de Alberdi e Sarmiento mostraram-se imprescindíveis para o posicionamento de suas ideias e a compreensão de seu discurso. Em momentos específicos, este material, recusando o lugar de acessório, assume o protagonismo na pesquisa, o que explica seu farto uso para a conformação de um quadro de demandas, problemas e de uso da linguagem, pertinente ao contexto específico em que se produzia o discurso político e lhe dava sentido.

Eventualmente, a pesquisa recorreu a outras fontes, como cartas, memórias ou impressos avulsos, como folhetos e artigos, para esclarecimento de situações específicas que envolvessem o ato de publicação, pontos biográficos e recepção ou circulação dos textos e jornais que não eram claros pela análise apenas dos artigos. Nestes casos, foi feito um prévio esclarecimento do uso determinado da fonte, bem como de suas circunstâncias de produção.

A especificidade do trabalho com os artigos de periódicos, em sua materialidade e contingência, é o que acredito dar a esta abordagem seu maior ganho. Tal preocupação esbarra em outra que é a de localizar a ação destes homens em função de sua posição pública e privada na sociedade, ou seja, como atores lançados em meio a condições específicas, com demandas pessoais e profissionais próprias, com um passado parcialmente comum e projetos eventualmente compartilhados, em meio a um presente bastante incerto e conturbado. Assim, evitar tomá-los como já sendo o Alberdi e o

²¹¹ Cf. POCKOCK, **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, passim. 32-38.

Sarmiento dos anos 1850 e 1860, quando ambos ascenderiam a posições de destaque na história argentina, o que levaria a anacronismos graves.

O uso das fontes encaminhou a escolha da apresentação dos capítulos da pesquisa, reconhecendo desde já os limites que essa escolha impôs. Percebe-se, de início, que os períodos eleitorais eram momentos de agitação na imprensa, e que permitiam uma análise dos argumentos levantados pelos publicistas e pelos jornais no momento mesmo em que ocorriam as disputas políticas, servindo como um campo de teste para as ideias e projetos de cada um dos concorrentes. A repetida participação de Sarmiento e Alberdi nestes rituais permitiu tomar estes momentos como pontos importantes de produção e reflexão políticas. Assim, decidi por estabelecer um critério cronológico em que os anos eleitorais de 1841, 43, 46, 49 e 51 serviriam de cortes para avaliação do discurso político elaborado na imprensa naquele período. O ano eleitoral não respondia, em si mesmo, por um conjunto coerente de mudanças e inflexões que justificassem o recorte cronológico, de modo que o ano eleitoral de 1849 ficou compreendido em um período mais largo que compreendia um conjunto maior de processos que se encerrava nas eleições presidenciais de 1851²¹².

A dificuldade apresentada pelo objeto da pesquisa, moldado na interseção de diferentes problemas e camadas, exigia que se estabelecesse um critério que satisfizesse tanto a dimensão local, chilena, onde afinal a imprensa estava instalada, e ao mesmo tempo a dimensão discursiva dos autores. Por isso que, por exemplo, o ano de 1849 não foi destacado, uma vez que não se estabeleceram transformações significativas para o propósito desta pesquisa e permaneceu integrado no período que se estende de 47 a 51. Da mesma forma, nos anos 1851 e 52, as preocupações políticas de Sarmiento e Alberdi estão voltadas para o cenário argentino, reduzindo sua ação na imprensa dedicada aos assuntos internos. Entretanto, os assuntos internos seguiam intervindo em seu campo de visão, causando atrito nas margens, como foi o caso das eleições de 1851 e a mobilização popular envolvendo a *Sociedad de la Igualdad*.

Nestes períodos, então, privilegiou-se o contato que ambos tiveram, desde o espaço público chileno, com o desenrolar da história argentina, desde o levantamento das

²¹² A opção pela apresentação dos capítulos em um recorte temático esteve presente a todo momento. Este recorte, talvez, pudesse, analiticamente, individualizar os temas e trazer um ganho na ênfase dos assuntos tratados ao longo do período; no entanto, ao meu ver, perderia com isso a possibilidade de capturar o processo múltiplo, contingente e conflituoso do qual estes mesmos temas emergem. Assim, medindo ganhos e perdas das possibilidades de análise cronológica ou temática, optei pela primeira acreditando que o rendimento das fontes – a imprensa – produzisse o efeito de expor as tendências e os campos de pressão políticos que compunham o jogo discursivo em cada momento.

tropas de Urquiza contra Rosas, a posterior queda do ditador, e os debates e conflitos que emergiram deste novo cenário, que redundaram na separação de Buenos Aires da Confederação. Estes acontecimentos tornam-se importantes para a pesquisa, na medida em que servem de contexto para suas publicações periódicas, e para a criação, no Chile, de associações de exilados argentinos, encabeçadas por Sarmiento e Alberdi, em apoio a um dos dois lados em disputa.

Optou-se por uma sequência cronológica dos capítulos e, internamente a cada um, por um recorte temático. Os capítulos um, dois e três estão atravessados pelos elementos que a cada momento foram conformando o discurso político dos autores e dos periódicos. Procurei destacar a cada momento temas e problemas pertinentes ao liberalismo e ao republicanismo, tais como a representação política, as eleições, os partidos, a oposição, a imprensa, as associações civis, como categorias chave, que surgiam no debate público. De modo que estes temas se repetem e se transformam sob a demanda de cada contexto no qual são destacados, assim há um esforço de uniformização dos temas que compete com a própria emergência das discussões na imprensa que, por vezes, impõe-se ao texto, produzindo uma certa espiralidade dos assuntos.

O primeiro capítulo da tese discorre sobre a chegada de Sarmiento ao Chile e busca estabelecer algumas bases para a compreensão do campo periodístico e político chileno onde Sarmiento se localizaria. Neste momento, busquei demonstrar como o início do governo Bulnes criou um ambiente de conciliação partidária que garantiu o funcionamento de instituições liberais, como a liberdade de imprensa, associações culturais, manifestações da oposição, produzindo um forte impacto no discurso político de Sarmiento. Ao mesmo tempo, punha-se em confronto a biografia de Sarmiento para compreender seu acesso ao campo político e cultural santiaguino do início dos anos 1840.

O segundo capítulo envolve os anos de crise deste modelo de acordo político-partidário, que começa a se desgastar após as eleições parlamentares de 1843 e culmina com a eleição presidencial de 1846, expondo um cenário de intensa crítica na imprensa, de início das mobilizações partidárias e de organização de trabalhadores, expondo os limites dos acordos anteriores e da estabilidade alcançada entre 1841-1845. Alberdi chega ao Chile no ano de 1844, ou seja, encontra um cenário politicamente estável com os acordos partidários ainda em vigência, o que, igualmente lhe causa impressão, especialmente quando se considera que Alberdi saía do Uruguai, vivia o clima político de Buenos Aires e estava em contato próximo e permanente com a imprensa de guerra que se estabeleceu em Montevideú, bem como com as forças militares de oposição a Rosas.

Assim, Alberdi e Sarmiento acompanharam a chegada da crise política ao governo Bulnes e reagiram, desde a imprensa, em defesa deste governo, o que implicou a elaboração de um discurso político que desse conta do contexto chileno, da discussão sobre o liberalismo e o conservadorismo político, das instituições vigentes no Chile em confronto com seus opositores. A vitória eleitoral de Bulnes para um segundo mandato não conseguiu trazer de forma duradoura uma nova paz, como havia sido na primeira eleição em 1841.

O terceiro capítulo trata do progressivo esgarçamento dos acordos estabelecidos com a oposição, e a consolidação de um cenário de disputa aberta, com a inclusão de novos grupos sociais no espaço público político. As disputas internas nos dois grandes grupos políticos, liberais e conservadores, ampliava o cenário de instabilidade, que era alimentado pelas organizações de trabalhadores e surgimento de novas associações políticas e periódicos, incrementando a complexidade política da sociedade chilena neste período. A partir de 1850, surge a Sociedade da Igualdade, uma organização composta por liberais, radicais e por artesãos e trabalhadores que conseguiu ter uma importante expressão pública e certa longevidade, inserindo na linguagem política elementos provenientes do universo obreiro e da Revolução Francesa de 1848, na qual inspiravam-se seus líderes. Os anos entre 1848 e 1851 tornam-se especialmente complexos desde um ponto de vista da introdução de novos elementos no discurso político e da radicalização da luta partidária. De modo que aí se pode acompanhar a incorporação ou a relação estabelecida por Sarmiento e Alberdi diante deste ambiente.

O quarto e último capítulo tem a pretensão de servir de conclusão da tese. Ao investigar a formação da Comissão de Exilados de Santiago, em 1841, e os clubes constitucionais, de 1852, acredito que fique exposto nestas entidades, que marcam o início e o fim do recorte de pesquisa, a profunda imbricação entre imprensa, sociedade civil, espaço público, história argentina e biografia. Tanto a ‘comissão’ quanto os ‘clubes’ representaram o trabalho no exílio de associacionismo, de ocupação da imprensa, de estabelecimento de contato com autoridades locais, de pretensão de intervenção no território argentino e de envolvimento das expectativas pessoais. Neste capítulo procurei explorar a reflexão sobre estas associações, ainda obscuras para a historiografia, de modo a apresentar as transformações nesta década pelas quais passaram a condição do exilado, a imprensa, a história argentina e chilena, e as condições de produção do discurso político. A análise dos clubes de 1852 permitem verificar a realização e o desfecho de todo o desenvolvimento intelectual dos autores, pois, com a queda de Rosas, abria-se a

possibilidade de reflexão e intervenção na condução do governo da Argentina sob um novo contexto, não mais como projeto ou utopia, mas como realidade concreta, ou em construção.

Enfim, a pesquisa conduziu à ideia de que haveria duas linhas de força em ação: por um lado, abordagens em que o tema da imprensa surge como veículo privilegiado de discussão e agenciamento político na primeira metade do século XIX; por outro, um esforço dos historiadores de refletir sobre a história política e a história intelectual a partir da linguagem, das representações e dos discursos que dão vida e sentido aos debates públicos. Buscou-se, portanto, contemplar o encontro destas duas tendências: *investigar* o papel da imprensa na formação do espaço público chileno em meados do século XIX, com seus próprios interesses, regimes linguísticos e posicionamentos políticos²¹³ e em relação com o desenvolvimento das ideias, da linguagem e dos projetos políticos de Sarmiento e Alberdi, a fim de *compreender* a historicidade do discurso político e penetrar na lógica que articula a produção das ideias neste jogo²¹⁴.

Ressalte-se, uma vez mais, que foi refletindo sobre a realidade política e social chilena, envolvidos naquela experiência, que ambos elaboraram seus projetos políticos para a Argentina. Fato que não é de menor importância, tendo em vista que a atividade intelectual não é descolada do ambiente, da linguagem e dos meios em que é realizada, mas que foi deixado em segundo plano por muitos estudos importantes sobre os autores, e que se procurou recuperar com esta pesquisa. Como uma dimensão de análise decorrente desta premissa, a pesquisa recorre à perspectiva criada pela ‘história conectada’, como um importante caminho para pensar a ação dos argentinos em solo chileno. O comentário de Ricardo Rojas²¹⁵ sobre a interpenetração das histórias argentina e chilena na primeira metade do século XIX, formando sobre determinados aspectos que serão abordados uma unidade de sentido, reforça essa expectativa e nos remete ao tema da ‘connected histories’. Como definiu Serge Gruzinski, as histórias conectadas implicam

²¹³ Cf. PAS, H. F. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010, p. 7. Neste mesmo sentido, Maria Helena Capelato mostra que a meta da imprensa é conseguir adeptos para uma causa, e que ela não é mais vista pelos historiadores como espelho da realidade, mas como espaço de representação política e de práticas sociais históricas. Apud SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários do Prata*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 17.

²¹⁴ Seguimos, aqui, as sugestões teóricas de Elias Palti acerca de sua elaboração de uma história das linguagens políticas, cf PALTÍ, E. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

²¹⁵ ROJAS, R. Los proscriptos. In: **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957.

“a cada momento que as histórias sejam múltiplas (...) e que elas sejam ligadas entre si ou ainda que elas possam comunicar uma a outra”²¹⁶.

História da imprensa no Chile ou do pensamento político na Argentina, como localizar o problema em questão? Talvez a melhor resposta seja a sugestão de March Bloch que, “fiel à crítica das limitações impostas pelo nacional, afirmava que a ‘unidade do lugar é apenas desordem. Somente a unidade do problema apresenta um centro’”²¹⁷, como uma terceira margem que não está já lá, que somente acontece no momento de produção de seu sentido.

²¹⁶ GRUZINSKI, S. Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique et autres ‘connected histories’. **Annales HSS**, Paris, n.1, jan-fev, 2001, p. 87. Vale lembrar que o conceito de *connected histories* tem sua origem, segundo Maria Lígia Prado nos estudos do historiador indiano Subrahmanyam. Cf. SUBRAHMANYAM, S. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, V. (Ed.). **Beyond Binary Histories**. Reimagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999. Ainda sobre o tema da circulação das ideias ver os artigos de SOARES, G. P. A Revue des Deux Mondes em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais. In: BEIRED, J. L. B.; CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. C. **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010; e História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (org). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. v.2. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.

²¹⁷ PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada na América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, 2005, p. 18.

CAPÍTULO 1

1841 – 1843. CONFRONTO DE MARGENS

1 - A presença na e da imprensa

Neste capítulo, analisarei a escrita e a ação de Sarmiento entre os anos de 1841 e 1843. Este recorte compreende o período do governo de Manuel Bulnes em que se experimentou relativa estabilidade política, liberdade de imprensa e um ambiente de negociação entre os partidos liberal e conservador. Sem eliminar conflitos e disputas políticas, expostos intensamente na esfera pública através da leitura dos periódicos. Em 1844, como se verá no capítulo 2, o cenário político e o universo discursivos sofreriam mudanças significativas, com os julgamentos e suas repercussões de opositores liberais Francisco Bilbao e Pedro Godoy devido a publicações na imprensa, com as mudanças ministeriais que levaram a um afastamento entre liberais e conservadores, dando início a um novo ciclo de disputas que desenharão o contexto que conformará as eleições presidenciais de junho de 1846.

Alguns elementos afiançavam esse clima de relativa estabilidade¹ – faço a ressalva, pois, os conflitos na imprensa e na sociedade não foram suprimidos, apenas verificou-se um período de maior acomodamento entre adversários políticos –: Pedro Godoy, desde as páginas do *Diario de Santiago*, opositor feroz e ativo do governo Bulnes, reconhecia que o “Chile havia gozado de quatro anos de verdadeira liberdade”, porém, sob a influência da recente modificação ministerial, “o governo apresentava uma atitude receosa e alarmante”². O historiador Diego Barros Arana, ele próprio defensor dos governos conservadores no século XIX, dá uma dimensão bastante significativa da transigência experimentada nesses primeiros anos da década de 1840, quando “a política mais moderada do governo havia permitido a aproximação dos partidos, e a celebração

¹ O tema da estabilidade política e institucional como elemento de excepcionalidade da sociedade chilena diante das demais nações latino-americanas tem um peso muito forte, sendo um discurso produzido pelas elites no século XIX e incorporado, às vezes acriticamente pela historiografia do século XX. Sobre esse ponto, ver SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (org.) **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004; SAN FRANCISCO, A. ‘La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad’. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, G e SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009.

² SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, P.194.

de um acordo”³, o que haveria permitido um período de estabilidade. Como exemplo desse ambiente, Barros Arana citava uma lei, proposta pelo governo, que concedia “anistia a todos chilenos que se encontram atualmente em desterro, em consequência de tentativas ou feitos contra as autoridades ou contra a ordem pública do estado”⁴. Observo que é nesse contexto que Sarmiento elabora seus primeiros escritos no Chile, e que toda discussão na imprensa estava permeada por essa circunstância de entendimento político entre governo e oposição.

Isto, no entanto, não elimina o fato de, nos primeiros meses, Sarmiento ainda vivenciar o clima de tensão e conflito que marcara as eleições parlamentárias de 1840, e preparava a presidencial de 41. Em função de cada contexto e de cada situação de debate específica, se configura o sentido dado aos textos e vai-se configurando um tipo de discurso sobre a política e, especificamente, sobre o republicanismo. Um discurso que se apresentava conflituoso, ambíguo, instável, devido por um lado ao tipo de análise que a pesquisa se propõe – a leitura diacrônica dos artigos nos periódicos e seus interlocutores –, por outro, da própria instabilidade institucional naquele contexto de formação estatal, com uma linguagem própria para as novas experiências políticas pelas quais passavam as repúblicas hispano-americanas na primeira metade do século XIX. (Poderia mesmo dizer para o próprio caráter experimental do republicanismo no mundo ocidental⁵).

Parto da hipótese de que a experiência estabelecida por Sarmiento no Chile foi de fundamental importância para a conformação de seu pensamento político. A afirmação deve ser lida para além de um possível truísmo. Foi no período em que viveu no Chile como exilado que ele teve contato íntimo e intenso com a elite política-letrada, e esteve presente na política administrativa do país. Experiência que não viveu na Argentina, em verdade, sequer conhecia Buenos Aires. Esse contato com o mundo político e cultural chileno deu-se eminentemente como consequência de sua presença na imprensa, por sua atividade de publicista que se desenrolou em importantes veículos.

Atividade na imprensa e atividade política não estavam dissociadas. Segundo a historiadora Paula Alonso, ao referir-se à imprensa nas novas nações hispano-americanas em meados do século XIX, “dizer que essa imprensa era política, de opinião ou partidária seria uma redundância”, isto porque, ela mesma se convertia em “um dos principais

³ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p.188.

⁴ Ibid., p.223.

⁵ SABATO, H. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. In: CHARTIER, R.; FEROS, A. **Europa, América y el Mundo: tiempos históricos**. Madrid: Marcial Pons, 2006.

ambientes de discussão política e uma das principais formas de se fazer política”⁶. Nesse particular, Sarmiento demonstrou raro voluntarismo e talento como redator, editor e escritor. O fato de já em fevereiro de 1841, logo após a sua chegada ao Chile em dezembro de 1840, redigir no principal jornal do país, *El Mercurio*, e receber a redação de outro, *El Nacional*, com a responsabilidade de defender a eleição do candidato presidencial Manuel Bulnes, após ter sido disputado pelo partido liberal para a mesma finalidade, davam a dimensão de sua inserção neste ambiente⁷.

Durante quase uma década, entre janeiro de 1841 e fevereiro de 1852⁸, em terras chilenas, Sarmiento manteve a atividade de periodista, o que o transformou em personagem-chave do período, sendo interlocutor de adversários políticos e publicista do governo conservador.

A presença de Sarmiento transformou a imprensa chilena nos anos 1840 (considere-se, por exemplo, seu papel nas polêmicas literárias e sobre reforma ortográfica, ou o incentivo à publicação de livros, além da discussão sobre instauração de um sistema de ensino para adultos⁹), como também a experiência política, cultural, intelectual, pessoal vivida no Chile impregnou decisivamente seu discurso político e sua visão sobre a construção do republicanismo numa sociedade que conseguiu manter o funcionamento de instituições básicas como constituição, eleições, partidos e imprensa livre.

Assim, quero mostrar que Sarmiento, ao elaborar uma defesa do regime político chileno sob o governo Bulnes (não sem ambiguidades e conflitos), ao mesmo tempo, produzia um discurso consistente sobre o modo de governo liberal e o sistema representativo, que transcendia a situação imediata, e que o confrontava com o passado da Confederação Argentina. Na reflexão sobre a representação político-partidária num

⁶ Paula ALONSO. Introducción. in: ALONSO, P. (org.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004, p. 8.

⁷ Em outro momento será feito um recorte biográfico no qual se analisará a fundo esse momento de sua chegada ao Chile e o acesso aos círculos letrados e políticos.

⁸ Sarmiento segue no Chile, com algumas interrupções até 1855, escrevendo em jornais chilenos e argentinos. A data de 1852 corresponde ao recorte que compreende a pesquisa. Com a interrupção de três anos entre novembro de 45 e fins de 48, quando esteve em viagem a serviço do governo chileno pela Europa, África e Estados Unidos para conhecer os sistemas educacionais dos países civilizados, e elaborar um projeto para o Chile.

⁹ Cf. PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. TESE. La Plata, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010; SUBERCASEAUX, B. **Historia del Libro en Chile**. Santiago: LOM, 2010; SERRANO, S. La escuela chilena y la definición de lo público. In: GUERRA, F-X. e LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.), **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1998.

regime democrático e presidencialista, a imprensa assumia um contorno especial de espaço aberto de circulação, debate e formação de ideias, e ganhava uma relativa autonomia, formal, como instrumento de ação da sociedade civil, provocando novas exigências na comunicação e na ação dos grupos políticos, como se verifica pelo recurso às polêmicas, pelo estímulo à publicação de livros associados aos periódicos e pelo incentivo às organizações de trabalhadores ou empresários.

Esses elementos centrais presentes no discurso de Sarmiento não estavam já dados. A análise dos artigos nos diversos periódicos, ao longo do tempo, permitirá verificar algumas mudanças relevantes em seu discurso, e associar tanto ao contexto específico em que tal ou qual ideia foi enunciada – observando o que há de contingente na produção do sentido do discurso político –, quanto relacionar com seu próprio pensamento tomado em perspectiva.

Além da dimensão política chilena, outro nível de análise deve ser considerado de maneira transversal em seu discurso: sua condição de exilado e o lugar da Argentina. O profundo vínculo de Sarmiento com a história chilena e suas instituições educacionais, por exemplo, não impediu que a Argentina sempre se mantivesse como horizonte e como potencialidade em seus escritos. Quero ressaltar este ponto, porque outros exilados que se envolveram também com a política chilena adotaram o novo país como casa após a queda de Rosas ou mesmo antes, ou então não mantiveram o olho preso para além das Cordilheiras como objeto de suas preocupações presente e futura¹⁰.

Desse modo, sua escrita no espaço público recobra uma densidade interessante, se analisada sob o prisma das diversas camadas de leitura que se mesclam e se sobrepõem. Projeto pessoal, como autoconstrução da *persona* política e da figura do autor; ação política ao lado do partido conservador em função das demandas imediatas e elaboração de um projeto político de longo prazo; e, por fim, uma camada em que se lê a história argentina¹¹. Acredito que uma contribuição desta pesquisa está em ressaltar essas camadas de leitura como constituintes do discurso político e afirmar o lugar central que a imprensa ocupou como meio e linguagem para seu desenvolvimento. Como consequência, espero deixar provado o caráter contingente, conflituoso, ambíguo e dinâmico do discurso de

¹⁰ ROJAS, R. Los proscriptos. **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957., BLUMENTHAL, E. **Éxils et constructions nationales en Amérique du Sud**: Proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle. TESE. Paris, Université Paris Diderot, 2013; AMANTE, A. **Poéticas y políticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010.

¹¹ E também essa história deve ser matizada como história da Confederação, das instituições, de Buenos Aires, das Províncias... de modo a recobrar um passado específico para o autor que, não necessariamente, corresponde ao mesmo passado nacional de Alberdi, por exemplo.

Sarmiento, porque enunciado através da imprensa num espaço aberto e público como uma peça do jogo em meio às disputas políticas, muitas vezes como resposta a um periódico, a um intelectual, a determinado político ou partido, mas também em vista de uma perenidade, de um pragmatismo que interviesse no campo de debate e se desenrolasse em ação. O caráter específico de um pensamento que se elabora e se desenvolve ao ser lançado no espaço público, provocando e sofrendo intervenções de outros agentes, é um dado que pouco foi notado pelos estudiosos até o momento¹², no que diz respeito às condições de recepção e enunciação que interferem na concepção e no sentido adquirido pelo discurso.

Alguns elementos a serem considerados nesse particular, por exemplo, são o caráter comercial do periódico e como o posicionamento político, a linguagem, as formas de abordagem afetariam as finanças da empresa com as vendas, assinaturas e espaços de publicidade. Ele percebeu cedo a profissionalização e o caminho mercantil da imprensa como ramo da indústria e seu caráter estratégico para o governo. Não lhe escapava a reflexão sobre a condição de publicidade gerada pela imprensa livre em todo o período em que redigiu artigos nas diversas empresas por que passou. O uso da imprensa requer, então, uma reflexão específica, a qual Sarmiento realizou permanentemente em suas consequências e fundamentos, entendendo-o como meio, como ator, como linguagem e como espaço público promotor e estruturador da república e do progresso.

2 - A chegada de Sarmiento na imprensa chilena. Problemas de interpretação

Para melhor compreensão deste lugar ocupado por Sarmiento na imprensa, farei um breve recuo à sua chegada no Chile e ocupação de lugar nos periódicos, ao mesmo tempo em que se poderá confrontar a tradição estabelecida pela historiografia e as informações que foram possíveis verificar com a pesquisa.

Como dito na Introdução, Sarmiento é uma das principais fontes sobre sua biografia, com as obras *Mi defensa* e *Recuerdos de Provincia*. Nos dois textos, eis a parte que me importa mais de perto, Sarmiento constrói uma narrativa de sua chegada e consolidação nos meios políticos e culturais chilenos. Sua versão, bastante conhecida, presente também na introdução de *Facundo*, dá conta de que ele chegara ao Chile depois

¹² Em recente estudo, Hernán Pas frisa essa dimensão fundamentada na escrita de Sarmiento, cf. PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fé: Ediciones UNL, 2013.

de ser perseguido e preso pela *mazorca*¹³ e que, devido ao seu bom relacionamento com o governador de San Juan, havia conseguido a permissão de partir e exilar-se da província, o que lhe levou a cruzar os Andes no final de 1840, chegava em Santiago, a princípio, desconhecido, com escassos recursos, sem herança ou proeminência familiar.

Nesta cidade, no entanto, Sarmiento, “conhecido membro da intelectualidade argentina do período anterior a Juan Manuel de Rosas”¹⁴, segundo Ana Maria Stiven, teria entrado em contato com Victorino Lastarria, jovem intelectual e advogado, quem o introduziria à sociedade chilena como um escritor de rara e potente inteligência. Lastarria, em suas memórias, diz que “um dia de fevereiro de 1841 quando Sarmiento já nos contava entre seus amigos nos leu um artigo [...] e não vacilamos em remetê-lo a Rivadeneyra”¹⁵. Sobre este mesmo momento, Sarmiento narra, com a dramaticidade devida, sua angústia em esperar a repercussão de seu texto publicado no dia 11 de fevereiro de 1841:

Bajo el aguijón de la duda, como el dramata novel, aguardé la llegada de El Mercurio de 11 de febrero de 1841. [...] A las once [mi amigo] trajome buenas noticias, mi artículo había sido aplaudido por los argentinos; esto era ya algo. A la tarde se hablaba de él en los corrillos, a la noche en el teatro, al día siguiente supe que don Andrés Bello y Egaña lo habían leído juntos hallándolo bueno ¡Dios sea loado! Decía a mi mismo. Estoy ya a salvo¹⁶.

A visão exposta por Sarmiento e replicada por seus comentadores expõe uma rápida e quase natural ascensão e aceitação de Sarmiento por meio desta publicação na imprensa¹⁷. A sucessão de visitas, convites e comentários positivos que se seguiram à publicação do artigo “La batalla de Chacabuco” no *Mercurio* teria sido a porta de entrada de Sarmiento na sociedade chilena. Devido à boa acolhida de seu texto, Rivadeneyra teria proposto encarregar-lhe a redação do periódico em troca de um pagamento de 30 pesos

¹³ A polícia política do governo de Rosas.

¹⁴ Ana Maria Stiven, no entanto, não oferece nenhuma indicação de onde proviria essa fama. Cf. STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000, p. 80.

¹⁵ A citação de Lastarria está em SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004, p. 53. Rivadeneyra, espanhol que havia sido editor do *Araucano*, então editor do *Mercurio de Valparaíso*, o único diário do país.

¹⁶ SARMIENTO. **Recuerdos de Provincia; Mi Defensa**. Buenos Aires: Emecé, 2011, p. 228.

¹⁷ A passagem seguinte de Ricardo Rojas, historiador da literatura argentina, é reveladora dessa interpretação: “Antes de se tornar periodista chileno, Sarmiento havia redigido *El Zonda* em San Juan; e, ao se exilar, havia sido mineiro no Chile e professor de escola em uma aldeia nos Andes. Conseguiu de imediato impor-se e chamar atenção de Santiago, com um artigo sobre Chacabuco [...]”. ROJAS, R. **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957, PP. 304-5.

mensais já a partir do mês de março. Em seguida, foi convidado por Manuel Montt, amigo de Lastarria, ministro da educação e reitor do Instituto Nacional de Educação, onde Sarmiento iria trabalhar anos depois, a escrever, por um soldo de 100 pesos, no jornal *El Nacional*, que circulou entre abril e setembro de 1841, em defesa do candidato do partido conservador Manuel Bulnes à presidência da república nas eleições de junho e julho daquele ano. Em 1842, o mesmo Montt nomeia-o diretor da Escola Normal de Professores.

Esta visão, bem estabelecida pela historiografia, passava a não condizer com os dados que surgiam, de forma dispersa, e que punham em dúvida o encadeamento dos fatos, e também, o sentido de fundo da presença de Sarmiento na imprensa. Acredito que colocado diante de novas evidências, a trajetória de Sarmiento na sua chegada ao Chile possa contribuir com uma compreensão daquele momento para além da perspectiva individual.

Partindo de uma leitura periférica, chama atenção que o texto citado de Lastarria trate do recém-chegado e ainda desconhecido Sarmiento com a reverência expressada em ‘ya nos contaba entre sus amigos’, quando o esperado pela anterioridade, pela notoriedade e pela diferença de ambiente seria que *eles* (Lastarria, Montt, Rivadeneira) *já o* contassem entre seus amigos e que *por isso* Sarmiento passara a ter acesso àquele universo. Sustenta essa dúvida a versão dada por Raúl Silva Castro, historiador da imprensa chilena, ao sublinhar que Sarmiento “desde 1841 se fijó en Santiago y ganó la amistad de algunos chilenos que tomaron la tarea protegerle del desamparo en que se hallaba”¹⁸. Nesse sentido, noto que o texto de Lastarria foi escrito em 1878, poucos anos após Sarmiento ter deixado a presidência da argentina e que, portanto, a reverência retrospectiva poderia, talvez, ter funcionado como um sinal de afeto ao ex-presidente pela amizade estabelecida entre ambos desde aqueles longínquos momentos em diante.

“Em Chile, Sarmiento não começou do zero: em Santiago estavam afincados numerosos emigrados argentinos e existia uma comissão que presidía Juan Gregorio de Las Heras, herói da independência, na qual participava seu parente Domingo Oro”¹⁹. Devido a contatos pessoais, então, Sarmiento é introduzido nos círculos culturais de Santiago sendo apresentado a José Victorino Lastarria e a Manuel Montt. Contatos entre

¹⁸ SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 178.

¹⁹ VALENZUELA, D.; SANGUINETTI, M. **Sarmiento periodista**. El caudillo de la pluma. Buenos Aires: Sudamericana, 2011, p. 109.

argentinos e chilenos remontam desde o período colonial, aos anos de guerra de independência em que os exércitos combateram em comum contra a Espanha, e nos anos 1830, com aumento considerável após 1835, ondas de imigração argentina chegavam ao Chile²⁰. O que permitiu configurar-se neste país uma sólida rede de contato entre os estrangeiros que promovia alguma proteção aos que chegavam, composta por exilados políticos, em especial de unitários e liberais históricos saídos da Argentina após a tomada do poder pelos federalistas com Rosas.

Sem dúvida, ele se valeu destas redes, que contavam, inclusive, com membros de San Juan residentes no Chile, como o já citado Domingo Oro, que acompanhará Sarmiento como amigo e conselheiro, Miguel Piñero, o futuro editor de *El Mercurio* e quem foi professor seu e de Vicente Fidel López no Liceu, e José Luís Calle, antigo editor do mesmo jornal²¹, e quem, segundo Augusto Belin Sarmiento, foi “el primer a reconocer cualidades de escritor a Sarmiento y facilitarle la ocasión de producirse”²². Calle aparece como uma figura proeminente sobre Sarmiento, e com uma atuação marcante nos anos 1830 entre os exilados argentinos no Chile²³.

Por outra interpretação, não necessariamente conflitante com a anterior, por meio de Vicente Fidel López e Domingo Oro, Lastarria teria recomendado o dito texto sobre a Batalha de Chacabuco ao editor de *El Mercurio*, Manuel Rivadeneira, que decide publicá-lo no *Mercurio*. Segue um breve trecho do artigo para uma rápida reflexão sobre alguns elementos que me parecem relevantes para se vislumbrar alguma compreensão de sua publicação. Sarmiento faz uma elegante e emotiva narração da batalha que se desenrolou na cidade de Chacabuco, como

²⁰ Sobre este tema, de fundamental importância para a compreensão das possibilidades de vida no novo país. Segundo Jorge Mayer, por volta de 1840, “o número de exilados que perambulava pela costa do Pacífico era considerável. O ministro Portales [...] havia oferecido, anos antes, asilo e emprego a Bernardino Rivadavia, Julian Segundo de Agüero, Valentin Alsina e Florencio Varela”. MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 394. Também Ricardo Rojas, em sua *Historia de la literatura argentina*, cap. IX, destaca a grande quantidade de argentinos vivendo no Chile nos anos 1830, 1840, e os contatos que estabeleciam. Por fim, citaria o instigante artigo de Ana Maria Stiven “El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

²¹ As informações sobre José Luís Calle são bastante escassas. Considerando, no entanto, as dimensões dos círculos sociais letrados nas cidades do interior da Argentina no início da década de 1830 e dado que Sarmiento passou 5 anos no Chile, na companhia de Domingo Oro, também de San Juan, é legítimo supor que estas personagens tenham tido contato e que este contato tenha se mantido até a chegada de Sarmiento em Santiago.

²² SARMIENTO. Los Emigrados. In: OC, XIV, p. 365. Este capítulo compõe-se de verbetes com os nomes dos exilados argentinos no Chile e foi organizado por Augusto Belin Sarmiento, neto de Domingo Faustino, a partir de anotações dispersas do próprio Sarmiento.

²³ Como se verá no capítulo 4.

un combate de vida o muerte para la independencia americana [...]. Centenares de patriotas chilenos, huyendo de los horrores de la esclavitud, habíamos traspasado los Andes en 1814, y conocido todas las penurias y todos los sinsabores que acompañan a una larga emigración. Un ejército al comando de San Martín, se aprestaba a fin de cruzar los Andes y traer a nuestra desgraciada patria la libertad perdida. Nosotros volamos presurosos a engrosar las filas del ejército libertador²⁴

Sarmiento assina o artigo com o pseudônimo “*Un teniente de artillería en Chacabuco*” criando a imagem de observador e agente dos acontecimentos, o que conferiria veracidade a sua narrativa. Ao utilizar a primeira pessoa do plural, ele cria uma proximidade com o leitor (chileno) e inclui-se como um ‘patriota’ que lutou pela independência chilena que, como disse, confunde-se com a independência americana. Ao evocar o nome de San Martín e a travessia dos Andes, Sarmiento busca criar uma aproximação entre o Chile e a Argentina como povos irmãos e partícipes da mesma luta pela liberdade - mais adiante ele cita textualmente “Chilenos i argentinos dejamos la ciudad de Mendoza...”. Para além da qualidade literária do texto, da reconstrução histórica verossímil, gostaria de ressaltar estas estratégias retóricas para imaginar a impressão que possa ter causado nos leitores, ou pelo menos a que Sarmiento queria passar. Lembro que esta foi uma estratégia muito utilizada também por Alberdi. Justo seus primeiros artigos no Chile tratavam das aproximações históricas entre os povos chileno e argentino e a necessidade de aliança em defesa da liberdade na América do Sul – numa clara referência contra Rosas.

Sem dúvida, a habilidade política e o talento literário exerceram aqui um papel fundamental. Isto não está em disputa. No entanto, destacaríamos elementos que compunham esse ambiente intelectual e político e que permitem uma mais completa inteligibilidade do momento histórico. Já sob o comando de José Luís Calle, o diário de Valparaíso recebia constantemente a contribuição de argentinos e outros estrangeiros em suas páginas, o que caracterizava este periódico como cosmopolita e voltado aos interesses do comércio e da política internacional²⁵.

A presença crescente de exilados argentinos, e de outras nações latino-americanas, que buscavam asilo naquele país, tornava-se uma questão importante para os partidos políticos, pois enxergavam nestes grupos um capital simbólico, como depositário de um conjunto de valores e prestígio associado ao passado liberal e vítimas da perseguição

²⁴ SARMIENTO. “12 de febrero de 1817”. *El Mercurio*, OC, I, p. 2.

²⁵ Cf. SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. Em: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004, pp. 49-60.

despótica, relevante para intervir no discurso político e na opinião pública chilenos. Tratava-se, em geral, de pessoas que sofreram perseguições e defenderam regimes liberais e republicanos em suas terras natais. “Colombianos, peruanos, equatorianos, mas especialmente argentinos, encontraram no Chile o lugar que em seus próprios países lhes era negado, e do qual, por fim, podiam vangloriar-se os chilenos”²⁶ Incorporar estes nomes em seus quadros tornou-se uma estratégia importante para os partidos liberal e conservador chilenos, de modo que o raro talento de Sarmiento encontrava um ‘mercado’²⁷ que desejava pagar para entrar nesse campo de batalha político e periodístico que se abria com as eleições presidenciais de 1841.

Com estas rápidas passagens, uma discussão mais ampla e aprofundada deste contexto será feita no capítulo 4, vê-se que as condições específicas que presidiram a chegada de Sarmiento ao Chile ultrapassavam a narrativa autossuficiente de seu talento pessoal, bem como os saltos explicativos sobre como um desconhecido teria alcançado a redação do maior jornal de um país estrangeiro. Ou seja, este questionamento é motivado menos por um preciosismo sobre a biografia de Sarmiento, e mais pela chance que estes novos dados abrem para se pensar a presença da emigração argentina no Chile, e as relações estabelecias desde um ponto de vista histórico.

3 - O lugar e a condição do exilado

A condição de exilado é determinante para toda a reflexão sobre Sarmiento neste primeiro período de 1841 a 1843. Embora seja um dado material e afetivo de primeira ordem, suas consequências não são por si evidentes, e nem sempre foi encarado como um coeficiente para sua produção intelectual²⁸.

Quer dizer, as considerações políticas e culturais desenvolvidas por Sarmiento nesse período foram apropriadas como se fossem imediatamente referentes e aplicadas à

²⁶ STUVEN, A. M. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 413.

²⁷ Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, cap. 4, em que trata especificamente sobre o mercado de trabalho ocupado pelos exilados no Chile e na Argentina

²⁸ Recentemente, o trabalho de Adriana Amante **Poéticas y políticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010 recuperou essa dimensão fundamental para os intelectuais argentinos de meados do século XIX.

Argentina e à história argentina em retrospectiva, como ocorre com o clássico de Natalio Botana, *La tradición republicana*, ou no igualmente importante *Una nación para el desierto argentino*, de Halperín Donghi. Não que esses autores ignorassem o fato de Sarmiento estar no Chile, mas essa condição de exilado foi deixada em segundo plano em suas interpretações e consequências.

O exílio é um tema complexo, pois envolve uma dimensão íntima por vezes difícil de mensurar, especialmente neste contexto em que toda uma geração de intelectuais e políticos argentinos encontrava-se exilada, e a emigração parecia fazer parte de certa rotina, assumindo um caráter ordinário para esses homens. Além de, como já visto na introdução, o próprio conceito de exílio ser problemático em países ainda em processo de construção, como é o caso flagrante da Confederação Argentina²⁹.

Desde a perspectiva dos periódicos e do debate público, o tema do exílio sofre transformações importantes ao longo do período estudado, seja através da presença nominal do tema, seja através da presença de assuntos argentinos nos artigos. Analiticamente, penso que além da autopercepção de sua condição – individual e coletiva –, exista um elemento que envolveria o olhar presentista da vida e da escrita. Quero dizer, é possível pensar que, em determinados momentos, voltar para a terra natal talvez não estivesse no horizonte; tanto pela pressão e exigências da vida cotidiana, como pelas notícias que vinham do Prata sobre as consecutivas derrotas da resistência ao governo de Manuel Rosas. Assim, a possibilidade de incorporação de Sarmiento à sociedade chilena de forma permanente (e os cargos ocupados na Administração Pública, os vínculos pessoais e a atividade profissional que foi assumindo com o tempo inegavelmente apontavam nessa direção) pode ser assumida como um horizonte e um vetor presentes na ordem cotidiana, como ocorrera com outros tantos emigrados e estrangeiros.

Este, insisto, não é um dado menor ao se analisar sistematicamente a escrita de Sarmiento nos periódicos. A condição de exilado tornou-se um símbolo forte de auto representação e foi-se compondo em um traço de sua personalidade pública. Ao mesmo tempo, mostrava-se um trunfo importante do governo chileno atrair como aliados políticos e intelectuais liberais emigrados³⁰. De modo que a instrumentalização desse

²⁹ Esse debate foi contemplado na introdução. Mas, sumariamente, trata-se da aplicabilidade do conceito, uma vez que os conceitos correlatos de identidade nacional ou de território encontravam-se em disputa.

³⁰ STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000. Jorge Mayer comenta que o próprio ministro Diego Portales teria oferecido “asilo e empregos a Bernardino Rivadavia, Julián Segundo de Agüero, Valentín Alsina e Florencio Varela”. In: MAYER, J. **Alberdi y su tempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, pp. 393-4.

“título” conferia alguma especialidade ou vantagem para um ator astuto como Sarmiento, que se movia entre diferentes campos de força buscando capitalizar sua personalidade na esfera política e cultural da sociedade chilena³¹.

A manutenção da condição de instabilidade da identidade civil do exilado poderia dar certas liberdades e margens de ação que um cidadão chileno não teria. Afinal, a Argentina e a ditadura de Rosas se mantinham como pano de fundo e linha de fuga de sua argumentação e atuação políticas, e, deste modo, Sarmiento não precisava ocupar posições definitivas, filiar-se a um passado chileno ou comprometer-se com este ou aquele grupo sem abrir mão de uma possibilidade de futuro em potencial. O que, para a atuação intelectual e política, pode ser visto como uma condição “ideal”, do ponto de vista da experiência, como se Sarmiento habitasse um laboratório e mantivesse sempre em mente essa exterioridade, como uma objetivação de sua condição e uma existência de segunda ordem na análise de si naquele contexto.

Toda a íntima e intensa presença de Sarmiento no espaço público chileno foi, portanto, permeada por essa condição de exilado nos primeiros anos. A variação do tom, e a frequente referência em seus textos ao exilado e à política ou história argentinas indicam essa ambiguidade cívica, simbólica e existencial. Entre 1841 e início de 1843 verificou-se uma grande quantidade de artigos sobre a situação política do Prata, e a conclamação das autoridades e da sociedade chilenas para tomarem partido contra a tirania de Rosas; entre 43 e 44 há um decréscimo considerável desta abordagem, voltando a crescer em meados de 1845, às vésperas da publicação de *Facundo*, por ocasião da visita de uma comitiva argentina ao Chile com o objetivo de convencer o governo local a reprimir a propaganda antirrosista na imprensa chilena. Do início dos anos 1850 em diante, observa-se uma retomada do assunto, decorrente da movimentação do General Urquiza na província de Entre-Ríos, paralela à rarefação da política interna chilena nos textos.

Jornais mais famosos como *El Mercurio* e *El Araucano*, mas também *El Valdiviano Federal*, em sua seção “Exterior” (que logo se desmembraria em “Notícias Americanas” ou “Crónica Americana”) proveem o público com notícias mais diversas de outras partes do mundo, especialmente da Europa e Américas, mas também eventualmente de África e Ásia. No caso específico das Províncias argentinas, aparece

³¹ Ver artigo de Claudia Torres sobre a tentativa de inserção de Sarmiento junto ao grupo do general Urquiza, em que a autora compara com as estratégias usadas por Sarmiento no Chile. Em BATTICUORE, G: EL JABER, L.; LAERA, A. **Fronteras Escritas**. Rosario: Beatriz Viterbo, 1998.

com maior frequência que outros assuntos nessas colunas, dividindo-se entre as notícias oficiais dos governos provinciais e de Rosas, cartas e comunicados de rebeldes, artigos de correspondentes ou de jornais locais, e análises dos redatores ou editores dos periódicos chilenos.

Em certa medida, esses informes internacionais, em especial sobre a América-hispânica, adquiriam um caráter episódico, de narração da história em “tempo real” dos acontecimentos como um diário de guerra, como uma novela em que a publicação dos distintos pontos de vista conferia, ou ao menos parecia ter a intenção de conferir, a um só tempo, a imparcialidade ao periódico, e a possibilidade dos diferentes públicos leitores acompanhar a partir de documentos, comunicados oficiais, ou da opinião dos articulistas correspondentes, o desenrolar da história. Ademais, em se tratando de países como Bolívia, Peru e Argentina – casos que mais se repetem entre 1841 e 1843 –, há de considerar-se os interesses internos sobre esses eventos e seu desfecho pela grande quantidade de imigrantes em solo chileno, ou de chilenos naqueles territórios, além dos negócios que o Chile mantinha com esses países.

Também as cartas dos leitores marcavam o tom e a intensidade dos textos. Cartas que defendem que os jornais chilenos – e o governo – não deviam imiscuir-se em negócios estrangeiros e que, portanto, o jornal não deveria publicar tais matérias; cartas que pedem por mais imparcialidade do jornal, ou que tomavam partido nas contendas clamando por uma tomada de posição do governo chileno em favor de tal ou qual finalidade. A seção “Exterior” recobria-se de um interesse grande do ponto de vista da lógica do jornalismo, até 1841 ocupava a página 2, já que a primeira era dedicada a anúncios. Em seguida variava entre a primeira e a segunda páginas, em função dos interesses de momento. De todo modo, manteve-se, ao longo do período investigado, com lugar de destaque em todos os periódicos.

Em março de 1841, em sua seção equivalente, o *Mercurio* publicou uma carta do General Brizuela, com o título “Libertad, Constitución o Muerte” “gobernador y capitán general de la provincia [de la Rioja], encargado de la dirección de la guerra por las provincias de la coalición del Norte: (...) “Ciudadanos, una nueva campaña está por abrirse, necesito de vosotros”³², em que narra a campanha dos aliados contra Rosas. Em novembro do mesmo ano, *El Araucano* estampava, de parte das forças ligadas ao Governador de Buenos Aires, uma “carta del general don Manuel Oribe, fecha (...) 20 de

³² “Provincias Argentinas”. *El Mercurio*, 13/03/1841.

septiembre de 1841, contiene las noticias que siguen: Que el general don Juan Lavalle fue completamente derrotado el día anterior...”³³. Por fim, um editorial de *El Valdiviano Federal* comenta um projeto de lei apresentado ao Congresso em que se propunha que o governo chileno interviesse nas relações com Mendoza, após circular na imprensa relatos de abusos cometidos contra cidadãos chilenos em terras argentinas³⁴. Segundo o periódico provincial, surgido em 1827, “jamás deben comprometerse el reposo y seguridad de una nación para vengar agravios que alguno o algunos de sus hijos hayan recebido de un país extraño al que voluntariamente se trasladaron”³⁵.

Como se vê, o tema da Confederação Argentina era um tema espalhado na imprensa, com posicionamentos de diferentes matizes, ocupando durante toda a década espaço de destaque, eventualmente competindo com Bolívia, Peru e México, em determinados momentos de ebulição política nesses países. Vale notar que desde a segunda metade da década de 1830 é possível verificar esse padrão, ao menos nos jornais citados. Para ficar com o caso do *Mercurio*, entre 1833 e 1838, a gráfica, a administração e a redação eram propriedade de “un negociante argentino”³⁶; em 41 Sarmiento chega à redação, que de 42 a 43 foi ocupada por Miguel Piñero, de 43 a 44, por Felix Frías, por um curto período de 44 por Alberdi, e de 44 a 46 por Rodriguez Peña. De modo que a recorrência dos assuntos transandinos explicava-se também pela própria ocupação física de eminentes emigrados nesse espaço, o que poderia justificar a afirmação de Maria José Schneuer de que “durante a década de 1840 o diário se constituiu uma das fontes de oposição no estrangeiro ao regime do Governador de Buenos Aires”³⁷. Neste mesmo sentido, em 1843, *El Demócrata* escreveria que “el *Mercurio*, la *Gaceta del Comercio* y el *Progreso* formarian la tríplice alianza de los gaceteros argentinos que consideran que el gobierno de Chile puede (...) consentir que estos emigrados escriban contra el gobierno de su país”³⁸.

³³ “Provincias del Río de la Plata”. *El Araucano*, 19/11/1841.

³⁴ Em 09/04/1841, *El Araucano* publicava um artigo em que relatava que o general Aldao, da província de Mendoza, havia alinhado 30 chilenos como soldados em seu exército, e que propriedades e gado de chilenos estariam sendo confiscados, segundo “lo que hemos podido deducir de los rumores que circulan, confirmados en parte por las noticias escritas”.

³⁵ “Editorial”. *El Valdiviano Federal*, 30/08/1841.

³⁶ PALAEZ y TAPIA, J. **Historia de El Mercurio**. Santiago: Talleres de El Mercurio, 1927, p. 34.

³⁷ SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.

³⁸ “Correspondencia”. *El Demócrata*, 14/03/1843.

Em vista do exposto acima, a chegada de Sarmiento ao diário de Valparaíso possui um elemento que poderia ser percebido como de rotina, em perspectiva de um quadro mais amplo do que o encerrado em sua própria biografia. Vê-se que ao longo do tempo, e num mesmo período durante essa década, a forte presença de argentinos e de temas argentinos ligados de diferentes formas ao espaço de interesse do público chileno, de modo que a circulação de papéis, assuntos e pessoas nesse espaço composto pela imprensa configurava-se num espaço único e profícuo para o exercício da crítica e da atividade de escritor público. Também essa presença numerosa de argentinos, a “*provincia flotante*” de que falava Alberdi, não passará despercebida ao convívio em solo chileno (como já se sente pelas curtas passagens acima), o que daria campo para diversos conflitos, desde casos de disputas pessoais, como também envolvendo a política interna e externa do país.

Em artigo de março de 1841, intitulado “El Emigrado”, Sarmiento enfrenta, por primeira vez, objetiva e sistematicamente, a questão da presença dos argentinos em solo chileno, expondo as tensões e conflitos que surgiam nas esferas pública e privada entre esses grupos. Se, de forma geral, a presença de exilados no Chile é vista pelos contemporâneos e pela historiografia como uma relação relativamente pacífica e, inclusive animada pelo governo, a leitura atenta dos artigos de Sarmiento revela um campo mais complexo de rusgas, ofensas e ataques diretos contra os emigrados – o que, se não rompe com a visão hegemônica sobre a hospitalidade chilena, introduz alguns elementos para refletir sobre a posição do emigrado nesse momento.

Do ponto de vista pessoal, Sarmiento em seus primeiros anos de Chile não deixou de notar o desconforto com sua situação, e transmitia ao leitor chileno um pouco desse aspecto da intimidade: “¿Quién sino el que a su pesar se aleja de la patria, donde queda la casa de sus padres y la escena de sus recuerdos, sabe sentir la insipidez del pan extraño, y la desazón de la mesa en cuyo derredor no se sientan la madre y los hermanos?”³⁹. Com o tempo, esse desconforto vai perdendo a dimensão privada e o coletivo toma à frente do debate na forma de conjunto de direitos, como uma necessidade surgida do estabelecimento de grande contingente de estrangeiros. O mesmo artigo descreve, de um ponto de vista amplo, as dificuldades enfrentadas pelos exilados em solo chileno que, “por todas partes refieren sus insoportables desgracias, y por todas partes arrostran semblantes fríos que no demuestran piedad, oídos que oyen porque no pueden evitarlo,

³⁹ “El emigrado”. El Mercurio, 17/03/1841. OC, I, p. 20.

corazones que compadecen sin simpatía y sin emociones”⁴⁰. O clima de desconfiança era refletido também desde a imprensa, pois aí a presença de estrangeiros era bastante evidente, bastando dizer que no principal periódico do país, *El Mercurio*, a redação foi ocupada por, além de argentinos, espanhóis, uruguaios e colombianos, de onde também provinham os autores de artigos e colaboradores⁴¹. Isso acrescentava um ingrediente importante às disputas político-partidárias que eram permanentemente travadas nos periódicos, como revela a passagem a seguir:

“No hay artículo del señor Jotabeche en que no se encuentren alusiones picantes contra los argentinos, contra la República Argentina, y cuanto les pertenece. Ni las horribles desgracias de que hoy son víctimas, se escapan de prestarle material para sus bufonadas (...). Suplico al señor Jotabeche que tenga presente que en Chile hay dos mil argentinos víctimas de males muy profundos, que sufren con sus *tiradas*”⁴².

O artigo encontra-se em meio a uma polêmica que Sarmiento estabeleceu com Jotabeche⁴³ ao longo do mês de dezembro de 1842 e no início do ano seguinte acerca da reforma ortográfica; nele se ouvem ecos das disputas eleitorais do ano anterior, agora acrescidas do tema da nacionalidade como forma de desqualificação e intimidação de seu interlocutor. Ao identificar “el miedo que me quiere usted poner con la animadversión pública”, Sarmiento questiona seu oponente sobre a hostilidade contra os argentinos,

“si quiere contestarme, y cree usted expresar los sentimientos de sus paisanos, suscriba sus réplicas con su propio nombre, que eso lo cubrirá de gloria, que yo aceptaré sobre el mío la desaprobación nacional que quiere usted hacer recaer sobre los argentinos. De este modo no podrá usted apelar al sentimiento nacional y querer echar una mordaza a la boca del que no es chileno”⁴⁴.

⁴⁰ “El emigrado”. *El Mercurio*, 17/03/1841. OC, I, p. 20.

⁴¹ No período em que se concentra a pesquisa, o jornal teve como redator ou principais colaboradores Rivadeneyra, espanhol, Sarmiento, Miguel Piñero, Alberdi, Rodríguez Peña, argentinos, Juan Carlos Gómez, uruguaio e, somente entre 1851 e 1852 o chileno Anacleto de la Cruz assume a redação. cf. SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos americano’ y del ‘orden chileno’ a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 y 1850. In: SOTO, A. (org.). **Entre Tintas y Plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2008, pp. 56-57.

⁴² “Contra Jotabeche – primer comunicado”. *El Progreso*, 02/12/1842. OC, II, pp.56-57. Jotabeche escreveu em *Guerra a la Tiranía* em 1839, no *Mercurio*, *Semanario de Santiago*, fundou *El Copiapino*, e participou do movimento literário de 1842.

⁴³ Periodista, costumbrista, político, editor e dono de periódico, Jose Joaquin Vallejos foi um dos principais contricantes de Sarmiento, nas polêmicas culturais, políticas e literárias. Feroz opositor do partido conservador com Prieto e depois com Bulnes, foi eleito deputado por Copiapó, onde fundou um jornal. Em comunicação pessoal, Vallejo informa a um amigo que “he tenido sufrimiento para leer de punta a cabo la reforma ortográfica de Sarmiento (...) este Anticristo literario”. SILVA CASTRO, R. **Jose Joaquin Vallejo, 1811-1858**. Santiago: Editorial Andres Bello, 1969, p. 51.

⁴⁴ “Segundo comunicado”. *El Progreso*, 10/12/1842. OC, II, p.60.

Ao mesmo tempo em que percebia uma animosidade contra os argentinos na imprensa, Sarmiento lançava mão de alguns instrumentos para capturar a simpatia dos chilenos em favor dos exilados e reforçar os laços históricos entre os povos, algo que já estava presente desde seu artigo inaugural “La Batalla de Chacabuco”⁴⁵, e permaneceria neste primeiro momento. Assim, ao narrar a frustrada campanha do general Lamadrid contra Rosas, Sarmiento ressaltava a atitude da sociedade e das autoridades chilenas em relação aos soldados que restavam da tropa rebelde, que “el gobernador de Los Andes, los vecinos, los argentinos emigrados y el gobierno han rivalizado en sus conatos y esfuerzos para salvar del hambre y de los hielos”⁴⁶. Acrescentava ainda que “Santiago, San Felipe y Los Andes han hecho brillar esta vez los sentimientos de filantropía y humanidad que honran el carácter chileno”⁴⁷.

Como fica claro, o lugar do estrangeiro e do exilado estava em disputa, apesar da acolhida que tiveram, oficial inclusive, o que marcará fortemente a escrita de Sarmiento até a sua viagem para a Europa, em 1845. De fato, após 1848, o tema do emigrado ou sua condição frágil e instável não aparece mais em seus textos, dando lugar a um debate sobre o estatuto civil e jurídico do estrangeiro. Esse ponto será tratado com mais atenção posteriormente, mas, gostaria de apontar para dois caminhos que poderiam explicar essa mudança de postura. Um deles diz respeito ao próprio tema do estrangeiro no Chile, que sofre uma mudança no início do segundo mandato de Manuel Bulnes em 1846, com a implementação de políticas de incentivo à imigração e um fortalecimento da movimentação comercial de Valparaíso, que progressivamente atraía negociantes estrangeiros devido a uma série de medidas de ordem econômica, de modo que a sociedade deixa de olhar o estrangeiro como alguém estranho àquele espaço, e novos grupos são incorporados sob um novo signo, do trabalho, do progresso e da civilização. Por outro lado, do ponto de vista particular de Sarmiento, apontaria que ao voltar da Europa, ele já se tornara um autor reconhecido a partir da publicação e repercussão de *Facundo* (1845) e da bem sucedida viagem em nome do governo chileno e, assim, não se trataria mais de disputar o seu lugar e sofrer as incertezas e inseguranças dos primeiros anos⁴⁸.

⁴⁵ Cf. SARMIENTO. OC, I, p.5.

⁴⁶ “Derrota del general Lamadrid”. El Mercurio, 09/10/1841. OC, VI, p.8.

⁴⁷ Ibid., p. 9.

⁴⁸ Cf. PAS, 2013

Penso que, como dito anteriormente, trata-se menos da efetiva hospitalidade dos chilenos com os argentinos do que do uso dos temas exílio e estrangeiro nos debates políticos na imprensa. Quer dizer, a nacionalidade – conceito frágil nas jovens nações do início do século XIX na América Latina, e especialmente no caso da Argentina – é mais uma peça ou um instrumento para a realização de uma determinada ação em meio ao debate público, tanto por parte dos argentinos, que buscam mobilizar a opinião pública e o governo chileno a seu favor, como da parte do governo, que se aliava a grupos supostamente liberais de estrangeiros com a intenção de atrair a opinião liberal interna⁴⁹.

Em 1843, Sarmiento lança um artigo que trata de maneira objetiva a questão da nacionalidade e marca um ponto de mudança no discurso acerca do estrangeiro. Após receber a notícia da derrota dos exércitos aliados entre unitários e uruguaios, sob o comando do Presidente uruguaio Fructuoso Rivera, para as forças leais a Rosas sob o comando de Oribe, na batalha de Arroyo Grande em dezembro de 1842, Sarmiento reconhece a falência das forças da civilização e liberdade contra as da barbárie e escravidão, para usar seus próprios termos. O artigo em questão fala da despedida de um projeto periodístico junto com outros emigrados, como Felix Frías e Vicente Fidel Lopez, *El Heraldo Argentino*, que teve uma vida curtíssima, e que pretendia alimentar o público chileno, e os exilados, com notícias sobre a região do Prata, e servir de espaço para o combate à política rosista desde o Chile. Em seu editorial de lançamento, em dezembro de 1842, lê-se que “la revolución argentina no sucumbirá (...). Perseveremos, pues, y no nos aletargue el sueño del destierro, ni nos desalienten las pasadas desgracias”⁵⁰. Apenas vinte dias depois, os editores do *Heraldo* encerram seus trabalhos, sentenciando que

“los argentinos residentes en Chile, prosritos de su patria, pierden desde hoy la nacionalidad que los constituía una excepción y un elemento extraño a la sociedad en que viven. (...) Que no suene más el nombre de los argentinos en la prensa chilena; que los que en nombre de aquella nacionalidad perdida ya, habían levantado la voz, guarden un silencio respetuoso (...) estas palabras bastarán a terminar las diferencias que se habían suscitado en la prensa, y dejar satisfechas muchas exigencias. (...) Ahora no hay más patria que Chile; para Chile debemos vivir solamente y en esta nueva afección deben ahogarse todas antiguas afecciones nacionales”⁵¹.

⁴⁹ Cf. STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000.

⁵⁰ “Prospecto del Heraldo Argentino. A los argentinos residentes en Chile”. *Heraldo Argentino*, 23/12/1842. OC, VI, p.87.

⁵¹ “Despedida del Heraldo Argentino”. *Progreso*, 11/01/1843. OC, VI, pp. 94-95.

Sarmiento, ao negar a nacionalidade argentina e assumir a chilena parece desistir dos temas que envolviam a resistência contra Rosas, e talvez como efeito secundário, pôr fim aos não poucos conflitos em que se envolvia na imprensa. Entre dezembro e janeiro envolve-se num intenso debate com Jotabeche e *El Semanario de Santiago*, e noutro com a igreja católica⁵² acerca das exigências feitas aos jovens que decidem ingressar na vida monástica. Em janeiro de 1843, Pedro Godoy⁵³ havia publicado um folheto⁵⁴, com a recopilação de artigos de imprensa contra Sarmiento; em 07 de fevereiro aparecia *El Desmascarado*, com objetivo exclusivo de atacar o redator do *Progreso*, piloto de periódico com apenas um número publicado por Godoy; nos meses de fevereiro e março uma disputa judicial acabaria com a prisão de ambos por um curto período⁵⁵.

Ao que tudo indica, Sarmiento teria escrito *Mi defensa* nesse período de encarceramento, posto que foi publicado em 16 de fevereiro daquele ano⁵⁶ com o objetivo explícito de defender-se de acusações que lhe eram dirigidas por Domingo S. Godoy⁵⁷ desde o jornal *El Semanario de Santiago*⁵⁸. Pedro Godoy, seu irmão, havia sido cônsul

⁵² Cf. SARMIENTO. In: OC, II, pp 91-97.

⁵³ Godoy, quem também esteve ao lado de Jotabeche em *Guerra a la tiranía* e no *Semanario de Santiago*, era um militar ligado aos liberais (partido pipiolo), que lutou contra os pelucones (conservadores) nos anos 1830. Godoy manterá um embate direto com Sarmiento até 1845, quando sai do Chile. *El Desmascarado* foi uma publicação com o fim de desmoralizar o argentino.

⁵⁴ “Al público, y no al Sr. Sarmiento”, 31/01/1843. Imprenta Liberal.

⁵⁵ Cf. MEGLIOLI, M. **La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa**. disponível em: <https://bibliotecasarmiento.wordpress.com/2009/05/21/090501/>

⁵⁶ Cf. MEGLIOLI, M. MEGLIOLI, Mauricio “La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa”, disponível em: <http://bibliotecasarmiento.org/2009/05/21/090501/>.

⁵⁷ Familiar do arcebispo de Santiago Valdivieso Zañartu, com quem Sarmiento se envolvera em uma polémica através da imprensa devido a uma suposta ofensa que Sarmiento haveria feito a uma monja de sua família ao comentar uma peça teatral em dezembro de 1842 nas páginas de *El Progreso*. A polémica foi longa e envolveu uma troca de acusações feitas entre esse jornal e o *Semanario de Santiago*, veículo ocupado por liberais que compunham a chamada Geração de 42. Dela e em sua decorrência, cabe ressaltar, que escritores mais conservadores ligados ao *Semanario* fundariam a *Revista Católica*, que elegeria Sarmiento como alvo favorito de suas páginas. cf artigo de MEGLIOLI, Mauricio “La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa”, disponível em: <http://bibliotecasarmiento.org/2009/05/21/090501/>.

⁵⁸ Participavam da redação deste periódico de curta duração, que circulou entre julho de 1842 e o final deste ano, jovens liberais membros da chamada Geração de 42, liberais históricos e homens do mundo da imprensa, como Jose Victorino Lastarria, Juan Nepomuceno Espejo, Antonio García Reyes, José Joaquín Vallejo, Manuel Antonio Tocornal. *El Semanario* serviu de trincheira para ataques dos *pipiolo*s ao governo e, em decorrência disso, aos publicistas que escreviam em seu nome. Este periódico, no entanto, assim como outras entidades deste momento, apresentava uma pluralidade de tendências em sua composição. *El Semanario* estava redatado por liberais mas também havia presença de conservadores, como Salvador Sanfuentes ou liberais moderados, como García Reyes (que anos mais tarde comporia o governo Bulnes, em 1849) ou Carlos Bello, filho de Andrés Bello, quem havia tido ingerência indireta na moderação das polémicas de sua redacción. Logo, a ala más radical e jovem, entre eles Espejo, Lastarria y Bilbao fundam *El Crepúsculo*, e depois *El Siglo*. Cf. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena. 1812-1876**. t.I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1956, p 314. Com o fim do jornal, alguns membros unem-se a outros liberais mais radicais, como Pedro Godoy e Francisco Bilbao e fundam *El Siglo*. Cf. SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile**. Ediciones Universidad de Chile, 1956, pp. 191-194. Devo estes esclarecimentos ao professor Hernán Pas.

chileno em San Juan e acusava Sarmiento de haver cometido diversos crimes, entre eles, o assassinato de presos políticos ainda no início dos anos 1830 em sua província natal e a de ter roubado dinheiro que havia sido recolhido para ajudar outros argentinos que atravessavam a fronteira para o Chile em 1841, além de haver abandonado a sua família em um povoado no meio dos Andes, enquanto gozava “de toda la comodidad que sus robos y su usurpación de cargos habían puesto a su alcance”⁵⁹. As lutas contra Domingo Godoy foram incorporadas por seu irmão Pedro Godoy, militar e político chileno, ligado aos liberais e escritor em diversos veículos de imprensa. Por ocasião dessas disputas, e com outros publicistas e políticos ligados ao partido liberal, Sarmiento publicou uma série de artigos em que buscava alinhar sua defesa pessoal como uma defesa do partido conservador no poder, associando os ataques que sofrera à própria administração do general Manuel Bulnes, de modo a trazer os leitores para seu lado da disputa.

Nesse sentido, não parece desmedido supor que a aquietação sugerida por Sarmiento tivesse alguma relação com as contendas em que se encontrava. Ademais, a passagem retoma o argumento levantado anteriormente sobre a perspectiva do presente, segundo a qual o futuro da Confederação Argentina estava em jogo a todo o momento, e a possibilidade de permanência no Chile era muito concreta. Entre proprietários de terra, comerciantes e negociantes já se contavam muitos argentinos desde os anos 20 em território chileno⁶⁰. Considerando seus efeitos para o conjunto de exilados, a notícia da derrota dos insurgentes em 1842, em perspectiva das derrotas de 1841 dos exércitos de La Madrid, do ano anterior com Lavalle e de 1839 na Rebelião do Sul⁶¹, a consolidação do poder de Rosas aparece como bastante concreta.

⁵⁹ HALPERÍN DONGHI, T. Prólogo. In: SARMIENTO, D. F. **Mi Defensa; Recuerdos de Provincia**. Buenos Aires: Emecé, 2011, p. 50.

⁶⁰ Nos anos 1830 de consolidação do regime rosista e na década seguinte, a região de Cuyo (que compreendia as províncias de San Luís, San Juan e Mendoza) sofre um grande impacto econômico com o fechamento das rotas comerciais com o Chile e as novas regras aduaneiras impostas por Buenos Aires, que passava a concentrar todo o mercado de importação e exportação. Desse modo, muitos comerciantes e proprietários de terra estabeleceram-se no país vizinho, com quem já mantinham sólidos laços comerciais e pessoais. Também entre os intelectuais e publicistas não foram poucos os que optaram por se estabelecer no Chile e que se manifestaram inquietantemente, como foi o caso de Sarmiento, em função da expectativa do fim do governo rosista e a volta à pátria. Ver: ROJAS, R. Los proscritos. In: **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957; VIDELA, H. **Historia de San Juan**, t.III. San Juan: Universidad Católica de Cuyo, 1972; CAILLET-BOIS, R. La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835. **Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas**. Buenos Aires, t.XIV, n.51-52, 1932. Imprenta de la Universidad; LACOSTE, P. Viticultura y política internacional. El intento de reincorporar Mendoza y San Juan a Chile (1820-1835). **Historia**. Santiago, v. 39, n. 1, 2006; FIGUEROA, P. P. **Diccionario biográfico de extranjeros en Chile**. Santiago: Imprenta Moderna, 1900.

⁶¹ Cf. GELMAN, J. **Rosas bajo fuego**. Los franceses, Lavalle y la rebelión de estancieros. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

Não quero afirmar que Sarmiento estivesse decidido a assumir outra nacionalidade, como declarava em seu artigo, mas penso ser prudente incorporar a dúvida, no limite, existencial, acerca de um prognóstico político desfavorável e o latente estabelecimento no Chile. Para alguns autores, o desterro não se transforma em outra coisa, e a instabilidade e a imprevidência se incorporam à vida. O movimento é observado por exemplo com Alberdi, quem, mantendo a escrita armada contra o “Governador de Buenos Aires”, assumia uma postura mais sóbria e conforme à vida no novo país, de modo que viria a se tornar um advogado reconhecido, o que o teria afastado de assumir algum cargo no governo Urquiza. Nas palavras de Ezequiel Martínez Estrada, “Alberdi exerceu a ‘profissão de desterrado’ elidindo-a como sanção e aceitando-a como destino”⁶². Quer dizer, a vida privada de Alberdi pôde se desenvolver à parte da pública. As tentativas de Sarmiento de consolidar-se economicamente no Chile foram através da imprensa, da Universidade, da publicação de livros, de uma sociedade numa gráfica e com a indústria da seda. Ao que tudo indica, esta última com pouca sorte. Ou seja, para Sarmiento, não havia outra possibilidade senão a publicidade e, nesse sentido, a condição de estrangeiro e exilado consolidava-se em um traço indelével na sua ação.

Como ele mesmo sugeria em uma comunicação privada a um amigo, revelando aguçada percepção sobre o seu próprio espaço de ação, “el caso es que en medio de estos embates me labro una reputación”⁶³.

As experiências anteriores de outros emigrados davam a senha do pertencimento dessa comunidade ao lado da elite política-cultural chilena, e Sarmiento se movimentava munido desses instrumentos. Daí que a afirmação sobre o estatuto de exilado ser uma condicionante de seu discurso político, e ser uma camada analítica necessária na interpretação de seus artigos e de sua ação no espaço público chileno.

4 - O impresso como meio e como fim

A imprensa é, a um só tempo, meio para conformação do discurso republicano e finalidade, no sentido de que é espaço público estruturante da república. Sob esta ótica, o periódico funcionou como um artefato sumamente moderno para a época, instituindo uma

⁶² MARTINEZ ESTRADA, E. **Sarmiento**. Rosário: Beatriz Viterbo, 2001, p. 49.

⁶³ Carta a Manuel Quiroga Rosas de 08/06/1841, citada em JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, vol. 26, 1991-1992, p. 133.

nova modalidade e regime de legitimação públicas, servindo, ainda, como empresa editorial. A centralidade da imprensa foi sentida pelos contemporâneos de Sarmiento, e com especial ênfase pelo próprio, quem em todo o período que passou no Chile esteve ligado ao mundo do periódico como colaborador, como leitor, como editor ou como proprietário.

A publicidade, como se sabe, foi um tema chave para a filosofia política da modernidade na passagem do século XVIII ao XIX. Defendia-se que, para prevenir-se dos governos autoritários, seria necessário assegurar espaços de ação da sociedade, de intervenção na política e na cultura, de modo que a regulação das formas políticas e do exercício de poder se desse pelos instrumentos acessíveis ao corpo social⁶⁴. Em uma passagem ilustrativa sobre este papel de publicização da imprensa, Sarmiento descreve que “por el diarismo el secreto de los gabinetes se comunican, no de oído en oído, sino de diario en diario (...); por el diarismo los pueblos mandan, la opinión se forma y los gobiernos la siguen mal de su grado”⁶⁵. A imprensa revestia-se pouco a pouco de uma importância central para o funcionamento da sociedade civil, pois era vista como um espaço decisivo nas sociedades democráticas, e uma vez instalada, tornava-se fundamental mesmo para governos autoritários, para a disputa e manutenção do poder, para a organização e desenvolvimento da vida econômica e comercial, e como mecanismo de ação governamental.

Progressivamente, a imprensa – e o universo do impresso, entre folhetos, folhetins, material de propaganda, jornal, revista, livro – passava a introduzir uma linguagem, um costume e códigos próprios que vão conferindo o ritmo da ação política e criando um campo específico para a elaboração do pensamento político. O uso mais ou menos generalizado da imprensa implica na adoção de um regime discursivo composto pela periodicidade, seu formato, linguagem, temas, o público e a finalidade do material. Ou seja, o discurso político estaria atravessado por essas características específicas de cada meio, bem como estaria também submetido aos efeitos e à resposta de sua enunciação no ambiente público.

⁶⁴ A tese está, por exemplo, em Habermas, que por sua vez assume a leitura de Kant. “Habermas investiga as condições históricas, sociais e institucionais e as funções críticas (cultural e política) assumidas pela esfera da comunicação e discussão pública entre cidadãos que se compreendiam como pessoas livres e iguais”. Denílson Luís Werle na apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Ed.Unesp, 2014, p. 17.

⁶⁵ “El diarismo”. El Nacional, 15/05/1841. OC, I, p.57.

Como salienta Hernán Pas, o tratamento dado à esfera pública não negligencia a “precariedade social e institucional dos campos de leitura que, durante a maior parte do século, condicionaram sua expansão. Mas propõe, em todo caso, reavaliar tal precariedade” em função de seus aspectos qualitativos. Sobretudo, porque o aspecto quantificável a que remete a precariedade, “é em geral o que subsume as reflexões dos próprios protagonistas vinculados à tarefa de expandir o campo da leitura desde seu rol de publicistas ou de pedagogos”⁶⁶. Em todo caso, a incorporação do uso da imprensa nas sociedades modernas está, necessariamente, condicionada pelos aparatos materiais de sua existência, como o meio de circulação, as formas de distribuição, o preço, o acesso aos leitores. De modo que a análise que se desenvolverá sobre a imprensa na primeira metade do século XIX na América Latina deve tomar em conta, inequivocamente, o lugar ocupado pelo impresso na sociedade dada, e o sentido que a palavra e o discurso impresso adquiriram naquele espaço público.

Da análise dos artigos de Sarmiento sobre a imprensa depreende-se sua ação na vida política e nas garantias de liberdade como condições para o estabelecimento da república e do progresso civilizatório. Em um artigo bastante conhecido, Sarmiento exalta “estas extrañas repúblicas (...) en que todo es movable y transitorio, ideas, formas, leyes, opiniones; y en que una miserable hoja de papel impresa contiene (...) la palanca que conmueve la sociedad por sus cimientos”⁶⁷. É certo que, como se viu, o número de leitores, de assinantes de jornal ou de alfabetizados não poderiam sustentar o entusiasmo de Sarmiento nesta frase⁶⁸. Como se viu também, por outro lado, a vida do impresso no Chile já contava com quase três décadas, há mais de dez anos da Lei de Imprensa de 1828, de regulação do financiamento governamental desde 1825, e com uma notável movimentação, conforme demonstrou Pilar Gonzalez Bernaldo, em fundamental trabalho sobre as publicações efêmeras na primeira metade do século XIX no Chile. Segundo a autora, a multiplicação de denúncias e dos juízos de injúria após a lei de 1828 revela uma transposição para o espaço público de um tipo de crime ou ofensa que se reservava ao ambiente privado por meio do periódico. Este dado possui uma forte relação com o desenvolvimento da esfera pública e do peso que o impresso vai ganhando.

⁶⁶ PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fé: UNL, 2013, p.25. Pas refere-se, sem nomear no entanto, aos intelectuais quando fala de publicistas ou pedagogos.

⁶⁷ “El diarismo”. *El Nacional*, 15/05/1841. OC, I, p.56.

⁶⁸ Cf. RAMOS, J. **Desencuentros de la modernidad en América Latina**. Mexico d.f.: FCE, 1998

Essa “literatura injuriosa”, como é denominada pela autora, remonta a um espaço de criação e circulação de ideias e debates políticos e pessoais que é prévio à consagração da imprensa periódica e diária moderna. Esses impressos apareciam como “refutaciones, “vindicaciones”, “defensas”, cujas retóricas estabelecem um particular vínculo entre autor e leitor”,⁶⁹ e sob a forma de folhas soltas, pasquim, folhetim, revista, jornal ou livro. Serviam de espaço de acusação pessoal contra funcionários públicos ou personalidades políticas – tornando-se um campo de disputa política de grupos rivais apelando para a opinião pública em busca de apoio em alguma contenda particular. O trabalho de González Bernaldo remete às práticas de leitura e de difusão nesse período, e não devem passar despercebidas as formas de circulação orais no meio de grupos sociais ou familiares, que não foram extintas subitamente com a chegada do impresso, mas, conviveram com ele por bastante tempo, até que a cultura escrita e a forma de acesso individualizada à leitura se difundisse e ganhasse corpo⁷⁰.

Sarmiento recupera a atmosfera dos panfletos, folhas volantes, e publicações de ocasião em dois artigos bastante ilustrativos e imagéticos, pois descreve com riqueza de detalhes o movimento das ruas e a algazarra produzida pelos vendedores de jornal, e os embates que se desenrolavam entre os veículos. Em “Atendite et videte si est dolor, sicut dolor meus”, 1841, o narrador diz ter sido convidado para assistir a um funeral no qual *El Araucano* e *El Mercurio* seguiam na frente, lamentosos, velando o “defunto” *La Bolsa*⁷¹, ao que se seguiam *El Veterano*⁷², *Guerra a la Tiranía*⁷³, *La Justicia*⁷⁴. Pronuncia em tom grave *El Araucano*, “Señores: *La Bolsa* ha sido llamada al seno de la nada, de donde se había escapado”⁷⁵. De súbito, inicia-se uma enorme balbúrdia e briga no velório entre os

⁶⁹ GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, v. 79, 1999, p. 247.

⁷⁰ DESRAMÉ, C. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa. Em GUERRA, F-X; LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.). **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁷¹ Diário liberal ocupado por pipiolo históricos, que havia sido publicado em Valparaíso por Rafael Bilbao e Pedro Felix Vicuña, fundador do *Mercurio*. Teve 229 números com início em maio de 1840 até início de 1841.

⁷² Periódico partidário da candidatura de Joaquín Tocornal, do partido liberal, publicado em Santiago, teve 17 números.

⁷³ Periódico que durou entre 1839 e 1840, de curta vida com 39 tiragens, mas de forte atuação na mobilização dos setores liberais mais radicais contra o governo conservador de J. J. Prieto. Era redigido por Jose Joaquín Vallejos (Jotabeche) e Pedro Godoy, quem compartilharão páginas em outros periódicos, como *El Semanario de Santiago* e *El Siglo*.

⁷⁴ Periódico em defesa da eleição de Bulnes, em Santiago, teve 4 números.

⁷⁵ SARMIENTO. “Atendite et videte si est dolor, sicut dolor meus”. *El Mercurio*, 03/03/1841. In: OC, I, p. 14.

jornais, da qual se afasta o periódico oficial, *El Araucano*. Em outro artigo, “Imprensa no varejo” o narrador-observador exclama:

“¡Que baraúnda de periódicos, observaciones, bosquejos y refutaciones! Si ya no nos entendemos en esta Santiago! (...) gracias a las ideas liberales, desde que Dios echa sus luces nos aturden y aturullan los gritos de los vendedores (...) Esta mañana salía a mis diligencias y empiezo a oír la gritadera ‘*Guerra a la tiranía ... El veterano ... membrillos grandes y buenos ... El Comilón ... El Bosquejo ... papas pualmudes*. En cada esquina hay un cartelón. Me acerco, de paso, a uno que los muchachos le han arrancado todo un costado; leo en letrones labrados ... *quejo de la República...* está bueno, se queja ... *liberal... de los teatinos...* Cáspita! ¡Teatinos⁷⁶ liberales o liberal de los teatinos! ¡Qué siglo este!... Que un teatino sea liberal, comprendo; pero que un liberal sea de los teatinos, qué escándalo!

El Bosquejo, señor. (...) Hojea, hojea, hojea. *La marcha del país debió ser forzosamente retrógrada bajo un régimen militar...* ¿A qué ojo irá esa pedrada? (...)

¡Ai! Se acabó *El Bosquejo*, y mis dos reales, mis dos reales!

La guerra a la tiranía num. 30. ¿A ver muchacho? Un realito más (...)

¡*El Nacional!* – Allá va eso (...) ¡Que periodicazo! (...)

*Refutación al Bosquejo*⁷⁷ - ¡Sea por mis pecados y habré de darle un real y un medio (...)

¡*El Comilón*⁷⁸ ! Me gritan al oído [...]

Fatigado, abrumado de tanta algarabía, me tiro en un asiento [...]

Me parece que Santiago fuera un gran caldero en que se estuviese calentando la opinión para servir al banquete de la presidencia [...]

Cuidando con no violentar demasiado el hervor, y con que estos demonios se traben, y se derrame el caldo, y tumben patas arriba el caldero, y nos quemem las piernas a todos ¡Cuidado! ¡Cuidado!”⁷⁹

A longa passagem apela fortemente para figuras grotescas, cômicas, com grande potencial crítico e desenha um panorama bastante dinâmico e rico em detalhes da cena pública de Santiago. O recurso ao humor e à sátira, além de valoroso recurso retórico para realização da crítica, era empregada, no caso de Sarmiento como estratégia para alcançar o público, e que como demonstrou Ricardo Donoso⁸⁰, já possuía uma larga carreira em solo chileno.

⁷⁶ Segundo o Dicionário da Real Academia Española, a palavra “teatino” designa todos aqueles que pertencem à ordem religiosa fundada por San Cayetano de Thiene em 1524. A expressão era atribuída, equivocada mas corriqueiramente, aos padres da Companhia de Jesus.

⁷⁷ Refutação ao papel intitulado “Bosquejo de la marcha de la nación”, escrito por Miguel de la Barra com 16 páginas em 1841.

⁷⁸ Periódico que chegou a apenas duas edições, de variedades e sem uma cor política definida.

⁷⁹ SARMIENTO. “Prensa al menudeo”. *El Mercurio*, 22/04/1841. In: OC, I, pp.51-56.

⁸⁰ DONOSO, R. **La satírica política en Chile**. Santiago: Imprenta Universitaria, 1950.

Nota-se, de imediato, a variedade de impressos⁸¹ seja de curta duração, panfletários, ministeriais, comerciais. Destaca-se a forma que, aparentemente, encontrava-se a exposição dos jornais na rua, reforçada pela sensação de imagens e sons que o texto passa por seu caráter dinâmico, dialógico e descritivo das coisas e pessoas. A simulação de diálogos, a citação a uma edição específica de um jornal, e a descrição sobre seu estado de espírito após tantas leituras buscam forjar a realidade daquele ambiente. Não se trata somente de comentar sobre os periódicos, de passar, objetivamente, uma opinião, mas de introduzir o leitor naquele universo e captar, pela possível analogia de sensações (a confusão de jornais, vozes e informações nas ruas), sua simpatia (se for lícito supor que a disputa pela pluma de Sarmiento entre liberais e conservadores deveu-se, entre outras questões, a seu talento, esse é um bom exemplo de como Sarmiento buscou atrair o leitor para um dos lados do campo político, separando e julgando os jornais pelo seu posicionamento.).

Reconhecer o papel que exerciam essas formas de comunicação e circulação contribui para dar a dimensão do cenário no qual chegava Sarmiento em início de 1841. Ou seja, se se consideram os juízos de funcionários públicos e indivíduos privados, o sistema de publicações que visava atacar determinadas reputações e construir outras, as campanhas políticas levantadas pelos periódicos e folhetos contra a administração de José Joaquim Prieto no período em que se aproximavam as eleições legislativas em 1840 e presidencial em 1841, a afirmação de Sarmiento sobre a imprensa ser a alavanca da sociedade, poderia ser lida, também, como a percepção de um recém-chegado, havia apenas dois meses, num ambiente diverso daquele que havia presenciado durante o período da ditadura de Rosas, quando seu próprio jornal, *El Zonda*, de San Juan foi fechado, ocasionando a fuga de Sarmiento para o Chile. Fato que se repetiu com todos os periódicos da chamada Geração de 1837 como foi o caso, por exemplo, do *La Moda*, de Alberdi.

O que me parece importante, é a forma com que ele afirma esse papel interventor da imprensa, e justamente num veículo que tem como finalidade a propaganda a favor de Manuel Bulnes, como é o caso de *El Nacional*, nas eleições que ocorreriam em junho de

⁸¹ Como Sarmiento explora a forma literária, ocorre que muitos periódicos são citados indiretamente, com o nome do jornal pela metade ou por meio de uma referência ao editor ou à gráfica ou a alguma personalidade sabidamente ligada, de modo que eu pude constatar pelo menos 15 periódicos e publicações ali citados.

1841. Ser a alavanca da sociedade como projeto dimensionado para os espaços de ação parece dar a medida do lugar ocupado pela publicidade produzida pela imprensa.

O quadro desenhado acima dá consistência à percepção de Sarmiento de que “hemos visto trabarse una lucha en la prensa en estos dias”⁸², acerca da disputa eleitoral presidencial em junho de 1841. Além dos usos políticos partidários que o autor desenvolverá sobre o tema, ele chama atenção para uma consequência inesperada deste costume bélico na imprensa, posto que os periódicos, acostumbrados a

recomendar o atacar a los personajes que favorecen o contrarían sus miras, han educado, por decirlo así, a los lectores en esta escuela; y todo lo que sale del círculo de las personas, carece de interés y no pica la curiosidad. Lectura, hacienda, historia, etc., son títulos fastidiosos que hacen caer un periódico de las manos⁸³.

Desde aqui se vê a preocupação com o lugar que deveria assumir a imprensa como instrumento de educação da sociedade. “Introduzcamos primero el *diario* entre el catálogo de las necesidades ordinarias de cada ciudadano”⁸⁴. Com a intenção declarada de preparar leitores e um público cativo da leitura, “porque, sin ellos la prensa será una arma sin filos, un grito para sordos (...), es el deber de todo hombre que siente latir su corazón a los solos nombres de civilización, libertad y progreso”⁸⁵. A visão idealista do progresso e da civilização pelo avanço da educação, que perseguirá por toda a vida o emigrado sanjuanino, conjugava-se com outras pretensões mais imediatas, como por exemplo, o estabelecimento dos periódicos como espaço legítimo de ação da sociedade e, portanto, de debate e de circulação de ideias e projetos políticos, que teriam uma arena própria consolidada e com certa autonomia. Nas palavras de Hernán Pas, tratava-se da “necessidade de dirigir ou definir a chamada ‘opinião pública’, a mais primordial necessidade de criá-la”⁸⁶.

Por outro lado, Sarmiento vislumbra um campo de atividade empresarial que necessita penetrar na sociedade por fora das disputas políticas, não como espaço do conflito e das rusgas, mas como veículo de lazer, instrução, informação, negócios, divulgação, enfim, como se pensava o impresso moderno, uma empresa estável, duradoura, confiável que se desvencilhasse do caráter efêmero, circunstancial, partidário

⁸² SARMIENTO. “El diarismo”. El Nacional, 29/05/1841. OC, I, p.63.

⁸³ Ibid., pp.63-64

⁸⁴ SARMIENTO. “Sobre la lectura de periódicos”. El Mercurio, 07/08/1841. OC, I, p.83.

⁸⁵ SARMIENTO. “La publicación de libros en Chile”. El Mercurio, 10/06/1841. OC, I, p. 71-72.

⁸⁶ PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fé: UNL, 2013, p.7.

e combativo que caracterizava a imprensa até então – exceção feita ao *Araucano* e ao *Mercurio* até este momento.

Tais pretensões são expressas em uma comunicação privada ao seu antigo companheiro da época do periódico de San Juan, *El Zonda*, Manuel Quiroga Rosas, na qual reflete sobre seu lugar neste novo cenário, do qual “podré aprovecharme para hacer una fortunita. Pasadas las elecciones penso entrar en trato de la imprenta *El Mercurio*, o cuando menos asociarme de algún modo a la empresa”⁸⁷. A passagem, vista em retrospectiva, parecia carecer de factibilidade, sendo *El Mercurio* a maior empresa gráfica do país e, por outro lado, Sarmiento já estava ligado ao diário como assalariado; ao mesmo tempo, a declaração se desdobra em uma camada biográfica que se relaciona, desde a perspectiva do exilado, com a expectativa de se estabelecer em solo chileno, o que torna a análise sobre a atuação de Sarmiento na imprensa chilena uma tarefa mais sutil, posto que a condição de instabilidade se apresenta como um coeficiente permanente nesses primeiros anos.

De forma mais ampla, em diversos artigos trata a imprensa como uma atividade econômica rentável: “hace algún tiempo que llamamos la atención de la legislatura sobre la necesidad de favorecer a la prensa en su carácter de industria nacional”⁸⁸, “la prensa nacional requiere, pues, una alta y decidida protección”⁸⁹ para a compra de papel, publicação e encadernação de livros, e para facilitar a circulação e compra de livros nacionais. Para além de tratar da publicação e circulação de livros em seus artigos, Sarmiento se esmera em comentar as obras publicadas nas gráficas chilenas e frequentemente as que chegam importadas para o público chileno. Essa estratégia do resenhista como propaganda, via-se acompanhada da publicidade, no sentido do marketing, que as próprias gráficas faziam dos livros que publicavam ou importavam nas páginas dos periódicos em que imprimiam⁹⁰.

Todas essas modalidades, associadas ao periodismo em meados do século XIX, destacavam seu aspecto, diga-se, moderno; não se deve perder de vista, no entanto, que esse periodismo se desenvolvia em um ambiente precário, em que as baixas taxas de

⁸⁷ “Carta a Manuel Quiroga Rosas. Valparaíso, 08/06/1841”, *apud* JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**, Santiago, vol. 26, 1991-1992, p. 133.

⁸⁸ SARMIENTO. “Legislación sobre la prensa como industria”. *El Progreso*, 16/11/1841. OC, X, p.57.

⁸⁹ *Ibid.*, p.65.

⁹⁰ “Esse tipo de operação demonstra que já a meados do século alguns periódicos começaram a funcionar como projetos editoriais mais amplos, vislumbrando o que a partir de a década de 80 se converterá em uma modalidade destacada: o diário como empresa-editorial”. Cf. PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: UNL, 2013, p.35-6.

alfabetização e o reduzido consumo da leitura impunham grandes entraves, como mais de uma vez Sarmiento lamentava “y lamentamos siempre, el poco interés con que se miran las publicaciones periódicas”⁹¹. Dois anos depois, segue lamentando que “los esfuerzos de la prensa por prosperidad general no llegan a la cabeza del pueblo, que aún no ha recibido el bautismo de la inteligencia”⁹². De modo que, a complexidade que o contexto cultural, político e discursivo apresentava permite sugerir, como justamente fez Pas, que “a carência ou precariedade institucional do mercado não significou para a imprensa (...) a possibilidade de imaginá-lo”.

Assim, torna-se clara a abrangência do discurso de Sarmiento sobre a imprensa e desde a imprensa, com uma consciência explícita sobre seu lugar e as formas de ação, do ponto de vista individual e coletivo, de fomento ao mundo do impresso, da leitura como progresso civilizatório, como consolidação do espaço público de discussão política, e como negócio. Ou seja, há esse aspecto central do discurso republicano que não é feito por fora da imprensa, como um observador externo, mas que se situa como interessado no processo. De modo que, como notou Elias Palti, a opinião pública ganhava um caráter reconhecidamente polêmico e controverso, isto é, de espaço em disputa pelos atores, não mais como um tribunal da justiça, encarnado por uma razão abstrata, mas uma arena de debate⁹³. A garantia de um espaço aberto e livre de circulação da informação e do impresso, bem como o incentivo à universalização da leitura pela via do sistema educacional e da disseminação do livro, estão associados no texto de Sarmiento à possibilidade de estabelecimento de um espaço público estável e livre, e de um público leitor. Porém, um público leitor que ocupava este espaço pela leitura e pela ação política por via da imprensa, dos partidos, das eleições e das associações, que, de resto, encontrava no impresso seu instrumento e sua forma de vida.

⁹¹ SARMIENTO. “Libertad de Imprenta”. *El Mercurio*, 16/09/1841. In: OC, IX, p. 60.

⁹² SARMIENTO. “El Semanario”. *El Progreso*, 09/03/1843. In: OC, II, p. 131.

⁹³ Decerto que os atores, em determinados momentos, se valerão de suas posições para falar em nome da razão, da nação, do povo, da justiça. No entanto, o próprio movimento da polêmica na imprensa e a repetição das disputas entre partidos e facções já não permite esta leitura pelo público. Cf. PALTÍ, E. J. **El tempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, cap. 3.

5 - Imprensa como espaço público legitimado: opinião pública, associações civis e oposição

No mesmo movimento em que Sarmiento lançava luz sobre as condições de existência da imprensa e do lugar que ela ocupava em meio à sociedade chilena, buscava também consolidar as formas de legitimação e de acesso ao espaço público. A chegada de Sarmiento na imprensa chilena, como ficou mostrado, encontrou um ambiente em que as publicações eram eminentemente ocasionais, como uma imprensa de guerrilha. Sua ação revelava uma ambiguidade interessante, pois, por um lado ele incorporava o papel de jogador nesse campo como polemista de primeira linha a favor de um partido; por outro, buscava diferenciar-se das modalidades correntes mediante estratégias e particularidades da escrita de modo a trilhar seu caminho de *autor*. Desse modo, Sarmiento envolveu e mobilizou, através de seus artigos, os homens ligados ao mundo da imprensa nos partidos, no governo e nas associações, o público leitor, e especialmente nos outros veículos e empresas distribuindo papéis, qualificando e modulando seu discurso pela prática da polêmica, da contestação, das correspondências e da republicação de artigos nas páginas dos jornais e revistas em que escrevia. Assim, fazia um esforço para conferir uma linguagem e uma forma de ação na imprensa que fosse considerada legítima pelo público leitor. Sistemáticamente, veículos como *El Valdiviano Federal*, *Guerra a la Tiranía*, *El Siglo*, *El Semanario de Santiago*, para citar os mais recorrentes, serão não apenas criticados por Sarmiento quanto a suas idéias, mas principalmente quanto a sua forma e linguagem, de modo a desqualificar de antemão o opositor.

Esses periódicos citados compunham a linha de batalha dos liberais, desde os moderados aos chamados exaltados ou democráticos, de modo que ao lado da pretensão de construir seu espaço na imprensa – como autor e como possível empresário –, a batalha entre partidos políticos e em nome de projetos políticos se desenrolava intensamente. Entre 1841 e 1844, observa-se uma mudança significativa no regime de publicidade, com um decréscimo significativo no surgimento de novos periódicos e outras publicações – que se torna mais acentuado ainda se se comparar com o final dos anos 1830⁹⁴. Essa mudança está ligada à consolidação do governo de Manuel Bulnes, vitorioso nas eleições

⁹⁴ Cf. GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, v. 79, 1999, pp. 241-244; e JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, vol. 26, 1991-1992, p. 143.

de junho de 1841 e nas políticas conciliatórias que seu governo empreendeu junto à oposição.

Essa perspectiva confere sentido a uma visão sobre a imprensa e o periódico publicada antes das eleições – mas com o cenário já definido a favor dos conservadores – que, de outro modo, ficaria deslocada. Segundo Sarmiento, “el diario es para los pueblos modernos, lo que era el foro para los romanos, la prensa ha sustituido a la tribuna (...). Las sociedades presentes se han identificado en el diario”⁹⁵. Dois anos depois, já com a consolidação do governo Bulnes, verifica-se uma relativa pacificação da imprensa, ao menos em relação aos anos anteriores. Sobre este novo contexto, Sarmiento percebe que “los hombres de inteligencia son atraídos en nuestro país, como por una vorágine, hacia el foro en que es menester sostener los derechos civiles del ciudadano, hacia los destinos públicos y la industria”⁹⁶. Sintomaticamente, o último artigo em questão trata do encerramento do *Semanario de Santiago*, jornal que, como se viu, reunia a chamada “Geração de 42”⁹⁷, uma reunião de literatos e intelectuais ao redor da recém-inaugurada Universidad de Chile, da Sociedad Literaria e do dito periódico, todos com decisiva participação do jovem liberal Jose Victorino Lastarria. Quer dizer, o esvaziamento do campo opositor nas esferas representativas ou como força político-partidária⁹⁸, produziu como consequência seu fortalecimento no campo do discurso político e cultural na imprensa, num movimento que se intensificaria e se tornaria mais evidente a partir de 1844, quando os acordos entre governo e oposição começavam a ruir.

Nesse cenário, em parte tributário das acomodações políticas desse período específico, mas também como projeção da conformação de um espaço público idealizado, Sarmiento sintetiza a situação e como enxergava a participação da sociedade na imprensa:

el pensamiento pues se agita, y busca respiraderos en la prensa para abrirse paso hasta la superficie de la sociedad, haciendo esfuerzos por fomentar los intereses materiales, dar vida y generalización a tal o cual

⁹⁵ SARMIENTO. “El diarismo”. El Nacional, 15/05/1841. In: OC, I, p.57.

⁹⁶ SARMIENTO. “El Semanario”. El Progreso, 09/03/1843. In: OC, II, p.131.

⁹⁷ SUBERCASEAUX, B. **Historia Del libro en Chile**. Santiago: LOM, 2010; SUBERCASEUX, B. **Historia de las ideas y cultura en Chile**. Santiago: Editorial Universitaria, 2004.

⁹⁸ É possível apontar aqui o sintomático esvaziamento parlamentar com a consolidação de Bulnes a partir de 1843. O consenso produzido pelo governo contemplava as elites econômicas do país que se predispunham a favor da ordem estabelecida por este governo, passadas as disputas de 1841. Neste sentido, os espaços públicos abriam-se aos grupos divergentes, mas que não encontravam ressonância no senado ou na câmara. Cabe notar que o regime de renovação do parlamento favorecia a conservação destes consensos e a hegemonia estabelecida pelo partido Conservador. Não coincidentemente, com as eleições de 1849, verificam-se algumas importantes novidades no cenário eleitoral que respondiam pelo próprio quadro de mudanças por que passava a sociedade chilena.

sistema de ideas, y acaso, por desgracia, a algunas pasiones poco nobles⁹⁹.

A mistura de análise com projeção sobre a imprensa e o espaço público envolve um elemento central para a compreensão do republicanismo no pensamento de Sarmiento. A ideia de que o pensamento busca respiradouro na imprensa visando os interesses materiais, em que os homens de inteligência são atraídos para o ‘foro’ – imprensa –, reforça o papel fundamental na configuração do espaço público que a sociedade civil acessa e ocupa para o progresso civil e econômico.

Nas passagens acima aparece com vigor a defesa do argumento de que este espaço, produzido e modulado pelo universo do periódico, deve servir de lugar de ação para os cidadãos, promovendo e estimulando o associacionismo. Nesse sentido, compreende-se a postura de Sarmiento ao apontar como índice de progresso e de consolidação da república o fortalecimento das sociedades e associações comerciais, industriais, laboriais e políticas que surgem no contexto chileno. Em agosto de 1844, por exemplo, Sarmiento saúda a publicação de um periódico pela gráfica de *El Siglo*¹⁰⁰, “El Mercurio Nacional”, “que tiene por objeto especial proveer los intereses de la minería chilena”¹⁰¹. Da mesma forma que *El Agricultor*, publicação da *Sociedad de Agricultura*, contribui para o desenvolvimento econômico e científico desse ramo.

Segundo Sarmiento, o estímulo ao desenvolvimento econômico ligado à mineração, trará impactos sociais sobre as províncias e sobre uma grande cadeia de desenvolvimento que envolve a produção e importação de máquinas, vinda de especialistas, desenvolvimento científico, movimentação comercial, promoção da melhoria de vida, dada a abrangência de seus efeitos. Na raiz desta cadeia projetada, está a imprensa. Quando se lê que “con mucho placer vemos aparecer en la prensa periódica, un nuevo colaborador en la grande obra de prestar el auxilio de las ideas al desenvolvimiento de la industria”¹⁰², vê-se repetido o entusiasmo com relação a outras publicações, mesmo que francamente do campo opositor, como no caso de *El Siglo*¹⁰³, *La*

⁹⁹ SARMIENTO. “La Revista Católica”. *El Progreso*, 10/03/1843. In: OC, II, p.133.

¹⁰⁰ Periódico que assumiu o lugar de *Seminario de Santiago* e principal oponente de Sarmiento nesse momento.

¹⁰¹ SARMIENTO. “El Minero Nacional”. *El Progreso*, 19/08/1844. In: OC, X, p. 154.

¹⁰² *Ibid.*, p. 154

¹⁰³ SARMIENTO. “El Siglo”. *El Progreso*, 23/05/1844. In: OC, X, p. 379.

*Revista Católica*¹⁰⁴ – mesmo que depois se tronem francos adversários. O que gostaria de ressaltar é a característica assumida pela imprensa como espaço aberto de ação, em que resulta altamente promissor

el espíritu de asociación que va penetrando en nuestra sociedad. No bien se experimenta una necesidad pública (...) cuando un número considerable de ciudadanos se asocia para dedicar sus cuotas a su mejora, una sociedad se instala, y los trabajos de esta sociedad buscan un órgano de publicidad en un periódico que los hace conocidos del público, y que se constituye agente y representante de aquella y de los intereses que se propone promover¹⁰⁵.

Como componente fundamental do discurso republicano, a relação entre publicidade e associacionismo expõe a ênfase dada às publicações decorrentes de organizações literárias e acadêmicas, ou provenientes de iniciativas industriais, comerciais e laboral, bem como realça o papel desempenhado pela imprensa partidária, conferindo uma dinâmica de normalização do uso do impresso em geral por essa sociedade.

Dentro deste tema encontra-se a *Revista Católica*, que Sarmiento anuncia desde as páginas de *El Progreso* em março de 1843, como “representante na imprensa de um interesse vital” que “ofrece hoy asociar sus tareas al progreso del país”¹⁰⁶. Em seguida, após ressaltar a “importancia intrínseca” da *Revista*, Sarmiento passa a fazer algumas considerações sobre a atuação dos redatores e escritores, concordando ser sensato e oportuno que “los redactores conciben muy bien que no es su misión ocuparse de asuntos políticos, favorecer un partido, ni entrar en el odioso campo de las personalidades”¹⁰⁷. O comentário objetivava circunscrever o campo de ação da revista, já que era sabido que nas eleições de 1841, a candidatura de Manuel Bulnes teve “duas ordens de adversários, os ultraconservadores, apoiados pela imensa maioria do clero, que proclamavam por candidato a Joaquin Tocornal; e os pipiolos ou liberais de 1830”¹⁰⁸ que apoiaram Francisco Antonio Pinto.

¹⁰⁴ “Nosotros nos tomaremos la libertad de hacer aún más sensible en interés del buen éxito del periódico que anunciamos, y en el país en cuyo beneficio se escribe”, lê-se em *El Progreso* sobre o prospecto da *Revista Católica*. SARMIENTO. “La revista Católica”. *El Progreso*, 10/03/1843. In: OC, II, p.133.

¹⁰⁵ SARMIENTO. “El Minero Nacional”. *El Progreso*, 19/08/1844. In: OC, X, p. 154.

¹⁰⁶ SARMIENTO. “La Revista Católica”. *El Progreso*, 10/03/1843. In: OC, II, p.134.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.136.

¹⁰⁸ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.I. In: **Obras Completas**. v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 175.

Todo discurso político de Sarmiento apontava para a separação dos assuntos religiosos do campo da política administrativa, do sistema de ensino e das leis civis. Entusiasta dos princípios da tolerância religiosa, e crítico severo do papel reacionário da Igreja na América colonial que teria deixado como legado o atraso presente, Sarmiento ponderava, falando em nome inclusive dos princípios espirituais, que “la injerencia activa de sus ministros en cuestiones políticas que nos dividen, solo pueden conducir a la larga a excitar una reacción prejudicial a los fines sagrados de su institución”¹⁰⁹.

Consequência dessa separação, de pronto Sarmiento defende a expansão da legislação sobre direitos civis a todas as religiões, dado que sem esse elemento qualquer projeto sério de imigração seria esvaziado de sentido, tornando-se um entrave para a atração dos contingentes alegadamente necessários para a promoção do desenvolvimento do país. Desse modo, defende Sarmiento que “si los inmigrados que se solicitasen en Europa piden que se les permita el los puntos en que se establezcan, levantar templos según sus creencias, se les ha de asegurar su derecho”¹¹⁰. Os projetos de institucionalização do sistema público e universal de ensino alijava, desde sua concepção, o papel da Igreja como condutora principal da educação. Sarmiento não se opunha à existência de escolas religiosas, mas marcava uma delimitação entre o papel estatal e o religioso¹¹¹.

Como dito anteriormente, Sarmiento não ignorava que ocorria de a imprensa igualmente dar vazão a “pasiones poco nobles”. De fato, a concepção da imprensa como espaço privilegiado da oposição é encarada como parte da discussão acerca da produção e controle da opinião pública e o espírito de partido. Para Sarmiento, existiria um “sistema de oposición, que constituye el poder de la prensa periódica, ilustra a los pueblos sin sublevarlos y contiene el poder sin amedrentarlo”¹¹². A oposição tem um poderoso atrativo para a maioria dos leitores, pois “hay algo de osado, de laudable en atacar el poder material”¹¹³, molhando sua “pluma no fel” e ameaçando a ordem estabelecida e o

¹⁰⁹ SARMIENTO. “Relaciones con la iglesia”. El Nacional, 08/05/1841. In: OC, IX, p.255.

¹¹⁰ SARMIENTO. “Libertad de cultos”. El Progreso, 05/09/1844. In: OC, IX, p.267. No mesmo sentido, Sarmiento defende a liberdade e a legalidade do casamento entre pessoas de diferentes crenças religiosas, ao tratar de polêmica surgida em Valparaíso, quando um padre exigia que para celebrar tal união, os filhos fossem católicos, cf. SARMIENTO. “Matrimonios mixtos”. El Progreso, 12/11/1844. In: OC, IX, p.297.

¹¹¹ Ver: SARMIENTO. “Tolerancia religiosa”. La Crónica, 17/07/1849. In: OC, IX, p.318. Mesmo fugindo dos limites propostos para esse capítulo, considero que a abordagem do ensino, de resto central para Sarmiento, completava adequadamente o conjunto de preocupações e embates que se desenvolveu entre este e a Igreja.

¹¹² SARMIENTO. “El diarismo”. El Nacional, 29/05/1841. In: OC, I, p.62.

¹¹³ Ibid., p.63.

poder constituído, e quanto mais ferozes seus golpes, mais atraem os leitores, completa Sarmiento. “Sirviendo una mira política, los principios más sagrados son forzados a suscribir y apoyar los intereses de un partido o de un candidato”, de modo que os escritos dessa oposição destoariam do “verdadero estado de la opinión”, pois carecem de princípios claros e projetos próprios que “formen la conciencia pública e ilustren la opinión de los demás”¹¹⁴. É necessário matizar essa posição de Sarmiento em função tanto pelo recurso retórico à imagem da opinião pública como lugar da razão, portanto, neutro, no apelo ao público, como pelo período em que o texto é escrito, junho de 1841, e o clima de guerrilha na imprensa conforme os próprios artigos de Sarmiento revelavam.

Sarmiento apontava que essa oposição deveria ocupar seu verdadeiro terreno, e não querer “apoderarse de la nación”, pois, “en los estados en que se goza de un largo uso de la prensa, han caído en ridículo estas pretensiones de los periodistas a ser órgano de la opinión pública”¹¹⁵. Começa a se desenrolar um intrincado jogo entre conceitos como opinião pública, espírito de partido, razão pública, vontade pública. A pretensão de falar em nome da opinião pública designava aqui o apoderar-se, no sentido de falar em nome, da nação, e o motivo dos publicistas nas sociedades evoluídas terem caído no ridículo seria justamente o fato de numa sociedade republicana haver uma multiplicidade de opiniões, irredutíveis a uma ‘opinião pública’ unificada. Ora, ao se postar ao lado do partido no governo, Sarmiento evocava uma ‘verdadeira opinião’, que seria legitimada pela razão conferida pela vontade do povo, desmontando esta pretensão da oposição. Como integrante desse jogo e desde uma posição privilegiada na imprensa (desde o *Mercurio* e o *Nacional*), buscava controlar as formas de participação e regular a ação dos outros jogadores opositores, revestido da legitimidade conferida pelo partido governista.

Sarmiento apontava em meados de 41 que “no deja de llamar la atención la inasistencia de los diputados”, para em seguida concluir que “la historia presenta a cada pueblo muestras de lo que experimentan las sociedades cuando el espíritu público empieza a debilitarse”¹¹⁶. A ausência dos deputados seria sintoma do esvaziamento do interesse pelos temas públicos, mais especificamente, da ausência da oposição que, segundo a percepção de Sarmiento, ou ao menos a que ele queria passar ao público, não estaria presente com seus representantes. Ausência de oposição que pode ser lida como

¹¹⁴ SARMIENTO. “El diarismo”. El Nacional, 29/05/1841. In: OC, I, p.63.

¹¹⁵ Ibid., p.63.

¹¹⁶ SARMIENTO. “Sem título”. El Mercurio, 07/07/1841. In: OC, IX, p.121.

realização de um projeto conservador, como estratégia de produção de consenso pelo partido no poder como cooptação de seus opositores políticos.

Em dezembro de 1841, Sarmiento publica um artigo intitulado “Espíritu de Asociación”, em que saúda a proliferação de associações, agremiações e coletivos que se formavam em Santiago e Valparaíso, no caso específico, tratava do surgimento de uma associação literária em Valparaíso. Para o autor, era de extrema relevância “el espíritu de asociación que engendra y mantiene el de la libertad que debe apoyar y hacer efectivas nuestras instituciones”¹¹⁷. E este de fato foi um tema central no desenvolvimento do discurso político de Sarmiento, que pôde observar o surgimento de associações culturais, trabalhistas, empresariais ao longo da década de 1840, e sobre as quais manteve um olhar crítico e incentivador em seus artigos.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de estas duas passagens, oponentes, não constituírem uma contradição em si, mas antes indicarem as muitas possibilidades de uso do discurso no espaço público, conferindo sentidos em função do objeto de discussão e do público alvo. Sem dúvida que o espírito de associação não sofreu tamanha alteração entre julho e dezembro de 1841. Mas o enfraquecimento apontado no caso da representação parlamentar implicava o reconhecimento, ou a tentativa de convencimento do público leitor, sobre o enfraquecimento da oposição no parlamento, o que teria o efeito da assimetria apontada com relação às manifestações na imprensa. No segundo caso, e falando de forma geral, Sarmiento mantinha a postura de valorização das organizações que surgiam da sociedade civil, de tal maneira que, em sua opinião, “difícil sería decir si el espíritu de asociación ha engendrado la libertad, o si bien ésta última ha hecho nacer aquel”¹¹⁸. Esse espírito de associação, Sarmiento o relacionava à liberdade como um meio da sociedade e dos indivíduos de intervir na vida política do país, através da organização dos cidadãos em torno de interesses comuns. Este expediente era central para a compreensão do republicanismo de Sarmiento, pois implicava uma forma de ação direta da sociedade civil no espaço público e de intervenção nas decisões do governo e nas políticas públicas. Da mesma forma que as manifestações na imprensa dessas associações recebiam acolhida dos principais veículos, governistas ou opositoristas, mas comprometidos com as políticas e uma cultura de fundo liberal.

Nesses primeiros anos, a valorização do espaço público e a conformação de uma linguagem política a ela associada estavam, então, ligadas aos embates políticos, bastante

¹¹⁷ SARMIENTO. “Espíritu de asociación”. El Mercurio, 03/12/1841. In: OC, IX, p. 368-9.

¹¹⁸ Ibid., p. 369.

acirrados, à liberdade de imprensa e de associação – que estavam asseguradas por uma constituição que se consolidava desde a última década –, e à tradição de impressos e de circulação da informação no Chile, que desenhavam um contexto particular para o desenvolvimento da imprensa e da reflexão de Sarmiento sobre a imprensa.

Ao mesmo tempo, diante de tal contexto, o passado e o presente da Argentina tornavam-se mais obscuros e opressores, pois, a censura e a perseguição aos publicistas e intelectuais escancaravam a distância com a situação atual, reforçando a particularidade da experiência chilena para a conformação do discurso de Sarmiento. Em março de 1841, Sarmiento escreve um artigo em que narra o julgamento contra *Guerra a la Tiranía* por crime de injúria contra a pessoa do Presidente Prieto em seu número 25, no qual simula a voz desse jornal durante a sessão, “es preciso convencerse de que en Chile no hay libertad de imprenta (...) Yo me iré a Buenos Aires, donde puede escribirse lo que se siente”¹¹⁹.

Concluindo, parece-me que o desenvolvimento do pensamento político de Sarmiento nos primeiros anos no Chile ganha uma densidade mais viva e complexa quando se compreende sua incorporação às “nobles ocupaciones de la prensa”, e o fato incontornável de que o periódico se torna o objeto elementar da intercomunicação na sociedade, como condição e parte constituinte de sua enunciação¹²⁰. Ou seja, não se trata de que a imprensa seja apenas um meio, um veículo de expressão. Ao contrário, somente na imprensa é que o discurso acerca dos partidos políticos, da legitimidade do espaço público para o debate político, da importância cívica, e econômica das associações configura o avanço e as garantias da civilização. Em polêmica com o periódico *Telégrafo*, Sarmiento afirma que as instituições liberais no Chile ainda estão em sua infância, e que a ausência de um passado e de um costume republicano atravancam o desenvolvimento social no país, mas que “ya verás, entonces, ir saliendo lentamente la república del caos de tradiciones envejecidas y hábitos despóticos con que aún está luchando”¹²¹.

¹¹⁹ SARMIENTO. “Un jurado de imprenta”. El Mercurio, 16/03/1841. In: OC, I, p.19.

¹²⁰ Cf. PAS, H. Introducción. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010.

¹²¹ SARMIENTO. “No hay república en Sud-América”. El Progreso, 16/08/1844. In: OC, IX, p.110.

6 - Democracia, sistema representativo e república

Em artigo de agosto de 1841, Sarmiento realiza uma longa análise da história recente das nações sul-americanas, ressaltando o cenário de crise política e guerra civil em que se encontravam as ex-colônias. Em cada um dos casos analisados, as lutas facciosas, diz Sarmiento,

“nos hacen creer que ha llegado para América del Sur el momento de una crisis que va a decidirse para muchos de los Estados que la pueblan si ha de haber gobiernos constitucionales, republicanos, democráticos, o si el poder ha de quedar al fin depositado en manos de un jefe perpetuo”¹²².

A oposição entre governos “constitucionais, republicanos, democráticos” e “chefe perpétuo” fazia, é claro, uma referência ao governo da Confederação Argentina nas mãos do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, mas, avançava para o espaço ibero-americano, denotando uma situação comum aos demais países da região que, de resto, apresentavam tradições e história em comum. Depreende-se de sua leitura que a democracia e o sistema representativo não eram um dado da realidade, não eram evidentes como prática e como discurso, e que as formas de organização política e social permaneciam, 30 anos após o início das revoluções de independência, um campo em disputa.

O próprio nome democracia inspirava temores e hesitações por parte do público no início do século XIX na Europa e na América¹²³; era, sob todos os aspectos, um conceito não óbvio, em construção, que aludia a uma forma perigosa e instável de governo¹²⁴. Por outro lado, as formas autoritárias, autocráticas, unanimistas, ainda que fossem combatidas, possuíam uma larga vida nas formas de governo, na Europa e na América, na linguagem e no costume político. De modo que o combate ao despotismo e a luta pela liberdade, no nível do discurso, poderiam comportar, na prática, a limitação censitária ao voto e à participação política, sem criar maiores embaraços com os

¹²² SARMIENTO. “Política americana”. El Mercurio, 10/08/1841. In: OC, IX, p.8.

¹²³ Cf. ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: PUF, 1985; Guerra, F-X. Les avatars de la représentation en Amérique Hispanique. **Revista Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [on line], 2005, disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/624>; Palti, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

¹²⁴ Cf. CID, G. Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851. In: DONOSO, C.; RUBIO, P. (Orgs.) **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014.

princípios do liberalismo. Antes que apontar para a contradição destes termos, ressaltaria, como demonstrado na abertura da tese, a ambiguidade própria desse momento histórico em que residiam sob o mesmo nome de republicanismo práticas mais liberais ou mais conservadoras, como constituintes do discurso político liberal do século XIX.

Desde o interior desse contexto, político e linguístico conflituoso, Sarmiento desenvolve um discurso político em que assenta a defesa do sistema representativo e da democracia como constituintes do republicanismo. Também aqui, a palavra de Sarmiento não está isenta de conflitos e contradições. A opção pela análise serial ao longo do tempo permite captar as nuances do discurso que o compõem de forma não linear, de modo que os conflitos entre contextos específicos ou as contradições entre perspectivas cambiantes tornam-se mais evidentes, sem com isso desautorizar a fala.

Neste momento, concentrarei o texto no sentido dos usos que Sarmiento fazia do tema governo representativo ou sistema representativo, posto que muitas vezes alçava o modo parlamentar de governo como um sistema autônomo, que pudesse contrapor-se às eventuais pretensões despóticas do poder executivo. O representativismo envolvia, nesse contexto, a existência – e a defesa – de um governo constitucional, de um Parlamento eleito pelo voto democrático (com nuances participativas) com bastante ênfase na discussão sobre a pluralidade partidária, a relação entre maioria e minoria e a ideia de composição política. Sarmiento afirma que na América espanhola,

“por todas partes se adoptó el sistema de gobiernos representativos, como que ninguna otra forma se ofrecía que no pugnase con la condición social de los pueblos, con la marcha del siglo que lo ha proclamado como el único legítimo y posible, con las tendencias dominantes de Europa y con el feliz ejemplo de la América del Norte y finalmente con las circunstancias e ideas recibidas”¹²⁵.

Ao apresentar o sistema representativo como uma força do século, Sarmiento localizava o governo argentino como seu antípoda, em um movimento que visava tanto ao público leitor chileno – que lia matérias nos jornais sobre a Argentina, que mantinha negócios com aquela região, que se relacionava com os milhares de exilados argentinos em solo chileno e que influenciava as decisões de seu governo em relação ao vizinho –, como aos leitores argentinos emigrados, de forma a mobilizar, organizar e propor formas de governo que combatessem e substituíssem o atual estado de coisas do outro lado dos

¹²⁵ SARMIENTO. “Sem título”. El Nacional, 11/04/1841. In: OC, IX, p. 10.

Andes. Ao mesmo tempo, o debate em torno do sistema representativo, como apontado acima, incorporava temas de interesse imediato da política chilena, especialmente em época de eleições e de composição de um novo governo, como era o caso do ano de 1841.

A possibilidade de superar a luta facciosa estava não em aniquilar o inimigo, como ocorria explicitamente, no caso argentino, ou montar um governo com base nas nomeações de um monarca ou na ocupação do governo exclusivamente pelo partido vencedor. Ao contrário dessas tendências, a proposta que se desenhava nos textos de Sarmiento e em conexão com uma determinada corrente que se estabelecia no Chile naquele momento, era a de consolidar um governo, uma máquina de governar, que pudesse conjugar, dentro de determinados limites, interesses dispersos da sociedade representados no parlamento e na imprensa. Desse modo, buscava-se superar os conflitos e as desconfianças mútuas entre as facções, que corriam desde os atritos/as desavenças/as contendas de 1829-30 entre *pipiolo*s e *pelucones*¹²⁶, quando os segundos acusavam os primeiros de fraude eleitoral e em novembro de 1829 iniciaram um movimento militar visando derrubar o presidente Francisco Antonio Pinto.

Na sequência do artigo, Sarmiento adverte os leitores de que a situação do Chile, embora seja distinta daquela do resto do continente, não estava livre de regredir ao cenário caótico que tinha como fundo o legado espanhol, cujos males “ella misma sufre hasta hoy, como consecuencia del atraso en que se ha quedado”¹²⁷. Esses males

“si no se dejan sentir entre nosotros en toda su extensión en el momento presente, es debido a causas accidentales y transitorias, pero que pueden

¹²⁶ Tomarei o relato de um periódico ligado ao partido *pipiolo*, ou seja, aos liberais, não no sentido de assumir seu ponto de vista, mas para dar a dimensão, em 1843, do sentido vivo dos acontecimentos em torno da Batalha de Lircay, do golpe perpetrado pelos *pelucones* e da proclamação da Carta de 1833, que inaugurariam a longa República Conservadora (1831-1861). “En el año de 1828 la República marchaba pacíficamente a su engrandecimiento bajo los auspicios de una constitución que, si no estaba en todo de acuerdo con los principios de la forma establecida, no dejaba, al menos, al arbitrio del poder ejecutivo la libertad del ciudadano (...). Se creía ya conjurado para siempre el maligno genio revolucionario, y puesta una valla eterna entre la anarquía y el orden legal, cuando se esparce, de repente, por el horizonte político la negra nube del volcán asolador. El magistrado supremo se confunde, se aterra con este anuncio fatal: toma medidas para prevenir la explosión, nada consigue, y deja un puesto en que debió morir. Le sucede un ciudadano venerable, pero sin fuerzas ni elementos para salvar la República, el volcán estalla, se combate en Ochagavía (...); se celebran tratados para terminar esta lucha fratricida, se confiere al ilustre capitán general Freire la augusta misión de paz, poniendo bajo su autoridad las fuerzas del caudillo constitucional, y del caudillo anarquista (...). La guerra civil continúa con más encarnizamiento, y Lircay sirve de sepulcro a la libertad (...). La patria enlutada pasa al dominio de los anarquistas, se despoja el modesto ropaje republicano (...).”

La carta de 1828 designaba para su reforma el período cumplido de ocho años: pero nada importa; se había destruido el gobierno, y no era extraño que se le echase a tierra la ley del estado (...). La necesidad de afianzar un poder creado por las pasiones revolucionarias, he aquí el origen de la ley política bajo cuyo imperio se halla la República”. In: “Editorial”. El Demócrata, 14/03/1843.

¹²⁷ SARMIENTO. “Sem título”. El Nacional, 24/04/1841. In: OC, IX, p. 17.

desaparecer de un día a otro y dejarnos entregados a los mismos horrores y calamidades que experimentan los demás pueblos americanos”¹²⁸.

A passagem se mostra interessante pelos diversos aspectos que carrega. Há um alerta para os leitores, envolvidos com o tema das eleições, sobre os riscos que o país correria, caso se abrisse caminho às facções e partidos mais radicais ou retrógrados. Como já dito, Sarmiento escrevia em nome do partido conservador neste periódico específico, *El Nacional*, que foi criado em abril de 1841 como veículo dedicado a promover a candidatura de Manuel Bulnes, e encerrou seus trabalhos em julho do mesmo ano, quando a tarefa havia sido cumprida. De modo que o alerta de Sarmiento não se dirigia a um temor abstrato de um caos qualquer, mas antes – e considerando outros artigos do mesmo momento – referia-se à possibilidade de a sociedade chilena entrar, ou voltar, numa situação de guerra civil em vista das pretensões da oposição de desestabilizar o governo atual ou vencer as eleições que se avizinhavam.

Como é possível ler no artigo, o caos e a turbulência estão localizados no passado espanhol (Sarmiento evita tratar da década de Portales, entre os anos 1831-1837, alvo dos liberais com a fundação de um presidencialismo autoritário¹²⁹) e num futuro incerto. O presente, como um intervalo fora de sua crítica, seria resultado de causas acidentais e transitórias, pois, como advertido outras tantas vezes, Chile e a América hispânica não possuíam uma tradição democrática ou participativa como os Estados Unidos, por exemplo. De modo que a preservação da situação presente, caracterizada como de “males que não se deixam sentir entre nós”, deveria ser preservada pelos cidadãos. Havia de se fazer um esforço para a continuação do presente, uma vez que não está já dado pela tradição, mas ao contrário, aquele depunha contra o costume herdado dos espanhóis, e destoava das guerras civis contemporâneas nas nações vizinhas. De modo que Sarmiento assumia ele mesmo uma responsabilidade – que ele se auto impõe como estratégia de discurso e inserção política naquele ambiente – e, ao mesmo tempo, impõe uma

¹²⁸ SARMIENTO. “Sem título”. *El Nacional*, 24/04/1841. In: OC, IX, p. 20.

¹²⁹ “María Angélica Illanes afirmava em um célebre artigo que, ‘a partir de 1834, el régimen portaliano se configuró como el modelo de orden autoritario para la consolidación capitalista. La fuerza de la autoridad militar y la ley se pondrían plenamente al servicio de la lógica patronal como fundamento del orden social en tanto sometimiento y proletarización’. *Apud*. PINTO VALLEJOS, J. ¿La tendencia de la masa al reposo? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo, 1830-1851. **Historia**. Santiago. v.II, n.44 jul-dez, 2011, p. 404.

responsabilidade pelo presente para aquela geração ou aquela sociedade, vinculada imediatamente ao pleito que se seguia.

Aqui se apresenta uma situação em que Sarmiento mobiliza um quadro temporal interessante em relação ao Chile, que difere diametralmente daquela aplicada ao caso argentino quanto à valoração positiva ou negativa do presente, e também com relação à responsabilidade do cidadão na produção da vida política local, pois, se no caso argentino a situação política é mantida sob a violência do regime rosista; no caso chileno a liberdade de pensamento e de associação, o respeito às leis, a existência de um regime republicano, em que vigoravam a democracia e o sistema representativo, punham sobre os cidadãos a responsabilidade da condução política, sejam aqueles ligados ao partido conservador no governo, seja para a oposição.

Em diferentes momentos, Sarmiento adverte a oposição sobre a condução do debate político e sua atuação na mobilização popular como forma de pressionar o governo, pois ele enxergaria nessa postura agressiva uma ameaça à ordem e às formas regulares, republicanas, do sistema representativo. De todo modo, observa-se a preocupação de Sarmiento de ressaltar a ação política e a ação social como constitutivas do tempo presente. De certa maneira, Sarmiento rompe com uma leitura fatalista que atribuía ao passado colonial espanhol a condenação do futuro da América, e com a interpretação que asseverava a imaturidade das sociedades americanas como impedimento sempre renovado da realização das instituições liberais, uma vez que os habitantes desses países agiriam no sentido da ruptura com as normas e em função do desejo de um grupo, de modo que não se trataria de uma “cultura política latino-americana” no sentido quase metafísico incorporado pelo conceito¹³⁰, de que haveria uma essência conservadora ou avessa ao liberalismo.

A questão temporal carregava-se de interpretações políticas sobre as relações do presente com o passado e com o futuro, mobilizadas pelos partidos e grupos políticos. O periódico *El Tribuno*, crítico do governo Prieto que se encerrava, mas apoiador da candidatura Bulnes, escrevia em suas páginas que “once años han pasado de una constante tiranía ministerial (...), esta década de infortunios ha extinguido el espíritu público”¹³¹. Dois anos depois, também mantendo a referência cronológica nos eventos de 1830, o periódico liberal *El Demócrata* recordava que “en el año de 1828 la República marchaba

¹³⁰ Cf. PALTI, E. J. (org.). **Mio y realidad de la ‘cultura política latinoamericana’**. Debates en Iberoideas. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

¹³¹ “Editorial”. *El Tribuno*, 05/03/1841.

pacíficamente a su engrandecimiento (...) Se creía, ya, conjurado para siempre el maligno genio revolucionario (...) Lircay sirve de sepulcro a la libertad”¹³². Nas palavras de seus editores (estavam aí, entre outros pipiolo históricos, Pedro Godoy, Jose Zapiolo e Jose Francisco Alvarado, que já haviam participado juntos no *El Diablo Político*, entre 1839-1841), a proclamação da Constituição de 1833 representava o grande assalto aos direitos políticos e ao “modesto ropaje republicano” e que

“al hacer censura de este código (...), nuestro ánimo fue ilustrar a los pueblos sobre sus vicios radicales, a fin de que confiriesen el poder legislativo a aquellos ciudadanos que, por no estar ligados a los extravíos de la época en que fue sancionado, pudiesen hacer las reformas que exige imperiosamente la nación”¹³³.

Para este veículo, o presente e o partido que representava o governo guardavam os mesmos vícios daqueles praticados contra o governo liberal de Ramon Freire, derrubado na batalha de Lircay. A menção às eleições que se aproximavam é um elemento importante do texto, pois, as eleições para deputado não eram especialmente exploradas na imprensa, como as presidenciais. Nas eleições de 1843, por exemplo, apenas em meados de fevereiro os principais periódicos (*Mercurio*, *Gaceta del Comercio*, *Progreso*) iniciaram a propaganda e debates sobre as eleições; e outros como o próprio *Demócrata* ou *Telégrafo*, de posição liberal e conservadora respectivamente, quase não deram destaque ao tema, mantendo uma posição discreta que se confundia com um certo desprezo pelas eleições parlamentárias nesse momento.

Em resposta àquele artigo, o editorial do jornal *El Progreso*, considera que *El Demócrata* toma o período revolucionário de 1830 e a vigência da Carta de 1833 como um estado permanente de guerra civil, e que seus redatores estariam demasiado preocupados “con las afecciones de partido o con una teoría política para protestar contra um hecho que ha vivido sin contienda catorce años”¹³⁴. Para o *Progreso*, analisando a forma com que o debate político se realizava, especialmente com os meios mais radicais, “cuando pasadas las agitaciones que causaban las luchas civiles, después de establecido el triunfo de uno de los partidos contendientes, la sociedad ha permanecido la misma o se ha mejorado”¹³⁵.

¹³² “Editorial”. *El Demócrata*, 14/03/1843.

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ “Editorial”. *El Progreso*, 18/03/1843.

¹³⁵ *Ibid.*

Por fim, trago o exemplo de *El Crepusculo*, órgão da juventude liberal que no *Siglo* e no *Diario de Santiago* mantinha uma postura ofensiva contra o que identificavam como despotismo da administração Bulnes, em especial com os poderes que o ministro Montt adquiria nos últimos meses. Aqui, o periódico “literário e científico”, como indicava a insígnia, reconhecia que

no ha mucho tiempo que la prensa periódica en Chile es el teatro de la política, la expresión de la exageración de las pasiones de los partidos (...). Ahora que la discusión puede ser tan calmada como racional, ahora que la paz ha dado una dirección regular a los hábitos de nuestra vida civil (...) la prensa comienza a ser eco de otros intereses, de los de la sociedad en todas sus diversas relaciones¹³⁶.

Com essas passagens, gostaria de fazer duas observações acerca da questão da temporalidade: a primeira, que se percebe uma diversidade de avaliações, positiva ou negativa, em relação ao passado e ao presente, oriundas de fontes mais ou menos fiéis ao governo, de modo que o campo discursivo se apresentava mais complexo do que a divisão binária entre governo / oposição ou conservadores / liberais. Verificava-se, então, uma afinidade com os mencionados cruzamentos entre membros conservadores e liberais nas listas eleitorais e o esforço de integração política do governo Bulnes. Um segundo aspecto que se destaca é a contagem do tempo: a partir de 1829-33 há uma inflexão, pontuada por liberais e conservadores que, para os primeiros, marca o início de um ciclo vicioso que culmina com a eleição de Bulnes e depois Montt, como continuidade da corrupção, da fraude e do despotismo inaugurado com o período Portales; e para os segundos, o início da pacificação e estabilização do regime republicano como fechamento da revolução de independência. Segundo as duas leituras, que podiam-se cruzar, como se viu no caso de *El Tribuno*, as eleições eram destacadas como momentos de mobilização popular para a transformação ou manutenção da forma política que ia assumindo o governo.

7 - Eleições e Representatividade

Ao contrário de uma visão naturalizada da estabilidade política que constituiria a excepcionalidade ou o consenso chilenos, observamos que a produção de um acordo

¹³⁶ “Prospecto”. *El Crepusculo*, 04/06/1843.

político entre a elite foi obra de intensos debates e negociações. De acordo com Samuel Valenzuela, na época das eleições mobilizavam-se forças político-institucionais, por parte do governo e das oposições, segundo as quais o ministro do Interior era responsável, junto com os Intendentes de províncias e líderes políticos locais, por montarem as listas oficiais de candidatos. Frequentemente, esse dispositivo obrigava-os a negociar com a oposição nomes para a composição dessas listas, pois muitas vezes ocorriam cruzamentos de nomes, já que a fidelidade partidária se flexibilizava entre as províncias e a capital¹³⁷. “Dadas estas circunstâncias, as listas oficiais deviam ser ao fim das contas muito mais heterogêneas que o que pareceria à primeira vista”¹³⁸, em nome da manutenção do que chamaríamos hoje de governabilidade ou, então, da ordem.

Nas eleições de 1841, o candidato escolhido do então presidente Joaquin Prieto era o seu ministro da guerra, o conservador moderado Manuel Bulnes, que teve como adversário outro ministro, o *pelucón*¹³⁹ Joaquin Tocornal. Bulnes foi apoiado massivamente por membros *pelucones* e setores conservadores e liberais moderados, enquanto renomados liberais como Victorino Lastarria, Pedro Godoy e Joaquin Vallejo, ao lado dos setores mais reacionários da igreja e latifundiários tradicionais, apoiaram Tocornal. O caráter anedótico da passagem demonstra a complexidade dos laços políticos e da própria sociedade chilena, de modo que, limitarmo-nos às oposições nominais partidárias ou ideológicas, pouco nos esclareceria acerca da história deste denso e diverso espaço público de meados do século XIX. A preferência de Prieto, por outro lado, não impediu que no início de junho (as eleições presidenciais estavam marcadas para os dias 25 e 26 desse mês) Manuel Tocornal fosse eleito presidente da Câmara de Deputados¹⁴⁰, reforçando o clima de tensão que envolvia aquelas eleições, alimentado também pela

¹³⁷ A questão da representatividade entre capital e província será trabalhada em outro momento, mas aqui gostaria de chamar atenção sobre certa fluidez da composição partidária, em uma passagem marginal no periódico *Telégrafo de Concepción*, em que o autor, tratando da organização das listas eleitorais, lamenta que “los *partidos permanentes* descuidaban casi siempre la idoneidad de los sujetos elegibles, por sacar hombres de su opinión”. In: “Elecciones”. *El Telégrafo*, 25/03/1843 (grifo meu). O elemento decisivo grifado está na identificação de partido *permanente*, que remete à discussão sobre a legitimidade de partidos e facções de forma permanente e se essa não seria uma forma corrupta de organização política, posto que os indivíduos não operariam de acordo com suas consciências ou com o bem comum, mas simplesmente com o ponto de vista do partido, independentemente das posições pessoais e das mudanças de contextos. Em outro momento, discutirei o ponto mais detidamente, quando Sarmiento e Alberdi tratarem do mesmo.

¹³⁸ VALENZUELA, S. Hacia la formación de instituciones democráticas. *Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. Estudios Públicos*. Santiago, n.66, 1997, p. 238.

¹³⁹ De acordo com a nomenclatura convencionada, chamaremos *pipiolo* aos liberais e *pelucón* aos conservadores. No entanto, a fluidez com que membros de um ou outro partido se relacionam, força-nos a utilizar os nomes com alguns cuidados, daí um *pelucón* progressista, um *pipiolo* radical ou tradicionalista.

¹⁴⁰ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. (1841-1851). Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, t.I, p.182.

imprensa, como era o caso do periódico *La guerra a la tiranía* (que apoiava a candidatura de Tocornal).

Como exemplo do ambiente pré-eleitoral de 1841, segue uma fictícia carta autografada pelo “Restaurador de las leyes al futuro Monarca *Bulke Borrachei*”, que foi publicada há poucos dias da eleição no periódico *La guerra a la tiranía*, em que o Governador de Buenos Aires sugeria ao candidato Bulnes “tener una divisa breve, enérgica y popular. Si queréis proclamar la de orden o muerte, haréis tanto prodigios como yo con la mia: federación o muerte; una y otra muerte han de ser iguales por mucho que se diferencien”¹⁴¹. O artigo de autoria de Jotabeche tocava em um ponto chave no interior do discurso político chileno: o tema da ordem, e a contradição em que o governo se encontrava, segundo a oposição, de defender a ordem como estabilidade e calma política em detrimento da ordem jurídica, como se mostrava o governo de Prieto com os estados de sítio e as deportações. Note-se, no entanto, que desde 1839-40 vivia-se uma nova fase, da qual o próprio jornal é testemunha com a sua publicação e circulação, em que a liberdade de expressão e de manifestação ganhava progressivamente corpo na sociedade chilena. E, por isso mesmo, o período que antecede as eleições de 1841 tem um caráter especial para se compreender a inserção de Sarmiento nesse contexto, bem como a mobilização dos discursos políticos em torno ao novo cenário.

As eleições na América Ibérica durante o século XIX e boa parte do XX, via de regra, foram tomadas pela historiografia como protocolares ou desimportantes do ponto de vista da conscientização política do povo ou da influência na condução do governo. Seja pela reduzida participação popular ou pela intervenção das forças institucionais ou econômicas na condução e no resultado dos pleitos. Contudo, “as taxas de participação cidadã para o século XIX chileno, sendo limitadas (em 1846 votavam 2% da população), eram similares ao que sucedia na Europa no mesmo período histórico”¹⁴². E para além da questão quantitativa, há de se avaliar qualitativamente a presença do fenômeno do voto naquela sociedade. Por um lado, pela dimensão que assumem os debates eleitorais na imprensa, dando vazão às demandas sociais e políticas represadas na década de 1830, e forçando os arranjos partidários em meio aos debates entre as tendências e partidos

¹⁴¹ “Carta autógrafa del Restaurador de las leyes al futuro Monarca **Bulke Borrachei**” (grifo original). *La Guerra a la Tiranía*, 12/03/1841. Em: VALLEJOS, J. J. **Colección de los artículos de don J. Joaquín Vallejo, publicados en varios periódicos bajo el seudónimos de Jotabeche. 1841-1847**. Valparaíso: Imprenta del Deber, 1878, p. 8.

¹⁴² CID, G. Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851. In: DONOSO, C.; RUBIO, P. (Orgs.) **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014, p.75.

envolvidos com os periódicos. Por outro lado, pelo impacto que teve na conformação das listas de candidatos e nos arranjos dos quadros político-administrativos pós-eleitorais. De modo que a análise puramente numérica, se não é desprezível, não reflete diretamente a importância das eleições no caso chileno.

Segundo Samuel Valenzuela, do ponto de vista social, no período estudado, é relevante notar que “a lei que especificava os requisitos de propriedade ou renda para votar estabeleceu níveis que facilmente podiam ser alcançados por artesãos, mineiros, pequenos comerciantes e a grande maioria se não todos os trabalhadores assalariados”¹⁴³. O que proporcionava uma situação interessante em que a maioria do eleitorado estava composta por homens de estratos médios e baixos, incluindo os funcionários públicos e membros da guarda civil, ou seja, o que abrangia uma boa parte da população urbana.

Ao lado da propaganda na imprensa, as combinações e arranjos políticos são um momento importante da formação das listas de candidatos, pois os partidos, com a rotinização das eleições, passavam a ter de apelar a determinadas lideranças locais em busca de apoio, e isso mobilizava tanto a situação quanto a oposição. Nesse quadro “entra a jogar a imprensa. Os diários cumpriam um papel essencial no ‘concerto’, e também no ‘desconcerto’ das listas. Os chamados trabalhos eleitorais”¹⁴⁴. Esse novo papel que a imprensa assume, com especial eficácia nas sociedades mais livres e com instituições estáveis – o que, é possível imaginar, tenha tido para Sarmiento um impacto ainda maior tendo como experiência a região do Prata –, como o caso chileno, tornava-a um espaço sensível também aos reclamos e demandas da sociedade que, por seu turno, buscava ‘respiradouros’ na imprensa como campo de pressão sobre a esfera política e a condução do governo. Daí que sistematicamente associações comerciais, industriais ou agrárias, grêmios de trabalhadores e partidos políticos buscassem a imprensa como instrumento de intervenção para fazer política.

É certo que as listas oficiais de candidatos governistas ganharam as eleições recorrendo a práticas desleais e fraudulentas (a decretação do estado de sítio em março de 1846, às vésperas das eleições parlamentares, e a prisão de líderes oposicionistas talvez sejam o exemplo mais claro desses artifícios utilizados para garantir a vitória eleitoral, ainda que revestido de legalidade procedimental durante o período Bulnes). No entanto, sempre estiveram presentes candidaturas oposicionistas e alternativas para presidência e

¹⁴³ VALENZUELA, S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997, p. 218.

¹⁴⁴ PALTI, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, p.196.

para cargos parlamentares de deputados e senadores, com número variável de distritos e candidatos, e nos casos das eleições municipais e de deputados, a oposição triunfou em não poucas ocasiões¹⁴⁵. Isso demonstrava a ativa participação da oposição no processo eleitoral, o que lhe conferia legitimidade formal e ressaltava a importância e efetividade do debate público.

Sob outra ótica, neste momento, a relação entre liberais e conservadores não divergia sobre o modelo de governo, republicano, tampouco sobre o modo do representativismo restritivo que o marcava. Os setores comerciantes, produtores ou proprietários aos quais estes grupos políticos estiveram atrelados em seu nascedouro nos anos 1820 e 1830 estabeleceram determinados consensos que lhes garantia a hegemonia do poder entre os dois bandos em disputa, sendo a ocupação do senado e da câmara, o lugar de exercício da hegemonia de uma elite econômica. O que não se traduz, absolutamente, que os partidos se converteriam em ficções, comprovam os apelos mais ou menos populares acerca da extensão do voto, da liberdade de imprensa, dos projetos educacionais que eram defendidos pelos partidos através da imprensa.

Em artigo de maio de 1841, Sarmiento analisa a presença da imprensa no debate eleitoral, como parte integrante e analista agudo desse contexto ele reconhece que a imprensa conformava-se num órgão de oposição (não da oposição) que “en presencia de los actos del gobierno, los vaya examinando sin rancor, sin pasión y sin declamaciones extremadas”¹⁴⁶, como uma instância avaliadora e vigilante das ações governamentais. Dada a dimensão do uso e da circulação dos periódicos, revistas, folhas avulsas e proclamações, conforme visto anteriormente, Sarmiento observava a conformação de um “sistema de oposição”, que constituiria “el poder de la prensa periódica”¹⁴⁷. A afirmação de Sarmiento, por suposto, incidia sobre o espaço mesmo do qual ele se expressava, sobre sua própria atuação na imprensa e sobre suas pretensões políticas e profissionais futuras – o texto é de 1841.

Neste particular, Sarmiento apontava para um conflito que enxergava no desenvolvimento da oposição que ocupava um lugar imenso na circulação de periódicos e impressos, fazendo parecer que a recepção das ideias e da cultura liberal estivesse

¹⁴⁵ Além do já citado caso de Tocornal, que foi eleito presidente da câmara de deputados em 1841, em 1840 a oposição ganhou 9 cadeiras de deputado, 27 em 1843 e 4 em 1849. Cf. VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. *Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. Estudios Públicos*. Santiago, n.66, 1997 p. 240.

¹⁴⁶ SARMIENTO. “El diarismo”. *El Nacional*, 15/05/1841. In: OC, I, p.62.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p.62.

reproduzida e incorporada pela sociedade. O que se verificava, ao contrário, era um desencontro entre a quantidade e intensidade da propaganda liberal-radical com o lugar ocupado na vida legislativa.

Os jovens liberais passavam a ter destaque na imprensa, “ocupando uma posição subalterna (...) pela posição e fortuna de seus adeptos, possuíam uma força muito maior na opinião, e formavam o único grupo que havia podido entrar em luta contra a candidatura do general Bulnes”¹⁴⁸. Ao se iniciarem as sessões do congresso, que ocorriam sempre em junho de cada ano, o deputado liberal, Jose Francisco Gana, apresentou um projeto que alterava a lei eleitoral que visava restringir as fraudes e as práticas coercitivas, além de regulamentar a participação da Guarda Nacional nos pleitos. Ainda que, efetivamente não houvesse tempo para sua aplicação nas eleições dos dias 25 e 26 daquele mesmo mês, o projeto ocasionou a aproximação entre os partidos de oposição, o que gerou certa preocupação no lado da candidatura governista. Diante dessa possibilidade, “os partidários da candidatura Bulnes puseram em jogo todo gênero de esforços para entender-se com o diretório liberal a fim de chegar a um acordo que evitasse esse perigo”¹⁴⁹.

Os debates em torno da composição política que se desenhavam por ocasião das eleições presidenciais de 1841 e o início do governo contribuíam para a conformação de um quadro político complexo e conflituoso que iria manter-se ao longo dos três anos seguintes. A seguir, buscarei analisar os elementos que constituíram esse quadro político na sociedade chilena, e como Sarmiento se localizava na linguagem política e interferia nesse espaço discursivo. Acredito que o contexto específico em que Sarmiento chegou ao Chile ofereceu elementos decisivos para a experimentação de uma prática e de uma linguagem política de matriz liberal, o que permitiu a conformação de um discurso republicano ao mesmo tempo referente ao mundo político chileno imediato que o cercava, e conectado com a história argentina, tanto a que se apresentava em meio ao ambiente chileno quanto àquilo que se desenrolava além dos Andes.

Em outubro de 1841, o jornal ministerial *El Araucano* relatava em seu editorial que “la nueva composición del Consejo de Estado y la ley de amnistía introducida en él por el Gobierno, inmediatamente después de su formación, los primeros nombramientos de altos funcionarios” apontariam para uma administração

¹⁴⁸ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 177.

¹⁴⁹ Ibid., p. 177-8.

que sin otra preocupación que la del bien público, procura rodearse desde el principio de todos los hombres importantes, que pueden contribuir a él, cualquiera que hayan sido el color político con que se han señalado antes; y aún hay más: y empeñada esta misma administración en extinguir rencores y cicatrizar algunas heridas, olvidando errores y extravíos (...) para completar la obra de la reconciliación general¹⁵⁰.

Esta passagem deixa explícito dois aspectos que tomaram grande relevância nestes primeiros momentos do novo governo: a lei de anistia e a composição partidária dos cargos nomeados pelo executivo. Tratarei do tema da anistia para em seguida analisar a ideia de composição e coalizão políticas sugerida pelo *Araucano*.

Em março de 1841, o periódico *El Tribuno*, simpático à candidatura Bulnes, mas crítico do governo que se encerrava (“década de infortunios”), salientava que a lei de anistia “que tantas veces hemos reclamado es la primera y más urgente que debe dictarse en las actuales circunstancias (...). Con una amnistía completa borraré el mezquino y degradante indulto, que se dio por la memorable jornada de Yungay”¹⁵¹. O jornal referia-se ao projeto de anistia apresentado pelo governo, elaborado pelos ministros da fazenda, Manuel Rengifo, e Ramón Luis Irrazaval, do interior, que “sustentavam que a anistia deveria ser ampla, sem restrição alguma”¹⁵². O texto que havia sido enviado ao congresso em outubro de 41 dizia: “Se concede amnistía a todos los chilenos que se hallan actualmente en el destierro, a consecuencia de tentativas o hechos contra las autoridades o contra el orden público del estado”¹⁵³.

Poucos dias depois, o *Mercurio* publica um texto na seção “Correspondencia” com o título “La ley de indulto en Chile” que tratava de “los chilenos que a causas políticas se alejaron de la patria”, e no qual se lê que “hoy con esa medida consolatoria y balsámica, (...) el General Bulnes y sus dignos ministros e ilustrados consejeros” permitem voltar “los chilenos a su patria, al trabajo, a la producción, a la propiedad y a la riqueza nacional”¹⁵⁴. A medida de anistia, como um esforço de conciliação, foi bastante publicizada e teve grande repercussão na esfera pública, promovendo e fomentando um consenso em torno do novo governo e, em consequência, em torno da própria ideia de

¹⁵⁰ “Editorial”. *El Araucano*, 15/10/1841.

¹⁵¹ “Ley del olvido”. *El Tribuno*, 05/03/1841.

¹⁵² BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 223.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 223.

¹⁵⁴ “La ley de indulto en Chile”. *El Mercurio*, 19/10/1841.

tolerância e de pluralidade política: ideia e prática não comuns para a história chilena e hispano-americana (como, de resto, novas na linguagem política liberal em geral).

O projeto de lei, porém, sofreu resistência no senado e foi sancionado com cláusulas que restringiam o restabelecimento dos “empregos, honras e soldos aos militares ou funcionários civis que haviam sido separados deles”¹⁵⁵. Um ano depois, no entanto, o governo reapresentava o projeto original, obrigando a uma nova rodada de debates em torno do tema. A resistência à amplitude da lei, como no ano anterior, persistia, especialmente da parte do senado, e isso se devia ao fato de que as eleições para deputado ocorriam a cada três anos, enquanto no senado, neste mesmo período, apenas um terço era renovado, ou seja, a cada 9 anos havia uma renovação completa na câmara alta, o que implicava que o senado fosse, nesse momento, basicamente composto por homens ligados à política dos anos 30. *Pelucones*, conservadores moderados e alguns poucos liberais que compartilhavam o quadro ideológico e político do período Portales, com as mesmas divisões e disputas anteriores a todo o movimento de reconciliação e de liberalidade experimentados no final do governo Prieto e início do governo Bulnes. Assim, personagens de relevo do campo pelucón mais conservador, como os senadores Rafael Valdivieso, Bispo Zañiratu, Mariano Egaña e Jose Miguel Irarrázaval (irmão de Ramon Luis, ministro do interior) opunham-se com afinco a toda proposta liberal, e a ideia de reabilitação dos antigos opositores não tinha acolhida nesses setores, ainda que minoritário na câmara e senado, mas com representação de setores tradicionais e influentes na sociedade, como a Igreja, Latifundiários e antigos militares.

Após intensos e longos debates, a anistia tornou-se completa, contemplando vastos setores liberais, que interpretavam o movimento do governo como demonstração concreta de aproximação entre as facções políticas. A nova lei de setembro de 1842 permitiu que emigrados políticos pipiols voltassem e tivessem acesso a meios de sobrevivência, e recuperassem seus lugares no exército e ocupações públicas; também garantiu uma pensão às famílias de militares que tivessem sido mortos durante os conflitos entre pipiols e pelucones de 1829-1830.

No mesmo sentido da reconciliação, o governo Bulnes manteve da gestão anterior os nomes de trânsito junto aos grupos liberais, como o de Ramon Luis Irarrázaval e de Manuel Rengifo, este último havia rompido com o governo no período em que era ministro de Prieto por discordância da decretação do estado de sítio em início de 1840.

¹⁵⁵ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t.I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 223.

Além disso, a nova administração nomeou reconhecidos personagens da oposição, liberal ou pelucona, inclusive oponentes nas últimas eleições, para ocupação de cargos na Universidade, como nos casos de Mariano Egaña e Francisco Antonio Pinto, este candidato nas últimas eleições como Conselheiro de Estado; Diego Jose Benaventes, senador pelo partido liberal-federalista, para o Tribunal de Contas; e Joaquín Campino, eleito em 41 pelos liberais e personagem pipiolo nos conflitos de 1828-1830, para a Casa da Moeda¹⁵⁶.

Corroboravam para essa perspectiva o surgimento de uma imprensa abertamente liberal e crítica ao governo, não do tipo de trincheira ou de ocasião, como a do período 1838 a 1841, mas periódicos com pretensão à continuidade e com linhas editoriais que envolviam temas culturais, econômicos e estrangeiros, como *El Siglo*, *Gaceta del Comercio* e *Diario de Santiago*. A criação da Universidade Nacional de Chile, e o surgimento de associações culturais e empresariais conferiam a esses primeiros anos de governo Bulnes uma atmosfera e uma prática de tolerância e de convivência com a oposição. Ao anunciar o surgimento de um periódico dos empresários e trabalhadores mineiros, o editorial de *El Siglo*, aberto opositor do governo, não hesitou em declarar que “el espíritu de asociación se extiende cada día más (...) Decir que semejantes asociaciones son hijas de la libertad y de la seguridad, al mismo tiempo que protectores de los intereses individuales, sería una vulgaridad”¹⁵⁷. As eleições parlamentares de 1840 haviam decisivamente renovado a câmara, “entre os novos deputados figuravam alguns homens que eram tidos por velhos liberais (...); mas agora tinham conexões mais ou menos francas com o governo, ou com algum de seus ministros”¹⁵⁸. A percepção de maior liberalidade e conciliação era reconhecida mesmo por setores da oposição. *El Siglo*, nessa mesma edição, referindo-se aos parlamentares de oposição, afirmava que existia então uma “palpable simpatía entre los diputados y los ministros”¹⁵⁹.

Ora, esse quadro era bastante incomum para a realidade hispano-americana¹⁶⁰, em especial para aquela experimentada por Sarmiento nos anos 20 e 30 na Argentina. A disputa entre *unitarios* e *federales* ocorria sob o signo da lógica da exclusão do adversário,

¹⁵⁶ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, pp. 251 et seq.

¹⁵⁷ “Anuncio del Minero Nacional”. *El Siglo*, 08/08/1844.

¹⁵⁸ BARROS ARANA, D. op. cit., p. 325.

¹⁵⁹ “Sesiones Parlamentarias”. *El Siglo*, 08/08/1844.

¹⁶⁰ Conforme notam Iván Jaksic e Eduardo Posada Carbó, a instauração e o desenvolvimento do liberalismo na América Latina obedeceu a ritmos próprios, e ao longo do continente, o cenário foi de guerras civis e revoluções, cf. JAKSIC, I; POSADA CARBÓ, E. Introducción. In: **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago: FCE, 2011.

da incompatibilidade radical de convivência entre os partidos. Eloquente neste sentido, é a distinção que faz o periódico *El Duende de Buenos Aires*, em 1826, entre opositor honrado – que “participa de um partido, e em um país livre há partidos diversos, pois representam a pluralidade de opiniões” – e o opositor faccioso – “quando ‘a oposição’ se envenena com o ódio, a vingança e o desejo de dominar (...) a oposição não será mais que uma facção prejudicial ao Estado e inimiga da nação, e que será execrada pela nação”¹⁶¹.

Não é de pouca importância que se encontre presente nestes jornais a expectativa de um país livre com pluralidade de opiniões; como se sabe, a década de Rivadavia produziu alguns processos importantes de consolidação do estado republicano na Argentina no campo político e cultural. No entanto, as práticas exclusivistas e a negação da oposição mantiveram-se como costume entre unitários e federalistas. Se o episódio do assassinato do presidente federalista Manuel Dorrego em 1828, pelos unitários, é o que desencadeia os eventos que culminarão com a ascensão de Rosas ao poder, já em 1826, o periódico unitário afirmava que os seguidores de Dorrego “não podem jamais advogarem-se o honroso título de opositores, enquanto observarem a conduta que guardam não serão mais que uma facção”¹⁶². Assim, mesmo no período em que se verificavam experimentos liberais na década de 1820 na Confederação Argentina, predominavam, entre os partidos, os periódicos e publicistas, e entre aqueles que ocupavam lugares de comando nos partidos, a lógica da unanimidade, do pensamento monolítico em relação ao poder e ao governo. Não que não houvessem dissensões no interior dos partidos, mas a ideia de incorporação da oposição, da formação de um governo de composição como fundamento do sistema representativo e do republicanismo ainda levaria mais de três décadas (com a eleição de Mitre em 1861) para ser tratado com seriedade pelos grupos políticos que disputavam o poder¹⁶³.

Ora, a década de 20, quando se buscava consolidar o processo de emancipação, não foi exatamente pródiga em criar uma tradição nos limites do liberalismo, ligada ao sistema representativo como constituinte do republicanismo, que se encontrava em

¹⁶¹ El Duende de Buenos Aires, 07/11/1826. *Apud* ZUBIZARRETA, I. El concepto de faccionismo a través de la prensa unitaria, 1820-1830. **Documentos de Trabajo Cuadernos CEMA**. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2011, p. 10.

¹⁶² Ibid., p. 10.

¹⁶³ Hernán Pas, em comentário, sugere que exista uma distinção importante com relação ao Chile que é a não coincidência geográfica dos centros econômico e político, o que poderia ter levado ao surgimento de diferentes grupos dentro da elite chilena que, embora compusessem um mesmo estrato social, disputassem espaços de poder, dando origem a um campo mais plural e conflituoso, o que teria permitido a emergência de um espaço público onde e dariam estas disputas dentro de um limite político e ideológico. À diferença de Buenos Aires, que manteria um forte controle sobre o restante do território.

disputa com outras propostas ou visões de mundo. Tampouco os anos 1830, quando Sarmiento e Alberdi¹⁶⁴ fizeram suas aparições no espaço público, mostravam-se animadores do ponto de vista cultural e político, com o acirramento da intolerância por parte do governo federalista de Juan Manuel de Rosas contra os unitários e dissidentes do próprio partido. As fugas e os exílios que se verificavam no início dos anos 1830 se intensificaram a partir de 1838-1841, quando a conjuntura interna e externa pressionava o governador de Buenos Aires e este respondia com violentos processos de perseguição, assassinato e expulsão.

Nesse contexto, entendo que a conformação da visão de mundo política de Alberdi e Sarmiento estivessem compostas, em parte, por essa vívida experiência comum ao solo argentino, de modo que o ambiente que ambos encontraram ao chegar ao Chile confrontava-se duramente com essa realidade. Seja para Sarmiento, que vinha direto da Argentina após ser preso em San Juan, seja para Alberdi que, de Buenos Aires, vinha do exílio em Montevideu onde vivenciou o bloqueio da cidade e a guerra contra a Confederação. Daí que a anistia e a incorporação da oposição aos quadros do governo, me parece, tenham deixado uma forte impressão nos textos de ambos, mas especialmente de Sarmiento, quem chegou ao Chile nesse mesmo momento de passagem e esteve nesses primeiros anos da administração Bulnes ao lado dos homens do partido conservador. Ambos os autores absorveram essa experiência como parte de sua visão de mundo e a transformaram num parâmetro para se pensar as formas liberais para a futura organização do Estado argentino.

A incorporação de personagens opositores nos quadros do governo, e a manutenção de nomes no ministério que tivessem diálogo com setores liberais não é consequência, creio, de uma questão ética ou teórica, ou de um envolvimento profundo com princípios abstratos do liberalismo, e que por isso o governo Bulnes teria espontaneamente convocado a oposição. Trata-se, conforme entendo, de uma estratégia de poder mobilizada por esse governo em função das circunstâncias específicas que se apresentavam: uma oposição enfraquecida numericamente, mas ativa na esfera pública através da imprensa e das mobilizações populares, um governo recém-eleito com

¹⁶⁴ Não se deve esquecer aqui a aproximação que os intelectuais da Geração de 37 tiveram com o governo de Rosas, como Alberdi e Gutiérrez, por exemplo, supondo poder funcionar como consultores do poder numa eventual guinada constitucional. Ver: MYERS, J. “La Revolución en las Ideas: La Generación Romántica de 1837 en la Cultura y en la Política Argentinas”. In: *Revolución, República, Confederación*. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998; e HERRERO, A. **Ideas para una república**. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas. Lanús: EdUNLa, 2009.

esmagadora maioria e com laços de afinidade entre seus membros e boa parte da oposição, e um partido liberal de oposição que não apresentava um concorrente que pudesse disputar no campo eleitoral ou no discursivo, com propostas políticas claras alternativas, com os quadros do governo estabelecido.

Como se viu na primeira parte deste capítulo, existe um esforço objetivo de Sarmiento em consolidar o lugar da imprensa como o foro de realização do debate político e de legitimação do discurso e do poder. A imprensa é o lugar em que se estabelece e se impõe a opinião pública, como resultado da ação de grupos e personagens políticos no espaço público, em que convergem a paixão, o conflito das vontades individuais com a razão, produzindo ora instabilidade, ora equilíbrio, em um trabalho constante entre o conflito e o apaziguamento que o espaço público livre e democrático exige.

Neste sentido, nos anos 1830 e 1840, a imprensa sofreu uma profunda politização, efeito da autocompreensão dos grupos, partidos e associações sobre a necessidade de legitimação e autorização na busca pelo poder político e de pressão às ações do governo. Quer dizer, se havia, como se disse aqui, uma relativa estabilidade institucional nesse período no Chile, tal fato derivava, por um lado de acordos fundamentais acerca da forma de governo e funcionamento das instituições, e por outro, do enfraquecimento institucional da oposição, resultado da repressão do período portaliano e das políticas de reconciliação do governo que se iniciava, mas também de um certo consenso entre as elites econômicas, representadas no parlamento, de garantia da estabilidade social. As disputas entre grupos, partidos e facções, e o mundo da imprensa é a melhor testemunha disso, uma vez que promoviam um considerável tumulto na vida política e cultural chilena, o que desabona a versão idílica sobre a “excepcionalidade de paz e tranquilidade”. A imprensa aparecia com força nos textos de Sarmiento porque ele se mostrava consciente do papel interventor, dado que ela representava o trabalho da sociedade sobre si mesma num esforço de autoconstituição de instrumentos de ação e persuasão. O “espíritu público”, como Sarmiento denominou em diversas ocasiões, “aún no se desarrolla en las proporciones que exige nuestra posición social”, e seu fomento é visto como essencial, “en países como los nuestros en que todo está en embrión, todo por crearse”¹⁶⁵.

Como sugere Elias Palti, “a imprensa encarnaria um modo inédito de articulação do espaço público que permitia conciliar as ideias de deliberação racional e

¹⁶⁵ SARMIENTO. “Sem título”. *El Mercurio*, 07/07/1841. In: OC, IX, p.121.

democracia”¹⁶⁶, de debate argumentativo entre os diversos grupos sociais rivais e aliados. A discussão em torno da representatividade política e do sistema representativo complementa aquela sobre a opinião pública e o papel da imprensa, e encerra um circuito elaborado por Sarmiento em torno da conformação do republicanismo, a partir da própria experiência em solo chileno.

8 – Democracia e representação

Ressalte-se que em um momento de consolidação dos Estados, das identidades nacionais e do próprio sistema político republicano, essa percepção da contingência, de uma condição de imanência na produção das leis resulta de uma leitura atenta de Sarmiento em relação à história da América Hispânica, e especialmente aguda em relação à temporalidade. As revoluções anticoloniais puseram em xeque a autoridade monárquica, e suas consequências estenderam-se por diversos caminhos à concepção de mundo defendida pelo Antigo Regime, que sustentava, em princípios abstratos e transcendentais, sua autoridade: a indisputabilidade do poder sobrenatural dos reis, o costume, os privilégios estamentais.

Na passagem para a modernidade, da qual o processo de emancipação americano é parte constitutiva, a palavra do soberano deixa de expressar o monopólio da “vontade geral” e da verdade que ocupavam os espaços políticos e jurídicos, passando a coexistir uma pluralidade de vozes que competirão pela legitimidade e pela autoridade, mas sem a pretensão de verdade, posto que os projetos políticos estão reconhecidamente, pelos atores em cena, sempre em disputa. Para Guerra, havia a consciência dos homens estarem fundando um tempo novo, ideologicamente composto por um homem individual em uma sociedade contratual, onde o povo tomava o lugar do soberano. Assim, sugere Guerra, “o radicalmente novo é a criação de uma cena pública quando este novo sistema de referências deixa os círculos privados nos que até então havia estado recolhido”¹⁶⁷. Neste sentido, a imprensa ocuparia um lugar central para o desenvolvimento da esfera pública política, como meio de circulação de ideias e argumentos e como ator na arena de debate. Esse câmbio de visão de mundo e de introjeção de uma nova fonte de poder, a soberania popular, fez-se de maneira mais ou menos lenta em cada sociedade, com diferenças claras entre os Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina.

¹⁶⁶ PALTI, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

¹⁶⁷ GUERRA, F-X. **Modernidad e independencias**. Mexico d.f.: FCE, 1992, p. 13.

Ao encarar as consequências das revoluções para os países da América Hispânica, Sarmiento apresenta um quadro complexo e ambíguo: por um lado uma perspectiva desoladora de um continente revolto em guerras intestinais, de inconsistentes instituições, e de frágil liberdade, por outro, como já dito, o reconhecimento factual de que “por todas partes se adoptó el sistema de gobiernos representativos”¹⁶⁸. Para Sarmiento, um dos temas mais importantes era a tradução dos acontecimentos e da história argentina em linguagem universal, posto que a linguagem existente europeia para a tradução da realidade americana não lhe satisfazia. Conforme nota em brilhante passagem do *Facundo*, a história argentina “está desfigurada por palabras del diccionario civil, que la disfrazan y ocultan creando ideas erróneas; de la misma manera que los españoles al desembarcar en América, daban un nombre europeo conocido a un animal nuevo que encontraban”¹⁶⁹. É, enfim, o léxico corrente de matriz europeu que não contempla as experiências argentinas, daí sua exigência de um novo Tocqueville para a Argentina¹⁷⁰, de um intérprete para história que se desenrola.

Sarmiento buscava dar conta de uma questão conflituosa e instável nas novas repúblicas latino-americanas, o tema da representação política no regime democrático, da autocompreensão do trabalho político na constituição das novas nações e consolidação dos regimes republicanos, de modo que nem a suposta tradição autoritária, nem a inevitável anarquia satisfaziam seus juízos sobre a história e a política no continente, e daí que na construção de seus argumentos a insistência sobre o trabalho de representação fundamente a condição de república.

Por ocasião das eleições parlamentares de 1843, o diário *El Progreso*, em meio a um debate com o periódico *El Demócrata*, retomaria o tema da representação, de modo que é possível acompanhar mudanças e permanências no texto de Sarmiento, e a consolidação de um discurso político republicano que emerge do contato com a esfera pública política e cultural chilena. Em tom jocoso, Sarmiento constata que o referido periódico, “representante de los deseos, opiniones y principios del partido liberal em Chile, nacido ex profeso para denunciar los abusos del poder y abogar por los intereses de la libertad, no ha tenido una lista de candidatos que oponer a los que reputa como ministeriales”¹⁷¹. No primeiro dia da eleição, *El Demócrata* relatava que

¹⁶⁸ “Política Americana”. *El Nacional*, 11/04/1841. OC, IX, p.10.

¹⁶⁹ SARMIENTO, D. F. **Facundo**: civilización y barbarie. Villa María: Edivim, 2008, p. 110.

¹⁷⁰ Que seria ele mesmo, tanto pela sua ‘modéstia’, como pelo lugar que ele buscava como autor, como autoridade no meio letrado chileno e entre os exilados.

¹⁷¹ “El Demócrata”. *El Progreso*, 31/03/1843.

las listas ministeriales de candidatos para Diputados, Senadores y electores de estos, según se dice generalmente, no han sido resultado de un acuerdo tranquilo y uniforme, como sucedía en aquellos aciagos tiempos en que solo se consultaba un solo interés, el del gabinete. El Sr. Ministro D. Ramón Luis Irrázaval presentó una compuesta en su mayor número de liberales. Esta ocurrencia excitó la indignación de un Sr. Ministro y otros personajes de aquel partido que nunca capitulará con los principios republicanos. Como la borrasca se iba encrespando rápidamente, se tomó el arbitrio de presentar aquella lista, la manzana de la discordia, al Consejo de Estado. Se la hicieron algunas modificaciones y, según se dice, convino con ella el Sr. Ministro (...)

Las ocurrencias de Talca son pruebas más que suficientes de la verdad de lo expuesto. Allí, después del acuerdo mencionado aparecieron dos listas: una tenía el Sr. Intendente, y era mandada por el Sr. Irrázaval, compuesta de D. José Francisco Gana, D. Ramón Rengifo [irmão do ex-ministro] y D. Francisco de Paula Donoso, y otra presentada por (...) devotos muy fieles del Sr. Montt.

Se ha pretendido, pues, perpetuar la funesta dominación de los decenales, aunque felizmente sin resultado favorable, porque tenemos certidumbre de que triunfarán los principios liberales bajo la influencia del mismo mandatario supremo, y tres Ministros (...). Uno solo es el opositor, y un solo Ministro sin el apoyo de la opinión pública, no puede menos que rendir la cerviz al poder de los demás. Su señoría tendrá que dejar el puesto para que lo ocupe otro cuyas ideas consuenen con el gabinete (...). ¡Ojalá que tome cuánto antes esta prudente resolución, para que la República se vea libre de los embarazos decenales!’¹⁷².

A passagem apresenta um conjunto de temas e uma narrativa que justifica sua extensão. O texto se vale do recurso do rumor (segundo se diz) e logo apresenta uma prova da verdade, que são as duas listas que diz haver circulado na cidade de Talca. Com isso, os editores buscavam alimentar as suspeitas em torno de Montt, mas apresentando um dado concreto sobre sua alegada conduta, o que reforçaria as suposições iniciais. A estratégia da difamação e da injúria, como se viu com o artigo de González Bernaldo, e com o caso de Sarmiento e Pedro Godoy em *Mi defensa* também revela, tinha uma longa tradição em solo chileno. É notável que os editores citem o nome do Ministro, que é apresentado como o antagonista dos liberais e republicanos, representante dos *decenales* (partidários da administração Prieto, considerada pelo mesmo periódico como “sepulcro da liberdade”), e o distingam do presidente e dos outros ministros, o que também viria a reforçar a defesa, feita antes aqui, de um pluralismo na composição do governo, reconhecido inclusive pela oposição.

¹⁷² “Importante”. El Demócrata, 27/03/1843.

O ministro não teria apoio da opinião pública e seria opositor dos princípios liberais. Também pela nomeação desses conceitos, o excerto se mostra de grande interesse para uma discussão sobre a linguagem política; o autor localiza os contendores em campos bem definidos, cria uma auto representação e elabora um prognóstico desejável para seu oponente (que se retire do governo). Em uma edição anterior, *El Demócrata* afirma que o periódico “no ha impugnado la presente administración porque aún espera que sacuda el contagio de la antigua época, y deje a los pueblos, en las próximas elecciones, la libertad de formar una legislatura racional y republicana”¹⁷³. Em resposta ao *Mercurio*, o jornal desferiu acusações fortes, especialmente tratando-se de período pré-eleitoral, quando o próprio periódico de Valparaíso se empenhava em defender seus candidatos, e quando o interesse pela imprensa crescia, de modo que o ataque ao adversário político implicava também o descrédito do veículo e a conquista de novos leitores. Para os editores do *Demócrata*, “la defensa simulada del decenio [de Prieto], que jamás olvidaremos, nos ha hecho, sí, llamarle [ao *Mercurio*] campeón de la tiranía”¹⁷⁴. Para o público santiaguino e portenho, a citação remetia ao antigo e perseguido periódico *Guerra a la tiranía*, não apenas pela reprodução da palavra, mas porque havia uma coincidência entre seus editores.

Considerando que este era um texto de um periódico, que buscava atrair o leitor/eleitor, mas que também seria consumido pelos estratos políticos, e que já desde seu primeiro número tinha como mecanismo a polêmica através da publicação de cartas e respostas nominais a outros periódicos, o uso dos conceitos ganha uma relevância adicional, pois, supõe-se, deveria estar incorporado à linguagem corrente e absorvido pelos debatedores.

A animosidade contra Montt via-se estampada nas páginas de outros periódicos, como *El Telégrafo* da cidade de Concepción, que partindo de uma crítica ao desequilíbrio representativo entre as províncias e a capital, condena veementemente a “influência ministerial” nas eleições¹⁷⁵. “Esa influencia que puede considerarse como el primer origen de la guerra civil, del despotismo y de cuantos males sufre la república”.

¹⁷³ “Mercurio num. 4867”. *El Demócrata*, 14/03/1843.

¹⁷⁴ *Ibid.*. A fórmula “el decenio que no olvidaremos” será repetida pelo periódico em outras ocasiões; e a referência ao *decenio* era comum a outros veículos da oposição.

¹⁷⁵ Noto que tanto *El Telégrafo*, de Concepción, como *El Valdiviano Federal* ou *El Copiapino*, para citar alguns exemplos que foram levantados nesta pesquisa como papéis de oposição nas províncias, acrescentavam para além das críticas ao governo em geral, o elemento centralizador da política administrativa de Santiago. As eleições tornavam-se momentos chave para se questionar a Constituição e o Parlamento que acabava por concentrar o poder nas mãos de representantes de Santiago. Segundo artigo de *El Telégrafo*, a influência ministerial no momento da composição das listas de candidatos acabava

Retomando o trecho anteriormente citado de *El Progreso*, já após as eleições, e que fazia referência à incapacidade de a oposição apresentar uma lista de candidatos, produzia naquele contexto um efeito de reafirmação ideológica do resultado da eleição, na qual “aunque Irrázaval consiguió introducir a algunos de sus patrocinados, Montt obtuvo en ella una indiscutible mayoría”¹⁷⁶. O ponto de vista de Barros Arana é ratificado pelo *Telégrafo* em artigo publicado durante o pleito, que ocorreu nos dias 26 e 27 de março: “según parece de la marcha del gobierno, han cesado las animosidades que dividían antes el Estado en perpetuas facciones, y que tantos males traían a la república en las elecciones”¹⁷⁷. Quer dizer, mantinha-se um clima amistoso desde que o partido do governo se mantivesse hegemônico no Parlamento, e ao contrário de anos anteriores, não fossem verificados distúrbios populares.

Recordaria, neste sentido, que mesmo o periódico organizado pela juventude liberal, desafeto do governo Bulnes e de seu ministro Montt, reconhecia que “ahora la paz ha dado una dirección regular a los hábitos de nuestra vida civil”¹⁷⁸. Nesta breve incursão na eleição de 43, verifica-se além do papel central da imprensa como meio e como ator do processo político, um ambiente de liberdade da discussão no espaço público. Com isso, não quero supor que o consenso atingido nesse momento suprimisse conflitos e disputas na sociedade, mesmo porque, como se pode vislumbrar, verificava-se uma desproporção de força entre os partidos, e os dispositivos eleitorais davam ampla vantagem para os partidos já no poder¹⁷⁹. No entanto, igualmente acredito que se verifiquem determinadas condições históricas que proporcionaram um contexto em que os indivíduos, grupos e partidos avalizavam espaços públicos de discussão, sendo a imprensa o mais importante por impulsionar e intervir nesse processo de validação de argumentos e de busca de produção e reprodução do consenso.

trazendo como consequência que “los diputados y senadores fuesen casi en su totalidad del pueblo de Santiago, porqué siendo de allí donde nacía el movimiento electoral de la república, de allí salían las listas de los sujetos que debían elegirse en todos los pueblos del Estado, viniendo por consecuencia a ser los congresos puramente de Santiago”. Em: “Elecciones”. *El Telégrafo*, 25/03/1843.

¹⁷⁶ BARROS ARANA D. **Un decenio de la historia de Chile**. (1841-1851). Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, t.I, pp. 325-6.

¹⁷⁷ “Elecciones”. *El Telégrafo*, 25/03/1843.

¹⁷⁸ “Prospecto”. *El Crepúsculo*, 04/06/1843.

¹⁷⁹ A montagem da ‘Junta de Calificación’ e da ‘Junta de Revisión’, responsáveis pelos registros e pelas correções e ajustes, respectivamente, no momento das eleições, era designada pelas autoridades municipais e “tinha tal importância que as autoridades do governo nacional (e seus representantes provinciais) assumiam um papel direto na seleção de seus membros”. Cf. VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997, p. 223.

Neste sentido, o debate estabelecido entre os diversos periódicos que surgiam no início da década de 1840 expõe os termos da disputa política local, ao passo que permite vislumbrar o limite dos horizontes históricos no campo do liberalismo e do republicanismo que estava em jogo. Assim, gostaria de abordar as eleições de 1843 com um embate entre *El Progreso* e *El Demócrata*, em que se punham em xeque elementos centrais da constituição e da forma política chilenas. Em sua edição de 27 de março, o periódico de oposição em resposta ao *Progreso* propõe:

Siempre hemos considerado como una necesidad imperiosa la reforma de la constitución (...) La carta fundamental de un estado, donde se halla establecida la forma representativa, debe ser en todo conforme a la naturaleza de ese sistema (...). La nuestra, no solo difiere, en mucha parte (...), sino que comprende disposiciones que tienden al absolutismo. Los artículos de facultades extraordinarias y de sitio ¡no son otras tantas avenidas expeditas por donde puede fácilmente introducirse el despotismo? (...)

Fije el *Progreso* su espíritu analítico sobre los sucesos de la época decena, si no estuvo presente, o no pudo hacerlo entonces, y se convencerá de los motivos que hemos tenido para opinar por la reforma de nuestra constitución. Haga algo más; suba al origen de este código (...) y abandonará el manoseado palabreo de *paz, tranquilidad, orden, prosperidad* con que nos abrumaban, en otro tiempo, los periódicos ministeriales sin expresar fundamento alguno¹⁸⁰.

Como já apontado antes, os redatores do *Demócrata*, como outros liberais, remontavam ao golpe de 1828 e à constituição de 1833 a ruptura de um governo livre e democrata que culminaria nas causas dos males presentes no Chile, que tenderia ao absolutismo. Dentre as acusações levantadas pelo periódico, está a de os redatores do *Progreso* não serem chilenos e de não estarem presentes naquele momento, o que desabonaria seus comentários sobre o passado, e os fariam abandonar a linguagem “manipulada” de paz, tranquilidade e ordem – como já se viu na introdução, um tema extremamente caro par as elites chilenas nesse período.

Em resposta ao papel editado por Jose Nicolás Alvarez e José Zapiola, *El Progreso* publica no início de abril um conjunto de artigos com o título “Teoría del Senado”, em que não apenas refutava as denúncias, mas assentava seu entendimento acerca da política liberal representativa empregada na sociedade chilena. Após avaliar as críticas perpetradas pelo papel opositor como abstratas e desligadas da realidade, e de analisar as formas representativas em Inglaterra e França, o redator do *Progreso* elaboram

180 “Progreso num.169”. *El Demócrata*, 27/03/1843.

uma defesa do conservadorismo, dentro do espectro do pensamento liberal republicano, mas que dê conta de enfrentar os apelos no sentido do voto universal, das mudanças radicais e da autoridade da opinião pública:

la experiencia ha probado, 1º que el voto universal fundado en la igualdad de derechos de todos los gobernados solo produce el despotismo de las masas populares y el triunfo de las preocupaciones en los pueblos retrasados e ignorantes como el nuestro, por medio del despotismo de un caudillo (...). 2º que aunque todos los ciudadanos de un estado estén interesados en la felicidad común, no todos tienen la misma manera de concebir este supremo bien (...); 3º Que la opinión pública no es siempre la regla segura a cuya dirección debe sin restricción abandonarse la suerte de Estado. ¿Qué es en efecto la opinión en el público? O bien es el resultado de las preocupaciones, los hábitos o la ignorancia del mayor número, o el eco repetido por los hombres de un color político dominante¹⁸¹.

Todas [constituciones europeas libres] están basadas en el doble principio de la conservación y de la innovación (...)

Crucemos ahora el Atlántico y vamos a ver como con diversos y aun opuestos elementos sociales se ha reproducido el mismo fenómeno, de la doble representación y como los senados americanos (...) producen el mismo resultado de oponer su resistencia conservadora a la movilidad democrática de la opinión pública, representada en un partido que gana las elecciones (...).

Es muy cómodo decir el pueblo, el poder, como repite el *Demócrata* a cada paso; la nación y el gobierno, como si el poder estuviese en pugna con la nación, y el pueblo no fuese una palabra vaga y sin sentido político entre nosotros. Esta manera de hablar tomada de los escritores de las monarquías europeas en que el poder está vinculado en una familia y a primera vista aparece separado de la nación, es ridícula entre nosotros y no prueba menos la falta de discernimiento de los que la aplican que el atraso de sus ideas; porque en las monarquías mismas, es ridículo hoy y de tiempos atrás desusado, desde que el poder real se ejerce sino por la cooperación de un partido que domina en las cámaras o bien en los ministerios (...). Y quisiéramos que los utopistas que quieren cerrar sus ojos sobre este hecho, nos mostrase dónde está ese 'El Dorado' donde no hubo nunca partidos, donde no hay este continuo combate de ideas, preocupaciones e intereses que constituye la vida de las sociedades modernas¹⁸².

Supongamos pues que la oposición triunfa; que invade el poder y ocupa todas sus avenidas, y se forma una cámara de diputados a su paladar. Esto que es lo más fácil, es sólo una consecuencia de lo otro. Va a ponerse en marcha a la reforma general, y aquí de nuevo aparece el senado, que no ha sido creado por este partido sino por el que ha descendido del poder, bajo cuya influencia se ha renovado. ¿Qué sucede entonces? Que las reformas, instituciones y leyes que tanto reclamaba el partido dominante, el que ha escalado el trono, encuentra la oposición

¹⁸¹ "Teoría del Senado". El Progreso, 03/04/1843.

¹⁸² "Teoría del Senado". El Progreso, 05/04/1843.

del senado, que no está afectado de este espíritu de innovación; que hace seis años que está en el manejo de los asuntos públicos (...).

El pueblo, como dice inocentemente el *Demócrata*, puede querer lo que le dé la gana; los senadores pueden no querer y es preciso serenarse un poco, hasta que a su turno y pasando las renovaciones una tras otra por terceras partes, le empiece a venir ganas de querer también (...) con lo que todo el furor de la reacción de los partidos tiene mal de su grado que calmarse. Esta es la ‘Teoría del senado’¹⁸³.

Por demais eloquentes as passagens, no sentido da defesa da legitimidade de um sistema representativo, republicano e conservador de governo, no qual as pretensões alavancadas pelos periódicos e publicistas liberais, radicais e antigos pipiolos, são refutadas diante do amparo que a própria estrutura legal-administrativa dos regimes dos quais estes mesmos liberais tomam como modelo conferem. Chamo atenção para a radicalidade da mudança de tom em relação aos artigos de 1841, em que Sarmiento apresentava um otimismo em relação à universalização do voto mediante a expansão do sistema de ensino, bem como do benfazejo papel da opinião pública, representada pela imprensa, em que Sarmiento era reputado como a ágora moderna, conforme artigo publicado no *Nacional*.

Surgem aqui alguns argumentos, algumas tópicas, que vão ganhar força ao longo do período chileno de Sarmiento, e que já se desenhavam nos primeiros artigos, envolvendo, por exemplo, a prática representativa como conjunção de interesses representados por um partido, e não na figura individual daquele que está no Executivo, seja o presidente ou monarca; que a forma política do sistema representativo implica uma dupla câmara, em que o movimento revolucionário, democrático anárquico que eventualmente provenha dos representantes e veículos do povo clamando por mudanças e reformas encontra um anteparo administrativo e legal que garante a manutenção e a estabilidade do sistema político, como forma de tentar frear as reviravoltas, golpes e quebras institucionais comuns na história hispano-americana, em especial, de viva memória para os editores argentinos do *Progreso*. Por fim, destacaria o confronto que o periódico realiza com o que ele acusa de utopia, e que em outros momentos Sarmiento nomeia de abstrações, da oposição, que em nome de ideais e teorias atacaria o governo Bulnes, desconsiderando, como afirma no segundo artigo, que haveria uma afinidade entre poder (governo) e nação (povo), e que o *povo* a que os liberais se referiam não

¹⁸³ “Teoría del Senado”. El Progreso, 06/04/1843.

passaria de uma abstração vazia de sentido, uma vez que o governo gozaria da adesão e aceitação do povo comprovada pelas eleições.

Em junho de 1844, as páginas de *El Progreso* anunciavam, junto com a abertura dos trabalhos legislativos na câmara¹⁸⁴, que as sessões e os debates parlamentares seriam acompanhados pelo jornal, mediados pelas seguintes perguntas: “¿Qué son las Cámaras? – ¿De dónde proceden? ¿Cuál es el color político que más predomina en ellas? He aquí verdaderas e importantes cuestiones que la prensa debiera ilustrar”¹⁸⁵. Se esta era uma prática de muitos periódicos¹⁸⁶, a de acompanhar e muitas vezes transcrever mesmo os debates parlamentares, o redator apresentava, todavia, uma justificativa particular, “subministrar datos para conocer los móviles que produjeron tal o cual disposición”, pois, concluía, “el espíritu de una ley patria puede explicarse menos por el tenor literal de ella que por la influencia que ejerció en su promulgación un hombre determinado o un hecho contemporáneo”¹⁸⁷.

Para Sarmiento, o relato das sessões, para além do caráter protocolar e propagandístico, não menos importantes, servia de matéria para refletir a relevância e a participação dos interesses da sociedade através de seus representantes no parlamento. Afinal, a “influência que exerceu um determinado homem ou um fato contemporâneo” foge à letra escrita da lei e se perde com o tempo, mas a imprensa, com o trabalho cotidiano de crítica, realizaria esse papel de destacar as intervenções contingentes e as disputas e poder que envolvem os debates parlamentários, conferindo materialidade ao debate político.

Subjacente ao funcionamento legislativo, percebe-se nessa passagem uma compreensão específica do discurso político, pois, para Sarmiento, a lei – como as discussões parlamentárias, os projetos ou ações governamentais – não apenas o repositório da razão, mas estaria sujeita à intervenção circunstancial, contingente da ação de determinados homens ou fatos. De modo que o espírito da lei não se encontraria ligado a determinações puramente abstratas, mas ao contrário, o olhar do autor volta-se para a recuperação do momento, dos interesses, da conjuntura específica e então buscaria

¹⁸⁴ As eleições para deputados ocorriam a cada três anos, para senador a cada nove e para presidência a cada 5 anos, acompanhadas de eleições para os *departamentos* (municípios) e províncias. Como as eleições legislativas ocorriam em março, em junho os deputados e senadores eram empossados, e o ano legislativo iniciava, então, seus trabalhos neste mês.

¹⁸⁵ SARMIENTO. “Representación Nacional”. *El Progreso*, 04/06/1844. In: OC, IX, p. 83.

¹⁸⁶ *El Araucano*, *La Gaceta del Comercio* e *El Mercurio* eram os principais periódicos neste momento que se ocupavam em suas seções da vida administrativa nacional.

¹⁸⁷ SARMIENTO. “Representación Nacional”. *El Progreso*, 0/06/1844. In: OC, IX, p.84.

compreender o modo de intervenção de elementos da contingência, dos interesses, na formação da lei. Tal análise, me parece, ajudaria a enriquecer o quadro complexo em que Sarmiento tece a relação entre ação política e espaço público.

Segue longa passagem, logo após as eleições presidenciais de 1841, na qual Sarmiento expõe a defesa do recém-eleito governo chileno ao mesmo tempo em que imputa aos representantes do povo, em especial à oposição, a falta de participação nas câmaras e na condução política do país segundo as instituições e leis.

En la representación nacional es donde debe existir en los gobiernos democrático el alma de la política, el móvil de la máquina gubernativa; y siempre que no haya interés de sus miembros en discutir y ocuparse de las necesidades del momento presente y más de todo echar los cimientos de la prosperidad y organización que debe engendrar nuestro porvenir, el Ejecutivo tendrá que suplir su falta, y a más de contradecir el espíritu de nuestras instituciones, requerirá de una virtud a toda prueba, para hacerlo por puro provecho de la sociedad, faltándole para ello la decidida y espontánea cooperación del cuerpo a quién incumbe en principio dirigir la acción del gobierno¹⁸⁸.

Clara está a centralidade da Representação Nacional, do Parlamento, das instituições representativas, (bem como das formas não-governamentais de associação e representação da sociedade civil¹⁸⁹). Sarmiento enxerga, na qualidade da participação dos representantes populares, dando especial ênfase à oposição, a possibilidade do avanço das instituições e da consolidação da república, e por isso lamenta o esvaziamento das câmaras e da participação ativa dos deputados que, ao contrário das expectativas dos eleitores, fazem “de esta misión una carga odiosa y pesada”¹⁹⁰, referindo-se à letargia dos parlamentares.

Sarmiento, tratando desse tema – e com o exemplo muito vivo da crise política na Confederação Argentina –, avançava sobre uma linha de argumentação que destacava a ideia de que “la verdadera fuerza, el vigor robusto de los gobiernos depende del sistema que el legislador combina, aplica y ejecuta según las necesidades del Pueblo”¹⁹¹, onde, deslocando o foco do poder executivo, valoriza justamente o espaço da legislatura como o do exercício da soberania da sociedade.

¹⁸⁸ SARMIENTO. “Sem título”. El Mercurio, 07/07/1841. In: OC, IX, p.121.

¹⁸⁹ Associação de trabalhadores, de industriais, de mineiros, caixas de assistência, periódicos...

¹⁹⁰ SARMIENTO. “Sem título”. El Mercurio, 07/07/1841. In: OC, IX, p.121.

¹⁹¹ SARMIENTO. “Gobiernos fuertes”. El Mercurio, 17/11/1841. In: OC, IX, p.52.

Dando ensejo ao debate, que se via especialmente agitado no período pré-eleitoral, o *Mercurio*, jornal em que Sarmiento já colaborava como redator desde abril de 41, mas ainda sem o protagonismo que teria em pouco tempo, contesta seu concorrente, afirmando que “nosotros hemos sostenido (...) que de ésta capacidad no dependía la mejora de la sociedad, sino del desenvolvimiento espontáneo de la misma sociedad; con tal que el poder no le opusiese obstáculos, y que la legislatura, y no el Presidente, la favoreciese”¹⁹². De modo que a figura do presidente dividia o plano do ponto de vista dos agentes políticos imediatos, sendo assim menos importante a formação ilustrada do presidente, e mais a sua capacidade de integração e de manejo das disputas políticas, o que foi o caso de Manuel Bulnes nos primeiros anos de seu mandato.

Adicionalmente, a preocupação de esvaziamento do Executivo, por parte da oposição, era de combater o costume, fortalecido na década anterior, de se privilegiar o papel dos ministros do Interior (Portales, sobretudo, mas depois de sua morte, em 1837, Rengifo e Tocornal, representantes no governo Prieto das tendências mais moderadas e ultraconservadoras, respectivamente) em detrimento do papel do presidente. Segundo *El Elector Chileno* em seu primeiro número, “no debemos pensar en los ministros (...). La nación no confía a los ministros las rentas de la administración (...) siendo el Presidente autorizado para nombrarlos y destituirlos. A los talentos y disposiciones de éste es a lo que debemos aternos”¹⁹³. É certo que a figura do presidente não era menosprezada por nenhum partido ou publicista, no entanto, o que se verifica nos debates entre os periódicos, é que a concentração do interesse no chefe do executivo elidia um aspecto importante do sistema republicano que se desenhava na primeira metade do século XIX e que começava a ser valorizado por Sarmiento.

Nas palavras do *Mercurio*, “la representación nacional (...) es a los ojos del *Elector Chileno* un apéndice, un simple órgano del poder ejecutivo, una fórmula, en fin, uno de sus instrumentos”¹⁹⁴. Ao contrário da suposta fraqueza que apontava a oposição, em referência aos acordos de anistia e à incorporação de membros dos liberais nos quadros da nova administração, Sarmiento defende que “hay mucha fuerza en la tolerancia a todas las opiniones cualesquiera que ellas sean, para suavizar los excesos de los partidos, e impedir que conspiren en los secretos su desesperación”¹⁹⁵. A defesa da tolerância como

¹⁹² “Editorial”. *El Mercurio*, 28/04/1841.

¹⁹³ “Editorial”. *El Elector Chileno*, 03/04/1841.

¹⁹⁴ “Editorial”. *El Mercurio*, 04/05/1841.

¹⁹⁵ SARMIENTO. “Gobiernos fuertes”. *El Mercurio*, 17/11/1841. In: OC, IX, p.52.

suavizador, mediador, dos excessos dos partidos, remete às oposições levantadas anteriormente entre “combinação política”, “submissão ao século” *versus* arbítrio como índice de governo forte. As notícias que vinham da Argentina davam conta de “más de 20.000 el número de hombres que están allí lidiando por sostener doctrinas políticas, intereses de partidos o miras personales y ambiciosas de algunos caudillos”¹⁹⁶, e contribuía fortemente para a conformação dessa linguagem de apaziguamento entre os partidos e de negociação por parte do governo. A passagem também põe em evidência um dado fundamental que permanece em latência, que é a possibilidade da guerra civil, de fresca memória para os chilenos e atual para os países vizinhos, o que justificaria o exercício e o apelo à política, nos textos de Sarmiento.

Tolerância foi um conceito central para o republicanismo no século XVIII, no sentido da liberdade política, religiosa, de opinião e de associação, pressupondo o princípio da publicização do debate político, do respeito às normas democráticas e às instituições, em especial, neste início de século XIX, de respeito às eleições. Com ele, Sarmiento apontava tanto para a necessidade de diálogo com a oposição como também advertia contra o tom agressivo, pessoal, expressado pelos grupos políticos opositores ao governo conservador na imprensa chilena¹⁹⁷ – sem deixar de ter em mente a divisa que seguia todo comunicado oficial do governo argentino “Mueran los salvajes unitarios”. Ou seja, a tolerância designava a necessidade de incorporar ou satisfazer a oposição num governo republicano – sem abrir mão das prerrogativas da maioria – e estabelecer um campo de debate público que freasse as ações violentas dos partidos.

Parece-me que surge aqui, pela primeira vez, a ideia de uma tolerância política, de um arranjo político entre diferentes grupos ou facções como forma de garantir uma máquina (de governar) sólida. Sarmiento, ainda em novembro de 1841, apenas dois meses após a posse do novo governo, debatia com a oposição quais eram os termos em jogo do que se entendia por governo forte, com o que ele mesmo concordaria, desde que “si por administraciones robustas entenderíamos instituciones, leyes, hábitos y, en una palabra, combinaciones políticas o una máquina de resortes y movimiento sólido”¹⁹⁸. Ora,

¹⁹⁶ “Exterior”. *El Mercurio*, 22/01/1841.

¹⁹⁷ As referências aos autores do periódico *Guerra a la tiranía* são frequentes nesse ano eleitoral de 1841. O periódico, que tinha à frente pipiolo históricos, como Pedro Felix Vicuña, Pedro Godoy e Jotabeche, deixa de existir em setembro de 41. Estes mesmos homens estarão novamente à frente de outros empreendimentos periodísticos da oposição, como *El Siglo* e *El Diario de Santiago*, e individualmente seguirão suas carreiras políticas e publicista. Dentre eles, Jotabeche adotaria um tom mais moderado na oposição e era, no mesmo ano de 41, colaborador no *Mercurio*, diário ligado ao partido conservador.

¹⁹⁸ SARMIENTO. “Gobiernos fuertes”. *El Mercurio*, 17/11/1841. In: OC, IX, p.49.

defender a diversidade da composição do governo como signo de sua fortaleza era um discurso novo diante de uma tradição unanimista, seja na América hispânica, seja para o Chile, seja para o próprio autor, que fazia alguns meses havia fugido da perseguição rosista. A conclusão do artigo – “Hay mucha fuerza en la tolerancia a todas las opiniones cualquiera que ellas sean, para suavizar los excesos de los partidos” – é lapidar, pois designa a compreensão do autor em relação à ideia de sistema representativo como governo de composição, que avança no sentido da pluralidade política e diversidade de opinião, constituintes do republicanismo.

9 – Republicanismo e sociedade civil

Nesses primeiros meses de Sarmiento na imprensa, não são muitos os artigos em que se debruçou sobre o tema da composição social do eleitorado ou de uma análise do ponto de vista da organização social da sociedade chilena. Dois artigos, no entanto, de abril de 1841, tratavam da presença dos milicianos que compõem a Guarda Nacional como parte do eleitorado e o significado da palavra democracia entre a sociedade chilena.

O fenômeno das eleições envolvia uma grande variedade de pessoas, para além dos votantes, em comícios, mobilizações, na propaganda e na circulação de panfletos, bem como no acompanhamento das eleições para acompanhar a lisura do processo eleitoral. Também despertam uma variedade de perguntas e de possibilidades de análise, como as condições da inscrição de eleitores, as práticas de votação, a formação das listas de eleitores, as estratégias de campanha e a participação dos votantes. Ressalto tais aspectos no sentido de dimensionar o lugar das eleições na sociedade chilena e o impacto que ela tinha, mesmo com o reduzido número de eleitores por conta de todos os limites impostos.

Serve como ilustração um artigo de 1844, quando Sarmiento pelo tempo que já estava em Santiago podia elaborar reflexões mais aprofundadas em relação ao mundo político chileno, em que expunha um entendimento bastante material da participação política e do sentido do governo representativo no Chile. O artigo dizia que “nuestra ley electoral (...) ha supuesto la capacidad electiv en los que poseen alguna propiedad o en los ciudadanos que tienen armas en las manos, y los vicios inherentes a esta suposición

aparecen siempre en la elecciones”¹⁹⁹. Tornava-se evidente a percepção do funcionamento do regime representativo em função daqueles que efetivamente exercem o direito de voto. O voto dos que possuem armas parece ser um elemento peculiar da vida eleitoral chilena porque aí estavam os setores mais pobres representados²⁰⁰.

Voltando ao ano de 1841, Sarmiento escreve um artigo refletindo sobre a participação dos integrantes da *Milicia Nacional*²⁰¹ nas eleições. A motivação do artigo estava no caloroso debate que se iniciava sobre o direito ou não dos analfabetos votarem (mas que reverberava temas de fundo envolvendo a extensão do sufrágio e a qualidade da representação política). A Constituição de 1833 estabelecia como corte censitário possuir propriedade ou capital de 2.000 pesos, ou que o cidadão exercesse algum ofício que lhe gerasse renda mensal de 200 pesos (nas províncias os valores de propriedade podiam chegar a 1000 ou 500 pesos, e os limites mínimos de renda a 100 ou até 60 pesos, como em Valdivia ou Chiloé). Outro critério definido pela Carta de 33 era a alfabetização, porém, sua aplicação dar-se-ia somente a partir de 1840. Com a eleição presidencial de junho de 1841, o debate veio à tona nos meses antecedentes. Por um lado, defendia-se que a lei deveria ser aplicada integralmente; por outro, havia setores que ponderavam que aqueles que já tivessem votado antes, mesmo sem saber ler e escrever, mantivessem suas cédulas eleitorais²⁰².

A discussão sobre a legitimidade do voto dos analfabetos seria resolvida pelo Parlamento no ano seguinte – não sem polêmica –, quando se decidiu, enfim, por uma

¹⁹⁹ “Réplica sobre lo anterior”. *El Progreso*, 20/07/1844. In: OC, IX, p. 101.

²⁰⁰ Ver CID, Gabriel. *Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851*. Em: DONOSO, C.; e RUBIO, P. **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014, p. 77.

²⁰¹ Sarmiento refere-se à *Guardia Nacional* ou *Guardia Civil*, um corpo civil armado que remonta ao período tardio colonial, mas que somente alcançou maior relevância após o triunfo “estanquero-pelucón”, conforme aponta Sergio Grez. Foi uma maneira encontrada por Portales de contrabalancear o peso do exército, onde se encontravam as filas dos liberais derrotados na Batalha de Lircay, por estar sob o controle direto do Executivo. Em 1835, a Guardia Cívica contava com aproximadamente 35 mil homens, dez anos depois esse número alcançava os 60 mil. Cf GREZ, S. **De la ‘regeneración del pueblo’ a la huelga general**. Santiago: RIL editores, 2007.

²⁰² Ao se montar a mesa eleitoral na cidade de La Serena, reduto do partido liberal, que havia obtido vitória nas eleições para deputado em 1840, a Junta Eleitoral considerou o disposto na lei e impediu aqueles inscritos analfabetos de votarem. A decisão da mesa local contrariava a posição do intendente da província, aliado ao partido conservador, e que contava com os votos da milícia nacional para garantir um melhor resultado na ocasião. Recusando por duas vezes os pedidos do intendente da província de Coquimbo, Juan Margarejo, a mesa eleitoral contabilizou ao fim do primeiro dia de votação 96 votos para Pinto e 4 para Bulnes, de um total de 913 inscritos. Margarejo, então, recusou-se a receber as urnas eleitorais e a eleição na cidade foi suspensa. Margarejo representou contra os integrantes da mesa eleitoral e o juiz local sentenciou contra seus quatro membros, que apelaram à Corte Superior. Em agosto de 41, os deputados liberais de Coquimbo levaram o assunto à Câmara. Por fim, em novembro de 1841, foram absolvidos das acusações e das penas, mas essa decisão judicial não resolvia o problema de fundo, o voto dos analfabetos. Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 190.

solução intermediária: aqueles que já tivessem seus registros até 1840 continuariam votando, e daí em diante somente os que preenchessem os requisitos censitários (o que era relativamente acessível, segundo Valenzuela) e de instrução acederiam ao voto. A Guarda Nacional, ou Guarda Cívica, nesse sentido, apresentava-se como um duplo problema, pois era composta por setores da população mais pobre, de trabalhadores manuais, sem escolarização, por suposto, e que passavam a além de portar armas, serem imediatamente subordinados a chefes políticos locais e, no limite, ao presidente da república. Em tese, a presença da Guarda Nacional entre os eleitores contradizia um dos princípios iluministas do sistema representativo, que dizia que o governo deveria ser conduzido e ocupado pelas melhores pessoas, as mais capazes, consolidando a ideia de que o representativismo travava uma luta contra a democracia²⁰³.

Sarmiento ressaltava que os estados norte-americanos, a França revolucionária e a Monarquia de Julho, e todas as repúblicas sul-americanas haviam adotado a instituição das guardas nacionais, dos cidadãos em armas, “como salvaguardia de la orden interna de la República”, mas reconhece em seguida que “en su organización actual, en los elementos de que dispone, no hay por ahora sino instrumentos de que pueden a la vez servirse los partidos y el poder”²⁰⁴. À diferença do soldado-cidadão que elege seus chefes e que se mantém distante da intervenção das autoridades, no caso chileno a milícia assume a subordinação do soldado, sendo seu comando o resultado de disputas políticas locais. Através das milícias, “las clases inferiores (...) se pusie[ron] en contacto con las superiores”, e assim funcionariam “como un medio de conservar el orden, de moralizar las masas”, assumindo um papel conservador e hierárquico do ponto de vista de Sarmiento.

Após localizar a instituição em relação a outras épocas e a outros países, Sarmiento afirma que “nuestra milicia nacional está próxima a entrar en una nueva carrera”, pois, “un decreto del gobierno que ordena la instrucción de la milicia en los elementos de la educación primaria importa toda una regeneración, toda una nueva vida social”²⁰⁵. O artigo, denso em sua análise histórica e projeção de futuro, aposta que “la educación primaria va a penetrar en los ángulos más apartados de nuestra sociedad”, e já

²⁰³ Cf. FERREJOHN, J.; ROSENBLUTH, F. Electoral representation and the aristocratic thesis. In: SCHAPIRO, I. et al. (eds.). **Political representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 271-275.; FRIEDENBURG, R.v. Civic humanism and republican citizenship in early modern Germany. In: GELDERN, M.; SKINNER, Q. (eds.). **Republicanism**. A shared European heritage. v. I. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 238-134.

²⁰⁴ SARMIENTO. “Milicia Nacional”. El Nacional, 24/04/1841. In: OC, IX, p. 195.

²⁰⁵ Ibid., p. 197.

seria possível antecipar que logo “que éstas sean obtenidas, nuestras instituciones democráticas se reconciliarán con nuestras costumbres que les oponen tan serios embates y que la civilización y la libertad empezarán a ser una realidad entre nosotros”²⁰⁶. Como se vê, a limitação da leitura e da escrita em reação ao voto se apresentava como uma realidade e como uma promessa que intervinha não somente sob a forma de lei para as milícias, mas que traria um efeito muito mais amplo para a sociedade, em especial para as classes pobres. Um impulso para um programa de educação primária, ao que tudo indica, proveria desta necessidade – defendida, sobretudo, pelos milicianos – de dar instrução escolar às milícias: “¡cuántos bienes no debemos prometernos de su adopción aquí, aplicada a nuestros artesanos y proletarios!”²⁰⁷, dado que as milícias eram basicamente formadas dos extratos médios e baixos de artesãos, trabalhadores por jornada e assalariados, “este es el primer paso que se da para difundir la educación primaria entre la clase de la sociedad que sin apoyo extraño no puede adquirirla”²⁰⁸. O que alimentaria a esperança de que “la completa organización de la educación elemental en todos los ángulos de la República puede ser uno de los primeros resultados de aquella benéfica medida”²⁰⁹.

Ao que tudo indica, o artigo fazia referência a um decreto de 21 de novembro de 1840, que propunha a abertura de escolas dominicais nos quarteis da Guarda Nacional “para que os soldados aprendessem a ler e escrever, a fim de que pudessem seguir inscrevendo-se nos registros eleitorais”²¹⁰. O intento ficou frustrado por conta da precariedade das instalações, dos recursos e da mão de obra e somente chegaria a algum termo prático em 1843, quando a câmara de senadores aprovaria a inversão de investimentos nesse sentido. Antes disto, no entanto, já se observavam esforços governamentais nesse sentido em 1842, com a criação da Escola Normal de Preceptores, da qual Sarmiento foi seu primeiro diretor.

A discussão sobre o voto dos analfabetos foi retomada em 1842, com um texto de *El Semanario de Santiago*, na defesa irrestrita da lei proibindo o voto dos analfabetos, em que deixava clara sua posição de que “solo siendo perfeccionados por medio de la

²⁰⁶ SARMIENTO. “Milicia Nacional”. *El Nacional*, 24/04/1841. In: OC, IX, p. 197.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 198.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 197.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 198.

²¹⁰ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 99n.

educación, los excluidos del sistema podrían incorporarse em la arena política”²¹¹. Já Andres Bello, desde *El Araucano*, defendia a visão governamental, que finalmente prevaleceu, de que a exigência da alfabetização deveria aplicar-se a partir daquele momento, mas sem efeito retroativo, e para tanto, argumentava a partir da teoria da soberania popular: “la soberanía del Pueblo no existe sino en el derecho de sufragio. Si solo una pequeña fracción suya es la que nombra sus delegados, llamar popular el gobierno es trastocar la significación de las palabras”²¹². Com efeito, como sugere Gabriel Cid, se a postura dos contendores possuía um elemento pragmático, “evidenciaban la tensión irreductible para la clase dirigente sobre la relación entre ciudadanía y democracia”²¹³.

O uso do conceito de democracia estava presente em um artigo do *Mercurio* de apenas três dias antes, no qual se perguntava, objetivamente, onde se encontraria a democracia no Chile. Neste artigo, seu objetivo inicial é contrapor-se ao jornal *Guerra a la Tiranía*, e, com farto recurso à ironia, Sarmiento desenvolvia um roteiro em que buscava expor seu antagonista ao ridículo, ao mesmo tempo em que aprofundava sua reflexão sobre o sentido da democracia no Chile. Analisando a situação ambígua em que se encontrava o conceito de democracia no Chile, ele termina por apontar para uma solução conceitualmente interessante, do ponto de vista de sua inserção no discurso republicano que se desenrolava em seus textos, e no meio polêmico em que se encontrava. O longo artigo merecerá um tratamento mais demorado, pois muitas questões que são apontadas aqui surgirão novamente, como as análises sobre povo e classe, democracia e república, e da perspectiva histórica.

O artigo, como outros desses primeiros momentos na imprensa chilena, recorre fartamente a figuras de linguagem e a retóricas comuns no cenário do impreso nos anos 1830 e 1840²¹⁴, como imagens grotescas, ironias, diálogos, coloquialismos e o ritmo falado, de modo que a possível concordância do leitor com os argumentos apresentados seja fortalecida por um sentimento de empatia em relação ao estilo e ao humor presentes no texto. “Si, digo que estamos lelos! ¿En qué babilonia infernal, en qué horroroso y

²¹¹ El Semanario de Santiago, 25/08/1842. *Apud.* CID, G. Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851. In: DONOSO, C.; RUBIO, P. **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014, 94.

²¹² El Araucano, 30/09/1842. *Apud.* Ibid., p. 94.

²¹³ CID, G. Gabriel. Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851. In: Ibid., p. 94.

²¹⁴ Cf. GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile durante la primera mitad del siglo XIX. **Estudios públicos**. Santiago, n.76, primavera de 1999.

confuso caos se han metido ustedes, señores editores de mi alma? ¿Democracia en las colonias españolas? ¡Democracia en Chile! ¡Infelices de nosotros!”²¹⁵. De pronto, vê-se que Sarmiento estabelece como interlocutor os editores de outro periódico, e a resposta positiva sobre a democracia existir no Chile logo recebe um sinal negativo e irônico, não apenas pelo tom jocoso da abertura, mas também diante de outros artigos em que discute de forma séria e positiva o tema da democracia. Na sequência, afirma que se Tocqueville viesse a estas partes do mundo examinar “cómo y dónde se está acurrucada esta invisible bruja de la democracia, que todos invocan, a quien nadie quiere verla assomar las orejas”, se assustaria ao se deparar com uma terrível fera que descreve em detalhes. Ao fim da passagem, Sarmiento revela seu interlocutor: “¿han visto la *Guerra a la Tiranía*? - ¡Pues bien, democracia, pura y vívida democracia!”²¹⁶. O periódico que, como já se viu, defendia, no plano discursivo, a adoção de um liberalismo radical contra o conservadorismo e autoritarismo do governo, mostrava-se como a voz mais feroz, emitida por pipiolo históricos como Joaquín José Vallejos, Pedro Godoy e Pedro Félix Vicuña. O texto, porém, se tem como mote o confronto com a concepção de democracia de *La Guerra...*, avança numa reflexão profunda sobre o uso da palavra democracia na sociedade chilena. E onde esse Tocqueville, com seu “nuevo librote titulado: *La Democracia en la América del Sud*”, encontraria a democracia, pergunta Pinganilla, um dos pseudônimos de Sarmiento, quem assina o artigo.

A partir desse momento, Sarmiento apresenta uma linha de argumentação na qual elenca os elementos formais, em coincidência com o texto de “Democracia na América”, que comporiam o sistema democrático. Entre esses elementos, Sarmiento destacava o valor do indivíduo na sociedade por suas ações, virtudes e costumes; as relações livres de

²¹⁵ SARMIENTO. “La venta de zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC, I, p. 46.

²¹⁶ Ibid, p. 46. Reproduzo a passagem completa para que se possam avaliar alguns elementos marginais na construção do texto, mas que têm a finalidade de destacar os apelos intelectuais que se faziam ao leitor e, por isso mesmo, denotam a percepção sobre o universo de referências em jogo nesse campo discursivo. Após a frase “¡Infelices de nosotros!” o texto segue: “Ya se vería de las mujeres apuradas el pobre compañero de Beaumont, si se viniese por estos mundos de Dios a espulgar como y donde...”. Beaumont foi companheiro de viagem de Alexis de Tocqueville aos Estados Unidos, quando escreveu *A democracia na América*. A informação, que consta de uma nota na introdução do Livro I, e não é óbvia para todo o leitor hoje, não se pode supor relativamente comum aos leitores do periódico, mesmo com a grande difusão do livro no Chile; ao mesmo tempo, implica numa codificação que, se não visava o desentendimento do público, implicava um rebuscamento que supunha um conhecimento além do superficial sobre a obra e o autor. Além disso, Gustave de Beaumont foi coautor junto com seu amigo de “Do sistema penitenciário nos Estados Unidos e sua aplicação na França”, de 1833, e que daria origem ao clássico “Democracia...”. Observa-se que no mesmo artigo, Sarmiento dialoga com o público mais amplo, que se enredava nas disputas entre editores e redatores dos periódicos e folhetos (especialmente nas disputas que antecediam eleições, o que era o caso); também pelo recurso à descrição fantasiosa e demorada de uma fera, dispensável do ponto de vista do debate racional, com seus “bigotazos retorcidos... aquellos dientes agudos, que anda cual perro rabioso... aquellas garras de harpía... aquella lengua viperina y venenosa”.

trabalho; as eleições populares livres; a vida nas cidades, onde se concentraria o progresso da civilização; a pluralidade e vivacidade da imprensa periódica e a milícia cívica como salvaguarda da liberdade e da cidadania. Para cada um desses elementos, teoricamente constitutivos da vida pública democrática, Sarmiento apresentava a forma como eram percebidos no Chile na vida real. Então, tem-se o predomínio da origem familiar, que remontaria uma herança aristocrática, sobre o indivíduo; o vínculo hereditário dos inquilinos e arrendatários a um proprietário de terra; a prática do voto de cabresto entre o fazendeiro e seus mordomos, inquilinos, dependentes e devedores; o estado calamitoso e precário das cidades; a existência de um único diário “que llena las tres cuartas partes de variedades, y que si el gobierno no le sostiene, no pudiera mantenerse”²¹⁷; a guarda nacional composta por beberões que contaminam os poucos decentes que ali se encontram; e ao fim da análise de cada item, encerra com “¡Democracia! Pura y vivita democracia”.

A primeira leitura faria parecer que Sarmiento desacreditava a prática e o regime democrático em solo chileno. Dadas as imensas dificuldades e contradições, os aspectos formais da teoria não encontravam correspondência com a realidade, segundo o texto. No entanto, “si por ventura suya topase conmigo (...) yo le diría”,

¿no veis que la democracia está en todas partes y en ninguna, en la boca de todos y en la alma de nadie?

La democracia existe en Chile, y no encubierta, ni embozada en poncho, ni disfrazada con fraque; se muestra a cara descubierta, aunque de noche, porque la luz del día le perjudica. La democracia está, ¿sabe dónde? *¡En la venta de zapatos!*²¹⁸

A partir deste momento do artigo, o autor descreve vivamente o cenário em que se encontra sábado à noite na Plaza de Santiago (atual Plaza de Armas, no centro da cidade),

en el extremo más apartado de la Cárcel, el Gobierno y las Cajas (...) que huye como de sus tres capitales enemigos! Allí es donde la democracia se ostenta (...) ¡Que estrépito! ¡que movimiento! ¡qué confusión! (...) Nada de fraques, nada de nobles, ni patrones, ni coches,

²¹⁷ SARMIENTO. “La venta de zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC, I, p. 47.

²¹⁸ Ibid., p. 48. É curioso que Sarmiento ambiente a democracia na noite, pois é possível estabelecer um diálogo com a famosa frase de Portales, em comunicação pessoal a Tocornal, em que dizia: “El orden social se mantiene en Chile por el peso de la noche, y porque no tenemos hombres sutiles, hábiles y cosquillosos: la tendencia casi general de la masa al reposo es la garantía de la tranquilidad pública”. *Apud* PINTO VALLEJOS, J. ¿La tendencia de la masa al reposo? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo, 1830-1851. **Historia**. Santiago. v.II, n.44 jul-dez, 2011, p. 402.

ni lacayos con galones y penachos, ni clases, ni distinciones, ni calabazas. (...)

Bajo sus elevadas arcadas se han aglomerado las tiendas aristocráticas, la ostentación del lujo, el brillo de las artes, y las elegancias de la moda. Pero no aquí se echa de menos el triunfo democrático; pues a más de estar a derecha e izquierda flanqueadas por los representantes del bajo comercio, engastados en las murallas (...). En la venta de zapatos del sábado el Pueblo llamado tal, el Pueblo llano, el tercer estado, el pueblo pillo, trabajador e industrioso, en fin, por si no he dicho nada todavía, aquello que nuestras buenas y decentes gentes llaman canalla, plebe, vulgo, muchedumbre, populacho, chusma, multitud, que sé yo que otros tratamientos honrosos, se reúne al frente de aquel portal, que es su conquista, a vender sus artefactos, a comprar lo que necesita, a ejercer su industria, su capacidad y su malicia. Aquí las distinciones sociales no le [al pueblo] humillan, no lo insulta la riqueza (...) la alegría reina en todos los semblantes (...) *Un par de botas guenas*, os gritan de todas partes; *jabón de olor, peinetas, cucharas, unto para botas. Le vendo un corbatín* susurra uno, *un par de piales Buenos* le sopla al oído otro por lo bajo (...) mil mujeres hablan, aquella regatea para ser peor engañada; y en tanto, todos ganan, todos mienten y todos venden”²¹⁹.

A passagem retrata, além de aspectos físicos e sensíveis do lugar, como a movimentação, as vozes, a relação entre o baixo comércio e o comércio de luxo nas galerias que rodeiam a praça, aspectos de relevância para a compreensão da visão de Sarmiento sobre a política e o republicanismo. É notável que Sarmiento localize neste espaço e nessas relações a democracia, e a associe mais de uma vez à indistinção social entre ricos e pobres e mesmo à superioridade que o povo adquiriria diante das *gentes decentes*, ao caráter democrático proporcionado pelas relações estabelecidas naquele comércio. Ali, onde as distinções sociais são suprimidas, emerge o indivíduo que barganha, negocia e se põe em igualdade com os demais. Ou seja, aqueles elementos apontados inicialmente como constitutivos da ideia de democracia são substituídos por uma prática viva, orgânica ligada à produção, ao comércio e à própria sobrevivência, no limite.

Gostaria de relembrar aqui o trabalho de Pierre Rosanvallon sobre o liberalismo econômico em que, tratando de outro contexto, mas com uma análise que se ajusta muito bem a esse momento de consolidação de um regime político estável, em que se verifica uma ligação entre o sistema representativo e o capitalismo no Chile, ressalta que “às figuras formais e hierárquicas de autoridade e de comando, o mercado opõe a possibilidade de um tipo de organização e de tomada de decisão amplamente dissociados de qualquer forma de autoridade”²²⁰. Não digo que acompanharia o argumento às suas

²¹⁹ SARMIENTO. “La venta de zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC, I, pp. 48-51 passim.

²²⁰ ROSANVALLON, P. **O liberalismo econômico**: história da ideia de mercado. Bauru: Edusc, 2002, p. 10.

últimas consequências, em se tratando de sociedades com histórias tão distintas (França e Inglaterra, no caso de Rosanvallon, e mesmo aí não se trata da abolição efetiva do poder), no entanto, como recurso retórico de projeção política de um grupo e de formação de identidade, acredito que o argumento se preste a ajudar a entender a criação de um campo de força ocupado por esse povo industrioso em separado e em oposição ao universo formal da política.

Sarmiento delinea com muita clareza a denominação do povo, “industrioso y trabajador” em oposição à maneira como é classificado pelas elites (gentes decentes) “canalla, chusma, multitud”. A percepção de Sarmiento revela-se ainda mais aguda se se coteja este cenário com a presença dos artesãos em Santiago, e as relações sociais e políticas envolvidas com esse grupo que, como notou o historiador Andy Daitsman, era referido por uma categoria bastante imprecisa, *artesano*, que incluía todos que trabalhavam com suas mãos e vendiam seu trabalho, entre trabalhadores autônomos ou empregados, e mestres donos de oficina, produzindo um artesanato popular ou refinado. “En el extremo superior, el artesanato se confundía con las capas más bajas de la elite (...). Al otro extremo, artesanos pobres con bajos niveles de calificación, como zapateros y hojalateros ganaban sueldo ínfimo y no se diferenciaban de la plebe”²²¹. O interesse de Daitsman está em compreender este grupo como um elemento chave para o discurso político liberal, radical ou conservador, no Chile de meados do século XIX, em vista da politização que a personagem do artesão sofre em função tanto de sua organização em grêmios e associações e criação de uma imprensa feita por artesãos, em defesa de seus interesses, como também de organizações e impressos dirigidos aos artesãos e em busca de seu apoio.

Segundo Marianne González le Saux, nos anos de 1826, 29, 42, 46, 47 e 48 se verificaram manifestações organizadas de artesãos, seja contra a importação de produtos com os quais competiam, incentivada pelo governo com baixas taxas, seja pela legislação proibitiva de instalação de novas fábricas e oficinas nas cidades, ou pelas regras de recrutamento da guarda nacional que incidiam justamente sobre este setor e debilitava a mão de obra das fábricas e muitas vezes os ganhos familiares. No campo da imprensa, Daitsman aponta uma série de periódicos e folhetos publicados nos anos 1820, escritos por ou para artesãos, um processo que se intensifica na passagem da década de 1830 para a de 40, com a publicação de *El Duende*, *El Diablo Político*, *El Hombre del Pueblo*, *El*

²²¹ DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en Chile decimonónico. **Revista Universus**: Talca, Universidad de Talca, n.13, 1998, p. 88.

Pueblo, El Artesano, o que demonstra a crescente relevância que este setor ganhava nos meios urbanos como um setor que agia no espaço público em função de seus interesses e aparecia como interlocutor obrigatório para as elites políticas, seja pelo acesso ao voto, seja como campo de força e pressão sobre seus pares. Vale acrescentar que, segundo le Saux, é justamente desta camada trabalhadora que surgiria uma classe média que se valeria do acesso a educação pública e gratuita, implementado no início da década de 1840 pelo governo de Manuel Bulnes e ampliado nas décadas seguintes.

O sinal positivo com que apresenta o povo presente na “feira de sapatos” em oposição à *gente decente* e aos comerciantes de luxo, remonta a este debate, pois ali se ressaltam os representantes do “bajo comercio”. Não deve passar despercebido que o artigo é publicado em um jornal, *El Mercurio*, simpático à candidatura de Manuel Bulnes, e a proximidade com as eleições presidenciais não deixam margens a dúvidas quanto ao caráter de propaganda em favor dos trabalhadores e artesãos que participariam das eleições dois meses depois, seja votando, participando de comícios, repercutindo as publicações, afinal, “*Guerra a la tiranía y almanagues*, gritan a lo léjos”, na mesma feira.

O artigo, no entanto, não se resume ao seu possível caráter propagandístico, ao seu efeito pragmático naquele contexto específico. É preciso enxergar aí também outras camadas de leitura, mais duradouras e com conexões mais amplas do que a do presente imediato – não menos importante. Segundo o artigo, nas noites de sábado na Plaza de Santiago, “la igualdad no es una quimera, ni la libertad un nombre vano (...). Igualdad, comercio, industria, todo es una sola cosa, un ser homogéneo, una síntesis; en fin, la república llena de vida y animación, el pueblo soberano, el pueblo rey”²²². Como notara Luis Alberto Romero, o texto pleno de referências à linguagem do liberalismo proveniente da Revolução Francesa reforçava a imagem opositiva entre o povo igualitário, virtuoso e trabalhador e os nobres, lacaios e as hierarquias sociais. Predominava no texto um tom “simpático y optimista”, com que, segundo suas palavras, “la moderna democracia (...) y el trabajo productivo (...) anticipan la imagen de una sociedad nueva, democrática y capitalista”²²³. Sem dúvida, o texto se abre a essa leitura, que comparto, ressaltando que esta não é a visão definitiva de Sarmiento acerca do povo ou da democracia, pois a perspectiva progressista, popular da democracia conviverá com as restrições censitárias e as censuras aos costumes plebeus, como se verá adiante.

²²² SARMIENTO. “La venta de zapatos”. *El Mercurio*, 21/04/1841. In: OC, I, p. 48.

²²³ ROMERO, L. A. Sarmiento, testigo y testimonio de la sociedad de Santiago. **Revista Ibero-americana**. Recurso eletrônico. vol. LIV, Núm. 143, Abril-Junio 1988, p. 468.

Voltando ao texto, a linguagem utilizada gira em torno de elementos sociais da democracia, como o trabalho e a igualdade. O otimismo expressado em torno da virtude do homem comum no texto não avança, no entanto, para o campo eleitoral: “La venta de un par de botas es el acto más solemne del pueblo comercial. En las elecciones nada le va, y por tanto no se afecta; pero aquí es otra cosa, va de la vida”²²⁴. Como se viu acima, os artesãos encontravam-se em uma situação política e social bastante conflitiva, pois competiam com um governo sustentado pelo setor comercial importador, por um lado, e pela limitação de renda que excluía a maior parte dos setores populares e inviabilizava o acesso aos cargos eletivos. Segundo Daitsman, o direito ao voto, que estava justo em xeque naquele momento, deu aos artesãos “un interés nominal en el sistema (...). Del otro lado, no obstante, el sistema político corrupto les miraba únicamente como fuente de votos, y sistemáticamente les negaba una voz efectiva en la sociedad política”²²⁵.

O discurso político elaborado por Sarmiento apresenta elementos interessantes que vão compondo seu universo discursivo em torno do tema do republicanismo. O revestimento positivo em torno do povo, tanto na questão da educação primária da *Guardia Nacional* – que garantiria no futuro o acesso universal ao voto desse grupo que era composto por membros das camadas baixas trabalhadoras, como os artesãos e assalariados –, como no aspecto do voluntarismo e da iniciativa, do industrialismo e produtividade, presentes na avaliação dos artesãos na *Venta de zapatos*, como dito, por certo que visava a atração desse público. Um costume que promoveria o progresso entre os artesãos e assalariados e substituiria a política – e o acesso aos espaços formais do exercício da política. Neste sentido, ganha força a conclusão do artigo, quando afirma que “la plaza de Santiago es el *fórum* romano, donde el pueblo es el que manda, el que tiene y el que puede. Sus comicios son la venta de zapatos”²²⁶. O fórum e o comício são deslocados como espaços privilegiados de ação política e o comércio vem a ocupar esse lugar. O que, por um lado, aponta para uma concepção moderna de liberalismo político, que tendia a compreender a vida política do ponto de vista econômico, e traduzir a ação do homem no espaço público para o espaço privado da vida econômica, da virtude privada. Como anotou Rosanvallon, o mercado representa a chance, a promessa universal de participação de todos e de cada um numa sociedade aberta, legal e administrativamente

²²⁴ SARMIENTO. “La venta de zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC, I, p. 50.

²²⁵ DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en Chile decimonónico. **Revista Universus**: Talca, n.13, 1998, p. 91.

²²⁶ SARMIENTO. “La venta de zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC, I, p. 51.

previsível, em que a ascensão social, conforme as restrições próprias do sistema representativo, revelaria um caminho para a participação do indivíduo no interior do comércio e por fora da política.

O jornal *El Demócrata* teve uma vida muito curta, apesar de todo o barulho causado com dois dos principais diários chilenos, com apenas nove edições. Claro está que as publicações vinham à tona justo no período eleitoral como forma de propaganda, e que os redatores do periódico eram antigos representantes do liberalismo dos anos 1820 que não passariam despercebidos. No entanto, acredito que outros elementos intervenham nessa reação, afinal, havia uma perspectiva de que se vivia um momento de calma política e de alianças entre os setores ultraconservadores, liberais e conservadores. No entanto, como notava Barros Arana, “desde 1843 havia começado a se fazer sentir uma nova evolução nos partidos políticos que pretendiam dirigir a opinião do país”²²⁷.

É nesse ambiente que ocorrem dois eventos importantes que marcarão, se não uma transição, ao menos um desvio no horizonte que se projetava de um grande consenso político que sustentaria o governo de Manuel Bulnes. Por um lado, apontaria o avanço das rusgas entre os ministros Montt e Irarrázaval (consequentemente, os projetos e grupos que cada um representava), que levaria à reformulação do ministério em abril de 1845; por outro, as repercussões dos julgamentos de Francisco Bilbao entre junho e novembro de 1844 e a prisão de Pedro de Godoy em agosto de 1845. Acredito que o ano de 1844 represente esse momento de mudança e de conformação de novos ares políticos, que redundariam na criação das associações políticas *Sociedad del Orden*, *Sociedad Demócrata*, a reaparição de uma imprensa combativa, ferina nos modelos que haviam sido abandonados em 1841. Em uma vista panorâmica, esse novo contexto encerraria um momento específico da sociedade chilena que serviu de campo de trabalho prático e intelectual para Sarmiento, ao mesmo tempo em que abriria um novo cenário que daria contornos ao clima tenso e violento das eleições parlamentares e presidenciais de 1846. É justo neste segundo momento que Alberdi chega ao Chile, proveniente de seu exílio no Uruguai. Como se verá, a experiência do advogado de Tucumán será bastante diversa daquela de Sarmiento, não apenas pelo contexto que cada um experimenta em sua chegada, mas também pela história de cada uma destas personagens, nas dimensões biográfica e política do passado específico em relação à Argentina, e na dimensão de projetos de futuro que seu envolvimento com o presente chileno proporcionava.

²²⁷ BARROS ARANA, D. **Un decenio de la historia de Chile**. t. I.. Santiago: Imprenta Universitaria, 1905, p. 484.

CAPÍTULO 2

1844 – 1846. CONSTRUÇÃO DA CRISE

1. Discurso sobre a estabilidade. Limites dos acordos políticos

Segue um editorial de *El Mercurio*, de maio de 1842, escrito por Sarmiento:

Mientras que el Perú se halle cercado de enemigos y la república Argentina arrancándosele las entrañas con sus propias manos, ¡bendito sea Chile de que tantos bienes disfruta y a quien las bendiciones del cielo les vienen como llovidas! Tranquilidad interior, gobierno constitucional, un partido retrógrado nulo, uno liberal moderado, una administración que se anda ten con ten con los progresos y la rutina. ¿Qué más quieren?¹

Os primeiros anos da administração Bulnes, entre 1841 e 1844, foram saudados, por liberais e conservadores, como de liberdade e de superação do conturbado período anterior, da administração Prieto. Segundo o historiador Paul Verdevoye, esse foi um período de estabilidade, e “durante o ministério Irarrázaval (18/set de 1841 – 10/abr de 1845), a tranquilidade só foi abalada pela publicação do artigo de Francisco Bilbao, *La sociabilidad chilena*”². Em sua obra *Un decenio de historia de Chile*, Diego Barros Arana avalia que o papel ocupado pelo ministro do Interior, Ramon Luis Irarrázaval no governo Bulnes havia sido central do ponto de vista da articulação política entre liberais e conservadores moderados, pois, ele “havia inaugurado uma nova política que deu ao Chile cerca de quatro anos de um governo progressista e de uma tranquilidade inalterável, sem processos políticos, sem faculdades extraordinárias: sem golpes de autoridade”³. Por fim, uma declaração de um ferrenho opositor do governo conservador de Manuel Bulnes, impressa em *El Diario de Santiago* reconhecia que “Chile havia gozado quatro anos de verdadeira liberdade”, mas sustentava que sob influência da recente modificação

¹ SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004. p. 73. Este artigo consta em SARMIENTO. “Las minas. E mineral de Las Condes”. *El Mercurio*, 04/05/1842. In: OC, I, p. 248.

² VERDEVOYE, P. **Sarmiento, educateur et publiciste**, p. 323. Irarrázaval, conservador moderado, era o ministro do interior do governo Prieto e manteve seu cargo no governo Bulnes e era considerado um elemento importante de contato com os liberais. Credita-se a ele a estabilidade e a liberalidade do primeiro governo Bulnes.

³ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile (1841-1851)**, t. II, p. 16, In: **Obras Completas**.v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913.

ministerial, “o governo apresentava uma atitude receosa e alarmante”⁴. A menção a tais ameaças, ‘processos políticos’, ‘faculdades extraordinárias’ era um sinal forte de que a memória destas experiências estava ainda viva e, portanto, servia como alerta para a garantia destas mesmas liberdades.

Segundo os historiadores Ivan Jaksic e Sol Serrano, o liberalismo chileno se caracterizaria pelo “consenso entre forças políticas díspares e antagônicas em torno à forma republicana de governo [...e também pela...] busca constante de equilíbrio entre os poderes do Executivo e os do Congresso”⁵. Por sua vez, Simon Collier afirma “a ideia de que a República de Chile foi um protótipo de estabilidade política na América Latina durante o século XIX”⁶. Estas visões sobre a política e o liberalismo no Chile remontam a tópica da ‘excepcionalidade de paz e ordem’, forjada pela elite administrativa e intelectual chilena na década de 1840, e que, como é possível se observar na análise da historiografia, certos historiadores contemporâneos “fazem própria a explicação tradicional”⁷.

Como se vê, parece ser um ponto pacífico na historiografia a relativa estabilidade política e institucional⁸ destes primeiros anos da administração Bulnes, em que Sarmiento e Alberdi chegam naquelas *playas hospitaleras*⁹, considerado um período chave para a história do liberalismo no Chile. Mario Sznajder e Luis Roniger acentuam as características de “ilha de estabilidade” e “prosperidade econômica”, que atraíam os emigrados argentinos, mas não apenas, para terras chilenas “por causa de sua estabilidade e prosperidade, os quais eram fatores de vantagem comparativa”¹⁰ em relação a outros países da América do Sul. Em referência a este período e sobre essa narrativa da

⁴ SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958.

⁵ Segundo estes autores, “la historiografía chilena sobre el liberalismo es relativamente limitada”. JAKSIC, I.; SERRANO, S. El gobierno y las libertades. La ruta del liberalismo chileno en el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n. 118, 2010, p. 71.

⁶ SAN FRANCISCO, A. La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad. La autoimagen política de Chile en el siglo XIX. In: CID, G.; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Ediciones del bicentenario, 2009, p. 60.

⁷ Ibidem, p. 59.

⁸ Ver: SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004; CID, G.; SAN FRANCISCO, A. (eds). Introducción. In: **Nación y nacionalismo em Chile, Siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios Bicentenario, 2009.

⁹ Cf. STUVEN, Ana Maria. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 414. A edição de 7 de junho de 1841 de *El Mercurio* saudava a chegada de Sarmiento, entre outros emigrados argentinos. Ver também ROJAS, R. La escuela cuyana en Chile. **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Losada, 1948.

¹⁰ RONIGER, L. e SZNAJDER, M. **The politics of exile in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 94.

estabilidade, a historiadora Ana Maria Stuvén¹¹ defende a tese de que entre as décadas 1840 e 1850 as elites administrativa, intelectual e política chilenas criaram um forte discurso em torno de determinados consensos de valores e princípios que lhes garantiam um mínimo de estabilidade política e social e legitimidade na condução do governo.

Essa “mitologia da estabilidade”¹² foi desenvolvida sob o conceito, absolutamente caro, de ‘ordem’, eixo central para a autorepresentação política da elite chilena neste período, segundo a qual, a ordem — como estabilidade — política e social no Chile constituiria uma ‘excepcionalidade’ diante do presente de outras nações hispano-americanas e em relação ao passado anárquico dos anos 1820¹³.

Sob determinados aspectos, limitados, porém efetivos, concordo que a sociedade chilena havia alcançado nestes anos uma relativa estabilidade política e um desenvolvimento considerável no campo cultural¹⁴, com intensa produção periodística, inauguração de livrarias e bibliotecas, formação de sociedades literárias e associações políticas. Por seu turno, o Estado, ocupado por setores moderados, conservadores e liberais, garantia a liberdade de imprensa e de associação e assegurava as liberdades individuais, de propriedade e o respeito às regras constitucionais. Conforme aponta Ivan Jaksic, “devido a um compromisso estabelecido com os liberais, (...) o novo governo pôde iniciar uma era de reconciliação nacional e, inclusive, implementar uma série de reformas de caráter liberal”¹⁵.

No entanto, disso não se deduz que se tratasse de uma sociedade estática e sem conflitos, mas sim que os mecanismos de produção de consenso político entre as forças em cena – a imprensa, as eleições, os tribunais, o parlamento – atuavam vigorosamente no espaço público e, sob determinadas circunstâncias, foram capazes de produzir uma arena em que se desenvolveu o debate público e a produção de consenso entre os atores

¹¹ STUVÉN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000.

¹² Cf. SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004, p. 48 em nota.

¹³ SAN FRANCISCO, A. La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad”. La autoimagen política de Chile en el siglo XIX. In: CID, G.; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Ediciones del Bicentario: 2009, pp. 58-63, nos informa que no período de governo *pipiolo* entre 1823 (queda de Bernardo O’Higgins) e 1830 (vitória dos *pelucones* na batalha de Lircay e início da ‘República Conservadora’ com o governo do presidente Joaquín Prieto e seu ministro forte Diego Portales) “se formaron un total de !30! gobiernos en Chile” e três constituições, por isso conhecido como ‘período de anarquía’. Por outro lado, “entre 1830 y 1890, ningún gobierno chileno fue derrocado por la fuerza de las armas” e o país observou uma única Carta, a de 1833.

¹⁴ Como são exemplos a criação das academias científicas, da Universidade e o próprio desenvolvimento da imprensa e do mercado de livros. Cf. SUBERCASEAUX, B. **Historia Del libro em Chile**. Santiago: LOM, 2010.

¹⁵ JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992, p. 120.

(relembrando que o conceito de consenso, conforme defendido por Habermas, não exclui o conflito e o debate, mas ele assegura alguma estabilidade num regime de liberdade institucional, que as diferenças sejam apaziguadas, com mais ou menos exercício da força pelos poderes estabelecidos).

Para analisar essa dimensão do conflito e da tensão social e política, considere-se a relação de incidentes do governo com a imprensa. Em 1840, o governo de José Joaquín Prieto (1831-1841) denunciou *El Diablo Político*¹⁶ por injúrias e logrou que seu editor fosse multado em 600 pesos. Em 1841, o ministro Manuel Montt tentou que Pedro Godoy, editor de *Guerra a la Tiranía*¹⁷, fosse transferido para a cidade de Valdivia por insultar o presidente Prieto e seu candidato Bulnes, mas o governo não quis levar adiante a acusação temendo as consequências políticas de um processo às vésperas das eleições. O periódico *El Buzón* foi multado em 200 pesos, mas continuou em funcionamento. Em 1843, *El Progreso* também foi multado em 600 pesos por publicar artigos do cônsul boliviano Casimiro Olañeta contra o editor de *Museu de Ambas Américas*, o colombiano Juan García del Río. A lista continua com a quantidade de incidentes aumentando com o tempo, culminando com a crise desencadeada pela publicação e o julgamento do Francisco Bilbao, em junho de 1844¹⁸.

Deste modo, gostaria de ressaltar que a passagem do ano de 1844, conforme foi apontado no final do primeiro capítulo, representou uma mudança de cenário político que vinha sendo construído naquele primeiro momento. A mudança de rumo da política ocorre em um movimento de permanente e mútua interferência em relação à mudança do discurso político. Penso que se deva considerar o período entre o final da década de 1830 e início da década de 1840 como de gestação das demandas liberais e populares, da organização de movimentos populares e do discurso de oposição ao partido conservador na disputa pelo poder, como se viu na intensa mobilização da imprensa, que começa a demonstrar esgotamento do consenso dos primeiros anos da década de 1840. Com isso, se compreende melhor o contexto político que presidia a imprensa na chegada de Sarmiento e Alberdi, bem como a modulação do discurso político e termos dos partidos e das tradições políticas estabelecidas nos anos anteriores.

¹⁶ Periódico fundado em 1839 por Juan Nocolás Alvarez, *pipiolo histórico*. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 103.

¹⁷ Periódico em que participavam Pedro Godoy e José Joaquín Vallejos, fundado em 1840. Cf. Ibid., p. 156.

¹⁸ Cf. JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992.

2 - Fissura no discurso da estabilidade: a repercussão do caso Bilbao

Seguindo a sugestão de Verdevoye, de que o artigo de Bilbao haveria abalado a estabilidade criada pelo governo Bulnes, acrescentaria que não se tratou exatamente do texto em si, mas da repercussão política e social gerada. *Sociabilidad Chilena* foi publicado no periódico *El Crepúsculo*¹⁹, órgão da Sociedade Literária e que substituíra, como veículo literário da juventude liberal, o *Semanario de Santiago*. O artigo buscava compreender as razões do atraso da sociedade chilena, apontando para a permanência da tradição colonial nas leis e costumes, e para a religião católica como os grandes culpados. Segundo Diego Barros Arana²⁰, o artigo passaria despercebido se a igreja, através da *Revista Católica*, não prevenisse seu público contra a leitura.

Seus editores saíram ao ataque contra Bilbao, *El Crepusculo* e as ideias liberais que tomavam lugar na sociedade chilena, em específico o laicismo. Defendia a *Revista* que “la mejor base de la democracia es la religión católica”²¹. O próprio Arcebispo de Santiago, Rafael Valdivieso, publicaria uma série de artigos entre julho e novembro refutando e condenando o texto, que acabaria recebendo a punição de ser queimado publicamente²². Nas semanas que se seguiram, deu-se uma batalha na imprensa contra Bilbao e apenas *El Siglo* mantinha-se ao lado do jovem liberal. A igreja decidiu apresentar acusação contra Bilbao e, além do tribunal, membros do governo, mais ligados a grupos tradicionais *pelucones*, acataram politicamente as contestações da Igreja²³. Apesar da derrota no tribunal e da multa de 1.200 pesos, paga no mesmo dia pelo público que prestava solidariedade a Bilbao do lado de fora da corte²⁴, tornavam-se evidentes os

¹⁹ Participavam da redação do periódico Andrés Bello, José Victorino Lastarria, Hermogenes Irrisari, Jacinto Chacón, Francisco Bilbao, Juan Nepomuceno Espejo, entre outros liberais. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 86.

²⁰ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, t. I. p. 527-531.

²¹ *Apud* CID, G. La revista Católica. Prensa, esfera pública y secularización en Chile (1843-1874). **Mapocho. Revista de Humanidades**. Santiago, n.71, 2012, p. 140.

²² *Ibid.*, p. 140.

²³ Lembro aqui a discussão acima sobre a composição variada do governo, de modo que setores conservadores possuíam representatividade. Assim, o julgamento de Bilbao pode ser lido como mais um momento dessa pluralidade política e do recurso às instituições jurídicas, mesmo por membros do governo.

²⁴ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. I. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 533.

limites do governo Bulnes²⁵. Recorrendo ao código de leis do século XVII, as autoridades ordenaram que os exemplares do artigo de Bilbao fossem recolhidos e queimados.

El Siglo acompanhava os movimentos dos tribunais e do governo, dando publicidade aos acontecimentos. Nos meses seguintes *El Progreso*, *El Mercurio* e *El Siglo* davam início a um caloroso debate acerca da liberdade de expressão e de cultos²⁶. Mais do que por efeito de suas ideias, e antes pela repercussão de seu julgamento e os debates na imprensa, entendo que a publicação de *Sociabilidad Chilena* deu início a um processo de crise, funcionando como catalisador de conflitos e disputas pelo poder que ocorriam desde antes do início do governo Bulnes. Crise que era resultado do desenvolvimento de processos importantes na sociedade chilena daquele meado de século: da tensão entre expansão da cidadania e manutenção dos limites jurídicos, civis e sociais de participação política; dos muitos casos de juízos de imprensa ao lado da ampliação do número e da relevância dos periódicos ao longo do período; e também dos próprios limites da composição e dos acordos entre liberais e conservadores no governo.

A análise destes eventos poderia encaminhar a pesquisa para a constatação do incremento do poder do Estado contra a sociedade civil. Como sugere Alfonso Valdebenito, “a classe governante se dispôs a apoderar-se do controle do movimento intelectual, a fim de orientá-lo para a consecução de suas próprias finalidades políticas”²⁷. Porém, desde outro ponto de vista, estes mesmos fatos poderiam apontar para o fortalecimento da sociedade civil e seus instrumentos de ação e constrangimento do poder político, pois, mesmo com contínuos julgamentos contra órgãos de imprensa, novos periódicos e panfletos surgiram ao longo da década. Como aponta o próprio Valdebenito, ao sublinhar que “a fim de fazer frente a esta situação [de perseguição e processos movidos pelo governo contra a imprensa] e lutar pela liberdade espiritual e política, se funda *El Siglo* em 5 de abril de 1844”²⁸. Desse modo, podemos pensar que a diversidade de órgãos, de publicações, de empreendimentos expressava uma variedade de tendências somente vista em sociedades e governos que comportem – ou tolerem - uma pluralidade ideológica em seu seio.

²⁵ Barros Arana afirma que Bilbao fora condenado por um júri composto em boa parte por membros *pipiolo*s, segundo “conocimiento que tuvimos com un gran número de los hombres de aquella generación”. Cf. BARROS ARANA, D. *Ibid.*, p. 532.

²⁶ *Ibid.*, p. 536; e STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000, pp. 270-1.

²⁷ VALDEBENITO, A. **Historia del periodismo chileno**. Santiago: Fantasia, 1956, p. 63.

²⁸ *Ibid.*, p. 63.

Não escapa à análise do contexto, o fato do poder executivo ter mantido alguma distância em relação ao poder judiciário, e de que os membros da sociedade e do governo recorreram frequentemente à justiça, ocorrendo por vezes, como se viu nos exemplos acima, resultados contrários aos interesses de entes ligados ao governo (como *El Progreso*), ou que o governo abandonasse alguma disputa devido a um cálculo político sobre possíveis reveses. Essa diversidade de situações expõe um campo relativamente aberto à disputa e à liberdade de ação de grupos da sociedade civil, porque não exclui os conflitos políticos e a ação constrangedora do governo contra opositores, e deixa espaço para a continuidade institucional política, eleitoral, social e jurídica, da qual a oposição também se valia.

Retomando, as agitações provocadas pela publicação e pelo julgamento de Bilbao deram início a um movimento de crítica e crescente tensão entre os liberais mais radicais, que não estiveram ao lado do governo nos primeiros anos. Não que o artigo em si tivesse produzido, intelectualmente ou politicamente, toda a reação que se veria; porém, agiu como estopim de uma corrente de pensamento que não havia sumido, mas estava arrefecida entre 1841 e 43. Assim, todo um conjunto de questões, propostas e críticas em relação ao governo do partido pelucón era mais uma vez levantado pelos opositores, o que demandava, no âmbito da esfera pública uma resposta que desse conta dos questionamentos e sustentasse do ponto de vista político e ideológico o governo.

Francisco Bilbao, nascido em 1823, integrante, não dos mais ativos, da associação literária de 1842 era filho de Rafael Bilbao, *pipiolo* histórico, que havia atuado no governo liberal de Antonio Pinto de 1828, foi perseguido e emigrou para Lima depois de 1830, retornando com o início do período de conciliação em 1839 (após a morte de Portales em 1837). Devido à história pessoal e aos contatos familiares com outros exilados chilenos em Lima²⁹, Francisco Bilbao construiu uma visão da política que não compartia com as premissas conciliatórias do governo Bulnes nem com as concessões dos liberais mais moderados que aderiram ao governo, alinhava-se com Pedro Godoy, Francisco Alvarez e Pedro Felix Vicuña, e outros *pipiolo*s históricos que, como seu pai, viveram o governo do liberal Francisco Antonio Pinto entre 1828 e 30, e lutaram na Batalha de Lircay contra os *pelucones*, fugiram do país e, em seu retorno, mantiveram o enfrentamento com o governo conservador. Ao contrário destes, no entanto, esposava teorias democráticas

²⁹ Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud**: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, cap. 3.

consideradas radicais, representadas pela filiação aos socialistas franceses como Lamennais, de quem foi tradutor.

A oposição ao governo aproximaria as duas gerações de liberais, os limites desta aproximação, no entanto, não tardariam a despontar, como se verá, por exemplo, no caso da publicação *El Pueblo* e na radicalização social do discurso político a partir de 1845/46.

Em 1843, Bilbao publicou “De la esclavitud moderna”³⁰, uma tradução da obra do polêmico padre Félicité de Lamennais, a quem o público chileno já havia sido apresentado com a tradução de “Palabras de un creyente”, que causara a excomunhão do religioso francês. A reação negativa à publicação da tradução não se fez esperar, e em uma semana *El Progreso* e *La Gaceta del Comercio* publicaram resenhas bastante desfavoráveis ao livro original e ao prólogo escrito por Bilbao. Em 17 de junho, escrevia um correspondente anônimo de *El Progreso*

“¡Democracia! Todo el error del Sr. Bilbao consiste tal vez en el sentido que da a esta palabra. La Democracia, como la entendió Cristo que nos la trajo del cielo, es el reino del amor, la fraternidad entre los hombres. Pero se entiende generalmente por el gobierno de todos, sin duda por la analogía entre ambas cosas. En el primer sentido, no existe es verdad entre nosotros (...) En el segundo sentido, se puede decir que existe solamente en Norteamérica, pero cualquiera que conozca ese país echará de ver que cierto grado de instrucción, ciertas costumbres son condiciones necesarias de su existencia; y cualquiera que tenga algún conocimiento de la vida social de ese Pueblo, conocerá los horribles efectos que produciría entre nosotros la prematura realización de la democracia”³¹

A reprovação ao texto devia-se à concepção do regime democrático preconizada por Lamennais, e secundada por Bilbao, e também a sua aplicação à sociedade chilena, segundo o argumento da imaturidade cultural e consequente inadaptação local à forma democrática. Ainda segundo o autor do artigo, se a democracia lograsse vigorar na sociedade chilena, “surgiria una nueva sociedad, de ese caos abortado por la anarquía, una aristocracia fundada en la superioridad de la inteligencia (...), una sociedad

³⁰ O livreto foi publicado em 10 de junho de 1843 pela Imprenta Liberal de Santiago, cf. SAN MARTÍN, A. G. “De la esclavitud moderna. Un capítulo de la filosofía en Chile: Francisco Bilbao (1839-1844). **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, pp. 138-9. Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.

³¹ Esclavitud moderna. Escrita en francés por Lamennais y traducida en Chile por F. Bilbao. Publicado em *El Progreso*, 17/06/1843. In: LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 402. Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.

aristocrática ha sido la consecuencia de una sociedad bárbara”³². Ou seja, o perigo democrático estava em abalar as estruturas sociais pelos dois caminhos: de trazer a anarquia ou restaurar a aristocracia, daí que se sustentasse o governo conservador, moderado, como repositório das liberdades e da participação sob a ordem.

O mesmo livro mobilizou também as páginas de *La Gaceta del Comercio*, periódico de Valparaíso, que apontava na mesma data em que saía a resenha do *Progreso*, que “empapada del espíritu republicano exaltado en una monarquía, el opúsculo que examinamos carece, por lo menos, de oportunidad en un país como este y en la presente época”³³. O autor do periódico litorâneo enveredava por uma estratégia que buscava esvaziar de sentido o texto de Lamennais “y su exaltada doctrina” uma vez que a realidade monárquica francesa não possuiria correspondência com a chilena, e, por outro lado, o povo, a que as páginas se destinam, jamais leria a obra. O artigo encerra-se sem se estender nos temas levantados, como a soberania popular e a democracia, porque estariam “muy distante de nosotros, del carácter de nuestro papel y del que huiremos absolutamente”³⁴. A postura reativa de ambos periódicos justificava-se pela linguagem direta usada por Bilbao, especialmente no Prefácio, acerca dos princípios democráticos e pela constante alusão às classes populares:

La soberanía del Pueblo. He aquí el principio, he ahí la gloria, he ahí la felicidad (...). Ahora, hombre del Pueblo, bien seas el artesano industrioso, o el peón gañán asalariado, o el campesino despotizado por el hacendado, escuchad la voz de todo el que os hable a nombre de ese gran principio. (...) Comprendiendo ese dogma, santificaréis a Dios con el más sublime cántico de la tierra, porque entonces le diréis: Dios creador, los hombres (...) conociendo que llevan en sí la mayor y más sublime de tus creaciones, cual es la libertad, te dirigen su amor (...) diciendo al universo: el Pueblo es soberano³⁵.

³² “Esclavitud moderna. Escrita en francés por Lamennais y traducida en Chile por F. Bilbao”. Publicado em *El Progreso*, 17/06/1843. Em: LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 401.

Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.

³³ “De la esclavitud moderna por F. Lamennais. Traducida del francés, con un prefacio por don Francisco Bilbao”, em *La Gaceta del Comercio*, 17/06/1843. In: LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 403.

Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.

³⁴ *Ibid.*, p. 405.

³⁵ BILBAO, F. Prefacio. In: LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 377.

Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.

A presença da linguagem religiosa mesclada com o discurso político exaltado seguia de perto o texto de Lamennais, e buscava levar para o espaço moral-religioso a discussão acerca da democracia, de modo a torná-la menos chocante para o público e apresentar um aspecto humanitário, cristão, de uma doutrina que recebia as piores qualificações na linguagem política corrente. Daí que a crítica ao texto de Bilbao avançasse pelos seus aspectos formais, literários e políticos e evitasse tocar no tema religioso. De todo modo, este texto de 1843 não causou alguma repercussão além das resenhas e das respostas de seu autor, o que se encaixava na rotina de polêmica aberta na imprensa de então, especialmente em se tratando de um membro da juventude liberal já acostumada aos debates através do *Semanario de Santiago* e do *Crepúsculo* (como constatação adicional, o debate contribuía para a normalidade da repercussão e da tolerância política que se experimentava).

O movimento sobre a disputa pela linguagem, no caso chileno, reveste-se de uma importância particular tendo em vista a centralidade que a imprensa assumia em meados da década de 1840, desde uma experiência recente de abertura e tolerância política por parte do Executivo em favor de antigos opositores³⁶. Dos quatro periódicos lançados no ano de 1844, três tiveram vida relativamente longa, com mais de 240 edições, padrão que não se estenderia por 1845, quando o cenário novamente tornou-se propício para o lançamento de periódicos de curta duração, de ocasião, remontando um costume dos anos 30 e que se percebeu até 1841. Neste momento, no entanto, de quebra de equilíbrio, a disputa pela linguagem se fazia sentir nas tentativas de classificação e de acusação dos adversários políticos – como foi o caso de Bilbao e dos periódicos *El Telegrafo* e *El Siglo*. As passagens acima relatadas de Bilbao ecoavam textos bem conhecidos da elite letrada chilena de Eugene Lerminier e de Lamennais constantes da *Revue des Deux Mondes*³⁷ ou publicados ou vendidos em Santiago ou Valparaíso.

³⁶ Cf. WASSERMAN, F. “Las prendas jeniales de nuestra sociedad”: representaciones del pasado e identidad nacional en el discurso de las elites político-letradas chilenas (1840-1860). **Revista Iberoamericana**, v. III, n. 9, 2003, p. 9.

³⁷ Noto que os nomes de Chevalier, Le Roux, Cousin, Guizot, Lerminier, Lamennais são recorrentes nos diversos periódicos, de distintos matizes políticos e partidários, pesquisados ao longo da década de 1840. Aparecem como autoridades nos argumentos dos articulistas, com artigos políticos, econômicos ou algum folhetim reproduzido. Entre 1832 e 1847, pelo menos 52 artigos de Eugene Lerminier foram publicados na *Revue des Deux Mondes*, enquanto que de Lamennais após 1834 já não se tem registros. A *Revue* possuía comprovada circulação entre o público chileno, sendo reproduzida nas páginas dos jornais e revistas ou em seus originais. Não deve passar despercebido a resenha do livro de Sarmiento, *Facundo*, publicado naquela revista francesa, bem como os artigos sobre Bilbao. Ver: SOARES, G. P. A *Revue des Deux Mondes* em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais, In: BEIRED, J. L. B.; CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. C. **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**.

A sorte de *Sociabilidad chilena*, como se sabe, foi bem distinta de suas outras publicações. Em junho de 1844, o texto de Bilbao aprofundava a crítica sobre a Igreja católica, mais precisamente sobre a tradição católica herdada da colônia predominante nos costumes e leis chilenos, como elemento de atraso da sociedade. Na parte conclusiva do artigo, após analisar algumas certezas e fatos a que havia chegado recentemente a filosofia, Bilbao afirmava que

la libertad e igualdad social, es decir de todos: SOBERANIA DEL PUEBLO. He aquí otro hecho. La libertad de la concepción divina, es decir democracia religiosa. He aquí otro hecho (...).Luego tienen que entrar a servir de base en la religión futura³⁸.

Em seguida, após listar os mandamentos católicos, ressaltava

en cuanto al robo queda vago mientras no se defina la propiedad con relación al derecho de todos para desarrollarse moral y físicamente. En cuanto al adulterio queda vago, mientras no se define según la libertad que ha alcanzado la mujer, la esfera de su deber con relación al marido. (...) La elevación a la soberanía de todos los individuos, es decir, a la fraternidad de la libertad es el punto definitivo que tenemos. Luego represéntese el derecho del peón gañan y del último plebeyo.³⁹

Claro está que, em relação ao seu texto do ano anterior, houve um avanço do discurso político sobre o religioso, ou seja, não se tratava de maior radicalidade das ideias do ponto de vista político ou social, mas sim, da tentativa de seu embasamento através da religião e da cultura, o que deslocava o centro do problema do campo eleitoral, administrativo, para uma esfera mais ampla, da cultura, e profunda, do indivíduo. Cabe notar que em junho de 1844, já corria um ano de publicação da *Revista Católica*, e seu esforço de “apresentar a visão oficial católica sobre os problemas culturais que implicavam a inserção do Chile na modernidade política”⁴⁰, marcando seu espaço na esfera pública.

De todo modo, a reação ao artigo de Bilbao, por se tratar de uma publicação mensal, de uma revista que serviu de base para as publicações da Sociedade Literária, com um círculo de leitores mais restrito do que os jornais, acabou por conceder-lhe maior

Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010.

³⁸ BILBAO, F. “Sociabilidad chilena”. *El Crepúsculo*, 01/06/1844, p. 88.

³⁹ *Ibid.*, p. 89.

⁴⁰ CID, G. “*La Revista Católica*: Prensa, esfera pública y secularización en Chile (1843-1874)”. **Mapocho. Revista de Humanidades**. Santiago, n.71, 2012, p. 137.

repercussão do que suas linhas suporiam. “Seja pela reduzida circulação daquele periódico, ou pela indiferença geral do público, pouco preparado para preocupar-se com esta ordem de questões, o artigo de Bilbao passou despercebido nos primeiros dias”⁴¹.

Faço esse percurso sobre Francisco Bilbao por duas razões, a primeira é que a historiografia⁴² costuma apresentar o texto de Bilbao como um ponto de mudança da política e da cultura chilena, o que não me parece ser o caso, mas sim sua repercussão, o que são coisas distintas, pois aí se pode avaliar a ressonância no espaço público, bem como algum grau de adesão social, não ao texto ou ao autor, mas às questões que estavam em jogo, como a liberdade de expressão, o autoritarismo do governo, a pressão clerical e a participação política. De outra parte, a reação desencadeada por críticos e apoiadores apresentava uma série de argumentos que permitia acessar os modos de uso da linguagem política e as tensões que existiam na esfera pública, pois, temas como democracia, liberdade de imprensa, participação política, representação estavam sendo disputados pelos dois lados. De modo que esta era a linguagem política com a qual Sarmiento e Alberdi entravam em contato, e com a qual pensavam o republicanismo ligado a estas tramas conceituais.

O clero apresentou uma acusação formal contra Bilbao no dia 13 de junho de 1844, e a partir daí o jornal *El Siglo* iniciava uma campanha em sua defesa reproduzindo os eventos que tinham lugar nos tribunais de modo a informar e estimular a defesa do jovem intelectual junto à opinião pública. Em 20 de junho o jurado absolve Bilbao da acusação de sedição, a mais grave, e lhe imputa culpa por blasfêmia e imoralidade, o que resultava numa multa de 600 pesos para cada delito. Como informa Barros Arana, o público que aguardava o fim do julgamento cotizou o montante e pagou a multa de 1200 pesos, em seguida saudou o réu como um herói⁴³. Menos o texto, e mais o contexto que se constituiu com o desenrolar da acusação assinalava a presença de fissuras no interior do consenso estabelecido. Ou seja, se textualmente o autor defendia, como já havia feito um ano antes, a soberania popular e a democracia como exercício do poder em nome dos pobres, a reação de partidários liberais e de populares agregava definitivamente ao discurso político republicano o elemento democratizante.

⁴¹ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. In: **Obras Completas**, v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913. t. I. p. 497.

⁴² “‘Sociabilidad chilena’ permitiu a expressão dos limites da polêmica na medida em que, tanto a obra como o autor, foram expulsos do âmbito da discussão legítima”. STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000, p. 273.

⁴³ BARROS ARANA, D. op. cit., p. 501.

No início dos trabalhos legislativos de 1844 (que ocorriam sempre em junho), ou seja, no mesmo momento em que Bilbao publicava seu artigo, propunha-se uma discussão sobre liberdade de cultos⁴⁴. Em agosto de 1844, Sarmiento notava que dois periódicos, um de Santiago e um de Valparaíso,

salían a la misma hora quizá, preocupando al público con el mismo pensamiento (...) LIBERTAD DE CULTOS; (...) ¿Quién había inspirado a *La Revista Católica* y a *La Gaceta* el designio de emitir en un mismo día sus ideas sobre materia tan grave? ¿Quién había puesto en tabla para el sábado este litigio para que *Gaceta* y *Revista* se presentasen con su alegato ante el tribunal de la opinión pública (...) ⁴⁵

Sarmiento reconhecia ali que o tema estava em disputa na arena da imprensa, que seu apelo perante o público repercutia assuntos que transitavam da tolerância religiosa à democracia. Em seguida, Sarmiento escreve artigo sobre o mesmo tema em que narra as consequências da adoção da liberdade de culto na República Argentina,

el comercio y la industria tomaban un vuelo asombroso, las instituciones liberales se habían afianzado, la instrucción pública, la prensa, la administración brillaban con un esplendor que ofuscaba a los mismos europeos (...). La libertad de cultos fue una de las primeras declaraciones hechas por la legislatura [1816], y el gobierno seguro de sus resultados la garantizó a los ingleses en un artículo de tratado. Pero Buenos Aires estaba entonces más lleno de europeos que lo que está ahora Valparaíso (...). Por otra parte, las ideas populares estaban allí mejor preparadas; la prensa había trabajado con éxito en ilustrar la cuestión, y una parte del clero aprobó y sostuvo la medida. (...) y desde entonces la libertad de cultos se estableció de hecho y de derecho, tal como subsiste hasta hoy, sin que los diversos partidos, ni el mismo Rosas, quinta esencia de la intolerancia en todos sentidos, haya osado tocar esta institución respetada por la multitud y sostenida por la opinión pública, unánime a este respeto⁴⁶.

O cenário de Buenos Aires servia de modelo para que Sarmiento elaborasse seu discurso acerca da tolerância religiosa, vislumbrando suas consequências para o campo

⁴⁴ Cf. STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000, p. 126. Cumpre notar que a polêmica com a Igreja acentuou-se no espaço público, especialmente após a publicação da *Revista Católica*, em março 1843. Sarmiento publica um longo e polêmico artigo em que ao mesmo tempo que saúda a aparição do periódico católico, adverte sobre os perigos da intervenção religiosa em assuntos políticos. Cf. SARMIENTO. “La Revista Católica”. *El Progreso*, 10 e 11/03/1843. In: OC, II, p. 133.

⁴⁵ SARMIENTO. “Intolerancia”. *El Progreso*, 23/08/1844. In: OC, IX, p. 279-280

⁴⁶ SARMIENTO. “Libertad de cultos”. *El Progreso*, 28/08/1844. In: OC, IX, p. 259-260.

econômico e social. Sarmiento reconhecia, entretanto, que “cosa muy distinta sucedió en el interior de la República, en las provincias semi-bárbaras del centro. (...) La reacción llegó en esta provincia [Córdoba] hasta inaugurarse UNA INQUISICIÓN!!!”⁴⁷. Assim, argumentava que a imposição da liberdade de cultos a um povo que não a tem como demanda, onde não haja um estrangeiro, não passaria de um ‘idealismo puro’, e que se haveria de ter em conta o ‘mundo real’, no sentido de qual material e a partir de quais relações e bases reais se elabora uma legislação. Sarmiento é defensor da tolerância religiosa e da liberdade de cultos, mas observa que “es una mala lógica subordinar los hechos a una declaración de principios”⁴⁸. O movimento da cultura é que ditaria o ritmo destas mudanças e que a imposição pela força traria, eventualmente, um resultado desastroso como ocorria nas províncias argentinas.

Ao saber de que um casal de ingleses, diante da exigência feita por um padre de Valparaíso de que seus filhos fossem criados no catolicismo, casou-se na baía daquela cidade dentro de um navio inglês por um sacerdote protestante, Sarmiento ponderava que a cidade de Valparaíso requeria leis especiais devido a sua posição incomum na república, dada a enorme presença de estrangeiros ali residentes. Que além de casamento entre ‘dissidentes’, permitisse a união entre estes e católicos, pois, segundo o autor, “las consecuencias de esta verdadera prohibición del matrimonio que pesa sobre todas las clases se hacen cada día más palpables”⁴⁹. Vê-se aqui que a necessidade de combater os elementos do catolicismo implicava, na visão de Sarmiento, o destravamento das relações civis, jurídicas e culturais que estariam na base do desenvolvimento civilizacional preconizado por esta geração de pensadores argentinos e chilenos.

Seguindo, então, a ‘pauta’ oferecida pelos periódicos sobre o tema da liberdade de cultos, acredito que o seguinte artigo de Alberdi em *El Siglo* inseria com objetividade elementos que se encontravam dispersos e deslocava a questão de seu fundo religioso, para suas consequências sociais. Alberdi nem mesmo nomeia a questão religiosa em seu mérito - postura que manterá em todo seu período chileno -, dando espaço ao tema da circulação de pessoas, da imigração, e do desenvolvimento econômico.

⁴⁷ SARMIENTO. “Libertad de cultos”. *El Progreso*, 28/08/1844. In: OC, IX, p. 260.

⁴⁸ SARMIENTO. “sem título”. *El Progreso*, 05/09/1844. In: OC, IX, p. 265. O tema da relação entre ideia, como princípio abstrato, e realidade perpassa todo o discurso de Sarmiento no Chile, como uma forma de combater o liberalismo radical, classificado de utópico ou abstrato, por desconsiderar as forças e as configurações reais a que a sociedade chilena estaria submetida. Por certo de que essa estratégia retórica condizia com seu lugar de discurso.

⁴⁹ SARMIENTO. “Matrimonios mixtos”. *El Progreso*, 12/11/1844. In: OC, IX, p. 297. Há uma contestação de Sarmiento à Revista Católica sobre este artigo em que reafirma o prejuízo da legislação restritiva para os costumes bem como para o avanço material da sociedade

Fijémonos en el doctrinario y edificante ejemplo de los *Estados Unidos* (...); estudiemos su abierta y cosmopolita legislación que abre las puertas del país a todo el mundo, y a todo mundo brinda un asiento igual en el banquete de la industria, del trabajo y la prosperidad. (...) Si la América quiere andar breve el camino de su prosperidad (...) es necesario que se decida a admitir en el seno de su familia generosamente esos desmandamientos de hombres que nos vienen de la Europa con el nombre de emigraciones; que abandone sus preocupaciones de purismo de casta; sus predilecciones por una familia exclusiva⁵⁰

Assim, me parece que a questão levantada pelo artigo de Bilbao forçou que o discurso político tratasse das demandas que daí se depreendiam, seja pelo tema da democracia radical, seja pelas travas representadas pela legislação religiosa ao desenvolvimento material e aos projetos de imigração. De modo que as consequências da publicação de *Sociabilidad chilena* passaram também pelos artigos de Sarmiento e Alberdi, provocando um trabalho reflexivo sobre a dimensão política e cultural da religião e da igreja na sociedade.

Já em dezembro de 1842⁵¹, Sarmiento havia se envolvido em longa polêmica com membros do clero após a publicação de um artigo em que desafiava a hierarquia clerical e questionava a autoridade religiosa sobre a educação e os direitos civis em jogo. Vê-se que a afinidade ideológica de Sarmiento com os compromissos do partido *pelucón* e com os setores mais conservadores em relação à igreja católica, encontrava suas limitações de maneira explícita. Ao marcar sua distância das pretensões dos conservadores *pelucones*, Sarmiento acena para setores mais moderados deste partido, bem como para um campo de diálogo com propostas que vinham historicamente dos setores liberais, em nome da afirmação de certos princípios caros ao republicanismo e ao liberalismo, como o direito individual e o laicismo.

⁵⁰ ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata”. *El Siglo*, 07/10/1844. In: CB, p. 77.

⁵¹ SARMIENTO. “Contestación al clérigo Valdivieso sobre la monja Zañartu”. *El Progreso*, 28/12/1842. In: OC, II, p.91

3 - Oposição e discurso liberal no debate

A condenação de Bilbao criava uma baliza para o desenvolvimento intelectual e político decorrido desde 1841 em um clima de liberdade de expressão e associação. A partir deste momento, a presença do governo, através de seus agentes, fez-se mais marcada e entra definitivamente como um competidor na esfera pública. Ao longo do mês de junho de 1844, Sarmiento escreveu um conjunto de artigos nos quais defendia o governo republicano e o sistema representativo tal qual se apresentava no Chile, combatendo por um lado a democracia radical fundada em elementos abstratos, como dizia, e por outro, as acusações de abuso e autoritarismo que voltavam a ganhar espaço na imprensa.

Até 1844-45 ocorria de quadros que se deslocavam para a oposição liberal ocuparem cargos no governo, ou membros do governo estarem associados a órgãos próprios da oposição, como são os casos de Lastarria, que, ocupava “cargo de oficial maior do Ministério do Interior, que em realidade serviu até dezembro de 1844”⁵², e de Irrázaval, Ministro do Interior, e opositor de Manuel Montt, então ministro da Justiça, Culto e Educação, que contava entre os simpatizantes de *El Siglo*⁵³.

O debate em torno da liberdade de consciência havia despertado, nas entrelinhas, um discurso político contrário ao governo e ao sistema político. O texto de Bilbao apresentava uma determinada leitura sobre o governo Bulnes que remetia às antigas críticas sofridas durante as eleições de 1841, como representante do passado sustentado pela plebe e pelas milícias: “Bulnes vino con las hordas del sur, con Prieto, con la reacción. Luego Bulnes nos conviene. Desembolsan dinero, las elecciones se ganan”⁵⁴, ironizava. De um modo despótico, a república conservadora impedia o desenvolvimento das províncias, regida por uma constituição que destruía as garantias individuais, “la cámara de Senadores representa los intereses conservadores o la aristocracia de propiedad (...). Luego en ambos casos procura conservar la desigualdad”⁵⁵. As acusações contra o governo vinham também pelo lado do diário *El Siglo*, fundado em abril de 1844, tendo como membros de redação e colaboradores Juan Espejo, Victorino Lastarria e Pedro

⁵² SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 192.

⁵³ VALDEBENITO, A. **Historia del periodismo chileno**, Santiago de Chile, Círculo de la Prensa de Valparaíso, 1956, p. 63.

⁵⁴ BILBAO, F. “Sociabilidad chilena”. *El Crepusculo*, 01/06/1844, p.84.

⁵⁵ *Ibid.*, p.89.

Godoy - constavam de sua ata de fundação os nomes do futuro presidente Aníbal Pinto e de Francisco Bilbao⁵⁶.

Após o fim de *El Semanario de Santiago*, em 1843, o *Siglo* foi a principal empresa periodística e propagandista que os jovens liberais e pipiolo⁵⁷ históricos como Lastarria Vicuña e Godoy participaram. Ao trazer para a arena, no entanto, “os antigos liberais de 1828, (...) desaparecia o elemento liberal moderno”⁵⁸, o veículo dos liberais acabava gerando dissidências e abrindo espaço para o partido já estabelecido, que implementava um discurso conciliador desde 1841 e não se via ameaçado pelos novos liberais.

Como notou Armando Donoso, o tempo e os acontecimentos políticos começavam a distanciar Sarmiento de seus primeiros afetos no Chile, como Lastarria, que, “zeloso defensor de toda necessária reforma democrática, não fazia senão distanciar-se do Governo, enquanto Sarmiento se apegava mais e mais a ele, ou melhor dito a Montt, que era a alma mesma do Ministério”⁵⁹. Após os primeiros anos de consenso, restabelecia-se uma frente de combate político ao governo, e *El Siglo*, sob direção de Lastarria, adotava em 1844 a divisa “Bulnes sin Montt” e após o processo contra Bilbao, Lastarria deixa seu cargo no ministério⁶⁰.

El Siglo serviu de plataforma para a organização da oposição liberal a cargo dos jovens Lastarria, Espejo e Santiago Urzúa. Logo de seu nascimento, lançava um editorial, dedicado a sustentar as aspirações liberais, em que se combatia abertamente *El Progreso*, já identificado como papel de apoio ao governo, em especial ao ministro Montt⁶¹. “Digam lo que quieran, *El Siglo* representa las ideas e reforma, de sociabilidad, mientras que *El Progreso* no representa nada de lo nuevo; él se ha constituido en pasado para nosotros”⁶².

O conflito que se desenhava na imprensa, entre o *Siglo* e o *Progreso* ganhava contornos na esfera institucional entre os ministros Irarrázaval e Montt, que representavam tendências no campo dos conservadores e liberais moderados dentro do governo, tornar-se-iam expostas com o afastamento de Bulnes em setembro de 44 por

⁵⁶ Cf. SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 191.

⁵⁷ *El Semanario de Santiago* funcionou de 27/06/42 a 14/07/1843 e *El Siglo* de 05/04/1844 a 05/07/1845 e 1845.

⁵⁸ Cf. SILVA CASTRO, R. loc. cit., p. 194.

⁵⁹ DONOSO, A. **Sarmiento en el destierro**. Buenos Aires: M. Gleizer, 1927, p. 32.

⁶⁰ Cf. SUBERCAEUX, B. **História de las ideas y cultura en Chile**. Santiago: Editorial Universitaria, 2004, p. 436.

⁶¹ Cf. DONOSO, A. loc. cit., p. 34. Ver *El Siglo*, 13/04/1844. Lembre-se que *El Progreso* havia sido bolado por Manuel Camilo Vial e Manuel Montt como veículo na capital para sustentação do governo sob edição de Sarmiento.

⁶² Cf. *El Siglo*, 13/04/1844; e DONOSO, A. op. cit., p. 35.

motivos de saúde, ficando a presidência a cargo do ministro do interior, Irarrázaval. Neste cenário, as disputas entre setores mais conservadores e mais liberais que compunham o governo tornaram-se mais constantes e evidentes, resultando, em abril de 1845, com a volta de Bulnes ao cargo, no afastamento de Irarrázaval como ministro do Interior, cargo que seria entregue justamente a Montt, expondo ao sol as fissuras que vinham surgindo.

Redesenhavam-se os campos de força político partidárias com contornos que relembavam o período pré-eleições de 41; no entanto, novos elementos seriam trazidos à tona, mercê, inclusive, da experiência política produzida pelo governo Bulnes, que distanciava a oposição da juventude liberal daquela feita pelos *pipiolo*s, em seus métodos e objetivos, bem como abria espaço para a emergência de discursos que envolviam as classes sociais e incorporavam os trabalhadores, o que transtornaria o campo político e discursivo de forma mais profunda e irreversível a partir de 1845/1846.

Menos pela questão oficial da mudança de nomes, e mais pelas tendências que representavam, considero que essas mudanças tenham apresentado um impacto na conformação do cenário político, e a imprensa ocuparia esse espaço de base de debate político e pressão sobre o governo, sobretudo, se se tomar em conta o fato de que, à diferença do que ocorrera em 1839-1841, quando os papéis eram em sua maioria de curta duração, ou se moviam de acordo com o ritmo das eleições.

A partir de 1842 – com o aumento do orçamento oficial para assinaturas⁶³ de periódicos, mas também com a rotinização da liberdade de expressão e associação e a consequente formação de veículos estáveis de comunicação nos campos cultural e comercial - observa-se a estabilização dos jornais e revistas como vozes de determinados grupos políticos, tornando a atividade periodística efetivamente uma plataforma de debate público, político e cultural, permanente. A imprensa chilena consolidava-se como esfera aberta à participação das associações civis e dos grupos políticos. Esta mudança de perfil da imprensa se revelava em empreendimentos como o próprio *Siglo*, *Semanario de Santiago*, *Crepúsculo*, *Diario de Santiago*, *Diario del Comercio*, como periódicos de vida longa, com perspectivas comerciais, que duraram mais de um ano, com tiragens regulares e corpos editoriais definidos.

⁶³ Segundo Diego Barros Arana, citado por Silva Castro, no início do ano de 1842, o montante destinado à subvenção dos periódicos era em torno de 10,000 pesos. Em meados de 1842, o governo decidiu ampliar o orçamento para 16,000. Cf. SILVA CASTRO, R *Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956*, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, pp. 179-181.

Estes papéis ocuparam espaços no espectro político da oposição liberal mais ou menos radical e serviram em algum momento de oposição ao governo ou, ao menos, apresentaram um programa alternativo ao estabelecido. Esse novo cenário, decerto, estimulou o surgimento de papéis ligados a categorias laborais, como *El Artesano del Orden* e *El Artesano Opositor*, também nascidos em ano não eleitoral – embora com evidente apelo partidário – estenderam suas atividades para além dos eventos que explicariam seu aparecimento. De modo que o cenário que emergia abria espaço para debates mais aprofundados e contínuos acerca da sociedade chilena e projetos e propostas de governo que superassem a urgência eleitoral.

4 - Representação política

Em junho de 1844, Sarmiento iniciava uma série de artigos em que discute a fundo o tema do governo representativo. Argumentava que o sistema parlamentar é um princípio aceito por todos os povos civilizados e adotado em toda parte revestido de formas distintas em cada país “que mal pudieran asimilarse las instituciones inglesas y las francesas”, mas que, ao mesmo tempo, tratava-se de uma forma nova que “está aún en vía de experimento y está aún para observarse toda la larga serie de fenómenos sociales que su aplicación a diversos países y circunstancias puede producir”⁶⁴. De modo que apresenta a seus leitores uma concepção aberta e em progresso do sistema parlamentar, com um olhar que desconfia da unidade de um suposto modelo europeu, apontando para distinções entre os países, e uma visão crítica prospectiva, considerando os efeitos históricos imprevisíveis. Assim, avançava Sarmiento, entre os países de passado colonial espanhol “Chile es uno de los pocos Estados hasta la fecha que ha practicado ya el principio parlamentario lo suficiente para poderlo estudiar sin pasión en sus manifestaciones”⁶⁵. Apontando para uma novidade, em termos analíticos, ao incorporar as sociedades americanas como parte desse experimento parlamentar. Acredito que Sarmiento deixava claro aqui a importância da experiência política chilena para a apreciação e comparação das formas políticas liberais republicanas vigentes em outros países. Para se chegar a essas reflexões, e “antes de caer a nuestro asunto, que es examinar

⁶⁴ SARMIENTO. “Representación Nacional”. *El Progreso*, 04/06/1844. In: OC, IX, p. 85.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 85.

el carácter de nuestras actuales cámaras legislativas y su origen”⁶⁶, Sarmiento recorria a uma análise sobre diferentes formas de organização dos princípios republicanos na França, Estados Unidos e Inglaterra.

Nas monarquias constitucionais, como França e Inglaterra, as eleições legislativas eram o momento de maior importância para todos os partidos, a minoria se dedicava em ampliar suas cadeiras para impor-se diante do partido dominante, no que era dificultada por suas subdivisões, incapaz de formar coalizão⁶⁷ e de operar com uma razão coletiva de partido em vista de interesses estratégicos. Já nas repúblicas presidencialistas, todo interesse se concentrava nas eleições presidenciais, pois “su partido se hará lugar en todos los puntos en que la voluntad nacional haya de manifestarse, entendiéndose siempre por voluntad nacional, la del partido dominante”⁶⁸. Ao associar a vontade nacional (conceito que será trabalhado mais a frente) com a vontade da maioria, Sarmiento reconhecia o papel legitimador das eleições no regime democrático, e deslocava outro conceito, o de razão nacional, do centro do debate, dando ênfase ao critério numérico da democracia e o predomínio do partido vitorioso na composição dos quadros ministeriais e consequente influencia no parlamento.

Diante destas expectativas, elaboradas na análise de casos estrangeiros, Sarmiento surpreende-se que nas eleições de 1843 a oposição não tenha apresentado candidatos capazes de concorrer com o partido governista, e que o próprio governo tenha chamado para compor seus quadros “los hombres que a su juicio representan mejor, no la *voluntad nacional*, sino la *razón nacional*”, de modo que o “gobierno constitucional (...) se haya encargado él mismo de hacer su parte en la legislatura a cada uno de los partidos e ideas que dividen la sociedad”⁶⁹. A Administração Bulnes, em sua visão, “obra sin oposición, sin resistencia, así es que se la ve, por un acto de espontaneidad, llamar a la representación nacional a los hombres notables de los antiguos partidos, a los jóvenes”⁷⁰ que pudessem

⁶⁶ SARMIENTO. “Las elecciones actuales”. El Progreso, 08/06/1844. In: OC, IX, p. 92.

⁶⁷ Cf. Ibid. Registro o primeiro uso que Sarmiento faz desta categoria, ‘coalizão’. Acredito, como se verá, que esta é uma chave importante para a compreensão do discurso político de Sarmiento, pois permitia incorporar elementos do discurso liberal e sustentar a política do partido conservador na medida em que este buscava trazer para seu entorno personagens de distintos matizes políticos. De forma geral, a ideia de coalizão também cumpria uma função na interpretação da história recente, uma vez que permitia a distinção da sociedade chilena com o restante da América Hispânica, em especial, com a Argentina e a prática unanimista e violenta do governo rosista.

⁶⁸ Ibid., p. 92.

⁶⁹ Ibid., p. 92.

⁷⁰ SARMIENTO. “Falta oposición”. El Progreso, 10/06/1844. In: OC, IX, p. 97.

contribuir com impulsionar o progresso da República. “Eso es lo que hemos llamado representar la *razón pública* y nada más puede exigirse a la administración”⁷¹.

Para Sarmiento, esta atuação “tan contraria a la manera de obrar de todos los partidos en el mundo”⁷², não estaria ligada a uma ação filantrópica do governo, senão a uma necessidade observada de trazer para seu lado setores e interesses da sociedade que não possuíam representação oficial, ao contrário do que acontecia na administração anterior, na qual as minorias estavam caladas. “La muerte de Portales, que le [à administración Prieto] daba nervio y espíritu, dejó desenvolverse nuevos intereses, o por mejor decirlo, dejó mostrarse lo que había realmente en el fondo de la sociedad”⁷³, e nesse olhar sobre a história recente, Sarmiento reconhecia a existência e a legitimidade de interesses dispersos que estavam reprimidos no período anterior. Analisando o desenrolar partidário dos últimos três anos,

los hombres que tenían el timón de la política se sentían inclinados por convencimiento a las ideas que había representado en otro tiempo el partido Pinto y que se presentaron con el mismo caudillo en la lucha electoral.

Después del triunfo en las elecciones para la presidencia, el gobierno empezó a inclinar su rumbo hacia el partido liberal vencido, pero con el cual tenía ya costados en contacto y puntos de afinidad. Sus notabilidades fueron poco a poco incorporadas en la Administración Nacional, un gobierno que se llamaría de *coalición*⁷⁴

Entendo que é sobre esta categoria, coalizão, que Sarmiento construirá uma das bases de seu discurso em defesa do republicanismo, seja sob seu aspecto pragmático de defesa do governo chileno, seja como projeto político para o futuro da Confederação Argentina. A partir da ideia da concessão de cargos administrativos aos liberais, Sarmiento passa a conceder grande valor ao papel da oposição – por extensão à disputa partidária, incrementando o papel dos espaços públicos em que essas disputas ocorrem, a imprensa. Como se viu, a defesa de um espaço aberto e plural para o debate político assumia um lugar central na retórica de Sarmiento, agora, já passados três anos do governo Bulnes e diante do início de uma crise gerada pela reação à publicação do artigo

⁷¹ SARMIENTO. “Falta oposición”. El Progreso, 10/06/1844. In: OC, IX, p. 97.

⁷² SARMIENTO. “Las elecciones actuales”. El Progreso, 08/06/1844. In: OC, IX, p. 93.

⁷³ Ibid., p. 93.

⁷⁴ SARMIENTO. “Las elecciones actuales”. El Progreso, 08/06/1844. In: OC, IX, p. 93; “partido Pinto” faz referência a Francisco Antonio Pinto, presidente do partido liberal *pipiolo*, derrubado pelos-conservadores em 1830. Nas eleições de 1841, no entanto, Pinto estava à frente do partido *pelucón*, dos setores conservadores mais radicais, disputando com Joaquin Tocornal, pelos liberais pipiolo da década de 20, e com Bulnes, que representava os setores conservadores moderados.

de Bilbao, punha-se à prova a validade de seu discurso diante do combate político reaberto.

Retrospectivamente, Sarmiento entendia que, no momento da montagem das listas de candidatos a deputado em 1843, quando já se verificava o relativo sucesso dessa prática de coalizão e reconciliação, o governo “había querido menos representar la *voluntad* que la *razón* nacional”⁷⁵, onde a vontade se expressaria no resultado da disputa entre maioria versus minoria, e a razão na produção da coalizão, do consenso (porém, desde o ponto de vista do governo, portanto, da maioria que por si já representava a vontade nacional). A partir desta reflexão, Sarmiento concluía que naquelas circunstancias, como o governo havia absorvido a minoria, não haveria partidos em luta, não havendo então vontade nacional que se expressar, senão a razão consensuada. Em Chile se apresentaria uma singularidade, não haveria oposição parlamentária.

Una oposición necesita por base un partido organizado obrando en consuno en toda extensión del Estado, por instrumentos de acción, diarios y caudillos conocidos y confesados tales y por objetivo, el de hacer triunfar una idea, la misma que la Administración o la mayoría parlamentaria atacan u oprimen con su superioridad. Aquel partido y este objetivo faltan en Chile, y como oposición faltarán por algún tiempo⁷⁶

Conforme notava o sanjuanino, “el antiguo partido liberal se cree todavía bajo la garra de Portales y no alcanza a desembozarse de todo”, e, mesmo alguns espíritos jovens “no dejan de echar sus gruesas maldiciones a aquel hombre de estado que segundo ellos envileció la nación”⁷⁷. Em sua opinião, faltava à oposição ter um programa e ajustar-se à conformação atual dos partidos e da disputa política, em que o passado portaliano já não mais faria parte do presente, tendo sido suprimidas suas restrições políticas.

Desde seu aparecimento, *El Siglo*⁷⁸ manteve com *El Progreso* um embate aberto, entre a polêmica política e cultural e o ataque pessoal. Apenas três dias depois de sua

⁷⁵ SARMIENTO. “Falta oposición”. *El Progreso*, 10/06/1844. In: OC, IX, p. 94.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 95.

⁷⁷ SARMIENTO. “Falta oposición”. *El Progreso*, 10/06/1844. In: OC, IX, p. 96.

⁷⁸ Diário publicado entre 5 de abril de 1844 e 5 de julho de 1846, contava entre seus redatores Juan Espejo, Francisco Bilbao, Victorino Lastarria, Jacinto Chacón e Pedro Godoy. cf. SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 191. Na ata fundacional do periódico, assinada ainda em setembro de 1843, constava o nome de Francisco Solano Astaburuaga quem, “saiu do Chile em março de 1844 para acompanhar a Manuel Camilo Vial, que ia desempenhar uma comissão diplomática do governo”. cf. *Ibid.*, p. 191. Chamo atenção para esta nota porque ela demonstra a complexidade das relações político partidárias neste período no Chile, de modo que as nomenclaturas partidárias devem ser menos estáticas; ao mesmo tempo, revela a permeabilidade do governo Bulnes em relação à sua composição política, como foi destacado ao fim do capítulo anterior.

aparición, lia-se no *Siglo*: “*El Progreso* saluda al *Siglo* en su número del sábado con cierta sorna y malquerencia”⁷⁹. A oposição ganhava corpo no espaço público sob uma forma material nova, desde uma linguagem racional, conscienciosa, comercialmente estabelecida⁸⁰ e ocupando o mesmo circuito que até então dominado pelos periódicos simpáticos ao partido conservador, como o *Mercurio* e o *Progreso* ou oficiais, como o *Araucano*.

A importância do *Siglo* pode ser atestada pela inclusão de alguns de seus editoriais numa antologia de textos de Sarmiento no *Progreso* organizada pelo professor Hernán Pas, quem justifica da seguinte maneira essa inclusão: “seleccionou-se uma série de artigos que, de modo mais ou menos direto, entram em relação com a redação de Sarmiento no *Progreso*, com o que tentamos repor, minimamente, o contexto dos debates do período”⁸¹. Daí que o duplo movimento de Sarmiento de, por um lado exaltar o papel da oposição e das minorias no regime republicano, e por outro, apontar a inexistência e ineficácia da oposição no Chile, como forma de esvaziar o discurso da oposição, cobrando-lhe uma vida parlamentar que, como se viu, era dificultada pelos modelos eleitorais vigentes.

En cuanto a la prensa periódica, su influencia es enteramente nula porque nada representa, y la parte de ella que se ha hecho el honor que nadie le disputará, de llamarse independiente⁸², lo es sin duda más allá de lo que ella se imaginaba: independiente hasta de la conciencia pública. La prensa puede hacer la crítica de la Administración, como lo hace cada individuo en la mesa de té (...) pero nada de estos ha de constituirlos en órganos de oposición⁸³

Esta retórica se tornaria uma constante no discurso de Sarmiento como crítica da sua insuficiência material da oposição – portanto, legitimador da conduta e da ação do governo eleito – mas sem deixar de ressaltar a importância da imprensa como veículo desta oposição. Desse modo, Sarmiento deixava estabelecido o papel da minoria como peça de resistência, de atrito que faz mover a máquina de governo e permanece na função

⁷⁹ “Editorial”. *El Siglo*, 08/04/1844. In: PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013, p. 263. “Sorna” designa ironia, burla.

⁸⁰ É notável que houvesse uma certa regularidade na seção de avisos e propagandas entre os periódicos de situação ou de oposição, que ocupavam entre 1,5 e 2 páginas de um total de 4 páginas. O que, se não era suficiente para prescindir da subvenção estatal, e sem o apoio do partido *pipiolo*, revelava o apelo social e o aporte financeiro que vinha dos anunciantes.

⁸¹ PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013, p. 127.

⁸² Há aqui uma referência ao *Siglo* que, em sua edição de 15 de maio respondia ao *Progreso*, recusava o título de papel de oposição, “a menos que por de oposición se entienda independiente”. *El Siglo*, 15/05/1844. In: PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013, p. 275.

⁸³ SARMIENTO. “Falta oposición”. *El Progreso*, 10/06/1844. In: OC, IX, p. 95.

de a cada eleição buscar ampliar seu número de representantes e tornar-se, enfim, maioria; que, por seu turno, opera no sentido de manter sua hegemonia.

Ao se assinalar o papel da maioria e da minoria, traz-se à tona um debate sobre a legitimidade do poder na sociedade democrática, quer dizer, em uma sociedade fundada na pluralidade legítima de tendências e guiada por interesses, mais ou menos particulares ou comuns, sujeitos à crítica e à revisão. A dispersão de interesses e vontades numa sociedade livre produzia a controvérsia; o livre debate público produzia a opinião, pressuposto do consenso, que convive e supõe o conflito não resolvido dos interesses. Nesse sentido, a minoria deveria organizar-se para, neste espaço público, através da imprensa e de suas associações, produzir um novo consenso, uma mudança na opinião pública que a elevasse à condição hegemônica.

O decisivo da reflexão, me parece, é que Sarmiento demonstra que a *razão nacional*, ou um governo que fosse um amálgama das tendências políticas da sociedade, como se mostrava, em sua opinião, o atual governo no Chile, não é um dado natural ou uma consequência óbvia do regime democrático, mas antes é fruto de uma decisão política em situações muito específicas— daí a especialidade da situação chilena em criar essa coalizão no governo, que foi chamada de razão nacional. Por isso, notava que a oposição teria se esvaziado de sentido, existindo apenas na imprensa, como resquício da década anterior, como nas palavras de Bilbao ou nas do *Telegrafo* que acusavam o governo de tirânico, opressor e antinacional⁸⁴.

Os artigos que vêm sendo mencionados remetiam a um debate com o periódico, atacando o uso abstrato e demagógico “de todas estas vaciedades de tirania, despotismo, absolutismo con que nos mortifican todos los dias”⁸⁵, referindo-se às críticas que a oposição levantava contra o governo, Sarmiento utilizava uma linguagem mais direta e agressiva que o normal ao tratar de temas e conceitos políticos que lhe eram caros⁸⁶.

Assim, afirmava que no Chile não havia *soberania nacional*, mas sim, razão nacional, que provinha dos meios constitucionais de se comprovar a vontade nacional nas eleições, entre parlamento e executivo. Que as *eleições* não expressavam, de fato, a

⁸⁴ Lamentavelmente as edições deste período de *El Telegrafo* não estão disponíveis, de modo que teremos seus comentários a partir do texto de Sarmiento. Consciente de que isso acarreta não pequenos problemas para avaliar a fonte, penso que conta a favor da fidelidade da polêmica a prática já estabelecida dos periódicos de reproduzir os trechos que desejavam combater e dar-se a réplicas e tréplicas, de modo que as discrepâncias, propositais ou acidentais, quando ocorriam, eram controladas pela própria polêmica e pelo público.

⁸⁵ SARMIENTO. “Polémica”. *El Progreso*, 09/08/1844. In: OC, IX, p. 107.

⁸⁶ “hemos querido formular de un modo tan brusco nuestras ideas a fin de escandalizar, horrorizar, asustar y aturdir a los redactores de *El Telégrafo*”. *Ibid.*, p. 107.

vontade nacional, mas sim a de um reduzido grupo de eleitores e candidatos⁸⁷. Que Chile não era uma *república*, que a maior parte dos habitantes não saberia dizer o que é uma república, sendo o país “una tabla blanca en que se ha escrito con carbón estas palabras: - República – Constitución”⁸⁸. Que não há *gobierno representativo*, se não há vontade nacional que ser representada,

porque sería lo más contrario a la libertad y a la civilización, se sigue que solo hay hasta cierto punto representación de la *razón* nacional, es decir, de la voluntad del reducido número de hombres ilustrados de todos los partidos que se interesan en la cosa pública y dirigen, cohechan, compran, intrigan y seducen a los electores (...). Lejos de ser un gobierno *nacional*, lo es de *partido*, y que este es su principal mérito, su principio único de legitimidad y de fuerza⁸⁹.

Com este arrazoadado, me parece que Sarmiento reconhecia os limites dentro dos quais vigorava o liberalismo no Chile, que sua retórica contemplava os elementos concretos das relações políticas sem, abrir mão da elaboração, no campo discursivo, de projetos políticos. É neste sentido que, desde um ponto de vista em que o “sistema representativo no era un sistema de ideas abstractas”⁹⁰, Sarmiento não anula o papel da minoria derrotada nas urnas, ao contrário, permanece ressaltando sua imprescindibilidade no Legislativo e na esfera pública como alentadora do progresso da sociedade. Do mesmo modo, o princípio expresso pela lei eleitoral, que determinava a capacidade eletiva nos que possuem bens ou renda ou nos cidadãos que têm armas nas mãos (que ocupam postos na Guarda Civil), implicava que “los vicios inherentes a esta suposición aparecerán siempre en las elecciones”⁹¹. Assim, entende que nesta circunstância o assédio a estes grupos socialmente mais frágeis dava-se por todos os lados, inclusive por agentes do governo. O que não impedia, como se viu, que após as eleições, o equilíbrio entre os

⁸⁷“E infeliz de Chile si la *nación* expresara su voluntad en las elecciones! Entonces saldría a la superficie cuánto hay de atrasado y de ignorante, de bárbaro y de retrógrado en el país!”. Ibid., p. 106. Sarmiento repetiria esta mesma opinião de forma mais clara poucos dias depois no interior da mesma polêmica: “el ejercicio de la soberanía popular, esto es, la libre expresión de la voluntad nacional, en la acepción genuina del dogma, traería por consecuencia la elevación de un caudillo popular que representase en todos sus instintos y creencias a la mayoría numérica, en despecho de la minoría ilustrada (...) a quien incumbe hoy el gobierno de la República. Esto es lo que ha sucedido en la República Argentina y lo que a nuestro juicio, sucederá en América donde quiera que las masas, que la mayoría nacional tenga la voluntad y los medios de expresar su voluntad”. Cf. Id. “No hay repúblicas en Sud-América”. El Progreso, 16/08/1844. In: OC, IX, p. 109.

⁸⁸ SARMIENTO. “Polémica”. El Progreso, 09/08/1844. In: OC, IX, p. 106.

⁸⁹ Ibid., p. 106-7.

⁹⁰ SARMIENTO: “Réplica sobre lo anterior”. El Progreso, 20/07/1844. In: OC, IX, p. 101.

⁹¹ Ibid., p. 101.

partidos representados no Parlamento fosse refletido na ocupação dos quadros administrativos.

5 - Democracia e representação política

A ideia que se vê aqui desenhada é do fundamento do regime representativo em que se designam duas camadas de atuação da representação: na forma da autorização, no momento do voto, em que há uma ampliação, porém bastante limitada, dos indivíduos participantes; e na forma da deliberação, referente aos eleitos e aos que efetivamente exercem o poder, que se restringe a uma verdadeira *aristocracia eletiva*. Este sistema, por certo, operava no sentido de evitar os excessos democráticos e a instalação da anarquia, pela exclusão dos mais pobres do processo eleitoral. Com isso, se tornava de fundamental importância a questão da participação da Guarda Civil nas eleições, como meio de intromissão dos elementos populares no voto e a discussão sobre o sufrágio universal. Como se vê, essa discussão é pertinente ao modelo representativo que vivia seus primeiros momentos de experiência nas nações latino-americanas recém independentes, próprias inclusive das contradições intrínsecas da teoria representativa democrática, baseada no desencontro entre o sujeito da soberania e seu representante.

Partindo de outro caminho, Alberdi, desde as páginas de *El Siglo*, elaborava esse tema da aristocracia eletiva e da razão nacional, buscando fundamentar e legitimar as bases do regime representativo chileno em relação à expansão democrática e ao sufrágio universal. Afirmava Alberdi que

es notorio que Chile reúne, a las ventajas de un país republicano, las de un estado aristocrático. Se sabe que el poder, por un movimiento totalmente normal, que se realiza sin resistencia está consignado en las manos de un vasto círculo que constituye como la *aristocracia del dinero*. Este gran círculo gobierna el país; y lo gobierna, como he dicho, sin oposición ni resistencia. Este círculo es homogéneo en miras y deseos, como un *cuerpo aristocrático* de la más fuerte complexión. La oposición, si hay, es imperceptible; no está en acción, no es conocido su programa; no ha levantado bandera; no está organizada⁹²

⁹² ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata.”. *El Siglo*, 11/10/1844. In: CB, p. 86.

Assim como Sarmiento, Alberdi investia contra a oposição negando sua capacidade efetiva de criar uma alternativa viável ao poder do partido conservador. A convicção de Alberdi, me parece, era resultado de um jogo de força em meio à opinião pública, mas também de sua própria condição histórica, no sentido de que havia chegado ao Chile em abril daquele ano e não se envolvera tão fortemente na imprensa ou na lide cotidiana partidária (não era tempo de eleição, por exemplo).

O tema central do artigo é a defesa de um grupo que, segundo Alberdi, conduzia politicamente o país, formado por uma *aristocracia do dinheiro*. A leitura do artigo dá a sensação de que não haveria contradição ou conflito entre o *corpo aristocrático* e o republicanismo, pois, “este sistema de gobierno (...) es más normal, estable y acomodado al país que lo que se lo figuravan los partidos exaltados del radicalismo republicano”⁹³. A esta última categoria, equivalente a liberalismo democrático, o autor contrapunha a de ‘republicano representativo’, que seria o modelo de governo encontrado no Chile, resultado do amálgama das “ventajas de un país republicano, la de un estado aristocrático”⁹⁴. A ausência de resistência da oposição seria a confirmação desta superioridade do sistema chileno, que sem valer-se da violência manteria unida suas capas superiores como um círculo homogêneo em torno de interesses comuns.

A insistência de Alberdi com a categoria de *aristocracia*, neste contexto específico, remete ao desenvolvimento desta ideia em outro autor bastante frequentado no campo intelectual chileno daquele meado de século XIX, Alexis de Tocqueville. Nas palavras de Pierre Manent, quando Tocqueville em *Democracia na América* sugere que “mesmo que a noção de aristocracia tenha perdido toda significação social – isto é, tenha perdido seu sentido próprio e constitutivo -, ela conserva, (...) uma significação política de primeira importância, a saber, a desconfiança em relação ao poder central”⁹⁵. Ressalte-se que neste contexto específico o reforço dos poderes do parlamento calcados no representativismo, tinha um sentido muito atuante em relação ao pano de fundo argentino, em que a tirania havia consumido os poderes locais ou quaisquer possibilidades de representação genuína dos poderes sociais. Também no caso chileno, Alberdi parecia conceder ao princípio, desde um ponto de vista da formação dos interesses econômicos e comerciais, e da liberdade de associação, que garantiam espaços vivos de atuação da

⁹³ ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata.”. El Siglo, 11/10/1844. In: CB, p. 86.

⁹⁴ Ibid., p. 86.

⁹⁵ MANENT, P. *Tocqueville, et la nature de la démocratie*. Paris: Gallimard, 2012, p. 32.

sociedade civil que se instauravam no país e que despontavam como instrumentos do progresso⁹⁶.

Dáí que Alberdi, assim como outros neste mesmo momento, apostassem na existência de uma aristocracia no sentido da formação de grupos com fortes interesses na vida política, na condução da economia, e que pudessem interceder em caso da emergência de um tirano. Estes grupos não sairiam das camadas populares porque não tinham organização nem interesses reconhecidos e estáveis a nível nacional, esse papel deveria ser ocupado por uma aristocracia comercial, financeira ou fundiária que, manifestamente, pudesse conduzir os interesses do país desde uma razão nacional – que contornasse as disputas, as paixões e a imprevisibilidade, segundo o ponto de vista conservador, próprias da democracia popular, em nome da ordem social. Esta aristocracia do dinheiro formaria então uma elite política dentro do Estado, controlando as eleições e mantendo-se independente tanto da vontade geral da plebe, bem como das eventuais recaídas autoritárias do governo do momento “o governo representativo seria, em definitivo, uma *aristocracia eletiva*”⁹⁷.

Aqui se observam traços que serão repisados por Alberdi até o final do período estudado. A percepção de que o sistema representativo chileno, com suas restrições censitárias à participação popular produziam um resultado político ideal que combinava a ordem aristocrática com a liberdade republicana. ‘Aristocracia do dinheiro’ opunha-se à republicanos radicais, antítese que se reproduzia nos seguintes termos do mesmo artigo ‘clase pensadora y propietaria’ *verus* ‘multitud bárbara y menesterosa’. Essa concepção, elaborada a partir do caso chileno, estava em consonância com a leitura que François Guizot fazia acerca do sistema representativo na França monárquica, segundo a qual,

trata-se de descobrir todos os elementos do poder legítimo espalhados na sociedade, e de os organizar em poder de fato, isto é, de os concentrar, de realizar a razão pública (...). Isso o que chamamos a *representação* não é outra coisa que um meio de chegar a esse resultado. Isso não é absolutamente uma máquina aritmética destinada a recolher e a contabilizar as vontades individuais. É um procedimento natural para extrair do seio da sociedade a razão pública, quem, unicamente, tem o direito de governa-la⁹⁸

⁹⁶ Faço a ressalva para, por um lado, iluminar o desenvolvimento do pensamento do autor em relação ao contexto específico que lhe serve de ambiente; por outro lado, para não confundir com desenvolvimentos intelectuais e políticos anteriores ou posteriores em que a defesa de um governo central forte pareceu ser de predileção do tucumano.

⁹⁷ PALTÍ, E. J. **El tempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 206.

⁹⁸ Cf. François Guizot em *Les origines du Gouvernement représentatif*, *apud* ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 94

É possível afirmar que a análise que Alberdi faz da democracia e da aristocracia, nestes termos, está mais ligada a um aspecto sociológico do que político, como fica claro quando salienta aos leitores chilenos que “no conoce el país vecino aquel que piensa que allí gobiernan las masas plebeyas. Por el contrario, jamás estuvieron más sometidas a la clase propietaria”⁹⁹. Portanto, não se tratava somente de uma questão censitária, mas sim de uma questão de escolher o poder legítimo como aquele capaz de governar, onde reside a razão, o governo representativo não deve ser o governo da maioria numérica pura e simples, mas sim o governo da maioria dos capazes. A crítica que faz à elite política argentina está associada ao predomínio dos caudilhos, da aristocracia da terra e não a comercial, a produtiva, ou em suas palavras, a ‘do dinheiro’, em consonância com sua defesa, em diferentes momentos, da abertura do comércio, da entrada de capitais estrangeiros no país, do incremento do crédito para a produção e do desenvolvimento da indústria.

Para Alberdi, o governo dos melhores, dos mais capacitados, implicava o repúdio do princípio da participação popular no exercício da soberania, permanecendo, porém, como sujeito da soberania, na forma de eleitor. Neste ponto, aproximava-se novamente de Guizot¹⁰⁰, para quem “não se pode ter uma sociedade estável, e mesmo uma sociedade de fato, se uma *verdadera aristocracia* não se organiza em seu seio”¹⁰¹. Também se aproximava da concepção compartilhada pelos fundadores da república norte-americana, segundo a qual “embora o povo fosse a fonte da soberania, sua participação tinha que ser tão limitada quanto possível”¹⁰². A partir desta aristocracia, o sistema representativo extrairia a razão pública, o que justificaria, e se resumiria na soberania da razão como soberania social organizada¹⁰³ – não mais da vontade geral ou do povo.

Alberdi chega a estas conclusões a partir de uma experiência concreta (chilena) diante do espelho oferecido pela Argentina, da reflexão sobre um tipo de governo, um tipo de poder em vigência na Confederação Argentina e que “fundado en la riqueza y

⁹⁹ ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata.”. El Siglo, 11/10/1844. In: CB, p. 87.

¹⁰⁰ Referência importante para os intelectuais argentinos e chilenos. Ver: ALBERDI, J.B. **Examen de las ideas del sr. Frías**. In: OC: III, p. 355, onde se encontra uma troca de cartas entre o autor e François Guizot; HERRERA, A. **Ideas para una república**: una mirada sobre la nueva generación argentina. Remedios de Escalada: EdUNLa, 2009, cap. 1; e SUBERCASEAUX, B. **História de las ideas y cultura en Chile**. Santiago: Editorial Universitaria, 2004, p. 65.

¹⁰¹ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 107.

¹⁰² DEPUIS-DÉRI, F. The political power of the words: the birth of pro-democratic discourse in the nineteenth century in the United States and France. **Political Studies**. Oxford, vol. 52, 2004, p.121.

¹⁰³ Cf. ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 94.

distinción de rango es justamente el poder que aquí [no Chile] también existe”¹⁰⁴. Segundo a leitura de Alberdi, a organização política da Argentina conferia uma chave de compreensão para a organização chilena, no sentido do predomínio de um grupo social sobre outro via a limitação de participação política. O salto que a experiência chilena deu ao olhar de Alberdi foi justamente a subtração da violência como instrumento de ação política para a exclusão social da democracia.

Como observou Alfredo Jocelyn-Holt, em artigo sobre a suposta excepcionalidade da sociedade chilena, “o que Alberdi admira da república chilena é seu molde patrício e centralista, que tenha podido conciliar ordem tradicional e republicanismo moderno e que, no momento, exiba uma trajetória institucional provadamente estável”¹⁰⁵. Para Alberdi, alcançar o progresso e o avanço civilizatório não se tratava de uma revolução social ou a expansão da cidadania política aos estratos sociais mais baixos, ao contrário, que “hacer pasar el poder de la clase pensadora y propietaria, a la multitud bárbara y menesterosa puede ser una idea capaz de halagar la ambición del Dictador”¹⁰⁶. Que as garantias de um estado republicano e constitucional estariam ancoradas na estabilidade e na ordem institucional da qual as elites seriam as maiores interessadas e capazes de manter, ao passo que evitariam as chances do surgimento de um caudilho que evoque “la soberanía de la última plebe”¹⁰⁷. Nestes primeiros momentos, de aproximação intermitente com a imprensa, Alberdi assentava a legitimidade do sistema de poder chileno e sua supremacia diante da Argentina, e incorporava a novidade da experiência do representacionismo em sua visão política.

Em artigo desta mesma época, onde se aprofundava num aspecto mais teórico sobre temas que surgiam nos debates com seus adversários, Sarmiento discutia a efetividade dos conceitos de *Constituição* e *República*. Em suas palavras, o Chile constituía uma tábula rasa, onde se percebia o desenvolvimento dos interesses industriais, da educação pública, do sistema republicano, da imprensa periódica, e de onde, por estes meios, “veréis entonces ir saliendo lentamente la república del caos de tradiciones envejecidas y de hábitos despóticos”¹⁰⁸. Como venho insistindo, o texto de Sarmiento

¹⁰⁴ ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata.”. El Siglo, 11/10/1844. In: CB, p. p. 87.

¹⁰⁵ JOCELYN-HOLT, A., ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena” In: GONZALES, F. C. (ed.). **Relatos de la nación**. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005, p. 424.

¹⁰⁶ ALBERDI. op. cit. p. 86.

¹⁰⁷ Ibid., p. 86.

¹⁰⁸ SARMIENTO. “No hay repúblicas en Sud-América”. El Progreso, 16/08/1844. In: OC, IX, p. 110.

apresenta uma complexidade de camadas de leituras, em que se percebe as demandas cotidianas, estratégias retóricas próprias para o apelo público da leitura diária de disputas políticas, de princípios ou práticas políticas, revestidas de polêmicas pessoais, de ataques aos periódicos e seus redatores, o que visava a adesão e tomada de partido do público leitor. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se um discurso político que se projetava para além do contexto imediato.

A distinção mencionada anteriormente por Sarmiento¹⁰⁹ entre ‘maioria numérica’ e ‘minoría ilustrada’ indicava o público ao qual Sarmiento se dirigia de imediato. Ou seja, sob o impacto das repercussões do texto de Bilbao e os ataques renovados da oposição vindos do *Siglo*¹¹⁰ e do *Telegrafo*, o contexto político parecia lembrar, de forma tênue, o clima do momento em que Sarmiento chegara ao Chile. Agora, no entanto, numa chave inversa a daquele momento, ou seja, saindo de uma situação de consenso para uma arena aberta de conflito. Neste sentido, percebe-se que se tornava importante para Sarmiento, como para os demais atores, tentar controlar o discurso público na nova linguagem que circulava na imprensa, nova pelo meio de construção da própria linguagem num espaço aberto, com estabilidade e liberdade: soberania popular, vontade nacional, democracia deixavam ao pouco sua condição de abstrações e estrangeirismos e eram incorporados ao discurso político corrente.

Esses conceitos eram mobilizados pelos autores da discussão e agiam sobre si mesmos, conferindo sentido específico e estabelecendo afiliações e rivalidades, assim, o *Mercurio* e o *Progreso* mantinham-se em um campo político em que os conceitos políticos fundamentais, como democracia, representação, soberania estavam associados a uma concepção política, conforme relatada por Sarmiento, em que as restrições eleitorais designavam as diferentes qualidades e, portanto, capacidade e legitimidade de ação dos cidadãos. Já *El Siglo* e o *Diario del Comercio*, cada qual a sua maneira, expressavam opiniões divergentes, sendo críticos dos veículos considerados apoiadores do governo. O que se verificava inequivocamente era o uso da imprensa como plataforma da opinião pública, de intervenção, de discussão e de fazer política, como uso estratégico de disputa por poder¹¹¹.

¹⁰⁹ Ver nota 87

¹¹⁰ Note-se que a postura dos redatores do *Siglo* eram simpáticas ao ministro do Interior Ramón Irarrázaval e avessas ao presidente e ao ministro Montt.

¹¹¹ Cf. LEIRAS, M. Ladrando a la luna: periodismo, política y legislación en la elaboración de la Constitución de Chile, 1831-1833. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE,

6 - Fim do consenso e novo trabalho de representação política

A inauguração do governo Bulnes em 1841 foi marcada pela promessa de uma anistia geral, como uma “missão especial de apagar até os últimos vestígios das dissensões passadas”, conforme declarava o presidente diante do Congresso¹¹². Como se viu no primeiro capítulo, o chamado Gabinete de ministro do interior Ramón Luís Irrarrázaval conferiu um equilíbrio de forças, com Manuel Montt, ministro da justiça e educação, e Manuel Rengifo, ministro da economia que possibilitou a costura de acordos entre setores mais liberais com os mais conservadores. Em setembro de 1844, Bulnes ausentou-se da presidência por questões médicas e deixou em seu lugar, como de praxe, o ministro do interior. Não somente pela tradição legada por Diego Portales, mas pela atuação como condutor das políticas públicas, o cargo de ministro do interior recebia atenção especial por parte da situação como da oposição e era muitas vezes o alvo preferencial das críticas, mesmo em relação à presidência. Esta forma tornou-se particularmente forte nos primeiros anos de Bulnes, quando a política de tolerância e equilíbrio entre os partidos acabou por deslocar o espaço de conflito do legislativo, onde o predomínio do partido governista era patente¹¹³, para os cargos executivos, tornando-os personagens e cargos de primeira ordem para a configuração política chilena de meados do século¹¹⁴.

Como exemplo dessa proeminência do ministério, foi preocupação de Sarmiento em muitos de seus artigos justificar e legitimar seu lugar e sua atuação diante das câmaras, como fonte legítima do poder e da soberania popular, uma vez que escolhido pelo presidente. Sarmiento comparava, assim, o cenário chileno com o de uma monarquia, na qual, “si la oposición se hace mayoría, derroca el ministerio”, o que não passaria no Chile “porque en la república, el ministerio, esto es, la presidencia, es por cinco años, y no cede su puesto para que se proceda a nuevas elecciones, como sucede en las monarquías cada

2004; GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997.

¹¹² *Apud* COLLIER, S. **La construcción de una república, 1830-1865**: política e ideas. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2008, p. 107.

¹¹³ “Una vez más en las elecciones parlamentarias de 1843 el triunfo del Gobierno fue casi total, así como en la de senadores de 1846”. O livro traz as tabelas de votos por município, província e nacional, dividido por candidato e partido, de acordo com as possibilidades das informações disponíveis. cf. VALENZUELA, G. U. **Historia política de Chile y su evolución electoral (1810 a 1992)**. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992.

¹¹⁴ O capítulo 3 faz uma discussão sobre essa eminência do Ministério do Interior, característica da organização política chilena, levantada pelos próprios periódicos no ano de 1849-1850, quando justamente a presidência deixa de ser poupada pela oposição.

vez que en las cuestiones de política está la oposición en mayoría”¹¹⁵. A montagem do primeiro ministério Bulnes, com Manuel Rengifo, Manuel Montt e Ramon Irarrázaval traduzia esta expectativa de coalizão, ao mesmo tempo que deixava o presidente, virtualmente, distante dos conflitos que ocorressem entre os ministros.

A mudança ministerial em abril de 1845 revelava o lento movimento que se produzia, especialmente do lado dos liberais, em direção à busca pelo poder. Com a morte do ministro Rengifo em março de 45, a saída de Irarrázaval¹¹⁶ em abril e a nomeação do Montt para seu lugar e de Antonio Varas, aliado de Montt como seu substituto no ministério de Justiça e Educação, consolida-se um câmbio político-institucional significativo para o equilíbrio político-partidário interno. As pretensões liberais que estavam atreladas à proeminência de Irarrázaval no ministério ficavam agora desprovidas de abrigo na linha de frente do governo, ao passo que setores mais radicais e antigos opositores consolidavam suas trincheiras na imprensa, sem freios, concessões ou ressalvas, que existiam devido à presença do ministro. Os atritos, que dispersa e timidamente se percebiam em 1844, iam a pouco tomando forma.

Em março de 1845, antes, portanto, da saída de Irarrázaval do ministério, mas já com fissuras evidentes, o jornal *El Siglo* lança um artigo em que, na sequência de uma polêmica com *El Progreso* que durava desde o início do ano, dava o tom do debate e do clima político. Através das palavras do periódico liberal, pode-se ter acesso ao campo de discussão e à expectativa que as partes vislumbravam naquele contexto. “Después de algunos días de silencio”, inicia o redator,

el *Progreso* se nos ha presentado hablándonos en la forma y modo como lo haría un órgano apasionado de esos gobiernos asustadizos (...); se nos ha presentado, vistiendo los andrajos de los escritores de otra época empeñado en probarnos, pero con la misma causticidad, con la misma intolerancia política de aquellos gaceteros de pequeños alcances aferrados con pasión al gobierno a quien tratan de canonizar, empeñados en probarnos ¿qué cosa? ¿Que no hay agitación? En esto estamos conformes, pero también convendrá el *Progreso* con nosotros que puede que la haya, si escritores ministeriales poco juiciosos, en vez de tratar las cuestiones con el tino y la moderación que exigen las circunstancias, empiezan imprudentemente a agriar los ánimos en vez

¹¹⁵ SARMIENTO. “La oposición en las repúblicas y las monarquías”. *El Progreso*, 25/01/1845. In: OC, IX, pp. 123-4.

¹¹⁶ A personagem de Ramón Luis Irarrázaval parece absolutamente interessante do ponto de vista da história política, como um quadro que ocupou um lugar central num período chave para se pensar o liberalismo no Chile; compreender seu papel, bem como sua percepção política, ajudaria a lançar luz sobre as possibilidades de interpretação, arranjo e de ação políticas. Lamentavelmente, o ministro de Bulnes não recebeu até o momento a devida atenção de historiadores ou politólogos, sendo bastante escasso o número de trabalhos sobre ele.

de tranquilizarlos, a herir las susceptibilidades de los partidos en vez de hablarles en el lenguaje atento y razonado que merecen (...)

Deje, pues, el *Progreso* esa tirria mezquina contra el partido pipiolo o liberal a quien llama retrógrado, olvide los antiguos sistemas, y trabajemos a una por generalizar en nuestra sociedad las ideas políticas modernas, el plan de progreso material e intelectual en que ambos convenimos¹¹⁷

O último parágrafo do artigo torna-se interessante desde um ponto de vista do presente, ou seja, da expectativa do autor ao escrevê-lo e do sentido que o texto adquiriria ao ser publicado. É possível que se tratasse de um escárnio, de uma provocação aos editores do *Progreso*, que eles se unissem em torno de um futuro comum; ao mesmo tempo, e dado que alguns dos nomes que estavam em torno do *Siglo*, como Lastarria, eram próximos a Sarmiento, não soaria de todo estranho que houvesse uma aproximação política entre os partidos e tendências na esteira das políticas encaminhadas pelo governo Bulnes e por Irarrázaval. O texto do *Siglo* é de grande relevância para a compreensão do discurso de Sarmiento, pois, demonstra a complexidade do contexto em que se dava o desenvolvimento do seu pensamento político, conflituoso, polissêmico e arredo a definições rígidas, binárias, auto-evidentes da realidade.

A convocação feita pelos editores de *El Siglo*, ainda que possa ser lida de forma provocativa, demonstrava que, talvez, a continuação dos acordos e coalisões que se verificavam até ali – e que davam sinais de fragilidade – faziam parte do horizonte político destes grupos. O fato de o veículo de oposição propor um acordo havia sido incorporado por Sarmiento em seu discurso sobre os papéis da maioria e da minoria no sistema republicano. Uma discussão que vinha se consolidando desde 1843 e seguiria até o fim do período estudado.

en los gobiernos representativos no hay más elementos de gobierno que mayoría ministerial y minoría en oposición (...) Por eso que nosotros hemos establecido siempre como base de un gobierno los partidos, las diversas opiniones en que están dividida la sociedad, ya sea sobre principios políticos, ya sea sobre sistemas puramente administrativos (...). Pero hoy no se habla así de parlamento por una parte y de un ministerio por otra. Cuando este fenómeno raro se presenta, se llama coalición¹¹⁸

¹¹⁷Apud PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013, pp. 280-1.

¹¹⁸SARMIENTO. “La oposición en las repúblicas y las monarquías”. *El Progreso*, 25/01/1845. In: OC, IX, p. 124.

Novamente Sarmiento expressa o conceito de coalizão. Aqui, ele marca uma clara distinção entre sistema monárquico e republicano em torno do critério de montagem do ministério, e da relação entre poder executivo e poder legislativo na formação do ministério e na condução da vida política do país. O ministério, em específico, o ministro do interior, assumia, na linguagem política que se desenvolvia no espaço público chileno neste momento. Os exemplos francês e inglês, como demonstrou Sarmiento, não serviriam de comparação ao caso chileno porque aí o ministério era decorrência das eleições e mudanças do legislativo, que não competia com o Executivo, quer dizer, com a Coroa.

Já no contexto chileno ocorria a adesão do ministério ao Executivo, e devido a seu caráter temporário, a influência do legislativo sobre o ministério estava inserida num rito procedimental do sistema republicano representativo: “la oposición en minoría sirve de estímulo en los debates parlamentarios, los anima y exaspera con sus resistencias y sus ataques al ministerio y a la mayoría”¹¹⁹. Ressalte-se a particularidade da legislação chilena que estabelecia uma rotatividade parcelada da Câmara de deputados e do Senado, havendo eleições intercaladas na proporção de 2/3 e 1/3 do Senado a cada nove anos, e eleições para a câmara de deputados a cada três anos, também proporcional. O que permitia uma renovação bastante acelerada na câmara que enfrentava um corpo mais conservador no senado. Assim, o papel da minoria estava em aceder aos cargos legislativos nas eleições e, mesmo que conseguisse aí uma maioria parlamentar, isso não eliminaria a legitimidade da maioria dos votos do Executivo, que entrariam em confronto eleitoral a cada cinco anos. No entanto como Sarmiento reiteradamente expunha na imprensa, também o parlamento representava o partido da maioria do executivo e que, portanto, não havia, no Chile naquele momento uma oposição organizada e eficiente.

A insistência de Sarmiento no papel decisivo da minoria no sistema democrático, como elemento de movimento, de opinião crítica era sustentada pela absoluta liberdade de atuação na imprensa e de associação partidária: “las oposiciones existen necesariamente, porque es imposible que habiendo libertad no haya dos partidos por lo menos”¹²⁰ e “su objetivo es estar en mayoría para las próximas elecciones (...). Esta es la táctica parlamentaria de las repúblicas”¹²¹. Queria chamar atenção para o fato de

¹¹⁹ SARMIENTO. “La oposición en las repúblicas y las monarquías”. El Progreso, 25/01/1845. In: OC, IX, p. 125.

¹²⁰ Ibid., p. 125.

¹²¹ Ibid., p. 126.

Sarmiento estar tratando das primeiras experiências do liberalismo, não apenas na América, de modo que não são estranhas, nos outros países analisados, as experiências de produção de uma hegemonia partidária nas eleições legislativas movidas primordialmente pelo Executivo, porque sem a maioria também nas câmaras não poderiam governar, “esto es, imprimir a los negocios públicos una marcha conforme en todo a las ideas que componen el programa del partido que manda: este gobierno presenta las leyes, las apoya en las Cámaras y sería absurdo que las Cámaras no las aprobaran”¹²².

Assim, me parece, Sarmiento desenha o quadro de desenvolvimento do regime representativo republicano tal qual se verifica no Chile, que o governo seria bem conduzido porque o governo possui maioria. A referência constante que faz aos casos francês, inglês e norte-americano tem a intenção de que o leitor possa comparar as realidades e compreender a especificidade da situação chilena. Esta estratégia de Sarmiento é reforçada pela prática dos jornais de trazer em sua seção ‘notícias estrangeiras’ ou ‘notícias americanas’ relatos contemporâneos da política interna de outros países, americanos ou europeus, que acabavam servindo de termo comparativo para os autores e os leitores chilenos. Assim, ao tratar dos problemas envolvendo o tema da representação parlamentar no sistema republicano, por exemplo, Sarmiento pontuava que “cuando hablamos de impericia parlamentaria, no solo en las cámaras, sino en la nación entera, nos apoyamos en la historia de todos los pueblos modernos”¹²³, numa referência tanto à fragilidade do conceito de representatividade em meio da sociedade, como parte da cultura política, como ao caráter ainda experimental das práticas representativistas no mundo moderno.

Note-se que Sarmiento escreve desde o ponto de vista de quem está ao lado do poder estabelecido, do partido governante; quando seu olhar se voltava para a situação argentina, a exigência, no entanto, não era pela derrubada de Rosas em defesa de um novo caudilho no poder, mas pela implementação de um regime constitucional, de liberdade de expressão e de participação política. Neste sentido, acredito que a experiência chilena tenha influenciado determinantemente a aposta de Sarmiento no sistema republicano e na estrutura representativa que encontrou no Chile. A estabilidade institucional, bem como a existência dos partidos políticos em pleno funcionamento e da imprensa permitia a

¹²² SARMIENTO. “La oposición en las repúblicas y las monarquías”. El Progreso, 25/01/1845. In: OC, IX, p. 126.

¹²³ SARMIENTO. “Sem título”. El Progreso, 20/01/1845. In: OC, IX, p. 119.

influência da minoria na esfera pública política e criava o contraponto com a censura e a imprevisibilidade ditatorial de Rosas.

Neste momento, Sarmiento já havia experimentado os anos de tensão das eleições de 1841 e agora vivia um período de maior calma do ponto de vista da mobilização política, que havia dado sinais de perturbação com as repercussões da publicação do artigo de Bilbao. Desde o final do ano de 1844 anunciavam-se as tensões entre os partidos conservador e liberal, expressos pelos periódicos, e que se fortaleciam com o início do ano de 1845. A saída de Irarrázaval do governo em abril de 1845 deixava claro os conflitos que despontavam no interior do consenso armado nas eleições de 41. No entanto conforme apontava Sarmiento, baseando-se em Tocqueville e na Constituição norte-americana, o “partido que triunfe impondrá sus convicciones y miras al Presidente, a las Cámaras, a la prensa, al público”¹²⁴. “En la república la opinión dominante se concreta en el Presidente que nombra los ministros a su elección, y desde allí descende en proyectos de ley a influir en la nación entera”¹²⁵. De modo que a disputa deste espaço pela minoria, que ocorria, segundo ele, de forma livre no Chile, reforçava seus argumentos em favor da normalidade do regime presidencialista e republicano, ainda em construção.

No início do ano de 1845, justamente quando a presidência estava ocupada provisoriamente por Irarrázaval, *El Siglo*, na época ocupado por Pedro Godoy, Pedro Felix Vicuña e Victorino Lastarria, entre outros jovens liberais, parecia querer aproveitar a vacância do poder para fortalecer as teses parlamentárias e reverter o poder para as câmaras. Sobre a origem do poder nas repúblicas e nas monarquias, segundo *El Siglo* apontava,

“el peligro está pues en las doctrinas que a predicado el *Progreso*, en esas doctrinas que contradicen abiertamente la forma de gobierno adoptada en Chile; en esas doctrinas, en que so pretexto de revelar hechos, se tergiversa todo lo existente y se emplea el sofisma y la rabia como las armas únicas y poderosas de que puede usarse al sostener un absurdo”¹²⁶

Apelava o periódico para que seu adversário deixasse de rebaixar a Carta de 1828, e admitisse que “esa constitución encierra el pensamiento político de ese partido liberal que tanto le encocora, que hiriendo esa constitución se hieren con ella mil ideas nobles

¹²⁴ SARMIENTO. “Influencia de la opinión”. *El Progreso*, 07/02/1845. In: OC, IX, p. 130.

¹²⁵ SARMIENTO. “Sem título”. *El Progreso*, 11/02/1845. In: OC, IX, p. 137.

¹²⁶ “Polémica con el Progreso”. *El Siglo*, 17/02/1845. In: PAS, H. p. 279.

altamente respetadas por todos los políticos modernos”¹²⁷. Neste contexto, então, se compreenderia melhor aquele último parágrafo deste mesmo artigo antes citado, em que o jornal liberal convocava seu opositor conservador a trabalhar junto por um progresso material e intelectual do país. Ou seja, em um contexto em que a ausência do Presidente alimentava as mobilizações da sociedade civil em direção à ampliação do poder do legislativo no qual, supostamente, os representantes da oposição ou do partido liberal teriam mais oportunidades de sucesso eleitoral e de influência na condução do governo. Talvez seja decorrente mesmo dos acordos e consensos criados no início do governo Bulnes que a experiência transitiva e a formação de coalisões tenham alimentado essa expectativa de um fortalecimento dos partidos de oposição, “que en la época presente y bajo la impulsión del ministerio actual, la libertad ha hechado más raíces y las costumbres políticas y parlamentarias ganado terreno”¹²⁸.

A defesa do regime parlamentar estava presente também no ataque que se fazia ao dito autoritarismo do governo chileno, centrado no presidente, que da parte dos liberais mais radicais nunca cessou. O *Siglo* afirmava que ao se falar da constituição política chilena se tratava de “un país que recién principia a constituirse, y que por tanto necesita más que ningún otro de respeto a sus instituciones y veneración por el sistema que ha adoptado”¹²⁹, o que confirmava uma linguagem aberta no espaço público em que as partes envolvidas disputavam seu uso. “Descendamos al terreno práctico de la cuestión”, conclamava Sarmiento em meio à polêmica, expondo o que ele considerava ser a forma material, concreta da questão. Os *pipiolo*s podem

enhorabuena acumular razonamientos para probar que el sistema actual es malo, o menos perfecto que el inglés o norte-americano; pero eso no probará que pueda sustituirse otro mejor, aunque se cambiase lo dispositivo de la Constitución escrita, porque eso no alteraría en un ápice el espíritu nacional y la falta de hábitos parlamentarios¹³⁰

A disputa entre uma tese parlamentarista e outra presidencialista presente nesta polêmica entre os periódicos é referida no esvaziamento da sala de deputados e o

¹²⁷ “Política interna”. *El Siglo*, 14/03/1845. In: PAS, H. p. 281.

¹²⁸ SARMIENTO. “Sem título”. *El Progreso*, 20/01/1845. In: OC, IX, p. 119.

¹²⁹ “Polémica con el Progreso”. *El Siglo*, 17/02/1845. In: PAS, H. p. 279.

¹³⁰ SARMIENTO. “El caso práctico”. *El Progreso*, 12/02/1845. In: OC, IX, p. 141. Ainda na mesma polêmica, o autor sustentaria que “no tanto en nuestra constitución ni en la influencia del ministerio, corruptora como se ha dicho, se ha de buscar la causa de la incuria de las Cámaras, sino en nuestra común falta de educación para el gobierno representativo, y en los defectos de la raza española, la última en hábitos de gobierno y de libertad”. Cf. SARMIENTO. “Reasumiendo”. *El Progreso*, 14/02/1845. In: OC, IX, p. 146.

consequente emperramento da administração. A ausência dos representantes do povo resultaria, segundo Sarmiento, que as “formas representativas se desacreditan, se constituyen en *pura forma* y al fin hacen nacer en el corazón de los hombres la idea de que tanto valdría que hubiesen Cámaras como que no, con tal que el Gobierno administrase con justicia y en el interés del país”¹³¹. Assim, dado o estado vegetativo do legislativo, o executivo “nos hace muy grande merced en no alzarse con el santo y la limosna”, porém, “nada nos asegura que no lo hará mañana, en el momento en que aparezca un genio ambicioso”¹³², concluía. A percepção temporal sobre o presente dava-lhe noção de fragilidade desta estrutura, uma vez que baseada na vontade do chefe do executivo.

Sarmiento cita *La Gaceta del Comercio* e *El Siglo* na polémica sobre a câmara. O periódico comercial de Valparaíso – de propriedade do pai de Francisco Bilbao – “empieza desde los ministros y derramando desde allí la corrupción y el servilismo a manos llenas sobre todo lo que está a su alcance, Cámara, prensa, opinión pública y oposición”¹³³. Segundo a visão de Sarmiento, não se trataria da fraqueza intelectual ou moral dos deputados na Câmara, como acreditam os editores de *La Gaceta*, a responsável pela ascendência do ministério, mas a ausência de oposição com programa e chefes reconhecidos,

porque no hemos de ir a llamar oposición a la crítica, no siempre exacta, hecha por un joven que escribe en *La Gaceta*, otro que se ensaya en *El Siglo* y un fanático que redacta *El Telégrafo*. Esto no es oposición, porque en tal caso nosotros perteneceríamos a la oposición cada vez que nuestras ideas estuviesen en desacuerdo con las del ministerio. Lo único que esto probaría es que hay libertad de imprenta¹³⁴

Penso que a aposta e a defesa resoluta de Sarmiento no papel do Executivo (presidente e ministros) estivessem associadas igualmente à tentativa de afastar uma tendência ou um argumento de base federalista, que comportasse uma aristocracia caudilhesca, que levasse a uma fragmentação administrativa e a um estado permanente de conflito. A polarização que Sarmiento estabeleceu com os jornais liberais opositores, acredito, passaria, além das próprias questões internas à sociedade chilena, também pelo

¹³¹ SARMIENTO. “Inasistencia en las Cámaras”. *El Progreso*, 06/01/1845. In: OC, IX, p. 113. O tema já havia sido visitado por Sarmiento ao tratar da ausência da oposição, da fragilidade representativa dos partidos de oposição.

¹³² *Ibid.*, p. 113. Limosna é termo usado para designar a esmola dada na Igreja.

¹³³ SARMIENTO. “Sem título”. *El Progreso*, 20/01/1845. In: OC, IX, p. 117.

¹³⁴ SARMIENTO. “Sem título”. *El Progreso*, 20/01/1845. In: OC, IX, p. 118.

reconhecimento do pano de fundo histórico e político da experiência da Confederação Argentina. Isto é, o elogio continuamente tecido ao centralismo do poder, à legalidade das instituições políticas, aos traços liberais com que ele pinta o governo Bulnes envolviam a expectativa de manutenção da unidade administrativa e territorial e do respeito à soberania expressa pela vontade da maioria nas eleições.

Compreende-se o duplo movimento de Sarmiento, por uma parte, estimular a representação política e os mecanismos de atuação da sociedade civil no espaço público como a ação parlamentária, a formação de associações políticas e a atuação da imprensa como espaços de vigilância e exercício do poder¹³⁵, porque, de outro modo, o abandono da câmara conduziria “al despotismo en derecho, al gobierno de uno o muchos por sola su buena voluntad (...).Vendrá la arbitrariedad por *fastidio* de las formas representativas”¹³⁶.Ao mesmo tempo, de outra parte, buscava demonstrar que os ataques da oposição liberal contra um Executivo dito autoritário, fraudulento, guardava em si uma tentativa de derrubada não apenas do presidente, mas do sistema presidencialista. De modo que a defesa que Sarmiento tanto fazia do republicanismo (como presidencialismo) contra o sistema parlamentar (de inspiração nas monarquias europeias) resultava na defesa do sistema político mais do que propriamente da figura do presidente. E será por essa razão também, me parece, que a própria oposição passaria a adotar a estratégia de preservar o nome do presidente Bulnes em seus ataques contra o governo, focando seu alvo na figura do ministro, em especial naquele que era considerado o foco do conservadorismo e da continuação do regime portaliano, o ministro Manuel Montt.

Este recurso da oposição permitiria o esvaziamento efetivo do executivo sem causar uma convulsão de derrubada do presidente, e abriria caminho para a penetração dos liberais no poder, via a concentração de poderes no parlamento. Ainda às voltas com a *Gaceta* e o *Siglo*, o *Progreso* acusava-os de querer estender às províncias as faculdades administrativas do *Consejo de Estado* – órgão criado pela Constituição de 1833 e que servia de árbitro em questões administrativas entre as esferas de poder local e a união, e acusado pela oposição de ser uma ferramenta para o exercício autoritário do Executivo. Declarando-se inimigo da desordem e do despotismo, o redator do *Progreso* considerava

¹³⁵ A título de ilustração, faço referência aos seguintes artigos: “Los mineros”, *El diarismo*”, “Sobre la lectura de periódicos” no tomo 1; “Los suscritores”, “El Semanario”, “La Revista Católica” no tomo 2; “Influencia de la cámara popular”, “Falta oposición”, “La Barra en las Cámaras”, “Relaciones con la iglesia” no tomo IX; apenas para citar alguns artigos, em diferentes momentos da década, em que Sarmiento enfrenta o tema da organização da sociedade civil e suas formas de representação e atuação política.

¹³⁶ SARMIENTO. “Inasistencia en las Cámaras”. *El Progreso*, 06/01/1845. In: OC, IX, p. 116.

que “en vez de reglamentar una locura cometida un día indiscretamente, es mejor o dejarla morir de inacción en lugar de extenderla hasta los confines de la República, o bien procurar su abolición”¹³⁷, porque estenderia para as províncias o poder judicial, o que estaria contrariado o “pensamento que inspirou a nossos legisladores” e sua fé profunda na unidade do poder e na unidade da nação¹³⁸.

Os Conselhos provinciais não representariam o “Presidente de la República, sino al Consejo de Estado”, introduzindo “el desorden, confundiendo los negocios (...) por dar campo (...) a la arbitrariedad”¹³⁹, estabelecendo um conflito de poderes que poderia ser, eventualmente, ocupado por forças locais diferentes do partido governista. Estas pretensões surgem em debates com os jornais *Alfa*, da cidade de Talca, e *Telegrafo*, de Concepción, que defendem as vantagens de as províncias terem “sus magistrados elegidos entre los ciudadanos de la misma provincia con preferencia a los de la capital”¹⁴⁰. A boa intenção do projeto, segundo Sarmiento, não impedia que, “a nuestro juicio”, fosse contra a Constituição e “sería tender insensiblemente a una especie de federalismo monstruoso, que *el Alfa* predica sin darse cuenta de eso”¹⁴¹, o que resultaria em um caos de práticas administrativas fragilizando o vínculo nacional. “No es otro el móvil que lleva a las ciudades argentinas a su perdición. Cada una quiere darse los aires de capital”¹⁴².

Esta conclusão remonta o problema do qual parte a pesquisa, do imbricamento da história argentina e chilena na formação do discurso político de Sarmiento, não apenas em termos de uma análise comparativa entre os dois casos, mas, e sobretudo, da posição da própria interpretação sobre as formas políticas em jogo, sobre a realização do republicanismo em seu contato com a realidade chilena e sua projeção para o outro lado dos Andes. Quer dizer, ao debater com os veículos liberais chilenos sobre uma questão qualquer de política interna, administrativa, a argumentação de Sarmiento desenvolve-se num discurso político montado em distintas camadas que apontam para uma análise pragmática do tema, em função das contingências locais, uma camada em que visava a história política chilena e a consolidação do regime constitucional no jogo de forças entre as tendências políticas no interior do escopo liberal, uma outra camada em que acionava os princípios liberais de seu arcabouço teórico, e, por fim, um nível em que sua própria

¹³⁷ SARMIENTO. “Consejo de Estado (continuación)”. *El Progreso*, 29/05/1845. OC, IX, p. 356.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 358.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 359.

¹⁴⁰ SARMIENTO. “Capacidades locales”. *El Progreso*, 31/05/1845. OC, IX, p. 364.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 364.

¹⁴² SARMIENTO. “Capacidades locales”. *El Progreso*, 31/05/1845. OC, IX, p. 366.

experiência e expectativa políticas fornecia material que atravessavam a construção de seu discurso no espaço público.

7 – Espaço público como espaço de representação

A inserção de Alberdi no cenário chileno deu-se justo neste momento de transição. Isto, me parece, contribui para explicar temas e formas que compõem seus primeiros textos no *Mercurio* e no *Siglo*, nos quais expunha preocupações com as relações internacionais na América do Sul, convergindo para a Confederação Argentina e suas repercussões na política interna chilena. A trajetória de Alberdi pelas letras e periodismo na Argentina, o exílio em Montevideu e Europa, e suas pretensões ao chegar no Chile conformaram um determinado pano de fundo de experiências políticas e intelectuais que implicavam um campo de atuação específico naquele contexto chileno. A opção pela atividade privada desde o primeiro momento, para o que contribuía seu prestígio adquirido, também deu o tom de sua presença na imprensa. Ao contrário de Sarmiento, Alberdi não viveu o processo de consolidação política-institucional e o conflituoso apaziguamento partidário do início governo Bulnes; ao chegar em território chileno, encontrou um cenário já trabalhado e organizado pelos arranjos partidários. As comunicações de Alberdi com outros argentinos no Chile, como Felix Frias, Rodriguez Peña e Manuel Serratea¹⁴³ davam conta de um contexto que servia de contraponto à realidade argentina, de modo que, nos primeiros momentos, seu olhar esteve mais voltado para fora do Chile do que para temas internos, mesmo porque a expectativa de retorno ao país e de queda de Rosas compunham seu quadro de referências político e afetivo.

Em abril de 44, Alberdi estreava com um longo artigo nas páginas do *Mercurio* que se estendia por 6 dias de publicação. Artigos publicados em série não eram, de fato, incomuns, seja porque relatavam acontecimentos contemporâneos, acompanhados de crônicas, seja porque eram originados em textos de análises políticas, econômicas, filosóficas que tinham o formato de textos monográficos, mais comuns em revistas especializadas ou publicações avulsas. Por conta do dinâmico mercado editorial chileno¹⁴⁴, muitas publicações especializadas, ou estudos acadêmicos de membros da

¹⁴³Em carta a Gutiérrez, Alberdi narrava a tentativa de fundar uma publicação mensal que “podrá contar, según pienso, a todo lo que importa a vuestro país y a la América en general”. cf. ALBERDI, J. B.; MARTINEZ, E.; MAYER, J. *Cartas inéditas a Juan Maria Gutiérrez e a Felix Frías*. Buenos Aires: Luz del día, 1953, P. 50; e MAYER, J. *Alberdi y su tempo*. Buenos Aires: Eudeba, 1963, pp. 393-397.

¹⁴⁴JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. *Historia*. Santiago, v. 26, 1992, OSSANDON, C. *El crepúsculo de los sabios y la irrupción de los publicistas*, Santiago: LOM, 1998.

Universidade acabavam sendo publicados na íntegra ou parcialmente nas páginas dos periódicos. Eventualmente a mesma gráfica dos jornais publicava em seguida em folheto esses mesmos artigos, o que passava também com os folhetins. De todo modo, a opção de Alberdi pelo texto mais profundo, analítico, consciencioso, guardava um vínculo com o contexto em que se inseria, com o costume do público leitor e que permitia uma análise mais demorada sobre temas de fundo; e com a prática ou inclinação do próprio autor na adoção de um modelo de escrita e argumentação de tradição mais acadêmica, livresca, que remetia às suas obras já publicadas e de repercussão, como *Fragmento* e artigos de estudos jurídicos¹⁴⁵.

Ao tratar do assunto sobre as relações internacionais na América, Alberdi salientava que não pretendia excitar o governo ou a sociedade chilena a entrar em guerra contra Rosas. No entanto, informa que “no tenemos otra mira que la muy noble y generosa que animó al Pueblo chileno cuando se levanto para contener el vuelo del poder usurpador del general Santa Cruz”, ou seja que a sociedade chilena estivesse atenta aos movimentos militares de Rosas e, por ventura, reeditasse o combate contra a Confederação Peru-Boliviana em 1836. No mesmo momento, Sarmiento escrevia no seu *Progreso* contra o periódico *El Valdiviano Federal* que, em nome da defesa do sistema federalista no Chile “acató a todos los caudillos populares de la República Argentina, que destruyendo todo sentimiento de libertad (...), establecian el despotismo más brutal y el gobierno de uno solo sin otra ley que su voluntad”¹⁴⁶.

A ligação com o *Mercurio*, onde ocupou a redação por um par de meses entre junho e julho de 1844, o ingresso na Universidade, que teve como resultado o tratado *Memoria sobre la conveniencia y objetos de um congreso general americano*¹⁴⁷, e agora a ocupação de um cargo público colocavam o tucumano em uma irrefutável posição de aproximação com o partido conservador. Diferente, no entanto, do movimento observado no caso de Sarmiento, quando sua tomada de posição no espaço público resultava em uma, e de uma, estratégia de campanha e de publicidade do governo, a ação de Alberdi pautava-se por um apego maior ao domínio privado, ou pelo menos de pouca repercussão no espaço público. Quer dizer, mesmo quando escreveu nas páginas do *Mercurio* uma biografia laudatória de Bulnes, então candidato à reeleição, ou quando este mesmo jornal

¹⁴⁵ ALBERDI, J. B. *El gigante de amapolas y sus formidables enemigos*. (1841). In: OC, II; **Fragmento preliminar al estudio del derecho**. (1837). In: OC, I; *Memoria sobre la conveniencia y objetos de un Congreso General Americano* (1844). In: OC, II;

¹⁴⁶ “El Valdiviano Federal”. *El Progreso*, 26/04/1844. OC, IX, p. 350.

¹⁴⁷ Em ALBERDI. OC, II.

publicou excertos de sua interpretação da lei de imprensa de 1846, o autor evitava o confronto e a polêmica como instrumentos de autopromoção ou de barganha. Talvez prevalecesse aí a preocupação com a carreira privada de advogado, a preservação de um tom de cordialidade e respeitabilidade no trato com os adversários, o que se alinharia com a forma mesma discreta com que estabelecia um campo retórico segundo a argumentação calculada, racional para lidar com as polêmicas e disputas que ocorriam na imprensa.

O ano de 1845 é marcado pelo acontecimento, enorme para a história argentina e da literatura latino-americana, da publicação de *Facundo. Civilización y barbarie*¹⁴⁸. Como dito anteriormente, dada a exegese bem estabelecida, não faz parte da intenção desta pesquisa uma análise detida sobre a obra. Sim, no entanto, uma breve análise sobre o entorno da publicação, sobre o sentido que a obra adquire no conjunto do desenvolvimento do discurso político de Sarmiento. “Aquí se espera a don Baldomero García y probablemente todas las diferencias se arreglan con facilidad. El gobierno marcha sin oposición”¹⁴⁹, escrevia Sarmiento a seu amigo Jose Posse em janeiro de 1845. Isso quer dizer que a vinda do emissário oficial do governador de Buenos Aires ao Chile, com objetivo de negociar a reabertura das vias comerciais entre os dois países, já era sabida desde o início do ano. De modo que desde este momento, é possível supor, Sarmiento fomentasse a ideia de escrever contra a presença de Garcia, ou já colecionasse as informações que acabariam redundando nos artigos de ‘Vida de Quiroga’. Com segurança, no entanto, a primeira metade do ano assistiu à publicação de diversos artigos que tratavam da Argentina, o que levou, mais uma vez, a debates acalorados entre os periódicos.

Com os artigos “La cinta roja de la legación argentina”, “Rumores sobre la política argentina”, “Interés de Chile en la cuestión del Plata”, “La causa de Bedoya”, entre outros, Sarmiento, desde as páginas do *Progreso*, imprimia na opinião pública chilena cores fortes contra os funcionários de Rosas, imputando-lhes prejuízos comerciais para a economia nacional, devido ao corte de comunicação com a região de Cuyo, e uma afronta à liberdade de expressão e de associação devido à ostentação dos símbolos federalistas, inclusive com a divisa “mueran los selvajes unitarios”.

¹⁴⁸ Publicado entre maio e junho de 1845 na seção ‘Folhetim’ do *Progreso* como “Vida de Quiroga” e editado como livro em julho do mesmo ano.

¹⁴⁹ SARMIENTO. “San Felipe, 29/01/1845”. In: Epistolario entre Sarmiento y Posse, 1845 – 1888. t. I. Buenos Aires: Archivo Museo Histórico Sarmiento, 1946, p. 27.

El Siglo, reproduzido no *Progreso*, montava da seguinte maneira a trama dos periódicos contra os representantes do governo argentino que já se encontravam no Chile: “*El Araucano* es oficial, *El Progreso* es semi-oficial. El primero es diario del gobierno, el otro del ministerio. Esta es una insinuación al enviado para que sepa que el ministro es el enemigo de Rosas, pero que el gobierno no”¹⁵⁰. Além da questão relativa à política interna entre o ministro Montt e o governo, *El Progreso* acusava *El Siglo* de coadunar-se com os funcionários de Rosas em sua perseguição aos exilados argentinos, em especial a Sarmiento, localizando em uma facção – e não no governo – a animosidade contra o vizinho platino.

A visita da comitiva argentina mobilizou a imprensa local e recolocou o tema da nacionalidade argentina, e do estrangeiro, como um problema, o que motivava o surgimento de publicações organizadas e voltadas para este público – num movimento que já havia ocorrido no início da década. Tratando de uma publicação voltada para assuntos políticos e culturais da América do Sul, Alberdi escrevia a Juan Maria Gutiérrez que “en el asunto de la proyectada publicación mensual, hallo la gente tan bien dispuesta, tan desinteresada, tan generosa como cuando se escribía el *Iniciador* de feliz recordación. Sarmiento es el más exaltado, y esta circunstancia es de peso”¹⁵¹.

Como notou Diana Sorensen, o clima e os debates na imprensa reforçavam o impacto de *Facundo*, assim, “um leitor que se voltasse a *El Siglo* ou mais tarde a *El Diario de Santiago* encontraria todas as posibilidades de ler o *Facundo* ‘em contra’ (...). ‘Es una obra la más fecunda en desatinos, plagios y en mentiras’”, cravava *El Siglo* poucos dias antes de anunciar “guerra y muerte al redactor del *Progreso*”¹⁵². Em agosto, *El Diario de Santiago* publicou uma paródia de *Facundo* com Sarmiento no papel principal rebatizado de ‘Pantaleón del Carrascal’¹⁵³. Também seus compatriotas dividiam as críticas ao livro. Gutierrez ao escrever a Alberdi avaliava que “todo hombre sensato verá en el una caricatura (...), la República Argentina no es un charco de sangre: la civilización nuestra

¹⁵⁰ SARMIENTO. “¿Por qué nos ataca El Siglo?”. *El Progreso*, 01/05/1845. In: OC, VI, p. 145.

¹⁵¹ ALBERDI. “Carta a Gutiérrez. Santiago, 26/06/1845”. In: ALBERDI, J. B.; MAYER, J.; MARTINEZ, E. (comp). *Cartas inéditas a Juan Maria Gutiérrez y a Felix Frías*. Buenos Aires: Luz del día, 1953, p. 50. Referia-se à publicação organizada por exilados argentinos em Montevideu na qual ambos haviam participado. A referência a Sarmiento é interessante sob dois aspectos, pela relevância e reconhecimento que o sanjuanino possuía entre os argentinos e sua penetração na opinião pública, e pela simpatia com que Alberdi observava sua atuação.

¹⁵² SORENSEN, D. *El Facundo y la construcción de la cultura Argentina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 1998, p. 52.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 52. Trata-se de uma localidade na província de Cuyo onde seus opositores, nominalmente Pedro Godoy, redator do *Diario de Santiago*, acusavam-no de haver cometido crimes entre 1840 e 41.

no es el progreso de las escuelas primarias de San Juan”¹⁵⁴ Nestes breves exemplos é possível vislumbrar o universo de informações conflitivas que formava o contexto de publicação da obra prima de Sarmiento, e que lhe dá sentido do ponto de vista histórico.

Neste mesmo período, os vínculos entre oposição e governo dissolvem-se definitivamente. A linha editorial adotada por *El Diario de Santiago* remontava o clima bélico do período 1839-1841 e, com a saída de Irarrázaval do ministério, suas miras voltavam-se para Manuel Montt, estendidas para Sarmiento dada a aliança entre os dois¹⁵⁵. Em agosto de 1845, o *Progreso* considerava que as eleições se aproximavam, o que explicaria a virulência dos ataques que membros do governo recebiam, porque a primeira coisa que buscaram os partidos de oposição “es el delator de oficio, el literato difamador (...). El difamador público no tiene partido (...) está escribiendo *La Guerra a la Tiranía*”¹⁵⁶.

A referência ao periódico *pipiolo* do início da década reavivava antigo conflito entre Pedro Godoy, Pedro Felix Vicuña, Juan Nicolás Alvarez e estabelecia a filiação de *Diario de Santiago* – uma vez que os artigos eram assinados só excepcionalmente, a citação de Sarmiento trazia à memória do público leitor o lugar ocupado por este periódico, ressaltando inclusive os transtornos que trouxe a seus aliados e o afastamento de membros do partido liberal. O estabelecimento deste campo de autoridades e personagens era importante em vista justamente da reorganização de forças com a mudança ministerial e com a chegada das eleições de março de 1846, quando, novamente, a arena da imprensa seria movimentada pela competição eleitoral e seus competidores. *El Diario de Santiago* vem à luz, em julho de 1845, com um propósito político delineado: a oposição ao ministério Montt e a campanha eleitoral de oposição.

Em fins de agosto, o jornal faz uma denúncia contra autoridades municipais de se apropriarem de recursos destinados à polícia da cidade. O funcionário acusado entrou com uma representação legal contra o periódico, que foi recebida no início de setembro e acompanhada por mobilizações populares a favor do jornal no entorno do Tribunal.

¹⁵⁴ “Gutiérrez a Alberdi, 06/08/1845”. *Apud* Ibid., p. 56.

¹⁵⁵ “Don Andrés Bello, subsecretario de relaciones exteriores, don Miguel de la Barra, intendente de Santiago, don Ramón Rengifo, subsecretario del ministro del Interior (...) fueron también ofendidos más o menos vivamente en aquel desencadenamiento de odios más que de pasión política”. Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 66.

¹⁵⁶ SARMIENTO. “Literatura Negra”. *El Progreso*, 08/08/1845. OC, II, p. 303. Os artigos que apareciam desde março de 45 em *El Siglo* assinados ‘El Rebujo’ eram de Godoy, quem também passou a editar, junto com Pedro Felix Vicuña, um periódico de circunstância chamado *El Republicano* “dirigido a demostrar que o autoritarismo do ministro Montt estava se apoderando da vontade do presidente da República”. Cf. BARROS ARANA, D. op. cit., p. 63.

Como estratégia de defesa, Godoy responsabilizava um indivíduo desconhecido do meio político como autor do referido artigo, além disso fazia convocações públicas aos opositores do governo para comparecerem ao julgamento, que seria uma demonstração do caráter despótico do governo, orientado pelo ministro Montt¹⁵⁷. A mobilização popular a favor de Godoy, segundo Barros Arana, ocupava a praça pública diante do tribunal e também a sala onde ocorria o julgamento. Esta percepção do apelo da mobilização era parcialmente compartilhada por Manuel Montt que, em comunicação privada com o Intendente de Valdivia, avaliava que “existe um pequeno número de gente descontente e que encabeçada e dirigida pelo antigo redator da *Guerra a la Tirania* tem tomado o nome de oposição. *El Diario de Santiago* (...) serve de órgão a este pequeno círculo”¹⁵⁸. E que com motivo do juízo contra o jornal, reuniram “uns duzentos homens, em sua grande maioria de manta e calça curta e a quem se fez cantar vitória a don Pedro Godoy, e atirar algumas pedras contra os vigilantes”¹⁵⁹.

Segundo correspondência publicada por *La Gaceta del Comercio*, a absolvição do periódico teria sido celebrada pelos entusiastas de Godoy e pela aglomeração que se formava nos arredores do tribunal, e teria dado início a um tumulto com desordens envolvendo as forças policiais. Dois indivíduos, ligados ao grupo *pipiolo*, com passado de participação na administração Pinto e em eventos de enfrentamento e levantes contra o governo Prieto, foram responsabilizados como incitadores da população¹⁶⁰. A mesma *Gaceta* publicava uma correspondência em suas páginas que narrava a presença de duas mil pessoas mobilizadas em torno do julgamento e dentro da corte, o que provocou a suspensão da primeira sessão, e em seguida saíam às ruas saudando Godoy com os gritos de “Viva el defensor del Pueblo; Vivan los liberales; viva la oposición, y Mueran los ministeriales; Abajo el ministerio Montt”¹⁶¹.

Ao lado do entusiasmo com que, aparentemente, parte da população apoiava Godoy, observa-se o apelo partidário em torno dos liberais e contra o ministro Montt, confirmando aquela percepção de que o lugar ocupado pelo ministério suplantava o da presidência como antagonista ou vilão no discurso e no imaginário políticos. Além disso,

¹⁵⁷ Cf. ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 77.

¹⁵⁸ *Apud* SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 198.

¹⁵⁹ *Apud* Ibid., p. 198.

¹⁶⁰ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 79.

¹⁶¹ *La Gaceta del Comercio*, 13/09/1845. *Apud* SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 198.

ainda que o remetente da correspondência fosse um partidário de Godoy ou mesmo um redator do jornal forjando um leitor, deveria ser clara para o público a linguagem e os conceitos utilizados, de modo que ‘oposição’, ‘ministério’, ‘liberal’ eram perfeitamente identificáveis pelo público leitor.

Segundo Montt, em uma perspectiva algo distinta, podia dizer-se com bastante exatidão, “que os partidos estão reduzidos a proprietários e não proprietários, gente de fraque e gente de manta. A esta última classe é a quem se dirige don Pedro Godoy, e a quem se associaram don Pedro Felix Vicuña (...) e uma dúzia de gente perdida”¹⁶². O reconhecimento das filiações partidárias era de grande importância para a ação e a estratégia política de Montt nesse momento e recrudescimento dos ânimos políticos. Para o ministro do interior, este grupo de Godoy estaria isolado, nem os grupos mais conservadores e “nem os exaltados liberais queriam pertencer a ele (...). Conta, pois, o Governo a seu favor com a decidida e eficaz cooperação do partido conservador, e com a que lhe prestará também o mesmo antigo partido liberal”¹⁶³.

Os relatos davam conta da movimentação popular em torno dos liberais e contra o governo. A memória dos acontecimentos de 1844 estavam ainda vivas e a coincidência dos envolvidos reforçava a continuidade do conflito entre liberais e governo. Ocorre que a presença de ‘gente de manta’, ou seja, as camadas mais baixas, os trabalhadores, os artesãos, nestas mobilizações devia causar apreensão nos círculos governistas. Mas não apenas. Como se viu, a tradição liberal democrática vinha desde os anos 1830 ocupando espaços populares, a aproximação de setores do partido liberal ao lado deste discurso, com Bilbao, Lastarria, Godoy, por exemplo, mesmo que de forma estratégica, criava um sentido de unidade de classe entre liberais tradicionais, *pipiols* e conservadores tradicionais, os *pelucones*, daí o isolamento a que se refere Montt em relação a Godoy. De toda forma, agregava-se um novo elemento para o cálculo político neste contexto.

“Prepárese para la declaración de sitio, ya se corre, y también se corre que Bulnes piensa obligar a Montt a que haga su renuncia”¹⁶⁴, seguia a correspondência da *Gaceta*. Com a menção à possibilidade de decretação de estado de sitio – dada a evidente antipatia que este dispositivo despertava na sociedade pelo seu frequente uso na década anterior –, o autor da carta apresentava um possível problema (o sítio) e uma possível solução (a

¹⁶² Apud SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 198.

¹⁶³ Apud Ibid., p. 199.

¹⁶⁴ *La Gaceta del Comercio*, 13/09/1845. Apud SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958, p. 199.

renúncia) para a crise que via se desenhando. A temeridade não era despropositada. Conforme apontam Loveman e Lira¹⁶⁵, Chile foi o primeiro país sul-americano a incorporar em sua constituição, em 1833, o regime de estado de sítio, sendo mais um elemento permanentemente contestado pelos liberais do autoritarismo da Carta. Conforme notou Luís Alberto Romero nesta década de 1840, “a capacidade dos pipiolo ou liberais para ganhar a rua era um elemento original na cena política santiaguina”¹⁶⁶. Se cotejadas as duas afirmações, percebe-se que as expectativas não eram exageradas.

Ao longo das décadas anteriores, mobilizações políticas, motins, revoltas já haviam ocupado às ruas de Santiago e de outras cidades¹⁶⁷, no entanto, referia-se aqui o historiador argentino à capacidade de mobilização política para fazer pressão sobre o governo num contexto de normalidade democrática. A atividade da oposição, acrescida de membros dissidentes do governo desde a saída de Irarrázaval, passou a basear-se em reuniões públicas e convocações aos “artesãos e outros elementos populares que prestavam serviço na Guarda Nacional, em uma perspectiva de organização de grupos de ‘soldados cívicos’ que contrabalançassem a influência do governo”¹⁶⁸.

Em julho de 1845 se publicava nas páginas do *Diario de Santiago* uma iniciativa ocorrida em Valparaíso de se recolher fundos para a criação de uma imprensa de artesãos¹⁶⁹; ao mesmo tempo, aparecia um modesto periódico intitulado *El Duende*, redigido por um artesão, Santiago Ramos, e que se dirigia aos trabalhadores e artesãos em uma linguagem direta e violenta contra o governo conservador, em especial contra o ministro Montt, no que convinha à oposição, mas também contra as elites¹⁷⁰, quando despontavam seus desacordos. O espaço público chileno ganhava novos agentes, tornando-se ainda mais complexo com o incremento dessa esfera de trabalhadores e artesãos na imprensa e associações.

¹⁶⁵ LOVEMAN, B.; LIRA, E. **Las suaves cenizas del olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1841-1932. Santiago: LOM, 1999, p. 57.

¹⁶⁶ ROMERO, L. A. **La Sociedad de la igualdad**. Buenos Aires: Editorial Instituto Torcuato di Tella, 1978, p. 42.

¹⁶⁷ Além da própria Batalha de Lircay e do assassinato de Portales, Sergio Grez e Marianne González le Saux (ver bibliografia) apresentam em diferentes momentos mobilizações de trabalhadores artesanais e convocatórias de guardas cívicos que agitaram a sociedade chilena na primeira metade do século XIX.

¹⁶⁸ GREZ, S. GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997, p. 292.

¹⁶⁹ *Diario de Santiago*, 26/07/1845. *Apud* GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997, p. 292.

¹⁷⁰ Cf. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 118, seu primeiro número saiu em 7 de agosto de 1845 e durou apenas 4 edições. Sua importância deve-se mais como precursor de outro periódico do mesmo autor, *El Pueblo*, do qual se tratará em seguida.

Como efeito involuntário dos primeiros anos de governo Bulnes, parecia ter ficado como legado o impulso associacionista e a pretensão de, por meio da organização sociedade civil, estabelecer-se uma via de acesso à intervenção na condução da vida política da sociedade. Se no início da década esse movimento foi bastante marcado pela aparição de periódicos e panfletos que buscavam servir de “respiradouros” dos grupos, agora, além das publicações, surgiam sociedades com motivações políticas, algumas com traços de classe em sua origem.

8 - Associacionismo, imprensa e participação popular

Em outubro de 45¹⁷¹, grupos ligados ao partido conservador, “mas também alguns de tendência liberal”, criaram a *Sociedad del Orden*¹⁷². Composta, entre outros, por Ramon Rengifo, irmão do ex-ministro da fazenda Manuel Rengifo, que nos anos 1820 havia tido experiência como impressor de panfletos e periódicos destinados ao público de artesãos¹⁷³, tornou-se responsável pela edição do periódico *El Artesano del Orden*. Também confrarias religiosas faziam parte deste movimento e serviram para dilatar a base social da associação. Poucos dias depois, e percebendo a estratégia do periódico conservador de apelar para os artesãos, “liberais mais avançados, liderados por Pedro Felix Vicuña, Juan Nicolás Alvarez, José Victorino Lastarria e Manuel Bilbao (...) criaram (...) a *Sociedad Democrática*”¹⁷⁴, formada por jovens estudantes deste ‘aristocrático club’, como o definia o historiador Sergio Grez. E com a intenção de atrair setores trabalhadores para as fileiras liberais, alguns de seus membros foram responsáveis pela criação da *Sociedad de Artesanos de Caupolicán*, que se inseria em um projeto mais

¹⁷¹ Desde setembro de 1845, Sarmiento parte em viagem para Europa, e que se estenderia pela África e Estados Unidos, em nome do governo chileno com a missão de investigar os sistemas educacionais dos países, estabelecer parcerias e elaborar um plano de educação para a república em sua volta. Esta missão transformou-se em seu importante livro *Viajes*. Ele retornaria ao Chile em 1848, com breves participações na imprensa, dedicando-se à elaboração do projeto de educação pública que seria publicado e defendido no parlamento em 1849, ano em que Sarmiento volta a sua atividade normal na imprensa, à frente do periódico *La Crónica*.

¹⁷² GREZ, S. op. cit, p, 295.

¹⁷³ Cf. DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en el Chile decimonónico. *Revista Universum*. Talca, Editorial Universidad de Talca, n. 13, 1998, p. 89.

¹⁷⁴ GREZ, S. op. cit., pp. 295-6. A nomeação destas personagens não é aleatória, são nomes que já apareceram em outros momentos, eventualmente em campos distintos. Lastarria e Felix Vicuña, por exemplo, no início da década de 1840 encontravam-se em lados opostos em relação ao governo Bulnes, como adito e ferrenho opositor. Desde a saída de Irarrázaval, como já mencionado, houve uma reorganização das forças, o que permitiu a aproximação entre opositores de distintas cores. Esse novo momento

ambicioso por parte dos liberais, como se vê na seguinte publicação do *Diario de Santiago*:

Siendo el único fin de los socios trabajar para obtener una votación libre de toda influencia extraña y funesta (...) cada cual se encarga de invitar a todos sus amigos que sean maestro de taller, o tengan una ocupación honrada (...), de modo que a imitación de la Sociedad Caupolicán, formalicen otras, hasta establecer el número de cuatro sociedades matrices de artesanos, todas las cuales, obrando de acuerdo, lograrán comunicar la independencia y dignidad con que deben prestar su sufragio en las próximas elecciones¹⁷⁵

A esta, seguiram-se as sociedades *Lautaro* e *Colocolo*, ainda que com dimensões mais reduzidas e pouco impacto sobre os trabalhadores, seu aparecimento impressionaram os círculos mais conservadores que assistiam, ainda que nominalmente, à organização dos trabalhadores associados aos liberais, numa aberta competição com a oficialidade pelo recrutamento das classes baixas. E, assim como *El Artesano del Orden*, as sociedades liberais publicaram *El Artesano Opositor*, como instrumento de captação das simpatias populares em meios aos artesãos.

Ambos, assim aposta a historiadora Marianne González le Saux, constituíram-se como “órgãos de expressão de conservadores ou liberais, que trataram de adaptar seu discurso a estes setores titulares do direito ao voto”¹⁷⁶. A variação do uso pronominal entre nós/vocês nos textos dos jornais, tornava flagrante a assimetria entre sujeito e objeto do discurso, como se vê na seguinte convocação: “Compañeros: se acerca el grande día en que vuestra elección y que vuestra conducta van elevar la patria al rango de libertad y gloria que nuestros sacrificios merecen”¹⁷⁷. Além da evidente distinção entre o leitor, que vota, e o que escreve, há também a distribuição das responsabilidades sobre as consequências do voto: ‘vuestra’ responsabilidade em justificar ‘nuestro’ sacrificio, de modo que o uso das massas eleitoras, como a Guarda Nacional, por exemplo, pelo governo, deixava claro a importância do controle do voto popular para os liberais. Ao mesmo tempo, ocorre uma progressiva conscientização, verificada pelas mobilizações e pelas demandas expressas ou retratadas nos jornais por parte dos trabalhadores e artesãos

¹⁷⁵ “¡Viva la democracia! Sociedad de Artesanos de Caupolicán”. *El Diario de Santiago*, 25/10/1845. *Apud* GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997, p. 296.

¹⁷⁶ GONZÁLEZ le SAUX, M. **De empresarios a empleados**. Clase media y Estado docente en Chile, 1810-1920. Santiago: LOM, 2011, p. 69.

¹⁷⁷ “Editorial”. *El Artesano Opositor*, 28/01/1846.

em torno das eleições, que foi decorrente da regularidade e normalidade que o processo eleitoral vinha adquirindo, e também da contestação ao recrutamento forçado justamente entre os artesãos e trabalhadores para compor a Milícia.

A atuação destas associações de artesãos era alvo também da desconfiança dos próprios artesãos “por culpa do descrédito em que haviam caído os repetidos chamados ao melhoramento do povo lançados em épocas eleitorais pelos diferentes partidos”¹⁷⁸. No próprio *Diario de Santiago* lia-se uma crítica assinada por “dois carpinteiros” dirigida a Santiago Ramos, artesão, membro da Sociedad Caupolicán, enquanto era redator do periódico *El Duende*:

¿No es verdad también que siempre en estas mismas circunstancias se nos ha hablado en su mismo lenguaje, y nos han prometido proteger las artes? (...) Y cuál es la recompensa que hemos recibido por nuestros sacrificios? [...]: estar siempre esclavizados en el cuartel en guardias, ejercicios y demás gabelas¹⁷⁹

Santiago Ramos seguiria adiante na carreira de periodista, contribuindo com uma imprensa que por primeira vez de forma sistemática, “protagonizaram uma imprensa autônoma opositora do artesanato, com periódicos escritos por artesãos opositores, dirigidos a artesãos, e que promoveram uma agenda política radical para artesãos”¹⁸⁰. Na seção de ‘Avisos’, onde geralmente se publicavam anúncios pagos, o *Diario de Santiago*, no início de 1846 (as eleições seriam em março), dirigia-se “A los Artesanos”, informando-os que “*El Pueblo*, nuevo periódico de Oposición saldrá a los miércoles de la Imprenta del Pueblo, calle de Galvez. *El Artesano Opositor* saldrá de la Imprenta de la calle Ahumada. Ambos periódicos se darán gratis a los artesanos”¹⁸¹. A passagem do ano marca o início do debate aberto acerca das eleições presidenciais, o que permitia vislumbrar os tons e o contexto que iam se desenhando no discurso político sobre democracia, representação e participação política, e o papel desempenhado pela imprensa neste novo cenário.

A presença dos artesãos no campo de preocupações das elites políticas, expressas na imprensa, devia-se, é certo, à questão eleitoral e à busca dos votos desta camada, mas

¹⁷⁸ GREZ, S. *De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general*. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997, p. 294.

¹⁷⁹ “Correspondencia”. *Diario de Santiago*, 18/08/1845. *Apud* GREZ, S. op. cit. p. 294.

¹⁸⁰ DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en el Chile decimonónico. *Revista Universum*. Talca, Editorial Universidad de Talca, n. 13, 1998, p. 96.

¹⁸¹ “Avisos”. *El Diario de Santiago*, 01/01/1846.

também refletia um conjunto de mudanças que se apresentavam na década de 1840, como a expansão do setor manufatureiro numa sociedade que expandia o mundo urbano, a imigração de artesãos europeus e o crescimento econômico do país¹⁸². Segundo o cálculo de Gazmuri, em 1850 existiriam na província de Santiago em torno de 6,000 artesãos e outros 1,000 imigrantes, em uma população de 90,000 habitantes, que poderiam ser “participantes ‘potenciais’ nas comoções políticas revolucionárias desses anos”¹⁸³. Isso certamente dava às mobilizações populares de 1844 e 45 e às disputas que se faziam pelos jornais uma materialidade forte e, num quadro de competição partidária, com intenso apelo a estes grupos, uma perspectiva tensa em torno da possibilidade de motins e levantes, como se verificaram na década de 1830.

O *Mercurio*, periódico que se mantinha ligado ao governo Bulnes, replicava a *El Diario de Santiago* chamando atenção dos leitores, “pongan, pues, atención los ilusos, el Pueblo roto que adula, abraza y cuyos pies besa el hipócrita republicano, que el día que llega el caso dice, ‘yo no soy como el resto del Pueblo, *Tengo Fueros*’”¹⁸⁴. Poucos dias antes, o mesmo *Mercurio* havia ridicularizado *La Gaceta del Comercio* por ter elogiado *El Diario*, o que deixava claro os lugares ocupados por cada um dos diários, ao qual se somava *El Progreso* do lado governista.

A poucas semanas das eleições parlamentares, a imprensa intensificava seu apelo aos trabalhadores: “*Artesanos de Valparaíso!* El partido conservador, el partido del Orden y de las Garantías, el partido que propone para presidente el general Bulnes (...)”¹⁸⁵, iniciava um artigo de *El Mercurio*, que também republicava em suas páginas um texto do periódico *El Rayo*¹⁸⁶, ressaltando a visão de que “todo empeño de la Oposición está en ganarse a los Artesanos (...). Ilusos son los Opositores al asegurarse que habrán hombres tan estúpidos que no sepan apreciar las condiciones del presente”¹⁸⁷. No mesmo sentido, o *Progreso* publicava um editorial com o título “A nossos amigos os Artesãos”, denunciando as ações da “inmunda Oposición” contra os trabalhadores em seus papéis. “Abrid la *Gaceta*, el *Diario*, el *Guardia*, el *Artesano*, el *Voto Libre*, el *Duende*... leedlos todos, y no encontrareis en sus páginas sino la misma idea, su idea favorita, retrograda y

¹⁸² Cf. GAZMURI, C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998, pp. 42-43.

¹⁸³ Ibid., p. 52.

¹⁸⁴ “Editorial”. *El Mercurio*, 16/01/1846.

¹⁸⁵ “Nota no editorial”. *El Mercurio*, 01/03/1846.

¹⁸⁶ Periódico de curta duração, publicado por ocasião das eleições de março, como propaganda do partido conservador em apoio a Bulnes.

¹⁸⁷ “La Oposición y los Artesanos”. *El Mercurio*, 08/03/1846.

aristocrática; la idea de abolir el voto universal, y dejálo solo a los ricos y a los nobles”¹⁸⁸, e, portanto, convocava os artesãos a votarem pelo governo, que cuida e protege a esta classe em luta contra as tendências aristocráticas da oposição, que, segundo o mesmo artigo, comprava e corrompia os artesãos “sin excluir de entre sus medios las revueltas y la guerra civil”¹⁸⁹ para capturá-los.

Dias depois, o mesmo *Progreso* perguntava ao seus leitores, em explícita provocação, “cuando la Constitución presenta infinitos medios de verificar reformas pacíficas (...), de donde, pues, le viene al *Diario de Santiago* el derecho de predicar la guerra civil como único remedio de los males de la sociedad?”¹⁹⁰. Por seu lado, *La Gaceta del Comercio*, ponderava que

con un congreso que no fuera la hechura del gobierno no se habría visto el escándalo de convertir un sistema eclético de pacificación y de orden para el cual se habían depuesto las armas de todos los partidos en las aras de una paz consolidada por un pacto; no se habría visto la variación súbita de la enseña que levantara el presidente Bulnes a su elevación y convertida en otra manifiestamente absolutista (...). Pues bien, ha habido esta notable deslealtad, un régimen de política moderado que inspiró las confianzas de una gran mayoría, se cambia en otro de arbitrariedad y absolutismo (...) apenas por la voluntad de un individuo constituido en jefe (...). Nuestra forma de gobierno ha sido en alto grado pervertida por os torpes caprichos de impudentes ministros¹⁹¹

A passagem extensa é notável, porque além de demonstrar o aumento da tensão no diálogo entre os periódicos, ela pauta também a ação do ministro Montt na condução despótica do governo com a conivência de um congresso que era “hechura del gobierno”, ou seja feito pelo governo, a ele submisso; a crítica acontecia há poucos dias eleições e, por certo, tinha um claro objetivo eleitoral. Ademais, o texto cita que o período de pacificação entre os partidos havia sido interrompido pela súbita mudança de atitude do governo e do congresso, mas, novamente, é nomeada a vontade de um homem, do ministro, para o estado de conflito que se armava entre governo e oposição. O editorial da edição do dia seguinte, reforçaria este clima, ao acusar que “hay un empaño grande en

¹⁸⁸ “A nuestros amigos Artesanos”. *El Progreso*, 06/03/1846. El Voto Libre foi um folheto distribuído gratuitamente e impresso na Imprenta del Pueblo, a mesma de Santiago Ramos cf. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 346.

¹⁸⁹ *Ibid.*

¹⁹⁰ “La revolución. Predicada por el Diario”. *El Progreso*, 07/03/1846.

¹⁹¹ “Editorial”. *La Gaceta del Comercio*, 07/03/1846.

presentar el país a pique de encenderse en una revolución civil. Los actos todos del gobierno y el giro violento de su prensa así lo demuestran”¹⁹². O uso das palavras guerra civil, conspiração, revolta tomavam conta da imprensa, dos diários e especialmente dos panfletos, e se tornavam armas comuns contra adversários nas páginas dos periódicos. A passagem dos anos 1845 e 1846 marcou a mudança de linguagem usada na esfera pública política, com o reconhecimento do conflito por todos os lados e a imputação das responsabilidades na crise que se abria ao adversário. Neste mesmo sentido, seguia *La Gaceta* em seu ataque a imprensa ministerial,

“esa prensa que pide cadalsos para los facciosos, esa prensa que estimula a los golpes terroristas (...). Que nos hace pensar esa prensa difamadora y maldiciente, sino es, que nos hallamos al borde de un abismo del que ya no será tiempo de salvarnos sino es cortando cabezas y sujetando la nación a las leyes de la más desenfadada tiranía? (...) ella misma señalando el camino fatal de la discordia civil (...) Y todavía más, para preparar mejor los ánimos a la violencia, con la que únicamente se puede salvar un ministerio impotente (...) Mientras tanto, séanos permitido deducir de todos estos antecedentes que el ministerio es el único que a la verdad conspira; que incita a la rebelión disparando a todas partes sus flechas envenenadas”¹⁹³

Tornava-se explícito o tema da guerra civil e da revolta; era uma acusação que partia dos dois lados. O texto acima enfatiza a estratégia do governo de incitar o assunto, acusar a oposição, como recurso para justificar suas próprias ações, ou nas palavras da *Gazeta*, a sobrevivência do ministro, sacrificando por isso todos os acordos tecidos com os liberais. Ou seja, desde a saída de Irarrázaval que a oposição liberal percebe sua perda de influência no governo e articula a retomada de seu lugar através da queda de seu principal opositor, Montt.

Como muito precisamente notara Maria Angelica Illanes, “o grupo mais ativo do artesanato e promotor de sua mobilização e agitação foi aquele que sabia manejar a arma revolucionária do século: a imprensa”¹⁹⁴. Considerada a desconfiança em relação à aproximação dos liberais e conservadores, bem como às publicações que se voltavam para os artesãos, os próprios lançavam mão de seus periódicos, como *El Pueblo* que trazia a luz denúncias dos “problemas que viviam os setores populares e artesãos”¹⁹⁵. Junto a este

¹⁹² “Editorial”. *La Gaceta del Comercio*, 07/03/1846.

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ ILLANES, M. A. **Chile des-centrado**. Formación socio-cultural republicana y transición capitalista (1810-1910). Santiago: LOM, 2003, p. 268.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 268.

aspecto de denúncia e de informação entre os artesãos, o periódico adotava uma linguagem forte, combativa em que sublinhava a contradição entre as elites políticas e os trabalhadores, evocando imagens da Revolução Francesa e citações de Lamennais e Proudhon. Apesar da curtíssima duração do papel, teve apenas sete números, o contexto em que ele se inseria, o fato de seu autor, Santiago Ramos já ser uma personagem conhecida desde os eventos envolvendo o julgamento de Francisco Bilbao e já ter editado e trabalhado em outros periódicos, a repercussão que provocou sugere que seu texto serviu como detonador de um processo político que já vinha sendo construído na imprensa sobre as tensões e conflitos entre governo e oposição liberal.

“¿Qué es el Pueblo? Nada. ¿Qué será? Todo”, “La causa del Pueblo es una causa santa; causa de Dios; ella triunfará”, “Abajo los tiranos” eram frases que compunham a portada, ilustrada por uma litogravura, onde se representavam exércitos de trabalhadores em situação de combate contra homens da nobreza e do clero. O conteúdo dos artigos acompanhava a expectativa criada com a capa, a exortação à revolta e à resistência feita aos trabalhadores implicava numa recusa a participar das eleições. Como dito anteriormente, a eleição mostrava-se como um momento ambíguo para os artesãos, porque eles tinham a condição de eleitores por participar das guardas civis, o que, justamente, reforçava sua condição de submetido às pressões de políticos e governantes que mantinham influência sobre esses corpos. Desde, pelo menos, o *Crepusculo*, a administração Bulnes tinha de lidar com a circulação de uma crítica que envolvia o registro de classe, de uma situação permanentemente conflituosa entre as elites e a camada trabalhadora. A aparição de periódicos de matiz liberal ou conservadora voltados aos artesãos (*Artesano del Orden* e *Artesano Opositor*), ainda que pautados pelo ponto de vista das elites políticas, reforçavam a disseminação de uma linguagem que incorporava a demanda dos trabalhadores. Somava-se assim à postura agressiva da oposição liberal, o discurso de classe e a mobilização a partir de uma linguagem radical, da politização dos artesãos desde sua própria voz, produzindo, como sugeriu Andy Daitzman, “um diálogo entre o republicanismo conservador autóctone e o liberalismo radical francês”¹⁹⁶. A publicação de *El Pueblo* marcaria este momento chave, menos, repito, pelo conteúdo e mais pela repercussão e pela sua inserção em um contexto específico, de polarização política e de crescimento da população de trabalhadores artesanais em Santiago.

¹⁹⁶ DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en el Chile decimonónico. **Revista Universum**. Talca, Editorial Universidad de Talca, n. 13, 1998, p. 85.

O periódico de Santiago Ramos, como notou Luis Alberto Romero, “proponía al pueblo, lisa y llanamente, el levantamiento armado (...) el lenguaje de Ramos reflejaba la violencia de la situación política”¹⁹⁷. “La fuerza moral está en el artesano” dizia *El Pueblo* em seu primeiro número, “porque el artesano compone, en la nación, el mayor número: El artesano también reúne la fuerza mayor. Del artesano sale el elector y el soldado”¹⁹⁸. O anúncio ganha relevo se cotejado com a estimativa de Gabriel Salazar, de que “entre 1830 e 1850, a metade da população de Santiago tenha estado envolvida, de uma ou outra maneira, na indústria artesanal”¹⁹⁹. A relevância numérica e eleitoral dos artesãos aparecia também no âmbito cultural, como salientou Marianne González le Saux. Segundo a historiadora, a partir dos anos 1840 ganhava força entre círculos liberais, mais especialmente entre os artesãos, a ideia de disseminação da educação, que se expressava nas escolas, nas filarmônicas, e na imprensa obreira²⁰⁰. De modo que se o nível de alfabetização era limitado, o surgimento e desenvolvimento de jornais entre, ou voltado para, os trabalhadores, revelava a expectativa deste segmento de adoção e incorporação das formas da cultura dominante, o que reforça a ideia de que no caso chileno a adesão ao jornal, ao impresso mostrava-se com uma força decisiva para os agentes políticos, expondo-se como campo público mais avançado para o debate político e, conseqüentemente, para as transformações do discurso político utilizado pelos seus agentes na medida em que o contexto político era afetado por essa mesma atuação da e na imprensa.

No dia oito de março de 1846, foi publicado o sétimo e último número do periódico *El Pueblo*. Após sofrer ataques do governo e de setores liberais referentes às edições anteriores, o editor Santiago Ramos lançava ataques diretos contra não apenas ao governo, mas também à oposição, ao conclamar os artesãos a levantarem-se contra as eleições que se realizariam em duas semanas.

No hay votaciones. Si hay votaciones, hay muertes. Amigos y compañeros, hasta cuando seremos tontos o ilusos? Siempre estaremos esperando que los ricos y la representación nacional hagan algo de provechoso por los pobres? No es suficiente la experiencia que tenemos? (...). [L]os ricos nunca serán capaces de dictar una ley que

¹⁹⁷ ROMERO, L. A. **La Sociedad de la Igualdad**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1978, p. 43.

¹⁹⁸ *El Pueblo*, 25/01/1846. *Apud* GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997, p. 301.

¹⁹⁹ SALAZAR, G. **Empresariado popular e industrialización: la guerrilla de los mercaderes (Chile, 1830-1885). Propositiones**. Santiago, Ediciones Sur, n. 20, 1991.

²⁰⁰ GONZALEZ Le SAUX, M. **De empresarios a empleados**. Clase media y Estado docente en Chile, 1810-1920. Santiago: LOM, 2011, pp. 64-70.

favorezca los intereses del pobre (...) porque cuentan con la miseria en que están sumergidos.

Nosotros los artesanos, labradores, gañanes, abasteros, o proveedores no esperaremos nunca nada menos que nos pongamos en los bancos de la legislación, representante por nosotros que sean de nuestra clase o salidos de nosotros mismos²⁰¹

As reações ao texto não esperaram mesmo sua publicação. O governo, na noite anterior, ao tomar conhecimento do editorial que seria publicado na *Imprenta del Pueblo*, convocou o Conselho de Estado – já que o Congresso estava em recesso; a oposição liberal na mesma noite em que também tomou ciência do teor do texto, apressou-se em enviar um comunicado aos seus veículos (*Diario* e *Gaceta*) criticando o conteúdo do texto e reprovando a atitude de seu editor. Como se viu acima, o editorial da *Gaceta* de sete de março já tratava de um rumor sobre conspiração e guerra civil, apontando para o ministro do interior como a possível fonte desses rumores. No dia oito de março, quando a edição do *Pueblo* saía às ruas, o Conselho de Estado, motivado pelo ministro Montt, já havia decretado estado de sítio por 85 dias – ou seja, até 1º de junho, véspera das eleições presidenciais – alegando ameaça à ordem. Algumas horas depois da publicação, nomes importantes da oposição, como Pedro Felix Vicuña e Rafael Bilbao foram levados presos, confirmando os temores e reacendendo as memórias desencadeadas com as prisões de novembro do ano anterior, e da década de 1830 ²⁰².

“Seamos artesanos, seamos pobres, pero no permitamos que se nos corrompa con licores”²⁰³. A mensagem se encontra no *Artesano Opositor*, órgão dos liberais, ligado ao grupo que se encontrava à frente do *Diario de Santiago*. Não consta que houvesse artesãos ou trabalhadores em sua redação. Este veículo, apareceu como uma necessidade de capturar as demandas dessa importante parcela do eleitorado. Ação que era compartilhada pelos principais jornais, como é possível verificar pelos insistentes vocativos que intitulavam os artigos de *Mercurio*, *Progreso*, *Gaceta del Comercio* e *Diario de Santiago*. Se o tema principal que colocava os trabalhadores em primeiro plano eram as eleições,

²⁰¹ “Editorial”. *El Pueblo*, 08/03/1846. Como sinal da radicalidade do texto, e de sua desconexão com a agenda dos partidos políticos estabelecidos, sua conclusão afirma que “las mujeres también necesitan quien las represente, porque padecen más que el hombre en la sociedad”.

²⁰² Segundo Diego Barros Arana, junto com Vicuña, Manuel Bilbao, José Zapiola, Pedro Godoy e Juan Nicolás Álvarez exilaram-se em Lima em abril, em um acordo com o governo de não retornarem ao Chile em menos de um ano, mesmo depois de findo o período do estado de sítio. No entanto, após a eleição, “el nuevo ministerio (...) mandó cancelar las escrituras de fianza, autorizando a los desterrados a regresar libremente a Chile”. Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 88 n.22

²⁰³ “Editorial”. *El Artesano Opositor*, 11/12/1845.

como demonstra a passagem acima, progressivamente, sua presença ganharia autonomia, e questões próprias desta camada ou a ela referidas se estabeleceriam de forma permanente nas páginas dos periódicos, governistas ou opositores. Por suposto que essa novidade se somava a um contexto político em que as mobilizações de rua ganhavam mais visibilidade, e a proximidade com as eleições trazia para o centro do debate a atuação eleitoral da Guarda Civil – bem como a convocação dos trabalhadores para compor a Guarda.

A presença dos artesãos, e das classes trabalhadoras, nas páginas dos jornais, passava a ocupar, a partir deste momento, um espaço significativo, seja pela quantidade de artigos ou informações que lhes envolvia, seja pela novidade que esta presença provocava de reflexão sobre a qualidade da participação política e a sobre cidadania. Os cinco anos transcorridos desde a eleição que deu a vitória a Bulnes marcaram a mudança de tom do debate político, e a enfática inserção dos trabalhadores, especificamente dos artesãos, provocou a necessidade de se pontuar temas como a extensão do sufrágio, a liberdade de expressão e de organização, além do protagonismo dos trabalhadores na imprensa.

9 - Defesa da ordem e liberdade política

No dia seguinte à suspensão da normalidade institucional, o *Mercurio* publicava uma nota em seu editorial comentando o ocorrido e fazendo uma referência ao *Pueblo*: “Se cumplieron los votos de los revoltosos, de los falsos patriotas (...). El orden se ha turbado en Santiago. [E]l Chile sensato, lleno de honor, lleno de dignidad ha ahogado en su origen el incendio en que pretendían envolvernos los falsos apóstolos de la libertad”²⁰⁴. Em outra nota, o editorial relatava que a Sociedad del Orden buscara o Presidente para pedir esclarecimentos e que ao fim da reunião felicitaram a dita medida. Em seguida, o jornal relatava através de um correspondente em Santiago os acontecimentos da noite anterior, informando da prisão de líderes da oposição, como Pedro Felix Vicuña, Rafael Bilbao e outros “más subalternos”²⁰⁵. No relato que se seguia dos acontecimentos de

²⁰⁴ “Nota. Motín del populacho en Santiago”. El Mercurio, 09/06/1846.

²⁰⁵ Segue trecho do relato do Mercurio: “Parece que estos personajes tenían preparado en medio del populacho para la madrugada de hoy. Con la intención de disponer del ánimo de la plebe repartieron anoche de diez a once el incluso papel, incendiario hasta no poder”. Após descrever a referida edição do *Pueblo*,

Santiago, lia-se que o primeiro alvo dos revoltosos foram as gráficas ligadas ao partido do governo. É notável que o alvo da ira dos manifestantes se concentrasse nos periódicos, que houvesse essa identificação, no espaço público, do lugar ocupado pelos periódicos como representação da voz do governo, portanto, da autoridade, da força, e que legitimava em suas páginas as ações desse governo.

No mesmo dia o *Progreso* publicava um editorial que se dividia entre desqualificar a oposição por não possuir projeto ou formar um partido estável, e atacar Pedro Felix Vicuña e a carta que este enviara aos jornais e à comissão eleitoral, em que reprovava a publicação do número 7 do *Pueblo*. Segundo o redator do *Progreso*, o ‘pretendido amigo de los artesanos’, que estimulava desde *La Guerra a la Tiranía* a “insurrección en sus escritos, (...) no ha temido sentar como máxima de partido la de *desmoralizar las masas* para derribar el partido contrario, nos sale ahora diciendo que desaprueba el n. 7 del *Pueblo* porque sus *ideas y lenguajetienden a la insurrección*”²⁰⁶. Por seu lado, a *Gaceta del Comercio* reproduzia a carta de Vicuña, defendendo-o da responsabilidade sobre o escrito de Santiago Ramos, ao mesmo tempo em que as edições seguintes buscavam desacreditar os relatos publicados pelo *Mercurio*.

Os periódicos de Valparaíso estabeleceram uma guerra de informação, que durou até o restabelecimento da ordem, uma vez que o sítio circunscrevia-se à cidade de Santiago. Os periódicos da capital considerados sediciosos foram fechados, entre eles o *Artesano Opositor* e o *Diario de Santiago*, que voltariam à circulação somente em 06 de junho, de modo que a *Gaceta* passou a concentrar os esforços da oposição liberal daí em diante na campanha eleitoral parlamentar e presidencial²⁰⁷.

continuava o correspondente, “El motín, según algunos, debía romper vallas el lunes al amanecer; mas las prisiones del sábado adelantaron el golpe.

Sea como fuera, ayer temprano se formaron varios grupos de plebe en la Cañada, envistieron algunas iglesias de las que hay situadas en esa parte de la población y habiéndose apoderado de las torres comenzaron a tocar arrebole con las campanas. Otra parte de los amotinados se dirigió a la imprenta de Rengifo, pidiendo a gritos *El Artesano del Orden*. Hallando abiertas las puertas, entraron y destruyeron bancos, tipos, útiles de todo género. Pasaron a la imprenta del *Progreso* otros clamando por el *Industrial*; pero la fuerza armada llegó a tempo de impedir aquí lo que no pudo en la de Rengifo. (...) el plan, según se ve por el impreso a que hemos aludido, era ABRIR LAS CARCELES Y LOS CARROS poner en rebelión todo el populacho; e imponer al gobierno por tan ilustres órganos, la voluntad de lo que se llama PARTIDO DE OPOSICIÓN! – En consecuencia y estando la autoridad en posesión de cuantas pruebas son necesarias para justificar medidas de esta clase, ayer mismo a las once de la mañana fue declarada por bando en estado de sitio la capital de la República”. Cf. “Editorial”. El *Mercurio*, 09/06/1846. El *Industrial* foi uma publicação de curtíssima duração editada por Rafael Vial na gráfica do *Progreso*, da qual era proprietário, junto a seu irmão, Manuel Camilo Vial, e quem tornou-se editor do *Progreso* após a saída de Sarmiento em 1845.

²⁰⁶ “Vicuña. *El pretendido amigo de los artesanos*”. El *Progreso*, 09/03/1846.

²⁰⁷ “La más graciosa *metapsicosis* se ha verificado en estos días. Las almas del *Diario de Santiago*, del *Pueblo*, del *Artesano Opositor*, del *Guardia Nacional* y de todos los órganos de la oposición han

Ao tema da censura e do regime de exceção somava-se a preocupação eleitoral, pois a imprensa cumpria o papel de formar e consolidar redes partidárias e alianças com líderes locais por todo o território. Os jornais que conseguiam uma vida mais estável, materialmente estruturados, eram capazes de estender sua influência, pela própria circulação, em um número maior de cidades²⁰⁸, sendo, portanto, instrumentos privilegiados dos partidos e de políticos para campanhas políticas de divulgação, difamação, disseminação de nomes e listas de candidatos. Assim, as eleições parlamentárias de 46 viram-se, evidentemente, prejudicadas, pois a maior parte dos candidatos saía da capital e os órgãos de Santiago que permaneceram em funcionamento foram os adictos ao governo

Em meio à guerra de informação, e à batalha ideológica, o Progreso buscava negar anormalidade em Santiago e o Mercurio defendia as ações tomadas pelo governo, enquanto o Araucano mencionava o estado de sitio como um resultado natural dos distúrbios provocados pela oposição. Segundo o periódico oficial,

hace algunos años que la República disfruta de una paz inalterable, merced a sus instituciones, a fiel observación de las leyes por parte de gobernantes y gobernados, y a la sensatez que caracteriza la nación chilena. Pero (...) no faltan utopistas que corren sin cesar tras una perfección fantástica, en pos de progresos y mejoras de proporciones desmedidas.

En la noche del 7 del corriente tuvo en sus manos el Sr. Ministro del Interior después de otras mil, la última prueba indudable de que al siguiente día debía estallar una revolución espantosa en que figurarían como apóstoles y agitadores hombres preñados de resentimientos.

Nadie de buen sentido ha dejado de aprobar la medida de declarar en estado de sitio la Provincia de Santiago por un tempo determinado (...)²⁰⁹

Apesar do estado de sítio em Santiago, nas outras províncias, formalmente, permanecia a normalidade institucional, de modo que o debate político se desenrolava agora sob a sombra de um ato de força do governo, provocando mudanças nos conceitos e na linguagem mobilizada pelos agentes. Como ilustração dessas mudanças, o *Mercurio*,

trasmigrado y se han refundido hoy en la *Gaceta*, llamada del *Comercio*". "Editorial". El Mercurio, 16/03/1846.

²⁰⁸ Em todos os periódicos que tiveram longa duração, ou que se propuseram como empresas permanentes – à diferença dos papéis ocasionais, de curta duração – como *Mercurio*, *Progreso*, *Araucano*, *Diario de Santiago*, *Gaceta del Comercio*, *Valdiviano*, *Siglo* e os futuros *Comercio de Valparaíso* e *Crónica*, havia uma indicação de distribuição em diferentes cidades chilenas e sul-americanas, como Lima, Sucre, Quito, Montevideú, Rio de Janeiro, Arequipa, dependendo do periódico, de sua capacidade de articulação política, financeira e distribuição.

²⁰⁹ "Editorial". El Araucano, 13/03/1846.

que apesar de fiel defensor do governo Bulnes, mantinha-se com uma certa sobriedade, na mesma semana da decretação do sítio grafava ao fim do editorial a seguinte divisa, “¡Viva Chile! Vivan las instituciones. Maldicion a los revolucionários”²¹⁰. Em seguida, outro texto advertia aos trabalhadores:

Artesanos – el grito de rebelión se ha hecho escuchar en medio de la paz que disfrutábamos (...) Alcemos la bandera del *Orden*: proclamemos las leyes e instituciones, y rindamos homenaje a ese gobierno que trata de asegurarlas. Que nuestra divisa sea – *Triunfe la Ley. Mueran los Revolucionarios*²¹¹

A partir daí alguns editoriais, mais combativos ou denunciante, passaram a encerrar-se com este lema. E era justamente esse argumento levantado por Sarmiento, alguns meses antes, para condenar a comitiva rosista guiada por Baldomero Garcia em Santiago, que na ocasião assinavam documentos e carregavam faixas com dizeres semelhantes contra os unitários da Confederação Argentina (“¡Mueran los salvajes unitários!”). A quebra do consenso entre liberais e conservadores já havia produzido, por parte dos liberais mais radicais, ataques virulentos contra o governo; agora, também a imprensa governista utilizava a mesma linguagem violenta para atacar os adversários. O fato de os conservadores assumirem este novo posicionamento, de incorporarem o conflito aberto, gerava uma situação nova para este período, na qual a imagem de um grande acordo ficava prejudicada, levando o governo a falar como partido, como grupo em disputa pelo poder.

Segundo os conservadores, a “Oposición (...) no quiere elecciones, no quiere Ejecutivo, no quiere leyes, no quiere nada; sino revoluciones y matanza”²¹². Ao que respondia, em seus limites, a oposição através da *Gaceta del Comercio*, argumentando que “donde las leyes no existen, no hay garantías individuales, no hay libertad; (...) La Junta Central de Elecciones que se había organizado para hacer oposición al ministerio (...) cree no le es más posible llenar los deberes de sus comitentes”²¹³. Nesta mesma edição, às vésperas das eleições parlamentares, anunciava-se a candidatura de Pedro Felix Vicuña – exilado em Lima - a deputado por Valparaíso, além de nomes para eleitores de senador, o que demonstra a restrição da censura para a capital e, ao lado das matérias e

²¹⁰ “Editorial”. El Mercurio, 11/03/1846.

²¹¹ “Artesanos”. El Mercurio, 11/03/1846.

²¹² “La capital en Estado de Sitio”. El Mercurio, 12/03/1846.

²¹³ “Correspondencia”. La Gaceta del Comercio, 24/03/1946.

polêmicas que tomavam conta as páginas, denotava certa retomada da normalidade, ao menos no nível do funcionamento do jornal.

No meio deste conflito pela imprensa, que envolvia as eleições e a participação política, tomar a voz dos artesãos, controlar o uso dos conceitos de ordem, democracia e representação foram ações urgentes dos jornais neste novo cenário que se abria no início do ano de 1846. Deste modo, estabeleceram ou redefiniram a linguagem em que se dava a discussão, forçando uma mudança no discurso político dos atores. Se aqui a presença de Alberdi não se faz particularmente marcante, e Sarmiento já não se encontrava no Chile, no entanto penso ser fundamental a análise deste contexto específico em torno das eleições de 1846 como forma de acesso aos termos em que se desenrolava o debate e com o qual necessariamente tiveram de lidar, a seu momento, Alberdi e Sarmiento, sublinhando desta forma a conexão entre as transformações da linguagem local com o desenvolvimento do discurso político de ambos.

O *Progreso*, já sem Sarmiento, que desde agosto do ano anterior já havia partido para sua viagem à Europa, África e Estados Unidos, endereçava sua crítica à oposição pelo mesmo caminho que o ex-redator, desacreditando a validade de seus métodos e da legitimidade de sua existência que, “impotente por sus recursos, debil por su número, inepta por los elementos que toca, la Oposición no tiene hasta el momento un jefe conocido, ni bandera electoral, sin embargo de aspirar, vanidosa, al triunfo”²¹⁴. Neste mesmo sentido, insitia o *Mercurio* que a oposição haveria cometido um erro “de creer que dos o tres hombres puedan organizar una oposición”²¹⁵, apontando para a ausência de uma base social e de lideranças nacionais, repetindo uma ideia que vinha sendo construída desde o primeiro ano do governo Bulnes, de que não havia oposição. Naquele momento, tratava-se da incorporação dos membros dos partidos opositores nos quadros administrativos e na esfera cultural do governo; agora, no entanto, o argumento do esvaziamento da oposição era usado como retórica da nulidade do adversário, do combate em vista da redução política e moral do partido liberal.

Iniciava-se o primeiro grande enfrentamento eleitoral do partido conservador contra a oposição liberal, o que envolvia, para além da votação em si, a guerra pela imprensa, os comícios, as convocações de eleitores e os alinhamentos entre as forças políticas locais e centrais. Com isso, testava-se todo o discurso elaborado e disseminado nos últimos quatro anos acerca das liberdades e garantias estabelecidas pelo governo no

²¹⁴ “Presidencia a la oposición”. El Progreso, 30/01/1846.

²¹⁵ “Editorial”. El Mercurio, 19/02/1946.

espaço público. Em meio ao debate eleitoral, o editorial do *Mercurio* via-se impelido a pontuar seu texto, ressaltando “el lenguaje continuamente exaltado y continuamente falso de la oposición, (...) que ningún eco encuentra[n] en una situación enteramente nueva del país”, contribuía poderosamente para “el descredito y nulidade de esa oposición”²¹⁶. A passagem torna-se relevante se se considera que o apelo à condição nova do país já é feito sob o signo do embate, como argumento de que a divergência – que se mostrava acintosamente na imprensa – carece de sentido e de crédito.

Parece que a situação nova a que o autor referia – a estabilidade, o progresso, os acordos políticos em torno de Bulnes - já não era evidente por si, tornando-se uma ideia em disputa. Ou seja, mesmo os que falavam em nome ou em defesa do governo já não mais tomavam como um dado a hegemonia no campo discursivo, conquistada nos anos 1841-1844. O que se percebia desde 1845 e com as eleições tornava-se cada vez mais evidente, é que as divergências e disputas no interior das elites políticas e as transformações do campo social (bem como a politização destas transformações) produziam um campo aberto de disputa pelo poder e igualmente de disputa pelo controle do discurso político. Se os artesãos surgiam como personagem novo, como elemento do campo da linguagem política, isso promovia uma nova luta pelo sentido da linguagem política.

Ao mesmo tempo, e reconhecendo a disputa aberta, o *Mercurio* buscava calibrar suas palavras de modo a não repetir o tom da oposição liberal, tampouco confirmar a acusação de autoritarismo que era lançada contra o governo e seus apoiadores na imprensa. Retomando, então, o artigo acima mencionado, chama atenção o cuidado do autor em deixar claro para os leitores a preocupação com a legalidade nos apelos do jornal:

No se crea que nosotros, por eso que decimos, podamos nunca opinar por la exclusión de ese partido del cuerpo representativo de la nación: no, al contrario, nosotros queremos que todo partido, todo interés, por diminuto que parezca, este allí representado; queremos que los mejores hombres entren, como hasta aquí, a integrar el cuerpo legislativo, para que todos se convenzan de la impotencia de ese partido, no por falta de honrados ciudadanos (...), si por su inferioridad numérica respecto del gran partido que hoy apoya al gobierno y que mañana, en la ánfora electoral, ahogará con su número impotente los pocos votos que recojan los candidatos presuntos de la oposición²¹⁷

²¹⁶ “Editorial”. El Mercurio, 19/02/1946.

²¹⁷ “Editorial”. El Mercurio, 19/02/1946.

A mera negativa sobre a exclusão do adversário político do quadro representativos sugere que esta possibilidade estava em debate e que era preciso reforçar a tradição (“hasta aquí”) de incorporação da oposição para confirmar a negativa; no entanto, a sequência do texto revela que essa tradição do consenso era agora evocada como uma arma contra a oposição, como constatação de sua impotência. Quer dizer, já não se supunha mais que o debate político se fizesse por fora da arena política, como o partido conservador insistira, como obra de um consenso instaurado pela moral e pela razão. A quebra dos acordos expunha o partido no poder e o impelia a voltar para o jogo, a disputar novamente os votos e a hegemonia sobre o discurso acerca da ordem e da liberdade.

Por seu lado, a oposição liberal buscava organizar-se em vista das eleições, e em janeiro de 1846 cria uma Junta Electoral, uma associação entre políticos e personalidades que tinha como objetivo centralizar a oposição liberal no país. *El Progreso* publicava em janeiro a carta de fundação desta sociedade, que também almejava a fiscalizar as eleições, onde relatava que “los liberales de la capital movidos por el noble impulso del patriotismo y apoyados en el entusiasmo nacional que se observa en toda la república para verificar un cambio en la política (...) se han reunido para dar principio a tan noble pensamiento”²¹⁸. Esta reunião nomeou uma comissão de onze cidadãos responsáveis por dedicar-se a eleição de um Corpo Legislativo independente do ministério (isto é, de Montt) e por costurar uma unidade entre as províncias em torno de uma candidatura, “estos dos puntos envuelven la extensión de todo nuestros trabajos”. A tarefa da associação partia da ideia de que “ninguna outra cosa deba ser más importante que la uniformidade de sentimientos y de marcha en este asunto”, e que para a mudança da “escena aflitiva”, “la *Oposición* servirá de centro a un resultado tan feliz y propicio para la República”²¹⁹.

A expectativa contida nestas mensagens, que serviam de comunicação às organizações provinciais da Junta Electoral, confirmava a crítica que os conservadores apontavam da falta de unidade e de projetos dos liberais, o que, segundo o mesmo *Progreso*, teria motivado sua aproximação com Joaquin Tocornal²²⁰, o que ratificava também a ideia de que a finalidade da *Junta Central* era a substituição de nomes, de simples destituição de Bulnes e de Montt e seu acesso ao poder. A própria *Gaceta del*

²¹⁸ “Sem título”. *El Progreso*, 31/01/1846.

²¹⁹ *Ibid.*

²²⁰ Tocornal era então funcionário do governo, e já nas eleições de 1841, mesmo sendo reconhecido membro ultra-conservador dos *pelucones*, foi candidato à Presidencia pelos liberais. Agora, novamente, o *Progreso* acusava a Oposição da mesma manobra, evidenciando a ausência de liderança e coerência entre os liberais.

Comercio confirmava essa movimentação, quando publicava, na seção dedicada a seu editorial, uma correspondência de Santiago onde se narrava que “los pelucones y familias más distinguidas del país se unen a la Oposición (...). Todos los hombres se han convencido que Prieto, Bulnes, Egaña y los muy pocos que rodean al gobierno no encuentran más seguridad que el mandar ellos mismos”²²¹, e em outra carta na mesma seção, “los pelucones definitivamente se han unido con los liberales, y esta unión ha hecho temblar al gobierno”²²². Diante disso, concluía *La Gaceta*, o publico podia constatar a “nulidade a que se encuentra reducido el ministerio Montt. Su aislamiento ya no puede ser más y sin embargo su arrogancia y descaro para despotizar, tampoco llegar a un mayor grado”²²³. Para este jornal, como para a opinião da oposição, o adversário a ser enfrentado era Montt, que ao atuar como voz da representação nacional teria pervertido a natureza do governo representativo, e não Bulnes, “que mira el palacio como una prisión”²²⁴.

De todo modo a *Junta Central Electoral* (denominada também de Junta Liberal ou Comisión Electoral nos periódicos) aparecia como um órgão a mais da oposição, evidenciando o esforço concentrado em torno das eleições. Em março daquele ano, mês em que se realizariam as eleições parlamentárias para deputado e para eleitores de senadores (a presidencial seria em junho), a oposição contava com, pelo menos, um diário em Santiago e um em Valparaíso, além de publicações menores ou de ocasião como *El Guardia Nacional*²²⁵ e o próprio Artesano Opositor, e agora a criação de uma Sociedade voltada para concentrar a oposição dispersa.

10 - Eleições, cidadania e participação política

A principal fonte de discussão neste momento foi a questão da expansão do voto e do voto universal. Segundo a lei eleitoral de 1834, todos os indivíduos que conseguissem comprovar uma renda de 200 pesos anuais estariam aptos a votar, o que,

²²¹ “Editorial. Capítulo de carta. Santiago 2 de marzo”. *La Gaceta del Comercio*, 03/03/1846.

²²² “Editorial. Capítulo de carta. Santiago 3 de marzo”. *La Gaceta del Comercio*, 03/03/1846.

²²³ “Editorial”. *La Gaceta del Comercio*, 03/03/1846.

²²⁴ “Editorial. Capítulo de carta. Santiago 2 de marzo”. *La Gaceta del Comercio*, 03/03/1846. Ressalta-se aqui o comentário sobre Bulnes, que confirma o que vinha sendo debatido acerca da diferença entre o presidente e o ministério como alvos da oposição e como estruturas de poder com funções distintas aos olhos da sociedade.

²²⁵ Periódico que teve apenas sete edições entre fevereiro e março de 1846, editado por Juan Nicolás Álvarez, quem já participara de Guerra a la Tirania e El Siglo.

em termos práticos, habilitava grande parte da população masculina acima de 25 anos, já que a limitação da instrução formal foi abolida, por um dispositivo da constituição de 1833 e estendido até 1842. O estabelecimento destes limites vinculava-se ao desejo das autoridades governamentais de garantir a participação efetiva da Guarda Nacional nas eleições, majoritariamente oriunda das camadas sociais mais baixas. Após a discussão acerca da mudança da lei a partir de 42, e que vigoraria nas eleições de 43, conforme se viu no capítulo anterior, acordou-se que aqueles que já houvessem votado manteriam seus títulos, mas que a partir daquele ano incidiria o critério da alfabetização. E esta foi uma demanda das elites liberais, no sentido de tentar limitar o acesso dos mais pobres e, portanto, do contingente de votos que ia tradicionalmente para o partido no governo pelo controle sobre a Guarda Nacional, pois, “é provável que dada a expansão da economia chilena desde a década de 1840, os níveis de renda dos setores populares tenham aumentado em relação ao que eram em 1834”²²⁶.

Por outro lado, em favor da oposição liberal, como recorda Samuel Valenzuela, até a reforma eleitoral de 1884, que abolia qualquer critério censitário, a aquisição do título eleitoral “se cumpria simplesmente com saber ler e escrever, dada a presunção de direito”²²⁷. Acredito que tenha sido em torno a estas preocupações, nas primeiras eleições após a mudança da legislação e sob circunstâncias radicalmente distintas, e muito mais tensas, do que a eleição de 1846, que se desenrolou o debate acerca da expansão do voto universal.

“Somos de parecer”, iniciava o redator do *Progreso* seu editorial,

que en ninguno de los asuntos hasta ahora discutidos se ha mostrado más contradictoria la Oposición que cuando ha hablado del sufragio universal (...). Continuamente nos aturde con representación electiva, igualdad, libertad, &, &; y sin embargo del énfasis con que pronuncia estas grandes palabras, no alcanza encubrir el deseo que la aguja, de que en Chile gobierne sola y legisle una mínima parte de la nación, la clase ilustrada, que cuando más, podrá ser como un vigésimo del total de la población.

No cabe duda alguna en que es casi siempre peligrosa la participación de las clases proletarias en los asuntos políticos; porque en general no cooperan a su decisión más que con un peso casi material, y no de razón y tino: pero semejante peligro está suficientemente compensado, o atenuado al menos, con las luces que va difundiendo la instrucción

²²⁶ VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997, p. 229n

²²⁷ Ibid., p. 225.

primaria; con la diversa manera de elección establecida para la Cámara de diputados y la de Senadores...²²⁸

O periódico, ao mesmo tempo que aponta as pretensões aristocráticas dos liberais, ao apontar-lhes uma contradição em seu discurso acerca da liberdade e da igualdade, em seguida baliza suas próprias ideias, dando um tom cordato ao início do segundo parágrafo - como que para satisfazer o leitor mais conservador, base do público do jornal, e possivelmente suspeito sobre o tema -, depreciando o voto dos mais pobres como que de importância meramente material, numérica, ou seja, desprovido de qualidade, de participação inteligente. O perigo eventual dessa situação, segundo o autor, seria mediado pelo avanço do letramento primário e do próprio sistema de voto indireto e censitário então em vigência, de modo que a própria defesa da expansão do voto pelo periódico santiaguino é feita com bastante resistência, dado que os limites deste avanço do discurso político deviam ser claros para as elites que apoiavam o partido conservador.

“Que mal comprende el *Progreso* la democracia representativa!”, respondia a *Gaceta del Comercio*, apontando para os sofismas com os quais os conservadores se lançavam em direção “de esa muchedumbre sin alma a quien tienen que alagar y seducir para conquistar sus votos decisivos”²²⁹. Também ponderando sobre a posição ocupada pelos pobres nas eleições, mas desta vez justificando sua exclusão, os redatores do jornal de Valparaíso sublinhavam que

el pueblo tiene derechos, y quién se atrevería a negarlos! Pero todos los hombres deben gozar iguales prerrogativas en la participación del perfeccionamiento social? Todos los hombres deben concurrir a la resolución de un problema, para el cual se requiere bienestar, inteligencia y virtud? Aquella parte de la sociedad, que representa la riqueza, la honradez, el patriotismo; aquella parte de la sociedad, que está visible representando el crédito y el honor nacional, debe sujetar sus decisiones soberanas al mayor número de los votos de una multitud retrograda, que recibe la vida de esa misma parte a quien somete con su estéril pluralidad?

El pueblo tiene derechos! Si, os tiene, a que se le eleve en su condición civilizándole; a que se le provea en sus necesidades (...), pero no para que se le haga intervenir en lo que no puede conocer (...). Por qué, en efecto, que pensamiento, que sistema hacen surgir esas mismas masas en la lucha electoral en que se agitan? Ninguno, y muy lejos de esto, ellas se presentan oponiendo una fuerza numérica y material a los sistemas elaborados por la inteligencia; ellas se presentan para turbar la

²²⁸ “El sufragio universal”. El Progreso, 13/03/1846.

²²⁹ “Al Progreso”. La Gaceta del Comercio, 18/03/1846.

armonía, para encender el fuego de las pasiones (...) agitando violentamente a la sociedad con sus influencias salvajes²³⁰

A longa citação apresenta elementos importantes que interferiam no debate político da época. O primeiro parágrafo reproduz o senso comum das teorias representativas acerca da maioria incapaz e da minoria detentora da virtude e da inteligência associadas ao bem-estar, como se a condição de autonomia econômica gerasse uma condição superior de cidadania, porque imediatamente interessada e implicada nas decisões políticas, e a dependência econômica uma cidadania de segunda ordem, pela ausência de autonomia na sobrevivência, porque dependente de um salário e sem tempo ou conhecimento específico para as atribuições do exercício político. Esse parágrafo justifica o segundo, onde se elabora os direitos a que o povo deveria ter acesso, e se explica qual a natureza da participação do povo na política: a turba apaixonada que tumultua com violência a política por justamente ser desprovida da inteligência. De modo que, para o leitor – letrado, liberal, interessado em fazer oposição ao governo e, portanto, excluir os mais pobres das eleições -, os argumentos levantados servem ao propósito imediato de restrição das inscrições eleitorais. Ao mesmo tempo, serviam para consolidar um discurso acerca do republicanismo e da democracia, que se elaborava justamente em meio ao avanço das ideias democráticas e à expectativa de participação política por parte dos trabalhadores, especialmente dos artesãos, que desde o ano anterior mostravam-se mobilizados, nas ruas, associações e na imprensa.

A pressão exercida pelos próprios artesãos foi catalisada, desde o início da década, pela imprensa liberal inclusive, que buscava atrair os artesãos para seu lado como potencial eleitoral, mas sem incorporá-los, de fato, à cidadania. Por seu lado, o partido conservador tentava equilibrar-se, como se vê na passagem anterior, entre trazer os trabalhadores para o seu lado, defender a expansão do voto popular, mas garantir, na prática, os cortes ao acesso aos cargos legislativos e executivos pelo critério censitário. Neste sentido, *La Gaceta* parece ter desferido um golpe certo quando acusa o “gobierno déspota” sobre o tema do sufrágio universal, “en vez de civilizar a ese Pueblo decaído, quiso convertirlo en instrumento de sus más osadas expectativas, concediéndole al mismo tiempo que un derecho, un diploma de esclavo”²³¹.

²³⁰ “Al Progreso”. *La Gaceta del Comercio*, 18/03/1846.

²³¹ “Al Progreso”. *La Gaceta del Comercio*, 18/03/1846.

Essas pressões e conflitos ampliaram-se nos últimos meses e ganharam materialidade, além das associações e jornais, com a decretação do estado de sítio justificada pela publicação do *Pueblo*. O que sugeria que as transformações sociais por que passava a classe trabalhadora no Chile, permitindo um maior acesso à educação primária formal²³² e um aumento da renda pela dinamização²³³ da economia nos anos 1840, pressionavam a situação e a oposição em relação a lidar, em um ambiente republicano, com demandas oriundas das camadas de trabalhadores.

O tema tornava-se premente na medida em que os apelos da propaganda eleitoral confundiam-se com o movimento realizado pelos próprios trabalhadores, de modo que era necessário localizar o lugar ocupado pelas classes baixas no cenário político que se abria com as eleições parlamentares e com a presidencial que se seguiria.

Em Valparaíso, *La Gaceta*, passadas as eleições, fazia uma ponderação não sem relevância para seus leitores, bem como para a compreensão da história política daquele contexto. Acusava o ‘partido ministerial’ de

haber visto por el resultado del primer día de escrutinio que su perdida era segura, pues a pesar de haber sufragado en este día formadas en línea las compañías de vigilantes y de serenos; a pesar de haber sufragado también la larga clientela de dependientes y de haber comprado en ambas parroquias cuantos sufragios se presentaron a aliciente del oro; a pesar de todo este esfuerzo infame, apenas pudo conseguir una mayoría de 70 votos. Semejante resultado era el indicio cierto de una derrota infalible²³⁴

²³²Cf. GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997; e GONZÁLEZ Le SAUX, M. **De empresarios a empleados**. Clase media y Estado docente en Chile, 1810-1920. Santiago: LOM, 2011; Lembrando que, segundo González le Saux, tratava-se de um movimento complementar entre política estatal de ampliação da educação e de movimento interno das associações de trabalhadores e filantrópicas (laicas ou religiosas). Em termos sociais, esse processo atingiu àqueles trabalhadores que provinham de uma camada mais alta entre os artesãos que, com o passar dos anos, mesmo que se tornassem proletarizadas mantinham referências culturais que percebiam a escolarização como um valor político e acesso à melhoria de vida e cidadania.

²³³Ver: DAITSMAN, A. Diálogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en el Chile decimonónico. **Revista Universum**. Talca, Editorial Universidad de Talca, n. 13, 1998; e SALAZAR, G. Empresariado popular e industrialización: la guerrilla de los mercaderes (Chile, 1830-1885). **Proposiciones**. Santiago, Ediciones Sur, n. 20, 1991. O aumento da renda estava associado, especialmente em Santiago, Valparaíso, Copiapó, Concepción, ao aumento das atividades econômicas da pequena indústria e do artesanato, comerciais, extrativas, agrícolas e, no caso de Santiago, da ampliação dos quadros do funcionalismo público, decorrente da estabilização das instituições e dos governos.

²³⁴ “Crónica electoral”. *La Gaceta del Comercio*, 09/05/1846.

Para estas eleições, o historiador Samuel Valenzuela não dispõe de dados sobre a concorrência eleitoral²³⁵; ainda segundo o historiador, Pedro Felix Vicuña teria declarado que a “a oposição tentou captar o apoio das milícias, já que era a fonte mais importante de votos para as candidaturas oficiais”, e o êxito neste intento teria forçado o aumento da violência e coação do governo para ganhar aquelas eleições. Barros Arana informa que em Valparaíso havia estalado um tumulto devido à intervenção do governo após a apertada vitória no primeiro dia de eleições, o que sugeria que em situações normais a oposição poderia ter obtido vitória ao menos nesta província.

Chamo atenção dessa dinâmica, pois difere de boa parte da historiografia sobre o liberalismo no Chile, que mais atribuía o desenvolvimento das instituições e do discurso político a arranjos – ou desarranjos – intra-elites²³⁶. Alfredo Jocelyn-Holt, por exemplo, considera que no Chile desenvolveu-se uma política interna liberal moderada como uma estratégia política concertada pelas elites como um espírito político receoso dos radicalismos e cauto diante das ameaças de autoritarismos²³⁷. Ou seja, como se houvesse uma plena racionalidade ‘das elites’ ao tratar objetivamente dos conflitos políticos e sociais. A meu ver, ao ler interpretações como estas, parece que os resultados ideológicos sejam tomados como premissa. Quer dizer, é possível criar uma narrativa a partir do conceito de moderação sobre a história política do Chile, como da de muitos países, porém como resultado, como representação que incorporasse as disjunções, os conflitos, as assimetrias presentes na sociedade e que ao fim teria encontrado uma estabilidade possível, sempre conjuntural. Ao se analisar, então, a linguagem política através dos jornais, percebe-se que sofreu o impacto da presença dos artesãos como agentes e como objetos dos debates, o que promoveu um acirramento do cenário político radicalizando o

²³⁵ VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997, p. 240. Vale lembrar, além da suspeição e escassez de informações durante o período de exceção, que nesta década também não fora realizado o censo estatístico, previsto para 1845, o que contribuía seriamente para a precariedade dos dados.

²³⁶ Para uma crítica desta historiografia ver SAN FRANCISCO, A. ‘La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad’. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, G e SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009.

²³⁷ JOCELYN-HOLT, A. El liberalismo moderado chileno. Siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n. 69, 1998, p. 441. Seguem as considerações históricas sobre esse conceito de moderação: “esta moderação, extraordinariamente difícil de alcançar na América hispânica dadas as condições anteriores, tem que visualizá-la em um cenário desagregador, pouco propício a que se fundassem instituições sólidas”. Ibid, pp. 441-442. Acerca do caráter historiográfico da afirmação, creio que já tenha sido debatido esse princípio na introdução. Ana Maria Stiven, Simon Collier seguem caminhos parecidos ao negligenciarem os conflitos sociais e ideológicos que fugissem ao domínio das elites como constitutivos da configuração histórico-política do republicanismo e da democracia chilenas de meados do século dezenove.

discurso mobilizado também pelos conservadores, tradicionalmente pautado pela ‘razão’ e pelo ‘status quo’ que o consenso lhe permitia.

O argumento levantado pela *Gaceta* incidia sobre a compreensão de governo representativo atribuída ao *Progreso*²³⁸: “Que mal comprende el *Progreso* la democracia representativa! (...) Porque es una verdad que el sufragio universal concede la supremacía a la ignorancia que forma el mayor número”²³⁹, defendendo deste modo a restrição da participação política da maioria como forma de preservação do sistema democrático representativo. Como se sabe, esta não é uma discussão nova para a historiografia ou para a ciência política²⁴⁰, e concentra os temas centrais da discussão acerca do liberalismo e do republicanismo, como a liberdade de imprensa, a participação política, a democracia, o espaço público.

Em abril daquele ano, iniciava-se uma discussão acerca de uma nova legislação de imprensa, movida por setores conservadores do governo, notadamente pelo ministro da Justiça Antonio Varas – personagem que gravitava em torno de Montt. O projeto de lei levantou, como se esperava, enormes críticas por parte da oposição liberal, mas também por parte de conservadores moderados como Antonio Garcia Reyes, Manuel Antonio Tocornal, e Santos Tórner, proprietário do *Mercurio* e Rafael Vial, proprietário do *Progreso*. Seu principal objetivo foi “suprimir a imprensa como elemento de agitação política; sobretudo, após os exageros da imprensa em 1845”²⁴¹.

O prazo final do estado de sítio ocorreria na véspera das eleições presidenciais, e dado o resultado das eleições de março, a preocupação com o pleito para o executivo era reduzida. Assim, a discussão sobre a nova legislação ganhava amplo espaço nos jornais, como elemento de crítica ao governo inclusive. A lei de imprensa²⁴² tentaria dar conta de um cenário que se repetira em 39-41 e agora em 45-46, de estabelecer punições e critérios mais rígidos para o funcionamento dos periódicos, suprimindo seu papel como arma

²³⁸ Segundo a visão da opinião pública, o *Progreso* representava o ponto de vista do governo, conforme revelava o ataque que a gráfica teria sido vítima em novembro 1845

²³⁹ “Al Progreso”. *La Gaceta del Comercio*, 18/03/1846.

²⁴⁰ Ver: ROSANVALLON, P. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985; PIKTIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1972; MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; e PALTÍ, E. J. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

²⁴¹ PIWONKA FIGUEROA, G. Los juicios por jurado en Chile. *Revista chilena de historia del derecho*. Santiago, Universidad de Chile, n. 20, 2008, p. 141.

²⁴² A lei foi publicada em 16 de setembro de 1846, sua discussão nos periódicos e parlamento datava de pelo menos abril. Cf. MAYER, J. Alberdi y su tiempo. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 430

política²⁴³. A nova lei introduziria limitações materiais importantes, pois estabelecia que o interessado em fundar um novo periódico deveria ter bens próprios ou, em sua ausência, pagar uma fiança antecipada²⁴⁴, endurecendo as penas especialmente em relação à sedição para escritor e impressor²⁴⁵.

Em abril, o *Mercurio* iniciava a publicação de uma série de artigos tratando do projeto de lei e anunciava a publicação da obra “Legislación de la prensa en Chile. O sea, Manual del escritor, del impresor y del jurado”, escrita por J. B. Alberdi e publicado pela gráfica do *Mercurio*. O editorial confirmava o desejo de uma nova lei que superasse as lacunas da então vigente, “era esa demanda la expresión de una necesidad fuertemente sentida por todos los últimos meses, con ocasión del desenfreno escandaloso a que hemos visto entregado la prensa llamada Oposición”²⁴⁶. Em seus comentários, Alberdi defendia que as leis “deben demarcar el punto en que la libertad degenera en licencia” e que a liberdade de imprensa “es la mayor barrera contra los ataques de la tiranía, el odio, y pavor de los déspotas”²⁴⁷. Ainda que este manual não tenha sido publicado nas páginas de algum jornal, ele foi resenhado no *Mercurio* e compunha um elemento polêmico de intervenção no debate que se realizava, entre outros meios, pelo jornal também²⁴⁸. Segundo Diego Barros Arana, que, nascido em 1830, viveu boa parte da vigência da lei, pois nos anos 1850 participava ativamente de empreendimentos periodísticos, essa lei “era letra morta (...); e aos três anos de ditada, em 1849, quando voltaram a se inflamar as paixões políticas, repetiram-se aqueles excessos como nos piores dias, sem que a lei de imprensa pudesse contê-los”²⁴⁹.

²⁴³ Cf. SANTA CRUZ, E. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago de Chile: Nuestra América Ediciones, 1988, p. 19.

²⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 20.

²⁴⁵ BARROS ARANA, D. *Un decenio de historia de Chile*. t.II. In: *Obras Completas*. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, pp. 105-109.

²⁴⁶ “Editorial”. *El Mercurio*, 14/04/1846. Os editoriais dos dias 22 e 24 de abril também foram sobre o livro de Alberdi.

²⁴⁷ ALBERDI, J. B. *Legislación de la prensa en Chile; o sea, manual del escritor, del impresor y del jurado*. In: OC, III, p. 102.

²⁴⁸

²⁴⁹ BARROS ARANA, D. *Un decenio de la historia de Chile*. t. II. In: *Obras Completas*. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, pp. 109. Diego Barros Arana recorda que em 1839, com o fim do estado de sítio imposto em 1837, temia-se um período belicoso na imprensa nas eleições de 1840, e representantes dos setores mais duros entre os conservadores propuseram uma revisão de lei de imprensa, que havia sido aprovada no senado, mas rechaçada pela câmara.

11 – Transformações da condição de exilado

Alberdi, após deixar a secretaria de Concepción em novembro de 1845, havia instalado-se em Valparaíso, e dedicava-se com afinco aos estudos e aos trabalhos jurídicos. Instado por outro argentino, Gabriel Ocampo, também exilado, nos anos 1830, e bem acomodado no Chile na carreira jurídica e acadêmica, Alberdi publicou um conjunto de obras acerca do funcionamento do direito administrativo chileno; defendeu causas de personalidades políticas, como a do General Sant Cruz ante os governos do Chile e da Bolívia. Neste contexto, parecia natural que publicasse também uma análise do direito de imprensa, uma vez que mesmo rarefeita, sua ligação com a imprensa permanecia ativa. A publicação da biografia do general Bulnes, encomendada por Montt em fevereiro de 1846, da qual Alberdi fez a primeira entrega de manuscritos em março daquele ano²⁵⁰, indicava o reconhecimento e a autoridade do argentino junto à opinião pública chilena, bem como às elites políticas.

Rafael Minvielle, quem esteve ao lado de Sarmiento em sua chegada ao *Mercurio* em 1841, pediu a Alberdi “que se ocupasse da redação de um novo periódico que devia publicar a Imprenta Patriótica de Valparaíso, com amplas facultades”²⁵¹. O proprietário do *Mercurio*, Santos Tornero, ao oferecer-lhe a direção do jornal, Alberdi teria convidado outro argentino, Felix Frías, para ajudá-lo na tarefa; porém, mediante sua recusa, Alberdi teria declinado da oferta. Entretanto, o tucumano teria mantido grande influência junto ao periódico e seus redatores²⁵², como afirma em correspondência com Manuel Montt: “yo me he comprometido con Tornero a ayudarlo sistemadamente desde Santiago, por la correspondencia, en caso que me traslade allí, como pienso”²⁵³. Também deveu-se à intervenção de Alberdi a escolha do *Mercurio* para publicação da biografia de Bulnes, como se depreende da seguinte passagem de uma carta sua para o ministro Montt,

²⁵⁰ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/03/1846”. In: **Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, 1902, Año 3, tomo VI, p. 501.

²⁵¹ MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 432.

²⁵² Em carta a Manuel Montt, então ministro do interior, Alberdi comentava sobre o novo redator, estabelecido em 09 de maio daquele ano, o uruguaio Juan Carlos Gomez: “No sé que impresión habrá hecho a Ud. la nueva redacción del *Mercurio*. El joven que la lleva profesa una adhesión decidida a los hombres y a la marcha de la administración actual. El mismo conoce los inconvenientes con que tiene que luchar por falta de conocimiento del país; por lo que estoy seguro que tendrá placer en recibir las indicaciones con que alguna vez se le favorezca para tratar sobre aquellas materias que parecieren oportunas y convenientes”. Cf. “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 27/05/1846”. In: **La Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VII, 1902, p. 42.

²⁵³ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 07/05/1846”. In: **Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VI, 1902, p. 506.

“habiendo venido visitarme D. Santos Tornero, he conseguido, señor, por mi deseo de ver efectuada la edición bajo mis ojos y en la más lucida forma, que la haga por el mismo precio que le han pedido a Ud. en Santiago, sea cual fuere”²⁵⁴. No fim de 46, Alberdi retomaria a direção do *Mercurio*²⁵⁵.

Não é de menor importância a comunicação, ainda que pessoal, de Alberdi a Montt, durante as conversas sobre a publicação da biografia, em que narra seu desejo de se naturalizar chileno: “Mil gracias, señor, por la noble sollicitud que Ud. me manifiesta en saber lo que pienso de mi destino personal. Decidido a ser chileno, visto el estado de mi país, preferiría la capital o Coquimbo, en caso de instalarse allí Corte (...)”²⁵⁶, onde, segue Alberdi, poderia conciliar el “ejercicio de mi profesión con otro quehacer, me ocuparía con gusto de todo aquel en que me fuese dado retribuir a Chile los beneficios de su generosa hospitalidad”²⁵⁷. Como ponderou Marcela Ternavasio em seu trabalho sobre as correspondências de Juan Manuel de Rosas, as cartas privadas de personagens públicas, especialmente quando tratavam de assuntos públicos, não raramente circulavam entre conselheiros, aliados, quando não eram publicadas em periódicos. Neste caso específico, por se tratar da publicação da biografia do presidente, é de se imaginar que outros envolvidos tenham tido contato com estas informações. Assim, ainda que a decisão de Alberdi não tenha se concretizado, ele jogava com essa expectativa, e seus planos de permanência a longo prazo – seu estabelecimento profissional como advogado, por exemplo – justificariam, pode-se arriscar, no ano seguinte a empreitada de associar-se para a fundação de um periódico. A declaração de Alberdi para Montt, sob outro ponto de vista, também ajuda a compreender a autoimagem que o exilado produzia de si, a perspectiva com a qual vivia e representava sua própria história, bem como a história nacional argentina e chilena.

É possível perceber uma contraposição com a história desenvolvida por Sarmiento em solo chileno, o que demonstra a variedade da atividade intelectual e dos percursos de vida entre os exilados, e permite melhor estabelecer as condições e as possibilidades de sua produção. Em que pese a decisão de afastar-se dos lugares públicos de poder, Alberdi não abre mão de toda proximidade, mantendo contato com as esferas de poder junto a

²⁵⁴ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/03/1846”. In: **Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, 1902, Año 3, tomo VI, p. 502.

²⁵⁵ Cf. MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 436. Noto, entretanto, que não pude confirmar esta referência de Mayer em outra parte.

²⁵⁶ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 27/05/1846”. In: **La Revista Nueva**. Santiago, Imprenta Mejía, año 3, t. VII, 1902, p. 49.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 49.

suas atividades profissionais, de forma mais saliente na sua função de periodista no *Mercurio*, mas sobretudo no *Comercio de Valparaíso*, e mais discretamente em sua atividade nos tribunais, como nesta sugestão que faz a Montt: “tengo a más de aquella, otras causas a mi cargo: pienso pues que no me irá mal, y mucho menos si alguna vez las palabras generosas de Ud. se hacen oír a mi respeto”²⁵⁸.

Diferente do chamamento público de Sarmiento, no início de 1843²⁵⁹ para que os exilados aceitassem sua nova pátria, as palavras de Alberdi, se não carregavam o mesmo peso político, permitem ajudar compreender a posição e a perspectiva de sua atuação no espaço público, mais discreta e calculada que de Sarmiento. Conforme argumentou Martinez Estrada, a posição de Alberdi no exílio jamais foi de conflito existencial, a acomodação com o destino talvez se devesse à necessidade de seu trabalho como advogado que, ao que tudo indica, prevalecia diante das atividades públicas, como se vê no seguinte trecho da correspondência com o ministro Montt: “con motivo de haberme hecho cargo de la defensa de un asunto comercial de mucha importancia, he resuelto quedarme por acá hasta el fenecimiento de él”²⁶⁰. A resposta de Alberdi a uma convocação de Montt para ir a Santiago, é lícito imaginar para ocupar algum cargo ou para alguma atividade junto ao governo, expunha sua opção a favor da atividade privada em detrimento de sua projeção como figura pública ao lado de Montt. Essa decisão de manter-se afastado da esfera pública, pelo menos no sentido da exposição, do conflito e da ocupação de cargos, implica consequências para seu estilo na escrita e para sua relação com a esfera política, que resultariam em uma forma mais conscienciosa, racional, com textos longos, seriados, e que em raros momentos partia para o enfrentamento e para a polêmica pessoal.

12 - Representação e coalizão

Com o fim do estado de sitio em primeiro de junho, a volta à normalidade trouxe o reforço da crítica ao governo e ao ministro Montt, acusado de ter armado a farsa da publicação do *Pueblo* e que ensejou o estado de sítio. Em seu primeiro número após o

²⁵⁸ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/05/1846”. In: **La Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VI, 1902, p. 507.

²⁵⁹Cf. SARMIENTO. “Despedida do *Heraldo argentino*”. El Progreso, 11/01/1843. In: OC: VI.

²⁶⁰ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 22/05/1846”. In: **La Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VI, 1902, p. 507.

fim da censura em junho de 1846, o *Diario de Santiago* anotava, incisivamente, que “la provincia de Santiago que encabezó la oposición (...) fue humillada y condenada al más espantoso silencio por los ochenta y cinco días de sitio (...). De este modo han sido hechas las elecciones en casi todo el país, y el ministerio canta sus triunfos”²⁶¹. Um editorial sustentava que “todos están íntimamente convencidos que las bases del *decenio* son malas; que por más moderación que se exija, no puede menos de ser una reforma radical”²⁶². Neste mesmo dia, na seção de correspondência, *seis ciudadanos artesanos de Valparaíso* assinavam um texto em que narravam os acontecimentos naquela cidade, as prisões e assassinatos cometidos. Às vésperas do pleito presidencial, *El Diario* reproduzia um artigo do *Artesano Opositor* (reforçando a característica dialógica e orgânica entre os veículos ideologicamente afinados) que conclamava os artesãos votarem como cidadãos, não como autômatos, para o “nombre ilustre de Vicuña, el democrata por excelencia, el que durante toda su vida ha proclamado la igualdad y ha combatido sin cesar por la mejora de la condición del pobre”²⁶³.

O nome de Vicuña já havia concorrido para deputado por Valparaíso em março, voltava agora como candidato à presidência. Este fato é de se notar, pois reforça uma interpretação sobre a relação entre legalidade-estabilidade, violência e reconciliação. A anistia plena dada por Bulnes aos antigos opositores em 1841, e a política de composição partidária, após os anos de repressão e de sitio vividos ao final do período do governo Prieto (1831-1841) configuraram um esforço de reconciliação e unidade nacional. Agora, tratava-se do respeito à constitucionalidade do estado de sitio e das garantias que os opositoristas tinham de suas liberdades e direitos pelo mesmo governo, verificadas na retomada do discurso combativo da imprensa opositora, e na organização partidária dos liberais para as eleições. Ou seja, ao mesmo tempo em que dispositivos coercitivos eram lançados pelo governo (as prisões, os julgamentos de imprensa, além do estado de sitio), a formalidade em que eles se mantinham e a retomada da normalidade institucional tornavam o cenário político complexo, permitindo leituras sobre o governo e a sociedade que variavam da “excepción honrosa de paz y de estabilidad” ao autoritarismo. De todo modo, deveria causar forte impressão a Alberdi – e aos outros exilados do regime rosista – a retomada da normalidade constitucional, bem como o esforço realizado pelo governo através da imprensa, com o recurso do uso dos periódicos, em conseguir construir um

²⁶¹ “Editorial”. *El Diario de Santiago*, 03/06/1846.

²⁶² “Viva la República”. *El Diario de Santiago*, 18/06/1846.

²⁶³ “Correspondencia”. *El Diario de Santiago*, 24/06/1846.

discurso que superasse o momento de crise e pudesse produzir, novamente, a superação e a estabilização institucional e política – em disputa com outros periódicos de oposição.

De acordo com Jorge Mayer, Manuel Montt lhe haveria encomendado a biografia de Bulnes²⁶⁴ para que servisse na campanha presidencial como peça de resistência aos ataques eleitorais dos diários *pipiolos*. A obra, no entanto, só iniciou sua publicação em 25 de junho, um dia antes das eleições presidenciais, em capítulos que se estenderam até agosto. A troca de correspondência entre Montt e Alberdi²⁶⁵ apontava para o permanente trabalho de revisão e ajuste feito pelos dois e o de busca de dados e informações que pudessem complementar o texto. O trabalho ao longo do tempo sugere também que o tom da redação fosse adaptado ao tom político do contexto.

O texto, por fim, funcionava menos como obra de campanha eleitoral e mais como um manifesto a favor da pacificação política e do novo governo, que despontava como amplamente favorito no pleito, o que, talvez, pudesse explicar o “estilo lacónico y breve que he puesto en todo el curso de la redacción”²⁶⁶, ao invés dos apelos apaixonados comuns aos textos propagandísticos eleitorais.

Outro elemento que a meu ver condicionou a escrita e a publicação da *Biografía*, foi a impressão simultânea de outro livro em conjunto de artigos de Pedro Felix Vicuña, *Vindicación de principios e ideas de la Oposición*²⁶⁷, na *Gaceta del Comercio* entre 30 de junho e 08 de agosto de 1846. Segundo a obra de Vicuña, que reforçava suas visões já publicadas durante a campanha eleitoral de março, o governo Bulnes-Montt renovava os princípios autoritários implementados no período Prieto-Portales, entre 1831 e 1841, e que o recurso à violência para produzir a ordem e o silêncio da sociedade deslegitimava o governo, de modo que o trabalho da oposição no Chile deveria ser no sentido de organizar-se para a derrubada do governo, especialmente do ministro Montt. Como se

²⁶⁴ ALBERDI, J. B. **Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile**. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846. O texto foi publicado nas seguintes datas no *Mercurio* 25, 29 e 30 de junho, 07, 10, 15 e 16 de julho, e 3, 11, 12, 14, 16, 17 e 22 de agosto.

²⁶⁵ Analisei somente as cartas remetidas por Alberdi.

²⁶⁶ “Carta de Alberdi a Montt. Valparaíso, 05/06/1846”. In: **Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, año 3, t. VII, 1902, p. 43.

²⁶⁷ VICUÑA, P. F. **Vindicación de los principios e ideas que han servido en Chile de apoyo a la oposición en las elecciones populares de 1846**. Lima: Imprenta del Comercio, 1846. Vicuña, como se viu, havia sido preso por ocasião da decretação de estado de sítio em março e logo depois exilou-se em Lima, junto com outros liberais chilenos. Aí permaneceu em contato permanente com o universo político e periodístico chileno, enviando artigos e contribuições para *La Gaceta* e *El Diario de Santiago*. Para a compreensão das relações entre exilados e a política interna chilena, bem como a rede de relações estabelecidas na América do Sul por estes exilados, ver BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripés argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013.

verá, após a vitória eleitoral de Bulnes, a reorganização do ministério de fato excluirá o ministro do interior, apontando para mais uma tentativa de reconciliação de Bulnes com os liberais. Neste sentido, os artigos de Alberdi no *Mercurio* estabelecem um diálogo combativo com os de Vicuña na disputa pela organização do novo governo.

Segundo o texto de Alberdi sugere, ao fazer uma retrospectiva da participação de Bulnes na guerra contra a Confederação Peru-Boliviana, o assassinato de Portales estaria vinculado mais a interesses bolivianos infiltrados no Chile²⁶⁸ que a disputas pessoais e partidárias suscitadas pelo ministro; após a guerra, o general Bulnes sai vitorioso e emergiria como figura política no cenário chileno, distante, porém, dos partidos políticos. Durante o período politicamente tumultuado que antecedeu as eleições de 1840-41, Bulnes, como chefe das forças armadas, trabalhou no sentido de prevalecer a ordem parlamentar sem a intervenção militar, como recorrentemente ocorria entre as demais ex-colônias espanholas, e nas duas primeiras décadas no Chile. Para a eleição presidencial de 1841,

la generalidad de los chilenos, que, sin estar por la continuación del sistema que acababa, no estaba tampoco, ni por la oposición, ni por la opinión llamada liberal; la generalidad del país, representada por espíritus moderados y sabios, preocupados del deseo de conciliar el progreso del país con la estabilidad de las instituciones, se fijó en el General Bulnes²⁶⁹

Alberdi estabelecia igual distância de Bulnes em relação aos opositores liberais, bem como do grupo conservador mais radical, os *pelucones*. Com esta narrativa, posicionado entre os ‘sábios e moderados’, Bulnes não carregaria o fardo dos provocadores nem dos executores do estado de sítio recém suspenso. Ao lembrar dos arranjos partidários e da coalizão de interesses representado pela eleição de 1841, o artigo buscava atualizar no leitor esse espírito de consenso, justamente durante um cenário político que se assemelhava com aquele, lembrado a todo momento na imprensa, e que

²⁶⁸ “Los periódicos de la confederación a esa sazón, anunciaron con toda seguridad y circunstanciadamente el próximo estallido de un motin militar que debia acabar con la proyectada expedición antes de dejar los cuarteles de *Quillota*. El vaticinio de la prensa boliviana, realizado al pié de la letra ...”. ALBERDI. **Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile**. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, p. 36. Faço esta longa citação, por entender que, como se verá em outros momentos, Alberdi construía, a partir deste texto, um discurso político que perpetrava a ideia de uma tradição de governos acima das disputas dos partidos, a interpretação de que o assassinato de Portales se ligava menos a disputa internas, à oposição ao seu governo, que à ação do inimigo externo, o que lhe daria um contorno de mártir para a guerra que se iniciava.

²⁶⁹ ALBERDI. **Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile**. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, p. 60.

seria conduzido novamente por Bulnes, “el hombre de las soluciones afortunadas, de los desenlaces felices, ocurridos en trances críticos (...) vino por fin a realizar el gobierno que los partidos políticos creían imposible en 1841”²⁷⁰.

Ao longo da defesa de Bulnes, Alberdi elabora uma ideia que será cara ao desenvolvimento de seu discurso político deste momento em diante, a da defesa do conservadorismo como uma categoria positiva de análise e de identidade políticas.

La administración del General Bulnes es, por esencia y sistema, abiertamente conservadora. Su programa (...) consiste en conservar, robustecer y afianzar las instituciones consagradas: mantener la estabilidad de la paz y del orden como principios de vida para Chile: promover el progreso, sin precipitarlo: evitar los saltos y las soluciones violentas (...): proteger las garantías públicas sin descuidar las individuales (...): cambiar, mudar, corregir conservando. (...) El General Bulnes, declarando-se conservador, no inicia un sistema nuevo de gobierno; y justamente en la falta de originalidad de su programa reside su mérito principal²⁷¹

Em geral, a propaganda do partido conservador ressaltava o fato de que era o único com estrutura e projeto: “El partido conservador, el partido del Orden y de las Garantías”²⁷²; agora, como se vê, Alberdi nomeava como conservador não apenas o partido, mas um sistema de governo, dando-lhe uma conotação positiva e independente de sua contraposição alternativa, os liberais. Com as eleições vencidas, os argumentos desenvolvidos tinham maior impacto, pois contavam com o dado da preferência nacional e da própria realidade. Assim, os artigos de Alberdi adquiriam um sentido distinto daquele da propaganda eleitoral, eles se tornam um mecanismo de atração do público leitor no sentido de estabilização e de apaziguamento do ambiente bélico que se instaurara desde as eleições de março e do estado de sítio, produzindo um consenso conservador em torno “del régimen constitucional, del derecho de sufragio, de la división de poderes, de la soberanía del pueblo”²⁷³.

O texto, como disse, vai mais a fundo que uma propaganda eleitoral, também porque aprofunda-se teoricamente na justificação e compreensão do regime conservador. Alberdi estabelece uma comparação sincrônica do regime conservador com a Europa, explicando que a palavra possuía sentidos antagônicos na América e no velho mundo:

²⁷⁰ ALBERDI. *Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile*. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, p. 61.

²⁷¹ Ibid., pp. 62-3.

²⁷² “Nota do Editorial”. El Mercurio, 01/03/1846.

²⁷³ ALBERDI. op. cit., p. 64.

“Los conservadores en Europa, lo son de las antiguas instituciones, o de las retocadas timidamente por la mano de la revolución. Los conservadores chilenos, por el contrario, lo son de las brillantes y progresivas consecuencias de la revolución americana”²⁷⁴. À esta diferença, Alberdi acresce outra, agora de ordem diacrônica, em relação à história chilena, complementando e problematizando o conceito, ao tratar da “gran palabra *revolución*, ennoblecida por el grito de Septiembre de 1810, y sus brillantes consecuencias encerradas en la carta constitucional de 1833”²⁷⁵. Aqui, Alberdi estabelece uma cronologia que orienta o sentido do conceito de conservador ao estabelecer o período revolucionário de 1810 a 1833, logo, o que se seguiria seria a conservação da conquista da liberdade.

A época revolucionária implicava em uma linguagem belicosa, em uma perspectiva de transformação pela sublevação, a despeito das regras, pela violência, conduzida pelo voluntarismo do herói ou do guerreiro. Ora, passado este momento, deve-se preservar a constituição, a ordem e as instituições. Não se trata mais da linguagem da guerra e do conflito, da anulação do inimigo, mas da negociação, do projeto, do convencimento; a virtude do guerreiro é substituída pela das instituições, pela formalidade; o governo se despersonaliza e a constituição toma o papel de protagonista. O caráter violento e repressor, “hasta cierto punto” que a administração Prieto assumiu em determinados momentos, “era una de sus más imperiosas necesidades; como lo es y lo será de todas las administraciones que, como la suya, estén llamadas a fundar el Poder moderno, después de desecho el antiguo por la obra de una revolución”²⁷⁶. De modo que mesmo a ação repressiva do governo na década anterior (e, por suposto, o estado de sítio da administração atual, embora não o mencione quando trata ao fim do texto o ano de 1846), estaria respaldado pela necessidade de se combater a desordem e os ataques contra a constituição, por um dispositivo nela mesma previsto.

O estabelecimento de uma temporalidade própria para a história republicana chilena, implica também a compreensão histórica em geral deste processo, que suporia um desenvolvimento gradual das instituições livres. Assim, pergunta Alberdi,

¿cómo tener gobiernos maduros y sazonados alguna vez, si no nos resignamos a tenerlos primeramente con los inconvenientes inseparables de toda cosa que comienza y hace su infancia? Todo en la

²⁷⁴ ALBERDI. *Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile*. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, p. 64.

²⁷⁵ Ibid., p. 65.

²⁷⁶ ALBERDI. *Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile*. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, pp. 65-6.

vida está sujeto a una ley de desarrollo y madurez gradual: ¿estará solo el gobierno fuera de esta ley? (...). En América todo principia, todo está recientemente en aprendizaje, en la hora de los ensayos la libertad lo mismo que la oposición, la oposición lo mismo que el gobierno²⁷⁷

Ao lado do reconhecimento de das duas épocas, Alberdi dá um passo importante para a compreensão do desenvolvimento histórico das sociedades, especialmente das sociedades hispano-americanas, de que há um movimento processual de superação e manutenção do antigo; de que cada avanço mantém, ainda, traços das antigas estruturas e que a pretensão de uma abolição completa do passado atenderia a uma utopia, que partia dos setores liberais opositores que desejavam terra arrasada dos governos conservadores, e apostavam na lógica do conflito, da sedição, como forma de acesso ao poder.

Essas considerações me parecem importantes para o desenvolvimento do discurso político de Alberdi na medida em que o incorpora para além do espaço imediato chileno; ou seja, que dá um aspecto universal ao processo de desenvolvimento histórico das sociedades. Defende que na América do Sul é preciso criar e estabelecer o poder, que permite a associação entre os homens e a garantia da liberdade; mesmo o governo espanhol derrubado subsistiu em instituições que foram se transformando, como as câmaras locais, os centros de administração e as redes de funcionários.

Em breve esse discurso seria adotado para o caso argentino, ou seja, também o governo de Rosas carregaria aspectos importantes de serem conservados ou defendidos se se desejasse superá-lo; que a ação da centralização do poder e da rotinização da burocracia produziria um efeito secundário de estabelecimento de uma entidade reconhecida interna e externamente como Confederação Argentina. Ao mesmo tempo, o caso argentino, serve de contraponto ideal para o uso do conceito de conservadorismo, pois, neste caso, estar-se-ia vivendo o período de revolução, ainda não se teria chegado à idade constitucional, de modo que a linguagem só poderia ser a da guerra e do conflito. E o papel do partido de oposição – à diferença do que ele apontava na oposição liberal chilena –, se se quiser como partido, está na elaboração de um projeto concorrente, na criação de situações de estabelecimento de um regime formal entre o governo atual e o que se propõe.

²⁷⁷ ALBERDI. *Biografía del General don Manuel Bulnes, Presidente de la República de Chile*. Santiago: Imprenta del Mercurio, 1846, p. 82.

Assim, me parece, que o reposicionamento das primeiras críticas que se viu de Alberdi ainda no ano de 1844 responderia por essa experiência que ele teria vivido nos anos 1845-46 – analogamente a que Sarmiento experimentara logo de sua chegada ao Chile em 41 -, e que teria apresentado um cenário político bastante complexo, conflituoso e até contraditório do ponto de vista da pluralidade e variação de sentidos do discurso político, justamente devido à manutenção das instituições republicanas (note-se que o estado de sítio foi decidido pelo Conselho de Estado, de acordo com as prerrogativas constitucionais e com um período pré-determinado, e que a imprensa, fora de Santiago, e depois do fim do período de exceção, continuou funcionando ainda mais combativa).

CAPÍTULO 3

1847 – 1851. MANUTENÇÃO DA ORDEM E OS LIMITES DA LIBERDADE

1 – Busca de um novo consenso

Após as eleições presidenciais, novamente partia o governo para um esforço de conciliação e apaziguamento do cenário político. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi a demissão do *Ministerio de Abril*, composto por Manuel Montt, António Varas e Joaquín Pérez, e a nomeação de Manuel Camilo Vial para Ministro do Interior, a quem se concedia também interinamente a carteira da Fazenda, García Reyes de Justiça e Educação, e Manuel Borgoño Ministro de Guerra. A oposição satisfazia-se com essas nomeações – ainda que fossem personagens ligados ao antigo ministério, como Vial, que era proprietário do *Progreso*, e mantinha através da redação de Sarmiento, um forte alinhamento com Bulnes e Montt – mas possuíam trânsito com setores mais liberais, como o grupo ligado a Victorino Lastarria.

La Gaceta del Comercio, que havia empreendido forte campanha eleitoral contra Bulnes, saudava o novo *Ministerio de Septiembre*, nas figuras do ministro García Reyes, que “en la prensa le hemos visto criticar el mensaje del presidente a la apertura de las cámaras (...). Ayer le hemos visto defender con entusiasmo en la tribuna parlamentaria la libertad de imprenta, y esto sólo nos garantiza al hombre progresista y liberal”¹; e de Manuel Camilo Vial, “que ha dado mil y una pruebas del espíritu de tolerancia política de que se encuentra animado, tolerancia que jamás tuvo el ministerio de Abril”².

Segundo a própria *Gaceta*, o *Mercurio* nomeava *Ministerio de Septiembre* este que começava com Vial à frente da pasta do Interior, enquanto que de *Abril*, àquele que se encerrava sob a liderança de Montt, criado em abril de 1845. Essas denominações são outra forma de se perceber a relevância adquirida pelo ministério desde o início do período Bulnes, e, por outro lado, para se avaliar a variação da dimensão e do peso assumido ou atribuído pelo governo ou pela oposição ao papel do presidente. O tema é particularmente importante para a realidade política das novas repúblicas hispano-americanas, sobretudo para a análise do ponto de vista de Sarmiento e Alberdi, pois implica a existência de instituições sólidas o suficiente que resguardem a legalidade e a

¹ “Nuevo ministerio”. *La Gaceta del Comercio*, 22/09/1846. García Reyes, no entanto, não permaneceu no cargo por muito tempo, sendo sua pasta entregue também a Vial.

² “Nuevo ministerio”. *La Gaceta de Comercio*, 24/09/1846.

constitucionalidade do poder eletivo do executivo, tornando o ministério uma espécie de câmara de pressão, que corresponderia justamente à variação do contexto político, do avanço ou recuo do controle do discurso pela oposição ou pelo governo no espaço público, conferindo uma margem de manobra para o equilíbrio das forças políticas entre executivo e parlamento. Isso se verificou na construção dos ministérios de 1841, 1845 e agora 1846, com maior ou menor presença do governo e da oposição em seus quadros. Daí que a *Gaceta* ressalte que “el ministerio Montt ha ya caído por su propio peso”³, sugerindo a centralidade e autonomia desta entidade no Executivo. Saliento que este tema seria extremamente delicado aos exilados argentinos, porque representaria uma possibilidade de avanço institucional que resguardaria o uso da violência – institucional, da quebra da constitucionalidade – para o exercício do poder, de modo a absorver as demandas e pressões em jogo na esfera política.

Após as eleições, o governo se movimentou no sentido de uma nova aproximação com os antigos adversários, de “pôr fim aos processos contra os soldados e sargentos da guarda nacional e liberar a vários artesãos”⁴, isto é, tentava-se uma nova política de reconciliação, nas palavras de Lira e Loveman. Igualmente, verifica-se a importância para a sociedade chilena destas ações políticas, que permitiam a acomodação das forças partidárias antagonistas, que se aproximavam das esferas do governo e garantiam alguma estabilidade e previsibilidade para governo e oposição.

A chegada de Vial ao ministério provocou algumas mudanças relevantes do ponto de vista da política interna, pois deu início a uma série de reformas, ou de tentativas de reformas, jurídicas e administrativas. Em dezembro de 1846, o ministro propôs um inventariamento de todos os bens e patrimônios ligados aos ministérios. No início de 1847, nomeou uma comissão encarregada de estudar e reformar as leis aduaneiras, em seguida ordenava o adiantamento dos trabalhos para a canalização e navegação do rio Maule, e projetos de viabilidade pública, de urbanização e de abertura de estradas, entre outros de relevância local, o que conferia aos primeiros meses de governo do ministro uma demonstração de iniciativa⁵. Em dezembro de 1846, segundo Diego Barros Arana, o ministro Vial expediu decretos referentes à codificação penal, comercial e ainda outro,

³ “Crisis Ministerial”. *La Gaceta del Comercio*, 13/09/1846.

⁴ LIRA, E.; LOVEMAN, B. **Las suaves cenizas del olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1814-1932. Santiago: LOM, 2000, p. 158.

⁵ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913 pp. 146-149.

referente à extração mineral⁶. O governo alterou regras de entrada dos jovens nas ordens religiosas e reforçava o caráter estatal da concessão da identidade civil; em abril de 1847, um deputado ligado ao governo apresentava um projeto que proibia a fundação de novos monastérios e profissões com voto perpétuo⁷.

Todas essas reformas ou projetos sofriam resistências não apenas de seus adversários partidários, ou daqueles implicados nas mudanças envolvidas, havia também uma questão de fundo, que envolvia a própria concepção de um novo ordenamento legal e administrativo para os novos países. Segundo Barros Arana, em meio às discussões sobre a nova Constituição em 1831, um ministro da Corte Suprema propunha que se tomassem os códigos espanhóis, suprimindo, adicionando e adaptando de acordo com o que correspondesse à realidade chilena; em 1846, editoriais do *Progreso*, escritos por Carlos Tejedor, outro exilado que em seguida teria proeminência na política e no mundo jurídico e acadêmico argentinos, sustentavam que era “uma petulância de países novos pretender modificar sua legislação dando-se códigos próprios”⁸. Também o *Mercurio* se pôs contra os projetos de nova codificação que, dizia, “tendem a fazer desaparecer a unidade dos povos americanos, minorada já por outra causa, mas conservada ainda por uma uniformidade de legislação”⁹.

Este momento pós-eleitoral parece ter sido de grande efervescência para os ambientes jurídicos e acadêmicos, pois a segunda vitória de Bulnes seguida da mudança ministerial apontava para uma estabilidade institucional e ao mesmo tempo para a possibilidade de realização de reformas constitucionais clamadas pela oposição, desde os eventos de meados 1845. A chegada de Vial ao ministério abriu o campo para estas demandas – deixando em segundo plano, para o propósito desta pesquisa, o desfecho mais ou menos condizente com o projeto original –, o que implicava um momento político e intelectual autoreflexivo da sociedade chilena, no sentido de, em uma conjuntura de normalidade institucional, diferente da construção da Constituição de 1833, repensar as bases e os ordenamentos jurídicos que sustentam a vida institucional do país.

Acredito que seja nesse contexto que melhor se compreenda a produção das obras jurídicas de Alberdi. Quer dizer, somente porque o governo e a sociedade chilena fazem

⁶ Segundo Barros Arana, “não necessitamos dizer que estas comissões não tomaram a sério aqueles encargos”, cf. BARROS ARANA, D *Un decenio de historia de Chile*. t. II. In: *Obras Completas*. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 150.

⁷ Cf. *Ibid.*, pp. 154-158.

⁸ *Ibid.*, p. 150 n.

⁹ *Ibid.*, p. 150 n.

um esforço de produção intelectual em torno da legislação, é que se abre um contexto favorável ao debate e à circulação de um discurso político em linguagem jurídica. Nesse sentido, verificam-se as seguintes publicações de Alberdi: *Legislación de la prensa en Chile, o sea Manual del escritor, del impresor y del jurado*, 1846; *De la Magistratura y sus atribuciones en Chile; o sea, de la organización de los tribunales y juzgados, según las leyes que reglan al presente la administración de justicia*, 1846; *Manual de Ejecuciones y quiebras. O sea, colección autorizada y concordancia de las leyes patrias y españolas que rigen en Chile*, 1848; *Carta sobre los estudios convenientes para formar un abogado con arreglo a las necesidades de la sociedad actual en Sud-América*, 1850¹⁰. Além de trabalhos citados, que foram pensados e organizados para serem publicados como estudos de direito, Alberdi também publicou algumas peças de defesa que usou nos tribunais, como foi o caso da *Defensa del Mercurio*¹¹, e *Defensa de José Pastor Peña*¹², como fundamentações para propostas de reformas jurídicas.

Todos esses títulos foram publicados no Chile como livros ou folhetos, e tiveram maior ou menor repercussão na imprensa, conforme visto no caso do estudo sobre a lei de imprensa, de modo que a existência da expectativa de reflexão sobre o ordenamento jurídico, e as condições de possibilidade de criação e publicação dos textos permitiram a Alberdi desenvolver uma sistematização de ideias acerca de diversos temas jurídicos, desde assuntos ligados à imprensa, à formação educacional do bacharel em direito, ao direito comercial, passando pelo estudo da constituição chilena. É de se notar que em paralelo a estas publicações, Alberdi buscava lançar, de sua mão ou de amigos, artigos na imprensa que fizessem eco a sua produção.

Assim, acredito que a contínua preocupação com assuntos jurídicos, e a publicação de temas na área constitucional, desde sua chegada ao Chile dedicava-se, privadamente, à carreira da advocacia com sucesso, serviram de campo de formação ou de experimentação para a publicação de sua obra maior em abril de 1852, *Bases y puntos de partida*¹³. Agora, progressivamente, o contexto político interno favorecia o fato de sua dedicação aos assuntos privados encontrar um espaço simpático ao desenvolvimento de ensaios e sistematizações jurídicas. Neste início de segundo mandato se consolidava a

¹⁰ ALBERDI. OC, III, pp. respectivamente, 61, 93, 141, 243, 343.

¹¹ ALBERDI. Defensa de “El Mercurio” por el Dr. D. Juan Bautista Alberdi en la noche de 5 de junio de 1844. Publicado em separata pela gráfica do Mercurio. in: OC, II, p. 475.

¹² ALBERDI. Defensa de José Pastor Peña ante la Corte Suprema, 1845. In: OC, III, p. 5.

¹³ ALBERDI. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina**. 1852. In: OC, III.

estrutura institucional e política no Chile de modo a adequar a sociedade chilena a formas normativas que superassem as marcas da Constituição de 1833, isto é, uma Carta elaborada durante um período de guerra civil, perseguições e restrições jurídicas que, segundo os opositores do partido conservador, comprometiam a democracia e o republicanismo.

Essa circunstância aponta para a profunda conexão entre o campo de experiência chileno e a representação dos projetos para a Argentina imaginados por Alberdi, de modo que a experiência e a relevância adquirida no espaço público chileno permitiram-lhe – entre outros fatores que serão abordados – enveredar para a elaboração de um projeto constitucional para a Argentina desde a primeira hora da queda de Rosas e da ascensão de Urquiza.

Salientaria ademais que a linguagem jurídica adotada por Alberdi deve ser compreendida desde um ponto de vista político. Isto é, se Sarmiento – para manter a comparação no interior do interesse da pesquisa – adotava um discurso direto, conflitivo, polêmico, em que disputava o poder com a oposição combatendo através da imprensa pela conquista e manutenção do poder, Alberdi enveredava pelo caminho do discurso jurídico, no qual a polêmica inflamada, os apelos retóricos ao público e a aniquilação da imagem do adversário pela imprensa não tiveram vez. Já a retórica do cálculo, da sobriedade, da racionalidade estatal, acima dos conflitos da pequena política, própria dos tratados e estudos jurídicos, tiveram grande presença na escrita e no desenvolvimento do discurso político de Alberdi. Por suposto que o texto jurídico é também um texto político, e, desde o ponto de vista de sua inserção num determinado contexto, atua como fator político. Este me parece ser o caso dessas obras de Alberdi. Mesmo que não se trate aqui de analisá-las, acredito que se gestava nessas páginas uma massa crítica acerca de reformas e ordenamentos políticos, administrativos, institucionais, ou peças processuais de direito privado, como as causas de juízo de imprensa, escritos sob a demanda de uma sociedade que discutia no espaço público, em vista de situações concretas.

Pensar os estudos de direito de Alberdi como seu trabalho de reforma política expõe essa necessidade de criação de um código local, que seria o caminho do progresso, “adaptado às condições do Chile ou da América do Sul”, conforme ressaltava uma e outra vez nesses estudos. A entrada que Alberdi possuía junto ao governo, ou a setores influentes na política e nas cortes, possibilitava que seus projetos fossem discutidos e apresentados ao público. É possível imaginar que essas publicações tivessem uma finalidade sabida, um pragmatismo no sentido de divulgar através da imprensa os debates

jurídicos, e que isso influenciasse a discussão sobre as possíveis reformas. A produção intelectual jurídica de Alberdi no Chile serviu de lastro para a formulação de *Bases*, o material do qual o autor partiu foram justamente os estudos que fez para o Chile. Assim, as propostas ali contidas referiam-se ao projeto de reformulação, desde uma história jurídica específica, de um contexto determinado em que os projetos estavam em discussão com outros, em espaços próprios, seja na academia, na imprensa ou nos tribunais. A publicação de *Bases* reforça a opinião de que a construção do novo país, a criação de uma nova constituição implicaria não um espaço aberto, um quadro branco, mas justamente que se devesse tomar em conta os elementos institucionais e históricos do direito.

2 – Giro transigente: aprendizado e pragmatismo

De todo modo, fica claro que este contexto específico criava condições ideais para o desenrolar de um pensamento político, liberal e republicano, em base jurídica, que serviria, ao fim, de experimento e de fundamento para a futura elaboração da carta constitucional e dos códigos para a Confederação Argentina quando se vislumbrava a queda de Rosas ou a mudança de rumo de seu regime. De todo modo, é importante destacar que esses escritos jurídicos foram voltados para o contexto chileno, e possuíam um pragmatismo evidente para uma sociedade que apresentava uma constituição, livre exercício dos direitos civis, eleições regulares e um nível de estabilidade institucional da qual compartilhava e exaltava o próprio Alberdi. Neste sentido, me parece razoável supor que Alberdi, ao escrever seu importante texto *La República Argentina 37 años después*¹⁴, em que realiza uma profunda reavaliação da história política recente das províncias da Argentina, considerasse que um dos caminhos para sua transformação estaria no reconhecimento do papel positivo de Rosas para a história da consolidação das instituições estatais e a incorporação de suas contribuições na narrativa da história futura argentina.

Não entrarei na análise pormenorizada do texto¹⁵, porquanto o objeto da pesquisa é o jornal como elemento mobilizador e catalisador do discurso político; no entanto, a

¹⁴ ALBERDI. *La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo*. 1847. In: OC, III, p. 219.

¹⁵ Diferentemente do caso específico de *Facundo*, para o qual a exegese sobre o texto dispensaria uma nova abordagem, o caso deste texto de Alberdi, não apenas por ser menos estudado que o *Bases y puntos de partida*, mas por apresentar um momento de inflexão importante para a conformação de seu discurso

repercussão da publicação deste texto na imprensa permite que suas ideias sejam abordadas como forma de esclarecer este câmbio importante do discurso político de Alberdi sobre o republicanismo. Acredito que essa mudança seja de consequências transcendentais ao texto e ao momento, pois, ao que me parece, implicaria na admissão de uma negociação com o governo de Rosas para a sua própria superação, ou mesmo de sua continuidade sob um regime constitucional. Assim, afirma que “Rosas no es una entidad que pueda concebirse en abstracto y sin relación al pueblo que gobierna. (...) Rosas y la República Argentina son dos entidades que se suponen mutuamente”¹⁶, apontando para o fato de que o governo de Rosas não era um extravio da história da independência argentina, mas o resultado histórico de um processo do qual participaram ativamente as duas metades em que estava dividida a república Argentina, os partidos federal e unitário.

Ambos, através de “la prensa de sus partidos en armas”¹⁷, mantinham a rivalidade e o estado de guerra interno, e a animosidade no exterior por meio de seus veículos de imprensa que circulam pelos países vizinhos e Europa, como era o caso do *Archivo Americano* e a *Gaceta Mercantil*, publicações rosistas que circulavam em francês e inglês na Europa e na América; e da *Revue de Deux Mondes*, publicação francesa com forte presença de argentinos e chilenos liberais; e como também era o caso dos jornais chilenos que reverberavam as notícias e opiniões sobre a situação do vizinho, inflamando o público contra o Governador de Buenos Aires, ou contra os exilados. “Cuando algún día se den el abrazo de paz en que acaban las más encendidas luchas, qué diferente será el cuadro que de la República Argentina tracen sus hijos de ambos campos”¹⁸.

Alberdi dava início a uma argumentação com finalidade conciliatória entre os partidos, recorrendo ao conceito de *ordem* como superação do conceito de *liberdade*. Para além de dois conceitos políticos, ordem e liberdade, no texto de Alberdi, contêm em si uma carga de leitura temporal que encerram duas épocas históricas: a heróica e a constitucional. Assim, a história da construção da república,

político, como uma reelaboração de elementos do republicanismo, como a pluralidade político-partidária e a percepção da necessidade de transigência e acomodação política com as forças sociais existentes, em detrimento da imposição de um projeto – liberal-unitário – que se percebia, após esses anos de experiência no Chile, ineficiente.

¹⁶ ALBERDI. *La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo*. 1847. In: OC, III, p. 225.

¹⁷ *Ibid.*, p. 232.

¹⁸ *Ibid.*, p. 232. Como complemento dessas ideias, creio que valha a pena a leitura da continuação do argumento, apelando para o aspecto afetivo, da reconciliação dos irmãos, dos compatriotas: “Qué nobles confesiones no se oirán alguna vez de la boca de los frenéticos federales! Y los unitarios, con que placer no verán salir hombres de honor y corazón de debajo de esa máscara espantosa con que hoy se disfrazan sus rivales cediendo a las exigencias tiránicas de la situación”.

si en los primeros días fue ávida de libertad, hoy se contentaría con una libertad más que moderada. En sus primeros cantos de triunfo olvidó una palabra menos sonora que la de *libertad*, pero que representa un contrapeso que hace tenerse en pie la libertad: - el *orden*. Un orden, una regla, una ley; es la suprema necesidad de su situación política. (...) La letra es una necesidad de orden y armonía. Se garante la estabilidad de todo contrato importante¹⁹.

Ora, não era outro o apelo de Alberdi aos eleitores chilenos quando escrevia a *Biografía* de Bulnes em defesa do partido conservador, como o preservador da “ordem e das garantias”, do respeito às leis, das previsões constitucionais mesmo no caso da decretação do estado de sítio, em que foi cumprida a rotina institucional e a normalização após o período previamente estabelecido. Ordem e estabilidade eram conceitos caros à sociedade chilena e Alberdi, em seu trabalho na imprensa, lidava a todo o momento com essa disputa em torno da representação²⁰ política da sociedade, ressaltando o papel do funcionamento das instituições e do respeito à Carta constitucional que “es el medio más poderoso de pacificación y orden interior (...). Chile debe la paz a su Constitución”²¹, acima de um governo forte.

O apelo de Alberdi aos compatriotas, utópico ou pouco factível, consistia em, por um lado, ver Rosas “arrodillado, por un movimiento espontaneo de su voluntad, ante los altares de la ley”²²; por outro, considerando os anos de guerra civil e as vitórias que Rosas obteve no período, ponderava que “invencible por la vanidad del país mismo, no queda otro camino que capitular con él, si tiene bastante honor para deponer buenamente sus armas arbitrarias en las manos religiosas de la ley”²³. A conclusão do artigo vinha a aparar as sugestões, algo polêmicas, que eram lançadas em seu corpo, isso porque, na conclusão, Alberdi apontava para uma saída constitucional, condição na qual o governo vigente se submetesse a uma assembleia constituinte e aceitasse a lei, como elemento de força, não mais a violência.

¹⁹ ALBERDI. *La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo*. 1847. In: OC, III, p. 237.

²⁰ Ver SCHNEUER, M. J. Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004; e JOCELYN-HOLT, A. ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena” In: GONZALES, F. C. (ed.). **Relatos de la nación**. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005.

²¹ ALBERDI. op. cit., p. 240.

²² Ibid., p. 242. Segue o texto, “¿a quién, sino a Rosas, que ha reportado triunfos tan inesperados, le cabe obtener el no menos inesperado sobre sí mismo?”

²³ Ibid., p. 242.

Não é irrelevante que, em paralelo a esta saída, o autor sugerisse que a oposição unitária capitulasse com Rosas, ou seja, que a derrota de um não significaria a vitória do adversário, mas o reconhecimento do fracasso mútuo, “a vaidade do país”, que manteve alimentada a guerra civil por quase vinte anos, deixava claro dessa forma que “ya ha desaparecido el anhelo de cambiar las cosas desde la raíz”²⁴. Aqui se vê um dos pilares do argumento histórico de *Bases* para a conformação da nova sociedade argentina pós-Rosas, a do *punto de partida*, que trataria das condições históricas existentes, do reconhecimento das forças sociais concretas em jogo, de modo a tomá-las em consideração em qualquer projeto de construção política constitucional.

Quer dizer, uma possível nova configuração política para o governo argentino, para o qual Alberdi ofereceria seu *Bases* como estrutura à nova Constituição, não partiria do zero, de uma tábula rasa em que se inscreveriam os ditames defendidos pelo partido unitário. Não mudar as coisas pela raiz, especificamente do ponto de vista dos liberais, implicaria considerar que

Los que antes eran repelidos con el dictado de *caciques* hoy son aceptados en el seno de la sociedad de que se han hecho dignos, adquiriendo hábitos más cultos, sentimientos civilizados (...). Esos hombres son hoy otros medios de operar en el interior un arreglo estable y provechoso.

Nadie mejor que el mismo Rosas y el círculo de los hombres importantes que le rodean, podrían conducir al país a la ejecución de un arreglo general en este momento²⁵

Superado este período de crise, Alberdi destacava quem seriam os agentes responsáveis pela reestruturação institucional do país, ao lado dos *federales civilizados*: “la emigración argentina”, que “es el instrumento preparado para servir a la organización del país, tal vez en manos del mismo Rosas (...). Lo que hoy es emigración era la porción más industrial del país, puesto que era la más rica; era la más instruida”²⁶. Sem dúvida, o caráter conciliatório do texto, pelo qual seria duramente criticado por seus pares exilados, conflitava com aquele apresentado três anos antes nas páginas do *Siglo* ou do *Mercurio* em que nomeava Rosas como ditador a ser batido por tropas americanas²⁷.

²⁴ ALBERDI. *La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo*. 1847. In: OC, III, p. 239.

²⁵ Ibid., p. 239.

²⁶ Ibid., p. 238.

²⁷ Ver a sequência de artigos do *El Siglo* “Política continental: altas conexiones del Plata” de outubro de 1844, In: ALBERDI. CB, pp. 67-92; e “Rosas, defensor de la independencia argentina”, *El Mercurio*, 26/07/1846. In: CB: p. 93.

A surpresa e a polêmica causadas pelo artigo podem ser mensuradas pelas opiniões estimuladas por sua publicação. O texto apareceu como um folheto publicado pela gráfica do *Mercurio* em 25/05/1847, em comemoração ao aniversário da Revolução de Independência argentina, como era praxe entre os exilados fazer comemorações e publicações nas datas pátrias. Três dias após sua aparição, o *Mercurio* publicava um longo editorial elogioso ao artigo, em que acentuava seu tom conciliatório, como algo raro na imprensa chilena então: “justicia es hecha a todo mundo en ese folleto. Los partidos de la República Argentina no aparecen allí compuestos de *salvajes unitarios* y de mashorqueros federales (...). En esto nos complacemos del acuerdo entre las ideas del autor y las del *Mercurio*”²⁸.

Meses depois, na seção “Correspondencia”, o mesmo *Mercurio* publicava um artigo vindo de Copiapó, importante centro de residência dos emigrados devido ao trabalho nas minas e ao comércio, por ocasião do nove de julho, intitulado “La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino”, assinado por *Unos emigrados argentinos que no transigen*. O artigo citava que no mesmo dia em que o povo argentino lutara contra a escuridão colonial em defesa do sol da liberdade, “este mismo día es el escogido por un ciudadano argentino para absolver el crimen, so pretexto de imparcialidad histórica”²⁹. Diante disso, seus autores viam-se impelidos a combater esse texto através da imprensa com outro manifesto, em data igualmente relevante, para demonstrar que “ni la República Argentina tiene nada que ver con la grandeza y excentricidad de su tirano, ni menos que esta grandeza y excentricidad reflejan sobre ella nada de honorable y de provecho”³⁰.

O artigo nega que tenha havido uma luta entre dois princípios, federal e unitário, mas sim a humilhação e o medo de um lado, e a obra de extermínio e vandalismo de outro, e que entre Rosas e a liberdade se passaria um duelo de morte. Os *argentinos intransigentes* seguiam sem economizar ataques: “aquellos escritores, pues, que en lugar de llamar a los héroes a alzar de nuevo el estandarte de la libertad, invocan su olvido en nombre de una paz imposible, se engañan a sí mismos, o quieren engañar a los otros”³¹. O artigo cotejava passagens do texto de Alberdi com argumentos da própria história recente argentina, demonstrando a fragilidade e a utopia de seu opositor, até concluir, em

²⁸ “La República Argentina treinta y siete años después de su revolución”. El Mercurio, 28/05/1847.

²⁹ CORRESPONDENCIA. “La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino”. El Mercurio, 31/08/1847.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

franca provocação, ao autor e ao público, “combatamos, pues, combatamos hasta la muerte, combatamos hasta que Rosas caiga, o la libertad”³².

Expunham-se, por primeira vez, de forma mais contundente, divergências de fundo entre membros da imigração argentina nesse período de governo Bulnes. Tais divergências, como se verá no quarto capítulo, tornar-se-iam decisivas para a formação de grupos de força no Chile que tentariam influir na política argentina durante a guerra contra Rosas e após sua queda. Jorge Mayer em sua biografia sobre Alberdi recupera algumas reações à publicação de *37 años después*. Segundo o autor, “Enrique Lafuente protestaba desde Copiapó: ‘Yo no sé sino de uno que simpatice con las extravagantes ideas de Alberdi’. [Carlos] Tejedor, em *El Copiapino*, com parecida indignação, qualificou o folheto de ‘mezcla confusa de hipocresías’”³³. Esteban Echeverría, seu companheiro de Salão Literário e correspondente constante no exílio, dizia que “ha dado Ud. motivo a grandes encargos contra Ud. (...) Yo por mi parte no le hago ninguno, pero desapruebo su escrito porque no le hallo tendencia útil y fecunda en sentido alguno”³⁴.

No periódico *El Conservador*, de Montevideu, dirigido pelos exilados e antigos membros da Geração de 37, José Marmol e André Lamas, comentava-se também o texto de Alberdi,

Creemos que tanto aquí como en Chile se ha comprendido mal, en general, el pensamiento del ciudadano argentino, que suscribe el panfleto de Mayo... Hace 7 años que el pensamiento que envuelve el panfleto del ciudadano argentino hubiera sido bien ajeno a la época de los acontecimientos de entonces, pero *hasta qué punto puede ser razonable hoy, esa es la idea que hay que estudiar en el panfleto y en la situación en que se ha escrito*³⁵.

Por fim, um comentário de Felix Frías, que também havia sido editor do *Mercurio* entre 1843 e 1844, período em que Alberdi ali escrevera, relatava em carta que

³² CORRESPONDENCIA. “La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino”. *El Mercurio*, 31/08/1847.

³³ MAYER, J. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Eudeba, p. 445

³⁴ Carta de Echeverría a Alberdi, Montevideo, 31 de enero de 1848. *Apud* Ibid., p. 445.

³⁵ *El Conservador*, 23 e 26 de noviembre de 1847. *Apud* Ibid., p. 449. (grifos meus). Por aqui se nota a capacidade de disseminação da informação entre os grupos de exilados na América do Sul, e o trabalho de construção de redes permanentes de contato através dos periódicos, com publicações cruzadas, correspondentes, polêmicas, o que reforça a ideia de um espaço público ampliado incluindo esses nichos de ocupação argentina no Chile e no Uruguai, por exemplo. Estas ideias podem sr observadas em BLUMENTHAL, E. *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle*. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013; e McEVOY, C. e STUVEN, A. M. *La república peregrina: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884*. Lima: IFEA-IEP, 2007.

he leído de veras su último folleto con atención, y no necesitaba haber visto lo que usted dice a Peña en su última carta de ayer, para saber cuan puro y patriótico es el sentimiento que le ha dictado sus bellos renglones ... *usted se ha colocado en un punto de vista superior a los dos partidos y es natural que en ninguno de ellos lo apruebe del todo...* Por mi parte le confieso que *me siento incapaz de considerar las cosas actuales de mi país con otros ojos que los unitarios*, con todo los que le conocen y saben el modo brutal como hemos sido tratados en el extranjero, donde usted ha escrito, comprenderán bien esa exaltación del sentimiento nacional que honra a usted. (...) Me he puesto a escribir un folleto (...) *usted ha escrito con colores nacionales y ante el extranjero para los argentinos todos, yo escribo con palabras de partido para los proscriptos únicamente*³⁶

Clara estava a distância entre as posturas assumidas pela “provincia flotante”. Para além, no entanto, da avaliação em si do texto, gostaria de analisar as passagens destacadas das respostas provocadas pelo texto. O comentário do *Conservador*, ponderado e assumindo uma postura compreensiva, inclui um coeficiente temporal para incitar seus leitores à reflexão do texto. Ao reconhecer que sete anos antes, em 1840, o artigo não teria sentido, ou estaria apartado, do ponto de vista dos exilados, do contexto específico, dado o estado conturbado em que se encontrava a política interna e externa da Confederação (a partir de 1838 e até 1843 verifica-se um período intenso de emigrações e de radicalização da política persecutória por parte de Rosas, coincidindo com a invasão francesa do Prata, a guerra de Lavalle e os levantes de caudilhos no sul de Buenos Aires contra Rosas). O periódico avaliava, então, que nesses sete anos teria havido mudanças suficientemente importantes que poderiam levar a uma nova atitude em relação ao governo de Rosas, e que, por isso, o artigo de Alberdi merecia ser estudado.

Os articulistas chamavam ainda atenção para a situação em que o texto fora escrito, o que incluiria mais um elemento de avaliação, ou seja, a condição de exilado no Chile, e a situação interna da política chilena com a qual Alberdi lidava. Parece-me que a intenção era a de dar visibilidade ao fato de que um regime constitucional, em que as

³⁶ Carta de Frías a Alberdi, 2 de junio de 1847. *Apud* MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. p. 445. (grifos meus) O folheto mencionado por Frías seria “La gloria del tirano”, publicado em nove de julho de 47, o qual também provocaria reações fortes do lado argentino, na *Gaceta Mercantil* e no *Archivo Americano*, conforme sublinhado por Jorge Mayer pp.448-9. Outro aspecto a ser destacado é a menção que Frías faz a uma carta de Alberdi a Peña (possivelmente Rodríguez Peña) a qual ele lera. As correspondências entre os exilados possuíam um caráter de construção e manutenção de redes pessoais, de formação de canais de comunicação, em que muitas vezes as cartas tinham um caráter público, eram escritas para sua divulgação entre um grupo determinado. Ver: AMANTE, A. **Sarmiento remitente: cartas**. Buenos Aires: Uba-FFyL, 2000; BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013.

oposições convivem, combate-se no espaço público e disputam eleições, teria produzido a percepção em Alberdi da possibilidade de negociação com os antigos adversários federalistas, do reconhecimento da necessidade de um governo constitucional e democrático abrigar as diversas bandeiras partidárias pacificamente. Do mesmo modo que revela, por si, a variedade de opiniões em relação à nova postura de Alberdi, deixando entrever que não se tratava de um devaneio, mas – e pode-se supor que a intensa troca de correspondências entre os exilados contemplasse essa discussão – de uma mudança de discurso político, acolhido ou rechaçado, mas reconhecido nos ambientes de debate.

Neste sentido, a comunicação de Felix Frías a Alberdi esclarecia esses pontos de forma bastante precisa: “entendo o que você escreveu, e não concordo, assumirei outra postura”; como se disse acima, não se tratava apenas de uma decisão pessoal, o posicionamento de Frías incluía outro campo de possibilidades a ser trilhado pelos exilados, na verdade o campo em que até então em geral se mantiveram, nas filas unitárias, escrevendo para unitários. O espírito de partido, manifestado pelas palavras de Frías, mostrava-se forte, reafirmando a perspectiva de combate contra o governo federalista como forma de derrubá-lo, negando qualquer tipo de contrato, e de aproximação com os federalistas.

Por outro lado, Frías apontou um traço fundamental do discurso que Alberdi começava a desenvolver, sua pretensão de colocar-se acima dos partidos, de superar a dicotomia excludente entre os partidos políticos. Este posicionamento revelava-se um novo passo do ponto de vista da teoria do republicanismo, uma vez que se pautava pelo reconhecimento da divergência e da competição entre ideias e projetos no interior da sociedade, em contraposição ao exclusivismo partidário, que vigorava na Argentina de Rosas e era apregoado pelos unitários contra os federalistas. Este é um momento, ao que me parece, em que a experiência liberal chilena exerceu um impacto importante sobre Alberdi.

Se se considerarem os escritos anteriores ao período chileno, como *Fragmento...*³⁷, toda sua referência girava em torno das teorias defendidas pelos Doutrinarios Franceses, e as esperanças que estes depositavam no governo monárquico de Luís Felipe. A experiência chilena incrementava consideravelmente as leituras teóricas de Alberdi, uma vez que lhe davam a possibilidade de experimentar um regime liberal, republicano, representativo e os limites à participação política imposta por esse regime

³⁷ ALBERDI, J. B. *Fragmento preliminar al estudio del derecho*. (1837) In: OC: I.

desde uma experiência concreta. Como Alberdi elogiaria tempos depois, tratava-se de uma “aristocracia democrática”, o regime que se verificava no Chile.

Essa postura de Alberdi seria também justificada ao tratar do público chileno porque o tom dos assuntos argentinos na imprensa chilena deveria ser adequado ao público leitor, pois, “hablar con exaltación ante un público que no está poseído de igual calor es malograr su celo, atormentando inutilmente al que oye. Es lo que con frecuencia ha sucedido y debido suceder al escritor argentino en Chile”³⁸. Alberdi opõe o tom do Pacífico ao tom do Prata, afirmando que igualmente seria descabido falar com a moderação e racionalidade dos países longe da disputa em um periódico de Montevideu. Um partido, em sua tática de propaganda, deve saber usar de todas as armas “usar de la razón lo mismo que de la declamación ardiente, hablar en todos lenguajes (...). [a]llá es necesario pelear sin tregua; aquí es preciso transigir”³⁹.

Do ponto de vista da experiência pessoal, a opção de Alberdi estava afinada com seu posicionamento ao lado do governo Bulnes em seu segundo mandato, e com sua aproximação ao novo ministério ocupado por Manuel Camilo Vial, desde setembro de 1846, alinhamento que havia sido plenamente exposto na biografia de Manuel Bulnes. Elementos da retórica conciliatória, da agregação dos partidos em torno de um executivo que representaria a união nacional, após intensa crise dos anos 1845-1846, faziam parte daquele texto. A saída de Manuel Montt abria espaço, como se viu, para uma nova aproximação de outros setores conservadores e grupos liberais ao centro do governo no novo ministério, o que favorecia por um lado, a elaboração por parte de Alberdi de projetos das reformas que o governo buscava implementar ou debater como forma de dar conta das expectativas do campo liberal. Por outro, permitia que, de fato, Alberdi enveredasse por um discurso político, de fundo republicano, permeado pela tolerância política, pela defesa dos ritos e as formas constitucionais vigentes no Chile, que se punha acima das disputas partidárias, uma vez que falava desde um ponto de vista privilegiado nesse contexto, ao lado do poder estabelecido.

³⁸ ALBERDI. “Conveniencias a que deben acomodarse los escritores que en Chile y otros países extranjeros tocan los asuntos argentinos”. *El Comercio de Valparaíso*, 08/04/1848. In: CB, p. 208.

³⁹ *Ibid.*, In: CB, p. 209.

3 - Relação da imprensa com a dinâmica partidária

Esta reflexão sobre o caráter republicano do discurso de Alberdi em relação aos partidos encontrava eco na imprensa chilena do mesmo período. No *Mercurio*, no início do mês de setembro de 1847, publicava-se um artigo bastante interessante, que refletia o ambiente de disputa e de debate acerca da organização partidária por que havia passado a sociedade chilena no período eleitoral recente, e começava de novo a se desenhar com o passar do primeiro ano do ministério Vial. Segundo o autor do editorial, era perceptível que, além de uma tentativa de difamação dos partidos políticos, como se “fuesen bandos de salteadores, ha habido un empeño en negar su existencia”⁴⁰. Segundo o periódico, partidos são encarnações de ideais que têm o direito de aspirar e concorrer ao predomínio em uma sociedade democrática, e a existência dos partidos servia como garantia da efetividade da liberdade. Como consequência da emancipação americana, seguia o texto, tem havido pelo menos dois partidos, os revolucionários e os reacionários, os quais os editorialistas acreditavam ser impossível pô-los de acordo, e que “el verdadero modo de servir a la causa de la libertad chilena es trabajar por su educación (...). He ahí nuestro programa en política”⁴¹.

Como se viu no caso da Guarda Nacional⁴², o argumento educacional tinha um viés político pragmático, no sentido de garantir a condição de cidadão ativo àqueles formalmente alfabetizados, ampliando assim a base social eleitoral do país; por outro lado, como se sabe, a eficiência do sistema universal de ensino chileno demoraria ainda algumas décadas para verificar uma real expansão de alunos no país, de modo que a insistência no discurso da educação cumpria o papel de estender a situação presente para um futuro imensurável. De todo modo, a aposta do editorial do *Mercurio* era na garantia de uma defesa contra a tirania e os abusos por parte de um público esclarecido.

Así, esencialmente conservadores, nos hemos opuesto constantemente al dominio absoluto de los mismos hombres que nos complacemos con mirar en el poder; y no ha estado en nuestras manos si sus adversarios no han conquistado una posición más conveniente (...)

El primer interés del país es la paz interna. El mayor interés del partido conservador es también esa paz, primera línea de su programa. Gozamos de esa paz ¿cómo la mantendremos? (...)

⁴⁰ “El Mercurio respecto de los partidos políticos”. El Mercurio, 02/09/1847.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ver capítulo 1.

¡Cuánto tiempo no hace que en prosecución de tales deseos y obedeciendo a las convicciones manifestadas, estamos trabajando en favor del partido llamado liberal en Chile con servir al país y al nuestro!(...)

Queremos el poder en mano de los conservadores, y para perpetuarlo no queremos en sus manos el poder de abrumar, enemigo de la paz, sino el poder de dirigir, mantenedor del orden (...).

Queremos la coexistencia de los partidos como garantía de la paz, en la cual se eduquen y se preparen la lucha pacífica inherente al sistema representativo⁴³.

O artigo, como de praxe, não é assinado. Segundo Jorge Mayer, Alberdi e Rodríguez Peña eram contribuintes frequentes do periódico, de modo que é possível acreditar que o artigo tenha sido escrito por um desses autores, como indica o complemento “al país y al nuestro”, expondo a presença da intelectualidade argentina no espaço público chileno, e a íntima conexão dos processos políticos em sua formação⁴⁴. A passagem longa justifica-se pela variedade de temas tratados e pela síntese que faz do tema partidário, em relação ao espaço público e ao sistema representativo.

Ao se definir como “conservador”, o periódico assume um lugar determinado na arena política, ao lado do poder estabelecido, mas combatendo posturas autoritárias, de modo que as ambições do *Mercurio*, afinadas com os conservadores, teriam também servido aos liberais, aludindo, assim, a um esvaziamento do partido de oposição e da atuação consensual do governo como um poder de gerir a sociedade. A defesa da pluralidade partidária, como coexistência dos partidos, recuperava a ideia da tolerância, garantidora da disputa pacífica, e fundamento do sistema representativo. A ideia, ressaltado, é forte e uma novidade, em vista dos regimes estáveis na América espanhola e na Europa; mesmo que não se deva tomar os dados cruamente, o fato de que o Chile mantinha suas constituições e eleições, já então há catorze anos, não deve ser menosprezado; como também o fato de que a justiça era constantemente procurada por membros da oposição, obtendo não raro, vitórias contra entes estatais, e que o próprio governo promovia, aqui e ali, a presença de membros da oposição em seus quadros políticos e funcionais.

⁴³ “El Mercurio respecto de los partidos políticos”. El Mercurio, 02/09/1847.

⁴⁴ Apesar de nesse período o editor do jornal ser o uruguaio José Carlos Gomez, não há, em todo material pesquisado, referências ou debates que envolvam o discurso na república oriental de forma internalizada. As aparições de temas que envolvem a república uruguaia estão em conexão com a história argentina, ou são objetos de destaque no título dos artigos. As referências por elipse a temas argentinos, ao contrário, eram permanentes, uma vez que a suposição do reconhecimento era tomada como garantida pelos escritores e pelo público, de modo que a referência ao pronome possessivo indica o elemento estrangeiro e sua provável nacionalidade.

Ora, os pontos em comum com o discurso de Alberdi parecem muito fortes. Não creio que seja o caso de se buscar a autoria do artigo como aferidor de sua validade. Para o propósito desta pesquisa, basta o reconhecimento de sua presença no ambiente conceitual, discursivo, interno ao qual Alberdi também se movia. A menção à luta partidária pacífica, ao poder central não abusivo, à paz interna se podiam ser considerados tópicos universais, em setembro de 1847, longe das eleições, e escritos pelas mãos de um argentino, repercutiam, ao que me parece, o discurso perpetrado por Alberdi acerca da convivência ideológica e partidária e da suspensão da violência do poder executivo como valores fundamentais do sistema representativo republicano. Vale notar que, o tema do sistema representativo será uma recorrência nos artigos de Alberdi, de modo que, o estabelecimento e precisão desse conceito serão desenvolvidos ao longo justamente desse período de sua estadia chilena até a queda de Rosas.

O artigo seguia ressaltando a fusão essencial entre liberdade partidária, política, e a liberdade de imprensa. De forma muito clara, deixa exposto a condição subordinada de existência entre os dois institutos para a vigência da república

El partido liberal tiene hoy la prensa libre garantida por la opinión pública, sino enteramente por la ley, para defensa de sus intereses (...). Lo repetiremos, hemos procedido en todo con perfecta conciencia. Hemos tratado de asegurar a los partidos débiles, sean cuales fueren, sus nombres, armas, escudos y campo en que luchar: la prensa, la administración de justicia, el establecimiento de una especie de *bourgeoisie* con la desaparición del roto (...). ¿Quién ha trabajado más que el *Mercurio* por la libertad del pensamiento y por la publicidad en todo sentido? (...) Apareció la ley de imprenta y no esperamos por nadie en pronunciarnos abiertamente contra ese acto legislativo, hasta con el riesgo de incurrir en la nota de inconsecuencia para con los hombres de una administración cuya marcha no podía dejar de tener todas nuestras simpatías (...). Sin embargo, el *Mercurio* arrostró todas esas dificultades: no vaciló un instante en la discusión, sostuvo con energía sus opiniones en todo sentido, sin dejar ni un momento de hablar al poder con franqueza (...). Queremos el triunfo de nuestras opiniones, y no su tiranía ejercida sobre las contrarias. En política como en economía juzgamos la concurrencia el medio de realizar el progreso⁴⁵

O editorialista marca uma posição como arauto da liberdade de expressão e como “nome, arma, escudo e campo de luta” para os partidos, mesmo os mais frágeis. Essa é uma auto percepção interessante que o periódico faz, no sentido de se prestar a certa

⁴⁵ “El Mercurio respecto de los partidos políticos”. El Mercurio, 02/09/1847.

neutralidade, como um veículo universal da palavra da sociedade, que combatia o mesmo governo que apoiava quando sentia a ameaça à normalidade constitucional, como foi o caso da lei de imprensa. O parágrafo final é lapidar como continuação do diálogo da repercussão da publicação do *37 años después*. Ao negar o desejo da tirania de suas opiniões, em predileção ao triunfo (democrático, público) pela concorrência (livre) como forma de realização do progresso, o autor apresenta uma alternativa à opinião exposta por Felix Frías e por Echeverría de que não concebiam outra forma que não a unitária nas representações de um novo governo para a Confederação Argentina. A ruptura com o princípio unanimista da política, e a incorporação do pluralismo republicano como proposta para se pensar o futuro da nação, encontrava o respaldo da própria experiência chilena, desde um ponto de vista conservador, como declarado no início do artigo – pois, como se viu no caso do julgamento de *Sociabilidad Chilena*, essa visão não era compartilhada por setores liberais radicais.

Como pano de fundo desse debate, é importante notar que o *Mercurio* teve seu subsídio rebaixado, em outubro de 1846, logo após o novo ministério assumir, sem, no entanto, abalar a relação entre o governo e o diário. “Pero como el diario quisiera mantener cierta independencia, cayeron sobre él nuevos y más irritantes golpes de autoridad”⁴⁶, o que levou à supressão total da verba oficial na compra de assinaturas do jornal, e segundo o próprio *Mercurio*, “el hecho de haber suspendido el gobierno la suscripción al *Mercurio*, no es un hecho aislado (...). Ese hecho es la desaprobación explícita del gobierno a todo un orden de ideas que constituyen el programa del diario”⁴⁷. Ou seja, a declaração de apoio que o mesmo editorial fazia em setembro, apontando, no entanto, os problemas com a lei de imprensa e os riscos do abuso da autoridade, chegava ao fim. O artigo, porém, é cauteloso ao analisar a relação com o governo e os pontos de atrito, afirmando que “entre la administración del general Bulnes y el *Mercurio* existió siempre el más perfecto acuerdo en los principios y en las ideas”⁴⁸. O desenvolvimento do argumento reafirmava uma percepção que havia sido sugerida anteriormente, a saber, que o Ministério do Interior e as mudanças ministeriais concentravam as demandas e as tensões políticas como uma câmara de pressão, que desafogava a incidência das críticas sobre o presidente. Dizia o articulista que “después del cambio de ministerio en 18 de

⁴⁶ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 248.

⁴⁷ “Suscripción del gobierno”. *El Mercurio*, 13/12/1847.

⁴⁸ *Ibid.*

septiembre de 1846, y después de haberse rebajado la suma con que el gobierno estaba suscrito al *Mercurio*, convinieron el ministerio y este diario en el modo por el cual el último debía desenvolver las ideas de su programa”⁴⁹. Na sequência do artigo, era publicada uma carta de março de 1847 que o proprietário do jornal, Santos Tornero, havia recebido, na qual o Ministro do Interior afirmava “que ya es intolerable la insolencia del *Mercurio* en sus ataques al Gobierno, tanto por medio de sus artículos editoriales, como por las correspondencias que diariamente inserta en él, del señor Alberdi”⁵⁰.

Em seguida, o *Mercurio* iniciava uma campanha, em meio a um duelo com *El Comercio de Valparaíso*, em nome da independência da imprensa. O editorial assentava como uma condição dos países constitucionalistas que “*no hay gobierno fuerte sin prensa libre*”, e que uma imprensa para ser livre necessita de educação e de independência: “al ministerio de Abril debe la prensa una de las condiciones de su libertad – la educación. Al ministerio de Septiembre toca asegurarle la otra – la independencia”⁵¹. Este ponto era de grande importância para a argumentação do editorialista, e remetia ao outro artigo citado acima, em que ele apontava a impotência da oposição, seu esvaziamento na esfera política, ao passo que acentuava uma característica específica do espaço público chileno, a atividade incessante da oposição na imprensa. E, neste sentido, lançava mão de uma reflexão complexa acerca dessa relação entre representação política no campo discursivo e parlamentar da oposição, segundo a qual “no es indispensable que en los países constitucionales haya una oposición como poder parlamentario, pero es indispensable que el voto de la conciencia pública tenga una expresión a cada momento (...) – la independencia de la prensa”⁵².

O tom grandiloquente com que saudava a imprensa livre era o arremate para as críticas que se faziam ao longo desse texto e dos outros que foram publicados em série sobre o tema, onde se enfatizava que “Excepto el *Mercurio*, no hay diario en Chile que pueda custear sus gastos sin la suscripción del gobierno. Luego no es independiente del

⁴⁹ “Suscripción del gobierno”. El Mercurio, 13/12/1847.

⁵⁰ Carta de 12 de marzo de 1847, publicada em: “Suscripción del gobierno”. El Mercurio, 13/12/1847.

⁵¹ “La prensa periódica”. El Mercurio, 21/12/1847. Noto que o jornal usa a nomenclatura “ministério de abril” e “ministério de setembro” para referir-se ao ministério montado em abril de 1845, no qual Manuel Montt ocupava o cargo de Ministro do Interior e o de setembro de 46, ocupado por Vial. Quer dizer, essa nomenclatura era comumente usada na imprensa e, portanto, reconhecida pelo público, o que reforça a proeminência do papel do ministro do interior nesse cenário.

⁵² “La prensa periódica”. El Mercurio, 21/12/1847. É possível ler esta afirmação no sentido de que outras formas de representação devem se manter ativas, apesar da parlamentária, ressaltando a ação da sociedade civil.

gobierno”⁵³, o que abria o caminho para uma longa polêmica com *El Comercio de Valparaíso*, que iniciou sua circulação em novembro de 1847, e passaria a receber, em substituição ao *Mercurio* a assinatura do governo, com uma atuação afinada com a perspectiva oficial, com aberta mediação do ministro Vial. De fato, em março de 48, o *Mercurio*, ao anunciar a redução do preço do jornal, usava como justificativa o fato de que então contava com “un número de suscriptores particulares mucho mayor que el que jamás ha tenido durante el tiempo de su existencia, cuyo número se ha aumentado considerablemente después que se halla emancipado de la influencia del Gobierno”⁵⁴.

Seguindo a sugestão do historiador Elias Palti, tratando do caso mexicano, mas que poderia, com ganhos efetivos, ser aplicado ao caso chileno, “o periodismo parecerá assim ao mesmo tempo um modo de *discutir* e de *fazer* política”⁵⁵. Partindo agora de um sítio mais distante, relembro também a reflexão do cientista político Pierre Rosanvallon que, com o foco na França da Restauração e da Monarquia de Julho (1814-1848), e em particular na obra de François Guizot, apresenta um movimento da sociedade civil na relação com a imprensa, onde, “o exercício do poder não reside mais somente na detenção dos instrumentos administrativos, mas, no acesso e na conformação (*mise en forme*) da dinâmica social a oposição pode exercer, para Guizot, um governo moral”⁵⁶. Ao tomar como pertinente a observação da imprensa como *fazer política* e como instrumento de ação moral da oposição no espaço público⁵⁷, gostaria de ressaltar este exercício da liberdade de associação e de expressão que se consolidava na sociedade chilena de meado do século.

⁵³ “La prensa periódica”. El Mercurio, 21/12/1847

⁵⁴ “Advertencia de los Editores”. El Mercurio, 18/03/1848.

⁵⁵ PALTÍ, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 197.

⁵⁶ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 43.

⁵⁷ Esse tema nos encaminha para uma reflexão acerca da autonomia do espaço público, em especial, do mundo intelectual na América Latina, o que será realizado em outro momento. Ver: RAMOS, J. **Desencuentros de la modernidad en América Latina**. México d.f.: FCE, 1998; RAMA, Á. **La ciudad letrada**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1984; PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010; PALTÍ, E. J. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007; e GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.). **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.

4 – A fundação do *Comercio de Valparaíso*

Nas páginas seguintes, farei uma imersão na atuação de Alberdi junto ao *Comercio de Valparaíso*. Duas razões motivam essa forma de análise: em primeiro lugar, as pesquisas sobre a atuação de Alberdi na Imprensa são bastante escassas. Sobre o jornal em questão, não pude encontrar nenhuma menção além das mais pontuais nas obras de referência como Briseño⁵⁸, Silva Castro e Barros Arana. Acredito, assim, que a averiguação a fundo de um momento específico em que Alberdi se envolve diretamente com a empresa periodista possa produzir um ganho para a pesquisa que, no caso de Sarmiento, poderia ser compensado pelos muitos estudos já realizados sobre sua vida na imprensa, como Verdevoye, Valenzuela e Pas⁵⁹, por exemplo. Por outro lado, o fato de Alberdi ter sido também proprietário de um jornal permite considerar o conjunto de seus escritos, mesmo tratando de temas díspares, como parte de um mesmo empreendimento político e intelectual. Como uma obra fragmentada unida pelo sujeito que ocupava sua redação (não estou supondo com isso que o indivíduo não seja atravessado por contradições e conflitos, e que os textos não reflitam as mudanças de rumo, apenas que opto por conceder alguma identidade, analítica, ao conjunto de seus escritos, de modo a aprofundar o escrutínio sobre sua ação política e intelectual na imprensa).

Juan Bautista Alberdi chegou a Valparaíso em 1844, vindo do exílio em Montevidéu, onde permaneceu desde 1838, quando fugiu de Buenos Aires perseguido pelo governo de Juan Manuel de Rosas. Valendo-se de uma vasta rede de solidariedade e de uma intensa atividade social, já bem estabelecida entre os muitos argentinos e outros exilados que ali se encontravam⁶⁰, Alberdi começou a trabalhar no *Mercurio* como colaborador e editor, após recusar convites de jornais de Santiago; ele escreve no *El Siglo* de Santiago, em revistas jurídicas, e publica como livro, ou separata, séries de artigos

⁵⁸ BRISEÑO, R. *Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876*: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965; SILVA CASTRO, R. *Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956*, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958; e BARROS ARANA D. *Un decenio de historia de Chile*. t.II. In: *Obras Completas*. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913.

⁵⁹ VERDEVOYE, P. *Sarmiento: éducateur et publiciste, 1839-1852*. Paris: Centre de Recherches en Hautes Études Hispaniques, 1963; VALENZUELA, D; SANGUINETI, M. *Sarmiento periodista. el caudillo de la pluma*. Buenos Aires: Sudamericana, 2012; e PAS, H. *Sarmiento, redactor y publicista*. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013.

⁶⁰ Ver: SERRANO, S. Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). In: EDWARDS, E. (org.) *Nueva Mirada a la historia*. Santiago: Ver, 1996; MAYER, Jorge *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Eudeba, 1963; ROJAS, R. *Historia de la literatura argentina*. Buenos Aires: Kraft, 1957; e STUVEN, A. M. “El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. *Historia de los intelectuales en América Latina*. v1. Buenos Aires: Katz, 2008.

sobre política externa, direito constitucional, filosofia política. Nas eleições parlamentares de 1844 e na presidencial de 1846, é convidado a escrever como propagandista do partido conservador⁶¹. Alberdi torna-se também famoso como advogado ao defender figuras da “alta sociedade”, como donos e editores de jornais e de empresas estrangeiras⁶². A não ser por curtos períodos, não aceita participar de cargos públicos na burocracia e na universidade.

Com estas breves passagens, vê-se que em 1847, quando Alberdi decide fundar o jornal *El Comercio de Valparaíso*, sua presença já era largamente reconhecida nos espaços acadêmicos, periodistas e políticos da sociedade chilena e, seguramente, suas relações pessoais com ministros, editores, exilados e chilenos com influente circulação nos meios sociais, além de o próprio presidente, lhe facultariam a entrada com bons soldos em qualquer redação do país. Segundo seu próprio relato, não faltaram convites, revelou em artigo publicado em janeiro de 1849, ao responder às acusações feitas por *El Mercurio* de escrever de acordo com as conveniências de seu patrão, o governo⁶³. Desse modo, me pareceu instigante investigar o que teria motivado Alberdi, que até então evitara a exposição pública sistemática, a abrir seu próprio jornal, a investir dinheiro nessa empreitada que serviu de palco para sua produção intelectual quase ininterrupta em 20 meses de existência e, sobretudo, investigar a relação com a própria ação que ele desempenhou como editor e escritor, e a conformação de seu discurso político republicano.

Infelizmente, as condições de fundação do jornal, de compra dos equipamentos gráficos e de negociação com os sócios não são claras⁶⁴. É possível avançar, todavia, que seus sócios foram os chilenos Pascual Ezquerra e Javier Rodríguez, tipógrafo conhecido

⁶¹ Segundo Diego Barros Arana, o partido conservador, ou *pelucón* como era chamado à época, era composto basicamente por latifundiários, representantes de antigas famílias que formavam a aristocracia colonial e mineiros recém enriquecidos; defendiam, em geral, a conservação do regime oligárquico: a paz interior, o respeito à propriedade, o sistema político excludente e a manutenção do poder público nas mãos de uns poucos, “e a manutenção da hierarquia social e dos privilégios de que gozavam as altas classes, já que não ante à lei, ante à prática tradicional, e não por isso menos reais e efetivos”. Em: BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.I. em: **Obras Completas** v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 161.

⁶² Entre eles, destacaram-se a defesa de *El Mercurio* em 1844, cf. ALBERDI, J. B. **Defensa de El Mercurio**. In: OC, t. II, p. 474; Outro em defesa agora do proprietário da gráfica de *El Mercurio*, Santos Tornerio, cujo julgamento foi parcialmente publicado nas páginas do *Comercio de Valparaíso* em 07/07/1849; além da defesa da empresa norte-americana Wheelwright, neste mesmo ano.

⁶³ ALBERDI. “Al ‘Mercurio’ de ayer”. *Comercio de Valparaíso*, 31/01/1849. In: CB, p. 380.

⁶⁴ Vale notar que não há, até onde sei, trabalhos sobre esse jornal, de modo que as informações sistematizadas são bastante escassas. Baseio-me nos artigos do próprio jornal, num arrazoado entre Alberdi e Sarmiento que compõem o debate *Cartas Quillotanas - Ciento y una*, na biografia escrita por Jorge Mayer em que há rápidas passagens sobre este momento específico e na obra de Silva e Castro, que é a principal referência sistematizada sobre a imprensa chilena no século XIX.

por ter fundado *El Progreso* e trabalhado até aquele momento no *Mercurio*, e que era também diretor e editor do jornal. O silêncio de Alberdi sobre Ezquerra, que empresta seu nome à *Imprenta Europea de Ezquerra y Compañia*, me leva a supor que se tratasse do acionista maior e, talvez, o menos envolvido com os assuntos práticos, com a redação e com os textos, pois não há outra referência de Alberdi e dos raros estudos sobre o jornal acerca da figura de Ezquerra, senão como proprietário da gráfica⁶⁵.

Segundo seu principal biógrafo, Alberdi teria empenhado um capital de 2.000 pesos para a nova empreitada; com o objetivo de dimensionar o valor que esse número representava e, por conseguinte, o grau de comprometimento financeiro em sua vida pessoal, tomemos as declarações do próprio Alberdi, em sua defesa contra as acusações de Sarmiento por ocasião do famoso debate de 1852⁶⁶. Após argumentar que os subsídios dados pelo governo resultavam em 30 pesos mensais para cada um dos três proprietários e que “por esa misma época yo ganaba como abogado, en un solo asunto, cuatro mil pesos”⁶⁷, conclui-se, se tomarmos por verossímil essa afirmação de seus rendimentos profissionais nos tribunais, que o valor de dois mil pesos, a princípio, não representaria um grande comprometimento em sua renda. Da mesma forma que podemos tomar a própria dinâmica atividade periodista da década de 1840 como um indício da relativa viabilidade da organização e produção de um jornal.

Disso, podemos deduzir que não se tratava de uma aventura ou de uma aposta para a sobrevivência, mas de uma atividade calculada e com margens de risco que lhe permitissem certa autonomia econômica em relação às rendas com o jornal. Esta pretendida autonomia garantiria, a princípio, a circulação do jornal pelos diferentes espectros partidários da sociedade chilena, ou a defesa de interesses específicos, eventualmente, contrários aos do governo. Neste caso específico, resultaria mais na possibilidade de se *apresentar* como um jornal autônomo, porque comercial, o que lhe proveria legitimidade e isenção diante do público leitor. No entanto, dessa constatação econômica não se pode afirmar diretamente sua independência política ou ideológica em relação ao governo, mesmo por que, como já visto, o novo periódico nascia com o valor

⁶⁵ No *Archivo Nacional de Chile* foi possível encontrar uma correspondência entre Ezquerra e Victorino Lastarria datada de 1857, segundo a qual ainda era dono da gráfica do *Comercio*, e em que tratava de uma compra de “útiles” para sua empresa, que também envolvia a Imprenta Nacional. “Carta de Pascual Ezquerra a J. V. Lastarria, 09/06/1857. Archivo Santa Maria B5120. Archivo Nacional de Chile.

⁶⁶ Trata-se das famosas *Cartas Quillotanas* de Alberdi e *Las Ciento y una* de Sarmiento, conjunto de cartas publicadas inicialmente nos jornais chilenos e em seguida como libreto em separata entre outubro de 1852 e março de 1853.

⁶⁷ ALBERDI. OC, IV, p. 122 “Cumplicidad de la prensa en las guerras civiles de la República Argentina”

da subvenção que era dada ao *Mercurio*, o que se verifica, no caso do *Comercio de Valparaíso*, pela defesa que realiza em suas páginas do governo de Manuel Bulnes e do ministério de Vial.

Outro aspecto que acredito que estivesse em jogo na fundação do jornal era seu reconhecimento intelectual, ou o capital com que ele manejava sua presença no cenário político chileno. Alberdi manteve um grande controle sobre seus escritos, seja no sentido de ele ter reunido e publicado artigos em forma de livro, seja pelo cuidado de escrever uma série de artigos sobre um mesmo tema com essa finalidade⁶⁸. Assim, considerando esse cuidado e controle na exposição e circulação de seus escritos, não seria exagerado supor que na fundação do jornal também estivesse envolvido, além do capricho, a possibilidade de ter em mãos o controle de publicação e circulação, especialmente considerando o ambiente aberto em que corriam os periódicos, e as possibilidades de diálogo e enfrentamento com outros veículos.

4.1 - Autonomia intelectual da imprensa

A discussão sobre o nível de comprometimento financeiro parece-me bastante relevante para se pensar a alegada independência do publicista e do intelectual e, em consequência, do jornal em relação aos interesses do governo ou de outra esfera de poder. O historiador Elias Palti aborda o tema considerando que a imprensa nesse período do século XIX conformava “a natureza de uma figura particular de intelectual [...] e que chamaremos, retomando a terminologia da época, o *publicista*. E nos revelará também a

⁶⁸ Alberdi publicaria ao longo de seu período chileno, além do seu livro mais famoso *Bases...*, uma série de compilações de artigos que lançara em periódicos. Dessa ordem de publicações encontra-se *Acción de Europa en América. Notas de un español-americano a propósito de la intervención anglo-francesa en el Plata*, de agosto de 1845, e *Los americanos ligados al extranjero*, de novembro do mesmo ano, ambos publicados pela *Imprenta de Mercurio*, a mesma do jornal onde os artigos individuais saíram. *Veinte dias en Genova* foi publicado também pela gráfica do *Mercurio* e é a recompilação de um conjunto de artigos publicados no folhetim deste jornal em 1844, em sua estreia na imprensa chilena. *La biografía del General Don Manuel Bulnes. Presidente de la república de Chile* apareceu em edições de junho, julho e agosto de 1846 – durante o período eleitoral no qual Bulnes era candidato à reeleição – no *Mercurio*. Finalmente, para ficar em alguns exemplos, os artigos em defesa da Companhia de navegação Wheelwright, publicados entre dezembro de 1849 e janeiro de 1850 nas páginas de *El Progreso*, o que causa alguma surpresa, pois, curiosamente, nesse momento *El Progreso*, de propriedade de Camilo Vial realizava franca oposição ao governo de Bulnes cf. SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958 pp 184-187.

ambiguidade que define seu espaço social”⁶⁹. Ainda que abordando outra sociedade, no caso a mexicana, a proximidade dos problemas levantados por Palti permite uma comparação com a ambiguidade verificada no caso chileno, como a estreita – quase necessária – vinculação do intelectual com a imprensa e, portanto, com agentes políticos que ocupavam o espaço público. Como se vê, não se trata de relações estáticas ou imediatas entre forças políticas ou partidos, em que os publicistas funcionassem com ventríloquos; ao contrário, conformou-se um quadro complexo entre entidades culturais, influências ideológicas, pressões políticas, dinâmicas locais que intervieram na composição dos diversos discursos políticos entoados pelos intelectuais publicistas. A ambiguidade apontada por Palti não supõe uma contradição ou falsidade, mas sim ressalta um caráter conflitivo da presença desse indivíduo, desse ator, no uso da linguagem política num campo de forças políticas, partidárias e ideológicas.

Para Palti, a imprensa foi o espaço de surgimento do intelectual moderno na América Latina no século XIX, como publicista. Concorda Jorge Myers, que aí se processou a aparição “de uma nova função social associada diretamente a um novo tipo de ator intelectual: o periodista político convertido em publicista crítico e doutrinário”⁷⁰. Assim, o historiador aponta para a conformação dessa personagem de relevo na esfera pública política, no interior da qual “houve a tendência marcada em direção à consolidação de um campo autônomo ou semiautônomo da imprensa”⁷¹. A partir dessas considerações, faço uma primeira abordagem ao periódico de Alberdi.

Em um conjunto de aproximadamente 15 artigos, entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, o *Comercio* discute com outros jornais chilenos, especialmente com o *Mercurio*, também de Valparaíso, sobre temas como o papel do periodista, propriedade intelectual, legislação sobre a imprensa. Aí, reiteradamente, apresenta defesas contra denúncias e insinuações de seus concorrentes envolvendo uma possível submissão política e intelectual dos articulistas do jornal em relação às posições oficiais da presidência e de ministros aliados, que decorreria de suposta dependência financeira.

⁶⁹ PALTÍ, E. J. Tres etapas de la prensa política mexicana del siglo XIX: el publicista y el origen del intelectual moderno. In: ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. v1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 227.

⁷⁰ MYERS, J. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. v. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 36. Ressalto que este tema do campo de ação e do próprio estatuto do intelectual, da imprensa e do espaço público será tratado em outro espaço.

⁷¹ Ibid. p. 36.

O próprio Alberdi, entretanto, mostrava-se ambíguo acerca da situação de dependência / independência da imprensa, e das entidades da sociedade civil em geral, em função da esfera de influência (de ordem financeira ou política) do governo. Em um mesmo artigo, de dezembro de 1847, insiste que “la prensa no tiene que incensar al poder porque vive y se sostiene por sí misma y no por el gobierno”, uma vez que, prossegue, os gastos com o jornal são “tres veces mayores que el valor de la suscripción que el gobierno le toma”⁷². Feita a ressalva, Alberdi parece sentir-se à vontade para explicar a seus leitores que “no se adula al gobierno, se le ayuda y sostiene” por afinidade ideológica com a instituição “porque él es el brazo único con que en ese país se efectúan los grandes y poderosos trabajos de mejoramiento y progreso”⁷³.

Cabe notar neste ponto, conforme salientou Alfredo Jocelyn-Holt, que a historiografia tradicional chilena sobre o século XIX centrou-se no aparato estatal como agente condutor primordial da cultura e da sociedade civil, e daí que a história do Estado, e seu correlato, a história da ordem, tenham sido os principais elementos ressaltados por essa historiografia⁷⁴. O fato de Alberdi ser o autor das linhas acima lhes confere um sentido específico, e dissipa qualquer aparente contradição. Por um lado, escrevia para sustentar o governo chileno e o estabelecimento da ordem política (tendo o Estado como elemento central), e enunciar o esvaziamento de entidades civis que servissem, eventualmente, de oposição⁷⁵ – e a negação de dependência por parte do *Mercurio*, como se viu acima, evidencia o debate. Por outro, sua ação no espaço público e seus empreendimentos, bem como de seus opositores na imprensa e nas organizações de trabalhadores, agremiações e partidos políticos, representavam, eles mesmos, essa sociedade civil e os agenciamentos políticos e culturais que ele dizia não existir no Chile.

⁷² ALBERDI. “Condición política de la prensa periódica en Chile”. El Comercio de Valparaíso, 18/12/1847. In: CB, p. 130.

⁷³ Ibid., p. 131.

⁷⁴ Cf. JOCELYN-HOLT, A. **El peso de la noche**. Buenos Aires: Ariel, 1998, p. 65. O autor cita, nesta mesma linha, entre outros, Alberto Edwards, Simon Collier, Sergio Villalobos e Mário Góngora. O caso de Mario Góngora é também destacado por Alejandro San Francisco e Gabriel Cid na introdução que fazem a *Nación y nacionalismo en Chile. Siglo XIX*, apontando aí um “punto de partida, en la medida que sintetiza una de las posturas predominantes en el estudio del nacionalismo en Chile. De acuerdo a Góngora, es el Estado el que ha forjado la nacionalidad”. In: CID, G.; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile. Siglo XIX**. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2009, p.xv.

⁷⁵ Ver JOCELYN-HOLT, A. op. cit., p. 65. Segundo o autor, “a historiografia política ideológica chilena em grande medida centra en Portales [ministro do interior e homem forte do governo Pinto entre 1831 e 1837] nada menos que a explicação mesma do processo político chileno até nossos dias”. Ibid., p. 105.

4.2 - Inserção do *Comercio* no espaço público

A análise de uma personagem bastante complexa, do ponto de vista de seu envolvimento com o ambiente político local, e com uma produção intelectual que se mostraria de fundamental importância para a história política de Chile e Argentina, deve guardar o cuidado de olhar para a interseção, para as zonas de contato entre a vida social, a ação política e a produção intelectual. Nessas zonas, toda a ação é pensada a partir da produção de seu sentido no espaço público, ou seja, o que Alberdi realizou ao escrever um artigo, como ele captava a história local, como era movido por ela e como intervinha em seu espaço de ação.

O foco de Alberdi aqui está – no que chamarei, para efeito analítico – na “pequena política”, no combate aos seus adversários partidários representados na imprensa. Em choque com o que era anunciado no *Prospecto* de lançamento de seu periódico, *El Comercio* embrenhou-se numa rinha diária com seu concorrente local *El Mercurio*, e a dinâmica própria deste embate conduziria a argumentação de Alberdi em diversos momentos. Os artigos ocupados nessa discussão, em geral reproduziam trechos literais do que fora publicado pelo adversário ou faziam alusão a tal ou qual tema e, em seguida, passavam para uma análise crítica.

Em 24 de dezembro de 1847, quando se iniciou o referido debate, o *Comercio* reproduzia a defesa, apresentada um dia antes no *Mercurio*, do fim das assinaturas dos jornais pelo governo e da revisão da lei de imprensa – editada um ano antes⁷⁶. Num primeiro momento, a proposta do concorrente é apresentada como “nobre e generosa” “y la oportunidad en que viene a manifestarlo, una garantía de sinceridad”⁷⁷, pois tinha como finalidade a liberdade e a independência dos órgãos de imprensa no país. Logo, o redator do *Comercio* aponta com ironia os ardis presentes naquele texto. Alberdi sublinhava que

⁷⁶ Vale lembrar aqui o precioso artigo de Pilar González Bernaldo de Quirós que, ao analisar os diferentes tipos de impressos na primeira metade do século XIX no Chile, ressaltava que “entre ellos encontramos, claro está, papeles destinados a incitar vocaciones facciosas, particularmente numerosos en períodos preelectorales. Pero junto a éstos descubrimos también publicaciones que, bajo soportes diferentes como el papel suelto, el folletín o el libro, están destinadas a verter opiniones sobre asuntos privados”. Cf GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. *Estudios Públicos*, Santiago, v. 79, 1999, p. 47. Segundo a mesma autora essa “tradição” de publicações injuriosas, defesas e reivindicações de direitos acarretava também no costume de que o emissor e o receptor das mensagens divulgadas ao público fossem por todos conhecidos, o que reforçaria a forma do embate travado pelos editores de *Mercurio* e *Comercio*, ou antes por Sarmiento, Bilbao e Godoy.

⁷⁷ ALBERDI. “Condición política de la prensa periódica en Chile”. *El Comercio de Valparaíso*, 24/12/1847. In: CB, p. 136.

o *Mercurio* “no deseaba eso ha veinte días, cuando el gobierno estaba suscrito a él (...) y ahora él pide que a todos la quiten, en nombre de la independencia”⁷⁸. Assim, ao comentar sobre a suposta dependência e submissão por conta das assinaturas por órgãos oficiais, Alberdi alegava que o governo subscrevia todos os jornais e que, de fato, nenhum viveria sem este aporte. No entanto, continua, o governo não retirou a subscrição mesmo nos casos em que o “Sr. Piñero, redactando el *Mercurio*, se batió con un ministro, el Sr. Sarmiento, el Sr. López, lo hicieron diez veces, el Sr. Peña alzó su voz mil veces, sin que su independencia trajese males a sus diarios”⁷⁹, legitimando, assim, a assinatura que o *Comercio* recebia. Deste modo, Alberdi exaltava certa liberalidade e isonomia do governo em relação a empresas que lhe faziam críticas, o que contribuía para desqualificar o discurso de seu concorrente e, por extensão, da oposição ao governo de Manuel Bulnes, a qual o *Mercurio* juntava-se.

Assim, não fosse a imprensa um campo relevante e ativo, dificilmente haveria uma mobilização da sociedade nessa direção. Fosse a imprensa unicamente porta-voz do governo ou apêndice do universo partidário-político, sem autonomia e vida própria, se este “tipo de suporte não garantisse um grau de divulgação necessário para a formação de uma opinião”⁸⁰, o Chile não seria palco para mais de um milhar de publicações entre 1812 e 1859⁸¹ e, dessas, mais de uma centena de periódicos no mesmo período. Os números, em si, antes mesmo da análise de seu conteúdo, demonstram a importância e a prática corrente do uso de tal suporte material para a veiculação de informações, opiniões, debates, injúrias, propagandas, defesas... Fato que reforça a hipótese de que isso somente seria possível num ambiente em que a esfera pública gozasse de uma relativa liberdade de ação, e indivíduos, partidos e grupos políticos reconhecessem e apelassem a esse meio para conquistar seus interesses ou obter legitimidade perante o público. A insistência com o tema da autonomia da imprensa e do publicista deriva desta questão.

⁷⁹ ALBERDI. “Condición política de la prensa periódica en Chile”. El Comercio de Valparaíso, 24/12/1847. In: CB, p. 136.

⁷⁹ Ibid., p. 136.

⁸⁰ GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. *Estudios Públicos*, Santiago, v. 79, 1999, p. 242.

⁸¹ Segundo Pilar González Bernaldo de Quirós, entre 1812 e 1859 aproximadamente 1.247 títulos foram publicados no Chile e desses, por volta de 130 eram periódicos, e sob a rubrica “impressos” a autora compreende “periódicos, diarios y revistas, ya sean éstas nacidas de una iniciativa del gobierno, como por ejemplo el *Boletín de leyes y de órdenes y decretos de gobierno*, de 1823, o de asociaciones con objetivos diferentes que producen su propia publicación, como por ejemplo *La Revista Médica* de 1853 o *El Mensajero de la Agricultura* de 1856”. In: GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. *Estudios Públicos*, Santiago, v. 79, 1999, p. 242 nota.

A preocupação de Alberdi com a disputa pelo leitor é mais do que justificável, e daí sua insistência em temas como a qualidade do papel, dos tipos e das máquinas, bem como com a rapidez de impressão – graças à aquisição da “famosa Prensa Selligie, que es la primera que ha venido a Chile. Por ella se imprime en dos horas lo que en las otras en ocho”, o que os dará a vantagem de publicar, continua Alberdi, “datos más frescos en tres o cuatro horas”⁸² –, bem como a redução do preço do jornal, que desde “mucho tiempo atrás siempre estuvo 3 pesos”⁸³ para 2 pesos e 4 reales⁸⁴. Destaque-se a preocupação com informações atualizadas, medidas em horas, como elemento atrativo para o leitor, o que permite supor tanto uma avidez pela leitura, como uma ocupação da sociedade pela leitura do presente de si mesma.

Parece-me que o grande número de artigos sobre a imprensa, bem como aqueles que tratam de questões pontuais da política administrativa ou comercial, de todo modo, sobre questões da ordem do dia, configuravam-se como um diálogo entre pares aberto aos olhos do público – e à interferência do público. Este aspecto sugeria uma prática de reflexão intelectual em que o cotidiano estava em primeiro plano, na qual o presente dos atores sociais estaria repleto de uma responsabilidade que os animava a se envolver com e a resolver questões colocadas nesses espaços abertos, como a imprensa. Claro está que aquela primeira preocupação com a formação do público leitor era mais do que retórica, que a captação de assinantes e de leitores justificava-se, de um lado, por seu aspecto financeiro, de outro, pelas pretensões políticas do veículo, de todo modo, dada a ressonância junto aos outros periódicos, esta era uma pretensão material comum ao espaço público chileno.

A observação a que se aludiu com a passagem do artigo de Alberdi, dizia respeito a seu desejo de “que nuestro periódico, considerado como empresa de industria, proporcione al comercio y al país que nos lee, todo género de ventajas”⁸⁵, isto é, as inovações e melhoramentos que o incremento da imprensa proporcionaria a uma sociedade em seus aspectos materiais e culturais. Segundo ainda o prospecto do jornal, “El periódico es (...) un agente de cambio, un corredor, un contratista; es un mercado universal (...). Multiplíquense, pues, estos agentes (...) y se tendrá de resultado un mayor

⁸² ALBERDI. Em: Barros, 28/11/1847, p. 115.

⁸³ ALBERDI. Em: Barros, 28/11/1847, p. 115.

⁸⁴ Uma investigação sobre o valor da moeda ainda será feita para a melhor compreensão desse universo econômico e material.

⁸⁵ ALBERDI. “Prontitud del periodismo”. El Comercio de Valparaíso, 28/11/1847. In: CB, p. 115.

número de tratos”⁸⁶. A imprensa como “empreendimento industrial” remete a seus aspectos econômicos, como aquisição de materiais, contratação de funcionários, circulação financeira; porém, diferente de seu aspecto político, o ressaltado feito por Alberdi do papel econômico da imprensa no Chile, nesse momento, cumpre uma função retórica, ao exagerar sua importância nos números da economia, e soa mais como um apelo, uma aposta ou reivindicação de legitimidade e de importância da atividade – na qual recém estreava como investidor, não se esqueça⁸⁷.

4.3 – Comércio e imprensa

A origem e a finalidade da publicação, conforme declarado na primeira página do *Prospecto*, tinham um

propósito de especulación industrial (...) pues la prensa es objeto de industria material (...), sin que por ello nos falte un principio de importancia pública, a cuyo servicio pensamos consagrar nuestras tareas, uniendo de este modo en nuestro plan, la moral y la industria⁸⁸.

Os editores do jornal destacavam, assim, um aspecto pouco trivial numa publicação periódica naquele momento, que é seu aspecto material, comercial, como elemento da indústria e do desenvolvimento econômico. Aspecto polêmico, pois, para boa parte da historiografia especializada, a imprensa na América Latina, na primeira metade do século XIX, não tinha um desenvolvimento e um papel relevante no meio social, como se destaca na leitura de Paula Alonso, para quem, contrapondo-se à exortação de Bartolomeu Mitre em um periódico argentino de 1852, os jornais “escassamente podiam chegar às massas e mais escassamente ainda fazê-las vibrar com entusiasmo”⁸⁹, ou de Elías Palti, quem assinala que o papel fundamental da imprensa nas eleições e na vida política das sociedades latino-americanas “não se fará manifesto senão na segunda metade do século XIX”⁹⁰. Ao que tudo indica, e como a pesquisa vem

⁸⁶ ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/1847. In: CB, p.100.

⁸⁷ Considerar o precedente da imprensa e do impresso na Argentina e na França, principal lugar exemplar de funcionamento da imprensa, v. MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

⁸⁸ ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/1847. In: CB, p.99.

⁸⁹ ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004, p. 7.

⁹⁰ PALTÍ. E. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 192.

demonstrando até o momento, a atividade da imprensa chilena parece ir à contramão dessa percepção, pois, desde o final dos anos 1830, há um incremento material dos periódicos, além de uma presença mais efetiva na vida política da sociedade.

O prospecto é a sua carta de apresentação e de intenções, uma projeção ideal daquele veículo, e nele se lia que essa não seria uma publicação episódica, um panfleto de momento, posto que ele “no tiene origen en un movimiento de ese entusiasmo político o literario que las más veces ha sido el principio de las publicaciones periódicas dadas a la luz por la prensa de Chile”. A divulgação de que esse prospecto se publicará durante todo o mês, cada item era divulgado nos principais jornais ao longo do mês, e de que sua origem não está ligada a um entusiasmo de momento apontavam para uma ideia de durabilidade ou de constância e se desdobravam em duas consequências importantes para o cenário chileno: de um lado, marcavam uma distância em relação aos jornais e panfletos partidários, que tinham pretensões imediatistas e eram considerados facciosos, sediciosos, pois surgiam e morriam de acordo com ocasiões específicas; por outro, situavam-se na geografia política e periodista da sociedade chilena: em suas palavras, “tratará de ser un constante parlamentario entre los intereses del pueblo y los del gobierno”,⁹¹ de transmissão das notícias comerciais e de influência permanente na sociedade, na condição de um instrumento acima da transitoriedade e das urgências da pequena política ordinária.

Dos 16 itens que compõem o prospecto, destaco um em que se encontra o eloquente título “Supremacía de los intereses materiales y comerciales para los Estados de América: toda su política interior es la economía política”⁹². A “manchete” é sustentada pelo conteúdo da matéria, na qual se encontram quadros, boletins e “muchos otros datos de interés para el comercio”⁹³, interior como exterior. No entanto, ressalta Alberdi, “tampoco dejaremos de exponer y noticiar aquellos hechos pertenecientes a la política que tengan trascendencia en el comercio y en el bienestar de la sociedad”⁹⁴. O Plano do periódico, “más administrativo que político”, sublinhava que “la política (...) no será la favorita de sus trabajos”⁹⁵, senão “la política económica, que, según nuestro modo de ver, es la verdadera política”⁹⁶, que proporcionará aos estados Sul-Americanos “que se llenen

⁹¹ ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/1847. In: CB, p. 101.

⁹² Ibid., p. 103.

⁹³ Ibid., p. 102.

⁹⁴ Ibid., p. 103.

⁹⁵ Ibid., p. 103.

⁹⁶ Ibid., p. 103.

de riqueza, población, movimiento y bienestar material (...) que los pobres disminuyan gradualmente y los ricos se multipliquen”⁹⁷.

Atravessando os campos da “economia” e da “política”, surge outro aspecto fundamental na análise dos artigos: o lugar e função da imprensa. Essa dimensão da análise pode ser verificada tanto de forma objetiva nos artigos de Alberdi, como também através da metalinguagem, uma vez que o aparato usado para a difusão da discussão era a imprensa própria. Esse não é um aspecto trivial, ele aponta para a aposta e a contribuição de Alberdi, com seu jornal, na conformação da esfera pública e na atuação como agente político. Aspecto que ocupa um lugar importante para a construção do pensamento republicano, pois, a liberdade de imprensa e o debate público foram anseios declarados de Alberdi e um dos principais alvos de ataque ao governo de Rosas. A opção de Alberdi ao entrar em sociedade, empenhar dinheiro e arriscar-se no ofício de editor⁹⁸ e dono de jornal deve ser questionada tendo como pano de fundo justamente a peculiaridade do uso da imprensa neste contexto da sociedade chilena, onde “la prensa periódica como institución política es conquista reciente”⁹⁹. Isto é, estar na imprensa e falar sobre o papel da imprensa em um momento em que se consolidavam tais práticas, e em que o espaço público configurava-se, a um só tempo, em espaço de produção e de exploração pela imprensa, revelava seu poder de arena de agenciamento político entre grupos, indivíduos e partidos. De modo que a inserção de Alberdi neste universo extrapola a esfera privada de seus interesses e escolhas pessoais, e se reveste de um caráter exemplar para nossa investigação.

Chamo de exemplar, no mesmo sentido que Pierre Rosanvallon justifica o estudo de François Guizot “em razão da excepcional adequação que se opera nele entre um destino individual e o problema de uma geração”¹⁰⁰. Para Rosanvallon, a particularidade que caracterizava o grupo conhecido como liberais doutrinários residiria “no fato que eles foram indissociavelmente intelectuais e homens de ação” e que, portanto, para sua

⁹⁷ ALBERDI. “Prospecto”. *El Comercio de Valparaíso*, 28/08/1847. In: CB, p. 103.

⁹⁸ Em muitos casos, o papel de editor estava ligado à propriedade do jornal, embora não fosse uma regra. Manuel Camilo Vial, proprietário de *El Progreso* deixava as tarefas de condução do jornal para seu irmão, Rafael Vial e Domingo Faustino Sarmiento; mais adiante Bartolomeu Mitre ocupará esse lugar, deixando-o em seguida para adquirir parte da empresa de Alberdi e assumir seu posto também de editor. Já no caso de *El Mercurio* essa superposição de papéis não ocorreu – talvez, em função de sua natureza comercial, os donos buscassem manter uma distância, formal ao menos, quanto à redação. No caso do *Comercio*, dos proprietários, apenas Alberdi exercia a função de redator.

⁹⁹ ALBERDI. “Extracto del juicio de imprenta contra un artículo inserto en el Comercio de Valparaíso del 30 de abril de este año”. *El Comercio de Valparaíso*, 07/09/1849. In: CB, p. 411.

¹⁰⁰ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 28.

compreensão seria necessário, “encontrar uma interseção dinâmica entre a história das ideias e a história política (...) como campo de interação entre a arte de governo e as determinações próprias da vida social”¹⁰¹. Essa definição poderia sem maiores prejuízos ser aplicada para a interpretação da ação política e intelectual de Alberdi e Sarmiento na imprensa, uma vez que seria legítimo operar numa chave prosopográfica que incluísse outros emigrados argentinos que ocuparam posições relevantes no Chile. (Ainda que não tenha ocupado cargos políticos importantes no Chile, sua proximidade com o partido governista e com ministros e o presidente lhe conferem um estatuto político de relevo naquele cenário¹⁰², o qual lhe serve de esteio para sua ação como periodista).

Recuperando o esquema apresentado anteriormente, em que se vislumbravam três aspectos importantes que surgiam da análise dos textos de Alberdi, a economia, a política e a imprensa, proponho avançar a discussão destacando, na interseção entre esses três aspectos de seus artigos, o conceito de *progreso* para guiar a reflexão sobre a atuação de Alberdi no *Comercio de Valparaíso*.

O *progreso*, para Alberdi, será tributário, a um só tempo, de uma noção de comércio como signo do liberalismo econômico e, portanto, como agente do progresso material; da adoção de um sistema representativo que afastasse os riscos da “democracia bárbara”, e instaurasse um governo baseado na lei e na razão como uma “república aristocrática” e, entremeado nos dois anteriores; do livre funcionamento da imprensa, “órgão parlamentar”, nas palavras de Alberdi, que servisse de agente do comércio, como produtor de consensos políticos, garantidor da ordem e regulador dos movimentos da sociedade civil. A hipótese aqui em jogo é que a etapa chilena proporcionou ao exilado argentino um campo de experiência política no qual a promessa do progresso e a chegada, enfim, à civilização, estavam fundadas em pilares bastante materiais aos olhos de Alberdi, e sua promoção foi a tarefa diária do *Comercio de Valparaíso* nos conturbados anos de 1847-1849.

¹⁰¹ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 266.

¹⁰² Com efeito, essa leitura servirá para refletir sobre a presença de Sarmiento na imprensa, este sim, ocupando cargos e falando em nome do governo chileno.

4.4 - Comércio como agente do progresso

Sobre o primeiro ponto, verifico que a “opção editorial” do jornal investia na persuasão de seu leitor para criar um consenso acerca da preeminência dos assuntos econômicos sobre os políticos partidários. Como forma de justificar sua escolha e de convencer o leitor, Alberdi enumera os predicados de “comércio”: “providencia humana que con su mano fecunda esparce el bienestar en todos los distintos pueblos de la tierra”, “agente de prosperidad y símbolo de cultura, mayor agente de la civilización”, “el apóstol profano de todos los adelantos modernos” e “el más poderoso pacificador de nuestra América”¹⁰³.

Não eram poucos os conflitos provenientes do tema da liberalização do comércio, e a política livre-cambista era duramente criticada por setores produtivos nacionais, como os artesãos, de modo que a apologia de Alberdi deve ser matizada pelo ambiente em que era recebida. Diversos testemunhos afirmam que os anos pós 1818, quando se revogaram as leis protecionistas coloniais, foram de grande crise para o artesanato chileno. Pese que a expansão do mercado interno, “sobretudo em Santiago e Valparaíso, tenha atenuado algo dos efeitos da livre concorrência”, em 1823, o deputado Manuel José de Salas, prócer da independência chilena, solicitou que “se vestisse o exército com peças de fabricação nacional e que todos os navios chilenos fossem obrigados a confeccionar suas velas com produtos dessas fábricas”¹⁰⁴. Em 1843, a associação de marceneiros criou uma comissão para gerir assuntos tarifários junto ao governo, bem como outras associações de “fabricantes santiaguinos de calçado, sombreros e outros produtos, afetados diretamente pela política aduaneira”¹⁰⁵, sem que, no entanto, nenhuma dessas apelações produzisse modificações na política fiscal – o que, para efeito de nossos propósitos possui uma relevância relativa, pois o que nos interessa de perto é verificar a mobilização e a percepção dos trabalhadores em torno do tema do livre comércio, dada a centralidade do tema nos textos de Alberdi.

Em contrapartida, as críticas às políticas protecionistas não tardariam a aparecer com o mesmo vigor. Ainda em 1822, uma inglesa residente no Chile anotava em seu *Diário* sobre as medidas proibitivas, como chamava as leis aduaneiras: “pretende-se assim proteger as manufaturas nacionais esquecendo-se que, com exceção da de

¹⁰³ Todas as passagens encontram-se em ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/1847. In: CB, pp. 110-111.

¹⁰⁴ ROMERO, L. A. **Sociedad de la Igualdad**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1978, pp 8-9.

¹⁰⁵ Ibid., p. 11.

sombreiro e cerveja, não há no Chile manufatura alguma, pois não merecem esse nome as rudimentares indústrias de sabão e velas”¹⁰⁶. No mesmo caminho, Alberdi afirma que “la libertad como principio económico está inscrita en la Constitución (...) pero la fiscalidad, la prohibición están inscritas en algo más perene que el bronce: en nuestros hábitos y corazones”¹⁰⁷. O panorama econômico chileno passava por grandes mudanças nas décadas de 1830-1840, apontando para a abertura da economia aos capitais estrangeiros, quando a exportação da mineração de cobre e prata assume papel protagonista na economia nacional. Se “em 1826 Chile pôs em portos ingleses 60 toneladas de cobre [...]. Em 1854, a produção chegava já a 22.000 toneladas”¹⁰⁸. De modo que a manutenção ou alteração das regras tarifárias, bem como da garantia da propriedade privada, tornava-se tema de primeira ordem¹⁰⁹.

Essa nova realidade econômica possibilitou ao Estado realizar investimentos nas primeiras indústrias de fundição, criar a primeira linha de navios a vapor a unir os portos do Pacífico, em 1843, e a primeira linha de trem, em 1851¹¹⁰. No entanto, os setores detentores de capitais para investimento, como comerciantes e latifundiários, através de seus representantes no parlamento, disputavam com o Estado o uso e a exploração desse mercado, mantendo-o nas mãos de privados – nacionais ou estrangeiros.

Alberdi, pela insistência e coerência desse tema nas páginas de *El Comercio de Valparaíso*, escrevia para determinado público de comerciantes e daqueles que enxergavam as vantagens da abertura do comércio, e de sua manutenção na mão do capital privado, como caminho para o desenvolvimento. Em setembro de 1847, desde as páginas do *Mercurio*, um artigo de sua provável autoria, com o título “*Capitalistas extranjeros*”, anunciava que “más de una vez nos veremos obligados a sustentar en casos prácticos estas ideas que en general sostenemos ahora (...) la primera necesidad del país la importación de capitales extranjeros”¹¹¹, como forma de desenvolver a economia, e avançava também

¹⁰⁶ *Apud* ROMERO, L. A. **Sociedad de la Igualdad**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1978, p. 9.

¹⁰⁷ ALBERDI. “Temores y esperanzas sobre el destino económico de Chile”. *El Comercio de Valparaíso*, 13/12/1847. In: CB, p. 127.

¹⁰⁸ GAZMURRI. C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998, p. 17.

¹⁰⁹ Mesmo não sendo o propósito imediato da pesquisa, penso que seria interessante investigar se, ou até que ponto, essa mudança do cenário econômico decorrente da extração e exportação de minérios interfere no crescimento das tensões políticas ao longo da década de 1840, no sentido de aumentar a disputa pelo – ou a necessidade de manutenção do – controle do Estado, dado o crescimento das receitas administradas e as possibilidades de negócios em jogo.

¹¹⁰ Cf. GAZMURRI. C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998, p. 18.

¹¹¹ “Capitalistas extranjeros” *El Mercurio*, 08/09/1847.

em temas correlacionados, como a imigração e a legislação para os estrangeiros no Chile. A influência do capitalista estrangeiro, seguia o artigo,

lo hemos visto cambiar en poco tiempo la faz de un pueblo y ser en ellos una verdadera providencia (...). [H]acer más por los países persiguiendo su utilidad propia, que a esos desprendidos *libertadores*, *restauradores*, *reformadores*, que a todos esos fabulosos héroes investidos de los pomposos títulos que plagan el diccionario político americano¹¹².

A evidente alusão ao “restaurador” – Rosas – levava junto de si a personagem do herói nacional, do herói da independência que combateu o estrangeiro em defesa do interesse nacional; agora, tratava-se de expurgar essa personagem em nome de outro herói, o capitalista, que traria justamente, do estrangeiro, o progresso para a nação. É neste sentido que o *Mercurio*, em consonância com seu adversário portenho, defende que o governo implemente uma reforma econômica que substitua “la influencia de la propiedad territorial la influencia de la propiedad mobiliaria”¹¹³, opondo, assim, a predominância da riqueza aristocrática da terra à riqueza comercial. A proposta do artigo abria espaço para as garantias legais e para os incentivos econômicos em torno da atividade comercial de importação alterando as “diversas cargas que pesan sobre la importación, la internación y la transmisión de las propiedades comerciales”¹¹⁴, posto que “entre la importación y la producción, nuestros conatos deben dirigirse en primer lugar a favorecer aquella. La América está en la época de la importación. La prosperidad asombrosa de los Estados-Unidos consiste en haber importado mucho”¹¹⁵. O discurso em favor da abertura econômica conflui com aquele defendido por Alberdi no *Comercio de Valparaíso* ao estabelecer em primeiro lugar que “la importación es lo que alimenta a Chile”, e em segundo “la producción agrícola no tiene casi valor”¹¹⁶, o que demonstra a predominância do interesse local, de Valparaíso e da lógica do capitalismo comercial, da emergência de uma nova elite comercial desligada da aristocracia da terra, também nas linhas do diário rival.

Partindo de outro campo de problemas, é possível verificar que a associação entre comércio e progresso intensificava-se nas páginas do jornal, na medida em que o tema da guerra entre os vizinhos da América do Norte ganhava as páginas da imprensa chilena. Alberdi percebera aí um acontecimento de grande importância, no qual se alinhavam o

¹¹² “Capitalistas extranjeros” El Mercurio, 08/09/1847.

¹¹³ “La reforma económica”. El Mercurio, 05/05/1848.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ ALBERDI. “Política comercial”. El Comercio de Valparaíso, 19/05/1848. In: CB, p. 244.

progreso econômico e político de um povo: “el sentido de la guerra de los Estados Unidos con México no se ha comprendido bien entre nosotros. Ese evento es el principio de una cuestión de vida o muerte para los estados de América antes española”¹¹⁷.

A historiadora Maria José Schneuer, ao analisar o jornal *El Mercurio* durante a década de 1840, corrobora essa visão quando aponta “o apoio que o diário brindou aos norte-americanos quando em 1846 entraram em guerra com México para anexarem o estado do Texas”¹¹⁸. Nas eloquentes palavras do jornal, que seguia com atenção toda política americana em sua capa, “essa conquista não seria filha de uma ambição despótica, senão do comércio e da civilização. (...) não é estranho, pois, que não possam viver em contato sem absorver uma a outra, sem que a luz invada o domínio das trevas”¹¹⁹. O tema é abordado no mesmo sentido desde as páginas do *Comercio*, ao defender que

el principio político de los Estados Unidos es expansivo y conquistador, como la civilización misma. Contra el extranjero que nos amaga, no tenemos otro remedio que el extranjero mismo. Este homeopatismo salvador consiste en oponer a la civilización, la civilización misma¹²⁰.

Ora, como jornal “comercial”, ao *Mercurio* e a seus leitores interessavam, sobremaneira, os eventos da política interna de seus vizinhos: por um lado, porque os negócios e investimentos chilenos dependiam da regularidade e da estabilidade dos laços comerciais com as repúblicas hispano-americanas e, por outro, como veículo ligado às elites chilenas, as notícias de guerra e caos nas ex-colônias espanholas reforçavam o apelo à ordem interna defendida pelas elites como obra do governo conservador de Manuel Bulnes, limentando o papel fundamental na criação do que a historiadora chilena chama de “autoimagen mítica de la elite acerca de esa orden”¹²¹.

Voltando para o *Comercio*, em sua edição de 06 de dezembro de 1847, o articulista advertia a seu leitor “que la lección de México nos enseñe el camino de prevenir los avances, que sólo se operan sobre los pueblos atrasados y pobres”¹²². A receita de Alberdi, no entanto, colidia frontalmente com os anseios dos artesãos santiaguinos, posto que

¹¹⁷ ALBERDI. “La América del Sud amenazada por la América del Norte”. *El Comercio de Valparaíso*, 04/01/1848. In: CB, p. 137.

¹¹⁸ SCHNEUER, M. J. 2004, Visión del ‘caos’ Americano y del ‘orden’ chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004, pp. 66.

¹¹⁹ Ibid, p. 67.

¹²⁰ ALBERDI. op. cit., p. 138.

¹²¹ SCHNEUER, M. J. op. cit. p. 65.

¹²² ALBERDI. “Recursos que Chile debe echar mano para llevar adelante la obra de su progreso material”. *El Comercio de Valparaíso*, 06/12/1847. In: CB, p. 121.

lançava mão da aquisição de crédito externo e das importações para estimular o desenvolvimento econômico interno, uma vez que não havia capitais disponíveis para os grandes investimentos necessários. “¿Por qué progresar lentamente, cuando hay medios de progresar con rapidez? (...) echemos mano del crédito (...) haciendo venir de Europa capitales a bajo precio, a este suelo que tanta falta hacen”¹²³. Segundo Alberdi, para acelerar o progresso material e moral seria necessário lançar mão de crédito externo em vista de “salvar nuestra democracia”, e evitar o mesmo destino do povo mexicano.

O melhor modo de resistir às possíveis ameaças norte-americanas, seria opor civilização à civilização. Isto é, construir com celeridade as bases para esse desenvolvimento econômico e comercial que seria o gatilho para os avanços políticos, culturais e, sobretudo, morais, e que proporcionariam ao povo chileno a altura das civilizações europeia e norte-americana. Em tom grandiloquente, o exilado argentino escreveu: “Salvemos la democracia del Sud, antes que la devore la democracia del Norte, y sea nuestro medio de defensa la civilización”¹²⁴. Entre estas medidas encontramos a organização de um sistema de ensino que privilegie os saberes mecânicos, as artes e ofícios voltados para a produção – o que Alberdi chama de educação material, o investimento em infraestrutura e o estímulo à vinda de imigrantes.

O tema da educação foi de grande importância para o pensamento liberal no início do século XIX¹²⁵. Se a filosofia da história do século XVIII preconizava um progresso moral do homem de ordem transcendente, como uma transformação de sua essência através das gerações a partir de princípios universais fundados na liberdade e na virtude, por exemplo, os liberais de início do XIX pareciam partir de uma matriz diversa, segundo a qual já não era tanto o homem em si, em sua individualidade, o que importava, mas sim o homem social, o homem institucional, o cidadão em suas relações com o aparato administrativo e, por seu turno, o desenvolvimento dos instrumentos de governo e de controle da sociedade¹²⁶.

¹²³ ALBERDI. “Recursos que Chile debe echar mano para llevar adelante la obra de su progreso material”. *El Comercio de Valparaíso*, 06/12/1847. In: CB, pp. 120-121.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 121.

¹²⁵ Cf. ROSANVALLON, P. **Le momento Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, cap. vii; e HERRERO, A. **Ideas para una república. Uma mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas**. Lanús: EdUNLa, 2009.

¹²⁶ Em uma linha de reflexão que não pretendo desenvolver mais a fundo, me parece que o liberalismo, pelo menos aquele liberalismo do qual compartilhou Alberdi, possui mais relações com a Filosofia do Esclarecimento de matriz alemã do que francesa. Segundo Emmanuel Kant, por exemplo, a virtude, ou a ação do homem virtuoso só se efetivaria num espaço público, pois é justamente nas relações entre os homens que se pode experimentar o avanço moral da sociedade. Desde este campo de reflexão, é famosa a provocação de Kant de que mesmo numa república de demônios, as boas instituições funcionariam tanto

Alberdi, ao associar o comércio ao progresso moral da sociedade e do homem, parecia contrapor-se a uma longa tradição que via na atividade comercial, ou em qualquer atividade que buscasse o lucro e a riqueza, um rebaixamento moral diante de valores superiores como o cultivo do gênio, a glória ou a honra – o que remontaria à oposição entre *otium e negotium*, onde o ócio é o que permite o desenvolvimento do espírito, enquanto aqueles que o negam, os homens de negócio, não teriam chance de fazê-lo, pois estariam presos às tarefas ordinárias da sobrevivência.

Essa concepção sofrerá, no entanto, na passagem do século XVIII para o XIX, mais especialmente na primeira metade deste século, um transtorno importante que colocará o *negotium* em primeiro plano, quando se observa que “é quase uma regra geral que onde quer que os costumes sejam polidos (*moeurs douces*) existe o comércio; e onde quer que exista o comércio, os costumes são polidos”¹²⁷. O predicado “doce” ou polido, segundo a tradução, refere-se ao significado não-econômico, de comércio como conversação, intercâmbio social, que carrega para a senda monetária esse sentido ao opor o “doce comerciante” ou o “doce comércio” à pilhagem, ao saqueio e a toda forma de comportamento violento entre as pessoas e os povos¹²⁸. Passar essa ideia de comércio é de fundamental importância para Alberdi, pois ele enxergava na associação de comércio e progresso a superação de um estágio de violência e barbárie ligado a uma época bélica e heroica dos homens de armas da Revolução de Independência, para outro de *estabilidade* e de *previsibilidade* das relações sociais e políticas¹²⁹, ou a época mercantil.

como numa república de anjos – e, para Kant, dado que os humanos estão menos para anjos que demônios, urge que as instituições sejam gravadas com leis que possibilitem a relação em sociedade. Dito isto, resalto que também na América, o tema do progresso moral não esteve preso a um melhoramento do indivíduo e, portanto, a uma questão da virtude como essência, mas sim, de um esforço de implementação e desenvolvimento dos instrumentos impessoais e regulares de funcionamento da sociedade. Até o momento, é possível afirmar que essa leitura provenha dos “liberais doutrinários” franceses, como Guizot e Cousin. A filosofia da Restauração, que buscou conciliar o republicanismo, os direitos individuais, a monarquia parlamentar e o sistema representativo, parece ter prestado homenagem mais aos reformistas alemães que aos revolucionários franceses do século XVIII. Para Guizot, a noção de progresso diferia daquela do século XVIII, pois supunha não um avanço contínuo e linear do espírito humano, mas uma dialética entre dois fatos: a formação do Estado-Nação e a emancipação do espírito humano, segundo Pierre Rosanvallon, “la lutte entre ces deux principes Du libre examen et de la centralisation du pouvoir (...) ce résout pour Guizot dans la figure du gouvernement représentatif”. Em: ROSANVALLON, **Le Moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 192. Como veremos a seguir, a defesa do sistema representativo se tornará um tema central nos artigos de Alberdi. Ver também o sugestivo livro de Alejandro Herrero **Ideas para una república. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas**. Lanús: EdUNLa, 2009.

¹²⁷ A passagem é de Montesquieu, *apud* HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 51.

¹²⁸ *Ibid.* p. 53.

¹²⁹ “Estabilidade” e “previsibilidade” são duas categorias destacadas por Hirschman ao tratar da implementação e incorporação da ideologia do capitalismo. Vale notar, mantendo a referência a Kant e ao século XVIII, que o elemento que proveria “estabilidade” e “previsibilidade”, e poderíamos adicionar

Daí que a possibilidade de progresso esteja mais próxima da criação de condições para que o desenvolvimento econômico-comercial ocorra e, *per se*, sirva de exemplo pedagógico para a sociedade, do que de um projeto de melhoramento através da educação dos cidadãos.

É significativo que em um artigo intitulado “Ley de inmigración” lei-se que “las escuelas primarias, los colegios, los seminarios son excelentes y laudables medios de civilización pero son mezquinísimos y pobres en eficacia y prontitud”¹³⁰, e que, portanto, a imigração europeia, comparando-se com sua educação, seria o meio mais eficaz, “el verdadero talismán, la vara mágica, el único instrumento milagroso”¹³¹ de mudar a composição da sociedade. O fato de que a reflexão que faz sobre a educação esteja incluída em um artigo sobre imigração coincide em sua busca pelos meios de progresso e de alcançar a civilização, o que dependeria, como vimos, mais da mudança das instituições e, em consequência, dos cidadãos, do que o contrário.

4.5 - Política para o progresso

Alberdi era um ávido leitor dos liberais doutrinários franceses¹³², e sua obra de filosofia jurídica (publicada em 1837, ainda no período em que estava em Buenos Aires), *Fragmento preliminar al estudio de derecho*¹³³, tomava pensadores como Victor Cousin, Guizot, Lammenais e Lerminier¹³⁴ como referências teóricas para pensar o

“racionalidade”, às relações sociais era a *Constituição* republicana, como depositário do Contrato Social entre os homens. No início do XIX, conquistada a forma constitucional – seja sob a forma de república ou monarquia parlamentar – na maior parte do mundo ocidental, não se tratava mais de buscar uma “origem” ou “fundamento” para a sociedade, já garantido na Constituição, mas sim de garantir o “funcionamento” da sociedade e evitar guerras internas e externas. O comércio, como veremos, servia a Alberdi como depositário de um conjunto de regras e valores que repudiariam a existência de poderes pessoais ou violentos que prejudicariam a previsibilidade e a constância, tão necessárias ao desenvolvimento do comércio e aos interesses coletivos.

¹³⁰ ALBERDI. “Ley de inmigración”. El Comercio de Valparaíso, 14/06/1849. In: CB, p. 402.

¹³¹ Ibid., p. 402.

¹³² Segundo Pierre Rosanvallon, o nome liberais *doutrinários* “parece ter sido empregado pela primeira vez em 1817 na Câmara de Deputados, visava de início a Camille Jordan, de Broglie e Royer-Collard. A expressão qualificará daí em diante a corrente, indissociavelmente intelectual e política, que se estruturará em torno de Guizot”. Em: ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 26 em nota.

¹³³ ALBERDI. OC. t. I.

¹³⁴ Oportunamente me ocuparei da discussão sobre os matizes intelectuais europeus e norte-americanos de Alberdi e Sarmiento, de modo que as referências a esses intelectuais doutrinários franceses, de enorme importância para a formação do pensamento político latino-americano do início do século XIX, possa ser matizado. Cf. HERRERO, A. **Ideas para una república. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas**. Lanús: EdUNLa, 2009

estabelecimento de um governo liberal constitucional na Confederação Argentina, então já governada por Rosas. A referência, portanto, a François Guizot, não é arbitrária, ao contrário, ela se trona mais produtiva se pensarmos a relação entre esses pensadores de maneira não-hierárquica, considerando, inclusive, que as propostas de Alberdi sobre os mesmos temas – educação, governo representativo, democracia, progresso – encontram no Chile um terreno bastante propício à sua experimentação.

Cercados dessas ressalvas, compreende-se o tratamento dispensado à revolução francesa de fevereiro de 1848, abordada pela primeira vez no *Comercio* em junho do mesmo ano. A ação dos revolucionários franceses foi saudada, pois os editores entendiam que o Chile não teria o que temer como influência ou consequência desse movimento, uma vez que todos os princípios lá defendidos, como o voto, liberdade política, governo republicano representativo, já eram aplicados ali. As palavras de saudação com que Alberdi se dirigia aos exemplos vindos da revolução por que passavam os franceses em 1848 “se refieren en general a todos los gobiernos absolutos de la Europa, y en particular a todos los cacicazgos irresponsables de nuestra América, pero en manera alguna a sus gobiernos constitucionales”¹³⁵. Os editores assim entendiam, mas, principalmente, essa era a imagem que desejavam passar aos seus leitores.

Por um lado, saudavam eventos em um país que lhes servia de referência de civilização, igualando-se e antecipando inclusive os resultados daqueles acontecimentos no Chile e, por outro lado, extraíam um ganho político ao demonstrar que o Chile havia conquistado a república, a participação popular, as liberdades individuais sem precisar passar pelas agitações que se assistiam naquele momento em França. Segundo Alberdi, seria necessário que a Europa envelhecida “se alimente de nuestro pan democrático; que se regenere en la fuente de vida que ha de brotar de nuestras sociedades”¹³⁶. Postura que se modificará quando as notícias das barricadas de junho¹³⁷, momento de maior radicalização e ascensão dos socialistas à frente do movimento, chegar às costas chilenas.

¹³⁵ ALBERDI. “La revolución francesa y la América del Sud”. *El Comercio de Valparaíso*, 01/06/1848. In CB, p. 258.

¹³⁶ ALBERDI. “La revolución francesa y la América del Sud”. *El Comercio de Valparaíso*, 01/06/1848. In CB, p. 259.

¹³⁷ A Revolução de 1848 na França ocupará espaço de destaque em outro momento, dada a importância que teve para a reconfiguração discursiva de Alberdi, e também de Sarmiento. As “Barricadas de Junho” referem-se ao momento do processo político desencadeado em fevereiro daquele ano, quando setores populares de tendência socialista de Paris tomaram a frente do movimento para exigir a queda da monarquia e a instauração da República. As demandas da classe trabalhadora, no entanto, soavam radicais para os setores médios que haviam iniciado o movimento em fevereiro, como sufrágio universal e controle dos preços e salários. Ver: Marx, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011; e

O desenrolar dos eventos franceses de 1848 fortaleceria em Alberdi sua convicção restritiva do sistema político, como se verifica em sua conclusão a favor dos liberais moderados de que

los hombres de la monarquía de julio, los que ahora cuatro meses eran objeto de desconfianza (...) Thier, Dupin, Victor Hugo etc. ¿en la asamblea no son el signo de una reacción a favor de las ideas moderadas, es decir, de las libertades según las condiciones posibles y practicable¹³⁸.

A “reação a favor das ideias moderadas” reforça a condenação que Alberdi faz da democracia como participação popular:

No somos partidarios de la democracia bárbara, que si triunfa, ha de hacer pasar por encima de las cabezas su terrible nivel; pero tampoco creemos que la aristocracia del talento, de los servicios y de la fortuna deba encerrarse en las ciudades como en una fortificación inexpugnable. Partidarios de esa democracia aristocrática, es decir, superior al común de la sociedad, queremos que la democracia bárbara ascienda hasta su cumbre¹³⁹.

No entanto, as seguintes palavras de Alberdi, ainda em agosto de 1848 sobre o desfecho da Revolução, são decisivas para se marcar o impacto dos eventos franceses. Veja que, cotejadas estas passagens, verifica-se a indeterminação do movimento político e a tentativa de mobilizar as notícias em função de seus interesses. Para o periodista argentino,

las ilusiones se van más presto que en la revolución de 1789. A los tres meses, ya las miradas se dirigen a *un hombre*. Un hombre es ahora la esperanza, en lugar del pueblo que lo era hace cien días. Ya se ha oído decir *el emperador*. La idea del *Imperio* ha pasado por algunas cabezas. No hablemos de la posibilidad o imposibilidad de que él se realice. Esa voz significa una cosa: que la república empieza a infundir dudas¹⁴⁰.

HERRERO, A. **Ideas para una república**. Uma mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas. Lanús: EdUNLa, 2009.

¹³⁸ ALBERDI. “Situación ambigua y difícil de la revolución de Francia”. El Comercio de Valparaíso, 18/08/1848. In: CB, pp. 339-340.

¹³⁹ ALBERDI. “Ideas y palabras”. El Comercio de Valparaíso, 05/01/1849. In: CB, p. 368.

¹⁴⁰ ALBERDI. “Situación ambigua y difícil de la revolución de Francia”. El Comercio de Valparaíso, 18/08/1848. In: CB, p. 340.

O texto de Alberdi é tão mais significativo se o opusermos ao pano de fundo argentino, em que justamente, um homem, um “imperador” (lá, Luis Bonaparte, aqui, Rosas), o poder personalista substituíu ao povo como ator principal. As palavras de Alberdi remetem a um artigo de quatro anos antes, onde se alegava que o Chile reunia as vantagens de um país republicano com as de um estado aristocrático, o que o fazia superior a um país democrático. Ao contrário do que acreditavam “los partidários exaltados del radicalismo republicano”, ainda segundo o mesmo artigo de *El Siglo*, “cambiar ese orden de cosas, subrogar al influjo de la clase pudiente el de las clases ínfimas de Chile; hacer pasar el poder de la clase pensadora y propietaria a la multitud bárbara y menesterosa, puede ser una idea capaz de halagar la ambición del Dictador”¹⁴¹. Ou seja, a situação que se desenhava na França, e que repercutia nos jornais chilenos, acabava por reforçar um argumento de ordem local importante da conformação do discurso republicano desenvolvido por Alberdi, que se contrapunha à ideia de uma democracia radical, popular porque daria campo à emergência de um poder autoritário. Aqui o autor tratava tanto da experiência argentina quanto do ambiente partidário chileno, pois reagia a críticas ao governo de Bulnes levantadas pelos periódicos de oposição, em especial àquelas que, como a do periódico *La Reforma*, a partir de 1848, exigiam o avanço da democracia contra o conservadorismo aristocrático do governo, e divulgava as ideias socialistas na imprensa ligadas aos movimentos e associações de trabalhadores.

As análises de Alberdi mantinham-se no interior de margens bem demarcadas – entre a democracia bárbara e a aristocracia do talento, do serviço e da fortuna –, precavendo-se da emergência de um poder autoritário e em nome de uma fluida “democracia aristocrática”. Afastando, assim, tanto o risco da plebe, da multidão, quanto o monopólio da aristocracia fundiária, abrindo espaço especificamente para os setores ligados à atividade econômica, funcionários públicos e profissionais liberais. O critério estava na participação política, na incorporação da cidadania pela república, de modo que aquilo denominado “sistema representativo” ou “representação” carregava esse sentido da limitação censitária e da valorização de uma elite política que conduziria os negócios do país. As dúvidas que se colocam sobre a república na França, há poucos meses de sua proclamação, seriam resultado da ação política levada a cabo por setores moderados da sociedade que haviam exigido a saída do rei Luís Felipe, em 1848, mas que, com o desenrolar dos eventos, apresentou um aspecto mais popular e radical.

¹⁴¹ ALBERDI. “Política continental: altas conexiones de las cuestiones del Plata”. *El Siglo*, 11/10/1844. Em: CB, p. 86.

Por isso Alberdi reafirmava o caráter específico da cidadania no sistema representativo, dividida em ativa e passiva, “según el art.8 de la Constitución, la base de la ciudadanía activa con derecho de sufragio es el goce de una propiedad o cosa que la supla, que asegure al sufragante cierta independencia que ponga su sufragio al abrigo del cohecho”¹⁴² e “en este sentido admitimos el elemento aristocrático”¹⁴³, porque “hoy se empieza a comprender que para gobernar es preciso saber gobernar; que el gobierno (...) es un talento en fin”¹⁴⁴. A combinação de passagens de Alberdi, que resulta formar um mosaico, demonstra a incidência em diferentes momentos, e sobre temas diversos, de um discurso político que apontava na direção da defesa do sistema representativo ocupado por uma democracia aristocrática.

Nos primeiros meses em que se reportava à revolução em França, entre maio e junho, havia uma segurança sobre o aspecto positivo da revolução e como o Chile via-se protegido dos seus efeitos pela própria situação institucional – que antecipava os objetivos daquela, segundo se viu nos artigos do *Comercio*. Ao tratar de um tema polêmico na discussão partidária entre liberais e conservadores no Chile, Alberdi defendia que a “constitución de 1833 es la Constitución de 1828 reformada y complementada (...). ella es a la vez el código de la libertad y del orden (...). *Libertad y orden* ha sido el grito de la revolución francesa de febrero, y lo será de todo sistema sensato y bien intencionado”¹⁴⁵. O complemento ressaltava a afinidade entre os dois processos, com ganhos para o caso chileno.

As novas informações que chegavam dos acontecimentos de junho na França provocavam uma mudança de perspectiva e de posicionamento de Alberdi, revelando primeiro uma incerteza e em seguida uma apreensão sobre seu desenrolar. “¿Qué vemos dentro de Francia? El problema de la república por resolverse todavía”¹⁴⁶. “Dejando las cosas en indecisión (...), es probable, hasta la conclusión de la actual revolución de la Francia (...) no queremos decir que haya de acabar precisamente en una restauración”¹⁴⁷. As palavras de Alberdi demonstram a mudança de postura, de uma convicção no aspecto

¹⁴² ALBERDI. “Derecho público electoral. Calificaciones”. El Comercio de Valparaíso, 07/12/1848. In: CB, p. 365.

¹⁴³ ALBERDI. “Ideas y palabras”. El Comercio de Valparaíso, 05/01/1849. In: CB, p. 368.

¹⁴⁴ ALBERDI. “Situación ambigua y difícil de la revolución de Francia”. El Comercio de Valparaíso, 18/08/1848. In: CB, p. 340.

¹⁴⁵ ALBERDI. “Exige reforma la actual constitución de Chile?”. El Comercio de Valparaíso, 14/06/1848. In: CB, p. 279.

¹⁴⁶ ALBERDI. “Situación ambigua y difícil de la revolución de Francia”. El Comercio de Valparaíso, 18/08/1848. In: CB, p. 339.

¹⁴⁷ ALBERDI. “Asuntos Argentinos”. El Comercio de Valparaíso, 11/08/1848. In: CB, p. 329.

didático e pacífico da revolução de fevereiro, à imprevisibilidade da história. “*La Libertad* periódico parisiense se expresa así 12 de junio: ‘¿existe uno solo de nuestros gobernantes que pueda prever lo que sucederá, no en seis meses, sino en 15 días?’”¹⁴⁸. A partir das notícias de julho e agosto, há um reposicionamento dos argumentos, de modo a absorver esse novo cenário que se apresentava da seguinte forma, nas vivas palavras de Alberdi,

el partido de los que nada tienen contra los que algo poseen, proclamando los principios más exagerados del sansimonismo y del socialismo (...). La bandera roja que simbolizaba el triunfo de la desorganización, ha caído envuelta en el polvo (...), los principios del orden, la justicia, los principios conservadores de la sociedad han triunfado en esta sangrenta lucha¹⁴⁹.

Os temores de um desfecho indesejado para as elites e classes médias, nas palavras de Alberdi, é o que provoca a evocação da palavra “imperador”. E, como ele bem salientou, independentemente do resultado, o fato da solução autoritária rondar a sociedade francesa, demonstrava a fragilidade da ideia de república para os franceses.

Diante desse quadro, me parece, a defesa de uma postura conservadora, e de reformas políticas conduzidas pelo governo de modo a afastar as ideias revolucionárias, ganham materialidade e força no campo do debate público, pois Alberdi passa a jogar com argumentos que ressoavam por toda a sociedade chilena¹⁵⁰. Em setembro de 1848, já com a notícia do fim do levante popular, Alberdi publica um artigo onde sustenta que “del triunfo obtenido por los conservadores puede nacer la completa consolidación de la República”¹⁵¹, em clara referência ao partido e ao sistema vigente na sociedade chilena que constantemente se viam desafiados pelos liberais demandando reformas e ameaçando revoluções.

Os problemas e perguntas que destaquei da leitura desses artigos, acredito, procuram explorar diferentes dimensões do texto e, seguindo as sugestões de Palti, buscar “as determinações contextuais que condicionam os modos de apropriação, circulação e

¹⁴⁸ ALBERDI. “Situación ambigua y difícil de la revolución de Francia”. *El Comercio de Valparaíso*, 18/08/1848. In: CB, p. 339.

¹⁴⁹ ALBERDI. “Nueva faz de la revolución francesa”. *El Comercio de Valparaíso*, 27/09/1848. In: CB, p. 357. A passagem fazia um evidente contraste com o título de artigo publicado em junho: “Calumnian la revolución francesa los que la miran como signo de anarquía para el mundo” *El Comercio de Valparaíso*, 10/06/1848.

¹⁵⁰ Cf. GAZMURRI, C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998; e HERRERO, A. **Ideas para una república**. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas. Lanus: EdUNLa, 2009.

¹⁵¹ ALBERDI. “Nueva faz de la Revolución francesa”. *El Comercio de Valparaíso*, 27/09/1848. In: CB, p. 357.

articulação dos discursos públicos”¹⁵². E, assim, dar conta do que há de contingente e fundamentalmente histórico na produção do discurso de Alberdi, como sua lapidar definição democracia aristocrática como sistema representativo, republicano e restritivo.

As preocupações de Rosanvallon e Palti acerca do trabalho da história intelectual e da história política, das quais compartilho ao longo do texto, visavam o ajustamento da produção intelectual, tanto com as demandas mais imediatas dos atores em seu contexto, quanto com os elementos relativos aos seus horizontes políticos e intelectuais. Tal preocupação pode, adequadamente, ser observada e acompanhada na América Hispânica, em especial no contexto chileno, onde intelectuais, políticos, movimentos sociais punham na ordem do dia a implementação e justificação do regime republicano e do sistema representativo de governo.

Segundo a historiadora Hilda Sabato, a irrupção dos movimentos de independência na América Hispânica levou à adoção, de forma generalizada, do modelo republicano de governo, convertendo o Novo Mundo, segundo expressão da autora, num laboratório de experimentação “onde ideias e instituições originadas no Velho Mundo foram adotadas e adaptadas, ao mesmo tempo em que se geravam e ensaiavam práticas políticas novas”¹⁵³. O fato da simultaneidade cronológica da experiência dos regimes republicanos, democráticos e representativos na América diante de uma Europa monárquica, expõe um fato de primeira importância do ponto de vista da história política e da história intelectual.

Novamente aqui, com uma postura pedagógica em direção a seus leitores, Alberdi ponderava que “hablamos de la democracia sin explicarla suficientemente, y de la reforma que debía prevenir la revolución, sin explicar lo que por reforma entendíamos”¹⁵⁴, desejamos, continuava Alberdi, “identificar a las masas con la parte civilizada de la sociedad, levantarla, darle bienestar, darle ilustración, inocularle hábitos de orden (...). De ese modo se engrosarán las filas de los que están arriba”¹⁵⁵. A perspectiva de Alberdi ecoa nos textos de Guizot, para quem a democracia, aquela do período revolucionário de

¹⁵² PALTÍ, E. J. **El tiempo de la política**. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 197.

¹⁵³ H. SABATO. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. Em: CHRTIER, R.; FEROS, A. (org.). **Europa, América y el Mundo**: tiempos históricos. Madrid: Marcial Pons, 2006, p. 263.

¹⁵⁴ ALBERDI. “Ideas y palabras”. El Comercio de Valparaíso, 05/01/1849. In: CB, p. 368.

¹⁵⁵ Ibid., p. 369.

1792 na França, é “a característica da época bárbara (...) é o caos de todos elementos, a infância de todos os sistemas (...), um tipo de poder selvagem”¹⁵⁶.

A defesa de Alberdi de um regime conservador ganha força a partir de meados de 1848 nas páginas do *Comercio* pela via de uma “reforma lenta y conservadora: que en vez de perorar en las asambleas populares descendamos a ilustrar las masas”¹⁵⁷, retomando aquele princípio da “democracia aristocrática”. Poucos dias depois, quando a notícia da Revolução de junho se espalha pelos jornais e coincide com a aproximação da convocação do Congresso Nacional, o que provoca grande agitação entre os leitores e grupos políticos, Alberdi não se desespera. Para ele, “cuando una nación ha gozado largos años de paz, como por ejemplo Chile (...) sus Congresos más que cuerpos políticos, [son] cuerpos conservadores de los principios salvadores de la libertad”. (Uma vez mais, a política é deslocada em nome da *ordem*.) Alberdi estabelecia, naquele contexto chileno, uma relação profunda entre ordem e conservadorismo, segundo a qual é exaltada a experiência política chilena em face da francesa – e europeia por extensão –, revelando ser desnecessária uma revolução no Chile. Para o autor, neste país “está en pie triunfante, consagrado en una constitución escrita y vigente, todo el nuevo régimen republicano proclamado por la Revolución de América”¹⁵⁸, e assim, “nosotros creemos que la Francia ha entrado en la República, como entramos los americanos en 1810”¹⁵⁹.

Com o significativo título de “Notable diferencia entre los agitadores y conservadores de las repúblicas, y los de las monarquías”¹⁶⁰, Alberdi aprofundava a definição conceitual de “conservador” e a localizava no mapa político e discursivo no qual se movia. A definição que desenvolve cumpre alguns papéis importantes para sua ação política e para sua produção intelectual no terreno do republicanismo. Ela funciona, ao mesmo tempo, como uma construção argumentativa em defesa do partido conservador e do governo do ministro Vial diante dos avanços dos movimentos políticos e da organização dos liberais, especialmente a partir do ano de 1848.

Também, de modo a justificar sua postura diante do quadro partidário e ideológico chileno, Alberdi ponderava que os conceitos de conservador e revolucionário tinham um

¹⁵⁶ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 83.

¹⁵⁷ ALBERDI. “Reformas”. *El Comercio de Valparaíso*, 10/05/1848. In: CB, p. 239.

¹⁵⁸ ALBERDI. “Estado de la cuestión republicana en América”. *El Comercio de Valparaíso*, 05/06/1848. In: CB, p. 266.

¹⁵⁹ ALBERDI. “Rumores de contra revolución en Francia”. *El Comercio de Valparaíso*, 22/06/1848. In: CB, p. 285.

¹⁶⁰ ALBERDI. “Notable diferencia entre los agitadores y conservadores de las repúblicas, y los de las monarquias”. *El Comercio de Valparaíso*, 22/08/1848. In: CB, p. 342.

sentido diferente na América do que na Europa, pois, os conservadores chilenos desejavam manter as conquistas da revolução de independência americana, ao passo que os revolucionários queriam voltar a um estágio de conflito e guerra civil já superado no Chile. “En nada ofrece tantos inconvenientes, la aplicación rutinaria a las repúblicas, de los términos de la vida política de las monarquías, como en las palabras *agitador* y *conservador*”¹⁶¹, sublinha na abertura do artigo, para concluir que “el *conservador* en la República, es el que quiere la perpetuidad de la libertad, de la igualdad y la fraternidad” e, por suposto, o agitador “en la República es un retrógrado, monarquista disfrazado”¹⁶².

Uma vez mais, o *Comercio* punha-se em colisão com o *Mercurio*, para quem a constituição e a política conservadora de Chile “han dado a la nación tantos años de paz, como no se cuentan en ninguna de las otras repúblicas sud-americanas”¹⁶³; no entanto, diante da pressão por uma reforma administrativa, que ganhava força em meio às notícias do fevereiro francês, conclamavam os editorialistas, “no resista al poder, asocie al movimiento reformador y diríjalo (...). En Chile, felizmente, ese movimiento de la época no aspira a salir de la órbita en que conviene a la política conservadora mantenerlo”¹⁶⁴, refletindo a filiação do periódico ao governo de Bulnes, lançando, no entanto, a pressão sobre o ministério. Ainda nas palavras do *Mercurio*, Bulnes “es la representación más completa de sus [de Chile] glorias y de sus libertades actuales. Entre tanto, el presidente Bulnes sólo no constituye el poder ejecutivo: lo constituyen con el los ministros”, o que leva o articulista a se perguntar como esse ministério se comportaria sob o impacto da revolução em França, a qual o *Comercio* insistia não apresentar nada de novo. A discordância do *Mercurio*, porém, lançava um novo e complicado tema a ser debatido, porque, segundo sua visão, “solo el programa social va a ser nuevo y empieza no por garantizar el trabajo, sino un fruto al trabajo; por la organización del trabajo para concluir por la distribución de la propiedad, a fin de hacer llegar a todos los goces de la vida”¹⁶⁵. De modo que a questão da reforma e da revolução implicava a questão social que se punha em marcha na França. As organizações de associações de trabalhadores que se avistavam em 45-46 recebiam o decisivo apoio do movimento francês, tornando o tema corrente na imprensa, e fazendo do debate sobre “reforma” no Chile um campo amplo e delicado para

¹⁶¹ ALBERDI. “Notable diferencia entre los agitadores y conservadores de las repúblicas, y los de las monarquías”. El Comercio de Valparaíso, 22/08/1848. In: CB, p. 342.

¹⁶² Ibid., pp. 342-343.

¹⁶³ “La Reforma conveniente”. El Mercurio, 04/05/1848.

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ “La Revolución Francesa respecto de Chile”. El Mercurio, 09/07/1848.

os setores liberais e conservadores. O rechaço ao tema da reforma política, administrativa, comercial, era reforçado por esse subtexto da reforma social ou da participação popular.

Para Alberdi, ser reformista em uma república “es entrar en el libertinaje, es caer en la anarquía, en la guerra civil, en el desorden, en el caos, de donde nace en línea recta como hijo legítimo e inmediato, el despotismo y la tiranía”¹⁶⁶. Ora, nada mais eloquente no combate aos liberais e na tentativa de desqualificação junto ao público de suas pretensões de reformas e seus representantes¹⁶⁷. Aqui, uma vez mais, as posições de Alberdi parecem em consonância com os liberais doutrinários franceses, pois, “têm em comum opor um liberalismo conservador ao liberalismo demolidor”¹⁶⁸. O termo conservadorismo (*conservatisme*)¹⁶⁹ como “doutrina política que se elabora sob a Monarquia de Julho pode ser definido como *gestão de uma sociedade pós-revolucionária*. Ele implica a realização da revolução e não absolutamente sua negação. O conservadorismo é a resolução da revolução”¹⁷⁰. Segundo essa interpretação, o conservadorismo incorpora e realiza o passado revolucionário (mas somente como passado) opondo-se ao liberal radical e ao reacionário.

Os temas econômicos e comerciais, dizia Alberdi com entusiasmo, “están en *Chile a la orden del día*. El actual Ministerio, las sesiones del Congreso, y las discusiones de la prensa las han puesto de moda”, assegurando, inequivocamente, o contato entre a atividade periodista e as realizações da política econômica, afinal, prossegue o publicista, “estas cuestiones vitales (...) deben ser del dominio de la prensa”¹⁷¹. Alberdi, aos poucos, delineará o campo ideal para o tratamento e a acomodação dessa “política econômica” ao

¹⁶⁶ ALBERDI. “Notable diferencia entre los agitadores y conservadores de las repúblicas, y los de las monarquías”. El Comercio de Valparaíso, 22/08/1848. In: CB, p. 343.

¹⁶⁷ Segundo Gazmuri, **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bombeiros. Santiago: Editorial Universitaria, 1998 e Romero. **Sociedad de la Igualdad**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1978, a partir de 1848, com o avanço da organização dos trabalhadores e artesãos e as mudanças nos quadros políticos do governo, os liberais entram num processo de ofensiva contra o governo cada vez mais intenso, culminando com os motins de 1851, decorrentes da vitória do conservador Manuel Montt. De modo que os textos de Alberdi encontram uma ressonância no cenário imediato, na tentativa de captar o público leitor, e na consolidação de uma proposta de organização do Estado em que se empenhará nestes anos e mais adiante, quando da reestruturação política da Confederação Argentina pós-Rosas.

¹⁶⁸ ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, p. 26.

¹⁶⁹ segundo Rosanvallon, esta categoria apareceria, com seu uso socialmente reconhecido, apenas em 1851 na língua francesa, ver: Ibid., p. 26 em nota.

¹⁷⁰ Ibid., p. 277. O autor avança a tese, neste caminho, de que a filosofia política doutrinária, gestada durante o período que ele denomina como *Momento Guizot*, os anos que vão da Restauração ao fim da Monarquia de Julho (1814-1848), constitui o elo entre a cultura política do liberalismo e o governo liberal-burguês, que se instaura ao longo do século XIX, como tentativa de resolver as ambiguidades entre liberalismo e democracia.

¹⁷¹ ALBERDI. “Cuestiones económicas y administrativas”. El Comercio de Valparaíso, 08/05/1848. In: CB, p. 235.

afirmar que em seu jornal “la política no será la favorita de sus trabajos y, por otro lado, los asuntos administrativos serán el campo predilecto de nuestros labores”¹⁷². O objetivo de Alberdi de excluir a *política* de seu campo de preocupações primordiais era silenciar a disputa partidária, os conflitos sociais, a pressão da oposição, ou seja, todo o campo de tensão que a sociedade chilena viveu com muita intensidade nos anos 1848-1851. A tentativa de “conter a realidade”¹⁷³ – ao menos nas páginas do *Comercio* – pode ser observada na seguinte afirmação: “la oposición no existe en esa parte de América como poder parlamentario (...) la oposición en Chile no es un poder de acción”¹⁷⁴, recuperando a discussão estabelecida anteriormente pelo *Mercurio* nesse mesmo sentido¹⁷⁵.

Elenco brevemente alguns processos que comprometeriam a afirmação de Alberdi: o julgamento de Francisco Bilbao¹⁷⁶ em 1844, pela publicação de *Sociabilidad Chilena* e, no ano seguinte, a prisão do editor de *El Diario de Santiago*, Pedro Godoy; ambos eventos foram secundados por importantes manifestações populares, em que “dominavam por seu número os estudantes, se encontravam muitos homens do povo da classe dos artesãos”¹⁷⁷. Essas manifestações provocaram uma reação imediata dos setores conservadores, que criaram a *Sociedad del Orden* e um periódico que lhe deu voz, o *Artesano del Orden*. A formação dessa sociedade, por sua vez, desencadeou a criação de suas antagonistas: a *Sociedad Demócrata* (que também se apressa em publicar um periódico, *El Artesano Opositor*) – considerada o primeiro ensaio de reorganização política de oposição dos liberais –, e da primeira associação de trabalhadores, a *Sociedad*

¹⁷² ALBERDI. “Prospecto”. *El Comercio de Valparaíso*, 28/08/1847. In: CB, p. 103.

¹⁷³ Pierre Rosanvallon em **O liberalismo econômico**. História da ideia de mercado. Bauru: EdUSC, 2002, ver: introdução e capítulo 2. O autor destaca que a tentativa de racionalização da política e dos meios de governar por parte dos fisiocratas no século XVIII praticamente levaria à abolição da política: “a política concreta, a da relação de forças, é, portanto, negada [...]. O pensamento fisiocrático forma-se assim num gigantesco movimento de repressão da realidade”, p. 71. Não sugiro em absoluto alinhar Alberdi às fileiras da fisiocracia. O propósito do estudo de Rosanvallon trata da verificação de um conjunto de ideias e práticas que formaram o ideário do liberalismo econômico em seus diferentes matizes entre os séculos XVIII e XIX. Parece-me haver uma grande confluência entre o discurso de Alberdi sobre as relações entre a economia e a política, e a conformação desse ideário, de modo que não seria exagerado fazer essa aproximação, uma vez que o próprio Alberdi realiza a defesa das práticas liberais em seus artigos.

¹⁷⁴ ALBERDI. “Condición política de la prensa periódica en Chile”. *El Comercio de Valparaíso*, 18/12/1847. In: CB, p. 131.

¹⁷⁵ A proximidade da linguagem reforça a ideia de que o artigo do *Mercurio* acima mencionado teria sido elaborado por Alberdi ou fazia parte de seu entorno ideológico.

¹⁷⁶ O julgamento de Bilbao, mais do que o texto de *Sociabilidad Chilena*, será tratado em outro momento, pois, é consenso na historiografia, que esse acontecimento provocou um conjunto de grandes mudanças no plano político e cultural chileno.

¹⁷⁷ GAZMURI, C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998, p. 54.

*Caupolicán*¹⁷⁸. Em 1848 conservadores descontentes e liberais fundam o *Club de la Reforma* e seu respectivo jornal.

Não se supõe que Alberdi ignorasse toda essa movimentação. Ao contrário, é seu esforço por negá-los, por passar ao largo de toda essa atmosfera em ebulição, que mais a denuncia.

Em apoio a tal interpretação, trago a seguinte passagem sobre a linguagem política corrente na imprensa, Alberdi definia, em um artigo de junho de 1848, sua concepção de “política”: “no damos el nombre de política a la caída o exaltación de tal o cual ministro, o las declamaciones de un partido, sino a los principios constitucionales sobre qué reposa la sociedad misma”¹⁷⁹. Excluídas as disputas partidárias, alianças ou a vida política ordinária, Alberdi, então, informa que a economia política “será la única política de que haya de ocuparse nuestro papel (...) que, según nuestro modo de ver, es la verdadera política”¹⁸⁰.

Para Alberdi, as reformas necessárias para o progresso são das leis comerciais, “son cambios progresivos (...) obra exclusiva de la razón, de labor y de la ciencia”¹⁸¹. O problema, continuava Alberdi, é que os partidos clamavam por reformas administrativas e legais, e envolviam assuntos constitucionais, econômicos e partidários como se fossem a mesma coisa e, procedendo assim, eles “apasionan lo que no se presta a la pasión”¹⁸².

Assim, a defesa do sistema representativo e do comércio como caminho para o progresso envolveriam, a exclusão da participação popular e a exclusão da política entendida como partidária, facciosa, ou a “pequena política”. Como sustenta Pierre Rosanvallon, a ideologia do liberalismo econômico, difundida entre fins do século XVIII e início do XIX na Europa e na América, defendia a ideia do funcionamento da sociedade como um mercado, ou seja, através de mecanismos que tivessem a função de “desdramatizar as relações entre os indivíduos, de desapaixonar suas relações, de desarmar a violência virtual das relações sociais de força”¹⁸³. Note-se que as palavras de comando citadas (desdramatizar, desapaixonar, desarmar as relações sociais) sugerem uma forma de governança neutra, impessoal fundada numa Razão, auto evidente, que

¹⁷⁸ C. GAZMURI. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitaria, 1998, p. 55.

¹⁷⁹ ALBERDI. “Chile y la Revolución Francesa”. *El Comercio de Valparaíso*, 02/06/1848. In: CB, p. 264.

¹⁸⁰ ALBERDI. “Prospecto”. *El Comercio de Valparaíso*, 28/08/1847. In: CB, p. 103.

¹⁸¹ ALBERDI. “Naturaleza y carácter de las reformas convenientes en Chile. Ellas son administrativas, no Constitucionales”. *El Comercio de Valparaíso*, 12/06/1848. In: CB, p. 278.

¹⁸² *Ibid.*, p. 278.

¹⁸³ ROSANVALLON, P. **Por una historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 11.

superasse a necessidade do embate, da troca de ideias, da diferença, enfim, que superasse a necessidade da política.

O sistema representativo, ocupado por uma elite política e econômica, substituto e inibidor da democracia popular, faria as vezes do exercício da Razão, do equilíbrio, do procedimentalismo jurídico, sem a intervenção do Estado, nominalmente pelo menos, supondo já superadas as divergências sociais (como ocorre com o preço no mercado). Desse modo, “O sistema representativo e o mercado pertencem um ao outro e se correspondem (...). [O indivíduo] nos dois papéis não obedece às ordens de ninguém”¹⁸⁴, isto é, segundo essa perspectiva, tanto as leis como o mercado não seriam desejo de alguém, mas o resultado da ação de todos produzindo uma razão e uma autoridade coletivas, opostas ao despotismo e aos monopólios tão combatidos por Alberdi.

A exclusão da paixão da arena política, traduzida por Alberdi como política econômica, traria como consequência o governo dos interesses (comerciais ou econômicos, bem entendido) e, portanto, realizaria aquele prognóstico da previsibilidade, da racionalidade e da estabilidade, debatido anteriormente. A defesa do comércio e de uma política econômica guiada por esses princípios, é o que me parece, guarda para Alberdi, bem como para muitos dos intelectuais latino-americanos desse momento, especialmente os argentinos, um sentido de oposição aos governos personalistas dos caudilhos. O despotismo personalista de Rosas, materializado na violência da *mazorca* (sua polícia política) e na ausência de Constituição e de representação política era a grande antítese de um mundo governado pelas leis do comércio, autorregulado e impessoal. Não é outra, me parece, a postura de Alberdi quando defende a ideia de uma “democracia aristocrática” destinada a superar a democracia bárbara e a aristocracia caudilhesca.

4.6 – Os dois tempos do progresso

Há uma dimensão temporal fundamental na crítica que Alberdi lança ao despotismo e em sua defesa do comércio como agente do progresso, segundo a qual a história é dividida em um passado guerreiro-revolucionário e um futuro pacífico-comercial. Com essa cronologia, Alberdi insere um tema caro para a compreensão de seu

¹⁸⁴ A citação é de Pierre Manent *Apud* ROSANVALLON, P. **Por una historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 14.

discurso político que aqui nomearemos como “as duas épocas”. Em síntese, Alberdi diz que “nuestros Estados fueron militares (...) y hoy son llamados a ser comerciantes”¹⁸⁵, para diferenciar o momento da Revolução de Independência da situação presente. Desse modo, ele abria um campo de possibilidades de ação no presente através da defesa do liberalismo econômico como chave para se alcançar o futuro, no qual ele mesmo se insere por meio de sua ação na imprensa e como figura atuante junto ao governo Bulnes.

Ao chamar os leitores para esse campo do debate público em torno ao progresso comercial que levaria ao progresso moral ou civil, afasta-os, assim, do campo do debate da pequena política. Valho-me aqui das reflexões de Reinhart Koselleck que, ao analisar textos de intelectuais e discursos políticos, considera que fazer um prognóstico e lançá-lo no espaço público, já significava alterar uma determinada situação, dado que “o prognóstico é um momento de ação política (... no qual...) o tempo passa a derivar do próprio prognóstico”¹⁸⁶. Assim, ao defender as reformas, as quais denomina reformas conservadoras, pois visam a manutenção da ordem, e não a subversão, Alberdi apontaria para um futuro do qual acredita ter o domínio, ou pelo menos, o domínio dos instrumentos que constituem seus prognósticos.

Sobre a contagem do tempo histórico, Alberdi será inflexível, nestas páginas, em relação aos crimes cometidos pelos espanhóis, responsáveis pelos males que contam 300 anos, a “Espanha nos dio la complexión de los colonos”¹⁸⁷ e respondem por nossos antecedentes infelizes. Como se vê, Alberdi cria uma dupla ruptura entre a época presente e o período revolucionário, e entre a independência e o período colonial. O discurso contra a Espanha implicava uma cronologia que identificava o passado como lugar das culpas pelo presente, mas do qual a atual geração não teria responsabilidade, assim, o passado colonial ficaria, nesta leitura, fora da história do Chile ou da América independente. Já o tempo presente, sobre o qual a atual geração possui autoridade e responsabilidade, era evocado por Alberdi e localizado no campo da lei, da política e da Razão, o que lhe possibilitava incorporar ao comércio e ao sistema representativo um coeficiente de mudança em vista da produção do progresso. Esse segundo recorte temporal, relativo ao presente, é por sua vez dividido em época da independência e a época atual, em que escreve, sendo aquela identificada como o período guerreiro, e esta com a época

¹⁸⁵ ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/184. In: CB, p. 104.

¹⁸⁶ KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 31.

¹⁸⁷ ALBERDI. “Temores y esperanzas sobre el destino económico de Chile”. El Comercio de Valparaíso, 13/12/1847. In: CB, p. 125.

comercial. Se os homens de 1810 lutaram contra a tirania espanhola, hoje, dizia Alberdi, “el peor de los tiranos es la pobreza; este enemigo no se bate con soldados sino con comerciantes y trabajadores”¹⁸⁸.

5 – Revolução e reforma no Chile

O ano de 1849 se iniciava sob a pressão dos eventos da revolução em França, das reformas propostas pelo governo e pela oposição e pelas eleições parlamentares que ocorreriam em março. Entre 1847 e 1849 diversos projetos de reforma haviam sido propostos, seja pelo governo ou pela oposição, em relação aos mais diversos temas: em junho de 47, o deputado liberal, Urzúa Garfias sustentou a abolição de foros privilegiados para parlamentares e para membros do clero, ao que foi rebatido pelo deputado António Varas, de um setor mais conservador, alegando que a influência religiosa sobre a população diminuiria, quando deveria ser estimulada em seus aspectos moralizantes e educacionais. Salvador Sanfuentes, então ministro da justiça, propôs a revisão de leis penais que datavam do período colonial e impunham severos castigos físicos contra roubos e furtos. Em agosto de 1848, o mesmo ministro encaminhara um projeto que agilizava a administração dos processos judiciais. Em 1847, se estabelecia um escritório responsável pelo censo demográfico e geográfico do país. De maior repercussão foi a lei de imigração que o ministro do interior propunha em agosto de 1847, retomando o projeto de 1845 de seu antecessor, Irrázaval. Segundo as instruções do ministério, seriam contratadas famílias católicas “entre os agricultores, artesãos de aldeia, e os que exercessem alguma indústria que desde o princípio pudesse instalar-se com bons resultados na colônia”¹⁸⁹, que deveriam vir com sacerdotes católicos, professores e médicos, “todos eles pagos pelo governo para que prestassem seus serviços aos colonos”¹⁹⁰.

O tema de reformas administrativas ganhava força conforme se aproximava o período eleitoral, de modo que, a estratégia defendida pelo governo na imprensa passava por “prevenir la revolución por medio de la reforma”¹⁹¹. O tema da revolução e do

¹⁸⁸ ALBERDI. “Prospecto”. El Comercio de Valparaíso, 28/08/1847. In: CB, p. 104.

¹⁸⁹ BARROS ARANA D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 180.

¹⁹⁰ Cf. Ibid. pp. 169-181.

¹⁹¹ ALBERDI. “Ideas y palabras”. El Comercio de Valparaíso, 05/01/1849. In: CB, p. 369.

movimento dos trabalhadores tornava-se corrente na linguagem política daquele contexto, ampliando o temor de golpe ou insurreição política por uma revolução social, conforme as notícias davam conta que se passara na França em junho de 1848. Assim, era necessário estabelecer a definição do conceito de reforma para a justa função do discurso político no espaço público, ou seja, para que seu sentido fosse compreendido em meio ao quadro conceitual que se desenhava entre as demandas de reforma, mais ou menos radicais, por parte da opinião pública.

Tenha-se em conta que em 1849, os artesãos já possuíam uma larga trajetória de organização laboral e de atuação no espaço público, desde pelo menos 1829, com a criação da *Sociedad de Artesanos*, com maior ênfase no período entre as eleições de 1839-1841 e ao longo dos anos 40, com a formação da *Sociedad Caupolicán*, *Sociedad Colo Colo*, criação de periódicos ligados aos partidos tradicionais voltados para os artesãos, como *El Artesano del Orden* e *El Artesano Opositor*, e também a formação de uma imprensa obreira (*Imprenta del Pueblo*), que publicou *El Pueblo* em 46. Em maio de 1848, um grupo nomeado *Los artistas comprendidos* publicava um panfleto nomeado *Los Artistas*, em que contestavam as recentes medidas do governo que realocavam para fora do centro da cidade uma série de atividades fabris. Usava uma linguagem jurídica, citando passagens da constituição e das ordenanças municipais que estariam sendo contraditas com as novas medidas, e chamava o governo para o diálogo com aqueles que, além de trabalhadores e pais de família, “proviam serviço público nos corpos cívicos”¹⁹².

No início de 1849, irrompia uma greve de trabalhadores, de artesãos, especialmente de alfaiatarias, mas que envolvia outros setores, em resposta à ação dos mestres de ofício e donos de fábricas de reduzir os salários e pagamentos por produção dos artesãos. O *Mercurio*, periódico de oposição nesse momento, expressava, de forma extensiva, o que era a preocupação do ponto de vista dos setores da elite política quanto à disseminação de um discurso que passava a incorporar o tema do conflito de classe:

las coaliciones de artesanos y de obreros que acaban de tener lugar en Santiago con motivo de una rebaja de salarios son de esos hechos que es preciso no tengan descendencia, ni sirvan de ejemplo. Malo es que empiece a manifestar esas pretensiones del *capital* y esas protestas del *trabajo*. La cuestión del trabajo es la más delicada, la de más difícil solución en todas partes del mundo, y no hay porqué precipitarla cuando duerme tranquila en los talleres¹⁹³.

¹⁹² “Los Artistas”, *apud*: WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 146.

¹⁹³ “Coaliciones y protestas”. *El Mercurio*, 17/02/1849.

O editorial seguia explicando a rebaixa de salários feita pelos grêmios de patrões, que “coligarse los maestros para sitiar de hambre a sus operarios, e imponer precio ínfimo a sus servicios, es lo que no está en los derechos de gremio ninguno”¹⁹⁴, e que tal atitude de coalizão dos mestres artesãos seria inevitavelmente seguida das “protestas en procesión de los perjudicados (...) [que] empiezan por perder días de trabajo y por desmoralizar los hábitos de obediencia y disciplina”. De modo que, para o editorialista, tratava-se de encontrar uma justa medida, um meio termo entre as pretensões de ganhos dos empregadores e as necessidades dos empregados. Em sua opinião, a associação de mestres e proprietários de fábricas estaria menos ligada a formas de exercício da liberdade econômica e civil, e mais a um “avance del monopolio, que menester es dominar en su primer paso si no queremos andar pronto a brazos con las peligrosas cuestiones del trabajo que traen desquiciada a la Europa”¹⁹⁵.

Era o *Mercurio* também, ao lado do *Comercio*, crítico contumaz do protecionismo econômico dado aos produtores agrícolas e fabris locais. Quer dizer, se em aspectos político-partidários encontravam-se em campos opostos, ao adentrar a esfera do discurso do liberalismo econômico, pareciam partir do mesmo princípio da abertura dos mercados como caminho para o progresso e a civilização. Esse desenvolvimento remete àquela interpretação de que haveria uma base econômica hegemônica entre liberais e conservadores, em geral, que mantinham através do controle do parlamento, por exemplo, seus interesses. Agora, na imprensa, verifica-se a expressão desses acordos.

No caso específico, o articulista acima apontava claramente a atuação corporativista dos chefes de oficina e de fábrica, e ponderava que um proprietário não queira pagar dada quantia a seus operários, e queira mesmo despedi-lo é de sua responsabilidade, mas unir-se aos demais mestres de fábrica para combinar a redução dos salários é algo que traria como consequência o medo da organização dos trabalhadores que, por sua vez, se não fosse reprimida em seus primeiros passos, “mañana, por la menor causa, pondrán en alarma una ciudad a cada momento con esas reuniones de artesanos”¹⁹⁶.

O tema também surgia nas páginas do *Progreso*, sob controle de Vial. Sob o título *Hostilizar por hambre*, na mesma data do artigo citado acima do *Mercurio*, o periódico

¹⁹⁴ “Coaliciones y protestas”. El Mercurio, 17/02/1849.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

de Santiago dizia que não havia outra forma de referir-se ao “acto de los empresarios y directores de sastrería al rebajar arbitrariamente y en complot el salario de los obreros”, e que, seguiam os editorialistas, “somos demasiado amigos del pueblo y de las honradas clases obreras de nuestra sociedad para que hubiéramos visto indiferentes este repentino ataque a su industria”¹⁹⁷. A oportuna aproximação do jornal com os trabalhadores levanta algumas questões interessantes, pois, se é possível interpretar como uma declaração demagógica, considerando inclusive as eleições parlamentares que se aproximavam, é também sugestivo pensar na relação com o público leitor, com a prestação de contas a seu público e a inserção política do periódico na sociedade. Assim, acredito, pode-se reavaliar a questão do alcance do público – leitor ou simplesmente afetado pelo jornal – como atuante na esfera pública para além das camadas mais altas dos artesãos, em geral, letrados, conforme se viu com as publicações voltadas para eles.

O artigo coincidia com seu competidor portenho em outros pontos, quanto à novidade do discurso social trazida por este tema dos salários e iniciada pelos artesãos donos de alfaiatarias, “una cuestión nueva entre nosotros, pero que ha sido iniciada ya en otras partes por el obrero y no por el propietario”¹⁹⁸; e também quanto à exigência da intervenção da “autoridad pública en esta miserable competencia del propietario con el pobre”¹⁹⁹. Como se vê, a inserção de uma linguagem classista ocupava os dois lados do espectro partidário chileno, em uma combinação da evolução do movimento dos trabalhadores e artesãos com as notícias que vinham da França e o estabelecimento de um quadro conceitual proveniente do socialismo. Em um impresso de 1850, Sarmiento chamaria atenção de que à custa das ideias imitadas da França, “nace que en 1850 nos hallemos en pleno socialismo y expuestos a tener combates en las calles y barricadas, aunque esto sea de mal género por Francia y haya dado sus malos frutos”²⁰⁰. Também em maio de 1850 por primeira vez a *Revista Católica* atacava seus rivais da *Sociedad de la Igualdad* sob os termos de comunista e socialista, e o periódico *El Verdadero Chileno*, da ala monttista dos conservadores, publicava artigos satíricos contra os textos de Francisco Bilbao, expondo suas fragilidades morais, como a “ambição e o orgulho”, e seu espírito anti-cristão²⁰¹.

¹⁹⁷ “Hostilizar por hambre”. *El Progreso*, 17/02/1849.

¹⁹⁸ *Ibid.*

¹⁹⁹ *Ibid.*

²⁰⁰ “Candidatura Montt. ¿A quién rechazan y temen? A Montt. ¿A quién sostienen y desean? A Montt. ¿Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 29.

²⁰¹ Cf. WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, passim 210-213.

Com a mesma intensidade debruçou-se Sarmiento²⁰² sobre o tema, agora à frente do diário *La Crónica*, periódico impresso em Santiago na recém-inaugurada gráfica de Julio Belin, editor francês que havia conhecido em sua viagem à Europa, retomando sua carreira na imprensa chilena. “Estamos muy lejos de considerar ese asunto”, dizia Sarmiento,

como una lucha de clases, como la disidencia entre el rico y el pobre, ni como la aparición entre nosotros de las perturbaciones que agitan hoy a otras sociedades, a menos que el espíritu de partido quiera forzar estas meras disidencias entre patrones y oficiales, y darles un carácter social que no tienen²⁰³.

Passava então a explicar a patrões e empregados, a fim de que não se sentissem atacados em seus direitos, as leis às quais estavam submetidos os preços dos salários, que “no depende de la voluntad humana; sube o baja indefinidamente, según leyes invariables”²⁰⁴, e “como es nuestro deseo que los artesanos conozcan sus intereses, o más bien su posición en ese asunto, lo expondremos en términos que pueda ser perfectamente comprendido”²⁰⁵. Parecia claro para Sarmiento, pela própria intensidade com que nega a oposição entre rico e pobre como luta de classes, de que este era o tema em pauta, que este era o contorno que os atritos e movimentos vinham tomando no espaço público, e os dois artigos anteriores o confirmam. Seu esforço em negar esta perspectiva, e ao mesmo tempo manter-se ao lado dos artesãos (aqui os trabalhadores, e não os mestres ou donos de oficinas), evidenciava o lugar que seu discurso ocupava no quadro político chileno: combatia tenazmente as formas mais radicais de participação política, em especial aquelas nas quais se pusesse em xeque a forma social e a ordem estabelecida, como forma de evitar um conflito social, uma guerra civil que com o exemplo da revolução de julho de 1848 circulava amplamente nos periódicos chilenos.

Assim, o esclarecimento ao público, artesãos e mestres, do funcionamento das leis naturais do mercado, da oferta e da procura como reguladora do preço da mão de obra, servia para retirar do espaço partidário, da disputa política, um tema difícil que deveria ser atacado pela administração pública em vista de controlar e normatizar os conflitos

²⁰² Sarmiento retornou ao Chile no início de 1848, quando se dedicou à elaboração do projeto educacional para o Chile, a mando de Manuel Montt. No início de 1849 funda *La Crónica*; anteriormente havia contribuído em *La Tribuna*.

²⁰³ SARMIENTO. “El salario”. *La Crónica*, 25/02/1849. In: OC, X, p. 232.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 233.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 233.

provenientes das relações de trabalho, na medida em que os trabalhadores progressivamente se organizavam²⁰⁶. Ao mesmo tempo, explicava Sarmiento, somente com a expansão do mercado poderia haver um aumento de salário, o que não impedia que os patrões, agindo de forma corporativa, abajassem o salário artificialmente.

“¿Qué hará pues la autoridad para arreglar esta cuestión del salario? (...) Hace veinte años que en los grandes focos industriales agita esta cuestión, sin que haya tenido solución alguna, ni puede tenerla, porque no la tiene”²⁰⁷, e os salários na Inglaterra flutuam mês a mês, tendo o Parlamento limitado-se a reduzir a jornada de trabalho “con el solo fin de garantir la vida de los trabajadores”. Na França, a revolução colocou a questão do trabalho no centro, “y si alguna solución encuentra la cuestión de la organización del trabajo será por el sistema propuesto por los socialistas, sistema que pide la reorganización de la sociedad misma”²⁰⁸, o que ainda espera pela sanção da realidade prática. De modo que “toda medida, pues, que tienda a fijar el salario del trabajo, en cualquiera industria, será en definitiva ruinosa para los trabajadores mismos”²⁰⁹.

Não deixa de chamar atenção o fato de que, o periódico, que desde seus primeiros momentos em janeiro de 49 apresentava uma aproximação com Manuel Montt, tivesse uma preocupação eleitoral e quisesse se aproximar também dos trabalhadores, como fizera o *Progreso*. Embora o periódico afirmasse que o esclarecimento do funcionamento das leis do salário levaria a um melhor conhecimento dos interesses dos trabalhadores, e que suas reflexões não visavam favorecer interesses particulares, a marca do artigo está na condenação do movimento de associação dos trabalhadores que produziria uma perturbação momentânea e a necessária volta à ordem natural das coisas. O destaque para a manutenção da ordem política, e o impulso que se dá ao livre mercado como instrumento do desenvolvimento social e do progresso pela expansão da economia aproximavam o discurso republicano de Sarmiento daquele também defendido por Alberdi desde as páginas do *Comercio de Valparaíso*.

Talvez pelo próprio temor da guerra civil, vivida à distância pelas páginas dos jornais chilenos com a experiência francesa, talvez pela referência à democracia como participação política direta dos mais pobres, o que levaria a um regime de barbárie, talvez,

²⁰⁶ Em abril de 1850, quando se funda a *Sociedad de la Igualdad*, talvez o maior exemplo dessa mobilização da, e em torno da, classe de artesãos e trabalhadores do Chile, verifica-se a culminação de um processo que, como se vê, vinha conformando-se com vigor na última década.

²⁰⁷ SARMIENTO. “El salario”. *La Crónica*, 25/02/1849, in: OC, X, p. 237.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 237.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 238.

enfim, pelo posicionamento de seu discurso no quadro partidário chileno, ao lado de Manuel Montt nesse início de 1849, e o resguardo do tema da ordem diante do avanço das propostas reformistas vindas da oposição. De todo modo, a defesa incisiva do mercado e a condenação da mobilização obreira, feitas por Sarmiento, iam de encontro ao incentivo que fazia do associacionismo dos trabalhadores, como se viu nos artigos sobre os vendedores e trabalhadores em *Venta de Zapatos*, sobre os trabalhadores da mineração, a formação de caixas de poupança ou sobre a organização dos guardas cívicos²¹⁰. Compreende-se que o novo contexto em que o artigo era escrito apontava para um novo sentido que havia adquirido o tema da associação de trabalhadores, como uma questão de classe social, que por primeira vez surgia no texto de Sarmiento.

Complementarmente, Sarmiento analisava a democracia sob o prisma da questão do voto universal. Dizia que em França, o retorno de Luis Bonaparte ao poder pode ser visto como um movimento natural da história, no qual formas sociais não somem de um dia para o outro, mas reaparecem e depois voltam a cair novamente e em definitivo, de maneira que a república francesa, proclamada em 1848, com a ameaça de regresso da monarquia, estaria passando por esse momento. Desse modo, a eleição de Luis Bonaparte

es una manera de mostrarse la democracia, pues que en la incapacidad de las masas para juzgar sobre el bien público, cuando no se las ha consentido prepararse a la vida política, toman un nombre que les es caro y muestran de ese modo su voluntad. Pero, como decía Lamartine, dejándolas seguir sus instintos se salva un principio conquistado, y el tiempo, las luces, la libertad y la educación política corregirán el error de los primeros pasos²¹¹.

A passagem é interessante porque apresenta uma crítica convencional ao tema da democracia popular ou universal, que teria como consequência o aparecimento de governos despóticos como, sugeria Sarmiento em outro artigo, foi o caso de Luis

²¹⁰ cf. “Los mineros”. El Nacional, 14/04/1841. In: SARMIENTO. OC: I.; “LA venta de Zapatos”. El Mercurio, 21/04/1841. In: OC: I.; “Cajas de ahorro”. El Mercurio, 16/0/1842. In: OC: X.

²¹¹ SARMIENTO. “Revolución Francesa de 1848”. La Crónica, 25/02/1848, in: OC, IX, pp. 29-30. Sarmiento pautava-se em uma filosofia da história do progresso, segundo a qual “la misma fuerza que está hace tres siglos destruyendo los malos sistemas cuando se creen más radicados, continuará obrando con mayor energía en lo sucesivo, y concluirá al fin con la obra gloriosa de asegurar al mundo moral las leyes de justicia que reinan en todas las demás obras de Dios (...). La República francesa ha proclamado que todos los hombres tienen derecho a gobernarse, principio conquistado de los Estados Unidos hace tres siglos; luego este es un principio normal inherente a la especie humana y que irá entrando en todas las sociedades, y entre nosotros mismos, con esta diferencia: que nosotros no tenemos que atacar intereses, no tenemos que destruir gobiernos, ni desaposeñar clases privilegiadas. Será obra del convencimiento, de la justicia y de la necesidad”. De modo que Sarmiento aliava o movimento universal e nacional na conformação de uma sociedade republicana e democrática, em que se resguardava para o caso chileno um caminho pacífico e consensual para sua realização.

Bonaparte, “esta nada apoyada por seis millones de votos”. O povo francês, sobretudo, “el de las campañas, llamado repentinamente a la vida política, no sabiendo qué pensar, porque durante todo el siglo actual, los diversos gobiernos (...) no han hecho más que alejarlo de la vida política, y aumentar su incapacidad”²¹². Em seguida, porém, voltando à passagem acima, Sarmiento reconhecia um valor intrínseco à democracia, mesmo esta popular, que acabaria, por um movimento da história, ajustada pela educação e pela liberdade do povo.

Como ilustração desse princípio que se mantém apesar da configuração accidental das formas políticas, Sarmiento apresenta discussão sobre a abolição da pena de morte na França, que marcaria a distinção dos governos antigos para os modernos, sendo aqueles exterminadores da oposição, e estes reconhecedores do direito à oposição. Sarmiento opera essa dicotomia situando Buenos Aires e Estados Unidos como polos opostos, “en que el uno proclama el *exterminio* de todo lo que le resiste, y el otro proclama la *discusión* de las causas de la resistencia”²¹³. A menção a Buenos Aires, longe de ser fortuita, remetia à crítica usual no contexto de que Rosas valera-se de um sistema de repressão e constrangimento para conseguir manter-se no poder com um suposto apoio popular, o que lhe opunha frontalmente o sistema de liberdade política e intelectual dos norte-americanos (e do Chile, como pano de fundo permanente para o leitor do jornal), de modo que a própria revolução francesa de 1848 passaria por reavaliações e apropriações de acordo com o sentido que se lhe queria emprestar. “Adaptémosla [a revolução] en todas sus verdades conquistadas, dejando a sus grandes hombres, a los primeros pensadores del mundo que discutan pacíficamente las cuestiones *sociales*, la *organización del trabajo*”²¹⁴, ideias generosas que, no Chile, segundo Sarmiento, não estão sancionadas “ni por la consciencia pública, ni por la práctica”. Ora, recolocava-se o tema da questão social ligada ao trabalho como desfecho de um artigo sobre a democracia, mais precisamente dos usos e riscos da democracia universal que acabava por eleger o nome de Napoleão, em uma sociedade em que circulavam as ideias e escritos socialistas. O comando lançado por Sarmiento, “adaptemos a revolução”, resumia bem o sentido que se queria imprimir ao discurso em face de um caso concreto: a democracia chilena, em vésperas de eleição

²¹² SARMIENTO. “California y las instituciones republicanas”. La Crónica, 29/04/1849, in: OC, IX, p. 380.

²¹³ SARMIENTO. “Revolución Francesa de 1848”. La Crónica, 25/02/1848, in: OC, IX, p. 31.

²¹⁴ Ibid., p. 37.

e sob a incipiente pressão das questões sociais, incorporadas no discurso político da oposição e do governo.

Como sintetizava *La Tribuna*²¹⁵ em maio do mesmo ano, “evidentemente nos hallamos al principio de una época de movimiento social”²¹⁶. Parecia então que o reconhecimento da questão social como um tema central havia sido incorporado na linguagem política e usado por todas as forças partidárias e ideológicas em jogo, havia sido conceituado, conforme afirmava o mesmo editorial, “nuestro diario sale bajo la influencia de esta nueva situación”.

6 - Representação e negociação

As eleições para deputados em março de 1849 estavam envoltas num ambiente discursivo novo. O ministro do interior, que, como se viu anteriormente, possuía a prerrogativa de conduzir a formação das listas de candidatos, vinha sendo apontado na imprensa como intolerante por querer formar um grupo exclusivo sem dialogar com a oposição, era o costume desde as eleições de 1841. A prática da composição partidária, aliás, era uma instituição de grande importância para a vida política chilena do período, pois, com ela, permitia-se a acomodação de forças e a produção de consensos, mais ou menos duradouros, que garantiam alguma estabilidade no governo, além de afiançar sua legalidade e a legitimidade.

Cumpria a imprensa governista, *Progreso* e *Comercio*, com certo ritual de negar a movimentação política quando publicava que “se extraña que las próximas elecciones de diputado no mantengan en excitación los ánimos”²¹⁷, mesmo que poucos dias mais tarde constataste que “la cuestión electoral de Valparaíso se ha hecho la cuestión del día, y como tal no podemos prescindir de ella”²¹⁸. Os jornais também cumpriam com o papel de, desde o ponto de vista do governo, defender a atuação eleitoral da guarda nacional, “esta bellísima institución de las milicias (...), tan democrática en su esencia (...), elemento de libertad”²¹⁹, das acusações de submissão e coerção política que ocupavam o espaço

²¹⁵ Jornal de oposição ao ministério Vial, redigido pelo argentino Juan Maria Gutiérrez, e de propriedade de Manuel Antonio Tocornal e García Reyes, políticos considerados liberais moderados dentro do espectro político local.

²¹⁶ “Editorial”. *La Tribuna*, 01/05/1849. Este era o primeiro número do periódico.

²¹⁷ “Crisis electoral”. *El Progreso*, 22/02/1849.

²¹⁸ “Elecciones. Candidatos para Valparaíso”. *El Progreso*, 05/03/1849.

²¹⁹ “Guardia Nacional”. *El Progreso*, 24/02/1849.

público, como o artigo do *Mercurio* “A los electores guardias nacionales”, que recordava enfaticamente que “los *derechos* del ciudadano en esta circunstancia no tienen nada en común con los *deberes* del soldado”²²⁰.

O tema da influência do executivo dividia-se, então, em duas frentes: em uma, a pressão sobre o corpo da guarda civil e funcionários públicos, em outra, a formação das listas de candidatos de acordo com as preferências políticas e os arranjos do ministro do interior.

Manuel Camilo Vial deteve, desde os primeiros momentos do *Ministerio de Septiembre*, três dos quatro ministérios: o do interior como proprietário e os de fazenda e instrução como interino – situação que se prolongaria por dois anos e meio e se tornaria alvo de críticas de seus opositores. Durante as eleições parlamentares de 1849, a atuação de Vial²²¹ endereçava-se no sentido de eleger seus apoiadores para o congresso e “nesse processo, forçou a manipulação do sistema eleitoral chileno ao seu limite”²²², ordenando de forma orquestrada que os chefes de guarda e funcionários públicos cuidassem dos votos de seus subordinados – de resto, como se usava fazer nas eleições, mas em uma escala ainda não vista –, ordenando o registro de prisioneiros e hospitalizados. Assim, as vitórias dos candidatos de oposição refletiam as dificuldades para as pretensões de Vial, dentro do espectro do partido conservador, para alcançar as eleições presidenciais de 1851 com chances de vitória.

Os opositores a Vial, no entanto, defendiam a candidatura de António Tocornal em Valparaíso, segunda maior cidade do país e “hicieron de ella una cuestión de partido”²²³. O *Progreso* avançava na crítica aos opositoristas associando-os ao ministro Montt, e alegando que “el pueblo que no es ciego ve que goza de la mayor libertad, ve que en las elecciones pasadas habían facultades extraordinarias y había sitio, y habían

²²⁰ “A los electores guardias nacionales”. El Mercurio, 12/03/1849.

²²¹ Manuel Camilo Vial, durante a administração Prieto/Portales, havia participado do grupo político *Filopólit*, uma linha que representava uma ala moderada do regime portaliano, e buscava ajustar as estruturas de poder desde o interior do governo, distanciando-se dos elementos considerados linha-dura, como a expulsão de militares opositores e medidas de censura. Nos anos 1840, no entanto, Vial figurava como expoente da ala conservadora do regime Bulnes, quer dizer, quando o discurso mais liberal e democrático ganha o espaço público, o lugar ocupado por Vial se desloca de conservador moderado para herdeiro do governo portaliano, conforme os ataques que receberia das alas liberais mais democráticas. Acrescentaria sobre este tema, ainda como nota, a observação do historiador James Wood, que “a existência deste movimento de oposição no interior do regime expunha uma vez mais a precariedade da estabilidade portaliana nos anos 1830”. Cf. WOOD, J. *The Society of Equality*. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 95.

²²² *Ibid.*, p. 176.

²²³ “La oposición actual”, Correspondencia. El Progreso, 22/03/1849.

destierros y delación y espionaje”²²⁴. Desse modo, justificava a atuação do poder executivo, na figura do ministério, na composição das listas de candidatos, posto que garantia a liberdade de imprensa e de ação política. O *Comercio de Valparaíso* secundava essa opinião, alegando que “no se puede exigir que al Ejecutivo, que es el representante de los intereses generales, el que (...) renuncie a influir moralmente cada elección de los hombres con quienes ha de gobernar el Estado, hacer las leyes, mantener el orden (...)”²²⁵. O argumento, que já havia surgido nos artigos de Sarmiento por conta do mesmo debate nos anos de 1843/4, reconhece no sistema representativo democrático a importância das eleições do legislativo como condição para o exercício do poder, o que evidencia a preocupação com a eleição da oposição para o parlamento, como um fator que inviabilizaria o governo, ou exigiria maior poder de negociação. O controle das listas por Vial, parecia caminhar nesse sentido, ou seja, de montar um parlamento aliado – negligenciando, no entanto, as demandas e as forças reais da oposição.

Em abril de 1849, o governo decidiu processar o recém-criado periódico *El Corsario*²²⁶ de Santiago. Como se viu em outros momentos, os juízos de imprensa – e este seria o primeiro grande julgamento após a publicação da lei de 1846, que endurecia as penas e tipificava novos delitos de imprensa – tendiam a atrair a atenção da população, como sinal inequívoco do apelo que a imprensa possuía, bem como da visível filiação partidária dos veículos. Os editores do *Corsario* foram julgados e condenados por escritos burlescos contra o intendente de Santiago Juan Maria Egaña a pagar mil e duzentos pesos, além de prisão²²⁷. Poucos dias antes do julgamento, o *Mercurio* captava assim o clima político que rondava o Ministério do Interior comparando-o ao regime despótico boliviano, “precisamente por ser Chile lo que es, no es el ministerio lo que es el gobierno de Belzu (...). En aquel teatro representa el caudillo para la masa inculta. En este representa el ministerio para una población ilustrada (...), el público hace el actor”²²⁸. O jornal não apenas comparava as pretensões do ministro do interior às de um caudilho, como, e esta me parece uma observação interessante, colocava a opinião pública ilustrada

²²⁴ “Sem título”, Nota. *El Progreso*, 24/03/1849.

²²⁵ ALBERDI. “Derecho Constitucional”. *El Comercio de Valparaíso*, 07/04/1849, in: CB, p. 395.

²²⁶ De propriedade de Juan Pablo Urzúa, futuro dono do *Ferrocarril*, quem recebeu uma máquina tipográfica de Santos Tornero, proprietário do *Mercurio*. Cf. BARROS ARANA D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 287 n.

²²⁷ *Ibid.*, p. 288.

²²⁸ “Sem título”. *El Mercurio*, 15/05/1849. Manoel Izidoro Belzu foi presidente da Bolívia entre dezembro de 1848 e agosto de 1855, e ficou marcado por realizar alianças com a população indígena e setores populares como forma de aceder e manter-se no poder.

no lugar de agente, referindo-se também a si mesmo como órgão de imprensa, interferindo no andamento político dos assuntos públicos.

A *Tribuna*, insertando uma forte crítica ao ministro Vial, analisava a possível queda do ministério, em termos parecidos, de que a “opinião” havia abandonado o governo:

Cualquiera que sea la explicación que pueda darse de su marcha en los tres años que ha estado en ejercicio ello es que la opinión lo abandonó en los últimos tiempos (...) La opinión solo ha obrado este fenómeno y lo ha obrado por los medios ordinarios de la ley. He aquí el tiempo de los principios y de las instituciones. (...) La república ofrece en este instante un espectáculo consolador (...). Vemos acercarse aquellos tiempos anhelados en que el remedio de las necesidades públicas no está en el puñal ni en el cadalso. La revolución, el desquicio de la autoridad, la desorganización violenta del régimen legítimo, que eran en épocas no muy lejanas los medios de triunfo, que empleaban los partidos, quedan proscriptos en nuestro suelo, y en su lugar se ponen en juego la discusión franca de la prensa, la oposición en las luchas electorales”²²⁹.

A passagem atravessa temas fundamentais que vinham aqui sendo investigados. Ao que tudo indica, Sarmiento havia participado da redação da *Tribuna*²³⁰. De todo modo, esse conjunto de assuntos e sua forma de abordagem aproximam o sanjuanino dessas questões. A ideia de que a *opinião* havia operado o fenômeno da queda de um ministro, e que ali se iniciava a “era dos princípios e das instituições”, em que a imprensa ocupava um papel central como substitutiva da violência, constituía aspectos fundamentais da escrita de Sarmiento desde que chegara ao Chile. Decerto também, esses eventos deviam

²²⁹ *Apud* “Dimisión de Vial”. El Mercurio, 31/05/1849.

²³⁰ Ramón Briseño, que classifica o periódico como “dedicado a echar abajo al Ministerio Vial”, nomeia Manuel Antonio Tocornal e Antonio García Reyes como fundadores e editores, e informa que era redatado por Juan María Gutiérrez, Manuel Blanco Cuatín (intendente de Valparaíso) e Diego Barros Arana, cf. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965. Barros Arana em sua obra inclui Sarmiento entre os redatores cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, pp. 288-9. O nome de Sarmiento aparece também na introdução às Obras Completas. Luis Montt, o editor, afirma que a Sarmiento “pertenence casi toda la redacción desde 1850 adelante”. cf. SARMIENTO OC, I, p. xxii. Por fim, A *Tribuna* é incluída na seção “Periódicos en los que escribió Sarmiento”, In: VALENZUELA, D.; SANGUINETTI, M. **Sarmiento periodista**. El caudillo de la pluma. Buenos Aires: Sudamerica, 2012, p. 344. Faço este apanhado menos por preciosismo e mais para amparar uma perspectiva desta tese, que trata do discurso político como uma forma de análise que depende da compreensão do ambiente linguístico em que o enunciado e os agentes se inserem, de modo que em suas inter-relações e interferências mútuas conferem-se sentidos aos conceitos e discursos em jogo, não como um diálogo entre ideias abstratas, mas como elementos constitutivos da vida política, que conformam o quadro de perspectivas e de experiências políticas, na medida em que os nomeia e lhes confere um sentido na realidade, e que por sua vez contribuem para transformar esses mesmos cenários. Desse modo, se a presença física de Sarmiento na redação da *Tribuna* é incerta, não o é seu pertencimento a esse quadro discursivo.

causar forte impressão tanto em Sarmiento quanto em Alberdi, por apresentar de forma concreta um tipo de experiência política própria do republicanismo e do liberalismo, para além das obras teóricas que vinham da Europa ou das projeções elaboradas para um futuro desejado.

Nesse mesmo contexto, Sarmiento recuperava um argumento decisivo do jogo político, que havia sido anunciado na passagem destacada acima da *Tribuna*, sobre o papel da imprensa nas sociedades liberais. Ao perceber a escalada do tom na arena política, com a oposição liberal e a entrada dos artesãos e do discurso social, Sarmiento volta sua reflexão, uma vez mais, para o lugar da imprensa:

El diario no tiene medio siglo de existencia real en el mundo (...). El sistema constitucional ha dado por la elección directa o indirecta expresión a la voluntad o a la inteligencia de la mayoría de los asociados (...). Hay empero otro funcionario que nadie ha elegido, que él mismo se elige, y que con una prensa que toma bajo su dirección por vocación política y por industria, legisla, gobierna, juzga (...). El diario domina la opinión pública (...) rompe el mandato de los electos del pueblo, hace un vuelco en la opinión dominante y cambia la situación de los negocios público (...). Contra el diario, en fin, no hay otro poder que el de otro diario²³¹.

Pouco depois, o *Comercio de Valparaíso* publicaria a peça de defesa de Jotabeche escrita por Alberdi por ocasião de um julgamento de imprensa durante o período eleitoral de março de 1849. Entre seus argumentos, Alberdi ponderava, em defesa de seu cliente acusado por um artigo-correspondência publicado em Valparaíso, que a imprensa chilena, desde as eleições de março, apesar da lei de imprensa de 1846, mais dura, figurava como

una fiebre sin ejemplo. No ha quedado autoridad ni persona elevada que no haya sido objeto de sus golpes (...). Singular cosa que el *Porteño*, la *Unión*, el *Corsario*, el *Timón* y toda esa prensa metralla o prensa ariete, que nada respetó, haya pasado sin ser acusada por autoridad alguna (...). La prensa periódica como institución política es conquista reciente, eco consagrado de la voz pública (...) órgano inmediato de la soberanía popular (...). Tan noble como la tribuna parlamentaria, la prensa recibe de la consciencia pública cierta inviolabilidad que garante el ejercicio de sus saludables embates²³²

²³¹ SARMIENTO. “Ley de imprenta”. La Crónica, 19/08/1849.

²³² ALBERDI. “Extracto de juicio de imprenta contra un artículo inserto en el Comercio de Valparaíso del 30 de abril de este año”. El comercio de Valparaíso, 07/09/1849, pp. 410-11. ‘Porteño’ significa ali de Valparaíso.

Ao apresentar inicialmente os perigos e exageros que a imprensa pode representar, Alberdi desenvolve o argumento preservando a atual legislação de imprensa, que havia sido inofensiva à metralhadora impressa, e conclui pela elevação do papel da imprensa equivalente ao parlamento, cuja inviolabilidade é a garantia da soberania pública e da existência dos embates saudáveis. Ora, parece-me que há uma aproximação entre os argumentos levantados por Sarmiento e Alberdi que, por sua vez, complementam aqueles levantados pelo redator da *Tribuna*. Quer dizer, ao se tratar de eventos concretos, a ponderação de Alberdi parece caminhar no sentido da garantia da liberdade de imprensa como garantia que ela representa para a liberdade civil. Ao mesmo tempo, ambos chamam atenção para a novidade do fenômeno, de modo que é possível vislumbrar o grau de experimentalismo – prático e jurídico – que se vivenciava nesse espaço público.

O *Corsario* (que seguia sendo publicado) anunciaria, poucos dias depois do julgamento, de qual saiu vitorioso, a queda do ministério Vial: “Hoy se ha concluido toda la bulla ministerial. La renuncia de Vial ha sido admitida”²³³. Em seu lugar, Bulnes nomeou Jose Joaquin Perez, deputado por Santiago e membro do partido conservador ligado a Manuel Montt; e ocupou as pastas de Instrução e Culto com Manuel António Tocornal e de Fazenda com António Garcia Reyes, reconhecidos por suas ideias liberais na câmara e em suas atuações como advogado e professor no Instituto Nacional, respectivamente. Bulnes buscava assim conciliar a presença de setores mais moderados, com a dos grupos liderados por Montt, restabelecendo um equilíbrio que lhe havia garantido governabilidade em seu primeiro mandato.

7 - As fraturas no espaço público

Nos primeiros momentos em que se desenhava este novo ministério, o editorial do *Progreso*, órgão vialista, realiza uma precisa e cética análise sobre o lugar ocupado por governo e oposição, neste momento, em que se colocaria desde um ponto de vista pretensamente fora das disputas políticas. Sentenciava o editorial em junho

que hay ideas de gobierno con las cuáles se gobiernan siempre. Que hay ideas de oposición con las cuáles no se gobiernan jamás. La oposición de hoy podrá llegar al gobierno por medio de algunas de las personas

²³³ “Dimisión de Vial”. El Mercurio, 31/05/1849.

alistadas a ella, pero (...) no se gobierna con las mismas ideas con que se hace oposición (...). La oposición de ayer es el gobierno de hoy²³⁴.

O autor não estava nesse momento valendo-se da retórica de partido e atacando seu adversário recém ascendido ao poder. Tratava-se mais de uma percepção sobre a relação formal entre governo e oposição que se desenrola, e que somente poderia ser percebido em um ambiente republicano em que as experiências de eleições, disputas partidárias, de alternância de poder, de negociação com a oposição, de tolerância, liberdade de imprensa ocorressem de forma relativamente estáveis e previsíveis. Somente nessas circunstâncias o observador compreenderia o funcionamento do mecanismo partidário liberal, e seus limites. Desse modo, acredito que essa percepção não passasse longe dos olhos de Alberdi e Sarmiento, como interlocutores permanentes do *Progreso* e como observadores perspicazes do funcionamento da lógica do liberalismo no Chile.

Se “la verdad es que el nuevo ministerio ha subido al poder por el triunfo de la opinión”²³⁵, não tinha, porém, apoio da maioria do parlamento, eleita sob a gestão de Vial, o que impôs ao novo ministério sérias resistências. Poucos dias depois de nomeado, *La Tribuna* anunciava a “grande obra que se prepara en los conciliábulos de la *Camarilla* de la Cámara. Lastarria ministro del interior”²³⁶. O anúncio da *Tribuna* apontava para a recente associação entre os dois eminentes políticos, Lastarria e Vial, que buscava um meio de emplacar o líder da Geração de 42 no ministério. Segundo James Wood, a saída de Vial em junho de 1849 foi um momento crucial para o rearranjo das forças políticas no Chile, quando “ele rapidamente deslocou seus formidáveis recursos políticos e conectou-se com a liderança liberal opositora em Santiago”²³⁷, isto é, com Lastarria, quem havia ganhado prestígio com a administração Vial.

Agora, justo após a saída de Vial, Lastarria apresentava ao congresso um projeto de reforma eleitoral que visava restringir o acesso dos mais pobres ao registro eleitoral aumentando o corte de renda, o que foi rejeitado pela câmara, e pelo presidente. Em julho de 1849, o periódico vialista, *El Timón*²³⁸, que havia sido criado como contraponto ao

²³⁴ “La Oposición de ayer es el Gobierno de hoy”. *El Progreso*, 13/06/1849.

²³⁵ “Nuevo Ministerio”. *El Mercurio*, 14/06/1849.

²³⁶ “Ministerio Lastarria”. *La Tribuna*, 14/07/1849.

²³⁷ WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 190.

²³⁸ Teve como redator chefe Hermogenes Irisarri, e a colaboração de Bartolomeu Mitre, Eusebio Lillo, Victorino Lastarria, Marcial Gonzales e Francisco Bilbao, o diário durou 37 edições. Cf. BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876**: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 329. Segundo Barros Arana, o ano de 1849 veria ressurgir uma *prensa de guerrilla*, mesmo com a vigência da nova lei de imprensa de 1846 que se alegava

Corsario, anunciava em sua capa “El programa de la oposición”, que concentrava em 16 pontos reformas que considerava necessárias, como, entre outras, eleitoral, lei de imprensa e suspensão das faculdades extraordinárias²³⁹. A aproximação com Lastarria, rendeu ainda a formação de um grupo político chamado *Sociedad* ou *Club de la Reforma*, anunciado nas páginas do *Progreso* em outubro de 1849²⁴⁰, com a finalidade de angariar forças para concorrer às eleições de 1851²⁴¹. Isso levou a uma nova divisão no grupo dos conservadores e, por outro lado, à radicalização do discurso democrático popular, que não encontraria eco entre os *Reformistas-Vialistas* e partiriam para a conformação de seu próprio caminho político com a *Sociedad de la Igualdad*.

A oposição vialista, predominante na Câmara, seguia seu papel. Segundo editorial do *Mercurio*, “la mayoría de la cámara empezó por ejercer la dictadura con la minoría (...), empezó por introducir a la barra en el debate, permitiéndole que silbase al Sr. Montt (...) [e que] alentase al diputado Lastarria”, demonstrando o claro desenho de forças que se dispunha logo após a queda do ministério e a tentativa dos vialistas de demonstrar algum apoio popular introduzindo seus partidários nas galerias da câmara. A resposta do *Mercurio* envolvia tanto os parlamentares quanto os periódicos. “Si la mayoría de la cámara”, argumentava o editorial, “se hubiera puesto de pie, con su presidente a la cabeza, a protestar contra ese avance inaudito de la barra, no veríamos hoy en las sesiones el triste espectáculo que consterna a los amigos de la libertad”²⁴², acentuando o comportamento incomum e desconforme da oposição em um regime republicano. Quanto à imprensa, o jornal recorda que “la prensa debe protestar del mismo modo contra la dictadura de la barra, que contra la dictadura de un Presidente o de un Ministerio”²⁴³, ressaltando, assim, uma analogia do comportamento dos partidários nos salões da câmara com o comportamento da multidão, da plebe, em favor de um partido e que exerceria eventualmente uma opressão sobre uma minoria. Este comportamento de massa possivelmente remetia Sarmiento e Alberdi às aclamações populares de Rosas na Sala de

ser mais dura que a anterior. Entre estes periódicos, o historiador citava além do *Timón*, *El Corsario*, *La República*, *El Independiente* e *El País*, todos hostis ao ministério e partidários de Vial.

²³⁹ WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 190.

²⁴⁰ Cf. *Ibid.*, pp. 189-190.

²⁴¹ A *Sociedad* não lograria seus objetivos, pois, por um lado adota uma postura elitista que afastava os artesãos e impedia a formação de uma base social sólida, por outro, não se aproximava, em seu discurso, dos setores mais radicais entre os liberais, sejam dos novos liberais como Bilbao, sejam dos antigos pipiolo, como Pedro Godoy e Pedro Felix Vicuña, o que ficaria explícito após a fundação da *Sociedad de la Igualdad* em abril de 1850.

²⁴² “La dictadura y la dictadura”. *El Mercurio*, 16/07/1849.

²⁴³ *Ibid.*

Representantes de Buenos Aires, e fortalecia o discurso antidemocrático, como ditadura da maioria, como governo da multidão, no sentido de que impedia o funcionamento racional e procedimental das instituições.

Em outro caso, seis intendentes, que também eram deputados, apresentam acusação contra o ministro do interior, por imiscuir-se no direito da municipalidade de nomear e destituir seus procuradores. Lastarria trabalhava no sentido de tornar o caso um evidente conflito de autoridade entre o poder central e o poder local, um manifesto de censura e oposição da câmara de deputados contra o ministro do interior. O caso, por si irrelevante, atualizava o constante conflito e diferenças entre o executivo e o legislativo e o papel do ministério como uma “mola” entre a presidência e a câmara, evidenciando a ação política do ministro do interior – ainda que, em muitos casos, como neste, a intervenção de outros ministros se fizesse de forma enfática²⁴⁴. O resultado do conflito é exemplar, a câmara vota de acordo com os intendentes pelo direito de destituir os procuradores municipais, mas recusa elaborar uma moção ao Presidente expondo o desacordo entre a casa legislativa e o executivo, como desejava Lastarria. Segundo Barros Arana, a atuação de Tocornal e Montt fora decisiva para o desfecho da votação e para a relativa derrota de Lastarria.

A disputa política acirrava-se, e em agosto de 49 o *Progreso* publicava um aviso da candidatura a presidente da república pelos liberais de Ramón Errázuriz²⁴⁵, antigo membro do partido conservador, presidente da *Sociedad del Orden*, secretario de Montt, e de pouca atuação na vida administrativa. O anúncio da candidatura da oposição era prematuro e revelava uma mudança no padrão das últimas eleições, com isso, me parece, os vialistas buscavam produzir instabilidade no interior do governo, na medida em que este se veria forçado a posicionar-se diante do lançamento de uma campanha eleitoral, e acelerar processos de crise interna que vinham sendo alimentados e que se desenrolavam naturalmente em períodos eleitorais.

Vale a pena fazer uma ponderação sobre o uso dos termos liberal e conservador como formas de filiação partidária ou ideológica neste contexto. Como se vê, os termos eram utilizados fartamente na imprensa, sendo objeto de defesa ou ataque conforme a orientação dos envolvidos. Neste caso específico, o *Progreso*, quem havia lançado sua candidatura, associava seu nome, que pertencera ao partido conservador com Vial, ao

²⁴⁴ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 323

²⁴⁵ El Progreso, 31/08/1849 *Apud* Ibid., p. 329.

conceito de liberal. Segundo Simon Collier, a relação parecia inconsistente, pois o próprio jornal classificava o partido liberal como “um grupo composto por ‘los liberales del año 28, los filopolitas, la mayoría de la Cámara, muchos miembros de lo que se ha llamado partido pelucón o Conservador’”²⁴⁶. A nomenclatura liberal / conservador, como se vê, é, além de inconsistente como sugeriu Collier, essencialmente precária. Quero dizer, sua inconsistência não reside, como acredita Collier, na assimetria entre ideia (conceito) e realidade (prática política), pois, dificilmente se encontraria um conjunto rígido e coerente de ideias, programas, práticas que pudessem inegavelmente classificar um partido ou um político, neste cenário dos anos 1840, como enraizados em um lado ou outro do espectro. Contudo, isso não invalida, a meu ver, o recurso aos conceitos, apenas obriga o historiador a balizá-los e mediá-los com seus usos e sentidos nos contextos linguísticos determinados, dada sua precariedade fundamental.

Como se viu acima, a questão da expansão dos votos, por exemplo, escancarava essa situação, como salienta James Wood, “ironicamente, a derrota da oposição liberal, que se enxergava como o mais democrático dos dois campos políticos, foi uma vitória para o sufrágio popular, ao menos em sua forma abstrata”²⁴⁷. Ao que me parece, a flutuação entre princípios e ações obedecia antes às necessidades políticas e discursivas de cada grupo na armação de tramas por estabelecer redes relacionais e atrair apoio popular e da opinião pública para seu campo em vista de alcançar o poder. De modo que se trataria menos de uma contradição ou de uma inconsistência, e mais da existência de um quadro conceitual fluido, porque incipiente, porque em conflito, ou porque a linguagem política liberal é essencialmente instável e dinâmica, conforme sugere Pierre Rosanvallon ao estudar a história política no período entre 1815 e 1848 em França²⁴⁸.

8 - A formação dos *clubs*, a época do ‘movimento social’

Nesse sentido, gostaria de chamar atenção para uma novidade que surge nos jornais chilenos a partir de março de 1849, em meio ao contexto eleitoral. Uma

²⁴⁶ COLLIER, S. **La construcción de una república**, 1830-1865. Política e ideas. Santiago: Ediciones Pontificia Universidad Católica de Chile, 2008, p. 126. A citação do periódico refere-se a El Progreso, 29/09/1849.

²⁴⁷ WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 177.

²⁴⁸ ROSANVALLON, P. **Le momento Guizot**. Paris: Gallimard, 1985, cap. 1.

nomenclatura provavelmente herdada da linguagem da revolução francesa de 1848, mas que se adaptava ao cenário local com aspectos particulares. Trata-se do uso da palavra *club* para referir-se às organizações políticas. Ao rebater a crítica da oposição, antes das eleições parlamentares de 49, o *Progreso* questionava ao *Mercurio*, seu principal interlocutor, “Por Dios que os estais hiriendo con vuestras propias armas! ¿No se le hace y funda la oposición en clubs de Santiago porque ha puesto muchos jóvenes? ¿No se disse eso de voz en cuello?”²⁴⁹. Alguns dias depois, no mesmo periódico, a palavra aparecia no título de um artigo, “El Club de Santiago”, em que o editorialista analisava:

ya que por la prensa y en las columnas de ese diario se ha hablado de un club político (...), ya que hay quien le considere amenazador para al orden y con miras hostiles a la presente administración, será fuerza que rompamos nuestro silencio y que llamemos a cuenta a los misteriosos personajes que componen este club. Toda reunión pública debe tener su fin ostensible y claro (...). Partiendo de ese principio, nos creemos con derecho para traer al campo de la prensa todo asunto que haya motivado una sociedad, para uso tan extemporánea, para otros tan sediciosa, para muchos tan frívola como pretensiosa.

El club de Santiago, lo forman según la voz común, unos cuantos ciudadanos, que hasta ahora habían sido los sostenedores del orden, y consideraban un pecado nefando declararse en oposición al gobierno.

Hay razón para que estos caballeros que se apellidaban con orgullo partidarios de la administración, abjuren sus antiguas creencias y se forman en partido para intrigar el gobierno? Si alguien nos respondiese que sí, replicaríamos entonces diciendo que para combatir un sistema se necesita oponer otro sistema (...). Cual es pues el sistema político que se propone realizar el club de Santiago? (...)

El Club de Santiago se halla en el caso de explicar a la sociedad su pensamiento, si no quiere que se sospeche de su lealtad y se le mire como esencialmente conspirador (...). O ellos se comprometen públicamente a responder de los resultados de su acción, o desde luego forman un club revolucionario, y dan motivo de presumir que han tomado la cuestión electoral simplemente como un pretexto.

El efecto de los caudillos del club ya está produciendo su efecto en Valparaíso (...); se juntan la oposición del pueblo donde salen los concurrentes ebrios y furiosos y esperando impacientes el día de la elección como el día de la lucha y de la fortuna. Llegará este día y esa plebe azuzada se entregará al desorden²⁵⁰.

O artigo anterior era complementado por outro no dia seguinte, às vésperas das eleições, no qual o editorialista afirmava que “ha habido interés en que se concilien los

²⁴⁹ “Desahogo de la prensa”. El Progreso, 20/03/1849. A expressão “voz en cuello” quer dizer, aos gritos, com voz elevada.

²⁵⁰ “El Club de Santiago”. El Progreso, 23/03/1849. Azuzada significa incitar alguém a fazer algo, eventualmente contra outra pessoa.

partidos en Valparaíso, por temor de los amagos violentos de la muchedumbre excitada con los licores y el dinero de la oposición que tiene su base en el Club de Santiago”²⁵¹.

Do ponto de vista do periódico governista, depreende-se que o Clube de Santiago era uma organização secreta, cujos membros eram conhecidos apenas por rumores que davam conta de que haviam pertencido ao partido conservador. A situação de segredo jogava sobre a organização um aspecto de ilicitude, o que permitia imputar-lhe os temores de desordem nas eleições que tradicionalmente ocorriam através da compra de apoio, com dinheiro ou bebidas, entre a plebe para provocar distúrbios. Ao mesmo tempo, o artigo deixa claro que se trata de uma corruptela do partido conservador que não ousa declarar-se como oposição. Esse ponto parece decisivo, pois decorreria daí que os laços de lealdade e de filiação partidária, conforme estruturados no meio político chileno, já talvez não dessem conta da pluralidade e da diversidade de interesses em jogo, devido também à própria dinâmica social e política observada pelas suas expressões na esfera pública, como os jornais e as associações culturais, laborais, empresariais.

Esse ponto de vista é corroborado pela *Tribuna*, ao observar que em Santiago “formanse clubs en que bajo las vagas afinidades de los antiguos partidos se alistan los más notables de sus adeptos, y se preparan a tomar parte en la dirección de los negocios del Estado. Evidentemente nos hallamos al principio de una época de movimiento social”²⁵². A passagem consta no editorial de seu primeiro número, o que demonstra a relevância do tema e da sua apreciação pelo novo jornal, de modo a deixar claro a seu leitor sua perspectiva em relação ao assunto, já marcado pelas opiniões do *Progreso*. O conceito de clube político implicava o reconhecimento de uma relação partidária e ideológica instável, que comportava uma encruzilhada de discursos e práticas políticas que, ao que tudo indica, tornava-se extremamente complexa em fins da década de 1840 e buscava, no campo discursivo e prático, saídas para tais questões. A experiência republicana chilena, de uma imprensa livre, de liberdade civil de associação, de frequente recurso aos tribunais contra o governo, de rotinização das eleições, da organização de trabalhadores, perpassado, como se viu, de reações violentas do governo como decretação de estado de sítio, mandatos de prisão, exílios políticos que, contudo, não invalidavam o peso e a intensidade daquela experiência, enfim, com o passar da década a própria experiência política foi produzindo situações que a linguagem existente já não comportava, de modo que o uso do nome *club* vinha a contemplar essa demanda. Por

²⁵¹ “Conciliación”. El Progreso, 24/03/1849.

²⁵² “Sem título” Editorial. La Tribuna, 01/05/1849.

outro lado, *club* também pode ser entendido como uma organização ocasional, surgida de exigências específicas e que, eventualmente, opusessem ideologias ou partidos que respondiam por uma perenidade e constância que não permitiam movimentos mais rápidos e dinâmicos obtidos pela nova forma de organização. (Não é coincidência, como se verá no próximo capítulo, que Sarmiento e Alberdi, utilizem esse mesmo conceito para nomear seus agrupamentos políticos de exilados argentinos no Chile em 1852. Como um conceito que permitia indivíduos, com histórias políticas e ideológicas diversas, participarem em associações com uma finalidade muito específica e, portanto, com um prazo de duração esperável, aderirem a um clube ou outro.)

Outro elemento que reforça a perspectiva é o tipo de organização política verificada entre os trabalhadores e artesãos. Segundo o historiador James Wood, o movimento republicano popular, como ele nomeia as perspectivas avançadas desde o ponto de vista dos trabalhadores em distintos momentos da história chilena na primeira metade do século XIX, “manifestava-se em muitas formas distintas de associação que cruzavam linhas de classe”²⁵³, envolvendo proprietários de terra de classe alta em associações beneficentes, associações profissionais de classe média e artesãos que proliferaram no período. O serviço da Guarda Civil forçava o convívio de setores baixos, médios e altos nas casernas, onde acabou gerando um solo fértil para o desenvolvimento da cidadania, devido à questão do direito ao voto. De maneira vigorosa, Wood aponta que “a presença do movimento ideológico era gerada principalmente através dos jornais, os quais se tornavam cada vez mais sofisticados”²⁵⁴. Em novembro de 1850, Sarmiento atestava esse cruzamento social, ou cruzamento ideológico, ao tratar da ameaça de insurreição em Santiago que, segundo o autor, “principió en la Cámara de Diputados, por ser liberal y propietaria con Lastarria, ha terminado por ser democrática y socialista con Bilbao”²⁵⁵.

A observação remete à pluralidade política e ideológica presente no parlamento chileno, aspecto decisivo para sua compreensão do liberalismo, e que acabava por produzir uma interseção ideológica no movimento de crítica ao governo. No início da década de 40 essa interseção também ocorria, e viu-se a ascensão de elementos da oposição ocupando espaços importantes do governo, bem como setores liberais radicais

²⁵³ WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 5.

²⁵⁴ Ibid., p. 5.

²⁵⁵ “Candidatura Montt. ¿A quién rechazan y temen? A Montt. ¿A quién sostienen y desean? A Montt. ¿Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 35.

com espaço amplificado devido a essas relações complexas entre parlamento, imprensa e associações, próprias de regimes liberais. Naquele momento, no entanto, a hegemonia do governo e do ministério talvez fosse suficientemente forte e organizada para evitar avanços mais concretos, ou a organização da oposição sofresse de carências na relação com as bases sociais, e os movimentos de trabalhadores estivessem por demais sob tutela do governo, via Guarda Cívica. Sem dúvida, foi devido ao surgimento de uma esfera pública atuante e dinâmica, permeada por elementos populares, como periódicos e associações – sejam próprios dos trabalhadores ou voltados a eles, produzidos por setores médios ou das elites políticas, que por sua vez também detinham seus instrumentos de ação no espaço público, de tendências mais ou menos conservadoras ou liberais –, que esses encontros e conflitos de perspectivas produziram uma situação politicamente complexa como esta no fim da década.

Este arrazoado decerto contribui para a compreensão do cenário partidário e, neste sentido, para a compreensão dos campos de possibilidades de ação e de expectativas dos atores. Em janeiro de 1850, o parlamento preparava-se para votar o orçamento e reforma nos impostos. Novamente enfrentavam-se governo e oposição, liderada por Lastarria na câmara, e que ameaçava alterar as leis de cobrança de impostos para enfraquecer o governo que, por fim, obteria vitória.

A oposição, então liderada por Vial e Lastarria, tinha como alvo a queda do ministério Perez, e almejava ocupar seu lugar como caminho para a eleição presidencial. Por outro lado, a ausência de uma base popular para a oposição liberal e a derrocada política da *Sociedad de la Reforma*, fracassaram no intuito de congregar as forças políticas e sociais e dar corpo a uma oposição de fato, deixando caminho aberto para o surgimento de experimentos mais radicais longe do controle dos setores mais conservadores.

Nesse contexto, forma-se a *Sociedad de la Igualdad* em março de 1850, composta por ex-membros reformistas, além de Francisco Bilbao, que havia retornado da França em fevereiro, e Santiago Arcos, jovem liberal que estava no Clube da Reforma, e pretendia adotar no Chile o discurso de um republicanismo popular, de uma democracia radical, que havia vivenciado em Paris no período revolucionário de 1848.

Arcos e Bilbao eram as figuras dominantes nos primeiros momentos da Sociedade e buscavam promover uma agenda social de oposição. Em fins de abril, já se contavam duzentos homens, que se organizavam de forma descentralizada e democrática em comitês de bairros. Uma das propostas mais bem-sucedidas dos *Igualitarios* foi a

formação de escolas que os artesãos e trabalhadores pudessem frequentar ao fim do dia²⁵⁶. Como ocorrera com a maioria das associações que surgiram na década anterior, um jornal foi publicado para a difusão das ideias do grupo, *El Amigo del Pueblo*, editado por Eusebio Lillo, professor no Instituto Nacional²⁵⁷. Como se disse, os *Igualitarios* pretendiam impor uma agenda social que se sobrepusesse aos arranjos partidários conduzidos, até o momento, pelas elites.

Em seu segundo número, o editorial do jornal anota que a facção que governava então o Chile “ha dado grande importância a la palabra *orden* (...) es porque ella necesita también de la tranquilidad para mantenerse en el poder. Así como los propietarios quieren conservar sus riquezas”²⁵⁸. A retórica de oposição de classe remete ao periódico de Santiago Ramos de 1846, *El Pueblo*, que deixava muito clara a perspectiva de conflito que assumia abertamente. Se naquela ocasião não foram mais do que sete edições e que talvez teriam passado despercebidas, não fosse o julgamento a que foi submetido seu editor e suas consequências, no caso em tela, tanto o jornal quanto a associação já nasciam com grande repercussão. O recurso à linguagem virulenta fazia-se novamente presente na imprensa chilena: “esa facción no es partido conservador, ni partido del orden, ni partido pelucón – El pueblo que tiene un admirable instinto para distinguir la verdad de la mentira, ha llamado a la facción gobernante – GODOS”²⁵⁹. Para além do tema da reforma da Guarda Civil, que perpassou toda a década de 1840, e que ocupava grande parte dos membros da Sociedade, o jornal demandava reforma monetária, preços mais baixos para os alimentos, água limpa, habitações populares melhores e avanços nos serviços sanitários. “Articulando esses tipos de demandas, a Sociedade da Igualdade movia-se para além do âmbito das campanhas eleitorais tradicionais e começava a abrir questões fundamentais de classe”²⁶⁰.

Os conservadores responsabilizavam a inação do ministro Perez pela formação e crescimento da Sociedade da Igualdade, que aumentava de tamanho e de repercussão no espaço público. Em meados de abril, Perez, Garcia Reyes e Tocornal apresentaram renúncia. Nesse momento, a oposição, Vial e Lastarria, esperavam que Bulnes fosse

²⁵⁶ Cf. WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, pp. 195-7

²⁵⁷ Chamaria atenção, uma vez mais, para a convivência de elementos da oposição ocupando espaços em setores importantes do funcionalismo público e em cargos eletivos. Montt, durante o ministério de Vial, ocupou a presidência da Câmara de deputados.

²⁵⁸ “El partido que gobierna y su nombre”. *El Amigo del Pueblo*, 02/04/1850.

²⁵⁹ *Ibid.* Vale notar que Sarmiento se remete ao mesmo adjetivo para nomear os *pipiolos* em 1841.

²⁶⁰ Cf. WOOD, J. *op. cit.*, pp. 198.

recorrer à maioria do parlamento para formar o novo ministério. Também os membros da Sociedade da Igualdade esperavam por essa nomeação. Ou ao menos por alguma que satisfizesse seus interesses políticos imediatos, conforme se verificava nas perguntas que se lançavam contra o presidente após este haver nomeado António Varas para o ministério: “Que [Bulnes] diga por qué no respeta el sistema representativo, entregando el gobierno a la mayoría, y dejándolo siempre en manos de ese club liberticida”²⁶¹. A nomeação de Varas (que havia perdido a eleição para o candidato governista no ano anterior na cidade de San Fernando), aliado de primeira hora de Montt, para o ministério do interior, deixava clara a opção de Bulnes por Montt para a candidatura do ano seguinte. Como se disse, a antecipação do lançamento de um candidato de oposição precipitava uma crise interna ao governo pela necessidade de tomada de posição e formação de alianças. E, neste sentido, Montt, apesar de ser um nome forte entre os conservadores, sofria enorme resistência entre os opositores, por evidente, mas também entre os conservadores mais jovens, que lhe imputavam a marca do estado de sitio de quatro anos antes.

9 - O papel do ministro do interior.

As acusações contra Montt e Varas, até aqui, de certa forma, mantinham-se no interior de uma retórica violenta que era conhecida dos periódicos, panfletos e volantes chilenos, embora estivesse suprimida desde 1841, com algum resquício em 1843, e voltava agora com força em 1849. Sob o impacto da nomeação de Varas, o periódico parecia avançar um limite mais, além daquele do campo social, agora no interior do discurso político. “Jamás ha habido en Chile una administración más desgraciada de la del general Bulnes (...).”²⁶². Com essa passagem, os articulistas ultrapassavam uma barreira que até aqui se havia mantido intocada e que já fora apontada em outros momentos. Por primeira vez, partindo de um grupo político que tivesse alguma pretensão partidária-eleitoral – e vale lembrar que ao lado dos grupos mais radicais também estavam presentes antigos membros do *Club de la Reforma*, de base vialista, que enxergavam nos *Igualitarios* um acesso a bases populares que não haviam podido alcançar com a formação anterior –, por primeira vez, enfim, atacava-se a figura do presidente de forma aberta. A

²⁶¹ “Administración Bulnes”. *El Amigo del Pueblo*, 22/04/1850.

²⁶² *Ibid.*

nota pode parecer trivial à primeira vista. Ela guarda, porém, um elemento da conformação política chilena importantíssimo para a manutenção dos arranjos políticos.

Como se viu até aqui, a figura do ministro do interior ocupava um papel central no jogo partidário e eleitoral, como agente articulador de coligações e alianças; sendo por vezes, ele mesmo, peça dessa engrenagem de conciliação entre forças políticas rivais. Foi assim com a nomeação do Irarrázaval, de Montt e de Vial. Os últimos eventos expostos demonstraram a tensão e os ataques a que o ministério Perez esteve submetido e, devido a uma conjuntura específica, foi derrubado, com a ascensão de Varas – Montt, numa nova tentativa do governo de rearranjar as forças políticas e sobreviver ao fim do mandato. Digo isso, porque a ameaça de guerra civil, de conflitos partidários armados não são estranhos, como se sabe, à história das ex-colônias espanholas; tampouco à história chilena. Acredito que os arranjos e conflitos políticos vividos nos anos 1830-1840, anos em que se mantiveram as rotinas institucionais republicanas, não excluíram o recurso à violência por parte do estado nas eleições e decretações de estado de sítio. De modo que, a ação política envolve uma disputa pelo poder na qual a possibilidade da guerra e da violência estariam sempre como potencialidade. Com isso quero dizer que as estratégias, arranjos e formas políticas adotadas pelo partido conservador diziam mais respeito a esse conjunto de problemas reais de manutenção do poder, do que à realização de determinados princípios liberais ou instituições republicanas como uma exigência ideal ou fatal do desenvolvimento da história política chilena.

Com esse preâmbulo, gostaria de introduzir um conjunto de artigos do *Progreso* de junho de 1849, ou seja, período de processo para a saída do ministro Vial e entrada do ministério Perez. Como dito anteriormente, esses artigos não são de Sarmiento ou Alberdi. Compõem, porém, o contexto discursivo em que se moviam. Assim, parece-me de grande relevância discuti-los.

Em meio aos dias em que se fazia a troca de ministérios, o redator do *Progreso* apresentava um conjunto de textos bastante interessante do ponto de vista da instalação do republicanismo, no sentido da conceituação do funcionamento empírico das engrenagens políticas reais na relação entre ministério e presidência.

Las revoluciones pacíficas del sistema republicano representativo consisten en la observancia de un principio tan sencillo como es grande en sus resultados: el gobierno se compone de un presidente inamovible por cierto número de años, y de varios ministros amovibles, según la voluntad del jefe del Estado. Recordamos esto a propósito de la crisis gubernativa que acaba de terminar (...).

La Presidencia es un poder eminentemente conservador, que jamás debe mezclarse en la lucha de los partidos.

El Ministerio es un poder esencialmente administrativo, cuya renovación es la válvula de seguridad de las constituciones.

Haced que los Ministros sean simples expendarios de las órdenes del Presidente y la renovación del Ministerio, cesará de ser un recurso salvador de las crisis gubernativas.

Estas verdades que son del dominio del sentido común han sido perfectamente comprendidas por la oposición de ayer.

El Presidente puede gobernar con todos los partidos que hay en Chile llamándolos al ministerio sin que por esto pretendamos decir que un Presidente Republicano deba hacer lo que se aconseja a los reyes constitucionales: *ahorcar el ministro de hoy con los intestinos del ministro de ayer*. (...) que se respete la Presidencia como un poder conservador, para no hacerlo solidario de la lucha de los partidos; para que sea posible la renovación de los ministerios; para que no se cierre esta válvula de seguridad²⁶³.

A extensão da passagem justifica-se pela riqueza conceitual que apresenta. O autor produz uma síntese da relação entre os titulares dos poderes executivos, entre estes e os partidos, e entre aqueles e os cidadãos detentores da soberania. Movido pela crise ministerial que justo recebia um desfecho dias antes, o autor observa o sistema representativo republicano repousar sobre a existência de um presidente imóvel pelo seu período de mandato e por ministros movíveis. Ou seja, ao partir de um dado concreto, evitava-se a derivação para a busca de um modelo francês, inglês, norte-americano, como os em geral esboçados na imprensa quando se fazia necessário expor e defender a forma política chilena. As revoluções pacíficas referem-se, justamente, às mudanças de governo sem convulsões sociais, que são absorvidas pelo ministério, considerado como “válvula de segurança” (o autor usa por duas vezes a expressão) da constitucionalidade, da institucionalidade, do respeito e da possibilidade de manutenção do regime constitucional. Essa ideia já vinha sendo apresentada ao longo da pesquisa, conforme se apresentavam as situações específicas. Aqui, contudo, o editorialista parece realizar um esforço de síntese relevante no espaço do jornal, o que intensifica o caráter performático da ação do texto nesse contexto, bem como das leituras feitas por Alberdi e Sarmiento nesse mesmo sentido.

O papel ativo do ministério é o que permite a sobrevivência do presidente, ou seja, é porque se disputa e se percebe, pelo senso comum, a importância do papel do ministério na condução do governo que aí se concentram os esforços, os ataques e as pressões, resguardando o lugar presidencial como um poder conservador das instituições e acima

²⁶³ “La Presidencia, El ministerio y los Ministros”. El Progreso, 14/06/1849.

das disputas partidárias, de modo que a conciliação dos focos de tensão e a formação de governos de coalizão, incorporando representantes de grupos opositores, revelou-se nestes anos um recurso fundamental da manutenção do poder no interior do sistema republicano liberal.

Quando se disse acima, a partir de uma passagem de Simon Collier que as dissensões no interior do governo Prieto-Portales, com o caso dos Filopólitás, explicitavam um aspecto da precariedade do regime portaliano, encarado pela historiografia tradicional como um regime de força, de coesão e estabilidade, visava-se explicitar a relativa fragilidade e as dificuldades que o regime enfrentou, chegando mesmo a ser assassinado em uma emboscada, o que divergiria dessa interpretação da unidade, da força e da coesão daquele governo. Agora, pode-se pensar, mesmo que a título de proposta, posto que não faz parte do escopo da pesquisa este tema, a frágil fortaleza de Portales, para usar um título de Jocelyn-Holt²⁶⁴. Não no sentido que o citado historiador usa, quando se refere às instituições estatais e suas relações com a sociedade civil, mas sobre a condição do ministro do interior como uma entidade necessariamente frágil. Ou, para não incorrer em anacronismos ou teologismos, uma entidade que, uma vez que se mostrou frágil, e que por isso mesmo permitiu-se a continuidade do governo Prieto, uma vez substituída, foi incorporada no discurso político chileno dessa forma. De modo que, ao longo dos anos 1840, esse experimento foi-se consolidando, com maior ou menor eficiência, mas ao ponto de poder ser incorporada em uma trama conceitual, de forma intuitiva no início da década, quando Sarmiento falava das coalizões, e de forma objetiva agora no artigo citado.

Em outro artigo que compõe o mesmo conjunto de temas, o editorial do *Progreso* responde ao *Comercio de Valparaíso* que, aparentemente em meio à crise ministerial e à resistência a aceitar a saída de Vial, sugere que o presidente no Chile governa só, sem a necessidade de ministros. O diário de Santiago passa então a listar os ministros e a associá-los a um importante legado para o país: Portales organizou o governo e a administração em Chile; Egaña, organizou a legislação; Irrázaval, “imprimió al ministerio el sello de su carácter” (conciliador era a marca que repetidamente se atribuía a ele); “Montt dirigió la política de gabinete de que fue el alma ya que dió su nombre”; “Vial ensayó por primera vez el sistema de las garantías constitucionales”²⁶⁵.

²⁶⁴ JOCELYN-HOLT, A. *El peso de la noche. Nuestra frágil fortaleza histórica*. Buenos Aires: Ariel, 1998.

²⁶⁵ “El Gobierno en Chile”. *El Progreso*, 18/06/1849. As citações seguintes são deste artigo.

Y es de tanta fuerza estos hechos que sin que la Constitución haya creado un primer ministro en Chile, el primer ministro existe entre nosotros de hecho, lo que va creando un derecho. El ministro del interior es entre nosotros el primer ministro y se considera como el jefe natural del gabinete²⁶⁶.

Um ano depois, já em meio à turbulência causada pelas manifestações da *Sociedad de la Igualdad*, Sarmiento lançaria um panfleto-manifesto em defesa da candidatura de Manuel Montt à presidência. Entre outras análises sobre o desenvolvimento político da sociedade chilena, Sarmiento aponta que, devido ao fato de os generais Prieto e Bulnes, homens proveniente do exército,

pero no reconocidos por el público como hábiles políticos [,] tuvieron, pues, la necesidad ambos de tener a su lado un político, un primer ministro que diese impulso y dirección a la marcha de los negocios. Esta imperfección necesaria (...). Ser Ministro en jefe, era ser Presidente a los ojos del público. Así no se ha hablado hasta hoy sino del Ministerio de Septiembre, del Ministerio de Abril, del Ministerio de Junio²⁶⁷.

10 - Crise política como crise social, as eleições de 1851

Mesmo antes da nomeação de Varas, o *Amigo del Pueblo* já apontava Montt como o líder entre os conservadores, como nesta passagem de dois de abril: “Hay en Chile una facción liberticida compuesta de unos pocos hombres, cuyo espíritu y cuyos intereses están ahora representados por don Manuel Montt”²⁶⁸. No dia seguinte à nomeação de Varas, que “sube al poder sobre los hombros de Montt”, declarava abertamente o *Amigo*: “¡Ministerio Varas, los republicanos de Chile te declaran desde hoy la guerra!”²⁶⁹. Após a saída do ministério Perez, *A Tribuna* passa a dar suporte ao nome de Montt na imprensa, que mantinha o clima bélico contra o governo Bulnes mesmo sem sua candidatura ser oficializada.

Em novo artigo, *El Amigo* associava Manuel Montt aos “vagabundos argentinos”, que “han puesto oficinas públicas para escribir y atacar el general Rosas”²⁷⁰. O alvo do

²⁶⁶ “El Gobierno en Chile”. *El Progreso*, 18/06/1849. As citações seguintes são deste artigo.

²⁶⁷ SARMIENTO. “Candidatura Montt. ¿A quién rechazan y temen? A Montt. ¿A quién sostienen y desean? A Montt. ¿Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 45.

²⁶⁸ “El partido que gobierna y su nombre”. *El Amigo del Pueblo*, 02/04/1850.

²⁶⁹ “El ministerio”. *El Amigo del Pueblo*, 20/04/1850.

²⁷⁰ “Inmoralidad y corrupción del partido retrógrado”. *El Amigo del Pueblo*, 04/04/1850.

jornal voltava-se também contra Sarmiento, quem era identificado como o principal aliado de Montt entre os publicistas, por favorecer seus ataques contra Rosas desde Chile. “¿Quién es el primer amigo, el padre el protector de don Domingo Faustino Sarmiento? – D. Manuel Montt (...), lo favorece así, hasta el extremo de traicionar el país por él, porque ese Sarmiento es el mejor apoyo de Montt y del partido del gobierno”²⁷¹. Por fim, o artigo expunha a configuração da imprensa, em seu viés partidário, onde se constata, outra vez mais no período, a importante presença de escritores estrangeiros, sobretudo argentinos na imprensa chilena, e ao mesmo tempo reforça a leitura de que Montt liderava o partido conservador, “Sarmiento, Gomez y Gutierrez son los escritores argentinos que de algunos años acá defienden con sus escritos calumniosos la tiranía, la corrupción, la inmoralidad de ese partido retrógrado que encabeza el señor Montt”²⁷².

No início de junho de 1850, o periódico deixa de circular e é substituído por *La Barra*²⁷³, como veículo de expressão dos setores mais democráticos entre os liberais e da *Sociedad de la Igualdad*, adotando, no entanto, um tom mais moderado que seu antecessor, devido, possivelmente, à presença dos Vial, o que poderia sugerir uma possível necessidade de encontrar apoio nos espaços mais moderados da sociedade.

Em 19 de outubro de 1850, o partido conservador designava oficialmente a Manuel Montt como candidato a presidência no ano seguinte. A resistência a Montt, como foi visto, era grande, mesmo no lado conservador. Segundo Collier, Antonio Garcia Reyes e Manuel Antonio Tocornal, entre outros, se recusaram a assistir à reunião “en que Montt fue formalmente nominado y en la que de acuerdo a lo informado a García Reyes por un amigo, ‘ninguno de los circunstantes se atrevió a pronunciar la palabra mágica, Montt’, y se habló de él solo indirectamente”²⁷⁴. Também *La Barra* corroborava essa opinião, ao relatar a reunião em que se esperavam duzentos partidários, mas teriam comparecido somente dezoito “hombres que a fuerza del dinero quieren imponer al país a Montt por candidato. Que farsa! Que ridículo!”²⁷⁵. Também entre os conservadores estava longe de haver unanimidade em torno de Montt.

²⁷¹ “Inmoralidad y corrupción del partido retrógrado”. *El Amigo del Pueblo*, 04/04/1850.

²⁷² *Ibid.*

²⁷³ Foi redigido por Manuel Bilbao, Eusebio Lillo, Fernando Urizar Garfias e os irmãos Vial. Cf. BRISEÑO, R. *Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876*: impresos chilenos, publicaciones periódicas. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965, p. 36.

²⁷⁴ COLLIER, S. *La construcción de una república, 1830-1865*: política e ideas. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2008, pp.135-6.

²⁷⁵ “Doscientos convertidos en dieciocho”. *La Barra*, 23/10/1850.

Poucos dias depois, ocorreria uma grande mobilização dos *Igualitarios* nas ruas de Santiago, a qual foi seguida de medidas repressivas pela municipalidade. Obrigava-se, segundo relata *La Barra*, que “los directores de esa asociación o a los que de cualquier modo invisten autoridad, para que se presenten a pedir permiso a la Intendencia con le objeto de ser responsables hasta del último desorden que se cometa en la Sociedad”²⁷⁶. Após a reunião que ocorreu mesmo sem a licença municipal, se publicavam as seguintes linhas: “La Sociedad de la Igualdad celebró ayer su sesión solemne. Tres mil ciudadanos demócratas llenaron el local (...). Se intentó destruir la gran asociación; pero ella alzó más enérgica en el peligro y há logrado imponer a los déspotas jesuitas”²⁷⁷. A seguinte avaliação, feita pelo periódico *La Reforma* parecia encontrar eco nos últimos eventos,

La revolución está hecha en toda república, sólo falta un acontecimiento que la sancione: ¿quiere la facción ministerial que este acontecimiento sea sangrento? Quiere ella exponerse a que el pueblo rompa todos los diques del orden y regularidad para manifestar su valor y su poder? Ese partido aristocrático estando en el poder ha palpado él mismo su nulidad, teme al pueblo (...); no hay más puerto para él que la resignación²⁷⁸.

A notícia, entretanto, repercutia entre liberais e igualitários, temendo por uma ação mais violenta do governo, como sugeriam “esas órdenes amenazadoras, ese acuartelamiento de soldados (...), ese bando publicado bajo el amparo de las bayonetas (...), esas misteriosas reuniones de los ministros y Montt con el presidente de la República”²⁷⁹. Segundo o relato crítico de Sarmiento das manifestações da *Sociedad*, “Bilbao ha puesto a la moda, ha hecho el objeto de la conversación pública, de la curiosidad general, y aun el asunto dominante, su club con sus paseos alarmantes y sus símbolos socialistas”²⁸⁰. Enfatizava assim uma dimensão espetacularizada das procissões realizadas pelos *Igualitarios* que acabavam por atrair a atenção da população, que contribuía por avolumar as manifestações e, ao mesmo tempo, quando havia a presença das forças policiais, tendiam a apoiar aqueles que desafiavam o poder estabelecido. Sarmiento contribuía para uma percepção ampliada do ambiente, ao apresentar o ponto

²⁷⁶ “Ataque a la Sociedad”. *La Barra*, 26/10/1850.

²⁷⁷ “Sesión solemne de la Sociedad de la Igualdad”. *La Barra*, 29/10/1850.

²⁷⁸ “La Revolución consumada”. *La Reforma*, 23/10/1850.

²⁷⁹ “Sesión solemne de la Sociedad de la Igualdad”. *La Barra*, 29/10/1850.

²⁸⁰ “Candidatura Montt. A quién rechazan y temen? A Montt. A quién sostienen y desean? A Montt. Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 29.

de vista da presença no espaço público da Sociedade da Igualdade, do transtorno e da centralidade que suas mobilizações produziam.

Ao fim daquela que havia sido sua maior manifestação, a *Sociedad* “lançava seu manifesto mais politizado (proclamado por três mil membros): “La Sociedad de la Igualdad rechaza la candidatura Montt”²⁸¹. Na mesma sessão de 28 de outubro, Lastarria, a liderança vialista, publicava seu plano para a administração seguinte, “Bases de la Reforma”²⁸². O clima de apreensão era perceptível na imprensa. Um artigo de *La Reforma* ponderava sobre a atuação dos *Igualitarios* e a reação esperada da opinião pública e do governo, pois “la *Sociedad de la Igualdad* de la capital es la que excita al presente sus alarmas, y parecen desconocer que toda república se agita contra ellos en el mismo sentido”²⁸³.

Em reação a essas publicações, Sarmiento lançaria um severo ataque à imprensa e à leniência do governo em relação às ações sediciosas praticadas por esta e suas associações. É bastante relevante a análise que Sarmiento faz do papel da imprensa neste contexto, em que tanto o governo Bulnes quanto seu candidato, Montt, são continuamente acusados de autoritarismo. Sarmiento considera que “por más que parezca una paradoja, el desempeño de los diarios muestra más que nada que hay en este momento un despotismo en Chile contra el cual las leyes son impotentes. Este despotismo está en la prensa”²⁸⁴. Apontando para um aspecto que se vinha desenhando desde o início da década, que é a relação entre o associacionismo e a imprensa, como que a imprensa produz e alimenta espaços de organização da sociedade civil e, por outro lado, como as associações, das mais diversas origens, buscam o papel, o panfleto, o periódico como formas de afirmação e de legitimação no espaço público, Sarmiento seguia sua análise sobre a relação entre a Sociedade da Igualdade e suas publicações, *El Amigo del Pueblo* e *La Barra*, observando que “la prensa no es solo un poder absoluto despótico, violento, criminal en sus propósitos y su lenguaje, sino que se ha convertido en acción, en fuerza numérica”²⁸⁵.

²⁸¹ WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, p. 218.

²⁸² Bases de la Reforma por los diputados Lastarria y Errázuriz. Santiago: Imprenta del Progreso, 28/10/1850.

²⁸³ “La Revolución consumada”. *La reforma*, 23/10/1850.

²⁸⁴ “Candidatura Montt. A quién rechazan y temen? A Montt. A quién sostienen y desean? A Montt. Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 30.

²⁸⁵ *Ibid*, p. 30.

Diante do clima de tensão e de oposição generalizada contra Montt, Sarmiento lança um panfleto no qual defende sua candidatura. O título do texto é eloquente em relação à compreensão política do momento. ¿A quién rechazan y temen? A Montt. ¿A quién sostienen y desean? A Montt. ¿Quién es entonces el candidato? Montt”²⁸⁶. Apesar de não ter sido publicado em um periódico, decidi por analisar brevemente este panfleto, lançado em início de novembro, posto que se inseria no mesmo circuito de impressos e direcionado pontualmente para um tema que ganhava um exaltado ânimo nos últimos tempos. O título deixa evidente que Sarmiento partia da perspectiva liberal mais formal, em que, apostando na manutenção da ordem institucional, verificava-se a imposição do nome de Montt pelo partido conservador, sem que nenhum outro nome pudesse, uma vez mais, ter sido lançado pela oposição. Daí que para o autor, assumindo a voz do partido governista, em que era interessante esvaziar as tensões políticas, argumentava que, sobre a situação em Santiago, não se tratava nem de uma revolução, nem de eleger um presidente. Segundo o sanjuanino, o problema de Santiago, e do Chile em geral, era econômico, posto que os governos não conseguiam investir no desenvolvimento comercial, nas reformas comerciais que destravassem os protecionismos no avanço de infraestrutura, de modo que, concluía, “el mejor candidato para Santiago es un camino de hierro, y por él daremos nuestro voto”²⁸⁷. Assim, Sarmiento deslocava o foco dos conflitos e do questionamento da arena política para a arena econômica, num esforço de desinflar as pressões partidárias, e concentrar esforços na lógica do liberalismo econômico, segundo o qual “este nuestro candidato se aleja ante todo país que le habla de revueltas, porque ante todo pide paz, paz, paz. Y camino de hierro no anda entre los clubs y las farsas políticas”²⁸⁸.

Com ironia, Sarmiento pergunta à Sociedade da Igualdade quem ela indicava como candidato, ao que respondia, reproduzindo um trecho de seu manifesto contra Montt citado anteriormente, “la Sociedad de la Igualdad rechaza la candidatura Montt, porque representa los estados de sitio (...)”. Também vai buscar um candidato nos periódicos de oposição, *Progreso* e *Barra*: “Todos candidatos son buenos menos Montt”. “Es decir, no hay más candidatos a la Presidencia que Montt. Esto se llama autoridad, se llama poder”²⁸⁹. A linha defendida por Sarmiento mantinha uma ambiguidade própria da

²⁸⁶ “Candidatura Montt. A quién rechazan y temen? A Montt. A quién sostienen y desean? A Montt. Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 21.

²⁸⁷ Ibid., p. 25.

²⁸⁸ Ibid, p. 25.

²⁸⁹ Ibid, p. 39.

propaganda desde o ponto de vista do candidato do governo, que ia no sentido de tirar o peso do nome do candidato, porque sabia que “poquísimos (...) apoyan a Montt con calor”²⁹⁰, e insistir que não vale a pena “llevar al país al borde de un abismo, cuestión tan insignificante”, uma vez que o tema da estabilidade seria o eixo sobre o qual se realizaria o desenvolvimento econômico, motivo de toda a inquietude que se verifica em Santiago. Nesse sentido, ao largo da questão partidária, seriam naturalmente os partidários de Montt “todos los labradores, comerciantes y artesanos que necesitan tranquilidad (...). Todos los capitalistas que desean emprender (...). Todos los que esperan del tiempo y de la tranquilidad las reformas que cada día la necesidad viene indicando”²⁹¹.

Como se verá adiante, as ações feitas pelo governo Bulnes, como a decretação de estado de sitio em início de novembro na cidade de Santiago e Aconcagua, e os levantes militares da oposição, contribuíram para a formação de um cenário de instabilidade em que Montt aparecia como um recurso eficiente àqueles conservadores desconfiados de seu nome. Ao fim, a eleição de Montt, em junho de 1851, ocorreria sem maiores problemas, o que não foi o caso absolutamente dos dez anos de seu governo.

O texto de Sarmiento ressaltava com veemência o tema da ordem em função do desenvolvimento do liberalismo econômico e um apelo, conforme Alberdi fez tantas vezes, em nome do esvaziamento da política. A condenação dos democratas radicais, dos igualitários, era movida por uma questão política de rejeição de seus princípios, mas também porque enxergava em sua propaganda uma possibilidade de convulsão social, de guerra civil. Quer dizer, as transformações sociais defendidas por Sarmiento, como a expansão da educação popular, da educação de adultos como caminho para a expansão da cidadania, da consolidação de um estado laico, mas também, a garantia da estabilidade institucional, o respeito à constituição, a manutenção das liberdades republicanas, estavam submetidas a uma ordem conservadora. Por fim, talvez se vislumbraresse aqui, com a possibilidade da eleição de Montt, um caminho para Sarmiento ocupar algum cargo. Em novembro de 1850, quando escreve esse panfleto e organiza o espectro político chileno a favor de Montt, não estava dado o câmbio histórico que se realizaria na Confederação Argentina algum tempo depois. De modo que seria permitido supor o quanto essa candidatura tinha de envolvimento pessoal para Sarmiento.

²⁹⁰ “Candidatura Montt. A quién rechazan y temen? A Montt. A quién sostienen y desean? A Montt. Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII, p. 42.

²⁹¹ Ibid, p. 44.

“Por nuestra parte tenemos el convencimiento de que si las instituciones salen ilesas en Chile de la prueba que les reserva el año 1851, quedarán definitivamente aseguradas y su estabilidad no correrá nuevos peligros en lo sucesivo”²⁹². A passagem do *Mercurio*, escrita recém empossado o novo ministro Varas, e sob os efeitos das primeiras críticas na imprensa, refletia bem a apreensão que tomava conta de órgãos do governo, e demonstrava um fenômeno interessante observado nesse momento que pode ser descrito como uma antecipação do futuro, como foi mencionado no caso da indicação de candidato à presidência pelo *Progreso* em fins de 1849. Aqui, me parece, que do ponto de vista do governo, tratava-se de criar uma narrativa para o futuro político do Chile sustentada na ideia de ordem segundo a qual, uma vez garantida a pacificação no presente, se garantiria a estabilidade futura. O artigo, de abril de 1850, criava já a expectativa das eleições de junho 1851 – coisa que, como se disse, não ocorrera nos outros pleitos presidenciais –, atrelando, sem mencionar, a possível superação das previsíveis dificuldades à resolução dos problemas do momento. Quer dizer, o reconhecimento por parte do periódico dessa aceleração dos acontecimentos (pois a vida pós-eleitoral de 1851 era tema em 50), inseria-se em um contexto discursivo em que as relações entre tempo político e expectativa do presente eram compartilhadas no público pelos agentes em jogo, na imprensa e também nas associações políticas. Os acordos entre os partidos eram menos duradouros, as possibilidades de conciliação e de consenso rareavam conforme novos sujeitos apareciam na arena, e a disputa pelo poder ficava permeada por elementos mais difíceis de conciliar com os grupos sociais tradicionalmente no poder, como a presença de artesãos e trabalhadores organizados em função de uma agenda própria (e, supostamente, a mobilização dessas demandas também por partidos e grupos políticos de oposição ao partido conservador).

Essa antecipação dos acontecimentos, no campo do discurso, trazia uma consequência a princípio negativa para o partido no governo, pois desencadeava uma série de críticas e de crises, em função de eventos que ocorreriam no futuro, e que acabavam por pautar as ações do governo no presente, como, por exemplo, a defesa do nome de Montt como candidato, num cenário amplamente desfavorável ao lançamento de sua candidatura. Como defesa a esses movimentos, reagia o mesmo *Mercurio*, em um artigo que analisava a revolução de 1848 na França, clamando aos “hombres de todos partidos: la revolución de febrero y la reacción que la ha pisoteado son dos grandes lecciones que

²⁹² “Organización del ministerio y su marcha”. El Mercurio, 08/04/1850.

debéis estudiar en Chile”²⁹³. Segundo o mesmo articulista, “la reacción ha perdido el pudor en Europa. Marcha abierta y escandalosamente a derribar los últimos vestigios de la república y lo baluartes de la libertad”²⁹⁴. E por fim, concluía, tentando apaziguar as críticas que vinham do *Amigo del Pueblo* dirigidas a Bulnes e a Montt, relembrando aos seus leitores que a república chilena possuía “sin límites los tres grandes agentes de la reforma, el sufragio, la tribuna y la prensa. Las dos últimas libertades sobretudo son completas y absolutas en Chile”²⁹⁵, assentando assim que a radicalização feita pelos socialistas na revolução de junho não apenas apagou os ganhos propostos pela revolução de fevereiro, mas abriu caminho para a reação generalizada no continente europeu, e que o Chile, como pontuaram diversas vezes Alberdi e Sarmiento, não necessitava passar por revoluções, pois já vivia um regime republicano e liberal.

No campo político formal, setores da oposição liberal, ligados a Vial e Lastarria, organizados sob o nome de *Partido Progresista* – organização que duraria entre outubro de 1849 e agosto de 1851 –, empreendiam forte ofensiva contra o governo. Em julho de 1850 Frederico Errázuriz apresentava no congresso uma proposta de reforma constitucional, elaborada por Victorino Lastarria, e apoiada por José Joaquín Vallejos, onde se alegava que “la constitución de 33 ha hecho ya su tiempo y que por tanto debe reformarse”²⁹⁶, alterando fundamentalmente as relações entre os poderes. O projeto propunha reduzir os poderes do presidente e do executivo nacional, ampliando os poderes dos municípios e da câmara de deputados, que passariam a ter a prerrogativa de cancelar as nomeações de bispos e militares feitas pelo presidente, e a Corte Suprema passaria a ser eleita a cada cinco anos pelos mesmos eleitores para presidente. O presidente perderia o direito de nomear intendentes e governadores, que passariam a ser indicados pela província e municipalidade, e de declarar estado de sítio, senão com acordo de dois terços do congresso. Deve-se incluir no conjunto dessas reformas, aquela eleitoral apresentada por Lastarria e que visava restringir o número de votantes pelo aumento das exigências censitárias. Mesmo com a negação do projeto pelo parlamento em agosto, deve-se considerar a disputa entre legislativo e executivo, e os apelos à opinião pública contra as alegadas ações autoritárias do governo.

²⁹³ “Lecciones europeas”. *El Mercurio*, 27/04/1850.

²⁹⁴ *Ibid.*

²⁹⁵ *Ibid.*

²⁹⁶ Extraído da exposição feita por Lastarria do projeto defendido por Errázuriz, *apud* BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 463n.

Outra fonte de conflitos que reverberava na presidência e no ministério, ocorreu na província de Aconcagua, onde “la oposición era dueña de casi toda municipalidad y de la mayor parte de los cargos subalternos de la administración”²⁹⁷, e um periódico local em agosto de 1850 lançava-se numa dura campanha contra o intendente, ligado ao governo central. Ocorreu que o periódico não teria cumprido as exigências legais estabelecidas pela lei de 1846, e começou a funcionar sem as autorizações devidas, ocasionando a prisão de seu editor, Ramon Larra, pela intendência sob esta mesma lei. Esse evento passou a mobilizar forças políticas em Santiago, opondo o ministro do interior à câmara de deputados, onde se apresentou uma denúncia contra os abusos do intendente, que foi aprovada pela câmara, por iniciativa do acusador, deputado Fernando Urizar Garfias²⁹⁸. Em 23 de agosto, isto é, após a invasão das tropas policiais à reunião dos *Igualitarios*, a câmara de deputados acolhe a denúncia contra o intendente; seria a primeira vez que o senado procederia ao julgamento de um membro do executivo desde 1833, fato que era exaltado pela defesa do intendente, feita pelo deputado e ex-ministro Antonio García Reyes. Por fim, o intendente seria absolvido pelo congresso, não sem o voto condenatório de Errázuriz²⁹⁹.

No mesmo dia do julgamento, no início de setembro, tropas policiais prenderam membros da Sociedade da Igualdade, inclusive o proprietário da gráfica do periódico que deu origem a todo processo, com um carregamento de armas em direção à cidade de San Felipe, capital da província de Aconcagua (o que foi contestado pela imprensa opositora). *La Barra* afirmava que as prisões haviam sido arbitrárias, e que “el gobierno hace aprestos militares, envía jefes y soldados a la provincia de Aconcagua, acuartela los guardias nacionales y se prepara como para un combate sangriento”³⁰⁰.

Em meio a uma profunda agitação promovida pela Sociedade da Igualdade, e sublevação de guardas cívicos e partidários da oposição em San Felipe, no início de novembro o governo Bulnes decreta estado de sítio por setenta dias nas províncias de Santiago e Aconcagua, devidamente aprovado pelo Conselho de Estado.

Neste sentido, note-se que a todo o momento trata-se de um contexto político que se movia a partir de uma linguagem de base republicana e liberal. Mesmo a defesa do

²⁹⁷ BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t. II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, p. 464.

²⁹⁸ Ligado aos *Igualitarios*, redator de *La Barra* e futuro proprietário do importante periódico da segunda metade do século, El Ferrocarril.

²⁹⁹ Cf. BARROS ARANA, D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913, passim. 485-487.

³⁰⁰ “Terror y tiranía”. *La Barra*, 14/09/1850.

estado de sítio proclamado sob os auspícios de Montt era tingido de legalidade e procedimentalismo, o que, do ponto de vista de Sarmiento, marcava uma grande diferença entre o sítio e as faculdades extraordinárias ou a soma do poder público. Este último seria “el derecho del gobernante de cometer todos los crímenes y valerse de todos los medios que las leyes castigan con el último suplicio (...) sin otro trámite ni otra causa que una orden del autócrata”³⁰¹. Já o estado de sítio, “es una ley que suspende temporariamente la seguridad individual, sin comprometer la vida ni la propiedad de los ciudadanos”³⁰², que possuía um prazo estabelecido em lei, devia passar pela aprovação do congresso ou do conselho de estado, de modo que se diferenciavam os governos selvagens dos povos cultos e civilizados.

Faço esse percurso por um aspecto mais factual da história política e institucional do contexto com o objetivo de ressaltar os diversos níveis ou camadas de fissuras, e ao mesmo tempo de análises, que esse tema demanda. A exposição exaustiva das fontes e dos debates pela imprensa é ela mesma matéria de formação do republicanismo, porque nele se debate a política e porque por meio dela se faz política. Somente com a construção de um contexto de disputas e conflitos em diferentes níveis e diante de situações concretas, se extrai essa experiência do convívio com experiências em uma sociedade com instituições republicanas e se formulam discursos para se lidar com problemas e questões que emergem daí. Como é o tema da tese, as repercussões dessas experiências para a elaboração de projetos para a Argentina e, como se viu no caso de Alberdi, para a reelaboração das representações políticas foram fundamentais nesse período. Os efeitos produzidos nos sujeitos, nos espaços sociais e nas suas representações, remetem, uma vez mais à noção de uma outra margem mediada por um rio que realiza esse trânsito, de forma turbulenta, sinuosa, que por vezes fica na iminência de interromper o contato, e que inevitavelmente interfere e sofre interferências dessas margens na sua passagem.

Acredito que haja uma profunda complementaridade entre esse aspecto formal, institucional, e todo o cenário de mobilizações populares analisado anteriormente, no sentido de uma base republicana, com instituições livres que criam uma rotina de ação e de discurso político permanente entre os grupos políticos, liberais ou conservadores, e as associações de trabalhadores. O surgimento dos clubes revelava, por si, a incompatibilidade da linguagem corrente (dos partidos *pelucón*, *pipiolo*, liberal,

³⁰¹ SARMIENTO. “El estado de sitio en Chile y la suma del poder público”. Sud-América, sem data. In: OC, XIII, p. 355.

³⁰² Ibid, p. 356.

conservador) com as novas dinâmicas e demandas de circulação social e política que se apresentavam no Chile. Certo que a imprensa cumpria importante papel como veículo destes debates e como agente político. A compreensão da linguagem política que se desenvolvia nesse ambiente exigia, então, o acompanhamento desse movimento e das formas de apropriação e de uso dos conceitos fundamentais que norteavam a construção da república, e que se transformam na medida em que o movimento da sociedade imprime novos sentidos a essa linguagem – como a introdução da ‘questão social’, que trazia desafios reais às elaborações liberais, na busca por soluções institucionais e políticas para os problemas que surgiam. O discurso político proveniente desse campo elaborado por Sarmiento e Alberdi encontrava-se impregnado dessas experiências políticas, culturais e sociais, e incorporavam tais experiências concretas na elaboração de seus projetos e interpretações políticas.

CAPÍTULO 4

1851 – 1852. DA COMISSÃO AOS CLUBES

1 – A construção da terceira margem: começo e conclusão de um período de ação política dos exilados argentinos no espaço público chileno

Em março de 1841, formava-se em Santiago a *Comisión Argentina de Santiago*, originada dos esforços dos exilados argentinos no Chile em dar suporte às forças rebeldes do general La Madrid, na sua luta contra os exércitos de Rosas na Província de Cuyo. Em correspondência ao governador da província de La Rioja, com quem se buscava estabelecer uma aliança militar junto a outros líderes provinciais do Norte, um dos fundadores da Comissão informava que

los ciudadanos argentinos residentes en Santiago deseando tomar la pequeña parte que nuestra situación nos permite en la grande y gloriosa empresa de libertar a nuestra patria hemos formado una asociación y se ha nombrado una comisión con el fin de que dirija los esfuerzos todos a tan interesante fin (...). Nuestro primer cuidado ha sido invitar a todos compatriotas nuestros que existen en la República a unirse a nuestra asociación, y ponernos en comunicación con los ilustres jefes que defienden la causa de la libertad¹.

Assinavam a correspondência José Gregório de las Heras, José Luis Calle, Martin Zapata, Domingo Faustino Sarmiento, Gregorio Gómez, Domingo Oro e Joaquín Godoy.

Em agosto de 1852, na cidade de Valparaíso, é fundado o *Club Constitucional Argentino*, em torno de Gregorio Gómez, Martin Zapata e Alberdi. Em sua ata de fundação, os argentinos de Valparaíso afirmam que “hemos creído conveniente y oportuno asociarnos con el fin de unir nuestros medios de influencia, por débiles que sean, en apoyo de la obra de la pacificación y organización nacional”². Dois meses mais tarde,

¹ COMISIÓN ARGENTINA. Al Gobernador de la Provincia de La Rioja, General en Jefe del ejército de las Provincias Confederadas, Brigadier don Tomas Brizuela. Santiago de Chile, 21/03/1841. Assinam a carta Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy. Essa carta havia sido interceptada pela polícia de Rosas e foi publicada no diário da cidade de Buenos Aires *La Gaceta Mercantil* em 27/08/1841, como parte de uma série de publicações em que se expunham os planos dos exilados unitários contra o governo e em que, ao mesmo tempo, o jornal buscava produzir o apoio junto ao público em favor do governo de Rosas.

² Club Constitucional Argentino. “Acta Matriz”, Valparaíso, 16/08/1852. In: **La Nota y el Credo de los argentinos residentes en Santiago y la contestación con los documentos justificativos por el Club Constitucional Argentino instalado en Valparaíso**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 19. (Doravante, ‘Nota y Credo’)

aparecia uma associação que se denominava vagamente como “argentinos residentes em Santiago”, em torno das figuras de Las Heras, Gabriel Ocampo e Domingo Faustino Sarmiento. Em seu primeiro manifesto, os associados reconheciam que estava a “patria, amenazada en este momento de una nueva crisis”³.

Esses dois momentos marcam o início e o fim desta pesquisa: a chegada de Sarmiento ao Chile, em 1841, e a queda do governo de Rosas e o início dos debates em torno do novo regime, em 1852, o que coincide com a formação da Comissão de exilados argentinos, em 1841, e a criação dos dois Clubes, em 1852. Encerram também um período fundamental de experiências políticas e sociais para o desenvolvimento do discurso político de Sarmiento e Alberdi, de base republicana e liberal. Durante essa década, os exilados argentinos puderam conviver com a experiência da imprensa, das eleições, dos partidos, das associações de trabalhadores, da ação da oposição, dos levantamentos populares e revoltas políticas que movimentaram a sociedade chilena, sob um pano de fundo constitucional e de continuidade das instituições liberais. Alberdi e Sarmiento estiveram profundamente conectados com tais eventos e, devido a esse contato, produziram um importante conjunto de artigos na imprensa em que pôde verificar-se a incorporação dessa experiência, de forma pontual, do ponto de vista da intervenção no cotidiano, e também como processo de desenvolvimento do discurso político, tomado de forma perspectiva.

Ao mesmo tempo, a imersão na vida política e na esfera pública chilena não significou o desligamento do mundo transandino. Ao contrário. De forma mais ou menos intensa, ambos mantiveram suas preocupações políticas, suas análises históricas e sua mirada prospectiva em relação à Confederação Argentina em funcionamento. Não foi outro o objetivo da tese ao mostrar os imbricamentos entre as dimensões ideológicas e biográficas, públicas e políticas que fizeram parte da escrita e da vida dos autores. Em 1841 ou 1844, quando Sarmiento e Alberdi chegam, respectivamente, ao Chile, vivia-se uma perspectiva de guerra contra o Governador de Buenos Aires, por tropas rebeldes ou estrangeiras; o entusiasmo com a possível e desejada queda de Rosas ocupou as linhas de seus artigos por diversas vezes. Reconhecida a ilusão, em algum momento, o tema da aquisição da cidadania chilena fez parte, declaradamente, do horizonte dos dois. Ao longo

³ CLUB DE SANTIAGO. Manifestación de los argentinos residentes en Santiago. Santiago, 19/10/1852. In: SARMIENTO. OC, XV, p. 88. Embora eles mesmos não se denominem como Club de Santiago, seus adversários usavam, e a literatura sobre o tema também o faz. A ressalva é importante porque a categoria de clube era recusada por seus membros.

dos anos, as vias de superação da ditadura passaram a divergir entre o combate e o acordo com o regime instaurado desde 1835 na Argentina; e após a queda de Rosas, em fevereiro de 1852, desde jornais e associações em território chileno, dois grupos de exilados argentinos rivalizavam sobre as propostas da nova organização política do Estado e disputavam o controle sobre a palavra da “provincia flotante”.

Como já dito, se aqui não se analisam suas principais obras, toda a produção intelectual que lhes serviu de esteio ganha a relevância de primeiro plano: a forma imprevisível, descontínua e submetida a pressões variadas que representam o trabalho na imprensa, permitiam a observação do processo de desenvolvimento do discurso político em suas múltiplas camadas, perspectivas e temporalidades.

As passagens acima, referentes a cada uma das organizações citadas, permitem, à primeira vista, destacar elementos interessantes. A comissão de 1841 contrasta com as duas associações de 1852 em seus motivos e objetivos. No início da década de 40, a unidade dos exilados estava em relação direta com a recente aproximação das tropas rebeldes da região de Cuyo, com a formação de uma rede de apoio em vista da necessidade de derrotar militarmente o inimigo comum. Essa unidade devia-se também ao predomínio da lógica partidária interna da Argentina que os identificava com os unitários contra os federalistas⁴. Por seu turno, em virtude da “grande e gloriosa empresa de libertar nossa pátria” em 1841, os clubes de 1852 mobilizavam-se para organizar a nação, já liberta. Refletindo as dissensões internas entre a Confederação e Buenos Aires, os clubes disputavam a legitimidade, a hegemonia e a autoridade de falar como argentinos em nome dos exilados, como uma face da disputa pelo poder no território.

De outro ponto de vista, é possível também apontar para aproximações entre os dois momentos, como a manutenção da linguagem do uso do nome “pátria”, que detinha grande importância para os exilados, por ser uma referência mais material, mais concreta, e que remetia a um passado politicamente indeterminado, competindo com “nação”, que era formulado na maior parte das vezes em função do futuro, de uma unidade imaginada. Convidar os compatriotas no exílio para formar uma associação foi outra iniciativa comum aos dois momentos históricos. De onde se pode destacar a disposição ao

⁴Ainda que, como se sabe, as dissensões internas entre os federalistas fossem muito fortes na década de 1830, criando grupos dorreguistas, rosistas, constitucionalistas, cismáticos, entre os anos 1829 e 1835, e gerando conflitos armados como a Rebelião do Sul. MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el regimen rosista. Quilmes: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2011; GELMAN, J. **Rosas bajo fuego**. Los franceses, Lavalle y la Rebelión de los estancieros. Buenos Aires: Sudamericana, 2009; GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

associacionismo bastante latente entre os exilados⁵, e a condição material de realização dessas associações, tanto do ponto de vista de sua possibilidade política no país de abrigo, como da existência de redes de circulação, sejam internas no Chile, como a imprensa, sejam a partir da existência de outras redes mais ou menos estáveis de circulação externas com outros países vizinhos, como Bolívia, Brasil, Uruguai e Peru, que contribuíram para a circulação de correspondências, informações e pessoas. Quero dizer com isso que tais condições, que de certa forma eram independentes e prévias à chegada dos exilados, mas por eles apropriadas e incrementadas, foram de fundamental importância para o desenvolvimento das relações políticas e culturais tais quais se deram.

2 - Comissão de exilados argentinos em Santiago

2.1 - Cuyo

A história do exílio argentino no Chile possui uma forte ligação histórica com a região oeste, ou, como se denominava, ocidental, da Argentina, conhecida como região de Cuyo, que abrangia as províncias de San Juan, San Luís e Cuyo. Em todo o período colonial até o ano de 1776, a região pertenceu ao Reino do Chile, ou Capitania Geral do Chile, quando então passou para a administração do Vice-reino do Prata. Durante o período de independência, tropas cruzavam os Andes por meio da região, que serviu de caminho militar para os libertadores acessarem o Chile e o Peru. O território seguia ligado ao Chile, especialmente devido à interação comercial com Santiago e à necessidade de exportação de seus produtos, que se fazia mais rápida e segura pelo porto de Valparaíso. A vinculação econômica das províncias de Cuyo era ressaltada em uma carta de um representante do governo de Mendoza para o governador de San Luis, em 1835, na qual se avaliava que

las producciones de San Luis tienen su consumo en Mendoza y Chile, fuera de estas plazas no tienen otro mercado que los cueros que produce al año y remite a Buenos Aires: esta entrada sola es muy corta. El tráfico de San Juan a Mendoza es a S. Luis utilísimo (...). Mendoza y San Juan necesitan a S. Luis. De lo que se deduce que estos tres pueblos deben

⁵ Segundo a historiadora chilena Sol Serrano, em que pese certo fatalismo de sua visão, os argentinos, desde os anos 1820, haviam aprendido este costume de “fazer política baseada nas práticas associativas geralmente facciosas e na criação da opinião pública”. In: SERRANO, S. SERRANO, S. “Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). En: EDWARDS, Esther (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996, p. 117.

sostenerse y fomentarse recíprocamente, porque no podía existir uno sin el otro⁶.

Segundo o historiador Pablo Lacoste, desde o início do século XVIII, e à “diferença do modelo latifundista, rentista y primário, predominante em América Latina, Mendoza e San Juan precocemente puseram em marcha suas burguesias industriais”⁷, ligadas à produção vinícola, de grãos, de alimentos e têxtil. Sem entrar no mérito do conceito de burguesia industrial, o historiador demonstra a importância das rotas comerciais, com o porto de Valparaíso ou com Buenos Aires, para o abastecimento da região e escoamento da produção, de modo que a instabilidade política produzida durante a guerra de independência e, depois, a guerra civil nas províncias entre federais e unitários significaram barreiras significativas para esse comércio pelo risco do transporte de cargas, forçando a burguesia local a buscar soluções para o desenvolvimento do comércio regional.

As disputas políticas na região do Prata, entre federalistas e unitários, se estenderam por toda a década de 1830 e produziram efeitos diversos em cada uma das localidades. Como traço comum, havia um crescimento dos conflitos entre tropas rivais, levando a uma escalada da violência no interior do país. Entre 1829 – após o assassinato do presidente federalista Dorrego – e 1835 – quando a Sala de Representantes concede a Rosas a *Suma de Poder Público* e as *facultades extraordinarias* –, havia algum espaço político para líderes unitários e federalistas constitucionais (não necessariamente ligados a Rosas) disputarem os governos provinciais. Não sem conflito.

As disputas político-partidárias em Mendoza, e a violência decorrente, são narradas em um pequeno livro publicado em 1830 por José Luís Calle, unitário, secretário do governador da província José Videla Castillo, *Memoria sobre los acontecimientos más notables en la Provincia de Mendoza en 1829 y 1830*⁸, que relata como os conflitos entre tropas federalistas de Juan Facundo Quiroga e unitárias de José Carlos Paz afetavam a

⁶ “Carta de Genaro Segura a José Gregorio Calderón”. In: CAILLET-BOIS, R. “La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835”. *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*. t. XIV, n. 51-52, 1932, Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, p. 95.

⁷ LACOSTE, P. “Viticultura y política internacional: el intento de reincorporar a Mendoza y San Juan a Chile (1820-1835)”. *Historia*. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile. v. 39, n. 1, jun/2006, p. 156. O artigo chama a atenção para a incorporação de tecnologias, equipamentos e insumos em torno da produção vinícola, como as bodegas, recipientes, aditivos, moinhos, armazéns, uso das uvas etc., que demandavam investimento em conhecimento, mão de obra técnica e infraestrutura, resultando numa dinâmica produtiva e comercial distinta do restante das economias da região do Prata.

⁸ CALLE, J. L. *Memoria sobre los acontecimientos más notables en la Provincia de Mendoza en 1829 y 1830*. Mendoza: Imprenta Lancasteriana, 1830.

provincia cuyana. Um levantamento federalista, em 1829, com apoio de Quiroga, destituiu o governo de Videla Castillo. Em seguida, com as vitórias de Paz, o governador unitário retoma a província. Em 1830, as tropas de Quiroga, lideradas por Felix Aldao invadem Mendoza e tomam o controle da província de Cuyo, provocando o início de um ciclo de exílios unitários para o Chile e Bolívia⁹. Sobre o fato, Sarmiento narra em suas *Memorias*¹⁰ que “la parte culta de Mendoza, con sus glorias militares, se dispersó entonces para siempre, emigrando a Chile lo más florido de la población”¹¹.

A guerra civil produzia como resultado não apenas o deslocamento da parte culta, mas muitos comerciantes também deixavam as províncias, pois o conflito político servia de legitimação para a desapropriação de terras e o confisco de bens contra rivais. A constante mudança de poder em Mendoza fazia com que a cada momento comerciantes e proprietários fossem taxados pela nova administração, culminando com a criação de uma *Comisión de Secuestros* por Felix Aldao, que estabeleceu que “os bens dos adversários fossem declarados propriedade do governo (...) e passaram a ser administrados pela mencionada Comissão”¹². Assim, ao lado das motivações partidárias, a fuga para o outro lado da Cordilheira tinha também motivações econômicas, criando um circuito no exílio que podia viver à parte do envolvimento político direto. Não apenas em relação aos comerciantes e proprietários, mas também em relação aos trabalhadores, como era o caso da migração entre La Rioja e as minas de Copiapó¹³.

A presença de argentinos exilados em Santiago excedia a dimensão partidária e inseria elementos de ordem comercial-econômica nas relações políticas estabelecidas entre os emigrados e destes com as autoridades chilenas. Seria possível dizer que as relações econômicas entre Chile e Argentina possuem um desenvolvimento paralelo, não necessariamente simétrico com as relações políticas, pois os acordos, a migração, as redes de circulação e distribuição de produtos, a abertura e fechamento das relações comerciais oficiais, os investidores... enfim, toda sorte de fluxo econômico acabava por introduzir

⁹ BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 89.

¹⁰ O volume 49 das Obras Completas de Sarmiento, editado por Augusto Belin Sarmiento, possui o título de “Memorias”. O editor informa que a introdução ao volume compunha um folheto intitulado “Introducción a las Memorias Militares y fojas de servicio de Domingo F. Sarmiento, General de División” Buenos Aires, Imprenta Europea, 1884”, e que nesse volume se publicariam textos inéditos, entre eles, um sobre Mendoza. SARMIENTO. OC, XLIX, p. 1.

¹¹ SARMIENTO. “Mendoza”. In: OC, XLIX, p. 42.

¹² LACOSTE, P. “Viticultura y política internacional: el intento de reincorporar a Mendoza y San Juan a Chile (1820-1835)”. **Historia**. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile. v. 39, n. 1, jun/2006, p. 154.

¹³ Cf. BLUMENTHAL, E. op. cit., p. 10.

outra racionalidade ou outros elementos no cálculo político em relação a essa migração cuyana¹⁴.

Nos primeiros anos da década de 1830, a elite cuyana, liderada por Mendoza, inicia um debate acerca da superação da crise em que se encontrava decorrente das guerras civis e do exílio e, neste sentido, as datas de 1831, 33 e 35 são relevantes para a compreensão do processo que se desenrolaria entre essas províncias e o Chile. Em 1831 concretizava-se a derrota dos unitários em Mendoza; em 1833, os emigrados assistiam no Chile a consolidação da Carta Constitucional, sob o governo Joaquín Prieto-Diego Portales; em fevereiro 1835 morria Facundo Quiroga, e em abril Rosas era reconduzido ao poder da Confederação Argentina. Nesse cenário, grupos de exilados argentinos no Chile tomaram a iniciativa de buscar respaldo junto ao governo chileno para a solução das dificuldades apresentadas com a ocupação da província por lideranças rosistas. Tratava-se da realização de um projeto que conjugasse a união administrativa das províncias cuyanas com a anexação desse território ao Estado chileno.

No início de março de 1835, o mesmo José L. Calle¹⁵—que havia escrito o libreto antifederalista em Mendoza, agora residente em Santiago, proprietário do periódico *El*

¹⁴ Ricardo Rojas lembra que os argentinos no Chile eram chamados de cuyanos, dado o grande fluxo migratório proveniente dessa região. Cf. ROJAS, R. ... p. 297. Cuyanos eram quaisquer argentinos, do ponto de vista chileno, mas também a designação indistinta entre San Luis, San Juan e Mendoza, do ponto de vista argentino.

¹⁵ As referências ao nome variam entre Luis ou Lisandro. No entanto, a sobreposição das ocorrências torna inequívoca a identidade da personagem. Jose L. Calle foi tornando-se ao longo da pesquisa uma personagem interessante. Proveniente de uma importante família de comerciantes e produtores de vinho em Mendoza, surgiu por primeira vez como uma nota de pé de página, em um texto sobre o *Mercurio* de Valparaíso, onde se lia que Calle, proprietário do jornal entre 1833 e 38, era de San Juan. Esteve presente na redação dos periódicos mendocinos *Eco de los Andes* (1824-26) e *El iris argentino* (1827-1828). Em seguida, o nome de Calle aparecia associado ao de Sarmiento no verbete “Emigrados” escrito por Augusto Belin, neto de Sarmiento, nas Obras Completas t. XIV como complemento a *Recuerdos de Provincia*, afirmando que aquele intermediara a entrada de Sarmiento no jornal. O próprio Sarmiento, no artigo já mencionado, “Mendoza”, ao relatar sua passagem por essa cidade, quando teria participado também da luta contra as tropas de Aldao, sugere contato com Calle. Em sua primeira estada no Chile, entre 1831 e 36, ao lado de seu tio Domingo de Oro, secretário do governo de San Juan, é possível imaginar que essas personagens tenham tido contato, afinal, as articulações entre as províncias de Mendoza e San Juan passavam por seus representantes. Em 1841, Calle aparece na organização da Comissão de Exilados de Santiago ao lado do General Las Heras, Domingo de Oro e Sarmiento. Sua assinatura consta das cartas endereçadas a líderes provinciais argentinos interceptadas pelo governo de Rosas em 1841, como membro da Comissão de Exilados de Santiago. É plausível supor que a chegada de Sarmiento em Santiago e sua posição na imprensa tenham participação direta de um contato com Calle, como afirma Augusto Belin. Após 1841, não há mais referências sobre esta personagem. Recentemente, dois estudos deram destaque a esta ainda obscura personagem. Uma tese defendida em Paris Diderot, situa Calle como personagem chave no contato, político e literário, entre Chile e Cuyo no período de 1831 a 1841; e o professor Ariel de la Fuente, da Universidade de Buenos Aires, que publicou um trabalho em que investigava as fontes nas quais Sarmiento teria-se apoiado para escrever o *Facundo*. Entre elas, figura o livro de José Calle sobre Mendoza, citado acima. Ver: ZINNY, A. Efemeridegrafia argireparquiótica, o sea, de las provincias argentinas. In: **Revista de Buenos Aires**. Buenos Aires, n. 89, 90, 91, 92, ano VIII, t. XXIII, Imprenta de Mayo, 1870; LACOSTE, P. Viticultura y política internacional: el intento de reincorporar a Mendoza y San Juan a Chile

Mercurio de Valparaíso, e participante de uma Comissão enviada pelas províncias de San Juan e Mendoza – escreve uma carta ao ministro do interior chileno Diego Portales, em que pleiteava apoio político e diplomático para a empreitada das províncias, e propunha a negociação de anexação do território, informando que esta ideia estaria em acordo com as lideranças exiladas e comerciantes e proprietários remanescentes no território argentino. O autor procurava a todo momento convencer o ministro das vantagens econômicas, territoriais, militares e estratégicas de proceder à incorporação das províncias argentinas. A carta de Calle ganha interesse não apenas por revelar o apelo explícito da anexação territorial, mas também por apresentar uma leitura da história política recente argentina que subsidiaria as pretensões dos separatistas.

Presumo que Ud. sabrá a esta fecha los pormenores que ya se han publicado sobre la muerte del caudillo Quiroga. Con este motivo, han vuelto a revivir en la provincia de Mendoza, con más fuerza que nunca, la solicitud y deseo de llevar adelante las pretensiones que insinué a Ud. antes de ahora.

Ud. sabrá sin duda que existe hoy en día en Santiago una comisión enviada por las provincias de Mendoza y San Juan, cerca del gobierno de la República, con el objetivo de recabar, si lo es posible, algunas concesiones favorables a su industria y en general a las relaciones casi extinguidas entre Chile y las provincias argentinas (...).

Los comisionados, (...) llevando no sé en virtud de qué seguridades, la resolución de asegurar a sus gobiernos que no sería difícil obtener la incorporación de aquellas provincias a esta República (...).

Es sobre este punto que creo conveniente decir a Ud. las razones que tienen en vista indudablemente para creer que el gobierno de Chile no rechazaría la solicitud de las provincias de Mendoza y San Juan de que se las admitiese en la asociación política (...).

La población de aquella provincia simpatiza con la de Chile, más bien que con la de ninguna de las provincias de Córdoba, Buenos Aires, Salta etc., porque un gran número de sus habitantes son chilenos de nacimiento (...).

He hablado con el señor Garrido sobre este mismo asunto y he tenido la complacencia de no encontrarlo desconforme. Ojalá Ud. mire este asunto bajo el mismo aspecto”¹⁶.

A suposição de que Portales soubesse da morte de Quiroga, um mês antes, revelava o interesse que o ministro teria nos assuntos argentinos, bem como do lugar desse caudilho para os negócios chilenos; ao mesmo tempo, dava a medida da

(1820-1835). **Historia**. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile. v. 39, n. 1, jun/2006; VIDELA, H. **Historia de San Juan**. t. III. San Juan: Universidad Católica de Cuyo, 1972.; GUIÑAZU, F. M. **Genealogía de Cuyo**. Mendoza : Universidad de Cuyo, 1939.

¹⁶ CALLE, J. L. Carta del escritor argentino don José Luis Calle a don Diego Portales sobre la incorporación de la provincia de Cuyo a Chile, Valparaíso, 11/03/1835. In: VICUÑA MACKENNA, B. Obras Completas, t. VI. Santiago: Universidad de Chile, 1937, passim. 688-691.

centralidade que sua figura ocupava no jogo político interno das províncias, posto que sua morte poderia significar um enfraquecimento do poder federalista na região e a ascensão de outras forças; de todo modo, apontava para a expectativa de um ganho político consequente de um desequilíbrio local.

O relato da ação da Comissão remetia também a um aspecto geral do tema da nação e da unidade territorial, e para outro, particular, referente ao pertencimento e imbricação das províncias cuyanas com o Chile. Sobre o primeiro aspecto, vale a pena recordar os estudos de José Chiaramonte e Fabio Wasserman¹⁷ que ressaltam o caráter histórico, processual, da formação do território e que, dadas as condições de construção dos estados das ex-colônias espanholas, a unidade territorial não estava garantida, como comprovam as fronteiras de Bolívia, Peru, Paraguai, Argentina ao longo do século XIX. Horacio Videla, em sua *Historia de San Juan*, informa que, sob a administração do governador José Martín Yanzón (janeiro de 1834 a maio de 1836), a província foi um importante foco de manifestações antirrosista, e também aponta que Domingo de Oro “esteve provavelmente nas tramas de uma conspiração de vasto alcance com tentáculos nas províncias vizinhas e Chile”¹⁸.

Sobre esse ponto, como ressaltou Antonio Zinny, o periódico mendocino, *El Iris Argentino*, do qual “José L. Calle” foi redator, publicou em seu segundo número algumas reflexões que remetiam à difícil questão da autoridade e unidade argentinas em torno d’“o projeto de lei apresentado por uma comissão à junta de Representantes da província de Córdoba, dado à luz pelo *Consejero Argentino*, no qual declarava não reconhecer decreto algum do Congresso Geral enquanto não se desse uma Constituição”¹⁹. A passagem é interessante porque vincula o nome de Calle à imprensa de Mendoza reverberando movimentos de repulsa ao governo de Buenos Aires, reforçando a percepção do momento, de que a unidade territorial não estava garantida, e que os interesses regionais demonstravam alguma força e articulação, do ponto de vista militar, comercial e diplomático. Desse modo, encarar a possibilidade de separação, de independência ou de anexação de uma região não era de espantar ao contemporâneo ou ao analista.

¹⁷ CHIARAMONTE, J. C. **Ciudades, provincias, estados**. Orígenes de la nación argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009; WASSERMAN, F. **Entre Clio y polis**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

¹⁸ VIDELA, H. **Historia de San Juan**, t. III. San Juan: Universidad Católica de Cuyo, 1972, p. 803.

¹⁹ ZINNY, A. “Efemeridografía argireparquiótica, o sea, de las provincias argentinas”. In: NAVARRO VIOLA, M.; QUESADA, V. (orgs) **Revista de Buenos Aires**, n. 89, 90, 91, 92, ano VIII, t. XXIII, 1870. Buenos Aires: Imprenta de Mayo, p. 530.

Do ponto de vista particular, os elementos de aproximação históricos com o Chile contribuíam para o reforço da retórica separatista, que apresentava um fundo econômico bastante sólido. No mesmo ano de 1835, formalizava-se um acordo tripartite entre San Juan, Mendoza e Chile, por meio do ministro das relações exteriores do Chile, Joaquín Tocornal, ratificado em outubro, que reduzia a taxa de importação de diversos produtos daquela região, entre fabricados, agrícolas e animais, em troca da reciprocidade em determinados produtos provenientes do Chile²⁰. Em junho, uma correspondência entre o secretário de governo de Mendoza e o governador de San Luis apresenta a tentativa de costura dos acordos entre as províncias e destas com o Chile, o que salientava a concomitância do processo e a sobreposição de interesses. Ou seja, buscava-se ao mesmo tempo uma saída para o comércio regional com autonomia das províncias, sem a intervenção de Buenos Aires, e apostava-se na aproximação com o Chile. Às considerações econômicas expostas acima, a favor da união das três províncias, somavam-se considerações políticas, que “juzgan ser igualmente útil a la organización de Cuyo”. O remetente informava que o governador de Mendoza entraria em acordo com o de San Luis, tão logo este propusesse de ofício ou por enviado autorizado, e que “en este estado, creo que es Ud. el que debe emprender y poner en salvo esta nave, procurando que el de San Juan, mirando bien sus intereses (...) procure lo mismo”²¹. O historiador Ricardo Caillet-Bois informava que havia sido por iniciativa do governador de San Luis, Jose Gregorio Calderón, que se encontrava nesta mesma época uma comissão de representantes cuyanos, “os quais, baseando-se em razões econômicas, solicitavam a anexação de dita região ao Chile”²².

O projeto, como se sabe, não se concretizou. Para os propósitos desta pesquisa, no entanto, basta verificar com essa digressão que a história da migração argentina no Chile foi marcada por um traço bastante forte da autonomia regional e com uma dinâmica própria, política e econômica, ligada às províncias de Cuyo, em franca oposição a Buenos Aires. Ainda, desde os primeiros momentos, a experiência desses exilados e emigrados

²⁰ Cf. ESCUDÉ, C.; CISNEROS, A. “El tratado entre los gobiernos provinciales de Mendoza y San Juan con Chile”. In: Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina. Consejo Argentino para Relaciones Internacionales, Grupo Editor Latinoamericano. Disponível online em: <http://www.argentina-rree.com/4/4-006.htm>

²¹ “Carta de Genaro Segura a José Gregorio Calderón”. In: CAILLET-BOIS, R. La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835. **Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas**. t. XIV, n. 51-52, 1932, Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, p. 96.

²² CAILLET-BOIS, R. La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835. **Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas**. t. XIV, n. 51-52, 1932, Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, p. 96.

esteve envolvida com a criação de associações internas, que buscavam estabelecer relações diplomáticas com as autoridades chilenas, conformando grupos de exilados em uma prática dialógica – mesmo porque se tratava fundamentalmente de comerciantes e proprietários que tinham interesse, sobretudo, em estabelecer um ambiente propício para negócios no novo país.

Assim, quando a Comissão de Exilados no Chile é criada, em 1841, uma de suas principais preocupações é com o controle da região de Cuyo, dada sua localização estratégica militar e comercialmente com o Chile, a Bolívia e o Peru, e a importância para os exilados naquele país, como se observa na seguinte correspondência entre a comissão e o governador da província de La Rioja, o federalista general Brizuela, apelando por apoio: “V.E. conoce la importancia que tiene en la presente guerra la ocupación militar de Cuyo, ya por los recursos de esta provincia, ya por los que puede recibir de Chile (...). La ocupación de Cuyo daría a entender a todos que la ruina de Rosas estaba ya asegurada”²³.

2.2 – Formação da Comissão

Em agosto de 1841, o periódico *La Gaceta Mercantil* de Buenos Aires, órgão de propaganda do governo, publicava uma série de documentos e cartas da Comissão Argentina de Santiago apreendidos pela polícia rosista. A publicação tinha como objetivo expor ao público, não apenas bonaerense, mas da maior parte das províncias e principais cidades da América do Sul por onde o periódico circulava (com o financiamento oficial), os planos dos unitários exilados de iniciar uma guerra contra a nação, o que reforçava a ofensiva repressiva empreendida pelo governo de Rosas com grande ênfase entre os anos de 1838 e 1842. A publicação destas correspondências dá a chance de investigar um ângulo da ação dos exilados no exterior, suas relações internas e com grupos no território argentino.

Em maio de 1841, então, a “Comisión que representa a los emigrados argentinos residentes en este país”, escrevia desde Santiago ao governador de La Rioja, General Brizuela, com o objetivo de promover uma aliança militar com outras províncias do norte e oeste que pudesse livrar a região do controle dos aliados de Rosas, nos seguintes termos:

²³ CALLE, J. L. “Señor General Tomas Brizuela”, Santiago de Chile, 20/05/1841. Assinado Jose Luís Calle, diferente das outras que eram assinadas pela Comissão. In: CALLE, J. L. *La Gaceta Mercantil*, 27/08/1841.

En Chile, Señor General, así como en Bolivia y el Perú todos los hombres que tienen ideas liberales o alguna nobleza de sentimientos desean ardientemente que se desplome el poder del tirano Rosas. (...) Esperan que V. E. a la cabeza de la coalición del Norte, y segundando los esfuerzos del General Lavalle, Ferré y Paz, tendrá la gloria envidiable de contribuir al triunfo de la civilización en estos pueblos (...).

[Aos partidários de Rosas] ya se les han dado en la Banda Oriental el nombre de *Rosines* (...) porque sirve a la ambición personal del tirano (...). Conviene dar un nombre nuevo a los que trabajan contra el tirano, y este nombre podría ser el de *Unionistas Republicanos* u otro cualquiera que significase una tendencia liberal, y la unión de los buenos argentinos para destituir la tiranía²⁴.

Aqui, como se vê, a perspectiva bélica e a função de base de apoio para as movimentações militares no interior da confederação compunham as preocupações de imediato da Comissão de emigrados. Desde o exterior, Chile ou Uruguai, lideranças opositoras a Rosas buscavam conjugar forças e alianças internas que viabilizassem avanços no combate à, assim dita, tirania. Segundo o texto, é possível afirmar a integração dos países sul americanos no que concerne à história argentina. A menção a Chile, onde se encontrava, Uruguai, Bolívia e Peru revela a importante presença de argentinos exilados naqueles países e, de alguma maneira, a expectativa de que exilados argentinos e a sociedade e os governos locais trabalhem pelo fim do regime rosista. Essa expectativa era fundada tanto na experiência que os exilados no Chile viviam desde o início dos anos 1830, quanto nas organizações que surgiam entre os exilados naqueles países.

Outro elemento que marca a correspondência é a menção ao liberalismo e ao republicanismo em oposição direta à tirania. Na data em que escrevera essas correspondências, Calle estava já há dez anos no Chile, entre 1833 e 1838 foi proprietário e editor do *Mercurio*, estando, assim, plenamente incorporado e habituado aos meios políticos locais. A menção ao liberalismo e ao republicanismo poderia fazer referência às experiências chilenas, da liberdade de imprensa, das eleições, da existência da oposição e, principalmente como contraponto ao caso argentino, da existência de uma constituição.

Parece pertinente, uma vez que se dirigia a uma liderança política federalista, quem se acreditava ser opositora de Rosas, localizar estes conceitos no cenário argentino, ou seja, o que representava naquele momento e na linguagem política rio-platense evocar esses nomes.

²⁴ CALLE, J. L. “Señor General Tomas Brizuela”, Santiago de Chile, 20/05/1841. In: La Gaceta Mercantil, 27/08/1841.

“A identificação como liberal e a invocação de princípios liberais pode atribuir-se a uma genuína ideologização da disputa política (...). Mas também podia tratar-se de um recurso tático para diferenciar-se dos adversários”²⁵. Na medida em que o conceito ia ganhando mais nitidez com a evolução das experiências norte-americana, hispano-americana e europeia, ou de acordo com o posicionamento político em relação ao governo de Rosas, como a concessão das faculdades extraordinárias, o conceito era mobilizado entre os ambientes políticos e culturais da Região do Prata, mesmo entre os federalistas, que passaram a ser chamados de liberais ou cismáticos, pelos meios rosistas. Assim, aqueles que dentre o bando federal defendiam a convocação de uma assembleia constituinte e a normalização institucional eram, por isso mesmo, atacados como liberais, traidores e anárquicos, “esa facción soberbia y presuntosa que promueve con tanta audacia los transtornos y el desorden, y que bajo el disfraz del liberalismo, profesa los principios más atroces y sanguinarios”²⁶. Ao passo que o conceito recebia uma carga positiva do ponto de vista econômico, por parte do governo, no sentido de que ao defender a ordem e a paz interna privilegiava o avanço do liberalismo econômico. No entanto, foram seus opositores quem se apropriaram da linguagem do liberalismo, como valor e como ideologia.

Como o historiador Fabio Wasserman sugere, o campo conceitual em torno dos conceitos liberal e liberalismo “teve uma importância limitada no discurso pós-revolucionário rio-platense”, porque as experiências institucionais que lhe serviriam de abrigo foram interrompidas, e porque mesmo quando esses valores orientavam a ação de determinados setores, “só puderam fazê-lo no marco de outras linguagens políticas, como o republicanismo”²⁷. República, no momento da guerra de independência, teve uma carga de anticolonialíssimo, antimonarquismo e, ao longo da primeira metade do século XIX, assumiu um valor positivo, ora como sistema de governo, ora como virtude cívica²⁸. Já em 1815, o periódico *Gaceta de Buenos Aires* apresentava, eloquentemente, a defesa do sistema republicano, distanciando-o da democracia, regime em que

un pequeño número de personas que se juntan y administran el gobierno en persona, no admite cura para los estragos de la facción (...)

²⁵ WASSERMAN, F. Liberal/Liberalismo. In: GOLDMAN, N. (ed.) **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 76.

²⁶ El Relámpago: papel crítico, satírico, epigramático, federal y antimonarquista, 01/10/1833. *Apud*. Ibid., p. 77.

²⁷ Ibid., p. 67.

²⁸ Cf. MEGLIO, G. di República. In: GOLDMAN, N. (ed.) **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 148.

semejantes democracias han sido siempre el teatro de la turbulencia y de la discordia, incompatibles con la seguridad personal o los derechos de propiedad²⁹.

Por outro lado, a república seria o regime, ainda segundo o periódico, “no qual o plano representativo se encontra adotado (...) e promete a cura que buscamos”, equivalendo-a ao sistema representativo. Lembrando que em 1815, a região do Prata encontrava-se em meio à consolidação do novo governo independente e às discussões sobre a Constituição, de modo que o texto possuía um pragmatismo forte para o momento, esclarecendo os conceitos e posicionando-se diante do público. A mesma definição era repetida dez anos depois, acrescida de seu aspecto moral, em um periódico mendocino, *El Eco de los Andes*, do qual fez parte o mesmo José Calle, mencionado acima: “para resolverse a formar una república (por esa palabra se debe entender siempre un gobierno representativo republicano) es necesario que uno (...) no quiera depender de nadie más que de la ley, de una ley que en cuya definición ha tenido parte él mismo”³⁰. Seu aspecto moral, ligado à virtude, vinculava-se com o princípio da autonomia, literalmente, em que o sujeito conferia a si mesmo a norma, a lei que regia a sociedade e o governo e, nesse sentido, o amor de si impediria que fosse subjugado e minorizado do ponto de vista da cidadania política, da sua participação e representação.

A solução representativa ligada ao republicanismo apontava para uma forma de as elites assegurarem seu lugar político e social, negando a monarquia e a tirania, por um lado, e a anarquia, a guerra civil e a instabilidade com que a democracia era encarada. Essa noção tornou-se mais urgente, do ponto de vista liberal, com a ascensão de Rosas e a concessão das faculdades extraordinárias, em 1829, após os federalistas terem vencido a guerra civil contra os exércitos unitários, e radicalizou-se com aquisição da Soma do Poder Público, em 1835, pois os publicistas de Rosas defendiam que o sistema representativo havia produzido a anarquia dos anos anteriores na medida em que concedia liberdade e autonomia exageradas às províncias.

Ao mesmo tempo, como bem mostrou Jorge Myers, desenvolvia-se um discurso republicano como legitimador do poder pessoal e do governo de Rosas, não de base liberal, mas sim que se reportava às tradições clássico-romanas, em que prevalecia o princípio da virtude do líder capaz de garantir a ordem, um discurso que “apesar de suas

²⁹ MEGLIO, G di. República. In: GOLDMAN, N. (ed.) **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 149.

³⁰ *Apud* Ibid., p. 151.

contradições e ambiguidades, sempre foi pensado por seus artífices como organizado ao redor de um único programa de governo”³¹. O republicanismo de Rosas fundava-se também no problemático e conflituoso apego ao formalismo institucional, ao se autoproclamar “Restaurador das Leis”, conservou o funcionamento da legislatura e manteve o voto amplo e direto, embora progressivamente fosse reforçado seu caráter plebiscitário e unanimista, além do cerceamento a qualquer tipo de oposição, redundando no que a historiadora Marcela Ternavasio classificava como a “originalidad del despotismo de Rosas”³². “Todo o regime rosista se montou sobre grande parte das leis fundamentais sancionadas durante a ‘feliz experiencia’; mas[foi] transformando o sinal daquela institucionalização”³³. Transformação essa que operou a supressão da liberdade e da pluralidade das instâncias deliberativas e das eleições, acompanhadas pelo controle da imprensa e das manifestações públicas, instâncias que Rosas percebia como chaves para a instabilidade política.

Conforme bem observou Jorge Myers, a retórica da ordem estava fundada em um forte apelo à lei e à legalidade, no entanto a evocação dessa legalidade, inclusive no título de “Restaurador das leis”, remetia a uma “concepção mais ampla, inclusive metafísica, da lei: não simplesmente um corpo de disposições jurídicas, senão a expressão – o espelho jurídico – de uma ordem mora transcendente”³⁴, de onde o autor concluía que aquilo que enfim se restaurava era a obediência à lei. Sobre este tema, em dezembro de 1849, Sarmiento escrevia um interessante artigo em que analisava o costume criado por Rosas, que se consolidou numa espécie de ritual administrativo-político, envolvendo o ato de renunciar ao poder, e a subsequente reação de seus partidários, dos governadores e da Sala de Representantes por clamar por sua recondução, “hace dieciocho años que Rosas

³¹ MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el régimen rosista. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 13.

³² TERNAVASIO, M. Limitar el poder: un dilema republicano. Reflexiones sobre el caso rio-platense durante la primera mitad del siglo XIX. In: PALTÍ, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011, p. 251. Aqui se abre uma longa discussão historiográfica acerca das instituições republicanas do governo rosista envolvendo o caráter fictício e puramente nominal das instituições em face da sua existência e dos ritos e procedimentos que continuavam ocorrendo. Por um lado, a historiografia mais recente passou a rever os conceitos em torno do fenômeno do caudilhismo e do partido federal, marcando as nuances, as tensões internas e o processo histórico de formação desse grupo político e desse fenômeno político e social não mais nos termos dos unitários, como um fatalismo geográfico ou um modelo pronto. Ver: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

³³ TERNAVASIO, M. Entre la deliberación y la autorización. El régimen rosista frente al dilema de la inestabilidad política. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005, p. 161.

³⁴ MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el régimen rosista. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2011, p. 75.

está renunciando (...). [e]l propósito es invariable, y el resultado también, que es quedarse en el puesto”³⁵. Sarmiento lista as tantas renúncias de Rosas e as súplicas dos representantes para que ele permaneça no poder, o que, tendo em vista os limites de liberdade de ação de contestação e de oposição, resultavam num ritual de autoafirmação do poder sob uma luz da legitimidade processual³⁶. Nessa trama conceitual, a cidadania e a liberdade individual ficavam deslocadas, subordinadas à virtude, e ao poder concentrado, do soberano como fundamento da ordem.

No caso específico da máquina publicista de Rosas, em oposição à instabilidade, os elementos da virtude e da ordem, por sua vez, associavam-se a fundamentos do liberalismo econômico, afinado com o grupo de estancieiros, latifundiários e exportadores da província de Buenos Aires. Pedro de Angelis, escritor napolitano que servia como publicista ao regime de Rosas, anotava as seguintes palavras sobre este ponto em um jornal de Buenos Aires:

¿de qué serviría haber defendido nuestros derechos, si quedasen amagadas nuestras propiedades? La libertad de los modernos no es como la de los antiguos (...). La primera exigencia de las sociedades actuales es la estabilidad y el reposo, porque cualesquiera que sean los elementos de su riqueza, no pueden desarrollarse en la agitación³⁷.

Por fim, caberia aqui recordar que no momento em que Calle escrevia para Brizuela, o governo Rosas encontrava-se sob intenso ataque em diferentes frentes, como o bloqueio francês do porto de Buenos Aires, desde 1838, a expedição de Lavalle contra as províncias litorâneas, as rebeliões no campo ao sul da província de Buenos Aires e o esforço lançado pelos exilados desde Montevideu com jornais e alianças externas³⁸. Essa

³⁵ SARMIENTO. “El cangrejo”. La Crónica, 16/12/1849. In: OC, VI, p. 219.

³⁶ Cabe notar, no entanto, que a ruptura ocorreria justamente em um desses momentos de renovação dos poderes, faculdades extraordinárias, soma do poder público e relações exteriores concedidos ao governador de Buenos Aires ao que, o governador de Entre-Ríos, Urquiza, responde com a negativa e incita outros líderes que pressionem pela convocação de um congresso e pela abertura da livre navegação dos rios. Também nesses anos de hegemonia rosista, o ritual de renovação dos poderes era utilizado por lideranças federalistas para seu próprio empoderamento diante de suas províncias ou diante de outras forças concorrentes. Assim, se se pode argumentar que o procedimentalismo da nomeação de Rosas não passava de uma ficção, pois não havia propriamente liberdade de ação, por outro lado, nesses momentos se concentravam as pressões políticas, os acordos e os conflitos na sociedade que produziam novos equilíbrios no contexto da Confederação.

³⁷ El Lucero, 10/12/1831. *Apud* WASSERMAN, F. “Liberal/Liberalismo”. In: GOLDMAN, N. (ed.). **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 77.

³⁸ Cf. TERNAVASIO, M. Entre la deliberación y la autorización. El régimen rosista frente al dilema de la inestabilidad política. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005, pp. 182-184.

conjuntura estimulava o trabalho dos exilados em buscar alianças dentro e fora do território da Confederação Argentina ao dar-lhes uma perspectiva de triunfo. Ao mesmo tempo, com essas passagens, pode-se observar o sentido que se aplicava aos conceitos de liberal e republicano quando eram mobilizados pelos opositores de Rosas, ressaltando o aspecto liberal do republicanismo, ou seja, um regime constitucional e representativo que denunciava a tirania sob a roupagem republicana do governador de Buenos Aires.

2.3 – Ação da Comissão

Retomando os documentos publicados pela *Gaceta Mercantil*, noto que a exposição dos inimigos e ameaças ao regime era uma prática comum e constituía um dos tópicos centrais do discurso rosista ao apontar para a figura do conspirador, dos conluíus armados pelos unitários em aliança com forças estrangeiras, ao mesmo tempo em que apresentava os unitários como loucos, estranhos à nação, ligados mais aos estrangeiros, aos costumes e ideologia cosmopolita que ao povo, e tendentes à anarquia e à rebelião³⁹.

Mientras él proclama oficial y particularmente que *el que no está de todo con él está del todo contra él*, y hace asesinar y envenenar los que no se deciden, nosotros consideramos como enemigos y tratamos como a tales solamente a él y a los que por él toman en armas: y aun así respetando sus propiedades y vidas (...). La Comisión argentina cree que para remediar tan grave mal los ilustres jefes de la causa de la libertad deben emplear cuanto antes rigurosas represalias (...)
Dígnese V.E. considerar estas observaciones y promover con los ilustres jefes que encabezan la causa de la patria que se adopte una resolución sobre la cuestión que envuelven, sirviéndose, si lo tiene a bien, comunicarnos lo que se adopte para nuestro gobierno⁴⁰.

Ou seja, de acordo com o documento acima, que se juntava a outros publicados continuamente, provenientes do Chile e do Uruguai, ficava explícita a tentativa de articulação dos unitários com forças locais para deposição do governo. Especificamente, o plano da comissão de exilados envolvia o respeito à propriedade e à vida dos indivíduos

³⁹ Segundo Jorge Myers, tratar-se-ia de um conjunto de imagens clássicas que fazia referência à conjuração de Catilina, da figura sempre presente do conspirador, de origem nobre em geral, contra o povo. Cf. MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el régimen rosista. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 201, pp. 52-55.

⁴⁰ COMISIÓN ARGENTINA. “Al Sr. gobernador de la provincia de La Rioja, General en jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela”. Santiago de Chile, 21/03/1841. In: La *Gaceta Mercantil*, 27/08/1841. Assinam o documento Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy.

que não se manifestassem positivamente a favor de Rosas, de modo a buscar adesão de um maior número no território argentino. Em outra correspondência mencionada anteriormente, na qual se anunciava a criação da Comissão, os signatários informavam a Brizuela que “nuestro primer cuidado ha sido invitar a todos los compatriotas nuestros que existen en la República a unirse a nuestra asociación, y ponernos en comunicación con los ilustres jefes que defienden la causa de la libertad”⁴¹. Destaca-se a preocupação da comissão em unir os emigrados, em servir de centro catalisador das ações dos argentinos no Chile como primeira tarefa da comissão, o que sugeriria uma abertura a exilados federalistas que foram forçados a migrar, ou daqueles não associados diretamente com a política partidária – como comerciantes ou trabalhadores na região das minas.

Nesse primeiro momento, os membros da comissão consideravam-se como representando todos os emigrados. As dissensões internas, no exílio, ficaram subsumidas à necessidade ou desejo de mudança do regime político argentino, como ficava exposto na carta que a comissão envia a sua homóloga de Montevideú:

Señores: Los argentinos residentes en esta república se han reunido para tomar en consideración lo que reclama de ellos la presente condición política de su país natal; y al efecto han acordado nombrar una comisión encargada de representarlos. Los que suscriben han sido honrados por todos sus compatriotas y elegidos para componerla, dirigiendo los esfuerzos comunes hacia el bien de nuestro país⁴².

A existência da comissão revelava alguma confiança dos argentinos que estavam no Chile de que sua atuação teria um impacto no andamento dos fatos do outro lado dos Andes. A correspondência com lideranças opositoras a Rosas indica esse caminho de intervenção. Outro caminho foi o contato com a comissão que se havia estabelecido em Montevideu, como se observa na correspondência mantida entre as duas entidades: “hemos creído que uno de nuestros primeros deberes era el de dirigirnos a la comisión que representa los argentinos en el Estado Oriental del Uruguay, invitándola a ligar sus

⁴¹ COMISIÓN ARGENTINA. “Al Sr. gobernador de la provincia de La Rioja, General en jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela”. Santiago de Chile, 21/03/1841. In: La Gaceta Mercantil, 27/08/1841. Assinam o documento Juan Gregorio Las Heras, Presidente; Jose Luis Calle; Martin Zapata; Domingo F. Sarmiento; Domingo de Oro, secretário; Joaquin Godoy.

⁴² “Nota y clave de la Comisión Argentina en Chile”, Santiago de Chile, 04/03/1841. In: RODRIGUEZ, G. F. (comp). **Contribución histórica y documental**. t. III. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922, p. 248.

esfuerzos y a ponerse en una comunicación directa”⁴³. Assim como nas cartas enviadas ao governador de La Rioja, assinavam Las Heras, Godoy, Calle, Sarmiento, Zapata e Oro.

Essa Comissão de Santiago era inspirada na que havia sido criada em Montevideu, em 1839, em torno de Juan Lavalle, governador da província de Entre-Ríos, durante a guerra civil contra os exércitos de Rosas e seus aliados. Com a intenção igualmente de dar suporte às tropas antirrosistas, bem como organizar um governo alternativo da Confederação fora do território argentino, a Comissão de Montevideu buscou estabelecer alianças com as tropas francesas, enquanto estas mantinham o bloqueio a Buenos Aires, e com as forças militares uruguaias, profundamente envolvidas com o processo político da Confederação Argentina⁴⁴.

Em comunicação com a Comissão santiaguina, Florencio Varela, unitário exilado em Montevideu desde 35, explica que

la investidura de esta comisión deriva únicamente del nombramiento que de sus miembros hizo el señor general Lavalle, cuando abrió la campaña, desde Martín García en 1839. El objetivo principal de su creación era el de entenderse con los señores agentes de la Francia, para obtener la cooperación y recursos necesarios, y el de proveer al ejército de armas, municiones y demás artículos⁴⁵.

A comissão uruguaia foi sendo formada a partir das levas de fugas e desterrados de unitários, a partir de 1829, de federalistas cismáticos, a partir de 1833 em diante, e, por fim, com a chegada dos exilados liberais da Geração de 1837, a partir de 1838/39, reunindo, assim, uma variedade política e ideológica com diferentes experiências políticas em relação ao governo da Confederação.

Com efeito, por intermédio da comissão, o cônsul francês firmou um acordo com “as províncias e os povos argentinos armados contra seu tirano”⁴⁶, o que reforçava o lugar

⁴³ “Nota y clave de la Comisión Argentina en Chile”, Santiago de Chile, 04/03/1841. In: RODRIGUEZ, G. F. (comp). **Contribución histórica y documental**. t. III. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922, p. 249.

⁴⁴ Sobre a Comissão de Montevideu, ver: ZUBIZARRETA, I. **Los unitarios**. Faccionalismos, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica, 1820-1852. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz Verlag, 2012; BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013; noto que recentemente foi defendida uma tese de doutorado no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro por Suelle Maiara Perez de Oliveira, **Passageiros em trânsito: exílio e outras passagens na fronteira do Império do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata (1828-1852)**, sob orientação do professor Fernando Vale Castro em que aborda a Comissão de Exilados no Uruguai como um espaço de circulação entre Brasil e Argentina.

⁴⁵ “Respuesta de la Comisión de Montevideo. Cuadro retrospectivo y presente de la revolución contra Rosas”. Montevideo, Abril 29 de 184. In: RODRIGUEZ, G. F. (comp). op. cit., p. 253.

⁴⁶ Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 207. Como

de representante da nação ocupado pelos exilados unitários – ao passo que também alimentava o discurso entre os publicitários rosistas da necessidade de defesa da nação contra os traidores unitários. Além disso, Fructuoso Rivera, líder militar uruguaio ligado aos exilados, retirara seu apoio a Lavalle, e defendia que a própria Comissão passasse a organizar uma força armada com pretensões de tomar Buenos Aires. Evidenciava-se o caráter interventor, militar e diplomático, que a Comissão de Montevideu exercia em relação ao governo da Confederação, como consequência mesmo da profunda intimidade, senão da unidade, da história das sociedades dos dois lados do rio da Prata.

Edward Blumenthal, em trabalho sobre o papel central do exílio nas construções nacionais em Argentina e Chile, aponta para a existência de uma comissão de mesmo teor em Potosí, na Bolívia, formada com a chegada das tropas do general Lavalle, morto em Jujuy a caminho da Bolívia, em 1841, após a derrota para os exércitos de Buenos Aires⁴⁷. A comissão boliviana pôde estabelecer laços com a diplomacia francesa naquele país, inicialmente com o propósito de organizar os ritos funerais de Lavalle, transformando o evento numa grande mobilização dos emigrados, o que acabou por reunir argentinos que viviam dispersos na Bolívia solidários à campanha de Lavalle, conferindo um teor político definido da comissão em relação ao governo da Confederação.

Uma das ações dessa comissão foi enviar formalmente uma comunicação ao presidente recém-empossado José Balliván, no início de 1842, com quem buscava “abrir con dicha Presidencia por cuantos medios le fuesen posibles, relaciones que ayuden al bien estar de los emigrados y favorecer las miras de la causa de la libertad contra la tiranía de Rosas”⁴⁸. Segundo Blumenthal, Balliván criou um ambiente favorável aos emigrados, “muitos deles trabalharam a seu serviço, na administração pública, no exército e como jornalistas mais ou menos oficiais”⁴⁹. Potosí, e também as cidades de La Paz, Chuquiasca e Tapiza, onde se organizaram associações de argentinos, mantiveram intensa comunicação com outros centros de emigrados, estabelecendo redes estáveis de circulação de correspondências, livros, jornais e pessoas.

A correspondência a seguir, enviada pela Comissão de Santiago, ilustra bem essa multiplicidade de dimensões em que as comissões, ou que o exílio politicamente ativo,

signatários pela Comissão, entre outros, estavam Valentín Alsina e Gregório Gómez, que figurariam também na Comissão chilena, como se verá.

⁴⁷ Ibid., p. 219.

⁴⁸ Ibid., p. 226.

⁴⁹ Ibid., p. 226.

atuavam de forma consciente ou como consequência do contexto local. Em julho de 1842, informava o comunicado, já havia alguns meses o conhecimento,

de un modo cierto que el señor general Balliván, presidente de aquella República, había asegurado en reserva a algunos de nuestros compatriotas allí residentes, que tan luego como un tratado de paz cortase sus diferencias con el Perú convertiría toda su atención hacia el gobierno de Rosas (...).

El último vapor llegado en estos días a Valparaíso (...) ha traído a manos de nuestro amigo don Wenceslau Paunero, comunicaciones oficiales del señor Balliván para este Gobierno invitando a celebrar un convenio o alianza para declarar y hacer la guerra al gobierno de Buenos Aires (...).

La disposición personal del señor Bulnes, y del señor Aldunate, ministro de la guerra, nos son favorables; pero ellas tendrán que luchar sin duda con la excesiva *circunspección* de los otros ministros y la oposición⁵⁰.

A passagem é significativa, porque apresenta a expectativa dos exilados em uma perspectiva ampla, tanto em relação aos espaços físicos, quanto às entidades e instituições envolvidas. Presidência e Ministério de Bolívia, Peru e Chile eram evocados em função dos desígnios da mudança política na Argentina, o que demonstrava o grau de aproximação dos emigrados aos espaços de poder em cada um desses países, ao mesmo tempo sugere que essa aproximação teria justamente essa finalidade. O que levantava algumas perguntas, como por exemplo, se a decisão de instalação em um determinado país estava diretamente associada à possibilidade de estabelecer laços com os poderes instituídos, se a adesão aos governos dava-se mesmo em discordância ideológica ou política, mas em nome de um pragmatismo, e se um governo hostil aos propósitos dos emigrados provocaria, eventualmente, uma nova emigração. O exemplo chileno responde às duas primeiras questões; a terceira, como especulação, demandaria novas pesquisas.

A ação da comissão compreendia essa dimensão política e diplomática, na tentativa de costurar alianças com forças dentro e fora do território da Confederação. Como já mencionado, a criação dessa comissão ligava-se, sobretudo, aos esforços de invadir Cuyo do general La Madrid; o militar afirmava haver recebido uma comunicação do Chile “en que avisaban que era probable que aquel gobierno declarase guerra a Rosas,

⁵⁰ COMISIÓN ARGENTINA. “Nueva Comunicación de Chile anunciando el apoyo del Presidente de Bolivia para derribar a Rosas”, Santiago, 25/07/1842. RODRIGUEZ, G. F. (comp). **Contribución histórica y documental**. t. III. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922, pp. 256-258. Assinam este documento Gregorio Las Heras e Martin Zapata.

según los acalorados discursos en as cámaras, del señor Palazuelos y otros diputados”⁵¹, o que, fosse por uma vã esperança, fosse pelo exagero das comunicações que chegavam do Chile, nunca ocorreu. A correspondência analisada revela não apenas o importante contato entre a associação de exilados com lideranças opositoras no território argentino, das associações de exilados entre si, mas também das comissões e dos exilados com os poderes instituídos em seus locais de acolhimento. Isso pode denotar uma sensibilidade política dos exilados de se integrarem ao mundo político interno como forma de fortalecer sua voz no espaço público e angariar possíveis aliados para seus fins. O caso da comissão de Santiago é, neste sentido, bastante evidente, uma vez que o envolvimento de seus membros com a sociedade local, como Sarmiento, foi de fundamental importância, tanto para a conformação de um espaço privado aos argentinos exilados em que pudessem realizar suas atividades, quanto para a produção de um espaço público, com a criação de jornais e publicações voltadas para os argentinos, e também para a sociedade chilena.

Os emigrados no Chile tiveram de lidar com uma forte oposição na imprensa e no parlamento, pois eram acusados de provocar distúrbios internos e de estimular a opinião pública e o governo a criarem conflitos e entrarem em guerra contra o país vizinho. A passagem ressalta que a simpatia de Bulnes não era suficiente, pois toda ação do presidente passava pelo congresso e pela pressão da opinião pública. Assim, compreende-se a quantidade de artigos escritos por Sarmiento e por Alberdi sobre a Argentina, especialmente nos anos 41-42, 44-45 e 51-52 quando, por diferentes razões, a política interna argentina ocupou o centro das atenções de seus artigos e invadia o espaço jornalístico chileno.

Era necessário competir com a opinião local, pois a realidade vivida na Argentina “no ha llegado todavía a los oídos de los gobiernos y de los pueblos de las demás naciones americanas”, escrevia Sarmiento no artigo, “El Emigrado”, onde comparava a situação dos exilados argentinos com a dos poloneses, que na luta por sua independência vagavam pela Europa expulsos de sua terra, “así vagamos nosotros sin patria (...), por la vasta extensión de la America que circunda nuestra patria desdichada; los ojos fijos en ella por sorprenderle un momento de vida, para ayudarla a levantarse”⁵². Este artigo, de março de 1841, ou seja, no mesmo momento de fundação da Comissão, demonstrava a profunda

⁵¹ La Madrid. Memorias. *Apud* BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 238.

⁵² SARMIENTO. “El Emigrado”. *El Mercurio*, 17/03/1841. In: OC, I, p. 20.

conexão entre os comissionados e a ocupação do espaço público chileno⁵³. Mais adiante, o autor revelaria as dificuldades enfrentadas pelos exilados nas sociedades que os recebiam, que

por todas partes refieren sus insoportables desgracias, y por todas partes arrostran semblantes fríos que no demuestran piedad, oídos que oyen porque no pueden evitarlo (...) llegando la frialdad al extremo de poner en duda los hechos mismos que en toda su deformidad el déspota ostenta con impavidez a la faz y en presencia de todos los pueblos⁵⁴.

Entre outubro e novembro de 1841, Sarmiento publicaria uma série de artigos no *Mercurio* em que narrava a derrota das tropas do general La Madrid em Mendoza, a travessia da cordilheira e a chegada de soldados e aliados no Chile. Para além de toda dramaticidade literária das desventuras das batalhas e da travessia dos Andes, os artigos repercutiam a reação do povo e de autoridades chilenas à chegada dos emigrados. Tão logo soube-se da notícia da travessia das tropas,

el gobernador de los Andes, los vecinos, los argentinos emigrados y el gobierno han rivalizado en sus conatos y esfuerzos para salvar del hambre y de los hielos (...). En Santiago se corrían numerosas suscripciones para socorrerlos, y la compañía dramática se preparaba para dar tres funciones en beneficio de los infelices (...). Santiago, San Felipe y Los Andes han hecho brillar esta vez los sentimientos de filantropía y humanidad que honran el carácter chileno⁵⁵.

Como se vê, Sarmiento, tomando-o como publicista da Comissão Argentina de Emigrados, descreve e explora aspectos contraditórios que mobilizavam a sociedade chilena na recepção dos emigrados, da indiferença e da solidariedade, com a intenção, me parece, de provocar a comoção entre o público leitor chileno e assim, sustentar a ação decidida do governo em favor dos emigrados e, em consequência, contra o governo de Manuel de Rosas. A situação conflituosa em que viviam os exilados fez com que em meados de outubro fosse publicado um folheto chamado “Emigración Argentina”, onde

⁵³ Aqui vale recordar a chegada de Sarmiento ao *Mercurio*, em 1841, provavelmente pela mão de Jose Calle, acrescentando este aspecto do interesse dos argentinos em se fazerem ouvir, em ter um meio de grande repercussão na sociedade chilena, além da já conhecida explicação, dada pelo próprio Sarmiento, de que os partidos liberal e conservador chilenos disputavam-no e por afinidade com Manuel Montt e porque Las Heras estava ao lado dos conservadores teria decidido por este partido. A presença de Sarmiento no *Mercurio* é um exemplo dos mais interessantes para se pensar uma história conectada entre Argentina e Chile, dado o grau de envolvimento adquirido por Sarmiento com esses dois mundos.

⁵⁴ SARMIENTO. “El Emigrado”. *El Mercurio*, 17/03/1841. In: OC, I, p. 21.

⁵⁵ SARMIENTO. “Derrota del General La Madrid en la Vuelta de Ciénaga”. *El Mercurio*, 09/10/1841. In: OC, I, pp. 8-9.

se descrevia uma lista com a quantidade e funções ocupadas pelos argentinos chegados ao Chile, para e defender da “malignidad con que algunos *malintencionados* han procurado acreditar la invención de ser un pequeñísimo número de soldados los que habían pasado por la Cordillera”⁵⁶.

Assim, os artigos de Sarmiento nesses primeiros meses de chegada ao Chile devem ser lidos, também, desde uma perspectiva das preocupações da Comissão de Emigrados, como parte integrante de seus esforços de concentrar forças a favor da resistência à ditadura argentina. Acredito que sem essa referência, os artigos de Sarmiento apareceriam como um esforço ou um propósito individual, afinal, em 1841, Sarmiento não era uma figura pública, não possuía reconhecimento entre o público chileno, e mesmo entre os argentinos. Sua atuação na Comissão, seu contato com figuras eminentes como Las Heras, José Calle, Domingo de Oro, e seu talento como escritor e articulador político proporcionaram um espaço para desenvolvimento de sua atividade na imprensa e junto ao governo chileno.

Como observou Edward Blumenthal, ao criar uma rede de comunicação entre centros de exilados na luta contra Rosas, as comissões acabaram por produzir uma esfera comum de práticas e discursos que se constituiu como um espaço para os exilados e transbordou para o espaço público circundante. As comissões tiveram uma importância adicional, ao organizarem-se em instituições de caráter representativo, fundadas na ideia da abertura, da participação, do voto numa tentativa de expressar os princípios liberais que defendiam para a organização do país. Especificamente a comissão chilena simbolizou uma dupla mudança em relação à perspectiva da comissão de Montevideu para a história argentina nesse momento, “da luta armada ao jornalismo e à cooperação com as autoridades no exílio – mas também da mudança geográfica, quando o Chile tornou-se o centro de ação dos exilados”⁵⁷.

⁵⁶ “Emigración Argentina”, Santiago, 15/10/1841. Imprenta del Estado. Assinam “Unos Argentinos”. Esse folheto é republicado no *Mercurio* em 02/11/1841 como nota a outro folheto, “Sucesos de la Cordillera”, que recordava de antigos eventos históricos, comoquando se cruzaram os Andes partindo de solo argentino à época da conquista do Chile e da independência, e que também descrevia pormenorizadamente os acontecimentos durante o fim da batalha do exército de La Madrid e a chegada ao Chile nos dias precedentes, numa clara tentativa de estabelecer um nexo entre os fatos históricos e a unidade de interesse. Embora o texto reproduzido nas obras completas não possua assinatura, um outro artigo do *Mercurio*, que lhe fazia referência, acusa que o folheto era assinado por G. N. T., um dos pseudônimos de Sarmiento. In SARMIENTO. OC, I, p. 11.

⁵⁷ BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 247.

3 - Os Clubes Constitucionais

3.1 – Como o surgimento dos clubes se relacionava com o contexto chileno em 1851-52

Quando em outubro de 1850 anunciou-se a candidatura de Manuel Montt pelo partido conservador à sucessão de Manuel Bulnes, as reações foram enfáticas por parte da Sociedade da Igualdade e da oposição ligada a Manuel Camilo Vial e a Victorino Lastarria. “Cuando es legitima la desobediencia”, “orden y tiranía”, “proclamar a Montt para candidato a la presidencia, es autorizar la revolución”, foram alguns títulos de editoriais lançados pelo periódico *La Barra*⁵⁸, porta-voz dos liberais. “La Sociedad de la Igualdad rechaza a Montt porque representa los estados de sitio (...). El partido progresista no se ha propuesto hostilizar candidatura alguna, excepto la de Montt”⁵⁹. Por outro lado, contra os pronunciamentos dos liberais, o *Mercurio* recusava a ação violenta, que não era “aceptado jamás como resorte político (...). En las cámaras contaba la oposición una casi mayoría (...); la tribuna parlamentaria estaba a su servicio (...). En la prensa, la exaltación de sus escritos puede servir de termómetro del grado de libertad que disponía”⁶⁰.

Em meio ao movimento partidário contra a candidatura de Montt, os editores de *La Barra* identificavam a participação de argentinos na imprensa em defesa dos conservadores, e questionavam a legitimidade de seu apoio nos mesmo termos que Sarmiento fora questionado dez anos antes. Segundo o periódico, Juan Carlos Gómez (na verdade uruguaio, mas igualmente opositor de Rosas) e Juan María Gutiérrez, redatores, respectivamente, do *Mercurio* e da *Tribuna*, já há alguns anos no Chile, e emigrados “de las provincias argentinas por unitarios, es decir, por enemigos del general Rosas (...). [s]i en su país combatían en contra del absolutismo, es decir, por la causa del pueblo, por que en Chile combaten en contra del pueblo, de la reforma y apoyan la tiranía?”⁶¹. A posição do estrangeiro era aqui questionada pela opção política que adotava, pela aparente contradição verificada pelos articulistas do veículo liberal. Sua condição de estrangeiro não era o foco. A integração dos periodistas sul-americanos na imprensa chilena parecia ter-se dado.

⁵⁸ Seguem as datas dos editoriais respectivamente: 24, 23, 21 e 19/10/1850.

⁵⁹ “Candidatura de General Cruz”. *El Progreso*, 18/02/1851.

⁶⁰ “Cesación del estado de sitio”. *El Mercurio*, 30/05/1851.

⁶¹ “Los traidores”. *La Barra*, 19/10/1850.

Por outro lado, Alberdi salientava, em comunicação privada a Felix Frías, que “los argentinos, muchos de ellos, Tejedor, Lamarca y cien desconocidos han tomado una parte activa e imprudente en la guerra civil que hoy divide a Chile”⁶². Os “cem desconhecidos” remetem à amplitude e à variedade da presença da emigração argentina no Chile, e como a própria existência da democracia, do associacionismo obreiro e de um discurso republicano popular repercutia positivamente em outros grupos de emigrantes. Ao que parece, a absorção dessa experiência, e igualmente, a incorporação nesses meios através de um aparato discursivo no qual a revolução, a ação violenta em vista da derrubada do governo, especialmente no momento de decretação de estado de sítio, parecia coadunar-se com a experiência argentina vividas por esses exilados – entre os nomeados, Carlos Tejedor foi mencionado no capítulo anterior em severa crítica a Alberdi sobre seu artigo *37 años después*. Na mesma correspondência, Alberdi alegava que não publicaria naquele momento o estudo de Frías sobre Guizot por conta do momento conturbado que se vivia no Chile, porém,

cuando la publique lo haré con reflexiones mías, dirigidas a hacer comprender el espíritu sano y liberal de su aversión al fanatismo e idolatría democrática. Yo no he sido jamás idolatra de la democracia pura. Nacido y criado en presencia de todos los estragos que ella hacía en estos países, no podía serlo⁶³.

A associação da democracia com o regime rosista, baseado na mobilização popular dos comícios, na forma plebiscitária, na submissão da plebe a um caudilho e a identificação com um líder virtuoso permitia essa adjetivação de idolatria, e a ação desordenada e os distúrbios, como os verificados com as mobilizações da Sociedade da Igualdade, aliados com um discurso messiânico e religioso presente na retórica de Francisco Bilbao, por exemplo⁶⁴, davam esse caráter de fanatismo.

A resposta dos argentinos que se mantinham ligados ao governo Bulnes, ou ao menos contrários às ações comandadas pela *Sociedad de la Igualdad*, caminhava no sentido da defesa das instituições e da legalidade. Assim se manifestava *La Tribuna*, quando perguntava a seus leitores, poucos dias antes de estourar o motim de Santiago “¿Donde está la oposición? Aquel partido de los demócratas igualitarios que tal estruendo

⁶² “Carta de Alberdi a Frías. Valparaíso, 24/11/1851”. *Apud* MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 509.

⁶³ *Ibid.*, p. 509.

⁶⁴ Cf. WOOD, A. *The Society of Equality. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, *passim*. 206-210.

pretendía hacer, ¿donde se encuentra? Qué hicieron sus bríos cuando amenazaba echar abajo un gobierno establecido por la razón y el libre voto del país?”⁶⁵. No mesmo caminho, concluía *El Mercurio* que, enfim, “el sistema conservador no es incompatible con la libertad”⁶⁶, argumentando que naquele mesmo momento Bolívia, Equador, Nova Granada e Venezuela passavam por revoluções civis. Chile e Peru, seguia o articulista, “*deben tomar lección*. Esta lección es de que a cada día debe marcharse con tino, pero sin detenerse a la realización de los principios sanamente liberales en nombre de los cuales se hizo la revolución de 1810”⁶⁷. Em oposição aos pronunciamentos e conclamações dos liberais, o *Mercurio* precisava para seu público os riscos a que a sociedade estava sujeita naquele contexto e seus agentes, sublinhando que

la democracia es como la corriente de un río torrencioso (...) abridle huellas para que abandone su cauce y todo lo inundará o inutilizará (...). Extraviadla, conducidla mal y seréis víctima de vuestra indiscreción. La prensa de circunstancia y los clubs son los culpables de este terror⁶⁸.

Levando-se em conta que o texto era publicado poucos dias após a vitória eleitoral de Montt e em meio ao questionamento oficial da oposição, o artigo se reveste de um pragmatismo notável. O periódico apresentava um quadro conceitual em que localizava a si e a seus adversários no campo partidário: pondo-se ao lado do regime conservador, condenava a oposição liberal, tanto os membros da Sociedade da Igualdade, como também setores menos radicais notadamente ligados a Vial e Lastarria, que buscavam manipular a aproximação com os *igualitários* em benefício de uma candidatura viável, com base social de apoio⁶⁹.

Em abril de 1851, após o lançamento da candidatura pela oposição do general José Maria de la Cruz, liderança política e militar de Concepción, estalava em Santiago uma rebelião militar, aplacada poucos dias depois; após a vitória de Montt, em junho, a oposição entra com um pedido de anulação do pleito, e diante da rejeição pelas cortes competentes, dava-se início a novos levantes em Santiago, Concepción e La Serena, o que desencadeou uma guerra civil que durou até dezembro daquele ano. Diante desse quadro a “provincia flotante” de emigrados recebia as notícias da insurgência do General

⁶⁵ “¿Donde está la oposición?”. *La Tribuna*, 09/04/1851.

⁶⁶ “Las revoluciones civiles”. *El Mercurio*, 20/08/1851.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ “La prensa y los clubs”. *El Mercurio*, 30/06/1851.

⁶⁹ Cf. WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and Democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of Mexico Press, pp. 216-221.

José Justo de Urquiza, governador de Entre-Ríos, contra Rosas, no início de abril de 51. Os desenvolvimentos desse evento teriam um papel decisivo para a história de Alberdi e Sarmiento no Chile, pois apontavam para um possível novo fim do regime autoritário de Buenos Aires.

3.2 – Como o surgimento dos clubes se relacionava com o contexto platense em 1851-52

Em abril de 1851, Sarmiento escrevia em sua revista *Sud-América* que os jornais chilenos davam conta da proclamação feita pelo general Urquiza de uma convocação imediata de um congresso⁷⁰. A notícia reverberava um comunicado de Urquiza de 03 de abril distribuído em todas as províncias, no qual se explicavam as razões da declaração oficial de Urquiza em favor da convocação de um Congresso nos termos do Pacto Federativo de 1831, para que se resolva a questão da livre navegação dos rios⁷¹. A livre navegação dos rios e as intervenções seguidas da Argentina no Uruguai levaram o governo do Império do Brasil a romper relações com Rosas em outubro de 1850. Diante desse novo cenário, Urquiza não renova seu apoio a Rosas ao negar-lhe conceder a Soma do poder público e o uso das faculdades extraordinárias, alegando a necessidade de se convocar um congresso. Imediatamente firmava um acordo com o governo brasileiro e com forças políticas uruguaias, favorecendo a ação brasileira em garantir a autonomia uruguiaia, em forçar a abertura dos rios e, ao mesmo tempo, enfrentando as forças de Rosas⁷².

Sarmiento, desde o Chile, iniciava um movimento de sustentar as ações de Urquiza junto à opinião pública chilena e aos exilados, elogiando, por exemplo, a

⁷⁰ SARMIENTO. “Congreso, Constitución, libre navegación de los ríos”. *Sud-América*, 17/04/1851. In: OC, VI, p. 401.

⁷¹ “Copia de una representación elevada a los gobiernos de la Confederación”. Santiago de Chile, 03/04/1851. In: SARMIENTO, D. F. **Campaña en el Ejército Grande**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, pp. 70-1.

⁷² SHUMWAY, N. **A invenção da Argentina**. A história de uma ideia. São Paulo: Edusp, 2008, p. 225. Assim descreve Sarmiento a situação em julho de 1851: “Estas y más aberraciones que ocurran [alguma província apoiar Rosas] no estorbarán que Montevideo sea intomable; que Entre-Ríos y Corrientes estén separados de hecho y de derecho de la Confederación, ni que el Brasil tenga un ejército poderoso en sus fronteras y una escuadra imponente en las aguas del Plata para asegurar la independencia efectiva de Montevideo; y que el general Urquiza, Montevideo y el Brasil estén unidos en un mismo propósito, sin contar con el Paraguay, aliado de Brasil, y la Francia de Montevideo. Dados estos antecedentes, la suerte de Rosas está decretada”. SARMIENTO. “El deber de hoy y las dificultades de mañana”. *Sud-América*, 17/07/1851. in: OC, VI, pp. 481-2.

legislação sobre educação popular posta em prática em Entre-Ríos que “hizo compulsoria la educación de los niños, aplicando castigos, como en Prusia, a los padres negligentes”⁷³. Também o desenvolvimento da imprensa fora dos limites ideológicos rosistas foi um acontecimento desse período na província, com o periódico *La Regeneración*, uma palavra que, segundo Sarmiento, “bajo el gobierno de Rosas y lanzada en el Entre-Ríos, es un reproche, un reto y una protesta armada”⁷⁴.

Em julho daquele ano, Sarmiento comunicava a “felicidad poco común” de publicar a circular de Urquiza, na qual anunciava sua determinação de “ponerse a la cabeza del movimiento de libertad con que los pueblos argentinos deben poner coto a las absurdas y temerarias aspiraciones del gobernador de Buenos Aires”⁷⁵. Sarmiento agregava, abrindo uma nova frente de questionamentos, que tal documento daria por encerrado “nuestros débiles esfuerzos por restablecer el derecho público argentino (...), si el período que abre a los destinos de nuestra patria la generosa empresa del general Urquiza no trajese consigo nuevas dificultades”⁷⁶.

Após ponderar sobre a história da consolidação do governo de Rosas e sobre a composição de forças políticas na Argentina, Sarmiento faz uma projeção de que “tenemos por delante dos o tres años de oscilaciones, de lucha entre elementos diversos, de trabajos preparatorios para obtener la suspirada organización definitiva del país (...). Debe tenerse cuidado de no caer de nuevo en la red que (...) intentamos romper ahora”⁷⁷. A observação de Sarmiento pautava-se na constatação do poder das lideranças políticas, no costume da violência incorporado no trato político e na personificação do poder, de modo que não seria suficiente Urquiza valer-se de um exército em seu poder que invadissem as províncias de modo a dobrá-las à sua vontade ou a condução do processo pautado pela autoridade do general e governador⁷⁸. A observação de Sarmiento, com um ano de

⁷³ SARMIENTO. “Movimiento en las provincias. Escuelas, periódicos”. Sud-América, 01/04/1851. In: OC, VI, p. 382.

⁷⁴ Ibid., p. 388.

⁷⁵ SARMIENTO. “El deber de hoy y las dificultades de mañana”. Sud-América, 17/07/1851. in: OC, VI, p. 473.

⁷⁶ Ibid., p. 473.

⁷⁷ Ibid., p. 475.

⁷⁸ Segue a digressão de Sarmiento sobre a organização militar das províncias durante um provável período de transição: “El general Urquiza está a la vanguardia con un ejército aguerrido, habituado por muchos años a triunfar, y dotado de elementos suficientes; mas ese ejército necesitaría otro de reserva en el norte, otro más en el occidente, a fin de que en el caso inconcebible (si no fuese Rosas capaz de todo) de invadir las provincias para forzarlas a encargarlo de las Relaciones Exteriores, o hacerlo presidente por derecho de conquista, estuvieses en aptitud de escalearlo. Es nuestra opinión muy meditada que deben formarse ejércitos en Cuyo y en Tucumán, compuestos de contingentes de las provincias adyacentes, para prepararse con anticipación a las eventualidades del porvenir. No habrá guerra desde que cada parte del territorio esté en estado de rechazar las tentativas de invasión”. Cf. SARMIENTO. “El deber de hoy y las dificultades de

antecedência aos conflitos entre as províncias e Buenos Aires, revelava o olhar arguto e o conhecimento acerca da organização do poder e das relações políticas na Confederação.

Segundo Jorge Mayer, logo após a notícia do pronunciamento de Urquiza haver chegado ao Chile, Sarmiento escreveu uma carta a Alberdi com o propósito de envolvê-lo nas filas do general Urquiza, e incentivando que se “pronunciasse pelas novas correntes e que se declarasse federal no sentido do pacto de 1831”⁷⁹. Para o sanjuanino havia urgência com os acertos da convocação de um congresso nacional e a criação da nova carta constitucional, pois seria “preciso preparar allá los amigos a una ley de amnistía general”⁸⁰. A comunicação, reforçando um aspecto que se destacava nos artigos, revelava a disposição de Sarmiento em relação a Urquiza como condutor do movimento anti-Rosas e, ao mesmo tempo, a crença na atuação dos exilados, desde o Chile, como protagonistas na construção do novo governo.

Por seu turno, Alberdi observava igualmente atento a situação do Prata, e em agosto de 1851, quando estava presente como colaborador do *Mercurio*, escreveu um conjunto de artigos em que analisava detidamente a situação da região. Como vinha insistindo desde há muito, a questão argentina passava pela necessidade de se concluir a revolução iniciada em 1810 com a eleição de um Congresso e a proclamação de uma Constituição, e isso, conclui Alberdi, “es lo que han deseado a su vez el general Dorrego y el general Lavalle, a pesar de sus dolorosas rivalidades”⁸¹, corroborando, assim, sua percepção de que “la parte sensata de los federales pide una constitución”⁸².

Alberdi introduzia aqui uma questão espinhosa, e que já havia sido tratada anteriormente, nos planos da hipótese e do projeto, nos debates envolvendo seu polêmico artigo “37 años después...”, sobre a participação dos federalistas na organização de um governo pós-Rosas. Aqui, o tema apenas se anunciava muito sutilmente no esforço de Alberdi em legitimar a atuação dos federalistas na condução do movimento anti-rosista – quando por exemplo, Alberdi analisava a participação do Brasil no combate ao governo argentino: “El Brasil se asocia a los federales, a los vencedores, a hombres colocados en

mañana”. Sud-América, 17/07/1851. In: OC, VI, p. 478. O texto deixa uma ambiguidade sobre quem seria o objeto da avaliação de Sarmiento, pois ao mesmo tempo em que inicia tratando de Urquiza, lança o nome de Rosas no meio do texto. Nesse momento, a meu ver, Sarmiento está tratando de modo formal, considerando a ação de Urquiza em teoria, à luz das experiências argentinas, mesmo aquela de Rosas, de quem foi durante muito tempo aliado.

⁷⁹ MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 499.

⁸⁰ “Carta de Sarmiento a Alberdi”, Santiago, 25/05/1851. *Apud* MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963, p. 499.

⁸¹ ALBERDI. “Asuntos del Plata. En qué consiste la cuestión argentina”. *El Mercurio*, 15/08/1851. In: CB, p. 433.

⁸² *Ibid.*, p. 435.

alto, a poderes listos y preparados para obrar. La Francia se alió a un partido fuerte sólo por el honor, pero caídos en medios, rival del partido que ocupaba el país”⁸³. A presença dos federalistas era vista por Alberdi de forma pragmática já desde 1847, pois percebia – dada a maciça presença do partido na burocracia, na economia, nos cargos públicos, na vida, enfim, da Confederação por mais de vinte anos – que qualquer saída possível para o governo de Rosas deveria passar por uma negociação com esse grupo, de modo a compor uma aliança que proporcionasse alguma estabilidade na transição. A referência aos federalistas como os “vencedores” é bastante relevante, porque sugere um ponto de vista amoral – incomum, se se pensar a referência que se faziam mutuamente unitários e federalistas – e uma visão absolutamente pragmática da política. Quero dizer, era preciso, em um periódico de Valparaíso, mas que naquele momento circulasse nos principais centros de resistência na Argentina – além de, claro, entre os exilados no Chile – ser positivamente assertivo, lançar uma mensagem aos acordos com os chefes federalistas, com os aliados de Rosas que quisessem desertar, e com os dissidentes que desejassem expor seu apoio à nova aliança liderada por Urquiza, e sustentada desde o Chile pela emigração argentina. Por suposto, como havia alertado Echeverría ao comentar o texto de Alberdi de 1847⁸⁴, este tipo de mensagem não deixaria de causar atrito.

Sarmiento, ao planejar o futuro da Argentina, concentrava seus esforços em delinear formações e relações institucionais, por exemplo, como deveriam funcionar as aduanas, litorâneas e terrestres, as relações comerciais com o Chile, o controle da navegação dos rios, as eleições de representantes, enfim, de realizar um prognóstico a partir do livre comércio, do incentivo à indústria e à imigração, da realização de um sistema de ensino universal, princípios com que trabalhou durante todo o período no Chile. Ao contrário de Alberdi, Sarmiento não se ocupa de enfatizar, nesse momento, os agentes que realizarão a transição, fazendo apenas vagas referências à brilhante geração que se encontra exilada na América do Sul e na Europa e que teria condições de preencher um futuro congresso constitucional. Apenas em uma ocasião Sarmiento é mais enfático em relação aos grupos que deveriam ocupar os espaços de poder, quando também põe em perspectiva o momento histórico por que passava a Confederação Argentina, assumindo uma postura cética em relação ao futuro.

⁸³ ALBERDI. “Practicabilidad de un cambio general en Buenos Aires”. El Mercurio, 19/08/1851. In: CB, p. 437.

⁸⁴ Carta de Echeverría a Alberdi, Montevideo, 31 de enero de 1848. *Apud* MAYER, J. Alberdi y su tiempo. p. 445

Cuando la república se constituya, no nos hemos de servir para todo de los ejércitos de Rosas, ni de los de ningún caudillo especial, si no queremos ser víctimas de ellos (...). Llámense al servicio a todos los antiguos militares argentinos que andan expatriados en América (...). Todas estas cosas es bueno decir las a tiempo y llamar la atención sobre ellas (...). No sabemos cuáles son las provincias que han respondido al llamamiento del general Urquiza; lo que sabemos es que ninguna podrá evitar el ser arrastrada por el movimiento general (...).

La suerte de Rosas está decretada, y con él la de todos los miserables que coadyuven a la prolongación de los males de nuestra patria. Estamos colocados en un punto culminante para observar la conducta que guarda cada protagonista en aquel drama. Sabemos cuántos crímenes han cometido la ambición desenfrenada de los unos, las venganzas y las pasiones brutales de los otros. Sabemos cuánto debe perdonarse a la fragilidad humana y a las excitaciones de las pasiones de partido; pero sabemos también lo que se debe a la justicia y a la salvación de la patria⁸⁵.

A longa passagem encerra temas caros a esse momento crucial da história argentina e da conformação do discurso sobre os princípios republicanos diante da situação concreta que se apresentava de transformação política. A primeira parte do excerto deixa claro sua desconfiança dos homens que até então ocuparam os cargos de direção no governo de Rosas, ressaltando que não se deveria servir de nenhum caudilho em especial, o que, cotejando com a passagem acima, bem poderia ser referido a Urquiza. Noto que Alberdi em seus artigos a partir de 1851 não utiliza mais a categoria de caudilho para se referir aos líderes federalistas, e aqui não é outro o intuito de Sarmiento, como um elemento de despreço por esses personagens. (De fato, os periódicos chilenos, *Mercurio* e *Diario de Valparaíso* se ocupavam cotidianamente dos acontecimentos do outro lado dos Andes, e os relatos traziam como destaque o protagonismo do general Urquiza, o que, com o tempo, acabaria por concentrar os anseios de transformação entre os exilados.) No entanto, mesmo se considerada em sua generalidade, a passagem não deixava dúvida quanto ao perigo da personificação do poder. E foi exatamente sobre esse ponto que Sarmiento, em uma carta aberta a Urquiza, apontava seu principal erro na condução da organização nacional após Caseros. “¿Por qué, pues, veo una especie de servidumbre doméstica en el gobierno, en el Congreso y en la oposición misma (...) ¿Y los federales, general, dónde están? ¿Y los unitarios, dónde están? (...) Hé aqui el error, general”⁸⁶.

⁸⁵ SARMIENTO. “El deber de hoy y las dificultades de mañana”. Sud-América, 17/07/1851.in: OC, VI, pp. 481-2.

⁸⁶ SARMIENTO. “Carta de Yungay”. Yungay, 13/10/1852. In: OC, XV, p. 24. A correspondência aponta os erros de Urquiza que, ao centralizar o poder, acabava por nomear seus aliados como governadores e membros do Congresso, inclusive na província de Buenos Aires, o que inicia os conflitos.

Nessa correspondência, Sarmiento usa o vocativo “general de Entre-Ríos” e “Vencedor de Caseros” para referir-se a Urquiza, o que era uma clara provocação, pois Urquiza já havia recebido o título de *Director Provisório*, e com isso Sarmiento desconhecia o título e o “rebaixava” à condição de general da província. O nome “vencedor de Caseros” pode sugerir uma notação militar, uma autoridade que lhe era conferida por seus aliados pelo seu feito de guerra, mas que Sarmiento, me parece, buscava marcar como circunscrito a essa esfera, sem que disso gerasse automaticamente legitimidade para a condução política.

A segunda parte ressalta um elemento interessante, subjacente a todo o período em que se encontraram no Chile, e que diferia em grande medida daqueles relatos provenientes, por exemplo, dos exilados de Montevideu: a distância e a perspectiva com que observam o desenrolar dos eventos do outro lado dos Andes, como um trunfo para se observar a conduta dos agentes, à distância, sem as paixões do lugar. Ao tratar de Rosas e daqueles que o apoiaram (“los unos” e “los otros”), Sarmiento apontava para os riscos envolvidos quando as mesmas personagens ocupavam o mesmo palco em que duelaram as ambições e as vinganças, ou seja, o quanto deve perdoar-se a fragilidade e as “excitações de partido” dos caudilhos aliados de Rosas ao admiti-los na nova ordem política, e o quanto se deve usar da justiça, excluí-los, em nome da salvação da pátria. A perspectiva apontada por Sarmiento permitiria o olhar afinado para resolver esse problema, o que para Alberdi já estava definido.

Ao mesmo tempo, Sarmiento destacava que um aspecto fundamental da retórica republicana presente na ação do governador de Entre-Ríos, e que sustentava seu apoio, era o fato de que “el General Urquiza no ha hecho una revolución; ha hecho peor todavía, ha retirado el encargo de las Relaciones Exteriores al mandatario infiel, inepto y tiránico”⁸⁷. A ressalva, escrita em julho de 1851, era crucial quando lida no ambiente chileno que, desde finais de junho vivia em estado de guerra civil, após a eleição de Montt, o que reforça a aposta nesse cruzamento das experiências e expectativas no momento mesmo de elaboração do discurso político. Como afirmava em carta para Alberdi, “la

⁸⁷ SARMIENTO. “Las Filípicas de los Andes”. Sud-América, 24/07/1851. In: OC, XIII, p. 201. Publicado originalmente como folheto em Santiago na Imprenta Julio Belin e republicado em Sud-América. A publicação como avulso sugere que sua divulgação tenha abrangido um público mais amplo do que o da Revista Sud-América, que era principalmente destinada aos emigrados. Em nota, o autor explica que Filípica refere-se aos “discursos del tribuno Ateniese concitando a las ciudades griegas contra Filipo, rey de Macedonia (...)”. Si tenemos un Filipo horrible, no se encuentran fácilmente los Demóstenes. Las filípicas eran discursos vehementes, acres, acerados, improbando a los ciudadanos su apatía, al tirano sus atentados, y quiero conservar este carácter necesario”, p. 197.

adhesión a estos principios, lejos de comprometer ningún antecedente nuestro, no es más que una manera racional, práctica y legal de llegar al fin de organizar la República”⁸⁸. Nesse caso específico, a manutenção da ordem legal, o respeito às instituições servia para combater a tirania que, justamente, valia-se da provisoriedade do poder e da inexistência de uma carta constitucional para sua perpetuação, o que, como se viu, representava a antítese do contexto chileno, onde a oposição gozava sua existência na imprensa, no parlamento e nas eleições.

3.3 – A queda de Rosas e a fusão das margens

Após a vitória das tropas do Exército Grande na Batalha de Caseros em 3 de fevereiro de 1852, uma das primeiras medidas de Urquiza foi a convocação de eleições para a Sala de Representantes de Buenos Aires que havia sido deposta. Urquiza havia designado Alejandro Vicente Lopez como governador provisório de Buenos Aires, e nomeou seus secretários. Pretendia controlar as eleições, pois exercia um poder de fato diante de elites proprietárias e comerciais temerosas da instabilidade política que se vivia desde a guerra civil, e com um governador designado. As eleições para deputados de 11 de abril apresentaram duas listas de candidatos, uma organizada por Urquiza e outra por Valentin Alsina, liberal retornado do exílio, e nomeado secretário de governo em Buenos Aires. A lista de Alsina saiu vencedora, apesar da pequena diferença de votos entre elas. De todo modo, a nova câmara de representantes manteve-se sob controle de Urquiza, e efetivou Alejandro Vicente Lopez como governador em primeiro de maio, o que provocou a renúncia de Alsina⁸⁹.

Segundo observa Alberto Lettieri, da mesma forma que a decisão de Urquiza de manter o controle da província de Buenos Aires levou a uma rápida fragmentação da “comunidade de retornados”, ficava “claro que a construção do consenso social sobre o qual haveria de assentar-se o novo regime político não poderia excluir os grupos pecuaristas e comerciais portenhos, solidamente estabelecidos ao amparo do rosismo”⁹⁰. Sob uma nova perspectiva, agora em face do caso concreto, os debates de Alberdi e

⁸⁸ Carta de Sarmiento a Alberdi, 29/05/1851. *Apud* MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Edeuba, 1963, p. 499.

⁸⁹ Cf. LETTIERI, A. **La construcción de la república de la opinión**: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006, passim 99-106.

⁹⁰ *Ibid.*, pp.97-8.

Sarmiento pareciam atualizar-se, na medida em que se percebia a inquietação entre a opinião liberal, mas também entre os setores políticos e sociais que permaneciam do período rosista.

Com a finalidade de assentar as bases para a organização de um Congresso Constituinte, Urquiza convocou uma reunião de governadores de província na cidade de San Nicolás. A convocação da reunião motivou críticas dos liberais de Buenos Aires e das províncias, pois entendiam que os governadores não haviam sido eleitos, não possuindo, portanto, legitimidade para deliberar as leis fundamentais da nação. Essa reunião acabou por servir como argumento para as primeiras manifestações de desacordo explícito com Urquiza, pois no início de junho era finalmente divulgado na imprensa os termos do Acordo de San Nicolás, assinado em 31 de maio, causando profunda comoção na capital. “Tras declarar al Tratado del Litoral de 1831⁹¹ como ley fundamental de la república (...), los gobernadores habían dispuesto un conjunto de medidas que fueron consideradas gravemente lesivas para los intereses de Buenos Aires”⁹², tais como a nacionalização das adunas; a concessão a Urquiza do título de *Director Provisional de la Confederación Argentina*; a concentração em sua pessoa do exercício dos poderes legislativo e executivo, até o momento de realização do congresso constituinte.

Iniciou-se em junho uma disputa política e institucional entre Buenos Aires e Urquiza. Bartolomeu Mitre, um dos principais opositores do Diretor Provisório, escrevia em seu diário: “si queremos gobierno representativo republicano, no empecemos por establecer una dictadura irresponsable, falseando el principio mismo que queremos salvar”⁹³. As *Jornadas de Junio* de 1852 se caracterizaram por uma forte campanha na imprensa e na Sala de Representantes, com a presença de partidários liberais nas sessões e nos comícios, em função de desautorizar a designação do governador de Buenos Aires, bem como anular os efeitos do Acordo. Como reação às jornadas, em 24 de junho, Urquiza ordenou o fechamento dos jornais opositores, o fechamento da sala de representantes, o desterro dos deputados liberais que haviam liderado a oposição no

⁹¹ Assinado no interregno de Rosas, esse tratado previa a reunião dos representantes de todas as províncias para a construção de uma Constituição em comum. Em 1831, a maior parte dos governadores ainda havia sido eleita, de modo que os representantes que permaneceram desde 1829 dariam legitimidade a esse acordo, caso houvesse sido realizado alguma vez.

⁹² LETTIERI, A. La construcción de la república de la opinión: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006, p. 108.

⁹³ Bartolomeu Mitre, “Los Debates, 19/06/1852”. In: LETTIERI, A. La construcción de la república de la opinión: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006, p. 111.

período de abril a junho, como Bartolomeu Mitre, Dalmacio Velez Sarsfield e Valentín Alsina⁹⁴.

As *Jornadas* possibilitaram organizar uma nova oposição política ao poder que se consolidava do Libertador. Urquiza, sugere Lettieri, sustentava-se com “o voto do exército, os caudilhos que governavam o restante das províncias argentinas e um prestigioso grupo dentro da corrente liberal (...) encabeçados por Juan Bautista Alberdi, Vicente Fidel Lopez e Juan Maria Gutierrez”⁹⁵. Como se verá adiante, essa oposição deu-se em Buenos Aires, mas também mobilizou os centros de exilados que mantinham seus espaços públicos ativados, especialmente após a queda de Rosas, quando puderam, enfim, restabelecer laços com o território das províncias.

Ao grupo de Mitre e Alsina juntava-se Sarmiento, também desiludido com o desenrolar da história recente na república Argentina. Sarmiento teve uma tentativa frustrada de se aproximar de Urquiza ainda durante a campanha contra Rosas; em seguida, a legislatura de San Juan que o havia nomeado deputado destituía o governador enquanto este se encontrava em San Nicolás⁹⁶, marcando efetivamente a oposição que Sarmiento desempenhará em solo chileno a favor de Buenos Aires e contra a renovada investida do caudilhismo com o *Director Provisorio*.

Do ponto de vista de Alberdi, os conflitos desencadeados estão associados à dificuldade dos unitários de comporem, de estabelecerem acordos políticos amplos que impliquem em concessões e em superar suas oposições morais em relação aos federalistas. É importante recordar aqui que alguns comunicados oficiais e periódicos, talvez de parte dos que estivessem ao lado de Urquiza, talvez dos mais ligados à política partidária, mantinham a divisa federalista “¡Viva la Confederación Argentina!”, e numa carta de Urquiza, publicada por Sarmiento em *Campaña en el Ejército Grande*, o complemento a essa divisa era ainda mais eloquente para a oposição que se fazia a Urquiza, “Mueran los enemigos de la organización nacional!”⁹⁷.

Em fins de julho, o governador de Buenos Aires renunciava ao cargo e Urquiza assumia o governo da província. Ato contínuo, e em face do crescente descontentamento,

⁹⁴ Cf. LETTIERI, A. La construcción de la república de la opinión: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006, p. 113; e BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, pp. 249-250.

⁹⁵ Ibid., p. 98.

⁹⁶ Cf. VALENZUELA, D.; SANGUINETI, M. **Sarmiento periodista**. El caudillo de la pluma. Buenos Aires: Sudamericana, 2012, p. 152.

⁹⁷ “Carta de Urquiza a Sarmiento, Concepción de Uruguay, 23/06/1851”. In: SARMIENTO. OC, XIV, p. 31.

o governador de Entre-Ríos “conformou um Conselho de Estado integrado pelas principais figuras do rosismo, como Arana, Balmori, Irigoyen y Lahitte, presidido por Anchorena”⁹⁸, na busca do apoio popular que esses caudilhos tradicionais detinham. Por fim, em setembro, estouraria uma revolta em Buenos Aires, que decretava seu afastamento das províncias e recusava a autoridade de Urquiza, enquanto não fossem convocadas eleições e um congresso constituinte em toda a nação. A cidade de Buenos Aires retoma o controle de seu porto e de sua aduana, motivo pelo qual se mobilizaram inicialmente as elites portenhas, e estabelece um governo independente do restante da Confederação.

De fato, por mais que as *Bases* de Alberdi tivessem recebido calorosa acolhida por Urquiza e os unitários, o cenário que se desenhou nos primeiros meses do governo pós-rosas era abertamente desconforme às suas pretensões.

3.4 – Formação dos clubes

Como se viu, o processo de integração e de circulação entre Argentina e Chile foi incessante durante toda a década de 1840, com maior ou menor intensidade, livros, jornais, correspondência, pessoas e interesses atravessaram os Andes⁹⁹, mantendo, a um só tempo, a dualidade e a fusão no processo de desenvolvimento do discurso político dos exilados argentinos, em especial daqueles ligados ao espaço público e político, como Alberdi e Sarmiento. Como pôde ser analisado ao longo deste trabalho, a atuação de ambos na imprensa foi decisiva na formação de seu discurso político em interface permanente com a sociedade chilena e com a expectativa de transformação política na Argentina. A experiência liberal, republicana, democrática do contexto chileno, com todos os senões expostos, proporcionava o contato direto com as pressões, interesses e forças sociais e políticas que encarnavam esses conceitos dando-lhes o contorno material

⁹⁸ LETTIERI, A. **La construcción de la república de la opinión**: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006, p. 113.

⁹⁹ A título de ilustração, chamaria atenção para o interessante artigo de Pedro Santos Martínez que analisa um processo criminal instaurado em Mendoza em 1850 devido à descoberta, no correio local, do envio clandestino de vários exemplares de *La Crónica* e um de *Recuerdos de Provincia*, encadernados com o título de *Vida de J. C.*, obra traduzida por Sarmiento e adotada pelo governo chileno. No mesmo pacote havia uma carta, escondida, dirigida a determinado cidadão mendocino, informando que outros tantos exemplares do periódico e de *Recuerdos* haviam sido enviados por outros meios, e “cuyo contenido hizo presumir a las autoridades conexiones en un vasto plan revolucionarios”. In: SANTOS MARTÍNEZ, P. “Publicaciones de Sarmiento introducidas desde Chile”. **Memoria Académica**, Trabajos y Comunicaciones, v. 18, 1968, p. 163.

específico. De modo que, analisar a conformação do discurso republicano implicava, necessariamente, manter esse movimento entre projeto e condições de possibilidade de enunciação, entre texto e seu contexto pertinente de análise – que, no momento mesmo de escrita, era uma só coisa.

Em meados de 1852, em face dos rumos que a organização do novo governo na Argentina tomava, Alberdi e Sarmiento empreenderiam outra forma de atuação no espaço público e que, uma vez mais, conjugava os espaços chileno e argentino, por meio da imprensa e de associações de exilados. Tal qual se observou em 1841, diante da expectativa da queda de Rosas em função das expedições dos generais Lavalle e La Madrid, agora com a queda concretizada do *Restaurador de las Leyes*, os exilados residentes no Chile mobilizaram-se com intenção de dar suporte, em meio à opinião pública e junto ao governo chileno, ao novo governo que se constituía na Argentina.

Diferente, porém, daquele contexto do início da década, em que todas as forças exiladas concentravam-se na luta pela derrubada do *Governador de Buenos Aires*, e a repressão e o controle internamente atingiam seu maior momento desde sua chegada ao poder, a queda de Rosas e as primeiras tentativas de organização e institucionalização do novo governo, conduzido pelo Libertador Urquiza, governador federalista de Entre-Ríos e ex-aliado do ditador, abria espaços profundos de dissensões práticas e ideológicas entre os grupos que disputavam a condução do governo. Conforme visto, as eleições de abril, o congresso de San Nicolás, as ações restritivas proclamadas pelo *Director Provisorio*, culminando com a separação de Buenos Aires em 11 de setembro, apresentaram um cenário em que as disputas políticas não ficavam apenas no campo da discussão abstrata ou dos projetos em disputa entre grupos de exilados, isto é, agora esses projetos tinham a chance de ganhar aderência de uma realidade concreta.

De certo modo, especialmente no caso de Sarmiento e Alberdi – mas também de outros exilados que tiveram uma atuação pública importante em seus locais de acolhida – abria-se a oportunidade de experiência em relação a seu país, de algo que eles já haviam vivido no Chile, ou seja, de elaborar, aplicar e experimentar seus projetos, e ocupar espaços de poder de onde pudessem participar ou intervir nas tomadas de decisão. E aqui se percebe como a trajetória chilena interveio decisivamente na conformação de um discurso político que tratasse efetivamente da administração, da montagem de um governo e da relação com as forças políticas em jogo. Segundo Jeremy Adelman, Alberdi cumprira uma transição da utopia romântica ao materialismo pragmático ao “advogar a legalização da lei do caudilho, Alberdi extraiu o constitucionalismo do subjacente

contrato entre caudilho e povo em nome da ordem, e não de alguma noção liberal de um documento criado para encarnar interesses e liberdades abstratas”¹⁰⁰. Por seu turno, Sarmiento teria percebido a falência de um projeto republicano liberal desde os primeiros momentos, quando o “Vencedor de Caseros” interveio na nomeação de governadores, não respeitou as eleições legislativas locais como lugar de soberania para a convocação de um Congresso Constituinte e, ao contrário, reunia-se com lideranças federalistas para sua elaboração, o que dava a Sarmiento a impressão de continuidade de um caudilho no governo.

Desde o Chile, ambos buscarão criar espaços de atração de apoio e reconhecimento políticos, de circulação de informações, notícias e análises de modo a produzir um relativo consenso em torno da questão dos conflitos que emergiam com força a partir de abril de 52 na Argentina. Ou seja, diante da disputa aberta entre pelo menos duas forças políticas, representadas por Urquiza e Mitre, a tarefa que se colocavam os intelectuais no exílio chileno era constituir espaços públicos em que conquistassem a hegemonia junto à opinião pública e ao governo, acerca das disputas transandinas. Em correspondência a Felix Frías, Alberdi apelava ao amigo, “Necesitamos del apoyo de la imprenta francesa e inglesa, no en favor de personas, sino en sostén de ideas y doctrinas que profesan los argentinos, como los del *Club Constitucional*”¹⁰¹. Assim, além do uso dos jornais e do apelo às autoridades, Alberdi e Sarmiento funcionariam como polos em torno dos quais orbitavam os emigrados e as redes locais e internacionais que mobilizavam, com isso, eles remontariam à prática do associacionismo dos exilados.

As novas associações, ao meu ver, mantinha referência nas Comissões de Exilados (de Santiago e de Montevideu, com as quais ambos tiveram contato), na experiência político-partidária chilena – onde o facciosismo se firmou ao longo da década de 1840 como resultado da pluralidade de vozes e interesses dispersos –, e no recente surgimento dos *clubs*, a partir de 1849/1850, que passaram a ocupar o cenário político local como uma forma mais orgânica, dinâmica e pragmática de organização.

De modo que a experiência dos Clubes Constitucionais formados por Alberdi e por Sarmiento representaria uma trama complexa da qual fariam parte distintas camadas: intervir na política argentina desde o território chileno, recorrer a uma organização que

¹⁰⁰ ADELMAN, J. **The Republic of Capital**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 184.

¹⁰¹ ALBERDI, J. B. “Carta de Alberdi a Frías, Valparaíso, 14/09/1852”. In: ALBERDI, J. B.; MAYER, J.; MARTINEZ, E. (org). **Cartas inéditas a Juan María Gutiérrez y a Felix Frías**. Buenos Aires: Luz del día, 1953, p. 259.

mesclava um costume recente local e uma forma anterior, própria dos exilados, uso de periódicos chilenos, contato com lideranças e periódicos argentinos. A análise dos clubes proporcionaria, então, uma compreensão da elaboração do discurso político em contato e atravessado por todas essas preocupações, pressões e demandas, quando se mobilizava de forma muito intensa o espaço público chileno e argentino de forma mais ou menos indistinta, quer dizer, no sentido em que se falava de um espaço público ampliado, transandino, agora aberto à participação ativa desde o exílio, durante os meses de indefinição e disputa entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, entre abril e outubro de 1852¹⁰².

3.5 – *Club Constitucional Argentino de Valparaíso*

Em agosto de 1852 era criado em Valparaíso o *Club Constitucional Argentino*, por cidadãos argentinos residentes na República de Chile que entenderam

conveniente y oportuno asociarnos con el fin de unir nuestros medios de influencia, por débiles que sean, en apoyo de la obra de la pacificación y organización nacional, sin distinción de partido político, sin mira de oposición (...) y con la decidida intención de proteger toda tendencia, todo acto que lleva a tan nacional y elevado propósito¹⁰³.

Nota-se que como carta de intenções, a mensagem do Clube é aberta e abrangente em relação ao seu público alvo. A ata, assinada por 60 nomes de emigrados – entre mais ou menos reconhecidos e eminentes no espaço público, novos ou combatentes das guerras de independência ou contra Rosas, literatos, comerciantes, funcionários ou profissionais autônomos –, era publicada no periódico *El Diario de Valparaíso*, veículo que nesse momento funcionava como difusor do grupo e sobre o qual Alberdi possuía grande influência. Os redatores do clube informam suas pretensões de intervir na sociedade, agir “para hacer efectivo en la parte competente que representa el club, cuenta con sus propios

¹⁰² Em fins de setembro de 1852, Urquiza saía de Buenos Aires e se estabelecia em Santa Fé como a nova capital da Confederação, e em fins de outubro, Valentín Alsina era eleito governador de Buenos Aires. Como é sabido, esses eventos não significaram o apaziguamento das forças políticas, ao contrário, deu-se início a mais um ciclo de disputas políticas internas na Argentina que seria somente encerrado em 1880. No entanto, acredito que esses eventos de 1852 encerrem um longo processo de experiências comuns e de elaboração de projetos políticos que constituem uma unidade quando olhada desde esses elementos dispersos: o exílio, a imprensa, o cotidiano, a experiência, a expectativa.

¹⁰³ CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. “Acta Matriz.” Valparaíso, 16/08/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 19.

recursos, con la legítima influencia que cada uno de sus individuos pueda ejercer en particular, y en general con el poderoso apoyo de la opinión y la prensa de Valparaíso”¹⁰⁴.

No dia seguinte de sua fundação era distribuída uma “Circular a los pueblos argentinos”, publicada em periódicos da Argentina, como o *Constitucional* de Buenos Aires¹⁰⁵, na qual o *Club* manifestava seu desejo do cumprimento do Acordo de San Nicolás. É necessário deixar claro, que o clube surge logo da renúncia de Lopez ao governo de Buenos Aires e sua ocupação por Urquiza, ou seja, já em meio à franca disputa entre urquizistas e a oposição que vinha-se conformando entre liberais unitários retornados e lideranças federalistas críticas ao novo líder da Confederação. Nesse sentido, o clube se apresentava como uma tentativa de afastar as forças de oposição que se manifestassem desde o Chile, bem como produzir um consenso em torno de Urquiza e das garantias legais anunciadas para a organização do Estado, como única forma de se alcançar a superação dos conflitos vigentes. A partir dessa perspectiva, os autores avaliavam que

el efecto moral de nuestra actitud será benéfico para atenuar la exaltación de las ideas que desgraciadamente legalizaron ante la suprema ley de la necesidad el golpe de estado dado en Buenos Aires el 24 de junio por el señor General Urquiza. El Club ha aceptado este hecho como un recurso a la salvación y está dispuesto a sostenerlo con la misma fe que espera quedará cumplido el sagrado compromiso del vencedor de la nefanda tiranía de Rosas. Con tan laudable fin se hace necesaria la activa cooperación de todos los argentinos¹⁰⁶.

Nas páginas de *El Diario*, relatava-se que Urquiza assumia provisoriamente o governo de Buenos Aires, com a autorização do Conselho de Estado, explicando ao público chileno a legalidade da ação do Governador de Entre-Ríos e remetendo a alguma analogia com a situação legalista dos estados de exceção de Bulnes e Montt¹⁰⁷. Essa passagem deixa evidente o vínculo pragmático entre clube e imprensa, no sentido de buscar intervir na discussão sobre a condução política na Argentina. Do mesmo modo, é de se ressaltar, do ponto de vista do interesse desta pesquisa, a tolerância de Alberdi em

¹⁰⁴ CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. “Circular a los pueblos argentinos”. Valparaíso, 17/08/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 20.

¹⁰⁵ O *Diario de Valparaíso* republicava os artigos que saíam nos periódicos argentinos, de Buenos Aires, Mendoza, Entre-Ríos, como forma de reforçar o alcance das ideias do grupo.

¹⁰⁶ Ibid., pp. 20-1. A referência ao 24 de junho trata do conjunto de medidas repressivas após as *Jornadas de Junho*, como o fechamento dos jornais opositores, o fechamento da sala de representantes, o desterro dos deputados liberais que haviam liderado a oposição nesse período de abril a junho, como Bartolomeu Mitre, Dalmacio Velez Sarsfield e Valentín Alsina. Ver acima p. 35.

¹⁰⁷ “Nota”. *El Diario*, 31/08/1852.

relação aos atos repressivos do governo provisório. Já nos primeiros momentos de organização, o uso do termo “golpe de estado” como recurso à pacificação é aceito sustentado numa crença de que se cumprirá o compromisso de normatização e institucionalização do regime pela promessa de convocação de um congresso constituinte acordado na reunião de San Nicolás.

A passagem, ao justificar a ação de Urquiza como resposta à exaltação das ideias, remete à sugestão de que, se Alberdi sustentava o governo conservador no Chile, e era acusado pela oposição liberal de estar ao lado da tirania, de um governo que também havia lançado mão de estado de sítio e de desterros, à primeira vista poderia não se estranhar que também respaldasse a ação de Urquiza. Há dois pontos, no entanto, relevantes para esta análise. Em primeiro lugar, a situação chilena oferecia um ponto de partida institucional e constitucionalmente estáveis, de modo que a analogia fica fragilizada. Por outro lado, no entanto, Alberdi identificava nas lideranças federalistas locais os meios mais viáveis para a reorganização do país, ao mesmo tempo em que dava proeminência ao discurso em torno da ordem, por sobre a liberdade, individual e de imprensa, por exemplo, em vista da normalização institucional.

É possível divisar um traço no texto de Alberdi que responderia pelo aspecto circunstancial. De todo modo, é relevante que se secundarizem os princípios da representatividade e da liberdade de expressão em um momento de consolidação em que não estavam em jogo as forças populares, socialistas, que tão ostensivamente ocuparam o campo político e o espaço público no Chile nos anos de 1850 e 1851, e que justificaram os estados de sítio lá. Referindo-se à política interna chilena, *El Diario* avaliava, em profunda conexão com a situação argentina, que “al aceptar nosotros la prorroga de las facultades extraordinarias hemos considerado las necesidades del país por la paz”¹⁰⁸.

O discurso desenvolvido nos documentos do Clube de Valparaíso ressoava àquele que escrevera em nome do partido conservador chileno, na defesa de Bulnes ou do ministério de Vial, por exemplo. Alberdi, uma vez ao lado do poder estabelecido, colocava-se acima dos conflitos e das disputas, assumindo um ponto de vista conciliador, espírito clamado pelo momento, sacrificando os interesses particulares e a unidade entre os partidos em vista de “realizar el gran principio de fijar la carta constitucional (...) en

¹⁰⁸ “Las facultades extraordinarias y la amnistía”. *El Diario*, 08/09/1852.

cumplimiento del solemne compromiso aceptado por el acuerdo de los delegados de los pueblos argentinos reunidos en San Nicolás”¹⁰⁹.

Lembrando que esses documentos circulavam nos periódicos chilenos, a menção à unidade e fusão dos povos servia como apelo aos outros emigrados que não estavam com o clube. Em correspondência a Felix Frías, Alberdi citava a criação de um “club de acción pacificadora (...). Por supuesto que Sarmiento no está con nosotros. El está con Jacinto Pena (lo creo), con Mitre, con Oro etc.”¹¹⁰, e ao mesmo tempo posicionava-se na condução dessa “fusão”, como a personagem que impõe as condições do amálgama e da conciliação ao outro, estabelecendo uma hierarquia evidente entre este grupo, que se colocava ao lado da ordem encaminhada por Urquiza, em oposição aos cismáticos de Buenos Aires, o outro do discurso.

El Club al proclamar la fusión en política de todos los argentinos ha reconocido el fundamento que forma la base de la actualidad. Este es, la gloriosa victoria de Monte Caseros, en la que no ha podido encontrar triunfo de un partido, sino la tumba de la tiranía; y sobre ella ha consagrado el principio de la organización de la República (...) para todos los partidos que acababan de combatir (...), sin excluir los vencidos¹¹¹.

O texto evoca a imagem de supressão dos partidos na vitória sobre Rosas como elemento de unidade nacional, mesmo dos partidos vencidos, em que os unitários ocupariam o mesmo espaço dos federalistas nessa “fusão” sugerida pelo grupo de Alberdi. Acrescentava ainda que o “Club se abstiene de la revisión de los actos posteriores al triunfo de 3 de febrero” e abriga as maiores esperanças em Urquiza, “porque él forma el pedestal que únicamente puede sostener el monumento nacional”¹¹². Ora, declarava-se que não procedería a críticas nesse momento antes da consolidação do Estado, o que presumia que a adesão ao grupo deveria ser absoluta, inquestionável. Além disso, que a tarefa de organização constitucional do país estava a cargo de um homem, quem exclusivamente poderia conduzir a construção legal e institucional da nação. Esses pontos, como se verá, serão duramente atacados pelos opositores como indícios de

¹⁰⁹ CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. “Circular”. Valparaíso, 20/09/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, pp. 27.

¹¹⁰ ALBERDI, J. B. “Carta de Alberdi a Frías, Valparaíso, 14/09/1852”. In: ALBERDI, J. B.; MAYER, J.; MARTINEZ, E. (org). **Cartas inéditas a Juan María Gutiérrez y a Felix Frías**. Buenos Aires: Luz del día, 1953, p. 259.

¹¹¹ CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. op. cit., pp. 27.

¹¹² CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. op. cit., pp. 28.

continuidade do regime caudilhesco que sustentavam o Club de Valparaíso em torno de Urquiza.

Em início de outubro chegava a Valparaíso a notícia da revolta de Buenos Aires, e “firme en su propósito de orden (...), el Club de los Argentinos de Valparaíso”¹¹³ lançava uma circular demonstrando sua reprovação do motim. Poucos dias depois, o jornal *El Diario* lançava uma ofensiva contra os rebeldes de 11 de setembro, na qual também realizava uma refletida análise sobre os últimos acontecimentos em face da história política argentina:

En Buenos Aires está lo más fuerte del partido unitario y lo más poderoso del partido federal; es decir que allí están en presencia uno de otro los dos elementos que se han hecho guerra a muerte desde 1826, hasta el 3 de febrero de este año. Suponer que desde ese día son un cuerpo y un alma es vivir en la región de Platón.

La revolución de Buenos Aires tiene un sentido y nada más. Ella es el triunfo de del espíritu de exaltación liberal, o lo que es lo mismo, de lo que pudiera llamarse partido o sistema unitario. Ese partido dominado por veinte años no estaba satisfecho con el triunfo a las medias, obtenido por un federal como el general Urquiza (...).

Ese partido estuvo con Urquiza mientras se trató de destruir a Rosas (...). No porque el espíritu unitario haya empleado algunos soldados y hombres que fueron de Rosas deja de ser el autor del movimiento (...). Dueño del triunfo, tiene uno de dos caminos que seguir: o el de las concesiones y la paz con los federales de Buenos Aires y los federales de las provincias, que se entenderán hoy porque se han entendido por veinte años; o el camino de la guerra con los unos y necesariamente con los otros.

La política prudente del general Urquiza hace esperar que las cosas tomen el primer camino. Él ha empezado por dejar las armas (...).

Es imposible que Buenos Aires no pueda transigir y arreglarse, bajo mutuas concesiones con un hombre a quien debe tanto (...).

Nos consta que los argentinos pertenecientes al club constitucional que existe en Chile (...) adhieren todos y permanecen firmes al lado del pensamiento del general Urquiza de organizar la Confederación Argentina¹¹⁴.

Nesse artigo, Alberdi dispensava as saídas fáceis e utópicas para a crise instalada. Ao explicitar o profundo antagonismo entre as duas facções, rechaça as propostas feitas em documentos anteriores de fusão dos partidos, de subsunção das diferenças em nome de um elemento moral, como a paz ou a nação, de modo a recalcar os conflitos e os interesses. O reconhecimento de que não há – como não houve de fato – possibilidade de

¹¹³ CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. “Circular”. Valparaíso, 12/10/1852. In: Nota y Credo... Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, pp. 30.

¹¹⁴ ALBERDI. “República Argentina. Avisos de orden y libertad a las provincias argentinas, incluso Buenos Aires”. El Diario de Valparaíso, 20/10/1852. In: CB, pp. 453-4.

submissão de um a outro, levava Alberdi a recorrer à saída explicitamente política, ou seja, de que a coexistência de unitários e federalistas até então produziu a guerra e que, a permanecer nestes termos, é a guerra que se desenha. Assim, me parece, quando Alberdi aponta que os liberais de Buenos Aires, nominalmente, o partido unitário, não aceitam a participação dos federalistas, porque não aceitam “meia vitória”, ele expõe um dos elementos chave que comprometeriam os princípios liberais e representativos defendidos pelos unitários: a tolerância da diferença, a pluralidade própria do regime representativo.

Assim, Alberdi satisfazia o capricho dos líderes unitários, ao considerá-los “donos do triunfo”, no mesmo lance em que lhes cobrava transigência e conciliação para evitar a guerra, movimento já realizado por Urquiza ao recuar de Buenos Aires com suas tropas. Ao expor o tema dessa forma, aqui recuperava-se um elemento caro a seu discurso político, que era a percepção da composição, da transigência, como fundamento da política republicana. Por certo que essa afirmação é carregada de ambiguidade, pois Alberdi, ao mesmo tempo em que defende a conciliação, defende as ações repressivas de Urquiza. A perspectiva temporal, no entanto, exercia aqui um papel importante, na medida em que identificava os momentos transitórios na política e o uso da regra de exceção como garantidos da ordem. Assim foi no caso de Bulnes em 1846 e 1851, assim era no caso de Urquiza em 1852, em vista da consolidação da ordem e a organização constitucional.

Segundo opinião de Edward Blumenthal, ao analisar a correspondência entre Diego Antonio Barros, político e comerciante chileno, e Diego Barros Arana, seu filho, então exilado do Chile, “o trabalho do clube teve um certo impacto na opinião pública do Chile”, pois, segue o historiador, “Diego Barros (...) escrevia a seu filho para lhe informar da criação de um ‘Club de argentinos a favor de Urquiza’, e de um ‘outro contrário encabeçado pelos loucos de Sarmiento, Las Heras (...)’¹¹⁵, além disso, Blumenthal adiciona uma carta de Diego Barros Arana a Juan Maria Gutiérrez, em que afirmava “aquí todo el mundo es urquizista”¹¹⁶.

¹¹⁵ BLUMENTHAL, E. *Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle*. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 262

¹¹⁶ Ibid., p. 262.

3.6 – “Los Argentinos residentes en Santiago...”

Em um artigo publicado anonimamente no *Nacional* de Buenos Aires em novembro de 1852, narrava-se que o general Las Heras havia sido solicitado assinar a ata de fundação do Clube de Valparaíso, a qual teria negado por interpretá-la como uma aquiescência ao golpe de estado de Urquiza de 24 de junho¹¹⁷. Gabriel Ocampo, após tomar conhecimento dos acontecimentos de 11 de setembro, da insistência do clube de Valparaíso na legitimidade do acordo de San Nicolás e de seus ataques a Buenos Aires, identificava um comportamento faccioso, distante da promessa de incluir a todos os emigrados presentes em sua ata fundacional¹¹⁸. Assim, apesar da acusação de Alberdi a Sarmiento de ter produzido a dissensão ao fundar outro clube de emigrados (“*El Club de Valparaíso se reunió cuando no existía división en la República Argentina; el de Santiago ha nacido a consecuencia de la anarquía estalada en Buenos Aires*”¹¹⁹). As reações dos envolvidos problematizam essa versão, como revela a seguinte correspondência de Mariano Sarratea a Gutiérrez, que confirma a visão já mencionada anteriormente, de que os “amigos de Alberdi”, “usurparam a voz da pobre emigração argentina e (...) tomaram o poder da imprensa chilena para iludir a opinião aqui, mas sobretudo nas províncias (argentinas)”¹²⁰.

Faço esta digressão com o duplo propósito de explicitar a pluralidade de personagens que compuseram o Clube de Santiago, bem como a propriedade das motivações que envolviam esses atores. Com isso, se dissipam as interpretações que localizam exclusiva, ou quase que exclusivamente a formação dos clubes como uma questão pessoal entre Alberdi e Sarmiento, submetida a um regime de humores que beira o idiossincrático. Do mesmo modo, a reação ao clube de Valparaíso rivaliza com os acontecimentos e as expectativas em relação à Argentina como motivação para a constituição de uma associação de emigrados. Nesse caso, assim como no de Valparaíso, o propósito era a intervenção e o suporte às forças em luta na Argentina, e a mobilização

¹¹⁷ “Preliminares”. *El Nacional* de Buenos Aires, 19/11/1852. In: SARMIENTO. OC, XV, p. 14. Nesse artigo se descrevem os acontecimentos que marcaram o surgimento do Clube de Santiago como uma reação calculada e moderada ao curso dado por Urquiza ao governo da Confederação Argentina e ao clube de Valparaíso que lhe servia de apoio naquela cidade. Em nota informa-se que o mesmo jornal publicara um 11/02/1853 uma longa correspondência de Gabriel Ocampo em que relatava os mesmos fatos descritos nesta correspondência enviada de Valparaíso.

¹¹⁸ Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 275.

¹¹⁹ Carta de Alberdi a Ocampo, Valparaíso, 04/11/1852. *Apud* Ibid., p. 275.

¹²⁰ Ibid., p. 275.

da opinião pública chilena a favor de um dos partidos, no que rivalizava com seu homólogo em relação à presença de personagens eminentes e próximos aos círculos de poder chilenos¹²¹.

Com a aparição do Clube de Santiago, em outubro de 1852, expunha-se a disputa pela representação no exílio, pela voz dos exilados junto ao governo e à sociedade local e a disputa pela construção do país. Se a aproximação pessoal de Sarmiento junto a Urquiza não rendeu o resultado pretensamente esperado, ou se Sarmiento não tolerava a formação da nova nação com representantes do caudilhismo rosista, como já anunciava de forma sutil em 1851, a marcação da distância tornava-se evidente entre suas perspectivas políticas e o rumo tomado pela Confederação. Como foi mencionado anteriormente, essa era uma distinção marcante em relação à experiência da Comissão de 1841, que detinha a voz dos emigrados. No entanto, Sarmiento estava ao lado dos mesmos associados de então, Las Heras, Ocampo, Godoy, o que reforça a percepção de um princípio associativo bastante ativo entre esses emigrados, que se reagrupavam em outras cidades como Copiapó, Lima, Arica e Valparaíso. Acredito que o recurso à associação, ao lado da imprensa, seja o traço mais marcante dos argentinos no exílio; eram meios pelos quais os exilados, como grupo, marcavam sua existência no exterior, mantinham seus vínculos nacionais¹²² e o desejo de participação. Em termos políticos, atualizavam o representativismo e criavam em torno de si um espaço marcado por publicações, correspondências e reuniões que se integravam de forma orgânica com a sociedade do entorno, e conferiam legitimidade e poder de agenciamento aos clubes.

Em outubro de 1852, um mês e meio após a aparição do clube de Valparaíso, é criado o *Club Constitucional de Santiago*. O manifesto com o título “Club en oposición al Club Urquizista de Valparaíso”, que foi publicado no *El Nacional* de Buenos Aires, trazia a divisa “¡Viva la República Argentina!”, que rompia com o “¡Viva la Confederación!”, presente nos periódicos e documentos públicos ligados a Urquiza, resquício do passado marcado pela onipresente fórmula rosista: “¡Viva la Confederación! ¡Mueran los salvajes unitarios!”.

¹²¹ Blumenthal informa que uma associação de emigrados foi criada também em Copiapó, centro com maior número de emigrados argentinos, ao se rejeitar a ata de Valparaíso. Cf. BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripts argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 279.

¹²² Quando o território nacional não estava bem definido e propostas alternativas de organização administrativa competiam com a continuidade da Confederação, como a secessão definitiva de Buenos Aires, ou a união de Entre-Ríos, Corrientes com Paraguai e Uruguai.

Os “argentinos residentes en Santiago do Chile, vivamente interesados “en la suerte de su patria, amenazada en este momento de una crisis”, seguia o manifesto, “han acordado (...) interponer sus ruegos para ante los pueblos y gobiernos argentinos (...), a fin de que (...) no se dejen arrastrar por pasiones de localidad, o por el deseo mismo de llevar rápidamente la organización a cabo”¹²³.

O documento fazia um arrazoado dos eventos que levaram à crise atual – enunciava o distanciamento de Urquiza dos negócios públicos após as jornadas de junho e o levantamento armado de Buenos Aires contra o acordo de San Nicolás –, apelando ao entendimento e ao patriotismo no lugar do conflito. No entanto, posiciona-se firmemente contra o Acordo de San Nicolás como fundamento da nova organização estatal, posto que esse acordo não contava com representantes legítimos das províncias, como era o caso de Buenos Aires. Com isso, os associados buscavam denunciar o poder dos caudilhos que permaneceram na administração desde o período de Rosas, sustentados um pacto que, segundo o manifesto, já havia caducado. Diante disso, assentava que seria necessário para a “obra de nuestra organización, otros medios, otros caminos (...) y otros hombres que señalarán la opinión”, posto que “ninguna consideración del momento ha de hacerse superior a aquel supremo interés, ni a ningún hombre se ha de adjudicar ni el derecho ni el encargo de constituirnos”¹²⁴.

Em franca oposição às circulares do Club de Valparaíso, que consideravam Urquiza o pilar da nova constituição nacional¹²⁵, os argentinos de Santiago recusavam as decisões tomadas pela força de contingência – os documentos salientavam a questão temporal, “consideração de momento”, organizar “rapidamente”, o que sugere que as forças lideradas por Urquiza impunham suas determinações sob o calor dos acontecimentos, com a autoridade que a espada lhe conferia pela recente vitória contra o tirano, desprezando, assim, a forma racional, meditada de organizar o país em termos da atividade parlamentar, representativa, consultiva que havia sido o ponto central das críticas desenvolvidas na década anterior por Sarmiento. Aqui, ao que parece, ressaltam

¹²³ CLUB DE SANTIAGO. “Club en oposición al Club Urquizista establecido en Chile” Santiago, 19/10/1852. In: SARMIENTO: OC: XV, pp. 19-20. Este mesmo documento aparece também com o nome “Manifestación de los argentinos residentes en Santiago”, nesse mesmo volume, numa série chamada “Actos Colectivos”, que será mencionada mais adiante.

¹²⁴ CLUB DE SANTIAGO. Ibid., p. 20.

¹²⁵ Ao negar qualquer atribuição divina a Urquiza, “El Club instalado en Chile no ve en esa alta figura que se levanta en el Río de la Plata sino un hombre con el poder que da la humanidad para hacer el bien”, e conclui: “él forma el pedestal que únicamente puede sostener el monumento nacional”. Cf. CLUB CONSTITUCIONAL DE VALPARAÍSO. “Circular”. Valparaíso, 20/09/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 28.

as distâncias que tomavam os textos de Alberdi e de Sarmiento em relação à transigência, não somente com os federalistas, mas com a imposição pela força em nome da garantia da ordem. Repito, ao tratar da defesa do estado de sítio no Chile, Sarmiento ressaltava a plena constitucionalidade do regime, tornando ações de força em casos reativos. No caso concreto daquele momento, Sarmiento acusava Urquiza de usurpar funções que deveriam ser debatidas, compartilhadas de forma ampla, e republicana, partindo dos representantes eleitos das províncias, como base legítima para a formação do poder central.

Ao todo, a comissão produziu não mais que cinco ou seis documentos, embora muitos artigos e cartas de seus membros sejam arrolados, por exemplo, nas Obras Completas de Sarmiento, como constitutivos do *Club de Santiago*. Dois desses documentos assinados pelo Clube compõem a publicação *Nota y Credo...*, que reúne os documentos oficiais do “Club Constitucional Argentino instalado en Valparaíso”, conforme aparece no título. A presença desses dois documentos serve de mote para organizar os escritos do Clube de Valparaíso, buscando denunciar o papel divergente e cismático exercido pelos argentinos de Santiago.

Em 28 de outubro, são publicadas as bases do clube. O texto, que foi distribuído nas principais cidades chilenas e veiculado em jornais argentinos, faz contraponto aos documentos e circulares de Valparaíso, ressaltando, por exemplo, o caráter aberto e participativo dos argentinos de Santiago em oposição ao vanguardismo e à pretensão de Valparaíso falar em nome de todos os emigrados¹²⁶. Como já dito, o surgimento de duas associações de emigrados dava-se pela própria situação concreta da organização de um novo governo, diante do que interesses e conflitos se impunham acima dos projetos e teorias que, quando em latência, unem, como teria sido o caso da Comissão de exilados de 1841.

O documento reunia sete pontos que seriam as bases mínimas pelas quais seguiriam os subscritos em “seus esforços, sua inteligência e seus desejos em comum em nome da pátria”¹²⁷. Em geral, o documento não traz pontos polêmicos, ao contrário,

¹²⁶ Trata-se do CLUB DE SANTIAGO. “Bases acordadas por la Comisión nombrada por los Argentinos residentes en Santiago en su reunión del 28 de Octubre de 1852, sometidas a los Argentinos de Santiago y aprobadas unánimemente por ellos en su reunión del 28 del mismo”, 28/10/1852. In: *Nota y Credo...* Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 7. (Doravante, *Bases...*).

¹²⁷ Entre esses pontos, destacaria que a ideia de *organización nacional* está ligada a um “convenio mútuo”, a “concessões recíprocas”, estabelecidas entre as províncias argentinas, devidamente representadas em um “Congreso Soberano Constituyente”; deve-se rechaçar a separação territorial de Buenos Aires e as províncias e garantir a livre navegação dos rios. E que os escritores e publicistas não incitem a rivalidade e caprichos de uma província contra outra. Cf. CLUB DE SANTIAGO. “Bases...”. In: 28/10/1852. In: *Nota y Credo...* Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, pp. 7-8.

reforça aqueles já apresentados pelo clube de Valparaíso, mas cumpria, perante à opinião, sua apresentação formal, pública, esclarecendo seus propósitos e demonstrando sua força através da publicação da lista de associados. Além dos membros principais, que assinavam a maior parte dos documentos e eram identificados nos artigos e nas correspondências como pertencentes ao clube de Santiago, ao fim do documento seguia-se uma longa lista com os nomes, a cidade de origem e a cidade em que residiam os membros¹²⁸. Com isso, o clube de Santiago expunha sua superioridade em termos de abrangência e de adictos em relação ao de Valparaíso, o que devia produzir algum impacto do ponto de vista da sua legitimação na exposição e no apelo ao público.

Em 3 de novembro, os “argentinos residentes em Santiago” lançam nova circular dirigida ao “Club Constitucional de Valparaíso y demás argentinos residentes en esa”¹²⁹, alegando que talvez seus propósitos não tenham ficado claros em sua ata fundacional e nas Bases..., que haviam lançado anteriormente. Após dar sua versão da crise argentina, evitando juízos e polêmicas, mantendo um tom cordial, os autores põem-se “en la situación de hombres a queines se les pide un consejo”¹³⁰, assim, avaliava que a associação de argentinos residentes em Santiago,

desechóse la idea de constituirnos en Club, ya para alejar hasta la sombra de una rivalidad o la posibilidad de que se desenvolvese, como así mismo, temiendo ya que se nos supusiese el deseo de imponer nuestras convicciones a los que no formaban parte de él, el intento de apropiarnos la representación de los argentinos, o el temor de que aquellos a quienes se confiase su dirección traspasasen en la práctica el objeto, espíritu e intenciones de sus comitentes (...).

Pero nuestra misión no terminaba en esto sólo, sino que teniendo por mira conciliar las opiniones divergentes, en cuanto a la representación del nombre argentino se nos ordenaba nombrar una diputación de

¹²⁸ Essa lista consta de uma versão presente no tomo oitavo das Obras Completas, compondo outra série de documentos ligados aos comentários de Sarmiento e à Constituição de 1853. As assinaturas se dividem pela cidade de organização do Clube: 40 em Santiago, 17 em Valparaíso, 172 em Copiapó, 3 em Lima, 2 em Cobija e 2 em Arica. Em contraste com os 60 nomes que assinam a lista publicada do Club Argentino de Valparaíso. Há uma análise pormenorizada dos números, origens e das relações entre os centros das associações de emigrados em BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, pp. 279-283.

¹²⁹ Cf. “Señores miembros del Club constitucional de Valparaíso y demás argentinos residentes en esa”, 03/11/1852. In: *Nota y Credo...* Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 3. O mesmo documento aparece nas Obras Completas de Sarmiento com o título “Actos coletivos de los argentinos residentes en Santiago de Chile. A los argentinos residentes en...”. cf. SARMIENTO. OC, XV, p. 82. No corpo do texto não há referências à cidade ou a alguma entidade, o que leva a crer que esta circular destinava-se a diferentes cidades.

¹³⁰ CLUB DE SANTIAGO. “Señores miembros del Club constitucional de Valparaíso y demás argentinos residentes en esa”, 03/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 6.

nuestro seno para ir en persona a Valparaíso a conferenciar con nuestros compatriotas de Buenos Aires o de las Provincias nuestros deudos y amigos, para arribar a uniformar nuestras miras, objeto a que se mostraron deferentes, en despecho de obstáculos casi invencibles¹³¹.

De fato, o nome Club de Santiago é atribuído pelo de Valparaíso nas correspondências, não sendo uma autorreferência. Para além de uma estratégia retórica em apresentar-se como um grupo aberto e sem pretensões de sobrepor-se às individualidades, lançava-se uma pergunta importante que dizia respeito à unidade nacional e, como apresentado, ao uso do gentílico argentino, ou seja, quem apropriadamente incorporaria o nome da nação. De modo que além de criticar a formação em um clube, o que implica a exclusão, o fechamento, o facciosismo, os argentinos de Santiago denunciavam a tentativa de se apropriar do nome “Argentino” cunhado pelo Club Constitucional de Valparaíso. Neste sentido, quando Sarmiento se refere a Alberdi como “Exmo. Señor enviado plenipotenciario efectivo cerca de los diarios de Valparaíso y ad referendum, cerca del gobierno de Chile”, na *Primera de las ciento y una*¹³², acusa-o de atuar como funcionário de Urquiza, de ter criado o clube a mando do governador de Entre-Ríos, como um órgão externo à república e chave para a conquista do consenso logo que surgem os conflitos com Buenos Aires. Como sugere Blumenthal, “o comportamento de Alberdi na esfera pública no Chile foi compreendida por Sarmiento como parte da estratégia diplomática de Paraná, e não como ações autônomas emersas da sociedade civil”¹³³.

O texto de Santiago era claro, exceto em sua discordância em relação ao Acordo de San Nicolás, que, sendo o pomo da discórdia entre Buenos Aires e Urquiza, não deveria ser tomado como “obstáculo para nuevos convenios o la adopción de nuevas bases que concilien los intereses divergentes, ni aun bandera para que en pro, ni en contra se ensangrienta de nuevo la República”¹³⁴. Quer dizer, aí residia a discórdia, justamente porque era o lugar que representava, ao mesmo tempo, o uso da força e a permanência do

¹³¹ CLUB DE SANTIAGO. “Señores miembros del Club constitucional de Valparaíso y demás argentinos residentes en esa”, 03/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 4.

¹³² Cf. SARMIENTO. OC, XV, p. 134. Trata-se, como é sabido, do famoso debate entre Alberdi e Sarmiento, *Cartas Quillotanas e Las ciento y una*, justamente como consequência das disputas entre os Clubes rivais, conectado aos conflitos entre Buenos Aires e a Confederação.

¹³³ BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscriptes argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013, p. 254. A cidade de Paraná é a capital da província de Entre-Ríos.

¹³⁴ CLUB DE SANTIAGO. “Señores miembros del Club constitucional de Valparaíso y demás argentinos residentes en esa”, 03/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 5.

passado. Para Sarmiento, as bases do republicanismo estavam na representação, na liberdade de imprensa, nas eleições, elementos que foram suprimidos por Urquiza; ao mesmo tempo, ao se manterem os governadores de província como autoridades em San Nicolás, ratificava-se a autoridade do passado rosista. Assim, para Sarmiento era urgente que se abrissem negociações entre as partes em luta na Argentina, e que, em solo chileno, a pressão do clube de Santiago pudesse desbancar, ao menos junto ao governo de Manuel Montt, a autoridade de Urquiza, defendida tenazmente por Alberdi.

De fato, Alberdi recebera um convite oficial para ocupar essa função¹³⁵. No entanto, declina, segundo explica em uma carta ao próprio Urquiza, explicitando motivos estratégicos, perda da credibilidade como escritor, e pessoais, a rentabilidade como advogado. Entretanto, ao que tudo indica, o fato de não ter um cargo oficial torna mais efetiva sua proeminência em função dos interesses da Confederação no Chile. Alberdi parece ter encontrado um ponto ideal do exercício da política e da atividade intelectual. Tendo em vista sua trajetória, em geral afastada dos cargos e da, como chamava, “pequena política”, valia-se de instrumentos próprios ao contexto chileno – imprensa, partidos e associações – aprendidos na experiência de seus anos de atividade no espaço público. Distante dos palcos, mas com marcante presença intelectual, como foi o caso da adoção de seu livro *Bases y puntos de partida* pelas novas autoridades confederadas.

Em resposta à nota enviada no começo de novembro pelos “argentinos residentes em Santiago”, o *Club Constitucional Argentino* elabora uma circular em que inicia dizendo “del deseo que aun alimentamos de ver a nuestros compatriotas de Santiago adherir a nuestro pensamiento de organización y pacificación”¹³⁶. O *Club* insiste que seu

¹³⁵ “Mejor instruido de mi modo de ser, talvez, V. E. hubiese usado de otro modo mi disposición a ser útil a la patria y a los grandes trabajos orgánicos de V. E.. Tengo muchos obstáculos para ser *Encargado de negocios* en Chile.

Establecido como abogado en Valparaíso, me ligan a mi clientela compromisos serios de que no podría desprenderme honorablemente sino después de algunos meses (...).

Todo esto, mis hábitos de retiro, la actitud aislada que deseo conservar para no comprometer la sinceridad de mis ideas y de mis simpatías políticas, me impiden de aceptar el honor tan noblemente ofrecido”. Cf. “Carta de Alberdi a Urquiza”. Valparaíso, 21/10/1852. In: CARCANO, R. J. Urquiza y Alberdi. Intimidad política. Buenos Aires: La Facultad, 1938, pp. 9-10. Complementariamente, a explicação de Alberdi a um amigo e ministro das Relações Exteriores da Confederação, corrobora suas palavras: “Si yo admito un empleo permanente y lucrativo comprometo la sinceridad de mis escritos publicados últimamente con la intención seria y desinteresada de servir a la cuestión de la organización – Al instante dirán que mi libro ha sido una escalera para subir a los empleos, y nadie creerá en sus doctrinas (...), perderé como escritor la autoridad que me da mi posición”. Cf. “Carta de Alberdi a José Luis de la Peña”. Valparaíso, 21/10/1852. In: CARCANO, R. J. **Urquiza y Alberdi**. Intimidad política. Buenos Aires: La Facultad, 1938, p. 15.

¹³⁶ CLUB DE VALPARAÍSO. (“Sem título. Trata-se da resposta à nota enviada no dia 03/11/1852 pelo Clube de Santiago”). Valparaíso, 16/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 11.

surgimento deu-se quando “nuestra república marchaba uniformada en opinión como un solo hombre¹³⁷”, composto por “personas ajenas a la ambición política (...), hombres de orden, sujetos honorables y gentes de industria”¹³⁸. Explicava a circular que não tratava mais o movimento iniciado em Buenos Aires de motim militar, e ainda que o desaprovasse, respeitava-o “como obra del pueblo” esperando ver “conciliados los intereses opuestos, por el empleo de una política de concesiones honradas y patrióticas, de una y otra parte”¹³⁹, e que a associação de Santiago havia surgido justamente após a separação de Buenos Aires, como órgão em defesa daquele movimento revolucionário. Para os membros do *Club Constitucionalista Argentino*, ao contrário dos revolucionários, é

como conservadores, como amigos del orden, como enemigos de toda alteración capaz de encender la república en guerra civil, es únicamente que hemos visto con dolor levantarse en Buenos Aires una política armada (...).

Esto no quiere decir que anhelamos el orden hasta olvidar la libertad: y que por tal de tener paz y constitución, prescindamos de la justicia y de la dignidad (...).

El trabajo de la organización nacional no puede llevarse a cabo sino bajo el amparo del orden (...). Ese poder existe en manos del general Urquiza¹⁴⁰.

Considerando o lugar central de Alberdi no *Club*, é possível afirmar que o discurso em torno da ordem retomava seu lugar protagonista. A menção ao respeito à justiça ou à liberdade torna-se meramente formal na medida em que não se fazem críticas às ações arbitrárias de Urquiza, ao contrário, como citado anteriormente, “não se fará reparos às ações tomadas depois de 3 de fevereiro”. Então, as críticas que esse grupo sofre do rival são absorvidas em nome de uma ordem e de uma promessa que, sob a ordem institucional, possa realiza-se a organização da república, o que de certa forma remonta à prioridade que Alberdi impunha à ordem para se consolidar sua “democracia aristocrática”.

Por fim, o apoio de Alberdi a Urquiza realiza o projeto ou coincide com uma das saídas propostas por ele desde 1847, da transigência, da composição com os caudilhos. Por um lado, como se viu, essa experiência da composição partidária com a oposição era

¹³⁷ Logo em seguida, o texto menciona “Urquiza (...) iniciando los grandes propósitos de un Congreso, una Constitución”, estabelecendo uma conexão entre a unidade do interesse nacional, representada por Urquiza na Argentina, e a unidade do pensamento do exílio, representado pelo *Club Constitucionalista Argentino*.

¹³⁸ CLUB DE VALPARAÍSO. (“Sem título”). Valparaíso, 16/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, p. 11.

¹³⁹ CLUB DE VALPARAÍSO. Ibid., p. 12.

¹⁴⁰ CLUB DE VALPARAÍSO. Ibid., p. 16.

central na política chilena, e a mesma favorecia sua incorporação como componente do discurso republicano. Por outro lado, Alberdi desenvolvia uma visão histórica, a partir desse dado, que o induziu no sentido de considerar as forças reais atuantes no espaço político e que, quaisquer transformações sociais e políticas, do ponto de vista republicano, teriam de necessariamente lidar e negociar com essas forças opositoras, em ordem de não recair na guerra de aniquilação, no banimento ou na censura – o que reproduziria o sistema rosista da tirania.

Ao aceitar como provisória a situação da instauração do governo na Argentina e “necessárias” as ações conduzidas por Urquiza, Alberdi reafirma a proeminência da estabilidade e da ordem, como já havia avaliado em relação ao Império do Brasil em 1844, e como reiteradamente o fez em relação ao governo chileno. Sobretudo, considerava o arranjo de forças políticas como submetidas a um princípio maior, que era a instauração de um congresso constituinte. De fato, a forma que assumia o início do governo Urquiza não prometia ou garantia, como desejava Alberdi, a conclusão da convocação do congresso constituinte – a própria experiência de Rosas de postergar a legalização do regime indefinidamente depunha contra a aposta do *Club Constitucionalista Argentino*.

A simpatia com que Alberdi assistia ao desenvolvimento da história da reorganização constitucional devia-se ao fato de que ele era agente de primeira ordem. Do outro lado desta história, não seria exagero afirmar que a postura assumida por Sarmiento, de combate aberto contra Urquiza devia-se, em alguma medida, à recusa deste em aceitá-lo como integrante do círculo mais próximo do poder. Conforme dito acima, essa é uma questão aqui menos importante, já que, do ponto de vista político, da lógica interna que articulava seu discurso ao longo dos últimos anos, suas posturas encontravam generoso abrigo. Não sendo um mero oportunismo ou puro ressentimento de um lado e de outro (não que sentimentos íntimos não ocupem espaços importantes nas tomadas de decisão e nos rumos da vida de indivíduos tão envolvidos com a esfera pública, apenas que, como ressaltado anteriormente, a perspectiva pública acerca do republicanismo, ambígua e conflituosa, conferia legitimidade e coerência a suas escolhas)

¿Se puede racionalmente temer de que se abuse de la organización para tiranizar, cuando existiendo de hecho el poder en sus manos, busca la sanción de una Constitución que sería un medio de limitarlo y no de extenderlo? (...) ¿no debemos por lo mismo, inducirle a la promoción de una ley, que de algún modo ponga fin al gobierno dictatorial e ilimitado que ha regido en el país por 20 años? Una Constitución, una regla, un orden, aunque no sea perfecto. Las constituciones no empiezan

por la perfección, acaban por ella (...) el tiempo debe perfeccionar la obra que tendrá que empezar defectuosa¹⁴¹.

Não se tratava de uma esperança de que Urquiza seguisse o Pacto de San Nicolás e convocasse um congresso constituinte. Alberdi falava do ponto de vista ao lado do poder estabelecido, de consultor do poder. Como sugere Halperín Donghi, Alberdi hesitava em assumir um papel grandioso “imerso completamente na experiência que se abre além dos Andes, da qual se havia constituído já em demiurgo porquanto autor da fórmula institucional”¹⁴². A proximidade com Urquiza, a recusa do cargo, o papel de “demiurgo constitucional”, de fato, conferiam a Alberdi um lugar privilegiado no concerto político que se apresentava. Enfim assumia o lugar de conselheiro. Diferente de Sarmiento, que ocupava fisicamente o espaço da política, da negociação, da barganha, que sai do Chile para se juntar à batalha. E, uma vez perdida sua batalha pessoal de se juntar a Urquiza, retornava às trincheiras chilenas. A entrada na fase legal, na fase constitucional da história, superando a fase guerreira e heroica, era o mais importante, era a missão a ser cumprida no presente, reconhecendo a imperfeição do arranjo e, por isso mesmo, a responsabilidade que cada um assumia ao defender o projeto de república da Confederação contra a insurgência republicana de Buenos Aires.

4 – Considerações Finais

Com este quarto capítulo quis apresentar um início e um fim da trajetória cumprida por Sarmiento e Alberdi nesse espaço que se denominou de terceira margem, que, como tentei mostrar, atravessava os dois sujeitos, os espaços envolvidos, a linguagem pela qual se moviam e as representações que elaboravam. Neste movimento, busquei ressaltar o esforço que ambos fizeram na produção de um discurso político, que se compunha de elementos variados lançados no espaço público, como o comércio, a educação, a imigração, a religião, as formas de governo, a representação política, a imprensa, enfim, de elementos vivos da sociedade que os acolhia. A produção intelectual se fazia sentir, eminentemente, como a conformação de um discurso republicano, quer dizer, de uma

¹⁴¹ CLUB DE VALPARAÍSO. (“Sem título”). Valparaíso, 16/11/1852. In: **Nota y Credo**. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852, pp. 15-6.

¹⁴² HALPERÍN DONGHI, T. Alberdi por Alberdi: la dimensión autobiográfica en los *Escritos Póstumos*. In: **Letrados y pensadores**. Buenos Aires: Emecé, 2013, p. 415.

prática de produção de ideias que se realiza num espaço público e se reelabora permanentemente em um trabalho crítico sobre si mesmo.

Nesse sentido, o uso exaustivo dos artigos pode parecer redundante, mas permitiu observar desde o ponto de vista do presente, ou seja, da incerteza, da imprevisibilidade, e ao mesmo tempo, da disputa, do conflito, alguns elementos que compunham suas ideias acerca do sistema representativo, da liberdade de imprensa e de associação, dos limites da participação popular e das condições do estabelecimento de um governo democrático de fato. Assim, o recurso a discussões do campo jurídico, literário, econômico ou ligado ao direito dos estrangeiros eram formas concretas pelas quais se manifestavam as disposições anímicas da sociedade e que se encontravam no espaço público, através da imprensa. Daí que o uso da imprensa não deve ser encarado como suporte para a enunciação das ideias, mas como um ator de primeira ordem, uma plataforma que impõe uma linguagem, um regime discursivo, um ritmo para a vida política que não se dava por outros meios. De modo que é legítimo supor que a imprensa ocupava na sociedade chilena papel central para a sua configuração política, que sendo a arma da oposição e propaganda do governo, era a salvaguarda da república. Então, o uso massivo do impresso é como que uma ‘metalinguagem’ do discurso republicano, como se a cada momento que se introduzisse um conteúdo no debate, se reafirmasse sua forma e os consensos que permitiam sua existência.

A imprensa impunha, como dizia, um regime discursivo que dizia respeito à periodicidade da publicação, ao alcance das ideias, como um coeficiente na emissão do discurso político. Com base nestas premissas, acredito que tenha sido possível observar a presença de Sarmiento e Alberdi na imprensa em seus aspectos existenciais, políticos, como exilado, em função do espaço chileno e em função do espaço argentino. Ou, como penso ser a leitura mais interessante, em função de um espaço que se construiu a partir da experiência mesma, que em muitos momentos não foi uma questão nacional, em que a própria identidade nacional foi posta em xeque, como o reconhecimento de um fluxo que os situava em um permanente entre-espaço, entre-margens, e que o aproveitamento da produção de um discurso político a partir desta perspectiva é que o torna irredutível a uma doutrina ideológica, partidária ou nacional.

Penso ter ficado provado que Alberdi e Sarmiento valeram-se das diversas experiências em solo chileno, como exilados, na imprensa, e desde uma relação específica com o passado e o presente argentino, que forneceram as circunstâncias para a conformação de um discurso republicano que incorporava um conjunto de ideias em torno

de uma forma de governo representativa, e de um tipo de sociedade fundada no exercício da liberdade de expressão, de associação e de participação política. Diante da realidade e das demandas concretas da sociedade chilena, com o passado da Confederação Argentina que se estendia e os acompanhava, e em face de uma sempre renovada expectativa de futuro, Alberdi e Sarmiento foram eles mesmos a terceira margem entre o Chile e o Prata.

REFERÊNCIAS

1 - Fontes

Periódicos consultados nos quais escreveu Juan Bautista Alberdi:

- *El Mercurio de Valparaíso* (1827-)
- *El Siglo* (1844-1846)
- *El Diario de Valparaíso* (1851-1852)
- *El Comercio de Valparaíso* (1847-1849)
- *Revista Sud-Americana* (1851)
- *El Progreso* (1842 -)

Os artigos de Alberdi foram consultados em:

A Maior parte dos artigos de Alberdi foi coligida na obra *Alberdi. Periodista en Chile*, organizada por Carolina Barros, em 1997. No entanto, como salienta a autora, ficaram de fora textos que Alberdi publicou em Revistas e outros que ele publicou em separado como libreto. Estes constam na sua Obra Completa e nas Obras Póstumas. Além destas coletâneas, consultei os próprios jornais nos quais Alberdi escreveu.

- Obras de Juan Bautista Alberdi em **Obras Completas**. 8v. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886-1887, Tomos I-VI.
- **Escritos Postumos**. Buenos Aires: Imprenta Europea, 1898. T. XIII e XVI
- BARROS, C. **Alberdi periodista en Chile**. Buenos Aires: Verlap, 1997.

Outras fontes consultadas de Alberdi:

ALBERDI, J. B.; MARTINEZ, E.; MAYER, J. **Cartas inéditas a Juan Maria Gutiérrez e a Felix Frías**. Buenos Aires: Luz del día, 1953.

ALBERDI. **La República Argentina, 37 años después de su revolución de mayo**. 1847. In: OC, III.

Cartas de Alberdi a Montt. In: **Revista Nueva**. Santiago: Imprenta Mejía, Año 3, tomos VI e VII 1902. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-3541.html#documentos>.

Periódicos nos quais escreveu Domingo Faustino Sarmiento

El Mercurio. Valparaíso. 1841-1842

El Nacional. Santiago. 1841

Crónica Contemporanea Sud-Americana. 1841

El Progreso. Santiago. 1842-1852

El Herald Argentino. 1842

La Crónica. Santiago. 1849-1853

La Tribuna. Santiago. 1841; 1849-1851

Revista Sud-America. Santiago, 1851

El Museo de Ambas Américas, Valparaíso. 1841-1842

El Progreso. 1842 -1853

Os artigos de Sarmiento estão compilados em suas obras completas: **Obras Completas**. 53v. Paris: Belin, 1898-1909. Editadas por Augusto Belin Sarmiento e Luis Montt. Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes tomos: I, II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XXIII, XLIX e LII.

SARMIENTO, D. F. **Recuerdos de Provincia; Mi Defensa**. Buenos Aires: Emecé, 2011.

SARMIENTO, D. F. **Campaña en el Ejército Grande**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SARMIENTO, D. F. “Candidatura Montt. A quién rechazan y temen? A Montt. A quién sostienen y desean? A Montt. Quién es entonces el candidato? Montt”. Santiago: Belin, 05/11/1850. In: OC, LII

SARMIENTO, D. F.; FERNÁNDEZ, J. (ccord.). **Viajes**. Madrid: ALLCA XX, 1997.

VERGARA QUIROZ, S. **Manuel Montt y Domingo F. Sarmiento: Epistolario 1833-1888**. Santiago de Chile, Lom, 1999.

SARMIENTO, D. F. **Epistolario entre Sarmiento y Posse, 1845 – 1888**. t. I. Buenos Aires: Archivo Museo Histórico Sarmiento, 1946.

SARMIENTO, D. F. **Sarmiento-Mitre, correspondência 1846 – 1868**. Buenos Aires: Museo Mitre, 1911

AMANTE, A. **Sarmiento remitente: cartas**. Buenos Aires: Uba-FFyL, 2000.

PERIÓDICOS CONSULTADOS:

El Mercurio de Valparaíso
 El Tribuno
 El Telégrafo
 El Siglo
 El Pueblo
 El artesano opositor
 El amigo del pueblo
 El Araucano
 El Copiapino
 El Crepúsculo
 El Demócrata
 El Diario de Valparaíso
 El Diario de Santiago
 La Barra
 La Gaceta del comercio
 E Valdiviano Federal
 El Comercio de Valparaíso
 La Reforma
 La Tribuna.

OUTRAS FONTES

CALLE, J. L. **Memoria sobre los acontecimientos más notables en la Provincia de Mendoza en 1829 y 1830**. Mendoza: Imprenta Lancasteriana, 1830.

CALLE, J. L. Al Sr. Gobernador de la Provincia de La Rioja, General en Jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela. La Gaceta Mercantil, Buenos Aires, 27/08/1841

CALLE, J. L. Carta del escritor argentino don José Luis Calle a don Diego Portales sobre la incorporación de la provincia de Cuyo a Chile, Valparaíso, 11/03/1835. In: VICUÑA MACKENNA, B. Obras Completas, t. VI. Santiago: Universidad de Chile, 1937

“Nota y clave de la Comisión Argentina en Chile”, Santiago de Chile, 04/03/1841. In: RODRIGUEZ, G. F. (comp). **Contribución histórica y documental**. t. III. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922

COMISIÓN ARGENTINA. “Al Sr. gobernador de la provincia de La Rioja, General en jefe del ejército de las provincias confederadas, Brigadier Don Tomas Brizuela”. Santiago de Chile, 21/03/1841. In: La Gaceta Mercantil, 27/08/1841.

Club Constitucional Argentino. **La Nota y el Credo de los argentinos residentes en Santiago y la contestación con los documentos justificativos por el Club**

Constitucional Argentino instalado en Valparaíso. Valparaíso: Imprenta del Diario, noviembre de 1852.

VICUÑA, P. F. **Vindicación de los principios e ideas que han servido en Chile de apoyo a la oposición en las elecciones populares de 1846.** Lima: Imprenta del Comercio, 1846

Bases de la Reforma por los diputados Lastarria y Errázuriz. Santiago: Imprenta del Progreso, 28/10/1850

LASTARRIA, J. V. **Discurso de incorporación a la Sociedad Literaria de Santiago.** Valparaíso: Imprenta de M. Rivadeneyra, 1842.

MONTT, M.; MONTT, L. (org.). **Discursos, papeles de gobierno y correspondencia de Don Manuel Montt.** t. II. Santiago: Cervantes, 1905.

MONTT, M. **Moción presentada al Congreso Nacional por el señor diputado D. Manuel Montt sobre Instrucción Primaria.** Santiago: Imprenta del Progreso, 1849.

2 - Bibliografía

- ADELMAN, J. **The Republic of Capital**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- AGUILAR, J. A. y ROJAS, R. **El republicanismo en Hispanoamérica**. México d.f.: FCE, 2002.
- ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004.
- ALTAMIRANO, C. e SARLO, B. **Ensayos argentinos**. De Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- ALTAMIRANO, C. (dir.). **História de los intelectuales en América Latina**. v.1. Buenos Aires: Katz, 2008.
- ALTAMIRANO, C. **Intelectuales. Notas de investigación**. Bogotá: Norma, 2006.
- ALVA, J. D. El debate en torno al método historiográfico en el Chile del siglo XIX. **Revista Complutense de História de América**. v. 1, n. 28, 2002.
- ALVAREZ, T. A. e ASCENCION, M. R. **História de la Prensa Hispanoamericana**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- AMANTE, A. **Poéticas y políticas del destierro. Argentinos en Brasil en la época de Rosas**. Buenos Aires: FCE, 2010.
- AMANTE, A. (dir.). **História crítica de la literatura argentina: Sarmiento**. Buenos Aires: Emecé, 2012.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANNINO, A. (coord.). **Historia de las elecciones en Iberoamerica**. México d.f.: FCE, 1995.
- APPLEBY, J. **Liberalism and republicanism in the historical imagination**. Cambridge: Havard University Press, 1992.
- AVILA MARTEL, A. **Sarmiento em la Universidad de Chile**. Editora UC, 1988.
- BAEZA, S. M. **Vida del General Juan Gregorio Las Heras, 1780 – 1866**. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 2009.
- BAILYN, B. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru: Edusc, 2003.
- BALL, T. e POCOCK, J.G.A. (eds) **Conceptual change and the Constitution**. Kansas: University Press of Kansas, 1988.
- BARROS, C. (comp.). **Alberdi periodista en Chile**. Buenos Aires: Verlap, 1997.
- BARROS ARANA D. **Un decenio de historia de Chile**. t.I. In: **Obras Completas**. v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913.
- BARROS ARANA D. **Un decenio de historia de Chile**. t.II. In: **Obras Completas**. v. XV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913.
- BATTICUORE, G; EL JABER, L.; LAERA, A. **Fronteras Escritas**. Rosario: Beatriz Viterbo, 1998.

- BATTICUORE, G. Sarmiento en Chile. La lectura, las lectoras y el público en la América republicana. Em: McEVOY, C. e STUVEN, A. M. **La república peregrina: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884**. Lima: IFEA-IEP, 2007.
- BECKER, J-J. A opinião pública. Em: RÉMOND, R. **A história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- BEIRED, J. L. B. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi. Três visões da democracia nas Américas. **História**, Franca, vol. 22, 2003.
- BELTRÁN, R. O. **Historia del Periodismo Argentino. Pensamiento y Obra de los Forjadores de la Patria**. Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina, 1943.
- BÉNICHOU, P. **Le temps des prophètes**. Paris: Gallimard, 1997.
- BIGNOTTO, N. (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: EdUfmg, 2002.
- BILBAO, F. Prefacio. In: LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 377. Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.
- BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscrits argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013.
- BOTANA, N. **La tradición republicana**. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRAGONI, B. La utopía constitucionalista: Alberdi y el club argentino de Valparaíso. **Revista de Historia da América**. N. 121, 1996. Disponível em: www.jstor.org/stable/20139956.
- BREÑA, R. El liberalismo (hispánico) como categoría de análisis histórico; algunas tensiones con la historia de los conceptos y con la historia de los lenguajes políticos. In: PALTI, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- BRISEÑO, R. **Estadística bibliográfica de la literatura chilena, 1812-1876: impresos chilenos, publicaciones periódicas**. t. I. Santiago: Biblioteca Nacional, 1965.
- CAILLET-BOIS, R. La vinculación económica entre las provincias de Cuyo en 1835. **Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas**. Buenos Aires, Imprenta de la Universidad, n. 51-52, t. XIV, 1932.
- CALHOUN, C. (ed.) **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: MIT Press, 1992.
- CAMPOBASSI, J. S. **Sarmiento y su época**. Buenos Aires: Losada, 1975.
- CARDOSO, S. (org) **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Edufmg, 2004.
- CHARTIER, R.; FEROS, A. **Europa, América y el Mundo: tiempos históricos**. Madrid: Marcial Pons, 2006.
- CHARTIER, R. **As origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: EdUnesp, 2009.
- CHERNIAVSKY, C. *El Ferrocarril de Santiago (1855-1911)*. El ‘cuerpo’ de un diário moderno. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.

- CHIARAMONTE, J. C. **Cidades, provincias, estados**. Origens da nação argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009.
- CID, G e SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009.
- CID, G. La revista Católica. Prensa, esfera pública y secularización en Chile (1843-1874). **Revista Humanidades**, Mapocho, n.71, 2012.
- CID, G. Entre el miedo y la esperanza: democracia y ciudadanía en el debate público chileno, 1822-1851. In: DONOSO, C.; RUBIO, P. (Orgs.) **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014.
- COLLIER, S. e SATER, W. **Historia de Chile. 1808-1994**. Madrid: Cambridge University Press, 1998.
- COLLIER, S. O Chile da Independência à Guerra do Pacífico. Em: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**. v.III. Da Independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2004.
- COLLIER, S. **La construcción de una república, 1830-1865**: política e ideas. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2008.
- CONSTANT, B. **Écrits politiques**. Paris: Gallimard, 1997.
- DAITSMAN, A. Dialogos entre artesanos. Republicanismos y liberalismos populares en el Chile decimonónico. **Revista Universum**. Talca, Editorial Universidad de Talca, n. 13, 1998.
- DARNTON, R. **A revolução impressa**: a imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Edusp, 1996.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- DEPUIS-DÉRI, F. The political power of the words: the birth of pro-democratic discourse in the nineteenth century in the United States and France. **Political Studies**. Oxford, vol. 52, 2004
- DESRAMÉ, C. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa. In: GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.). **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1998.
- DONOSO, A. **Sarmiento en el destierro**. Buenos Aires: M. Gleizer, 1927.
- DONOSO, C.; RUBIO, P. (Orgs.) **Conflictos y tensiones en el Chile republicano**. Santiago: Universidad Andres Bello, 2014.
- DONOSO, R. **Veinte años de la historia de El Mercurio**. Santiago: Cervantes, 1927.
- DONOSO, R. **Las ideas políticas en Chile**. Mexico d.f.: FCE, 1946.
- DONOSO, R. **La sátira política en Chile**. Santiago: Imprenta Universitaria, 1950.
- DUSSAILLANT CHRISTIE, J. **Breve historia de los avisos publicitarios en los principales periódicos chilenos, 1850-1920**. TESE. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, Instituto de Historia, 1993.
- EDWARDS, A. **La fronda aristocrática**. Santiago: Editorial Universitaria, 2005.
- ESTRADA, M. **Sarmiento**. Rosario: Beatriz Viterbo, 2001.
- EYZAGUIRRE, J. **Fisionomía histórica de Chile**. Santiago: Editorial Universitaria, 2004.

- FEBVRE, F. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FEREJOHN, J.; ROSENBLUTH, F. Electoral representation and the aristocratic thesis. In: SCHAPIRO, I. et alli. (org.). **Political Representation**, Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. e FUENTES, J. F. (dirs.). **Diccionario político y social del siglo XIX español**. Madrid: Alianza, 2002.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.) *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.
- FERNÁNDEZ, J. R. **Historia del periodismo argentino**. Buenos Aires: Peraldo, 1943.
- FIGUEROA, P. P. **Diccionario biográfico de extranjeros en Chile**. Santiago: Imprenta Moderna, 1900.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.
- FOUCAULT, M. Qu'est-ce que les lumières?. In: **Dits et écrits** vol.4. Paris: Gallimard, 1994.
- FRIAS, A. C. F. **Las Bayonetas Inteligentes**. Imprensa e opinião pública nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento. Dissertação. Rio de Janeiro, Puc-Rio, Departameto de História, 2011, sob orientação de Maria Elisa Noronha de Sá Mader. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19337/19337_1.PDF.
- FUENTE, A. de la. **Hijos de Facundo**. 2ª edición. Buenos Aires: Prometeo, 2014.
- GARRELS, E. El Facundo como folletín. **Revista Iberoamericana**, n. 143, v. LIV, 1988. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/4470>
- GAZMURI, C. **El 48 chileno**. Igualitarios, reformistas, masones y bomberos. Santiago: Editorial Universitária, 1998.
- GELDEREN, M. e SKINNER, Q. **Republicanism**. A shared European heritage. Cambridge: Cambridge UP, 2004.
- GELMAN, J. **Rosas bajo fuego**. Los franceses, Lavalle y la Rebelión de los estancieros. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- GONGORA, M. **Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX XX**. Santiago: Editorial Universitaria, 2006.
- GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- GOLDMAN, N. (ed.). **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- GONZALES, F. C. (ed.) **Relatos de la nación**. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005.
- GONZÁLEZ BERNALDO, P. **Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina**. Buenos Aires: FCE, 2008.

- GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, v. 79, 1999.
- GONZALEZ Le SAUX, M. **De empresarios a empleados**. Clase media y Estado docente en Chile, 1810-1920. Santiago: LOM, 2011.
- GRANJON, M-C. (ed.). **Pour une histoire comparée des intellectuels**. Paris: IHTP/SNC, 1998.
- GREENBLATT, S. **Como Shakespeare se tornou Shakespeare**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- GREZ, S. **De la “Regeneración del pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: Ril, 1997.
- GRUZINSKI, S. Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique et autres ‘connected histories’. **Annales HSS**. Paris, n.1, jan-fev, 2001.
- GUERRA, F-X. Les avatars de la representation en Amerique Hispanique au XIXe siècle. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Biblioteca de Autores del Centro, 2005, Disponible em: <http://www.nuevomundo.revues.org/624> .
- GUERRA, F-X. **Modernidad e independencias**. Mexico d.f.: FCE, 1992.
- GUERRA, F-X. e LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.), **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
- GUÑAZU, F. M. **Genealogía de Cuyo**. Mendoza : Universidad de Cuyo, 1939.
- GUIZOT, F. **A história das origens do governo representativo na Europa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- GUIZOT, F. **Des moyens du gouvernement et d`opposition**. Paris: Belin, 1988.
- GUMBRECHT, H. U. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**. Belo Horizonte: Edufmg, 2003.
- HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere**. Massachusetts, MIT Press, 1991.
- HALPERIN DONGHI, T. **Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- HALPERIN DONGHI, T. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- HALPERIN DONGHI, T. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: prometeo, 2005.
- HALPERIN DONGHI, T. Prólogo. In: SARMIENTO, D. F. **Campaña en el Ejército Grande**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.
- HALPERIN DONGHI, T. et al. **Sarmiento. The Author of Nation**. California: University of California Press, 1994.
- HALPERIN DONGHI, T. **Letrados y pensadores**. Buenos Aires: Emecé, 2013
- HERRERO, A. **Ideas para una república**. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas. Lanus: EdUNLa, 2009.
- HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- ILLANES, M. A. **Chile des-centrado**. Formación socio-cultural republicana y transición capitalista (1810-1910). Santiago: LOM, 2003.
- JAKSIC, I. Sarmiento y la prensa chilena del siglo XIX. **Historia**. Santiago, v. 26, 1992.
- JAKSIC, I. (ed.). **The political power of the word**. London: Institut of Latin American Studies, University of London, 2002.
- JAKSIC, I. Sarmiento and the Chilean press In: DONGHI, T. H. et al. **Sarmiento**. The Author of a Nation. California: University of California Press, 1994.
- JAKSIC, I.; POSADA-CARBÓ, E. (ed.). **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Mexico d.f.: FCE, 2011.
- JAKSIC, I.; SERRANO, S. El gobierno y las libertades. La ruta del liberalismo chileno en el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n. 118, 2010. Disponível em: http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_4644.html.
- JAKSIC, I.; SERRANO, S. El gobierno de las libertades. La ruta del liberalismo chileno en el siglo XIX. In: JAKSIC, I.; POSADA-CARBÓ, E. (ed.). **Liberalismo y poder**. Latinoamérica en el siglo XIX. Mexico d.f.: FCE, 2011.
- JOCELYN-HOLT, A. **El peso de la noche**. Nuestra frágil fortaleza histórica. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- JOCELYN-HOLT, A. ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena” In: GONZALES, F. C. (ed.). **Relatos de la nación**. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005.
- JOCELYN-HOLT, A. **La independencia de Chile**: tradición, modernización y mito. Santiago: Planeta/Ariel, 1999.
- JOCELYN-HOLT, A. El desarrollo de una conciencia pública en Lastarria y Sarmiento. **Estudios Públicos**. Santiago, n. 17, 1985. http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_953.html.
- JOCELYN-HOLT, A. El liberalismo moderado chileno. Siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n. 69, 1998.
- JUNQUEIRA, M. A. e FRANCO, S. M. S. (org). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v.2.
- KATRA, W. **Sarmiento, public writer (1939-1952)**. Tempe: Center for Latin America research, 1985.
- KOSELLECK, R. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.
- LaCAPRA, D. **Rethinking Intellectual History**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- LACOSTE, P. Viticultura y política internacional: el intento de reincorporar a Mendoza y San Juan a Chile (1820-1835). **Historia**. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile. v. 39, n. 1, jun/2006
- LAMENNAIS, F. **Palavras de um homem de fé**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- LAMENNAIS, F. De la Esclavitud moderna. **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, p. 402. Disponível em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.
- LASTARRIA, J. V. **Recuerdos Literarios**. Santiago: Zig Zag, 1967.
- LEIRAS, M. Ladrando a la luna: periodismo, política y legislación en la elaboración de la Constitución de Chile, 1831-1833. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004.
- LEMPÉRIÈRE, A. Los hombres de letras hispanoamericanos y el proceso de secularización (1800-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v1. Buenos Aires: Katz, 2008.
- LETTIERI, A. **La construcción de la república de la opinión**: Buenos Aires frente al interior. Buenos Aires: Prometeo, 2006
- LOIS, E. (org.). **Cartas de José Cayetano Borbón a Juan Bautista Alberdi (1852-1881)**. San Martín: Centro de Investigaciones Jorge M. Furt, 2003.
- LÓPEZ, M. J.; SANTOS HERCEG, J. (comp.). **Escritos republicanos**: selección de escritos políticos del siglo XIX. Santiago: LOM, 2011.
- LOVEMAN, B.; LIRA, E. **Las suaves cenizas del olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1841-1932.
- MÄDER, M. E.; PAMPLONA, M. A. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- MÄDER, M. E. O Projeto Iberoconceptos. In: Mary Anne JUNQUEIRA e Stella Maris Scatena FRANCO (org). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v.2. Disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>
- MÄDER, M. E. **Civilização e barbárie**. A construção da idéia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MADISON; HAMILTON; JAY. *Federalist Papers*. New York: Penguin, 1987.
- MANENT, P. **Tocqueville, et la nature de la démocratie**. Paris: Gallimard, 2012.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARTIN, B. R. **Juan María Gutierrez y su contribución periodística (1833-1852) a la crítica cultural hispanoamericana**. TESE. Universidad la Laguna, Centro de Humanidad y Ciencias Sociales, 2006.
- MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963.
- McEVOY, C. e STUVEN, A. M. **La república peregrina**: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884. Lima: IFEA-IEP, 2007.
- MEGLIO, G di. República. In: GOLDMAN, N. (ed.) **Lenguaje y revolución**. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata. 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008
- MEGLIOLI, M. La polémica de la monja Zañartu y Mi Defensa. **Biblioteca Sarmiento**. Disponível em: <http://bibliotecasarmiento.org/2009/05/21/090501/>

- MOLINA, E. **El poder de la opinión pública**. Trayectos y avatares de una nueva cultura política en el Río de La Plata, 1800-1852, Santa Fe, Universidad Nacional del Litoral, 2009.
- MOLLIER, J-Y. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MOLLIER, J-Y. **L'argent et les lettres**. Paris : Fayard, 1988.
- MORSE, R. **O espelho de Próspero**. Cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- MUSSY, L. G. Historiografías comparadas. El 'total cero' de la historiografía chilena actual. **ARBOR**, Vol 183, No 724, 2007. Disponible em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/issue/view/8/showToc>.
- MYERS, J. La Contudencia Ambivalente: Sarmiento, Republicano, Liberal y Conservador, en la disputa por la construcción de la nación. In: **El Pensamiento de Domingo Faustino Sarmiento**. Buenos Aires: El Ateneo, 2010.
- MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el regimen rosista. Quilmes: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2011.
- MYERS, J. La Revolución en las Ideas: La Generación Romántica de 1837 en la Cultura y en la Política Argentinas. In: **Revolución, República, Confederación**. t. 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- OSSADÓN, C. **El crepúsculo de los sabios y la irrupción de los publicistas**, Santiago: LOM, 1998.
- PACHECO, V. M. **Miguel Luis Amunátegui e o debate histórico no Chile do século XIX**. Dissertação. São Paulo, Universidade de São Paulo, Departamnto de História, 2012, sob orientação de Gabriela Pellegrino Soares. disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14012013-175755/pt-br.php>
- PALTI, E. J. Argentina en el espejo: el 'pretexto' de Sarmiento. **Prismas**. Buenos Aires, n. 1, 1997.
- PALTI, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PALTI, E. J. **La invención de una legitimidad**. Razón y retórica en el pensamiento *mexicano del siglo XIX*. Mexico d.f.: FCE, 2005
- PALTI, E. J. Los poderes del horror: *Facundo* como epifórica. Revista Iberoamericana. Vol. LXX, n. 207, abr-jun 2004.
- PALTI, E. J. **La política del disenso**. La polémica en torno al monarquismo (Mexico 1848-1850). Mexico d.f.: FCE, 1998.
- PALTI, E. J. **El pensamiento de Alberdi**. TESE. Buenos Aires. Unversidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1988.
- PALTI, E. J. Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República Restaurada. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004.
- PALTI, E. J. Tres etapas de la prensa política mexicana del siglo XIX: el publicista y el origen del intelectual moderno. In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v1. Buenos Aires: Katz, 2008.

- PALTI, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- PAMPLONA, M.A. e STUVEN, A.M. (org.) **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. São Paulo: Garamond, 2010.
- PANI, E. Maquiavelo en el Septentrión. Las posibilidades del republicanismo en Hispanoamérica. **Prismas**. Buenos Aires, n.13, 2009.
- PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. La Plata. TESE. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010.
- PAS, H. **Sarmiento, redactor y publicista**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2013.
- PELÁEZ y TAPIA, J. **Historia de El Mercurio**, Santiago de Chile, Talleres de El Mercurio, 1927.
- PERSICO, A. R. Juan Bautista Alberdi: nación y razón. In: JITRIK, N. **História crítica de la literatura argentina. La lucha de los lenguajes**. Buenos Aires: Emece, 2003.
- PETTIT, P. **Republicanism**. Theory of freedom and government. Oxford, Clarendon Press, 1997.
- PIKTIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1972.
- PIWONKA FIGUEROA, G. **Orígenes de la Libertad de prensa en Chile: 1823-1830**, Santiago: RiL Editores, 2000.
- PIWONKA FIGUEROA, G. Los juicios por jurado en Chile. **Revista chilena de historia del derecho**. Santiago, Universidad de Chile, n. 20, 2008. Disponível em: <http://www.historiadelderecho.uchile.cl/index.php/RCHD/article/viewPDFInterstitial/5053/5018>.
- PIWONKA FIGUEROA, G. Opinión Pública. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009.
- POBLETE, J. La revista, el periódico y sus lectores en el Chile decimonónico. **Revista Iberoamericana**. n. 214, v. LXXII, 2006. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/issue/view/11/showToc>
- POBLETE, J. **Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autoriales**. Santiago, Cuarto Propio, 2003.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- POCOCK, J. G. A. **Politics, language and time**. Chicago: Chicago University Press, 1989.
- PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada na América Latina. **Revista de História**. São Paulo: n. 153, 2005.
- PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX – tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2004.
- PRADO, M. L. C. (org.) **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. Disponível em:

http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/UserFiles/File/Intercambios_Policos_-_e-book.pdf.

PRATT, M. L. **Os olhos do Império**. São Carlos: Edusc, 1999.

PRIETO, A. Las Ciento y Una: el escritor como mito político. **Revista Iberoamericana**, vol. LIV, n. 143, 1988. Disponible em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/4470>.

QUATTROCCHI-WOISSON, D. (dir.). **Juan Bautista Alberdi y la independencia argentina**: la fuerza del pensamiento y de la escritura. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012

RAMA, Á. **La ciudad letrada**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1984.

RAMOS, J. **Desencuentros de la modernidad en América Latina**. Mexico d.f.: FCE, 1998.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RINGER, F. The intellectual field, intellectual history and the sociology of knowledge. **Theory and Society**. Vol 19, n. 3, 1990. Disponible em: <http://www.jstor.org/stable/657696>

RIVERA, J. **El periodismo cultural**, Buenos Aires, Paidós, 1995.

RIVERA, J. A. A. Tres momentos liberales en México (1820-1890). In: JÁKSIC, I.; POSADA-CARBÓ, E. (comps.). **Liberalismo y poder**. Latinoamerica en el siglo XIX. Santiago: FCE, 2011.

RODRIGUEZ, G. F. (comp). **Contribución histórica y documental**. t. III. Buenos Aires: Jacobo Pleuser, 1922

ROJAS, R. **Historia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Kraft, 1957.

ROMÁN, C. A. Tipos de imprenta. Linajes y trayectorias periodísticas. In: JITRIK, N. **História crítica de la literatura argentina**. v.2 **La lucha de los lenguajes**. Buenos Aires: Emece, 2003.

ROMERO, L. A. Sarmiento, testigo y testimonio de la sociedad de Santiago. **Revista Iberoamericana**. n. 143, v. LIV, 1988. Disponible em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/4468>.

ROMERO, L. A. **Sociedad de la Igualdad**. Buenos Aires: Instituto Torcuato di Tella, 1978.

ROSANVALLON, P. **Por una historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: FCE, 2003.

ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.

ROSANVALLON, P. **Le peuple introuvable**. Paris: Gallimard, 1998.

RUIZ-TAGLE, D. V. República. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

SABATO, H. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX. **Almanack Braziliense** n. 09. São Paulo, maio/2009.

SABATO, H. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones y esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

- SABATO, H. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. In: CHARTIER, R.; FEROS, A. **Europa, América y el Mundo: tiempos históricos**. Madrid: Marcial Pons, 2006.
- SABATO, H. (coord) **Ciudadanía política y formación de las naciones**. Perspectivas históricas de América Latina. Mexico d.f.: FCE, 1999.
- SABATO, H. e LETTIERI, A. (coord.) **La vida política en la Argentina del siglo XIX: Armas, voces y votos**. Buenos Aires: FCE, 2003.
- SABATO, H. **La política en las calles**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- SACKS, N. Lastarria y Sarmiento: El chileno argentino y el argentino achilenado. **Revista Iberoamericana**, v. LIV, n. 143, 1988. Disponible em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/4470>.
- SAID, E. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SALAZAR, G. Empresariado popular e industrialización: la guerrilla de los mercaderes (Chile, 1830-1885). **Proposiciones**. Santiago, Ediciones Sur, n. 20, 1991.
- SALDÍAS, A. **Historia de la Confederación Argentina**. t. II. Buenos Aires: Hispanoamerica, 1987.
- SAN FRANCISCO, A. 'La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad'. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, G; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009.
- SAN MARTÍN, A. G. De la esclavitud moderna. Un capítulo de la filosofía en Chile: Francisco Bilbao (1839-1844). **Revista La Cañada. Pensamiento filosófico chileno**. recurso eletrônico. n.3, 2012, pp. 138-9. Disponible em: http://www.xn--revistalacaada-0nb.cl/uploads/articulo/archivo/A06_GARCIA_pdf.pdf.
- SANTA CRUZ, E. **Análisis histórico del periodismo chileno**. Santiago de Chile: Nuestra América Ediciones, 1988.
- SANTA CRUZ, E. Prensa y modernización en América Latina y Chile en la segunda mitad del siglo XIX: la crónica y los cronistas. **Estudios sobre el mensaje periodístico**. Madrid. Servicios de Publicaciones de la Universidad Complutense, Vol. 17, n.2.
- SANTA CRUZ, E. Cuestión de patricios y letrados. Prensa y espacio público en América Latina y Chile (1820-1850). **Mapocho**. Santiago. Ediciones de la Dibam, n.66, 2º semestre / 2009.
- SANTOS MARTINEZ, P. Publicaciones de Sarmiento introducidas desde Chile (proceso criminal realizado en Mendoza, 1850). In: **Trabajos y comunicaciones**. v. 18, 1968. Disponible em: www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art.revistas/pr.1065.pdf.
- SCHEIDT, E. **Carbonários no Rio da Prata. Jornalistas italianos e a circulação de idéias na região platina**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SCHNEUER, M. J. Visión del 'caos' Americano y del 'orden' chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.
- SCULLY, T. **Los partidos de centro y la evolución política chilena**. Santiago: CIEPLAN, 1992.

- SEGRETI, C. S. A. (comp.). **La correspondencia de Sarmiento**, t. I, 1838-1854. Córdoba: Comisión Provincial de Homenaje a Domingo Faustino Sarmiento, 1988.
- SERRANO, S. La escuela chilena y la definición de lo público. In: GUERRA, F-X. e LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.), **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1998.
- SERRANO, S. “Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). En: EDWARDS, Esther (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996.
- SERRANO, S. **Universidad y nación**. Santiago: Editorial Universitária, 1993.
- SCHAPIRO, I. et al. (eds.). **Political representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- SHUMWAY, N. **A invenção da Argentina**. São Paulo: Edusp, Brasília: Edunb, 2008.
- SIERRA, V. **Historia de la Argentina**. t. VIII. Buenos Aires: Editorial Científica Argentina, 1969.
- SILVA CASTRO, R. **Prensa y periodismo en Chile, 1812-1956**, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1958.
- SILVA CASTRO, R. **Jose Joaquin Vallejo, 1811-1858**. Santiago: Editorial Andres Bello, 1969.
- SIRINELLI, J-F. As elites culturais. In: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J-F. (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SIRINELLI, J-F. Génération et histoire politique. Paris: **Vingtième Siècle**. Revue d’histoire, n. 22, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3769262>.
- SKINNER, Q. **Visions of politics**. v.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas; Motives, intentions and interpretation Em: TULLY, J. (org) **Meaning and context**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- SOARES, G. P. **Semear horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.
- SOARES, G. P. História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos. Em: Mary Anne JUNQUEIRA e Stella Maris Scatena FRANCO (org). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v.2. disponível em: <http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>.
- SOARES, G. P. A Revue des Deux Mondes em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais, In: BEIRED, J. L. B.; CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. C. **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/UserFiles/File/Intercambios_Politicos_-_e-book.pdf.
- SORENSEN, D. **El Facundo y la construcción de la cultura Argentina**. Rosario: Beatriz Viterbo, 1998.
- SOTO, A. (ed.) **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.

- STUVEN, A. M. **La seducción de un orden**. Santiago: Editorial Universidad de Chile, 2000.
- STUVEN, A. M. La palabra en armas: patria y nación en la prensa de la guerra entre Chile y la Confederación Perú-Boliviana, 1835-1839. In: McEVOY, C.; STUVEN, A. M. **La república peregrina: hombres de armas y letras en América del Sur 1800 – 1884**. Lima: IFEA-IEP, 2007.
- STUVEN, A. M. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v 1. Buenos Aires: Katz, 2008.
- STUVEN, A. M.; CID, G. **Debates Republicanos en Chile, siglo XIX**. v. 1. Santiago: Diego Portales, 2012.
- SUBERCASEAUX, B. **Historia Del libro em Chile**. Santiago: LOM, 2010.
- SUBERCASEAUX, B. **História de las ideas y cultura en Chile**. Santiago: Editorial Universitária, 2004.
- SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **The politics of exile in Latin America**. Cambridge: Cambridge U.P., 2009.
- TERÁN, O. **Para leer el Facundo**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.
- TERNAVASIO, M. Limitar el poder: un dilema republicano. Reflexiones sobre el caso rioplatense durante la primera mitad del siglo XIX. In: PALTÍ, E. J. (coord.). **Mito y realidad de la cultura política latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- TERNAVASIO, M. Entre la deliberación y la autorización. El régimen rosista frente al dilema de la inestabilidad política. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- TERNAVASIO, M. **Correspondencia a Juan Manuel de Rosas**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- THOMAS, J. R. The role of the press in the Chilean rebellion of 1851. **The Americas**. v. 36, n. 1, 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/981138>
- TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987.
- TORNERO SANTOS. **Reminiscencias de un viejo editor**. Valparaíso: Imprenta de la Librería del Mercurio, 1889.
- VALDEBENITO, A. **Historia del periodismo chileno**, Santiago de Chile, Círculo de la Prensa de Valparaíso, 1956.
- VALENZUELA, D; SANGUINETI, M. **Sarmiento periodista**. el caudillo de la pluma. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- VALENZUELA, G. U. **Historia política de Chile y su evolución electoral (1810 a 1992)**. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1992
- VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997.
- VALLEJOS, J. J **Colección de los artículos de don J. Joaquín Vallejo, publicados en vários periódicos bajo el seudónimos de Jotabeche. 1841-1847**. Valparaíso: Imprenta del Deber, 1878.

- VALLEJOS, P. ¿La tendencia de la masa al reposo? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo, 1830-1851. In: **Historia**. Santiago, n. 44, v. 2, jul-dic 2011.
- VERDEVOYE, P. **Sarmiento: éducateur et publiciste, 1839-1852**. Paris: Centre de Recherches en Hautes Études Hispaniques, 1963.
- VICUÑA, P. F. **Vindicación de los principios e ideas que han servido en Chile de apoyo a la oposición en las elecciones populares de 1846**. Lima: Imprenta del Comercio, 1846.
- VICUÑA MACKENNA, B.; DONOSO, R.; SILVA CASTRO, R. (orgs.) **Páginas olvidadas**. Santiago: Nascimento, 1931.
- VICUÑA MACKENNA, B. **Obras Completas**, t. VI. Santiago: Universidad de Chile, 1937.
- VICUÑA MACKENNA, B. **Los jirondinos chilenos**. Santiago: Guillermo Miranda, Editor, 1902.
- VIDELA, H. **Historia de San Juan**. t. III. San Juan: Universidad Católica de Cuyo, 1972.
- VILLAVICENCIA, S. **Sarmiento y la nación cívica**. Buenos Aires: Eudeba, 2008.
- VIVES, A.E. **La fronda aristocrática**. Santiago: Editorial Universitaria, 2005.
- VV. AA. Revista Iberoamericana. **Cambio cultural y lectura de periódicos en el siglo XIX en América Latina**, v. LXXII, Núm. 214, enero-marzo, 2006.
- WASSERMAN, F. La *generación de 1837* y el proceso de construcción de la identidad nacional argentina. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y americana Dr. Emilio Ravignani**. Buenos Aires, UBA, n. 15, tercera serie, 1997.
- WASSERMAN, F. ‘Las prendas jeniales de nuestra sociedad’: representaciones del pasado e identidad nacional en el discurso de las elites político-letradas chilenas (1840-1860). **Iberoamericana**. Berlín, n. 9, marzo 2003.
- WASSERMAN, F. Estado e instituciones culturales en el desarrollo de la historiografía chilena y rioplatense (1840-1860). **Estudios Transandinos**. San Juan., n. 12, 2005.
- WASSERMAN, F. **Entre Clio y polis**. Buenos Aires: Teseo, 2009.
- WEINBERG, F. El periodismo en la época de Rosas. In: BARBA, E. et alli. **Unitarios y Federales**. Buenos Aires: Granica, 1974.
- WEINBERG, F. **Las ideas sociales de Sarmiento**. EdUBA: Buenos Aires, 1988.
- WEINBERG, F. (org.) **Florencio Varela y el ‘Comercio del Plata’**. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1970.
- WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011.
- ZINNY, A. Efemeridegrafía argireparquiótica, o sea, de las provincias argentinas. In: **Revista de Buenos Aires**. Buenos Aires, n. 89, 90, 91, 92, año VIII, t. XXIII, Imprenta de Mayo, 1870.
- ZUBIZARRETA, I. El concepto de faccionalismo a través de la prensa unitaria, 1820-1830. **Documentos de Trabajo Cuadernos CEMA**. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2011.
- ZUBIZARRETA, I. **Los unitarios**. Faccionalismos, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica, 1820-1852. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz Verlag, 2012.